



Departamento de Sociologia

Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social  
no Portugal Contemporâneo

Pedro Vasconcelos

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientadora:

Professora Doutora Karin Wall, Investigadora Principal,  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Fevereiro, 2011



*“I’m not interested in writing short stories. Anything that doesn’t take years of your life and drive you to suicide hardly seems worth doing.”*

Cormac McCarthy

(entrevista a John Jurgensen,  
*The Wall Street Journal*, Novembro de 2009).

Aos meus mortos.



## AGRADECIMENTOS

Um doutoramento não se faz sozinho. Ainda que as suas palavras tenham um autor, toda a vida por trás delas tem muitos. E de uma vida, de facto, se trata, já que um doutoramento empenha-nos durante anos, muitas vezes aparentemente intermináveis. Como agradecer a esses tantos aos quais a minha vida se deve nestes tantos anos? Os agradecimentos, quando verdadeiros e não de cerimónia ou irreflectidos, ficam sempre aquém do merecido.

Todos os que me apoiaram, de todas as maneiras possíveis, são merecedores do meu agradecimento mais profundo: os autores que li e com os quais aprendi a pensar; as instituições onde tenho trabalhado – o ISCTE-IUL, onde estudei e trabalho, minha segunda casa desde 1990, o ICS-UL, onde também estudei e onde tenho participado em projectos de investigação que deram forma ao meu caminho; colegas, alunos e funcionários; amigos e família.

A todos agradeço. Mas algumas palavras especiais exigem-se.

Agradeço à Karin os longos anos de orientação, de aprendizagem e, acima de tudo, a paciência para as minhas demoras.

À Sofia, amiga de uma vida, agradeço por tudo. Sem a sua amizade, solidariedade, incentivo e confiança esta tese não existiria.

Por último, agradeço muito especialmente à Cristina e aos miúdos, o Ricardo, a Mónica e o Pedro. Sem eles nada faria sentido.



## RESUMO

Esta investigação trata do problema do capital social. Partindo de uma discussão sobre as várias conceptualizações em torno desse fenómeno, desenvolve uma operacionalização da definição proposta por Pierre Bourdieu, revista no sentido de se alcançar o capital social real dos agentes sociais, que se efectiva em múltiplos tipos de apoio, prestado pelas redes sociais com recursos onde se integram os indivíduos e famílias. Parte-se da hipótese de que esta será uma realidade estruturalmente articulada com processos de diferenciação e desigualdade de classe social, bem como, preponderantemente, um fenómeno familiar e de redes de parentesco, dadas as lógicas de gratuidade dominantes nas relações de dádiva familiar. Assim, procurando testar a redefinição conceptual levada a cabo, reconstruem-se e analisam-se os contextos e configurações relacionais de onde emergem os efeitos de capital social: as sociabilidades e solidariedades das famílias portuguesas. Verificando que quer as lógicas de sociabilidade quer as de solidariedade que foi possível alcançar estatisticamente apresentam uma relação estrutural com a desigualdade social de classe, ao ponto de poderem ser pensadas como estratégias de reprodução familiar, procurou-se ir mais longe na análise. Para tal reconstruiu-se os processos de recomposição e reconfiguração da estrutura de classes, dando conta quer das tendências reprodutivas, quer das transformações operadas – seja a nível macro-social, seja em termos da profunda diversidade das trajectórias intergeracionais de mobilidade social. A partir desta diversidade, foi possível explorar qualitativamente os processos intergeracionais de mobilidade social, tendo-se conseguido tipificar diferentes processos de mobilização do capital social consoante diferentes padrões de acumulação de capital.

**Palavras-chave:** Capital social, solidariedade familiar, trajectórias sociais, classe social

## ABSTRACT

This research deals with the issue of social capital. Discussing the diverse conceptualizations regarding this phenomenon, it develops an operationalization of the definition proposed by Pierre Bourdieu, reviewed as to attain the effective social capital of social agents, as it is accomplished through multiple types of support given by social networks, endowed with resources, that individuals and families are part of. We draw on the hypothesis that this will be a reality structurally connected with processes of class differentiation and inequality, as well as, preponderantly, a family and kinship phenomenon, given the dominant logics of gratuity in relations of family offering. Thus, trying to test the conceptual redefinition made, the relational contexts and configurations from whence emerge the effects of social capital are reconstructed and analyzed: the sociabilities and solidarities of Portuguese families. Verifying that the different logics of sociability and of solidarity statistically achieved present a structural relation with social class inequality, to the point of being family reproduction strategies, we aimed to further the analysis. As such, the processes of recomposition and reconfiguration of Portuguese class structure were reconstructed, evidencing not only reproductive trends, but also transformations – either at the macro level, or in terms of the profound diversity of inter-generational trajectories of social mobility. From this diversity it was possible to explore qualitatively the processes of inter-generational social mobility, and to typify different processes of social capital mobilization according to different patterns of capital accumulation.

**Key-words:** Social capital, family solidarity, social trajectories, social class





## ÍNDICE

Dedicatória	iii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Índice	ix
Índice de quadros	xi
Índice de figuras	xiii
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Sobre o capital social: conceitos, teorias e problemas</b>	<b>7</b>
1.1. Confusões em torno de uma ideia	7
1.2. Pierre Bourdieu	10
1.3. A escola norte-americana	17
1.3.1. James Coleman	18
1.3.2. Robert Putnam	21
1.3.3. Desenvolvimentos	26
1.4. Capital social como capital	33
1.5. Retorno às origens: capital social e solidariedades familiares	44
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Objecto e metodologia</b>	<b>53</b>
2.1. Capital social e estratégias de reprodução familiar	53
2.2. As pesquisas	57
2.2.1. Famílias no Portugal Contemporâneo	57
2.2.1.1. A amostra extensiva	58
2.2.2. Género e Gerações	63
2.2.2.1. A amostra intensiva	64
2.3. Conceitos e operacionalização	66
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Relações de sociabilidade</b>	<b>77</b>
3.1. Sociabilidade, amigos e família	77
3.2. Sociabilidades em Portugal	81
3.2.1. Tendências gerais da sociabilidade	81
3.2.2. Convívios protagonizados	85
3.2.3. Protagonistas conviviais	90
3.2.3.1. Lateralização familiar	95
3.2.4. Perfis integrados de sociabilidade	96
3.2.5. A diferenciação social da sociabilidade	101
3.3. Sociabilidades diferenciadas	109

<b>Capítulo 4</b>	
<b>Relações de solidariedade</b>	<b>113</b>
4.1. Apoio, família e parentesco	113
4.1.1. O parentesco na sociologia	114
4.1.2. As redes de solidariedade familiar na sociologia	122
4.1.3. Dádiva e reprodução familiar	127
4.2. Apoio em Portugal	140
4.2.1. Volume de apoio	140
4.2.2. Lógicas de apoio	149
4.2.3. Dadores de apoio	158
4.2.3.1. Caracterização global dos dadores	158
4.2.3.2. Lateralização e gendrificação do apoio	165
4.2.3.3. Dadores e diferenciação social	168
4.2.4. A diferenciação social do apoio	170
4.3. Solidariedades diferenciadas	178
<b>Capítulo 5</b>	
<b>Espaço social, trajectórias sociais e capital social</b>	<b>181</b>
5.1. Reconfigurações estruturais do espaço social	181
5.1.1. Estrutura de classes e recomposição sócio-profissional	182
5.1.2. Alianças conjugais, homogamias e heterogamias	185
5.1.3. Trajectórias sociais, mobilidades e antropológia	198
5.2. Trajectórias sociais, percursos de vida e capital social	214
5.2.1. Vantagens e desvantagens cumulativas	216
5.2.2. Percurso de vida e mobilidade social	222
5.2.3. Processos de acumulação e capital social	229
5.2.3.1. Acumulação falhada e incipiência do capital social	229
5.2.3.2. Acumulação fraca e paradoxos do capital social	234
5.2.3.3. Acumulação contínua e mobilização crescente do capital social	239
5.2.3.4. Acumulação reprodutiva e capital social elevado	246
5.2.3.5. Acumulação reconvertida e transformação do capital social	255
5.3. Percurso de vida, diferenciação social e diversidade de capital social	258
<b>Conclusão</b>	<b>267</b>
Premissas	267
Achados	270
Problemas	278
<b>Bibliografia</b>	<b>299</b>
<b>Anexos</b>	<b>I</b>
Anexo A. Inquérito ‘Famílias no Portugal Contemporâneo’	I
Anexo B. Guiões das entrevistas ‘Género e Gerações’ – Avós e Pais	IV
Anexo C. Guiões das entrevistas ‘Género e Gerações’ – Filhos	VIII
Anexo D. Classificação Nacional das Profissões e Classes Sociais	XIV
Anexo E. <i>Curriculum Vitæ</i>	XXI

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1.	Distribuição das inquiridas por região	60
Quadro 2.2.	Idade da mulher inquirida	60
Quadro 2.3.	Anos de duração da conjugalidade	60
Quadro 2.4.	Idade do filho mais novo	60
Quadro 2.5.	Nº de filhos(as) a residirem com o casal	60
Quadro 2.6.	Níveis de escolaridade da mulher e do homem	61
Quadro 2.7.	Condição perante o trabalho da mulher e do homem	61
Quadro 2.8.	Situação na profissão da mulher e do homem	61
Quadro 2.9.	Condição do casal perante o trabalho	62
Quadro 2.10.	Classe social do casal	62
Quadro 2.11.	Entrevistados por geração e nível escolar da geração mais nova	65
Quadro 2.12.	Operacionalização da sociabilidade das famílias (actividades e participantes)	67
Quadro 2.13.	Operacionalização do apoio e dadores	69
Quadro 2.14.	Operacionalização da classe social individual	72
Quadro 2.15.	Tipologia de classes (individual)	72
Quadro 2.16.	Tabela de cruzamento da classe social da mulher com a classe social do homem	74
Quadro 2.17.	Tipologia de classes (casal)	74
Quadro 3.1.	Convívios com pessoas exteriores ao grupo doméstico (panorama geral)	82
Quadro 3.2.	Tipos de convívios por pessoas exteriores ao agregado doméstico	86
Quadro 3.3.	Tipos de convívios por pessoas exteriores ao agregado doméstico (cont.)	86
Quadro 3.4.	Pessoas exteriores ao agregado doméstico por tipos de convívios	91
Quadro 3.5.	Pessoas exteriores ao agregado doméstico por tipos de convívios (cont.)	91
Quadro 3.6.	Lateralização familiar das actividades de convívio	95
Quadro 3.7.	Tipo de convívios – análise de componentes principais	97
Quadro 3.8.	Pessoas nos convívios – análise de componentes principais	98
Quadro 3.9.	Tipos de sociabilidade – caracterização por factores de protagonistas e de actividades	99
Quadro 3.10.	Tipos de sociabilidade pela escolaridade da mulher e pelo total de apoios	102
Quadro 3.11.	Tipos de sociabilidade pela classe social do casal	103
Quadro 3.12.	Volume total, tipos e pessoas nos convívios – regressões lineares	105
Quadro 3.13.	Volume total, tipos e pessoas nos convívios – regressões lineares (cont.)	105
Quadro 4.1.	Volume de apoio ao longo do curso de vida familiar (%)	142
Quadro 4.2.	Tipos de volume de apoio ( <i>cluster</i> hierárquico)	144
Quadro 4.3.	Volume de apoio e classe social do casal	145
Quadro 4.4.	Volume de apoio e escolaridade da mulher	147
Quadro 4.5.	Estrutura interna de todos os apoios	149
Quadro 4.6.	Lógicas de apoio - análise factorial de componentes principais	152
Quadro 4.7.	Lógicas de apoio e classe social do casal	153
Quadro 4.8.	Lógicas de apoio e escolaridade da mulher	157
Quadro 4.9.	Dadores de apoio e lógicas de apoio	158
Quadro 4.10.	Perfil dos dadores de apoio em lógicas de apoio	162
Quadro 4.11.	Lateralização do apoio familiar – distribuição dos apoios	166
Quadro 4.12.	Lateralização do apoio familiar – perfil das linhagens	166
Quadro 4.13.	Gendrificação do apoio – distribuição dos apoios	167
Quadro 4.14.	Gendrificação do apoio – perfil de género	167
Quadro 4.15.	Dadores e classe social do casal	168
Quadro 4.16.	Dadores e escolaridade da mulher	170
Quadro 4.17.	Classe, geração e curso de vida - impacto nos apoios (regressões lineares)	172
Quadro 4.18.	Classe, geração e curso de vida - impacto nos apoios (regressões lineares) (cont.)	173
Quadro 4.19.	Volume e lógicas de apoio – impacto na classe social do casal (regressões logísticas)	177

Quadro 5.1.	Eventos de percurso de vida e vantagens/desvantagens cumulativas na mobilidade social	223
Quadro 5.2.	Trajectórias sociais das linhagens e percurso de vida – Acumulação Falhada	230
Quadro 5.3.	Trajectórias sociais das linhagens e percurso de vida – Acumulação Fraca	235
Quadro 5.4.	Trajectórias sociais das linhagens e percurso de vida – Acumulação Contínua	241
Quadro 5.5.	Trajectórias sociais das linhagens e percurso de vida – Acumulação Reprodutiva	247
Quadro 5.6.	Trajectórias sociais das linhagens e percurso de vida – Acumulação Reprodutiva (cont.)	251
Quadro 5.7.	Trajectórias sociais das linhagens e percurso de vida – Acumulação Reconvertida	256

**ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 4.1.	Espaço social da desigualdade classista do capital social	179
Figura 5.1.	Reconfiguração da estrutura de capitais escolares	183
Figura 5.2.	Reconfiguração estrutural do espaço das classes sociais	184
Figura 5.3.	Alianças conjugais por níveis de escolaridade	187
Figura 5.4.	Alianças conjugais pela classe da família de origem	190
Figura 5.5.	Trajectórias educacionais intergeracionais	202
Figura 5.6.	Trajectórias de classe intergeracionais	207
Figura 5.7.	Trajectórias de classe intergeracionais simplificadas – Grandes classes agregadas	212



## INTRODUÇÃO

Esta é, antes de mais, uma investigação sobre o capital social em Portugal. Conceito complexo e disputado, remete, na vasta literatura que lhe é dedicada, para uma enorme plêiade de objectos empíricos possíveis. O trabalho que desenvolvemos é, neste contexto, uma tentativa de encontrar sentidos nessa discussão e novas formas de abordar essa problemática, quer em termos da discussão teórica, quer nas pontes que necessariamente estabelece com a realidade social.

Este é o resultado de um longo percurso, remontando a inícios da segunda metade da década de 1990, quando nos começámos a interessar pela questão das relações de parentesco nas sociedades contemporâneas e pelas solidariedades familiares alargadas que nelas se poderiam verificar. Este trabalho, nos seus fundamentos empíricos e teóricos, foi sempre, também, reflexo de um interesse sobre a questão central da desigualdade social, de classe, e dos processos que a perpetuam. Desde cedo nos deparámos com a necessidade de encontrar unidade nos múltiplos processos reais que procurávamos descrever e explicar: o parentesco e o seu lugar na vida familiar contemporânea; o apoio informal, a sua importância e impactos na vida de indivíduos e famílias; as sociabilidades e os seus contextos relacionais, amicais ou familiares; a desigualdade de classe e os modos como estrutura as possibilidades sociais de acção; as trajectórias sociais de indivíduos e famílias, no que têm de reprodução e no que têm de mobilidade transformativa; os determinantes estruturais da acção, bem como o papel estruturante desta... E principalmente intrigava-nos a relação entre parentesco, solidariedades e desigualdade social. Como todo o trabalho sociológico, a integração conceptual e operativa destas múltiplas interrogações não foi um processo linear, no qual as questões e hipóteses estariam perfeitamente definidas à partida, restando apenas o seu teste. Pelo contrário, foi um caminho de vai e vem, entre diferentes interrogações teóricas e entre estas e a empiria. Um objecto sociológico só adquire coerência plena no final do trajecto da sua construção, cheia de revisões, redireccionamentos, problematizações inesperadas, quedas e conquistas.

Tornou-se claro, a partir de determinado momento, que aquilo que procurávamos era descrever e explicar as modalidades e impactos da obtenção de recursos feita através da participação dos agentes sociais em redes relacionais informais, como as amicais e familiares. E isto tendo em consideração que tais modalidades e impactos não podem deixar de ter uma relação profunda, já que falamos de recursos que definem o lugar social dos indivíduos e famílias, com as estruturas desiguais de distribuição de recursos e oportunidades – nas suas dinâmicas de manutenção e transformação.

Foi o conceito de capital social que nos permitiu integrar todos estes questionamentos, pois liga umbilicalmente a problemática das redes e dos recursos nelas existentes com a das origens e destinos sociais de indivíduos e famílias.

Procurámos, então, destringir qual o conceito operativo de capital social que melhor se adequava, dava sentido e explicava os processos sociais que indagávamos. Tratar do capital social é, desde logo, ser confrontado com as propostas seminais de três autores: Pierre Bourdieu (1980<sup>a</sup>), James Coleman (1988<sup>a</sup>) e David Putnam (1995). Ora, as definições avançadas por cada um deles, particularmente do primeiro em relação aos restantes dois, são diferentes ao ponto de serem contraditórias. Se o primeiro pensa o capital social como o conjunto de recursos ligados à posse de redes duradouras de inter-reconhecimento, logo um recurso apropriável privadamente que produz benefícios sociais exclusivos para os seus detentores (nomeadamente noutros recursos ou em oportunidades sociais para a sua obtenção), os segundos pensam o capital social como característica de colectivos, entendidos como redes sociais, que beneficiam, ou não, esses colectivos específicos. Neste sentido, a conceptualização bourdieusiana defende que o capital social é uma espécie específica de *capital*, logo recurso agenciável com impacto decisivo na divisão social do trabalho e na posição social relativa dos seus possuidores no espaço social das classes, enquanto a colemaniana, e ainda mais a putnamiana, o equivalem às normas, valores e níveis de confiança que caracterizam determinadas configurações relacionais em rede. Face à confusão entre características das redes e capital social, ou mesmo à equivalência entre as redes, pura e simplesmente, e capital social, bem como pelo facto de as propostas de Coleman e Putnam estarem prenhes de desvio normativo e ideológico comunitarista, é a definição de Bourdieu, em conjugação quer com a sua teoria da prática, quer com a sua teoria da diferenciação social classista, que mais profícua sociologicamente demonstra ser. Até porque trata directamente da questão da diferenciação social, enquanto relação estrutural de apropriação desigual, não tendendo para a ocultação, como encontramos nos outros dois autores, da desigualdade social e suas dinâmicas.

Neste seguimento, afinámos a definição bourdieusiana com o intuito de alcançar o capital social real ou efectivo das famílias portuguesas – partindo de e verificando, portanto, a centralidade das configurações familiares do âmbito dos processos de apropriação e acumulação de capital (em qualquer espécie) que produzem impactos eficientes nos processos de diferenciação e desigualdade sociais. Esta afinação permitiu-nos, analisando o capital social como espécie específica de capital (e não como mero recurso ou valência), verificar o papel central que tem nas modalidades de apropriação de recursos. Assim, hipotetizamos que



os efeitos de obtenção de vantagens decorrentes da participação dos agentes sociais em redes sociais onde circulam recursos, efeitos a que podemos chamar capital social, serão mais frequentes e elevados quando o nível de apropriação, por parte dos agentes, dos recursos disponíveis nas redes é, ele mesmo, mais elevado. Desta feita, em continuidade com a teorização de Bourdieu, quisemos verificar se o capital social seria preponderantemente um processo decorrente da participação em redes de sociabilidade, ou seja, redes de interação onde o interesse central levado a cabo pelos agentes é o de manutenção da própria relação social. A questão aqui presente é a de que o capital social é tanto mais eficiente quanto mais a apropriação de recursos em rede não é feita pela lógica da troca mercantil, mas antes pela da dádiva. Seria, então, nos contextos relacionais da gratuidade onde nos poderíamos deparar com o capital social em acção. Particularmente naqueles contextos de sociabilidade onde o nível de durabilidade, gratuidade e obrigatoriedade das relações é mais intenso – as relações familiares e de parentesco.

Não quer isto dizer que reduzamos o capital social às solidariedades familiares, tal como procurámos não reduzir todos os efeitos das sociabilidades a capital social (que é um efeito, entre outros, dessas sociabilidades). Argumentamos, isso sim, que é nas redes familiares e de parentesco que podemos observar a maioria dos seus efeitos, particularmente aqueles que implicam maiores transferências de recursos sem ónus mercantil para o receptor.

Igualmente, o capital social, enquanto valência estratégica intangível, pois que efeito de redes onde podem existir recursos em circulação mas não se confundindo com ambos, terá efectivações diferentes consoante não só essas redes em que participam os agentes sociais, mas também segundo os recursos nelas disponíveis. O capital social emerge, assim, como operador central da partilha e transmissão *do capital* (em todas as suas formas) em configurações relacionais regidas por princípios de comunalidade relativa. Variará, em consequência, segundo as redes e os recursos. Daí que possa ser entendido como mecanismo através do qual as diferentes condições sociais de existência que caracterizam famílias de classe são perpetuadas intergeracionalmente. Se muitos podem ter redes de sociabilidade, inclusive familiares, logo capital social potencial, nem todos esses têm capital social real, que só se efectiva quando as redes entram em acção através de dádivas e apoios que consubstanciam transferência de recursos, tornando-se redes de solidariedade. Se a desigualdade social, entendida como relação socialmente estruturada em consequência de processos de apropriação diversos e não como mero diferencial entre agentes (individuais ou colectivos), é o fundamento e o resultado de toda e qualquer espécie de capital, também o

capital social será resultado e causa dessa desigualdade. E sê-lo-á objectivamente, ainda que as práticas sociais na sua génese não sejam entendidas como tal pelos agentes.

É claro que as estruturas de desigualdade não são estáticas, tal como não são os caminhos percorridos pelos agentes sociais nas posições relativas dessas estruturas. Se o capital social é estruturado pelas posições e condições de classe de indivíduos e famílias, bem como elemento estruturador, preponderantemente reprodutivo, dessas posições e condições, que papel jogará nas trajectórias de mobilidade social? De facto, não tendo quer uma visão excessivamente cristalizada das estruturas sociais, nem uma perspectiva demasiado estrutural sobre os percursos de vida individuais e familiares, procurámos perceber de que maneiras, em diferentes percursos de vida e trajectórias sociais (intergeracionais), o capital social pode ser mobilizado e utilizado para a transformação das posições de classe e condições de existência relativas delas definidoras. Tal como modalidades diversificadas de utilização do capital económico, embora delimitadas pelas probabilidades definidas por suas espécies e montantes, possibilitam diferentes caminhos de acção aos agentes, alguns mesmo de aumento exponencial da acumulação privada de capital, também o capital social poderá, em circunstâncias que procurámos reconstruir e analisar, possibilitar a ascensão social decorrente de estratégias eficientes de acumulação de recursos.

As interrogações e definições que fomos expondo correspondem, *grosso modo*, à estrutura de capítulos do texto que se segue – capítulos que, apesar das inter-ligações que possuem, podem ser lidos de forma relativamente autónoma.

No primeiro capítulo expomos e debatemos as principais contribuições teóricas para a problematização do capital social. Começando pelos fundamentos e antecedentes desta problemática, avançamos para a exposição crítica das definições de Bourdieu e da escola norte-americana, com Coleman e Putnam. Estas contribuições genésicas do debate tiveram desenvolvimentos que não poderiam ser ignorados – estes são igualmente tratados e debatidos. Seguem-se defesas, em linha com a proposta de Bourdieu, da natureza de capital do capital social e do facto de este ser essencialmente um efeito de relações de solidariedade familiar.

No segundo capítulo, procurando construir uma interrogação coerente sobre o capital social, partindo do afinamento da definição inicial de Bourdieu e pensando-o como elemento central das estratégias de reprodução familiar, expomos o plano de desenvolvimento da análise empírica e as suas articulações internas. Apresentamos, assim, os quatro andamentos desta pesquisa: o estudo das sociabilidades na sua relação com a desigualdade, o estudo das solidariedades, também na sua relação com as desigualdades sociais, o estudo das

permanências e transformações da estrutura de classes, o estudo das trajectórias na estrutura de desigualdade classista de indivíduos e famílias e as maneiras como mobilizam o capital social nesses percursos intergeracionais. Seguem-se explicações sobre as metodologias seguidas e a natureza dos dados analisados, os quantitativos decorrentes do projecto ‘Famílias no Portugal Contemporâneo’ e os qualitativos obtidos com o projecto ‘Género e Gerações’, bem como apresentações sucintas de ambas as amostras estudadas: a primeira respeitante a famílias com filhos em idade escolar inquiridas extensivamente em 1999 e a segunda focada na investigação em profundidade de linhagens familiares envolvendo três gerações da mesma família, cujos membros foram entrevistados em 2008. A operacionalização dos principais conceitos finaliza este capítulo, podendo-se verificar como foram empiricamente indagadas as sociabilidades, as solidariedades, os processos da desigualdade (a classe social e as trajectórias familiares), bem como os percursos de vida intergeracionais e as maneiras como o capital social é usado em diferentes trajectórias sociais.

No capítulo três analisamos a sociabilidade das famílias portuguesas, depois de algumas definições teóricas iniciais, observando quais as actividades e os protagonistas exteriores à família que compõem o quadro das relações desse tipo, assim reconstruindo as redes sociais de sociabilidade. Esta análise permite-nos aferir do peso e especificidades das sociabilidades familiares face à amicais, bem como a maneira como ambas variam em termos das posições relativas das famílias no espaço global das desigualdades classistas, averiguando-se assim do impacto dessas desigualdades na estruturação de diferentes perfis globais de sociabilidades, ou seja, de diferentes participações em redes sociais de sociabilidade.

O capítulo quatro dedica-se à análise das solidariedades, reconstruídas através das relações de apoio de que foram objecto as famílias portuguesas ao longo dos seus percursos de vida. Esta análise, subsequente a uma exposição das implicações teóricas no respeitante ao lugar do parentesco e do apoio informal enquanto processos de dádiva que configuram os efeitos de capital social no sistema das estratégias de reprodução familiar, debruça-se quer sobre os volumes de apoio, quer sobre as espécies específicas de apoio, bem como sobre os protagonistas dessa solidariedade. Tal permitiu-nos alcançar as diferentes lógicas de apoio que se verificam na sociedade portuguesa, analisando de que maneiras variam sistematicamente tais lógicas consoante processos de diferenciação classista.

No quinto capítulo, dada nomeadamente a validação da centralidade da desigualdade de classe nos efeitos de capital social, reconstruímos os processos históricos de reconfiguração da estrutura de classes em Portugal. Tal foi feito com o duplo objectivo de

descrever e caracterizar as modalidades de reprodução da desigualdade de classe, bem como de expor a multiplicidade real de trajetórias sociais intergeracionais, dando assim conta da complexidade dos processos de recomposição social. Tendo ressaltado, apesar das persistências estruturais, os processos de mudança e a diversidade das mobilidades sociais das famílias, procurou-se, na segunda parte deste capítulo e agora através da análise de dados qualitativos, compreender e explicar diferentes trajetórias intergeracionais de acumulação de recursos em famílias com diferentes posições de classe – desde aquelas que partiram da pobreza e exclusão, até aquelas que partiram do privilégio e afluência. Esta análise intensiva e em profundidade das trajetórias intergeracionais permitiu-nos desenvolver uma hipótese para os processos de mobilidade que procurou articular proficuamente níveis macro-sociais com níveis micro-sociais de explicação. Centrando a indagação nos percursos de vida, sempre entendidos nos seus contextos de oportunidades estruturais, analisou-se o impacto das suas dinâmicas enquanto vantagens ou desvantagens cumulativas em termos dos processos de mobilidade social. Neste sentido foi possível verificar o papel jogado, nessas trajetórias de mobilidade, pelo capital social, tendo-se reconstruído as lógicas não só de reprodução das posições de classe das famílias através do capital social, que funciona como mecanismo central da reprodução familiar, como também as maneiras como o capital social, em conjugação com outros factores, pode ser mobilizado para a produção de mobilidades ascendentes, além de poder produzir efeitos de amortecimento das dificuldades sentidas face a dinâmicas, estruturais ou de percurso de vida, desvantajosas.

Na conclusão, recapitulando algumas das premissas conceptuais centrais que nortearam a nossa pesquisa, recapitulamos os principais achados empíricos, procurando dar-lhes sentido teórico. Neste sentido desenvolvemos uma tentativa de pensar o conceito de capital social, tendo demonstrado que se trata preponderantemente de um efeito de relações familiares e de parentesco que funciona, essencialmente, como capital reprodutor dos recursos familiares, em certas condições permitindo acumulações acrescidas, mas tendo como consequência global a reprodução, mesmo que com reconfigurações e recomposições, da estrutura de desigualdades sociais.

## CAPÍTULO 1

### SOBRE O CAPITAL SOCIAL: CONCEITOS, TEORIAS E PROBLEMAS

#### 1.1. Confusões em torno de uma ideia

A expressão ‘capital social’ é uma expressão particularmente confusa. Expressão de génese sociológica, o seu uso transversal numa multiplicidade de disciplinas presta-se a derivações teóricas tão acentuadas que nos faz afirmar estarmos perante não um conceito, mas a uma mancha conceptual repleta de diferentes definições e atravessada por indefinições, fracturas e mesmo contradições. E isto não só entre disciplinas ou áreas científicas, mas, acima de tudo e para o que nos interessa, dentro da própria sociologia. A origem de tais oposições intra-sociológicas reside, como veremos, não só nas fortes oposições e disputas paradigmáticas que estruturam o debate sociológico<sup>1</sup> (Odaci 2010), como também no facto de se usar a mesma expressão, ainda que argumentando vagas ligações com as restantes definições, para designar diferentes fenómenos sociais e para explicar outros tantos (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 1). O objecto sociológico construído pelas diferentes conceptualizações disponíveis, muitas das vezes, não só não remete para os mesmos processos sociais, como tal é feito desenvolvendo diferentes níveis analíticos e objectivos explicativos.

O termo capital social (Cannone 2009: 37 e ss.; Fulkerson & Thompson 2009: 537) parece ter sido introduzido por Lyda Judson Hanifan, nas primeiras décadas do século XX (Hanifan 1916 & 1920), no seu estudo sobre centros comunitários de escolas rurais, afirmando a importância do envolvimento da comunidade envolvente para explicar o sucesso dessas mesmas escolas.<sup>2</sup> Terá sido posteriormente utilizado por Jane Jacobs, já nos anos 60 do século passado, no seu *The Death and Life of Great American Cities* (Jacobs 1961), para dar conta da necessidade de preservar a integração e coesão do tecido social dos bairros urbanos.<sup>3</sup> Em ambos os casos estávamos perante conceptualizações que podemos qualificar de vagas,

---

<sup>1</sup> Estruturalismo construtivista em Pierre Bourdieu *versus* teoria da escolha racional em James Coleman, por exemplo.

<sup>2</sup> Hanifan afirmava que na “phrase 'social capital' no reference here is made to the usual acceptation of the term 'capital,' expect in a figurative sense. We not refer to real estate or to personal property or to cash, but rather to that in life which tends to make those tangible substances count for most in the daily lives of people: namely good will, fellowship, sympathy, and social intercourse among the individuals and families who make up a social unit” (Hanifan 1916: 130). Ver também M. K Smith (2000-2009) e Claridge (2004).

<sup>3</sup> Jacobs definia capital social referindo-se às redes sociais urbanas, afirmando “These networks are a city's irreplaceable social capital. Whenever the capital is lost, from whatever cause, the income from it disappears, never to return until and unless new capital is slowly and chancily accumulated” (Jacobs 1961:148).

difusas e provisórias (Cannone 2009: 40), além de normativas. Ainda nos anos 60 encontramos a expressão a ser utilizada pelo antropólogo Ulf Hannerz (1969), no seu estudo sobre as comunidades e culturas de *ghetto* negras norte-americanas, referindo-se aos recursos provenientes de favores entre amigos, vizinhos e conhecidos (no contexto da maneira como lidavam com a pobreza, exclusão e escassez).

Só a partir dos finais dos anos 70 e inícios de 80 as consequências sociais, políticas, culturais e, acima de tudo, económicas (Bevort & Lallement 2006<sup>b</sup>) das sociabilidades, ou seja, das relações sociais que aparentemente não possuem à partida qualquer objectivo ou função para além do estabelecimento da própria relação, começaram a ser exploradas mais sistematicamente. Desta feita, os processos sociais a que a expressão capital social se refere<sup>4</sup> passaram de uma realidade pouco investigada e conceptualizada para objecto de uma inflação semântica (Ventrone 2003: *passim*), emergindo definições multifacetadas e controversas, disseminadas numa grande variedade de campos académicos (sociologia, antropologia, economia, ciência política, bio-medicina, etc.), com significados divergentes e mesmo antagónicos (Ventrone 2003: 40).

A ajudar à confusão conceptual, deparamo-nos com as fortes conotações normativas, ético-morais e político-ideológicas de grande parte das discussões em torno do capital social e dos seus efeitos, com um marcado acento nos seus supostos efeitos positivos.<sup>5</sup> Portes (2000<sup>a</sup>: 152) diz-nos mesmo que o capital social constitui um “rótulo para os efeitos positivos da sociabilidade”, ao ponto de, em conceptualizações cada vez mais abrangentes e vagas, este chegar a ser pensado como panaceia para muitos ou mesmo todos os ‘males sociais’ dos

---

<sup>4</sup> Note-se que dizer que capital social se refere às consequências não estritamente conviviais da sociabilidade é uma definição tão vaga que pode conter em si uma vastidão de diferentes fenómenos sociais. Vastidão tão lata, como veremos, que nos faz enfatizar que o termo acaba por recobrir diferentes processos sociais, que não podem ser designados através da mesma categoria conceptual, a menos que esta caia na irrelevância semântica.

<sup>5</sup> Aqui a questão não é tanto a de alguns acentuarem os supostos efeitos ‘positivos’ do capital social em detrimento dos seus supostos efeitos ‘negativos’, mas antes a de, pura e simplesmente, se usar uma categorização ou qualificação claramente valorativa para processos ou efeitos sociais. Não está aqui em causa que não se possam ter discursos éticos ou políticos sobre os fenómenos sociais, mas sim que, se tais discursos são importados para as explicações sociológicas (para mais quando tal é feito não após o desenvolvimento das narrativas explicativas, mas como assumpções apriorísticas pouco clarificadas e sustentadas), tal limita a capacidade própria dessas explicações em romperem com o instituído e de se desenvolverem como discursos críticos sobre a complexidade do mundo social.

colectivos humanos (Portes 2000<sup>a</sup>: 133).<sup>6</sup> Correndo assim o risco de perder qualquer significado conceptual e operatório (Portes 1998 & 2000<sup>a</sup>) e de o erigir numa espécie de *vade mecum* curativo (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 1) para supostos problemas sociais, quantas vezes acriticamente aceites sem a devida desconstrução sociológica dos interesses sociais parciais veiculados por essas visões do mundo (Lenoir 1996).

A ideia na base das conceptualizações do capital social não é propriamente nova, podendo ser encontradas em clássicos como Marx, Durkheim, Simmel e Weber (Field 2008: 77) – a de “que o envolvimento e a participação em grupos pode ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade” (Portes 2000<sup>a</sup>: 133/134). O que encontramos é, portanto, o acentuar e subsequentes conceptualizações da ideia de que existe uma força específica dos contextos e configurações relacionais (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 1), ao ponto de alguns chegarem mesmo a dizer que o capital social é “the function of social networks.” (Hsung & Y. Lin 2008: 235). A questão central (Fulkerson & Thompson 2009) torna-se então a de saber se o capital social deve ser entendido como uma característica dos colectivos que, quando potenciada (aumentando-se o número e qualidade de ligações relacionais), tem efeitos positivos sobre esse colectivo e os seus membros, ou se deve ser entendido preponderantemente como um recurso que pode ser utilizado por indivíduos e grupos (e que, portanto, terá um impacto relevante nos processos de diferenciação e desigualdade sociais).

As distinções entre estas concepções radicam essencialmente em três grandes diferentes conceptualizações do conceito de capital social (Field, Schuller & Baron 2000; Fine 2000; Lin 2001; Edwards 2004; Farr 2004; Esser 2008; Field 2008; Cannone 2009; Fulkerson & Thompson 2009; G. T. Svendsen & G. L. H. Svendsen 2009): a de Pierre Bourdieu, a de James Coleman e a de Robert Putnam. Enquanto o primeiro pensa o capital social como recurso apropriável pelos agentes sociais, com impacto nos processos de diferenciação social, os restantes, particularmente o último, pensam o capital social como característica das comunidades, com impacto no seu bem-estar e desenvolvimento económico e político.

Argumentamos que, além de outros problemas, a utilização da expressão capital social deve ser reservada para a sua acepção de recurso, ou ainda melhor, de *capital*. Usar a mesma expressão para, por um lado, um recurso apropriável e mobilizável no qual se investe e que produz dividendos re-investíveis e, por outro lado, processos mais vastos (societais até) de

---

<sup>6</sup> Daí que procure “introduzir uma certa moderação no tom frequentemente laudatório que rodeia o conceito, especialmente nos estudos que estenderam a sua aplicação de uma propriedade de indivíduos e famílias, até o considerarem característica de comunidades, de cidades e mesmo de nações” (Portes 2000<sup>a</sup>: 134).

integração ou participação sociais em configurações relacionais alargadas, é não só confundir os efeitos reais ou potenciais da inserção dos agentes sociais em determinadas redes de inter-conhecimento com a mera existência, organização e extensão dessas e outras redes sociais numa qualquer sociedade, como é também ocultar que a participação dos agentes em redes sociais, dentro de um mesmo espaço social, não é homogénea e, portanto, não produz os mesmos efeitos para todos os agentes.

A questão aqui não é apenas uma de nível de análise do capital social (nomeadamente individual ou pequeno-grupal *versus* colectivo ou societal), mas sim de desenvolver uma perspectiva que não ignore a questão central da distribuição diferencial do capital social (bem como de outros capitais) dentro de um mesmo espaço social relativamente autónomo, não fazendo desaparecer interesses e estratégias individuais ou particulares numa qualquer visão, de tendências comunitaristas, das supostas qualidades colectivas.

Se, como nos diz Portes (2000<sup>a</sup>: 134), uma das qualidades (possíveis) do conceito de capital social é o de permitir pensar os seus efeitos no âmbito de uma “discussão mais ampla acerca do capital, chamando a atenção para o facto de que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência”, então há que desenvolver uma perspectiva que, ao não ignorar as similitudes do capital social com outras formas de capital (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 2), não ignore a desigualdade social, quer a nível das práticas de apropriação diferencial dos recursos por parte dos agentes, quer a níveis das estruturas mais vastas e objectivas de diferenciação do espaço social.

## 1.2. Pierre Bourdieu

A primeira definição sistemática de capital social é da autoria de Pierre Bourdieu (Portes 2000<sup>a</sup>: 135),<sup>7</sup> com a publicação em 1980 de “*Le Capital Social. Notes provisoires*” (Bourdieu 1980<sup>a</sup>). A definição que então avançou, bem como os seus usos anteriores da expressão, deve ser compreendida no âmbito da sua obra mais vasta (Odaci 2010), quer no contexto do desenvolvimento da sua teoria da prática (Bourdieu 2000 [1972]), onde emerge o conceito de *habitus*,<sup>8</sup> como categoria central de superação da oposição entre objectivismo e subjectivismo

---

<sup>7</sup> Sem ligação aparente com as menções anteriores da expressão capital social (Cannone 2009: 38).

<sup>8</sup> Podendo este ser definido como um sistema de disposições incorporadas, duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e acções – é uma gramática generativa de práticas estrutural e tendencialmente ajustadas às suas condições de realização e concomitantemente princípio gerador de práticas objectivamente classificáveis e de sistemas de classificação dessas práticas. Desta feita, é uma estrutura estruturada predisposta a funcionar como



(Bourdieu 1980<sup>b</sup> & 1989<sup>b</sup>), quer no contexto do desenvolvimento da sua teoria das classes e do espaço social (Bourdieu 1979), como espaço multidimensional de posições relacionalmente definidas pela distribuição diferencial de montantes e espécies de capital, e dos campos sociais (Bourdieu 1984<sup>b</sup>), enquanto sub-espços relacionais definidos pelas lutas em torno da apropriação de um capital específico (campos económico, artístico, científico, jurídico, etc.). A sua preocupação com o uso de formas não monetárias ou não económicas de valor no âmbito da reprodução social é uma constante dentro da sua arquitectura conceptual e iniciou-se com o escrutínio do papel do capital cultural nos processos da reprodução (Cannone 2009: 41), não redutíveis a estritas causalidades económicas, particularmente das desigualdades escolares (Bourdieu 1971; Bourdieu & Passeron 1978).

Bourdieu (1980<sup>a</sup>: 2 col. 1) vai então definir capital social como o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e inter-reconhecimento, ou seja, acrescenta ainda, recursos ligados à pertença a um grupo, como conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (susceptíveis de serem reconhecidas pelo observador, pelos outros e pelos próprios), mas igualmente unidos por ligações permanentes e úteis.<sup>9</sup> O capital social em Bourdieu designaria, assim, um princípio de efeitos sociais múltiplos, decorrentes da integração dos agentes em redes duráveis, “which provides each of its members with the backing of collectively-owned capital”, acrescentou no seu “*The Forms of Capital*” (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 51 col. 2). Efeitos esses que podem ser apreendidos nas situações em que diferentes

---

estrutura estruturante. É, portanto, um conjunto de tendências para a acção e interpretação (que resistem à mudança), adquiridas por socialização (interiorização da exterioridade), que formam um esquema relativamente integrado, accionável por analogia (semelhança entre situações de prática), produzindo práticas (exteriorização da interioridade). O *habitus* é o resultado incorporado da trajectória e do posicionamento relacional do agente. A estrutura do espaço social é incorporada como *habitus* de classe. Os efeitos de trajectória explicam as variações entre *habitus* pessoal e *habitus* de classe. A acção (prática) dos agentes é, então, estruturada pelo *habitus*. O *habitus* de classe gera estilos de vida semelhantes entre agentes com o mesmo posicionamento relacional (classe). O *habitus* reajusta-se quando há mudança social e na trajectória individual. Durante o processo de reajustamento (incompleto) do *habitus* ocorrem desajustamentos entre *habitus* e condições da acção, ou efeito de *hysteresis* (para uma apresentação mais sistemática e desenvolvida, ver Aboim, Trüniger & Vasconcelos 1996).

<sup>9</sup> No original “l’ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d’un *réseau durable de relations* plus ou moins institutionnalisées d’interconnaissance et d’inter-reconnaissance”, ou seja, ligados “à l’appartenance à un groupe, comme ensemble d’agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d’être perçues par l’observateur, par les autres ou par eux-mêmes) mais sont aussi unis par des *liaisons* permanents et utiles” (Bourdieu 1980<sup>a</sup>: 2 col. 1). Ver também Bourdieu & Wacquant (1992: 119): “the sum of the resources, actual or virtual, that accrue to an individual or a group by virtue of possessing a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition”.

indivíduos obtêm rendimentos ou dividendos desiguais partindo de um patamar de recursos (económicos e culturais) relativamente equivalentes, porque conseguem mobilizar diferencialmente os recursos (capitais) de um grupo de pertença (família, antigos alunos da escola de elite, clube selecto, aristocracia, etc.) onde esses capitais existam. O montante ou volume de capital social de um agente depende, assim, do volume da sua rede e dos capitais dos elementos pertencentes à rede (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 51 col. 2).<sup>10</sup>

Os grupos de pertença ou as redes de relações duráveis a que se refere dizem respeito a ligações que não podem ser redutíveis a relações objectivas de proximidade física (geográfica), económica ou social (numa palavra, classista). E exactamente porque tais relações são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas, cuja fundação e perpetuação supõe o reconhecimento dessa proximidade. Essas relações (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 51 col. 2) podem apenas existir em estado prático ou podem ser socialmente instituídas e garantidas pela aplicação de um nome comum (de família, classe, tribo, escola, partido, etc.), associado a actos rituais instituidores destinados a informar e formar aqueles que os vivem. Nestas relações, um princípio de relativa coesão e comunalidade material, característico das lógicas de reprodução social dos grupos duradouros (mas que não pode ser reduzido a lógicas utilitaristas de troca material entre os seus membros), funde-se intrinsecamente com um princípio de coesão e comunalidade simbólica, construindo assim, ao instituírem o grupo (que pode e deve ser pensado como rede ou configuração relacional) e a sua identidade, a solidariedade suficiente entre os seus constituintes para que estes se sintam e pensem como próximos. Muitas vezes tão solidários e tão próximos ao ponto de se pensarem como corpo colectivo (familiar, por exemplo; Bourdieu 1993 & 1997<sup>a</sup>). Assim, o montante ou volume de capital social que possui um agente social particular depende da extensão da rede de relações duradouras que pode *efectivamente* mobilizar e do volume de capital (qualquer espécie) possuído por cada um daqueles aos quais está ligado.

Como se pode constatar, nesta definição, o capital social nunca é completamente independente do facto de que as trocas (não necessariamente apercebidas como tal), que instituem o inter-reconhecimento, supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade objectiva e que exerçam um efeito multiplicador sobre o capital “possédé en propre” (Bourdieu 1980<sup>a</sup>: 2 col. 2). Tal como, devido a essa necessidade de um mínimo de homogeneidade objectiva, nunca é completamente independente, embora possua autonomia

---

<sup>10</sup> O que não quer dizer, como veremos, que seja *igual* ao volume da rede social e dos capitais específicos que nela existam.

relativa, dos restantes capitais detidos pelo agente, ou até dos capitais de todos a quem está ligado de forma durável (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 52 col. 1).

Os lucros ou ganhos, materiais e simbólicos, providenciados pela pertença a um grupo são, assim, o fundamento da solidariedade que o torna possível (Bourdieu 1980<sup>a</sup>: 2 col. 2). Não quer isto dizer que sejam conscientemente procurados como tal (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 52 col. 1). De facto, a solidariedade que fundamenta cognitivamente as trocas pode ser expressa, pelos intervenientes, não só como sendo de natureza exclusivamente simbólica (não remetendo explicitamente para a materialidade, antes eufemizando-a), como também em puros termos emocionais. Tal é particularmente o caso dos grupos familiares (Lima 1993), exemplo primeiro, no pensamento de Bourdieu, para as lógicas de reprodução grupal da posição social relativa do grupo enquanto tal (ou seja, que tentam manter a identidade do grupo,<sup>11</sup> bem como os recursos de que dispõe).

Assim, para Bourdieu (1980<sup>a</sup>: 2 col. 2), a rede de ligações duráveis é o produto de estratégias práticas<sup>12</sup> de investimento, individuais ou colectivas, conscientemente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou reprodução de relações sociais directamente utilizáveis (a curto e longo prazo), ou seja, orientadas para a transformação de relações contingentes, isto é, não necessários (como todas podem potencialmente ser), em relações ao mesmo tempo necessárias e electivas, implicando obrigações duráveis, subjectivamente sentidas (sentimentos de amor, de reconhecimento, de respeito, amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas enquanto direitos (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 52 col. 1). Tal faz-se pela troca incessante, enquanto comunicação que supõe e produz o conhecimento e reconhecimento mútuos. A troca transforma desta maneira as coisas trocadas em símbolos de reconhecimento e, através desse reconhecimento mútuo e da pertença ao grupo que acarreta, produz o grupo e determina ao mesmo tempo os limites do grupo (de inclusão e exclusão), ou

---

<sup>11</sup> É claro que essa identidade colectiva pode ser fenomenalmente muito diversificada – desde contextos sociais, mais característicos das sociedades tradicionais pré-modernas (o que não quer dizer que não possam verificar-se na modernidade), de forte preponderância do Nós sobre o Eu, para utilizar a linguagem de Elias (1993), até contextos de forte individualização característicos da modernidade (Burkitt 1990; Giddens 1994; Beck & Beck-Gernsheim 2002). Note-se que a individualização é um processo estrutural das sociedades modernas (decorrente do aumento da diferenciação social e da complexidade sistémica societal) que não elimina as regularidades sociais, porque não elimina o facto, ontológico poderíamos dizer, de que os indivíduos (específicos) se constituem enquanto tal em contextos sociais (específicos e diferenciados, quer material, quer simbolicamente) de socialização, incorporação e construção identitária (por mais que estes sejam dinâmicos e temporalmente mutáveis). Não há indivíduos humanos fora da sociedade.

<sup>12</sup> Na definição disposicional que lhes dá, enquanto resultado das possibilidades práticas do *habitus*, e não enquanto acções tácticas conscientemente orientadas para a obtenção de um ganho (Bourdieu 1987).

seja, os limites a partir dos quais a troca constitutiva não tem cabimento (Bourdieu 1980<sup>a</sup>: 3 col. 1). A reprodução do capital social é, assim, tributária não só das trocas, mas também de todos os encontros e sociabilidades mais ou menos institucionalizadas que, pela frequência frequente e num trabalho<sup>13</sup> incessante de instituição e de consagração simbólica (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 52 col. 1), produzem, e muitas vezes conscientemente visam, a manutenção do grupo.

Alejandro Portes (2000<sup>a</sup>: 135), considera a definição de capital social de Bourdieu a de maior refinamento teórico, considerando que o seu conceito “é de índole instrumental, centrando-se nos benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da participação nos grupos e na construção deliberada de sociabilidades tendo em vista a criação de capital social”.<sup>14</sup> Os dois elementos centrais da sua definição, ainda segundo Portes, são então, por um lado, a relação social que permite o acesso a bens e, por outro lado, esses bens e recursos (sua quantidade e qualidade).<sup>15</sup> Estes dois elementos permitiriam o acesso a bens ou serviços ou estatuto e posições, além de incorporações disposicionais (capital cultural incorporado pela socialização).<sup>16</sup> A caracterização em torno destes dois elementos, com certeza centrais, faz

---

<sup>13</sup> A reprodução do capital social implica, portanto e como todas as restantes espécies de capital, um *trabalho acumulado*, aqui enquanto esforço incessante de sociabilidade e tempo (logo, indirecta ou directamente, investimento de capital económico e cultural; Portes 2000<sup>a</sup>: 135) e o adquirir de competências relacionais (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 52 col. 2).

<sup>14</sup> Se uma análise em termos de capitais de qualquer relação social implica necessariamente alguma redução instrumental dessa relação, tal não nos deve fazer absolutizar tal redução. Uma análise dos aspectos e verdades instrumentais das relações sociais não pode, sem cair no reducionismo, tomar a redução analítica pela totalidade do fenómeno. Para mais quanto a conceptualização deve tomar em consideração, como o faz Bourdieu, que o instrumental e o expressivo estão, nas práticas e representações dos agentes sociais, umbilicalmente confundidos. A instrumentalidade da relação é uma das instâncias da relação, que não a esgota. Quer isto dizer, como vimos, que as práticas que subjazem ao que podemos apelidar de capital social não são necessariamente subjectivamente apercebidas como instrumentais – muito pelo contrário. Assim, e contrariando a qualificação algo apressada e simplista de Portes, as sociabilidades que fundamentam os efeitos de solidariedade a que chamamos capital social não são levadas a cabo, necessariamente, com o objectivo consciente de aumentarem os recursos, mas antes com o objectivo subjectivo de existirem. Na maioria dos casos, a sociabilidade é o desígnio da sociabilidade (até porque supostamente desinteressada). Ainda que entre os seus efeitos, mas longe de ser o único, esteja aquilo a que chamamos de capital social. Sobre a redução que o conceito de capital social opera sobre a multidimensionalidade das sociabilidade, ver Bidart 1997.

<sup>15</sup> Cannone (2009: 42), por sua vez, fala em três componentes na definição de capital social em Bourdieu: pertença ao grupo (o social), recursos do grupo (o capital) e o reconhecimento mútuo. Ao autonomizar este último elemento, permite-nos não esquecer os processos de reciprocidade e solidariedade que fundam subjectivamente trocas não instrumentais ou utilitaristas.

<sup>16</sup> Note-se que este último efeito, o do capital cultural incorporado através de processos de socialização, raramente é objecto da maioria das análises e investigações em linha com o quadro conceptual iniciado por

com que muitas vezes o capital seja reduzido às redes<sup>17</sup> e aos recursos potenciais nelas disponíveis,<sup>18</sup> ao passo que a essência do capital social reside no efectivo ou potencial acesso dos agentes às suas redes e seus recursos e não tanto nas redes e recursos em si (Finsveen & Van Oorschot 2008: 294/295). A questão central é aqui o acesso, particularmente o acesso realizado. Se o capital social é, em linha com a definição de Bourdieu, um princípio de efeitos sociais múltiplos decorrente da integração em redes de relações duradouras, então, mesmo existindo em potência com a integração dos agentes nessas redes, só existe em acto quando os efeitos dessa integração se realizam – o capital social só se torna real quando o acesso aos recursos da rede se realiza.

É necessário ter em consideração que, na conceptualização de Bourdieu, mesmo podendo, em última análise, ser reduzido a capital económico (já que os seus efeitos são passíveis de contabilização monetária),<sup>19</sup> o capital social, bem como o cultural, tem lógicas de aquisição próprias que não podem ser reduzidas às lógicas de outras modalidades de capital, sendo mais incertas e menos transparentes (até porque intangíveis, não materiais).<sup>20</sup> Como nos diz Portes (2000<sup>a</sup>: 135) “as transacções que envolvem capital social tendem a ser caracterizadas por obrigações tácitas, por horizontes temporais incertos, e pela possibilidade de violação das expectativas de reciprocidade.”<sup>21</sup> No contexto da nebulosidade que caracteriza os processos de aquisição do capital social é necessário, então, um centramento analítico e explicativo na activação do acesso aos recursos. Tal é patente quando Bourdieu (2005: 76) afirma que o capital social é “the totality of resources (financial capital and also information, etc.) *activated* through a more or less extended, more or less mobilizable network of relations that procures a competitive advantage by providing higher returns on investment.” É esta activação dos recursos disponíveis na rede que dá realidade à “the very potency of networks,

---

Bourdieu, que se tendem a centrar nos efeitos mais directamente observáveis e quantificáveis em termos de capital económico. Até porque o próprio Bourdieu (2005: 78) qualificou o capital social como “the economic efficacy of networks (or, better, social capital)”.

<sup>17</sup> Aliás, Bourdieu (2005: 87 n. 4) afirma que a sua concepção do capital social difere das definições que subsequentemente foram dadas na sociologia e economia americanas (em continuidade com Coleman e Putnam), porque toma em conta não apenas a rede de relações, mas também o volume de capital de diferentes espécies “that it enables to be mobilized by proxy” (e ao mesmo tempo os vários lucros que pode produzir).

<sup>18</sup> Ainda que muitas vezes reconhecendo tal redução como medida indirecta do capital social (Lin 2001 & 2008).

<sup>19</sup> Em Bourdieu todas as formas de capital são fungíveis e/ou convertíveis, mesmo que com dificuldades, podendo ser reduzidas a capital económico.

<sup>20</sup> É claro que o capital cultural (incorporado) é passível de objectivação material na forma de diplomas credenciais. Neste sentido é menos intangível que o capital social.

<sup>21</sup> O que aliás contribui para ocultar a instrumentalidade dessas transacções (Portes 2000<sup>a</sup>: 135).

which a rigorously defined notion of social capital takes into account”, a qual depende “first and foremost, on the position the agents occupy in those structural microcosms that are economic fields” (Bourdieu 2005: 78).

Fica bem patente que, em Bourdieu, a conceptualização do capital social é, acima de tudo, a conceptualização de um *capital*. Ora, qualquer esforço teórico para pensar alguns dos efeitos das relações sociais em termos de produção, reconversão e apropriação de capital será sempre um esforço para pensar a desigualdade social. É por tal que Cannone afirma que, a partir de uma visão globalmente marxista do capital, entendendo-o como “the stock of tangible and intangible resources which altogether foster the hierarchical social structure of capitalism, reproducing social differentiation and exclusion”<sup>22</sup> (Cannone 2009: 42), “More than as a predetermined asset which is socially or naturally inherited, Bourdieu thus envisages social capital as the result of a dynamic and relational process and as the consequence of an endless institutional endeavour aimed at creating and maintaining durable and useful relations able to secure material or symbolic advantages” (Cannone 2009: 43). Estas redes e estes recursos seriam primeiro herdados da família e, posteriormente, desenvolvidos através de um trabalho incessante de acumulação (conseguido ou não, claro).

É certo que a perspectiva de Bourdieu procurava primordialmente pensar a reprodução das elites dominantes<sup>23</sup> (Lin 2008: 25; Field 2008: 20), ou seja, aquelas caracterizadas por elevados volumes de capital em qualquer espécie, procurando demonstrar, como já o tinha feito em relação às lógicas de reprodução do capital cultural, que a manutenção dessa posição dominante passava igualmente pela apropriação de recursos relacionais (possibilitadores de outros recursos) e que não era exclusivamente uma reprodução económica. Nesta visão, os recursos relacionais das classes não dominantes (médias ou populares) não parecem ter sido objecto de inquirição. Não quer isso dizer que, mesmo para menores recursos globais de

---

<sup>22</sup> Daí Bourdieu (2005: 77) criticar Mark Granovetter e a proposta conceptual geral que subjaz à sua hipótese da força dos laços fracos (Granovetter 1973, 1982, 1985 & 1995), afirmando que a ideia de que as relações económicas estão *embedded* (embutidas, incorporadas, enterradas, incrustadas, encaixadas, etc.) em redes sociais é insuficiente, e que apenas faz a análise das relações económicas escapar ao individualismo das teorias da escolha racional que dominam a ciência económica (ou o trabalho de James Coleman, 1988<sup>a</sup>, 1988<sup>b</sup> & 1990) para cair no mero interaccionismo (ainda que numa versão mais sistémica do que todos os avatares do interaccionismo simbólico, já que ultrapassa a pura análise das situações de interacção com uma análise das redes de interacção e dos efeitos destas), ignorando os efeitos estruturais do campo, ou seja, dos espaços sociais (mormente o campo económico) de desigualdade posicional estrutural.

<sup>23</sup> Daí o ter dedicado parte substancial do seu pequeno artigo inicial (Bourdieu 1980<sup>a</sup>) aos efeitos de representação do grupo e apropriação do capital social colectivo por indivíduos específicos, exemplificando sempre com casos de elite.

capital e ainda que com menor impacto, os processos de capital social dessas categoriais não dominantes não possam ser também investigados (Cannone 2009: 50; Schuller, Baron & Field 2000: 5; Retière 2003: *passim*), como modalidades específicas não só de reprodução colectiva, mas igualmente de procura de mobilidade social ascendente (pelo aumento, através da acumulação, do volume global de capital).

Estamos aqui, de toda a maneira, face a um esforço notável para, no âmbito de uma proposta mais vasta sobre a relação entre estrutura e acção e sobre os processos de diferenciação social, pensar unitariamente os efeitos de uma vasta multiplicidade fenomenal de inserções relacionais – desde pertenças grupos e redes familiares e de parentesco, passando por toda uma série de sociabilidades crescentemente formalizadas, até redes organizadas (mesmo clientelares) de procura explícita de benefícios sociais e poder.

### **1.3. A escola norte-americana**

As outras grandes propostas conceptuais do capital social dão-se em contexto de língua inglesa, nos Estados Unidos da América. Vimos já como as primeiras aparições do termo foram norte-americanas (Hanifan 1916; Jacobs 1961).<sup>24</sup> Estas primeiras deambulações não tiveram, no entanto, repercussão significativa. Foi o economista Glenn Cartman Loury (1977 & 1981), na sua crítica às visões económicas ortodoxas e individualistas do conceito de capital humano, quem retomou a ideia, sugerindo que as condições de mobilidade social e melhoria de nível de vida estavam dependentes do “contexto social”, mas não chegando a desenvolver detalhadamente o conceito de capital social, antes usando-o como vaga metáfora para pensar a igualdade de oportunidades entre grupos étnicos norte-americanos “em função das respectivas ligações sociais”<sup>25</sup> (Portes 2000<sup>a</sup>: 136).

Loury terá sido, entre outros, uma das influências na conceptualização do sociólogo James Coleman, o primeiro a desenvolver, a partir de uma base paradigmática individualista e utilitarista, uma definição sistemática em inglês de capital social (Cannone 2009: 44). A partir deste contributo, a noção espalha-se e torna-se objecto colectivo de trabalho e reflexão. Este contributo será retomado pelo cientista político David Putnam, que virá a produzir a definição de capital social com mais impacto no mundo de língua inglesa e, por essa via, no mundo todo (Cannone 2009: 46).

---

<sup>24</sup> Mesmo Ulf Hannerz (1969), apesar de sueco, desenvolveu o seu conceito em pesquisa de terreno nos Estados Unidos da América.

<sup>25</sup> O que não deixa de ecoar, mesmo que parcialmente, o trabalho de Hannerz (1969).

### 1.3.1. James Coleman

Foi James Coleman quem, pegando no contributo de Loury, influenciado pelo conceito de capital humano de Gary Becker, que dele, aliás, retomaria o conceito de capital social (Becker 1996), acolhendo parcialmente os contributos de Nan Lin e Mark Granovetter, mas não mencionando Bourdieu (Portes 2000<sup>a</sup>: 136), veio a desenvolver uma conceptualização de capital social no âmbito da sua teoria da escolha racional.

Coleman é, no seguimento de George C. Homans e da sua teoria da troca (Turner 2003), um dos maiores expoentes da teoria da escolha racional em sociologia (Field 2008: 23/24), procurando explicar os fenómenos sociais como resultado emergente das escolhas racionais feitas por indivíduos orientados por critérios utilitaristas. Coleman (1990) defendeu que o aparecimento das organizações e das normas culturais dever-se-ia às escolhas dos indivíduos, na sua definição maximizadores utilitaristas racionais, porque estes teriam interesse na estabilização dos próprios ambientes de troca. De facto, no seu pensamento, os sistemas de trocas alargados e estabilizados requerem a existência de relações duráveis, sendo que estas se baseiam na confiança entre agentes. Ora, segundo Coleman, a estabilização da confiança exige transferências de direitos individuais para agir, sendo que as relações originadas por essas transferências geram recursos sociais. As relações de confiança gerariam obrigações, as de autoridade gerariam poder e as normas originariam valores. Obrigações, poder e valores, ou seja, o conjunto dos recursos sociais, constituem para Coleman o capital social, que pode não só beneficiar actores individuais, como é usado na constituição de actores colectivos (organizações).

Assim, segundo Coleman (1988<sup>a</sup>: S98; 1990: 302), o capital social, definido pela sua função, seria o conjunto de recursos sócio-estruturais (não uma única entidade, mas uma variedade de entidades) com dois elementos em comum: consistem em algum aspecto da estrutura social (no sentido de redes sociais); facilitam certas acções dos indivíduos, pessoas ou organizações, que estão dentro dessa estrutura (ver também Portes 2000<sup>a</sup>: 136).<sup>26</sup>

O capital social seria (Coleman 1994: 170-176), desta feita, qualquer aspecto da organização social (informal) que constitui um recurso produtivo para um ou mais actores.

---

<sup>26</sup> Nas definições originais: “Social capital is defined by its function. It is not a single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors whether persons or corporate actors within the structure (Coleman 1988<sup>a</sup>: S98); “Social capital is defined by its function. It is not a single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: They all consist of some aspect of social structure, and they facilitate certain actions of individuals who are within the structure” (Coleman 1990: 302).



Produtivo porque torna possível a prossecução e o alcançar de objectivos que não o seriam de outro modo. É consequência de relações informais (família, amigos, conhecidos), estabelecidas por razões não económicas, mas que teriam consequências económicas. Seria um bem público, no sentido em que não pode ser produzido sem cooperação, através das acções combinadas de vários indivíduos.<sup>27</sup>

O conceito de Coleman representa um marcado desvio em relação à conceptualização bourdieusiana. Não só é desenvolvido dentro de um quadro paradigmático e mesmo epistemológico radicalmente diferente – um de individualismo analítico (que pensa as propriedades estruturais dos colectivos humanos em termos de resultados agregados e/ou não intencionais de escolhas individuais racionais), como visualiza o capital social enquanto conjunto de propriedades (emergentes) dos grupos sociais. Se Bourdieu pensa o capital social enquanto efeito (apropriável e lucrativo para indivíduos ou grupos) resultante das sociabilidades e dos recursos que nelas se trocam, já Coleman pensa-o, não sem ambiguidades, como resultado (por regra entendido como positivo, individual e colectivamente) da organização dos grupos (obrigações recíprocas, estruturas organizacionais de poder, valores). Alguns (por ex. Adam & Roncevic 2003) caracterizaram esta alteração conceptual como uma mera mudança de um suposto acento, em Bourdieu, nos resultados individuais, para um acento, em Coleman, nos resultados grupais, organizacionais, institucionais ou mesmo sociais, ou seja, uma mera mudança de uma perspectiva egocêntrica para uma sociocêntrica. Trata-se, a nosso ver, de muito mais do que isso, já que, ainda que ambos tentem pensar as consequências das modalidades de ligação social (as redes, os grupos, as sociabilidades), Bourdieu é mais preciso quando define capital social como a activação do conjunto de recursos (pensados também eles como capitais apropriáveis e lucrativos – económico nomeadamente) propiciados pela inclusão em redes relacionais duráveis. Coleman é não só mais vago, como confunde os efeitos, em termos de potencial apropriação de recursos,<sup>28</sup> de inclusão nas redes com a coesão ou modalidades de integração e organização das redes e grupos.

---

<sup>27</sup> Contrariamente, em Bourdieu o capital social é um bem privado, no sentido em que é produzido e apropriado por agentes posicionados no espaço social (ou estrutura de classes) e porque não se confunde com as próprias redes que estão na sua origem. Quando Coleman, bem como Putnam, consideram o capital social um bem público, mesmo tendo em atenção as suas particulares definições (em que se tende a confundir com as características das redes sociais), acabam por não levantar a questão da sua repartição desigual em termos de funcionalidade inerente aos sistemas de estratificação, para utilizar a expressão de Lin (2008: 25).

<sup>28</sup> Que, tenhamos em mente, não são os únicos efeitos resultantes da inclusão dos agentes em redes sociais.

No seu artigo de 1988, Coleman<sup>29</sup> (Cannone 2009: 44) investigava os papéis centrais levados a cabo pela família e comunidade envolvente na constituição de capital humano (conhecimentos e competências desenvolvidas pelos indivíduos através, principalmente, da educação formal), mostrando que esse capital humano não é apenas o resultado das instituições escolares, mas também do que definiu como capital social dos alunos, ou seja, os valores, normas e obrigações dos grupos a que pertencem.<sup>30</sup> Assim, grupos coesos e com fortes obrigações morais aumentariam a confiança entre os seus membros, logo a solidariedade e controlo social, desta forma diminuindo os custos das transacções sociais. Enquanto para Bourdieu o capital social é um recurso a que os agentes podem ter acesso e que permite, por sua vez, acessos a outras formas mais tangíveis de capital, para Coleman é um efeito positivo dos grupos que diminui as externalidades negativas e aumenta a capacidade de acção dos indivíduos. Não é, em Coleman, algo potencialmente possuído pelos indivíduos inseridos em redes sociais, mas algo inerente a uma dada estrutura social (relações familiares, organizações sociais comunitárias, etc.) e é sempre definido beneficemente (Cannone 2009: 45). Para Portes (2000<sup>a</sup>: 136) tal definição cai na tautologia e circularidade, já que qualquer elemento de uma ‘estrutura social’ se transforma em capital social quando trabalha, ‘positivamente’, para um resultado particular num contexto particular para um actor particular.

Portes (2000<sup>a</sup>: 136) é também daqueles (tal como Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 1) que consideram que esta definição vaga e generalista levou, em trabalhos e autores posteriores, a que diferentes tipos de processos, muitas vezes contraditórios, pudessem passar a ser designados por capital social. Segundo ainda Portes (2000<sup>a</sup>: 136/137) tal confusão e proliferação, aprovada por Coleman, inclui no mesmo conceito dimensões que deviam permanecer distintas: os eventuais mecanismos geradores de capital social (como as expectativas de reciprocidade, a confiança e as normas grupais); as consequências da detenção de capital social (ex. acesso privilegiado a informação, trocas mais vantajosas, controlo social, etc.); a organização social apropriável que é o contexto dos dois anteriores, ou seja, as redes e grupos sociais e as suas características organizacionais. Na visão de Portes (2000<sup>a</sup>: 137), “um tratamento sistemático do conceito tem de distinguir: (a) os possuidores de capital social (os

---

<sup>29</sup> Coleman 1988<sup>a</sup>.

<sup>30</sup> Segundo Fine (2000: 65-81), o que encontramos em Coleman é apenas a extrapolação de uma hipótese, sobre a relação positiva entre apoio familiar e escolarização (católica), para uma teoria geral da sociedade, nostálgica dos laços fortes de uma idílica *gemeinschaft* passada em detrimento da suposta individualista *gesellschaft* presente (Cannone 2009: 50; utilizando as clássicas expressões de Tönnies 1977 [1912]).

que o solicitam); (b) as fontes de capital social (os que dão); (c) os recursos propriamente ditos”. Tal distinção, no âmbito de uma conceptualização que explica melhor os processos de diferenciação e desigualdade social, está bem patente na definição de Bourdieu. Para mais quando Coleman cai na defesa do comunitarismo (Cannone 2009: 45/46) ou mesmo conservadorismo tradicionalista (Field, Schuller & Baron 2000: 246; Perret 2006: 306), ao defender que as comunidades ou grupos fortemente coesos e fechados (Portes 2000<sup>a</sup>: 137/138) têm mais capital social e que tal é benéfico para o indivíduo e sociedade (Field 2008: 27-30). Neste sentido, e numa clara avaliação moral das sociedades modernas, via o que considerava como a crise da família (com a não perenidade conjugal ou a diminuição da exclusiva dedicação das mães aos cuidados com os filhos em prol de inserções no mercado de emprego, por exemplo; no que é parcialmente seguido por Portes 2000<sup>a</sup>: 142) e das comunidades religiosas, a par do aumentar do individualismo e de ambientes sociais ‘abertos’ (Cannone 2009: 45), como fenómenos globalmente negativos que ameaçavam, pela diminuição do controlo social, o “social capital on which societal functioning has depended” (Coleman 1991: 9).

A conceptualização de Coleman, apesar das suas limitações e implicações (científicas e políticas) pode-se considerar seminal, pelo mesmo em contexto linguístico de língua inglesa, já que foi a que abriu o campo de discussão científica aos processos do capital social, seja qual for a sua definição e por mais vaga que esta possa ser. Nomeadamente porque foi a Coleman que Putnam foi buscar o conceito (Cannone 2009: 46; Field 2008: 34), usando-o, tal como o anterior, para explicar formas de organização social que não são suficientemente explicadas pelas teorias económicas. Este tipo de teorização difusa sobre as modalidades de coesão grupal e comunitária pode ser, assim, considerado, como um “first step in a wider process of colonization of the social sciences by neoclassical economics, now provided with a concept – social capital – to clarify what economic models and formulas could not completely frame: human agency.” (Cannone 2009: 46: posição também defendida por Fine 2000).

Em nossa opinião, o único contributo claramente positivo de Coleman, em torno da problemática do capital social, foi ter expandido a restrição bourdieusiana às elites para tratar igualmente as relações sociais de grupos ou categoriais de não-elite, como grupos ‘populares’, ‘trabalhadores’ ou de ‘classe baixa’ (Schuller, Baron & Field 2000).

### **1.3.2. Robert Putnam**

O cientista político Robert Putnam é o grande responsável pela presente popularização da expressão capital social, sendo considerado por muitos o maior expoente da teoria do capital

social (Newton 1999: 3; Häkli & Minca 2009: 1). Retirando o conceito a Coleman, que aponta como sua principal fonte (Routledge & Amsberg 2003: 168), acentuará o seu carácter societal, adoptando uma visão macro-social e territorializada e ignorando a distinção bourdieusiana entre recursos e seus possuidores (Cannone 2009: 46). Alargando a herança de Coleman, a do capital social como quase sinónimo para a coesão grupal com efeitos ‘positivos’, para lá dos grupos fechados e trabalhando sobre o empenhamento e participação cívicas (Boggs 2001), Putnam defende uma definição de capital social que quase o equivale a associativismo produtor de confiança generalizada, civismo e desenvolvimento sócio-económico (Cannone 2009: 46; Portes 2000<sup>a</sup>: 149).<sup>31</sup> Assim, capital social em Putnam, continuando, tal como em Coleman, a ser uma propriedade dos colectivos humanos, refere-se à existência numa determinada sociedade de redes sociais (‘fechadas’ ou ‘abertas’, mas particularmente estas últimas) em conjunção com as normas de reciprocidade e de confiança que supostamente delas resultam. Putnam definiu capital social (Portes 2000<sup>a</sup>: 149; Newton 1999: 3) como o conjunto de propriedades da vida ou organização social (redes, confiança e normas), que podem aumentar a eficiência da sociedade ao permitirem que os seus participantes ajam conjuntamente de forma efectiva com vista à obtenção de objectivos partilhados.<sup>32</sup>

A mobilização e redefinição do conceito operadas por Putnam iniciaram-se com o seu trabalho sobre democracia e tradições cívicas em Itália (Putnam, Leonardi & Nanetti 1993), onde argumentou, nomeadamente para dar conta das diferenças de desenvolvimento entre o norte e o sul desse país, que o capital social (na sua definição) seria central para a existência de níveis elevados de desempenho das instituições políticas e económicas e para a manutenção da democracia. As diferenças regionais que constatou dever-se-iam, assim, a

---

<sup>31</sup> Em Putnam a indefinição do conceito de capital social enquanto, pura e simplesmente, participação cívica ou como “connections among individuals – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them” (Magee 2008: 311), é permanente. Tal é patente quando nos diz: “Whereas physical capital refers to physical objects and human capital refers to the properties of individuals, social capital refers to connections among individuals – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them. In that sense social capital is closely related to what some have called ‘civic virtue’. The difference is that ‘social capital’ calls attention to the fact that civic virtue is most powerful when embedded in a sense network of reciprocal social relations. A society of many virtuous but isolated individuals is not necessarily rich in social capital” (Putnam 2000: 19).

<sup>32</sup> Nas definições originais, capital social é: “features of social organizations, such as trust, norms and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions” (Putnam, Leonardi & Nanetti 1993: 167); “features of social life – networks, norms and trust – that enable participants to act together more effectively to pursue shared objectives” (Putnam 1995: 664-665).

maiores níveis de capital social no norte italiano do que no sul (G. L. H. Svendsen & G. T. Svendsen 2004: 250 e ss.). Tal conceptualização veio a prolongar-se com o seu estudo sobre o que denominou de declínio do capital social nos Estados Unidos da América desde os anos 50 do século XX – o famoso “*Bowling Alone*” (Putnam 1995 & 2000, para o artigo e para o livro, respectivamente). Neste argumentou que se tinha verificado uma redução em todas as formas de relacionamento ou ligação social<sup>33</sup> e que tal estaria a minar a participação cívica activa que uma forte democracia exigiria dos seus cidadãos.

Ao contrário de Coleman, que visualizava o declínio do capital social (na sua acepção de coesão social) como resultado quase exclusivo da desagregação comunitária (devido à erosão da família tradicional e da diminuição da força de organizações de enquadramento e controle social e moral, como as igrejas), Putnam apontou como principal razão para tal declínio o suposto individualismo crescente dos tempos de lazer devido aos consumos televisivos e utilização da internet (G. L. H. Svendsen & G. T. Svendsen 2004: 250), embora não deixe de perfilhar parte do conservadorismo do primeiro (Perret 2006: 306).

Tal como Coleman, Putnam demonstra uma preocupação não só com a existência ou não de capital social (numa sociedade em geral ou em comunidades específicas), mas também com a questão de saber qual o tipo de organização social que mais favoreceria a sua existência (ou seja, a participação cívica). Para tal introduz a distinção entre capital social “bonding” e “bridging” (Fischer 2005: 160). O primeiro refere-se a redes sociais fechadas e homogéneas (mais coesas), enquanto o segundo se refere a redes sociais abertas e socialmente heterogéneas (menos coesas). Ambos os tipos de capital social reforçar-se-iam mutuamente e ambos seriam necessários para a eficiência e democraticidade das sociedades.<sup>34</sup>

Desde a publicação de “*Bowling Alone*”, Putnam tem-se envolvido em investigação comparativa sobre o capital social de diferentes países (Putnam 2002), bem como em esforços vários com o objectivo político de aumentar o capital social na sociedade norte-americana (Putnam, Feldstein & Cohen 2003).

O seu trabalho, ao mesmo tempo que encontrado largas audiências, académicas e políticas, e sido objecto de vastos elogios, tem também sido alvo de críticas cerradas. Estas críticas centram-se em dois aspectos gerais (Portes 2000<sup>a</sup>: 150): o primeiro tem a ver com a

---

<sup>33</sup> Embora tal declínio não deva ser entendido como uma espécie de “fall from grace”, mas como uma “relatively recent reversal of social trends” (Fischer 2005: 155).

<sup>34</sup> Gunnar L. H. Svendsen (2006) aponta como, em contextos sociais concretos, existem sempre mesclas complexas entre capital social “bonding” e “bridging”, embora se possa analisar a prevalência de um ou de outro.

validade das suas conclusões empíricas sobre o suposto declínio da participação cívica; o segundo tem a ver com os aspectos teóricos e normativos do seu conceito de capital social.

Em relação ao primeiro aspecto, Arneil (2006), por exemplo, argumenta que Putnam tem tendencialmente uma visão idílica das comunidades passadas,<sup>35</sup> passando em branco o facto de que eram atravessadas por fortes desigualdades, não só de classe, mas de género e étnicas, e que o presente não é de colapso da participação, mas antes de alteração das formas de participação, as quais são ignoradas ou desclassificadas por Putnam. Fischer (2005), por seu lado, argumenta que Putnam se concentra excessivamente nas formas organizacionais formais das redes sociais e presta pouca atenção a redes inter-pessoais informais, bem como negligencia o aparecimento de novas modalidades de mobilização, participação e organização – *online* ou não. G. L. H. Svendsen & G. T. Svendsen (2004: 254 e ss.), seguindo Portes (2000<sup>b</sup>), acusam a abordagem macro-histórica de Putnam de excessiva simplificação dos dados históricos, pelo seu foco unilateral nos efeitos positivos que derivam de uma reserva de capital social ao nível macro-social. Argumentam igualmente que essa simplificação é baseada numa subestimação geral do facto de que o capital social numa população não só está desigualmente distribuído, mas também varia em qualidade. Assim uma população pode conter formas de cooperação em rede quer socialmente benéficas quer destrutivas, ou seja, capital social ‘positivo’ ou ‘negativo’.

As críticas mais relevantes são aquelas que se focam nos aspectos propriamente conceptuais da expressão. Fischer (2005: 157), referindo-se à aceção putnamiana, considera que a utilização da expressão capital social é mesmo desnecessária, já que “clearer and simpler terms – such as membership, family, sociability and trust – serve perfectly well”.<sup>36</sup> De facto, a crítica central de que Putnam é objecto diz respeito à confusão entre dimensões que pode ser encontrada no seu conceito de capital social, já que nele estão emaranhadas, de

---

<sup>35</sup> De resto, tal como Coleman (Field 2008: 30).

<sup>36</sup> Fischer (2005: 157) continua, afirmando que “Putnam implicitly recognizes the problem when he switches to other metaphors to describe types of ‘social capital’: ‘bridging’ and ‘bonding’. These are both terms much more suited to modify the metaphor of ‘ties’ than that of capital. ‘Social capitalism’ has expanded in all directions like a swamp in wet weather. Glaeser *et al.* (2000, p. 3), for example write that ‘individual social capital (is) a person’s social characteristics – including social skills, charisma, and the size of his Rolodex – which enables him to reap market and non-market returns from interactions with others’. This is not much different from saying that social capital is everything psychological and sociological about a person”.

forma pouco clara e vaga,<sup>37</sup> as normas,<sup>38</sup> a confiança, as redes (particularmente as associações voluntárias) e a eficiência de funcionamento da sociedade (Newton 1999: 3, Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 1). Portes (2000<sup>a</sup>: 150) vai ainda mais longe e afirma que o capital social na definição de Putnam, em que é medido pelo “nível de envolvimento associativo e de comportamento participativo” bem como pela confiança nas autoridades políticas e apresentado como panaceia para todos os males sociais, é uma noção logicamente circular e tautológica, que confunde causa e efeito e que apenas acaba por dizer que as sociedades com virtude cívica (civilidade pública) são as melhores (Portes 2000<sup>a</sup>: 151).

Esta visão putnamiana tem dimensões normativas muito explícitas (Häkli & Minca 2009: 1) e, em grande medida, limita-se a tentar explicar os supostos determinantes culturais dos fenómenos políticos e governamentais<sup>39</sup> (daí o acento na confiança; Häkli 2009: 23). Cai, aliás, numa noção reificada das geografias da confiança e participação cívica:<sup>40</sup> Norte de Itália *versus* Sul (ou mesmo Europa do Norte *versus* Europa do Sul), América do Norte *versus* ‘América Latina’, ‘países católicos’ *versus* ‘protestantes’, etc. (Häkli 2009: 29).<sup>41</sup>

Vários autores (Fine 2000; McLean, Schultz & Steger 2002; Cannone 2009) argumentam até que as ideias putnamianas têm servido para legitimar orientações políticas neo-liberais contemporâneas, de desmantelamento do estado providência e diminuição da despesa pública (veja-se a sua adopção pelo Banco Mundial – Grootaert & Bastelaer 2002). A sua rápida aceitação por grande parte da economia académica e institucional, já que o conceito de capital social providenciava uma maneira aparentemente sistemática de tratar o que de ‘irracional’ e informal escapava às explicações racionalistas do funcionamento dos

---

<sup>37</sup> Embora se pressuponham mutuamente. Autores como Bekkers *et al.* (2008: 205) argumentam, *a contrario* de Putnam, que “Membership in voluntary associations tells us very little about the degree of solidarity and cohesion in networks”.

<sup>38</sup> Embora Putnam tenha vindo a abandonar as normas e a identificar capital social com as redes, dando mais relevo hoje à reciprocidade do que à confiança (Schuller, Baron & Field 2000: 11).

<sup>39</sup> Ainda que tenha vindo a atenuar o determinismo cultural da sua proposta teórica, salientando como as políticas públicas são um factor central de mudança social (na criação ou destruição de redes sociais), globalmente o pendor culturalista da perspectiva de Putnam (*versus*, nomeadamente uma visão mais institucionalista) continue marcado (G.L.H. Svendsen & G.T. Svendsen 2004; Abu-El-Haj 1999<sup>a</sup> & 1999<sup>b</sup>).

<sup>40</sup> Ver também, associando elevado capital social putnamiano a condições sociais, políticas e económicas: Curtis, Baer & Grabb (2001) a países mais ricos, protestante ou de vincada pluralidade religiosa, com mais longa ou forte tradição de democracia parlamentar, com menos corrupção ou cultura pouco familiarista; Costa & Kahn (2001) a países etnicamente homogéneos; Kaasa & Parts (2008) a países do ocidente europeu mais do que do leste; Gesthuizen, Meer & Scheepers (2008) a países de menor desigualdade de rendimentos.

<sup>41</sup> Sem ter noção que o capital social (na acepção de redes sociais, pelo menos), quando desigualmente distribuído internamente a um contexto regional, pode inclusive potenciar conflitos sociais (Narotzky 2006).

mercados e seus agentes (Cannone 2009: 37), deve-se igualmente ao facto de que quer Coleman quer Putnam empregam uma linguagem conceptual e abordagens metodológicas que não implicam uma reconsideração profunda da ortodoxia económica, antes complementando as suas assumpções ideológicas com uma suposta caução sociológica (Cannone 2009: 39 n. 1). Igualmente, tais teorizações têm sido apropriadas por movimentos políticos e religiosos conservadores para uma defesa de valores tradicionais (da família, da mulher, das comunidades religiosas) enquanto cura para os males sociais (ver, como exemplo, Smidt 2003)

Além das implicações político-ideológicas,<sup>42</sup> o desenvolvimento do conceito de capital social por Putnam tornou mais vaga ainda a definição de Coleman (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 3), levando a medidas tão diversas, mas tantas vezes emaranhadas, quanto: participação em associações voluntárias; múltiplos tipos de rede sociais e em diversas dimensões; acessos a recursos disponíveis em redes; ligações sociais tipificadas (pais-filhos; pais-professores, amigos ou pares e a sua influência, etc.); frequência das interações; relações de apoio; confiança interpessoal ou geral (muitas vezes apenas nas instituições de poder); coesão e integração social, geral ou comunitária; relações e critérios de reciprocidade ou de justiça nas trocas; comportamentos cooperativos; reputação ou *status*; participação eleitoral; leitura de jornais; etc.

O capital social tornou-se, assim, numa espécie de sinónimo para tudo o que não pode ser definido (bem ou mal) como um comportamento racional levado a cabo por agentes económicos utilitaristas (Fine 2000: 40-52). Tornou-se, enfim, sinónimo de ‘social’,<sup>43</sup> numa acepção reducionista dessa realidade, que a coloca, como fenómeno acantonado, à margem da economia, que seria, assim, não-social (Fine 2000: 25-39).

### 1.3.3. Desenvolvimentos

Muitas têm sido as reformulações conceptuais no seguimento dos trabalhos de Bourdieu, Coleman e Putnam.<sup>44</sup> Algumas destas decorrem preponderantemente do trabalho de um desses autores seminais. Outras balanceiam uma mescla entre alguns deles. De uma forma

---

<sup>42</sup> Portes (2000<sup>a</sup>: 152) chega mesmo a dizer que “sair em defesa do comunitarismo é legítimo enquanto posição política; mas não constitui boa ciência social”.

<sup>43</sup> Veja-se a definição dada pelo Banco Mundial (citada em Claridge 2004): “Social capital refers to the institutions, relationships, and norms that shape the quality and quantity of a society's social interactions. Social capital is not just the sum of the institutions which underpin a society – it is the glue that holds them together” (The World Bank 1999)”.

<sup>44</sup> A seguinte sistematização muito deve a Portes (2000<sup>a</sup>: 137 e ss.) e a Claridge (2004).



geral são os contributos de Putnam e de Coleman aqueles que mais impacto tiveram (Field 2008: 22), quedando-se as referências a Bourdieu por um papel lateral ou mesmo de mera evocação de *auctoritas* científica, quantas vezes para caucionar reflexões de sentido contrário à sua (Fine 2000: 105).

Tal como encontramos antecedentes para o uso da expressão capital social, encontramos igualmente autores coetâneos de Coleman, até mesmo ligeiramente anteriores, a utilizarem a expressão em sentidos metafóricos que remetem consideravelmente para as dimensões de coesão social que defendeu. É o caso de Schlicht (1984), que, apesar de não avançar com uma definição formal, apresenta já a ideia de que os actores retiram recursos das redes sociais a que pertencem (Frank & Yasumoto 1998: 645), enfatizando o valor de ordens organizacional e morais enquanto formas de capital social.<sup>45</sup> Na mesma altura, Useem & Karabel (1986), no seu estudo sobre as carreiras profissionais de directores de empresas, chamavam atenção para os efeitos positivos do que denominaram de capital social, definido no seu estudo como tendo origem em famílias de ‘classe alta’ e remetendo para as dimensões não económicas desses contextos familiares (de socialização, valores, coesão e redes de inter-conhecimento).

Já no seguimento de Coleman, Boxman, P. M. De Graaf & Flap (1991), no trabalho em que procuraram demonstrar que o nível salarial dos gestores holandeses dependia de factores não estritamente qualificacionais e profissionais (ver também N. D. De Graaf & Flap 1988), chamaram atenção para os efeitos do capital social, definido como “the number of people who can be expected to provide support and the resources those people have at their disposal” (Boxman, P. M. De Graaf & Flap 1991: 52).<sup>46</sup> Também Loury retomou a ideia, definindo-a, desta feita, como “naturally occurring social relationships among persons which promote or assist the acquisition of skills and traits valued in the marketplace” e articulando-a, mais uma vez, com os processos de manutenção da desigualdade social (Loury 1992: 100). Schiff, na linguagem economicista que é a sua, definiu capital social como “the set of elements of the social structure that affects relations among people and are inputs or arguments of the production and/or utility function” (Schiff 1992: 160/161). Baker (1990:619)

---

<sup>45</sup> Nas suas palavras (Schlicht 1984: 62): “It is obviously very important for the efficiency of any economic system that people obey the rules even if unobserved since this saves control costs, and their desire to appear to themselves as law-abiding citizens is a very important economic asset and can be considered as a kind of social capital – one might speak of ‘moral capital’ just in the same sense as von Weizsacker speaks of the ‘organizational capital’ of a society as embodying the value of the organizational structures present within an economy.”

<sup>46</sup> Esta breve e simples definição não deixa de ter alguns paralelos com a de Bourdieu.

acentuou igualmente a obtenção de recursos através das redes sociais, definindo capital social como um “resource that actors derive from specific social structures and then use to pursue their interests; it is created by changes in the relationship among actors”. Posteriormente, Belliveau, O'Reilly & Wade (1996: 1572), acentuando a homogeneidade social das redes onde o capital social emerge,<sup>47</sup> definiram-no como “an individual's personal network and elite institutional affiliations”. Friedman & Krackhardt (1997: 319) definiram-no, por sua vez, como “the standing one has in a social organization and the concurrent ability to draw on that standing to influence actions of others in the organization”.

Todas estas definições de capital social, que não esgotam, de resto, o rastrear exaustivo de todas as utilizações da expressão, ainda que remetendo sempre para os contextos relacionais dos agentes sociais, prosseguiram com a amálgama de múltiplas dimensões que encontrávamos já em Coleman. Após o trabalho de Putnam, depois da primeira metade dos anos 90 do século passado, tal confusão e indefinição conceptual aumentará ainda mais.

Assim, Brehm & Rahn (1997: 999) ainda definem capital social, mesmo acentuando as dimensões de acção colectiva, por relação às redes sociais, como “the web of cooperative relationships between citizens that facilitate resolution of collective action problems”. Knoke (1999: 18) também o faz, ainda que acentue dimensões de redes organizacionais, como “the process by which social actors create and mobilize their network connections within and between organizations to gain access to other social actors' resources”.

Já Fukuyama, por sua vez e numa acepção claramente mais putnamiana, centra-se particularmente em normas e valores (Adam & Roncevic 2003), praticamente identificando o capital social com a confiança que permitiria a cooperação, definindo-o como “the ability of people to work together for common purposes in groups and organizations” (Fukuyama 1995: 10).<sup>48</sup> Tal é igualmente a estratégia conceptual de Inglehart (1997: 188), que define capital social como uma cultura de “trust and tolerance, in which extensive networks of voluntary associations emerge” (ver também Inglehart 2003).

As dimensões de confiança e cooperação estão, de resto presentes numa miríade de outros autores. Thomas (1996: 11), por exemplo, equaciona capital social como “those voluntary means and processes developed within civil society which promote development for the collective whole”. Tal é igualmente o caso de Woolcock (1998: 153), que define capital social como “the information, trust, and norms of reciprocity inhering in one's social

---

<sup>47</sup> Nas suas palavras (Belliveau, O'Reilly & Wade 1996: 1572): “social capital can be viewed as based on social similarity, the shared affiliations or activities that indicate how one knows someone”.

<sup>48</sup> Ver também Fukuyama 2000.

networks””. Woolcock, aliás, desenvolveria a distinção putnamiana entre capital social ‘bonding’ e ‘bridging’, aos quais acrescenta o ‘linking’ (referente a ligações, distantes e fracas, entre estranhos por via das suas participações em redes; Field 2008: 46). Famoso pelo seu trabalho para o Banco Mundial, Woolcock defendeu que, sem os dois últimos tipos de capital social, as sociedades não ‘avançam’ (Woolcock 2001).

Ao mesmo tempo que tais definições se expandiam, encontramos autores como Nahapiet & Ghoshal que aderem a uma posição mais próxima de Bourdieu, quando definem capital social como “the sum of the actual and potential resources embedded within, available through, and derived from the network of relationships possessed by an individual or social unit. Social capital thus comprises both the network and the assets that may be mobilized through that network” (Nahapiet & Ghoshal 1998: 243).

A reavaliação levada a cabo por Foley & Edwards (1997 & 1999) vai no sentido de defender o que apelidam de conceptualizações contextuais de capital social, como acesso a recursos em redes sociais, e que os trabalhos sobre a confiança social generalizada são irrelevantes para esta discussão.

Afastando-se da herança putnamiana e combinando Bourdieu<sup>49</sup> com Coleman em torno de uma análise das redes e dos recursos (que há muito desenvolviam), pontuam quatro autores marcantes: Ronald Burt, Nan Lin, Mark Granovetter e Alejandro Portes.

Quer Burt, quer Lin, que de resto desenvolvem trabalho conjunto (ver, por exemplo, Lin, Cook & Burt 2008), privilegiaram diferentes perspectivas do que Cannone (2009: 46) apelida de “network based utilitarian approach”.

Burt, célebre proponente da teoria dos buracos estruturais, começa por definir capital social como “friends, colleagues, and more general contacts through whom you receive opportunities to use your financial and human capital” (Burt 1992: 9). Mas o seu acento não se situa tanto na questão do acesso a redes sociais e aos seus recursos, privilegiando acima de tudo a descrição e funcionamento da estrutura social das redes enquanto capital social. Esta posição, a de que o capital social é, ao mesmo tempo, os recursos que os contactos da rede possuem e a estrutura de contactos da rede, além de confundir os efeitos de pertença a redes de recursos com a própria organização das redes, levou-o a concentrar a sua atenção, em termos de uma análise sistémico-estrutural dessas redes, no que chamou de “brokerage opportunities in a network” (Burt 1997: 355). Foi neste seguimento que desenvolveu a sua teoria dos buracos estruturais (ver, por exemplo, Burt 2001), em que o capital social é

---

<sup>49</sup> Ainda que a partir de perspectivas paradigmáticas opostas às defendidas por Bourdieu.

redefinido em termos das vantagens de informação e controle por parte de corretores ou agentes nas relações entre pessoas desligadas nas estruturas sociais. Quanto mais fechada uma rede (elevado nível de “closure” ou “constraint”), menores os buracos estruturais (‘structural holes’) e assim, já que esses buracos são fonte de capital social, menor ou mais ‘pobre’ seria esse capital.

Lin, que tal como Coleman perfilha uma teoria da escolha racional (Lin 2001: 127-142), defende que o capital social se funda nas redes sociais e que deve, portanto, ser medido relativamente a essas fontes. Definirá capital social como o conjunto de recursos ‘embutidos’ numa estrutura social e que são acedidos ou mobilizados em acções conscientemente orientadas para objectivos (Lin 1999, 2006 & 2008). Nesta definição, o capital social tem três dimensões: recursos presentes numa rede social; acessibilidade de tais recursos sociais; uso desses recursos com vista à acção orientada (“purposive actions”; Lin 2001: 41). Foi no contexto desta conceptualização que veio a aplicar o procedimento metodológico de análise dos efeitos sociais das redes que tinha já previamente desenvolvido (Lin & Dumin 1986; ver também Lin 2006), a “position generator methodology” (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 8/9). A estratégia aí presente é uma que “Instead of asking about social relationships with particular people, or people with particular resources, we can ask about social links to social locations in which different kind of resources are concentrated. Measures of this general kind, designed to assess access to social positions, are called position generators” (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 9).<sup>50</sup> Esta estratégia metodológica e teórica tem tido algum sucesso explicativo (Lin 2008: 25) e é hoje perfilhada por um conjunto vasto de investigadores (ver, por exemplo: Enns, Malinick, & Matthews 2008; Flap & Völker 2008; Fu 2008; van der Gaag, Snijders, & Flap 2008).

Toda a temática da “embeddedness” (embutimento, incrustação) tinha sido introduzida há muito por Mark Granovetter, apoiada por Coleman e popularizada por Putnam. Em Granovetter (1985), “embeddedness” denota a ideia de que as acções (económicas) dos agentes estão inseridas em redes sociais. Estas redes sociais são potencialmente criadoras de

---

<sup>50</sup> Basicamente trata-se de saber se os inquiridos conhecem (a vários níveis de conhecimento) pessoas (não identificadas) com diferentes inserções sócio-profissionais (verificando-se frequentemente uma distorção que leva à sobre-representação das profissões mais prestigiadas; Erickson 2008). Verifica-se aqui uma preocupação importante com a questão da desigualdade social no acesso aos recursos que as diferentes posições sociais podem providenciar.

capital social,<sup>51</sup> sendo este definido como o conjunto de recursos relacionais dos agentes. Granovetter, como muitos dos autores desta temática, parte da ideia de que a posição dos agentes em sistemas relacionais (redes) lhes permite acesso a recursos, chegando à afirmação de que o conjunto das relações propiciadas por essas posições são um recurso, assim identificando capital social com rede social (e fazendo o volume do primeiro ser igual ao volume e qualidade do segundo). Tal como Burt avançou com a hipótese dos buracos estruturais, Granovetter (1973, 1982 & 1995) é o célebre autor da hipótese dos laços fracos (“weak ties”). Estes, relacionamentos ou ligações sociais menos íntimas (com menor consumo de tempo e de emoções e com menores níveis de reciprocidade), seriam tendencialmente a modalidade relacional preponderante na criação de pontes entre redes mais fechadas e coesas (constituídas por laços fortes). Ao fomentarem as ligações entre redes específicas, logo ao aumentarem o tamanho global da rede em ligação, os laços fracos permitiriam um incremento da circulação de informação e recursos entre indivíduos e grupos. Esta tese é pensada a dois níveis de análise distintos. Num plano macro-social a existência de laços fracos fomentaria a coesão social, já que integraria, de alguma maneira, grupos apartados entre si (Granovetter 1973: 1376). Num plano micro-social, os laços fracos, ao aumentarem o capital social dos agentes (o conjunto das suas relações sociais), aumentariam a sua capacidade de angariação de recursos e informação, logo as suas oportunidades de mobilidade social ascendente. Tal é a tese que tentou sustentar empiricamente no seu famoso “*Getting a Job*” (Granovetter 1995 [1974]), onde procura demonstrar que a obtenção de emprego é, em larga medida, facilitada pelos laços fracos, ou seja, por aqueles que teriam mais capital social.

O autor que demonstra mais proximidade presente com a conceptualização de capital social de Bourdieu é Portes. Mesmo assim, as derivações de Coleman e Putnam não deixaram de o influenciar. A sua definição inicial de capital social, aliás, está mais próxima de indefinição desses dois últimos autores, quando nos diz que é constituído por “those expectations for action within a collectivity that affect the economic goals and goal' seeking behavior of its members, even if these expectations are not oriented toward the economic sphere” (Portes & Sensenbrenner 1993: 1323). Mas veio a afastar-se de tal indefinição conceptual quando definiu capital social como “the ability of actors to secure benefits through

---

<sup>51</sup> Podendo contribuir igualmente para a redução de comportamentos oportunistas (o recorrente dilema do ‘*free-riding*’ em todas as teorias da escolha racional), bem como para a promoção da confiança mútua entre os agentes (económicos).

membership in networks and other social structures” (Portes 1998: 6)<sup>52</sup> – definição que crê, apesar das diferenças, ser crescentemente consensual na literatura sociológica (Portes 2000<sup>a</sup>: 138). Neste sentido, e como vimos já anteriormente, Portes (2000<sup>a</sup>: 137) tem vindo a defender que uma boa definição de capital social deve necessariamente distinguir, no emaranhado entre redes e recursos, os solicitadores de capital social, os dadores do mesmo e os recursos solicitados/dados. Igualmente, Portes tem demonstrado um interesse sistemático pelo que qualifica de consequências ‘negativas’ do capital social, dada a focalização nos aspectos ‘positivos’ que caracteriza Coleman e Putnam, (Portes & Landolt 1996; Portes 2000<sup>b</sup>), nomeadamente em termos de desigualdade de oportunidades, de fechamento grupal e/ou de apropriação e desvio de recursos. Apesar de considerar que “a maior promessa teórica do capital social se encontra ao nível individual – exemplificado pelas investigações de Bourdieu e Coleman”<sup>53</sup> (Portes 2000<sup>a</sup>: 152), Portes tem continuado a trabalhar, embora com fortes críticas conceptuais a Putnam e ao seu optimismo, sobre o papel do capital social no desenvolvimento sócio-económico, ou seja, “in its second definition as bonds of solidarity within a given community” (Portes & Landolt 2000: 546). Globalmente, defende uma perspectiva relacional do capital social, como caracteriza a de Bourdieu, e o estudo indutivo de como e porquê pessoas reais criam e destroem o capital social *in situ* (G. L. H. Svendsen & G. T. Svendsen 2004: 254 e ss.)

---

<sup>52</sup> A ideia de rede e a ideia de que o capital social é “network-based” é uma premissa reconhecida por todos os autores principais (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 4). É claro que esta afirmação, por demais vasta, não conduz à definição precisa de um objecto sociológico. Todas as interações sociais podem ser entendidas como ocorrendo em configurações relacionais que constituem redes sociais. Igualmente, podemos definir rede de forma tão lata que incluiria praticamente toda a gente num mesmo sistema social (Milgram 1967). Note-se, aliás, como a metáfora da rede se generaliza hoje em dia, ao ponto de todas as formas de organização social poderem ser caracterizadas como tal (ver as redes em Castells 2007, por exemplo). Convém perguntar criticamente: o que não é rede? Toda e qualquer sociedade é uma rede, ou melhor um conjunto complexo e de múltiplas direcções de muitas redes. Isto se falarmos de rede num sentido sociológico enquanto configuração variada de relações sociais (Elias 2005 [1970]: 140-145), e não, como muitas vezes parece estar-se a confundir, com um tipo específico de modelo organizacional, pouco hierárquico, não-centralizado e de grande autonomia, mobilidade e flexibilidade das unidades participantes. Convém é perceber que, além de rede(s), a sociedade é também um espaço estrutural de diferenciação e desigualdade. A metáfora da rede não pode servir para ocultar este facto sociológico central, como bem apontam Boltanski & Chiapello (1999).

<sup>53</sup> Já vimos como esta caracterização, em termos de consequências individuais, das definições de Bourdieu e Coleman é não só algo simplista, como, particularmente para o último, fortemente questionável.

#### 1.4. Capital social como capital

Na apresentação crítica que temos vindo a fazer dos diversos autores, maiores ou menores, que têm trabalhado o conceito de capital social, tem-se tornado por demais evidente que propugnamos uma restrição do seu uso e a adopção da definição bourdieusiana, enquanto conjunto de recursos potenciais (disponíveis mas não activados) ou reais (activados ou acedidos) ligados à participação numa rede durável de relações relativamente institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento.

Tal deve-se a uma série de razões. A definição de Bourdieu é que apresenta um menor nível de confusão entre diferentes dimensões, ao mesmo tempo que dá conta de uma realidade mais dinâmica e processual (Pevalin 2003: 172) e com maior coerência.<sup>54</sup> Distingue bem entre rede (permitindo a distinção entre dadores e receptores, ou mesmo uma *network analysis*) e recursos, mas não confunde o capital social com essas redes ou recursos. Capital social real é, assim, um conjunto de efeitos decorrentes da participação em redes onde fluem recursos. Não é os recursos disponíveis na rede, tal como não é a própria rede. É a activação ou mobilização (o acesso efectivo) desses recursos potencialmente existentes numa rede duradoura. Esta sofisticação conceptual permite distinguir entre capital social potencial de capital social real. E permite, nomeadamente, o indagar específico do segundo, já que grande parte das investigações, quer por razões teóricas, quer metodológicas, se queda pela primeira acepção, averiguando da eventual disponibilidade de recursos em rede e não a sua real mobilização (Cross & Lin 2008: 265).

Para mais, como vimos, a definição bourdieusiana não é um isolado teórico, mas um elemento dentro de um quadro conceptual mais vasto, que articula numa teoria geral do capital, em todas as espécies, o papel preenchido pelo capital social. Assim, temos colocada desde início a questão nevrálgica da distribuição e apropriação desigual do capital e como tal estrutura a desigualdade social global. Igualmente, a proposta teórica de Bourdieu, ao procurar ultrapassar a dicotomia clássica entre estrutura e acção (ou sociedade e indivíduo),<sup>55</sup> permite-nos evitar a armadilha e beco sem saída de uma definição apriorística da suposta natureza humana, como o faz o utilitarismo da escolha racional (quer como artifício metodológico, quer como *a priori* ontológico). O agente social em Bourdieu, ao contrário de uma pura consciência transcendental e sem passado, é um ser no mundo e que não está apenas

---

<sup>54</sup> Avaliação na qual não estamos isolados, veja-se Portes (2000<sup>a</sup>: 152), Fine (2000: 53-64) e Warde & Tampublicon (2002: 157), por exemplo.

<sup>55</sup> Permitindo, assim, ultrapassar o problema de saber como uma visão estruturalista se pode relacionar com uma abordagem construtivista da agência humana (Cannone 2009: 49, citando Ritzer 1996).

no mundo como partícula incondicionada – antes está no mundo como forma, individualizada e criativa, de ser do mundo. Os agentes não são orientados por uma qualquer transcendental vontade de maximizar ou otimizar. Bourdieu, partindo da constatação (inicial) de que se verifica uma apropriação e distribuição desigual de recursos na sociedade, conceptualiza-os enquanto espécies de capital, que os actores ‘jogam’ ao se ‘jogarem’ eles próprios. Ao inverso, as teorias da escolha racional, como todas as posições utilitaristas, operam pelo menos duas reduções: a redução da acção ao consciente racionalista e maximizador;<sup>56</sup> a redução dos objectivos dos agentes a uma espécie de ganho económico<sup>57</sup> (ou que é passível de ser de alguma forma contabilizado como os ganhos monetários o são). Aliás, de um ponto de vista muito prático e específico sobre o capital social, tal postura bourdieusiana evita todos os emaranhados conceptuais que tendem a fazer do capital social uma utilização utilitarista dos outros e dos seus recursos, pois, *a contrario*, reconhece o carácter simultaneamente material e simbólico do que se transmite ou troca na rede.

Da mesma maneira, Bourdieu, ao não confundir capital social com as redes, não o confunde também com as características, supostas ou reais, dessas redes. Não há, portanto, confusão analítica com as características ou formas de organização colectivas (coesão ou participação).<sup>58</sup> Não que as temáticas desenvolvidas por Coleman e Putnam, assumpções normativo-ideológicas e confusões conceptuais (Lin 2008: 9) à parte, não sejam meritorias de conceptualização, investigação e debate, mas que o devem ser sem uso da expressão “capital social”,<sup>59</sup> já que quer a coesão quer a participação cívica (enquanto eventuais características

---

<sup>56</sup> Faz-se “como se os agentes fossem movidos por razões conscientes, como se estabelecessem conscientemente os fins da sua acção e agissem de maneira a obter o máximo de eficácia pelo menor custo” (Bourdieu 1997<sup>b</sup>: 109).

<sup>57</sup> Reduz-se “tudo aquilo que pode motivar os agentes ao interesse económico, a um ganho monetário”, ou seja, supõe-se “que o princípio da acção é o interesse económico bem compreendido, e o seu fim o ganho material, estabelecido conscientemente por um cálculo racional” (Bourdieu 1997<sup>b</sup>: 109).

<sup>58</sup> Embora Esser (2008) afirma que há alguma confusão em Bourdieu entre uma visão individual ou colectiva do capital social, ou, como diz, entre este ser um capital relacional ou sistémico. Cremos que este tipo de avaliação não consegue verdadeiramente entender o alcance da proposta bourdieusiana de superação das dicotomias clássicas em ciências sociais, persistindo na recondução de qualquer afirmação aos termos supostamente opostos de uma categorização dualista. Os sistemas sociais são sistemas de relações.

<sup>59</sup> Pode-se e deve-se estudar as normatividades colectivas, as redes sociais alargadas (formais ou informais), o associativismo (veja-se por exemplo Viegas 2010), a participação cívica ou todo o potencial de interacções cooperativas (como diz Bagnasco 2006), utilizando os contributos de Coleman e Putnam, sem agora entrar na questão da sua avaliação crítica, mas creio ser necessário diferenciar radicalmente o seu uso da expressão “capital social” do de Bourdieu (no sentido de uma teoria da diferenciação social que a própria noção de capital



de grupos), mesmo se potenciando efeitos para os membros ou para o todo de um grupo, serão melhor designadas enquanto tal. Igualmente falar de capital social quando não se trata da transmissão efectiva de recursos ou de oportunidades concretas para obtenção de recursos num contexto relacional, ou seja, da activação dos recursos em rede, mas sim dos efeitos mais gerais de pertença a esse contexto (socialização, por exemplo), é incluir no conceito e fenómeno todos os efeitos provenientes de se ser um agente social com uma posição social estrutural que é sempre vivida dentro de uma configuração relacional relativa. Tal seria, mais uma vez, cair na indefinição conceptual, ao incluir, tendencialmente, todos os aspectos possíveis de uma vida socialmente específica, como são todas, no capital social.

Na visão de Bourdieu, o capital social não é um estado das colectividades que pode ou não induzir efeitos positivos. É um recurso produzido pelo trabalho humano que, quando apropriado e mobilizado, produz resultados re-investíveis (Field 2008: 77) – por mais intangível que seja.<sup>60</sup> É por isso que é realmente um capital, não sendo essa qualificação usada como vaga metáfora, ao contrário de Coleman ou Putnam.

Vários são os autores que recusam a ideia de que o capital social seja, de facto, um capital. Fischer (2005: 157), por exemplo e ainda que referindo-se preponderantemente a Putnam, fala da “dreadful metaphor, ‘social capital’ (...) the phrase itself is a problem. It is a metaphor that misleads: Where can I borrow social capital? What is the going interest rate? Can I move some of my social capital off-shore?” Igualmente Cohen (1999)<sup>61</sup> reivindica o abandono do conceito, bem como Arrow (2000: 4)<sup>62</sup> e Robison, Schimid & Siles (2002).<sup>63</sup>

---

implica). Sendo que esta última levanta questões pertinentes sobre a natureza de um capital que não podem deixar de interpelar a obra dos dois autores anteriores.

<sup>60</sup> O capital social seria, como o capital cultural quando não reduzido à certificação escolar, uma grandeza jamais totalmente objectivável (Pinto 1998: 69).

<sup>61</sup> Argumentando, face à confusão conceptual que rodeia a ideia de capital social, que as redes sociais não são um capital, já que, no fim de contas, a qualidade essencial do capital é ser transferível, sendo essa transmissibilidade reduzida à sua dimensão monetária. Esta é uma crítica que não só não se dirige particularmente a Bourdieu, mas mais àqueles que identificam capital social com redes (*maxime* Coleman e Putnam), como não consegue escapar à realidade estrita do capital económico na definição do que é um capital. É certo que as redes não são fungíveis, mas os recursos que podem providenciar são-no, mormente os ganhos económicos que podem acarretar.

<sup>62</sup> Nomeadamente porque o conceito de capital, para Arrow, implicaria três características: extensão no tempo; sacrifício deliberado no presente para benefício futuro; ser alienável. Estas não estariam presentes numa definição de capital social que o identifica com as redes sociais, já que seriam construídas por razões outras que não a do seu valor económico para os participantes (Field, Schuller & Baron 2000: 250). Esta é uma crítica que não só não lida com a complexidade e sofisticação da definição de Bourdieu, como apresenta uma visão

Crítica um pouco diferente é a de Perret (2006), já que, não partindo de uma base de pensamento económica, antes criticando o economicismo do próprio conceito de capital,<sup>64</sup> defende a substituição do conceito de capital social pelo de *património*, de dimensão supostamente mais constitutiva.<sup>65</sup> A este estaríamos ligados subjectiva ou substantivamente de maneira que limitaria a sua disponibilidade para outros fins, ao contrário do capital que, sendo feito para ser investido e trocado, seria sempre instrumental (Perret 2006: 293). O conceito de capital teria sempre, assim, implicações utilitaristas, já que não seria uma mera acumulação de valor, mas um valor constituído e configurado para permitir a produção de outros bens no circuito de produção e de troca (Perret 2006: 295). Nesta crítica, mais dirigida a Putnam do que ao uso diferencial da noção de capital social em Bourdieu (que até faz sentido para interpretar as desigualdades sociais, reconhece o próprio Perret 2006: 296/297), deparamo-nos com dois problemas recorrentes em muitas destas discussões: uma tendência para reificar o conceito; uma tendência para tornar conscientes e estratégicas as acções dos agentes sociais. Ora, não só podemos defender que o capital social não é uma coisa, mas um efeito de certas relações, como estas produzem bens que beneficiam socialmente os seus detentores, apesar do investimento que constituem não ter sido interessado e utilitarista, mas sim um comprometimento desinteressado na sociabilidade.

Podemos aceitar a recusa da qualificação de capital para as definições que entendem o capital social como propriedade ecológica dos colectivos (enquanto suposto mecanismo macro-social eficaz de funcionamento das sociedades; Cannone 2009: 49) e como cura normativa generalizada, na tradição de Coleman e Putnam. Mas não necessariamente para aqueles, como Bourdieu, que o vêem como recurso que pode ser usado para criar ou manter a desigualdade social (Fulkerson & Thompson 2009; Cannone 2009: 49), sem o identificar com as redes sociais onde se gera. Se os discursos dos primeiros “are in danger of avoiding

---

demasiado restrita de capital, que, basicamente, não o consegue pensar para lá da sua modalidade mais tangível de capital económico.

<sup>63</sup> Em linha com os anteriores críticas, concentram-se nas redes sociais e de como estas não apresentam as características do capital económico, já que não seriam redutíveis a uma moeda comum, nem substituíveis, nem transferíveis, nem apresentam oportunidades para investimento directo (ver Field 2008: 157/159 para uma resenha).

<sup>64</sup> Nesse sentido, apresentando algumas semelhanças com a postura de Fine (2000).

<sup>65</sup> Um património teria um valor, para o indivíduo ou grupo, não inteiramente redutível nem ao seu valor monetário, nem aos valores de uso que permite produzir: Seria conservável, eventualmente enriquecível, bem como transmissível sem perda nem degradação às gerações seguintes (Perret 2006: 295).

tackling inequalities, whether these are based on gender or other structural differences” (Morrow 2003: 18), já o de Bourdieu lida directamente com essa questão (Field 2008: 22).

Mas dizer que é um recurso, não quer dizer que seja um capital. O capital social é capital enquanto recurso que é capturado nas relações sociais e cuja produção, reprodução e acumulação são um processo através do qual mais-valia é gerada através de investimentos nessas mesmas relações sociais (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 4). O conceito de capital tem uma longa genealogia (Lin 2001: 1-18), mas podemos com segurança afirmar que foi a noção desenvolvida por Karl Marx (transformando as noções da economia política clássica) aquela que mais impacto teve (Lin 2008: 4 e ss.). Bourdieu, veio a rever o conceito marxista de capital para nele incluir formas materiais e não-materiais (G. L. H. Svendsen & G. T. Svendsen 2004: 139), conseguindo assim unificar, particularmente no que se refere ao capital social, “the classical group theories (Marx, Durkheim, Weber) with reciprocity theories (Mauss, Simmel)” (G. L. H. Svendsen & G. T. Svendsen 2004: 250). A noção de capital vai, assim, mais longe que a noção de recurso, pois ao primeiro conceito está associada a ideia, no quadro conceptual de Bourdieu, não só de um bem produzido e apropriado, mas também de um investimento prático e estratégico (Casanova 1995: 65) que produz dividendos em termos de energia ou poder social.<sup>66</sup>

Segundo Bourdieu (1986<sup>b</sup>) a noção de capital permite-nos avançar na compreensão e explicação das práticas dos agentes para lá do mecanicismo ou atomismo na análise das relações sociais. Capital seria, desta feita, “accumulated labor” (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 46 col. 1), em formas materiais ou incorporadas, que, quando apropriado numa base privada (exclusiva) por agentes ou grupos de agentes, lhes permite a apropriação da energia social em forma reificada ou em trabalho vivo.<sup>67</sup> O capital, que leva tempo a acumular, como capacidade de produzir ganhos e reproduzir-se em forma idêntica ou aumentada, contém uma tendência a persistir no seu ser, é uma força inscrita na objectividade das coisas e na subjectividade orquestrada das disposições, princípio subjacente às regularidades do mundo social e à sua inércia (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 46 col. 1/2). De facto, A estrutura da distribuição dos diferentes tipos e subtipos de capital num dado momento representa a estrutura imanente do mundo social (ou espaço social). Está aqui presente a necessidade de reconhecer todas as formas de capital e não apenas a sua espécie económica, apesar de o capital permanecer como realidade

---

<sup>66</sup> Ver Schuller, Baron & Field (2000: 3): “the use of ‘capital’ signals the intention of addressing differential resources of power”.

<sup>67</sup> Neste sentido, deter capital é possuir poder nas relações sociais (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 47 col. 1; G.L.H. Svendsen & G.T. Svendsen 2004: 241).

unitária (Schuller, Baron & Field 2000: 4). Apenas tal reconhecimento permite reconstruir o mundo social em toda a sua complexidade e escapar ao esquema reducionista de agentes racionais maximizadores e estritamente interessados nos ganhos económicos (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 46 col. 2).<sup>68</sup>

Bourdieu sustenta, na sua teoria geral da economia das práticas,<sup>69</sup> existirem uma miríade de espécies de capital<sup>70</sup> (G. L. H. Svendsen & G. T. Svendsen 2004: 140), salientando três delas (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 47 col. 2): o capital económico (em todas as suas modalidades, imediata e directamente convertíveis em dinheiro, institucionalizado em direitos de propriedade), o cultural (convertível apenas em certas condições em capital económico e que pode ser institucionalizado em credenciais escolares) e, como temos vindo a ver, o social.

Se, na sua proposta teórica, o capital económico está, em última análise, na origem das outras espécies de capital, estes são tanto mais eficazes quanto mais escondem a sua origem económica. Com tal posição Bourdieu defende a necessidade de superar quer as visões estritamente económicas, quer as semiológicas (de qualquer variedade: estruturalismo, interaccionismo simbólico, etnometodologia), ou seja, quer aquelas que só vêm o interesse material, perdendo de vista o comunicacional, quer aquelas que só vêm a comunicação e ignoram a da redutibilidade universal ao económico (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 54 col. 1). Quer isto dizer que todas as espécies de capital são convertíveis umas nas outras, ainda que essa

---

<sup>68</sup> Só com este reconhecimento da pluralidade de espécies de capital se pode reconstruir o interesse veiculado por aquelas espécies que transubstanciam e ocultam o interesse da mais material de entre elas – o capital económico, mas que podem a ele ser reduzidos, embora com dificuldades porque os ganhos podem ter componentes só muito dificilmente quantificáveis. Bourdieu refere-se aqui a valores produzidos na negação do económico, num trabalho de dissimulação e eufemização (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 47 col. 1). Note-se que quanto maior o grau de ocultação do económico, maior será igualmente o risco na conversão ao económico de qualquer outra espécie de capital (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 55 col. 1; Field 2008: 19).

<sup>69</sup> Que não deve ser confundida com uma teoria das práticas económicas, apenas um caso particular da teoria geral de todas as práticas.

<sup>70</sup> De facto, as formas de capital são tão ilimitadas quanto o número de campos sociais onde se jogam (G.L.H. Svendsen & G.T. Svendsen 2004: 241). Bourdieu (2005: 75), entre outros, menciona capital económico, financeiro, cultural, artístico, científico, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial, simbólico e social. Autores que retomaram a definição bourdieusiana de capital têm vindo também a diversificar a sua variabilidade. Emirbayer & Williams, ao estudarem os sem-abrigo nas suas relações com os serviços sociais, falam de “staff-sanctioned capital” ou “client-sanctioned capital” (Emirbayer & Williams 2005: 92). Emmison & Frow (1998) falam de capital de tecnologias de informação (enquanto subespécie de capital cultural). Hage (referido por Dolby 2000: 49), por exemplo, conceptualiza o ser considerado ‘racialmente branco’ (‘whiteness’) como uma forma de capital. Reay (2000) chega mesmo a falar de capital emocional para designar o envolvimento materno na educação dos filhos. É certo que algumas destas extensões conceptuais podem ser problemáticas e tautológicas.

conversão não ocorra necessariamente sem dificuldades de avaliação e troca.<sup>71</sup> A medida última de todas as equivalências entre espécies de capital é, assim, o “labor-time” (tempo de trabalho, num sentido lato) da produção, acumulação, manutenção, apropriação e própria conversão – ou seja o esforço total dispendido nesse trabalho de instituição de valor (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 54 col. 2).

É claro que a aparente incomensurabilidade entre capitais introduz uma elevada incerteza em todas as transacções. Por exemplo, a frequente recusa de contabilidade declarada em torno do que chamamos capital social acarreta o risco da ingratidão, do não reconhecimento (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 55 col. 1). Para mais quando este não se produz enquanto resultado de estratégias conscientemente económicas de troca, mas antes como resultado não necessariamente intencional de estratégias de investimento e solidariedade grupais que produzem a troca. O capital social é, então, governado pelo conhecimento e reconhecimento mútuo entre os membros de um grupo, o que funciona sempre como capital simbólico<sup>72</sup> (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 57 col. 1 n. 17), que constrói e cauciona a identidade do grupo<sup>73</sup> alicerçada nas práticas da sua solidariedade. Ou seja, as estratégias de investimento (relacionais) produtoras de capital social não são conscientes enquanto tal, são antes experienciadas em termos de “emotional investment, i.e., as an involvement which is both necessary and disinterested” (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 57 col. 1/2 n. 18). Neste sentido, a transmissão do capital económico, que permanece um dos mais importantes meios de reprodução social, faz-se pela institucionalização de relações duráveis solidárias, sendo, portanto, um efeito do capital social<sup>74</sup> (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 58 col. 1/2 n. 21).

---

<sup>71</sup> A ideia aqui presente é que, com graus variáveis de dificuldade, é sempre possível converter uma forma de capital noutra (G.L.H. Svendsen & G.T. Svendsen 2004: 248). Note-se também que a dialéctica de relacionamento entre as várias espécies de capital é mais complexa do que apenas a sua conversão universal (nomeadamente ao económico), já que certas espécies produzem outras sem perda de valor. Neste sentido são factores de produção de capital.

<sup>72</sup> Em Bourdieu, qualquer espécie do capital tem sempre de ser mediada e certificada simbolicamente (Lin 2008: 4-8; Cannone 2009: 42). Esta é uma legitimação estruturada pela desigualdade global de classe, entre dominantes e dominados, que respeita à reprodução de símbolos e sentidos institucionalizados (nomeadamente do que, sendo considerado como tendo valor, *é valor*).

<sup>73</sup> Daí dizer que o capital social pode chegar a tal ponto de institucionalização que pode mesmo, e o exemplo é extremado, ser “institutionalized in the form of a title of nobility” (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 47 col. 2). Exemplos menos extremado e de não-elite podem ser qualquer designação categorizadora da identidade grupal – como os nomes de família.

<sup>74</sup> O capital social designa assim o processo de como, com os esforços da sociabilidade, se multiplicam e transmitem outras espécies de capital (Schuller, Baron & Field 2000: 5).

Verificamos, portanto, como o capital social é factor de produção, uma forma de recurso capaz de ser usada na produção de mais recursos ou valores. Em Bourdieu, em linha com Marx e com a sua visão do valor-trabalho,<sup>75</sup> capital, termo aplicado a todos os “goods material and symbolic, without distinction, that present themselves as rare and worthy of being sought after in a particular social formation” (Harker 1990: 13), designa uma relação social dentro de um sistema global de troca desigual.

Mesmo assim, Beasley-Murray (2000) argumenta que em Bourdieu o conceito de capital está mais próximo da noção de riqueza (“wealth”), pois falha em dar conta da acumulação de mais-valia (e portanto do lucro e da exploração).<sup>76</sup> No mesmo sentido, Calhoun (1995: 68) afirma que Bourdieu “by treating capital as wealth or power (...) loses the capacity to clarify the nature of a social system which produces universal equivalents”. Ou seja, faltar-lhe-ia uma ideia de capitalismo, enquanto sistema de exploração produzido por e produtor de capital, já que, em Marx (1997 [1867]), o capital seria um momento nas relações de produção (que leva a uma compulsão para intensificar e expandir os processos de exploração através dos quais é produzido), enquanto em Bourdieu seria apenas um recurso que produz poder (Calhoun 1995: 69).

Esta linha de reflexões acentua a definição marxista de que o capital se origina com a “exploração de trabalho alheio” (Marx 1997 [1867]: 863). Daí a centralidade da noção de mais-valia, que, numa acepção simples, resultaria do facto de que os trabalhadores trabalham mais do que necessário para pagar a sua força de trabalho (Menger<sup>77</sup> 2007 [1871]: 132).<sup>78</sup> Quer isto dizer que, nesta visão, onde como afirmou Proudhon (2002 [1840]: 18) “*La*

---

<sup>75</sup> Sobre as continuidades e diferenças entre o conceito de capital em Bourdieu e em Marx, ver Calhoun (1995: 67-69).

<sup>76</sup> Também Fine (2000: 53-64), no contexto da sua devastadora crítica aos usos científicos e políticos da expressão capital social, acusa Bourdieu, depois de mais vincadamente ter acusado Coleman e Putnam, de cair na “armadilha do capitalismo”, por falar das relações sociais em termos de capital. Diz, contudo, que o salva Bourdieu é a sua insistência de que existe uma pluralidade vasta de espécies de capital e que estas são contextualmente produzidas e apropriadas – o que obriga á historicidade e contextualização dos processos capitalistas. No caso específico do capital social, o seu valor dependerá das circunstâncias da acção levada a cabo por indivíduos concretos, já que estas circunstâncias afectam a fungibilidade entre formas de capital.

<sup>77</sup> Para referir um opositor, vindo da Escola Austríaca, à teoria do valor-trabalho e defensor da teoria de que o valor das mercadorias (e portanto da origem do lucro) é uma função da sua utilidade e raridade em trocas mercantis. Note-se, no entanto, que Marx não estava preponderantemente preocupado com as modalidades de realização do lucro, mas antes com a sua origem, que em última análise é o resultado de uma apropriação e exploração do trabalho.

<sup>78</sup> É claro que os debates, nomeadamente em economia, sobre a definição de mais-valia são intermináveis (ver, por exemplo, Kadushin 2004).

*propriété, c'est le vol!*<sup>79</sup>, o capital é uma apropriação originária do trabalho de outrem. Neste sentido, Beasley-Murray (2000) critica Bourdieu porque na sua definição de capital a apropriação não seria necessária, mas contingente, argumentando que o que apresenta é uma teoria da distribuição desigual do capital e não da sua produção estrutural e internamente desigual. Não se nega aqui que o capital, ou até mesmo especificamente o capital social, não possua algumas características de capital. Mas que lhe faltaria o elemento caracterizador central – a mais-valia.

Podemos argumentar, sobre o capital social ou mesmo todas as outras espécies menos tangíveis e objectivadas que o capital económico,<sup>80</sup> que, dadas as diferenças de uns em relação ao outro, não nos devemos prender a analogias estritas entre este último e os primeiros.

O capital social é capital porque,<sup>81</sup> sendo um trabalho que implica dispêndio de tempo e esforço relacional (portanto investimento em capital económico), produz sociabilidades duráveis e lucros delas decorrentes (ainda que não sejam sentidos como tal), nomeadamente económicos mas não só (tem, assim, capacidade transformativa e é reconvertível, mesmo que não linearmente), que têm valor no âmbito da divisão social do trabalho. Desta forma, ao produzir valor, é um valor que, potencialmente, não se esgota na sua concretização lucrativa. Um valor que, produzido por trabalho e mantido por trabalho (*i.e.*, parte dos retornos passados têm de ser investidos na sua manutenção, bem como novo trabalho acrescido em qualquer modalidade, tanto em espécie material como em reconhecimento, solidariedade, etc.), é re-investível e acumulável,<sup>82</sup> sendo factor de produção de outros capitais, nomeadamente económico, que o complementam (na produção global de capital). E é, acima de tudo, um recurso privado, ou seja, apropriado numa base exclusiva, sendo tal constitutivo da sua natureza de capital e não meramente acessório. As redes sociais onde circulam recursos, de onde emergem os efeitos a que chamamos capital social, são sistemas (mais ou menos institucionalizados) quer de inclusão nos seus benefícios, quer de exclusão. O capital social funciona sempre numa base pessoal e selectiva (Lazega & Lebeaux 1995) ou electiva (mesmo

---

<sup>79</sup> Embora Marx tenha sido bastante crítico desta afirmação, já que pressuporia, previamente ao ‘roubo’, a existência de propriedade privada.

<sup>80</sup> Que encontra o maior nível de objectivação no dinheiro, não só enquanto unidade monetária (*a moeda*), mas enquanto coisa física com valor naturalizado (*as moedas, as notas*), independente, no espaço da sua circulação efectiva (portanto, do seu valor reconhecido como objectivo), de interpretações situacionais ou contextuais. O valor agencial de outras espécies de capital tende a ser socialmente mais delimitado e circunstancial.

<sup>81</sup> E respondendo globalmente a Kadushin (2004).

<sup>82</sup> Sendo também parcialmente transmissível (por exemplo de pais para filhos).

quando não é percebida como tal), dentro de um espaço de relações privilegiadas (*i.e.*, com base num privilégio de pertença, aliado a potenciais hierarquizações nas redes de pertença), por definição desigualitário (em relação ao exterior e também, eventualmente, no seu interior). De facto, todas as relações sociais que levam à constituição de configurações grupais (rígidas ou fluidas, fechadas ou abertas) operam por selectividade e electividade, sendo portanto, concomitantemente, processos de inclusão e de exclusão. Sendo o capital social um capital, a sua apropriação diferencial levará necessariamente a processos de exclusão dessa apropriação e dos benefícios que pode acarretar (ou até mesmo de discriminação ou exploração dos excluídos). Neste sentido, o capital social funciona globalmente (ainda que em níveis muito variados), segundo princípios semelhantes aos do “familiarismo amoral”,<sup>83</sup> ou, em última análise e para menores níveis de gratuitidade interna (baixa reciprocidade), de constituição de uma máfia (rede organizada de troca de favores em detrimento do exterior; Sciarrone 2000). A solidariedade abstracta e universal (para todos e independentemente da especificidade pessoal de cada um) não é capital social.

Desta forma, há mais-valia. Não no sentido estrito que tal processo assume para o capital económico, mas num sentido mais amplo. Internamente às redes sociais, o investimento e mobilização de sociabilidades produz dividendos que podem ser considerados mais-valia (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 4), já que constituem apropriação de recursos produzidos por outros (particularmente quando tal é feito segundo lógicas de gratuitidade, que implicam apenas o reconhecimento da dádiva e não o seu pagamento agendado). Externamente, na constituição das redes sociais onde o capital social se dá, ao excluírem-se da participação elementos considerados exteriores, dá-se uma forma de apropriação selectiva de relações sociais potencialmente lucrativas, que impede estranhos de acederem aos seus benefícios (podendo inclusive levar à polarização, nomeadamente classista, da sua distribuição; Li, Savage & Pickles 2003).<sup>84</sup> Todas estas modalidades de acção são formas de apropriação

---

<sup>83</sup> No sentido de uma moral dominante que favorece a maximização das vantagens materiais do grupo familiar (na maioria dos casos a família nuclear), em vez de desenvolver os interesses do grupo social mais alargado ou da comunidade (Banfield 1958). O que está aqui em causa é não só uma recusa do potencial interesse colectivo, como uma potencial recusa de interesses ou valores universais, em detrimento do grupo de pertença exclusivista. Literariamente, tal expressa-se quando, contrariando a clássica fórmula aristotélica de defesa de valores universais *Amicus Plato, sed magis amica veritas*, Albert Camus declarou “J’aime la Justice, mais je défendrai ma mère avant la justice” (a 17 de Outubro de 1957, numa conferência de imprensa em Estocolmo, à margem da cerimónia onde recebeu o Prémio Nobel da Literatura).

<sup>84</sup> Mas não é apenas uma questão de exclusão de acesso, trata-se também de perceber que as diferentes espécies de capital disponíveis em diferentes redes sociais específicas, ao tenderem para a sua reprodução, podem impedir



privado do capital, que podem, *lato sensu*, ser consideradas como mais-valia. Como podemos ver, a questão da mais-valia não se coloca da mesma maneira para as espécies de capital que não o económico, até porque este é primordial em relação a todos os outros. Ou seja, poderíamos reservar a expressão capital para o económico, mas tal seria não ver que todas as outras espécies, que têm autonomia relativamente ao primeiro, nele têm, contudo, origem e dele dependem, por um lado, e, por outro lado, contribuem autonomamente (Field 2008: 19), enquanto recursos estratégicos, apropriáveis, investíveis e lucrativos, para o funcionamento geral do capital, isto é, são de facto espécies do capital total que concorrem, com a sua especificidade, para a diferenciação social global.<sup>85</sup> Analisar somente o capital económico é insuficiente para dar conta desses processos globais de diferenciação (Field 2008: 18). O capital, seja qual for a sua forma ou espécie, é capital porque, sendo o resultado de uma apropriação exclusivista do trabalho e dos seus frutos,<sup>86</sup> é o factor central da desigualdade social.<sup>87</sup>

---

os agentes de escapar às condições produtoras da sua pertença a essas redes sociais específicas – neste sentido o capital social específico de certos agentes pode impedi-los de alterar a sua posição social.

<sup>85</sup> Sendo que os efeitos de cada espécie de capital variam historicamente (Strathdee 2001), ou seja, consoante a distribuição pela população dos outros capitais (resultante de processos de apropriação diferencial, note-se) e a importância que assumem enquanto valor (por exemplo, hoje em dia o capital cultural é mais importante para o assalariamento do que em momentos históricos passados). Igualmente, as taxas de conversão entre espécies de capital variaram historicamente, dependendo do seu valor relativo na divisão social do trabalho. As sociedades modernas capitalistas apresentariam um elevado nível de conversão (Calhoun 1995: 68). Note-se também que, quanto maior a ocultação do económico em qualquer espécie de capital, maior será a sua validade enquanto fonte de distinção simbólica, ainda que seja o capital económico o principio central de diferenciação objectivas das posições relativas no espaço social.

<sup>86</sup> Que são ganhos “that can be deployed in order to enable actors – both individuals and groups – to pursue their goals more effectively than they could without it” (Field 2008: 159).

<sup>87</sup> Neste sentido, uma análise da desigualdade social em termos da multiplicidade das espécies de capital, ou seja, uma análise em torno da apropriação dos recursos (materiais ou imateriais), não está restrita às sociedades chamadas ‘capitalistas’ (como sinónimo de sociedades de mercado) ou ‘modernas’. Já que, ao integrar o económico, o social, o cultural e o simbólico, permite analisar a sua articulação. Desta maneira, a crítica de que faltaria a Bourdieu uma ideia de ‘capitalismo’, bem como as críticas ao seu conceito de capital que não se libertam da definição marxista estrita de capital económico, parecem ignorar que há em Bourdieu uma teoria da dominação que, na assumpção da multiplicidade de formas de dominação, inclui a dominação económica (e portanto a apropriação da mais-valia *stricto sensu*), mesmo sendo esta matricial, apenas como uma das suas modalidades possíveis.

### 1.5. Retorno às origens: capital social e solidariedades familiares

Se o capital social, enquanto conjunto possível ou efectivo de recursos ligados à participação em redes sociais duradouras de conhecimento e reconhecimento, é, de facto, um capital de base *relacional*,<sup>88</sup> diz preponderantemente respeito a relações sociais que não se regem pelas regras de troca no campo das relações explicitamente económicas. É isso que quer dizer “relações de conhecimento e reconhecimento” (concomitantemente materiais e simbólicas, instrumentais e expressivas), construtoras da identidade solidária de um grupo. Para que possamos falar de um capital com autonomia face ao capital económico, as transferências e trocas de recursos que nele ocorrem não podem ser levadas a cabo sob a égide da pura instrumentalidade monetarizada. Se assim fosse tratar-se-ia de apenas de comércio e não de um sistema de favorecimento, por vezes tão vincado que pode suspender a retribuição, mesmo a adiada e difusa, transformando-a em puro favor.

As lógicas preponderantes do capital social são as da dádiva, não as da dívida.<sup>89</sup> Nas primeiras a temporalidade da prática é eliminada, ou seja, a sincronização da troca não se verifica. É este mecanismo que permite a desconsideração (“misrecognition”) da troca enquanto tal – o lapso temporal (Bourdieu 1997<sup>c</sup>: 122 e ss.), *maxime* o adiamento *sine die*, permite transmutar aquilo que seria uma dívida, em termos mercantis, em gratidão (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 54 col. 1), ou seja reconhecimento solidário, que pode dar origem, além de demonstrações de respeito, a novas transferências de recursos (a contra-dádiva, entendida não como pagamento, mas como demonstração de reconhecimento). Como diz Caillé (2006: 14):

“... ce qui interdit aux théorisations issues du modèle économique (et donc utilitariste) de bien comprendre ce point, c’est qu’il y a généralement un ‘retour’ des pratiques ou des représentations anti-utilitaristes. Le don appelle en effet le contre-don, et ce dernier est souvent au rendez-vous. D’où la tentation irrésistible chez les esprits façonnés par le modèle économique et l’axiomatique de l’intérêt d’en déduire que le don n’a été fait qu’en vue du contre-don et que l’utilitaire constitue donc la vérité cachée de l’anti-utilitarisme”.

---

<sup>88</sup> Capital relacional podia, aliás, ser uma boa opção de substituição da problemática expressão “capital social”. Boltanski (1973: 10) fala, antes da definição de Bourdieu em 1980, de um “capital de relações”. Lima (1999: 357) fala, a par dos capitais económico e simbólico, de “capital relacional”. Substituir o qualificativo “social” pelo de “relacional” poderia, além de afastar confusões com outras definições, nomeadamente de Coleman e Putnam, contribuir para desmistificar a ideia de que o capital económico não é uma relação social (ver Fine 2000, sobre o problema de colocar em paralelo social e económico como qualificativo para formas de capital, ou sobre a questão geral de separar a economia do social).

<sup>89</sup> Não quer isto dizer, nomeadamente para redes de menor solidariedade (ou seja, menor nível de conhecimento e reconhecimento grupal) ou para redes onde o volume de recursos disponíveis seja globalmente menor, que não possam existir misturas variáveis das duas lógicas. Trata-se de uma questão de grau.

É certo que autores como Portes (2000<sup>a</sup>: 138) falam das motivações altruístas e instrumentais dos dadores (que, no seu pensamento, são a fonte dos benefícios do capital social), persistindo na confusão, de raiz colemaniana e putnamiana, entre capital social e características de colectivos, confundindo eventuais motivações com confiança generalizada e obediência a regras – os exemplos que apresenta não respeitam a relações pessoalizadas, mas sim a modalidades de solidariedade universal (para com estranhos ou o colectivo generalizado), ou mesmo à ‘caridade’ abstracta, e à troca contabilística sustentada por forte coerção normativa grupal (Portes 2000<sup>a</sup>: 140). Tal confusão deve-se à sua persistência em incluir dimensões colemanianas na análise, nomeadamente pensando o capital social como função de controlo social nos laços comunitários (Portes 2000<sup>a</sup>: 140-142).<sup>90</sup>

As outras duas funções que apresenta para o capital social são o apoio familiar e os benefícios extraídos através de redes exteriores à família, defendendo mesmo que a “função que se atribui de forma mais comum ao capital social é, sem dúvida, a que este desempenha enquanto fonte de benefícios mediados por redes exteriores à família mais próxima” (Portes 2000<sup>a</sup>: 143). Considerando, aliás, que “Esta definição é a que mais se aproxima da de Bourdieu (1979; 1980), para quem o apoio familiar ao desenvolvimento da criança é uma fonte de capital cultural, ao passo que o capital social se refere a recursos a que se acede mediante pertença a redes” (Portes 2000<sup>a</sup>: 143).

Não podemos senão discordar vincadamente deste *lapsus calami* de Portes. Em relação ao segundo aspecto, em que refere o apoio familiar dando como exemplo o apoio familiar ao desenvolvimento da criança, não podemos a este último restringir o primeiro. A educação e criação de crianças não podem ser incluídas na definição de apoio familiar dado pelos seus progenitores ou *in loco parentis*. A dependência das crianças em relação aos adultos, enquanto não têm autonomia, representa um estágio da sua socialização (e sim, também uma fonte de capital cultural), ou seja, da sua constituição enquanto agente específico.<sup>91</sup> Mas as crianças não permanecem crianças. A problemática do apoio familiar

---

<sup>90</sup> Não que os dois processos não se possam articular, mas que não devem ser analiticamente confundidos. Mais uma vez se verifica aqui confusão entre capital social e redes sociais (“o controlo social e os laços sociais comunitários”; Portes 2000<sup>a</sup>: 142), afirmando-se que redes de fraco controlo social são redes de fraco capital social. Foi no seguimento de uma linha de raciocínio como esta que Coleman veio a desenvolver um discurso moralista conservador sobre o enfraquecimento das instituições familiares e comunitárias religiosas. Putnam generalizou tal tese quase até ao nível de um enfraquecimento da ‘sociedade’.

<sup>91</sup> É claro que a autonomia é progressiva. Quer isto dizer que, nos processos de transição para a vida adulta, muitos das práticas dos progenitores em relação à descendência são também elas, progressivamente, de apoio.

coloca-se preponderantemente entre agentes individuais relativamente autónomos,<sup>92</sup> pertencentes a um mesmo grupo de parentesco.

Neste sentido não é certo que se possa afirmar sobre a conceptualização de Bourdieu em torno do capital social que se destinava preponderantemente às redes exteriores à família. Não só no seu artigo inicial (Bourdieu 1980<sup>a</sup>) grande parte dos exemplos que explora são familiares, como veio a reiterar a centralidade da família nos processos de capital social (Bourdieu 1984<sup>a</sup>: 56). Field (2008: 20), nas críticas que faz a Bourdieu, é mesmo da opinião de que dá excessiva ênfase ao capital social baseado no parentesco.

Não quer isto dizer, obviamente, que o capital social possa ser reduzido às solidariedades familiares. Mas quer isto dizer que é nessas solidariedades que, em maior força, encontraremos as lógicas de gratuidade que consubstanciam a transferência de recursos sem lugar a pagamento. De facto, mesmo a terminologia da troca utilitarista, ainda que podendo descrever muitas das formas de interacção, mesmo entre pessoas próximas (como amigos), não descreve bem relacionamentos familiares e de parentesco (Hofferth, Boisjoly & G. J. Duncan 1999), que se orientam mais, particularmente na ligação entre progenitores e sua descendência, segundo o “fundamental axiom which I call the axiom of prescriptive altruism or, more briefly, of amity” (Fortes 1969: 251). É claro que, mesmo em redes de gratuidade tendencial, o nível dessa gratuidade dependerá dos recursos disponíveis por parte dos dadores, ou seja, de quão estão dispostos ou são capazes de sacrificar dos recursos próprios em prol de outrem.

Quer isto dizer que o capital social será mais forte (ou, pura e simplesmente, mais efectivo) em relações de “laços fortes” do que de “laços fracos”, já que estas últimas, podendo também estar envolvidas em processos de transferência de recursos ou de oportunidades para a sua obtenção (por exemplo através de informação ou recomendação), serão mais passíveis de retorno obrigatório (ainda que em espécie não equivalente ou directamente fungível) ou mesmo pagamento (ainda que não agendado, suspenso até cobrança eventual, mas não anulado).

A temática do capital social não deve ser, assim, confundida com a das redes de interesses que, mesmo na ilegalidade ou clandestinidade, funcionam não só segundo uma lógica organizacional de interdependência impessoal, mas também segundo o princípio

---

Assim, em fases transitórias, muitas das estratégias familiares implicam uma mescla complexa entre práticas de socialização e práticas de apoio.

<sup>92</sup> Sendo certo que os critérios da autonomia (residencial, conjugal, sexual, financeira, jurídica, etc.) são historicamente variáveis.

explícito, que assegura aliás a mobilização para a acção dos seus membros, da retribuição relativamente proporcional.

Ao ser mais vincado nas relações de laços fortes, o capital social está mais presente, portanto, nas redes de tipo “bonding” e não nas de tipo “bridging”, emulando as primeiras, quase que poderíamos dizer, situações de solidariedade mecânica e as segundas de solidariedade orgânica (para utilizar as clássicas expressões de Durkheim).<sup>93</sup> Acentuando esta força dos laços fortes de tipo familiar, Moerbeek & Flap (2008), ainda que não rejeitando completamente os efeitos dos laços fracos, demonstraram que o prestígio e recursos herdados (do pai, nomeadamente) são mais importante que, por exemplo, o percurso escolar para explicar o volume e qualidade do capital social que se possui. Também Edwards (2004) acentua que o trabalho de Bourdieu se foca nas relações familiares, vendo a família como o meio através dos quais, por via em grande medida dos efeitos que designa como capital social, um vasto espectro de recursos e capitais são transmitidos através das gerações (ver também Allatt 1993). De facto, as redes familiares, ao serem de tipo “bonding”, providenciam (Miyata, Ikeda & Kobayashi 2008: 232) “the kind of assistance and support that comes from affection, willingness to help, and considerable knowledge of one another”.

Tal não nos deve, contudo ter uma visão idílica dos relacionamentos familiares e da família. Esta é atravessada por múltiplas formas de violência (Dias 2004), como estruturada por marcadas desigualdades de género (Connel 1996; Skeggs 1997; Bourdieu 1999). A família e o parentesco, ao serem, em grande parte, processos institucionalizados de forte partilha material e simbólica centrais na reprodução social (mesmo que internamente desiguais), permitem que os seus membros possam eventualmente aceder ou usufruir de parte significativa dos recursos possuídos em rede. Para mais, reforçando a comunalidade material e simbólica, bem como a ocultação do carácter material das trocas materiais (não utilitárias) e sua transmutação em identidade e partilha simbólicas, deparamo-nos com a preponderância da emocionalidade nas relações familiares contemporâneas.<sup>94</sup> Este construir e perceber das relações familiares como sendo, essencialmente, emocionais, reforça não apenas a força dos

---

<sup>93</sup> Muito particularmente o Livro I – “*La Fonction de la Division du Travail*” (Durkheim 2008 [1893]: 54-206).

<sup>94</sup> É claro que “nem tudo é emoção no âmbito das relações familiares. Com elas coexistem questões de trabalho, de obrigação, de interesse. No entanto, o que verificamos é que é a emoção a linguagem através da qual são mediatizadas a maior parte das outras relações familiares” (Lima 1993: 92). A construção cultural da família implica que todo o trabalho e apoio seja entendido como ‘amor’ e não como obrigação, ora esse amor (real pela crença sentida da sua realidade) reproduz materialmente a família. As pessoas não actuam por causa das lógicas “objectivas” das redes ou sistemas de parentesco, mas por causa da sua interioridade cultural e socialmente moldada (Lima 1993: 93) – neste caso uma necessidade emocionalmente construída para a solidariedade.

laços, mas igualmente a gratuidade das dádivas – entendidas e vividas como dádivas de amor.

Os grupos ou redes de ligações solidárias não se constituem exclusivamente, para todo o sempre, através de um acto inicial de instituição,<sup>95</sup> mas antes através de um trabalho de instauração e de manutenção permanentes, que é necessário para produzir e reproduzir as ligações duráveis e úteis, próprias à obtenção de ganhos materiais e simbólicos. A solidariedade das trocas produz a solidariedade do grupo, que é condição de existência e perpetuação do grupo. Podemos desta feita deduzir que as trocas serão tanto mais solidárias, e tanto mais solidário será o grupo (ou, pelo menos, as ligações entre alguns dos elementos da configuração relacional que constitui o grupo), quanto mais se derem numa lógica de gratuidade (oficial, ao menos), ou seja, quanto mais qualquer dádiva providenciada pela rede a um dos seus integrantes esteja desligada da obrigação de contra-dádiva a prazo certo e em espécie equivalente (o que constituiria um pagamento que anularia o carácter solidário da dádiva e do grupo), evitando a queda numa lógica contabilística que ameaçaria a motivação desinteressada nas trocas.<sup>96</sup>

Assim, a gratuidade das dádivas e trocas não se coloca da mesma maneira para todos os tipos de grupo ou redes sociais, dependendo da proximidade material, simbólica e emocional entre os seus elementos. Essa gratuidade será tanto maior não só quanto maior for a comunalidade material e proximidade emocional do grupo, mas também e particularmente quanto maior for a categorização e identidade simbólica desse grupo, que o institui como grupo (de preferência restrito e com fronteiras relativamente bem definidas, que impedem que qualquer um possa reivindicar pertença) ao qual o agente pertence obrigatoriamente – o exemplo maior será, mais uma vez, a família.

Conjugando solidariedade material, proximidade emocional e identidade simbólica prescritiva, podemos pressupor que será nas relações de parentesco e família que encontraremos um maior nível de gratuidade, até porque, no âmbito pelo menos do parentesco e famílias ocidentais (Lima 1993), estas fundamentam-se numa metáfora do

---

<sup>95</sup> Este acto de instituição é, no caso dos grupos familiares, representado pela definição genealógica das relações de parentesco (Bourdieu 1980<sup>a</sup>: 2 col. 2). Note-se, no entanto que tal não respeita, necessariamente, a longas linhagens nobilitantes ou aristocráticas, mas sim, igualmente e talvez até preponderantemente na maioria dos casos, à memória próxima da progenitura (pais e avós, por exemplo) e aos laços colaterais que essa progenitura próxima produziu.

<sup>96</sup> Não quer isto dizer que não possam existir contabilidades ocultas, ou sequer que o receptor da dádiva não fique devedor (pelo menos em reconhecimento) em relação ao prestador e que este não adquira poder sobre aquele (não necessariamente sentido como imposição ou dependência, mas como gratidão e, até, amor).

sangue (que constrói a obrigatoriedade de pertença),<sup>97</sup> expressa através das emoções (que ocultam a obrigatoriedade da pertença em afinidade electiva), que denegam o carácter material dos grupos familiares.<sup>98</sup> A gratuidade será crescentemente menor quanto mais o grupo ou rede existir apenas debaixo da égide da afinidade electiva, sem obrigatoriedade de pertença, ainda que essa afinidade seja expressa em fortes termos emocionais (os amigos, por exemplo). Fora da afinidade electiva emocional,<sup>99</sup> a gratuidade será ainda menor, passando pelos meros conhecidos (no trabalho, na vizinhança, em todos os locais que se frequenta, os amigos dos amigos, etc.) e grupos formalmente constituídos e organizados (mesmo que clandestinamente, como nas redes de crime organizado) com interesses explícitos de intervenção, lucro e reivindicação (como partidos, sindicatos, empresas, organizações e colectividades várias), até aos estranhos.<sup>100</sup>

A família e o parentesco, que só alcançam pleno sentido face aos seus usos e entendimentos contextuais (Leach 1961), devem então ser analisados internamente. Ou seja, não podemos subsumir essas categorias como agentes colectivos,<sup>101</sup> mas antes como

---

<sup>97</sup> “Através desta ideia [*o sangue*] atribui-se uma causa natural à imposição cultural de as relações entre parentes serem pautadas pela afectividade, pela generosidade e pela solidariedade” (Lima 1993: 91).

<sup>98</sup> É claro que não estamos a dizer que as relações emocionais devam ser reduzidas à sua função na continuidade e reprodução material dos grupos sociais. Field (2008: 20) critica bem Bourdieu quando este tende a dar como única explicação para as relações de afecto o facto de que dão durabilidade às relações de apoio e solidariedade. A emocionalidade pode ter autonomia relativa face a estes processos e assentar igualmente em bases de interacção inter-individual.

<sup>99</sup> O que não quer dizer que a amizade, por exemplo, não seja estruturada por um forte processo de homofilia social (Bidart 1997), ou seja, de encontro entre agentes relativamente semelhantes socialmente.

<sup>100</sup> Esta noção da variabilidade em grau da gratuidade das transferências pode também ser, de algum modo, encontrada em (Glanville & Bienenstock 2009), quando afirmam que o capital social deve ser visto como uma realidade contínua de redes, confiança e recursos ao longo da qual as formas de capital social variaram. O problema central desta tentativa de conceptualização é que não destrinça bem entre as diferentes conceptualizações proposta (Bourdieu, Coleman e Putnam), persistindo, mais uma vez, na confusão e mescla de dimensões. A questão da gratuidade articula-se com a da reciprocidade (mesmo que diferida). Receber apoio de outrem é algo positivamente influenciado pela reciprocidade, ou seja, pela ajuda ou solidariedade (qualquer espécie, incluindo “moral”) que se presta a outrem, como sugerido pelas teorias das relações sociais cooperativas (Lévi-Strauss 1949, Gouldner 1960), e corroborado pelos estudos que demonstram que quem mais recebe é quem mais dá (Kholi 1999, Komter 2007). Não se deve é confundir características de certas redes (gratuidade, reciprocidade, confiança, etc.), ou mesmo as próprias redes, com os efeitos que podemos designar por capital social.

<sup>101</sup> O que não quer dizer que, por vezes, não possam agir enquanto agentes colectivos. Tal como qualquer organização o pode fazer. Polémicas conceptuais momentaneamente de lado, encontramos autores que analisam, por exemplo, o capital social de organizações (não dentro delas, mas das organizações como agentes colectivos

processos relacionais em que agentes individuais se movem e se relacionam (ver também Singly 1992). Assim, as persistentes relações de apoio que se podem verificar em redes familiares não podem ser ignoradas em investigações sobre o capital social, como se as famílias fossem desconsideradas enquanto redes constituídas por indivíduos com interesses potencialmente divergentes. É porque as relações familiares também podem ser contingentes,<sup>102</sup> que a sua não-contingência (ou necessidade, socialmente construída como virtude, com todos os seus correlatos práticos e representacionais) deve ser objecto de questionamento. Como nos diz Lima (1993: 93), é necessário ver “os indivíduos como pessoas e não exclusivamente como parentes”. Como já o dissemos, a questão não é uma de redefinição do conceito de capital social ao ponto de o restringir aos laços fortes (família e, eventualmente, amigos, na maioria dos casos), mas de perceber, contra a maioria das investigações explicitamente sobre o tema, que a maioria do capital social ocorre em redes de laços fortes, a maioria delas familiares e de parentesco restrito. De facto, encontramos uma vasta bibliografia sociológica (ver Vasconcelos 2002<sup>a</sup>) e antropológica (ver Lima 1993: 91), que demonstra a persistência e recorrência do parentesco e família enquanto fonte de apoio e solidariedade.

É, aliás, interessante verificar, olhando para a bibliografia em língua francesa sobre a solidariedade familiar (de longe a mais abundante e significativa), como a temática do capital social não foi desenvolvida nesse circuito linguístico, nomeadamente em França (Bevort & Lallement 2006<sup>b</sup>: 19), apesar de o primeiro grande pensador do capital social ter sido francês. É necessário, portanto, integrar as duas linhas de investigação e conceptualização.

Um dos raros exemplos de utilização em francês do conceito de capital social, para lidar directamente com os apoios quotidianos (que demonstram ser essencialmente familiares) envolvidos na manutenção dos agregados domésticos, pode ser encontrado em Degenne, Lebeaux & Lemel (2006). Estes exploram a hipótese, comum na literatura sobre o apoio familiar, das redes de apoio como compensadora das dificuldades e desigualdades económicas

---

com outros agentes), remetendo fortemente para laços formais, ou facilmente objectivados (ver Gabbay & Leenders 2001). A questão é que, ainda que a família possa ter uma organização, não é, na maioria das vezes, uma organização.

<sup>102</sup> É claro que muitas vezes o são. O estudo geral do apoio familiar só ficará completo quando complementado não só com o estudo das modalidades de apoio não-familiares (quer personalizadas, quer impessoais), mas também com o estudo dos processos de não-apoio familiar (nomeadamente pela ruptura relacional – e aqui referimo-nos preponderantemente a formas de ruptura não-conjugal, como entre progenitores e descendência ou na fratria, já que a ruptura e conflito conjugal estão abundantemente estudados; ver Torres 1996 e Widmer, Kellerhals & Levy 2003, por exemplo).



e sociais (Degenne, Lebeaux & Lemel 2006: 110), verificando que a solidariedade não tem efeitos redistributivos, como já tinha constatado igualmente Déchaux (1994<sup>b</sup>), embora possam ajudar a melhorar o bem-estar (particularmente dos mais novos ou dos mais velhos – Degenne, Lebeaux & Lemel 2006: 118). Não só demonstram a relação umbilical entre apoio familiar e desigualdade social (de resto, bem conhecida, ver Wall *et al.* 2001), como demonstram que a primeira se faz segundo lógicas de troca generalizada (e não de troca restrita simétrica), cujo equilíbrio se alcança a nível do grupo (mais na família em linha directa que na restante e na não-família)<sup>103</sup> e é muitas vezes diferida geracionalmente (Degenne, Lebeaux & Lemel 2006: 121).

Em contexto de língua inglesa (particularmente norte-americano), ou se ignora a família (muitas vezes ignorando até o apoio enquanto concretização do capital social), ou, não a ignorando, centra-se o olhar nas características organizacionais, relacionais e identitárias da família e não propriamente nos efeitos que podemos designar de capital social. As relações familiares são, obviamente, mais abrangentes que a temática apenas do apoio familiar. Mas, ao centrarem-se os estudos na multidimensionalidade dos laços familiares (ver, por exemplo, Logan & Spitze 1996), descaram os processos que aqui nos interessam. É certo que em contexto europeu, nomeadamente não-anglófono de partida, também encontramos, no que respeita ao parentesco e às suas redes, preocupações com dimensões que não as do capital social,<sup>104</sup> mas a temática do apoio e solidariedade familiar tem tido amplo desenvolvimento autónomo. Quer em análises que se centram primordialmente sobre os circuitos de apoio dentro das redes de parentesco (por exemplo: Kellerhals, Coenen-Huther & Allmen 1995; Bawin-Legros, Gauthier & Stassen 1995; Attias-Donfut 1995<sup>b</sup>, 1995<sup>c</sup>, 1996, 1997, 2000 & 2001), quer também analisando os efeitos das transferências familiares em termos de desigualdade social (por exemplo: Attias-Donfut & Wolff 1997, 2001 & 2006; Vasconcelos 2002<sup>b</sup> & 2005).

Incluir o apoio e a solidariedade familiar nos estudos sobre o capital social real, definindo-o em linha com a conceptualização de Bourdieu, é incluir o circuito central de criação e apropriação dessa espécie de capital. E falar de capital social, em vez de apenas apoios ou transferências familiares, é o resultado de uma maior ambição teórica e explicativa

---

<sup>103</sup> Verificaram que quanto maior a distância familiar entre agregados em relação de troca, mais provavelmente estaremos face a relações “interessadas” (Degenne, Lebeaux & Lemel 2006: 124).

<sup>104</sup> Ver, por exemplo: Gullestad & Segalen 1997, para um panorama geral; Attias-Donfut, Lapierre & Segalen 2002, sobre a transmissão das histórias e memórias familiares; Kellerhals, Ferreira & Perrenoud 2002, sobre culturas de parentesco e transmissões identitárias.

sobre os processos sociais, nomeadamente a de tentar enquadrar esses e outros processos numa conceptualização mais vasta e abrangente sobre as modalidades de apropriação de valor no âmbito da divisão social do trabalho das sociedades contemporâneas (ou mesmo outras), assim pensando os processos centrais da diferenciação e desigualdade.

## CAPÍTULO 2

### OBJECTO E METODOLOGIA

#### 2.1. Capital social e estratégias de reprodução familiar

Face à definição bourdieusiana de capital social, enquanto conjunto de recursos potenciais ou efectivos ligados à participação em redes sociais duradouras de conhecimento e reconhecimento, e reconhecendo a sua natureza efectiva de capital, tendo portanto que ser analisado em termos dos processos de diferenciação e desigualdade social, como também preponderantemente um efeito decorrente da participação em redes duráveis de dádiva (que podemos pressupor serem no essencial redes familiares e de parentesco), os nossos objectivos e hipóteses, múltiplos mas integrados, podem ser ordenados em quatro andamentos.

Num primeiro momento, e tendo em atenção ser o capital social um efeito decorrente de relações de sociabilidade (onde nenhum outro interesse consciente, além da própria sociabilidade, é levado a cabo), procurámos reconstruir estatisticamente os contextos e círculos de sociabilidade e convivialidade das famílias portuguesas. A ideia aqui presente é a de que, se os indivíduos estão inseridos numa legião infindável de redes sociais (já que todas as interacções que têm podem ser entendidas como ocorrendo dentro de configurações relacionais em rede), nem todas as redes em que participam possuem as características propícias à ocorrência de efeitos de solidariedade e apoio que concretizam o capital social. Neste sentido procurámos analisar os perfis de convivialidade das famílias portuguesas com filhos, quer em termos de protagonistas quer em termos de actividades de convívio, bem como as diferenciações sociais, nomeadamente classistas, que nesses perfis podem ser encontradas. Ao analisarmos a importância diferencial dos parentes e dos amigos na sociabilidade, tal como algumas das suas diferentes funcionalidades, pudemos perceber nomeadamente, numa fase posterior da análise, qual o papel das relações puramente electivas (amicais) face àquelas de forte valor prescritivo (parentesco) na concretização do capital social.

Num segundo momento, conseqüentemente, procurámos reconstruir extensivamente o capital social real (e não a vagueza do potencial, concretizável ou não) das famílias portuguesas constituídas por agregados de casal com filhos pequenos, ao longo do seu percurso de vida familiar. Tal reconstrução pormenorizada dos processos de dádiva e solidariedade (em termos dos seus protagonistas e tipos específicos de apoio), permitiu-nos reconstituir as diferentes lógicas de apoio que constituem os processos do capital social, observando a sua variação face à desigualdade social e à própria temporalidade das histórias e

transições familiares. Os resultados encontrados, ao salientarem a força dos apoios familiares e a sua diferenciação classista ao longo do percurso de vida familiar, permitem-nos conceptualizar as relações de apoio, logo o capital social, como sendo um sistema de relações em rede entre agregados domésticos aparentados, funcionando como um sistema (estratégico) de transmissão de vantagens ou desvantagens sociais. Portanto, um sistema de estratégias de reprodução familiar, com um impacto determinante sobre as posições sociais relativas dos grupos familiares no espaço social das classes.

Ao analisarmos as lógicas socialmente diferenciadas de apoio, privilegiamos inicialmente uma perspectiva objectivista sobre estes processos sociais.<sup>105</sup> Os nossos objectivos foram, por um lado, descritivos, no sentido em que pretendemos caracterizar e tipificar a diversidade social do capital social, e, por outro lado, explicativos, no sentido em que pretendemos alcançar os processos sociais na base da sua diferenciação e para os quais podem contribuir. Desta feita caracterizámos não só o capital social das famílias portuguesas, mas igualmente articulámos esse processo social com as desigualdades estruturais do espaço social das classes<sup>106</sup> – isto partindo da constatação inicial de que, se as redes são redes onde circulam recursos, nem todas as unidades familiares possuem a mesma panóplia de bens mobilizáveis, sejam estes bens materiais, culturais, simbólicos ou práticos.

O centramento nas famílias conjugais com filhos dependentes,<sup>107</sup> enquanto beneficiárias ou não de capital social, foi uma opção analítica fundada no facto de as unidades

---

<sup>105</sup> De facto, não entramos nas motivações subjectivas para o apoio, não indagámos as lógicas e os critérios de cálculo eventual e de distribuição ou repartição das trocas e encargos na família (ocultos ou não), nem inquirimos os modelos relacionais (interaccionais) nas redes de apoio, nem as lógicas de construção simbólica do parentesco ou da amicalidade.

<sup>106</sup> Na senda, aliás, de uma forte tradição sociológica portuguesa. Quer esta se centrasse em processos não estritamente familiares, mas dando conta da articulação estrutural entre família e classe social (por exemplo, J. F. Almeida 1986), quer, ao olhar para a família, não deixando de a articular com os processos de diferenciação social (por exemplo: A. N. Almeida 1993; Guerreiro 1996; Wall 1998).

<sup>107</sup> Por oposição a um centramento nos *indivíduos*. É claro que um enfoque familiar afasta da análise empírica todos os indivíduos que não vivem nesse contexto doméstico e relacional. Tal é, por um lado, uma limitação analítica (já que há que ter particular cuidado com generalizações indutivas que podem ser abusivas), mas também, por outro lado, uma mais-valia analítica, no sentido que nos possibilita observar mais profundamente os conluios relacionais de mobilizações de recursos em configurações sociais onde não só uma maioria significativa das pessoas vive a sua vida, mas que são, acima de tudo, exemplares ou paradigmáticas dos processos de gratuidade e dádiva. Tal exemplaridade acentua-se quando analisamos a vida familiar não apenas num único momento da sua existência, mas reconstruindo relativamente um percurso temporal dessa vida familiar ao longo de uma série de transições centrais, que, podemos pressupor, têm o efeito de reforçar a mobilização das redes de apoio.

familiares,<sup>108</sup> ao partilharem não só conjuntos estratégicos e centrais de recursos, mas também condições sociais de existência globais (J. F. Almeida 1981: 246), poderem ser pensadas enquanto “famílias de classe” (Bertaux 1978: 59 e ss.), ou seja, configurações relacionais, fortemente institucionalizadas, centrais nos processos diferenciais de reprodução das modalidades de apropriação e transmissão do capital (todas as espécies confundidas).

Tal como o parentesco não deve ser subsumido em unidade, também os agregados conjugais com filhos poderiam não o ser.<sup>109</sup> O elevado nível de partilha e mesmo comunalidade de recursos e condições de existência presentes nesses agregados fundamenta essa opção, que não nos deve levar, contudo, à ignorância dos seus eventuais processos internos de diferenciação e desigualdade, quer de género, quer geracionais, quer ainda em termos das trajectórias sociais diferenciadas dos seus constituintes.<sup>110</sup> A partilha aí presente, mesmo assim, é de tal nível, mesmo dando-se eventuais transferências e apoios apenas a algum dos seus constituintes individuais, que a apropriação dos recursos recebidos, ou pelo menos o seu usufruto, tende a ser realizada em conjunto. A partilha coloca-se de maneira diferente e em níveis menores entre agregados ou mesmo agentes individuais não co-residentes. Apesar de tudo é a partilha que funda a solidariedade em rede entre elementos relativamente autónomos, ou seja, ou efeitos que designamos por capital social.

Se a vida familiar é uma realidade aberta, não constituindo os agregados conjugais com filhos sistemas fechados, há então que dar conta dessa pluralidade de relacionamentos, não fechando artificialmente a família numa prisão doméstica que não é a sua. É isso que fazemos ao analisarmos os apoios que recebem os grupos familiares, olhando para tipos específicos de apoio recebido e sabendo quem os deu. Esta é a porta de entrada que nos permite vislumbrar mais do que apenas o que se recebeu de quem, visto, através dela, alcançarmos os conluios ou cumplicidades familiares alargadas que fazem a vida das famílias e que, por essa via, têm um impacto central na definição das possibilidades, individuais e grupais, de apropriação diferencial dos recursos estratégicos de uma divisão social do trabalho historicamente situada – a do Portugal contemporâneo.

---

<sup>108</sup> Particularmente quando se trata de unidades *conjugais* com filhos dependentes, fortemente caracterizadas pela comunalidade material.

<sup>109</sup> E, de facto, não os tratamos sempre enquanto tal, nomeadamente na análise das convivialidades, onde ressaltam as diferenças nas relações de sociabilidade dos diferentes membros do agregado familiar (os cônjuges e seus filhos e filhas).

<sup>110</sup> E tal não é ignorado na nossa análise, quer em termos de alguma análise da diferenciação do apoio em termos de género e lateralização familiar, quer em termos da análise qualitativa das trajectórias sociais de linhagens familiares tri-geracionais.

Num terceiro momento, analisada que está a diferenciação social do capital social ao longo dos percursos de vida familiares (tendo-se, portanto, alcançado o seu papel na reprodução diferencial das condições de existência dessas família de classe e reconstruído o espaço social global de desigualdade onde se inscrevem essas lógicas estratégicas), procurámos analisar e reconstruir os processos extensivos, particularmente intergeracionais, de reconfiguração estrutural do espaço social das classes. A estrutura social não é estática e se, no momento anterior, conseguimos articular diferentes lógicas do capital social com condições de classe específicas, há que ter presente que não só as diferentes posições de classe não são estanques (antes se verificando, inter ou intrageracionalmente, múltiplas mobilidades), como as histórias familiares e individuais são caracterizadas pela diversidade das trajectórias sociais. Ainda que permanecendo numa lógica analítica estatística, procurou-se aqui ressaltar a diversidade dos percursos e trajectórias, mesmo que numa visão de conjunto populacional. Esta demonstração da diversidade fundamenta, no momento seguinte, uma análise intensiva e aprofundada dessas trajectórias e dos usos do capital social, não só em diferentes condições sociais de existência, mas também em processos divergentes de mobilidade social.

No quarto e último andamento, agora numa análise qualitativa de percursos sociais de linhagens familiares tri-geracionais, procurámos ilustrar aprofundadamente, *grosso modo* para o último meio século da história da sociedade portuguesa, quer a diversidade de trajectórias sociais, quer a multifuncionalidade do capital social em diferentes condições de classe e em processos de mobilidade e acumulação divergentes. Os objectivos deste último momento de análise não foram apenas exemplificativos. Tratou-se igualmente de perceber e explicar, numa análise necessariamente mais micro-social (ainda que não descurando os contextos estruturais e históricos mais alargados) e no seguimento de uma sociologia à escala individual como defendida por Lahire (2004 & 2005), a origem da diferenciação das trajectórias sociais e das diferentes modalidades de acumulação de capital nelas presentes. Esta é uma análise das vantagens ou desvantagens cumulativas nos processos de mobilidade, conjugando a individualidade dos percursos de vida, articulados intergeracionalmente, com as possibilidades sócio-estruturais de momentos históricos específicos. Neste sentido, analisou-se o papel específico do capital social nas diferentes modalidades de acumulação, não só em termos da sua existência ou ausência, em si mesmas propiciadoras de efeitos diferenciados na apropriação de outros capitais ou oportunidades, mas igualmente em termos dos efeitos diferenciados, para a vida e posição de classe de indivíduos e famílias, da mobilização relacional das diferentes lógicas de apoio efectivas.

## **2.2. As pesquisas**

O trabalho de investigação empírica que levámos a cabo foi desenvolvido através de dois projectos de investigação: o projecto “Famílias no Portugal Contemporâneo” e o projecto “Género e Gerações”. De índoles marcadamente diferentes, mas ambos versando sobre múltiplos aspectos da vida familiar em Portugal, os dados providenciados distinguem-se desde logo pela sua diferente natureza: os do primeiro, quantitativos e propiciadores de análises estatísticas extensivas sobre regularidades indutivamente generalizáveis; os do segundo, qualitativos e indutores de análises intensivas e de profundidade sobre micro-processos sociais (onde as singularidades individuais encontram as regularidades estruturais). Tendo em ambos os projectos encontrado espaço para desenvolvimento da problemática do capital social na sua necessária articulação com a desigualdade estrutural, as interrogações conceptuais e estratégias metodológicas dos dois permitiram a complementaridade necessária entre os vários momentos analíticos do objecto que definimos. Assim, os três primeiros momentos acima referidos remetem para a análise dos dados do primeiro projecto, enquanto o quarto e último momento respeita a dados do segundo projecto.

### **2.2.1. Famílias no Portugal Contemporâneo**

O Projecto “Famílias no Portugal Contemporâneo: Estruturas, Dinâmicas e Solidariedades”, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (CIES/ISCTE-IUL), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia,<sup>111</sup> foi coordenado por Karin Wall, tendo decorrido entre 1997 e 2005.

O grande objectivo deste projecto foi o de fazer um retrato extensivo e dinâmico sobre os quotidianos, relações e percursos das famílias portuguesas, sem deixar de tomar em linha de consideração os contextos sociais mais estruturais da vida familiar. Uma multiplicidade de interesses se articulou: as redes de apoio, o parentesco, a conjugalidade, a recomposição familiar e conjugal, a parentalidade, a domesticidade, a identidade feminina, etc. (ver Wall 2005). Todo o questionamento foi orientado num forte sentido processualista, que não se quedou por um instantâneo das relações familiares num dado momento, como o corte temporal que é a aplicação do próprio inquérito por questionário tende a implicar. Antes procurou-se a diacronia própria dos processos e histórias familiares pela reconstrução da vida das famílias em momentos chave de transição e rearranjo familiar (a entrada na conjugalidade

---

<sup>111</sup> Referência 2/2.1/CSH/767/95.

e a entrada na parentalidade, além do momento presente com crianças pequenas), assim almejando uma análise das trajectórias familiares na sua espessura social e temporal própria.

Nestes objectivos diversificados e desenvolvidos em colectivo, incluíam-se os nossos propósitos de investigação: as redes sociais de apoio que se estruturam à volta da vida familiar e assim a estruturam ao longo do seu percurso de vida.<sup>112</sup> Esta escolha e interesse pela reconstrução dos modos como ao longo do tempo se vai construindo a vida familiar em diferentes condições de classe, ou seja a reconstrução das trajectórias familiares, levou-nos a restringir o universo de inquirição a famílias conjugais<sup>113</sup> que tivessem já passado por uma série de eventos e momentos-chave da sua história, como o nascimento de filhos já há algum tempo, além da própria fundação de uma autonomia familiar relativa que é o próprio começo de uma conjugalidade, sendo a inquirida sempre a mulher do casal. Todo este trabalho produziu resultados, quer abrangentes (Wall 2005), quer já de conceptualização e tratamento preliminar e parcial dos dados referentes às redes de apoio (ver Wall *et al.* 2001; Vasconcelos 1997, 2002<sup>a</sup>, 2002<sup>b</sup> & 2005).

#### **2.2.1.1. A amostra extensiva**

Nesta pesquisa foram apenas inquiridas as mulheres do casal, privilegiando-se sem dúvida a análise de uma narrativa feminina sobre a realidade familiar. Poder-se-ia desta feita obstar que apenas captámos parte dos processos do capital social, nomeadamente porque alguns dos apoios que o consubstanciam podem fazer-se de maneira marcadamente masculina ou porque as mulheres poderiam ter a tendência a sobrevalorizar as prestações de tipo doméstico e em serviços pessoais, ou pura e simplesmente aquelas que fluem mais pelo seu lado do parentesco. Esta é uma clara limitação analítica, mas não um obstáculo à análise, até porque sabemos, no respeitante aos apoios familiares, que o papel levado a cabo pelas mulheres adquire grande centralidade (S. Portugal 1995; Attias-Donfut 1996; Fernandes 1997; Vasconcelos 2002<sup>a</sup>: 107 e ss.).

Dos trabalhos colectivos e da concatenação dos vários interesses de investigação resultou um modelo de inquérito por questionário (Anexo A), aplicado em base informática pelo Instituto Nacional de Estatística, em 1999, a uma amostra com representatividade para Portugal continental. A representatividade foi garantida pelo próprio INE para o universo das

---

<sup>112</sup> Para uma apresentação mais detalhada de todo o trabalho individual levado a cabo neste projecto ver Vasconcelos (2002<sup>a</sup>).

<sup>113</sup> Famílias conjugais, de conjugalidade formalizada ou não, simples ou complexas em termos da sua estrutura doméstica e em primeira ou segunda conjugalidade.



famílias com pelo menos uma mulher, entre os 25 e os 49 anos de idade, a viver em casal (casada ou coabitante) e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos. A amostra-alvo original foi constituída por 2260 agregados domésticos, sendo representativa das famílias com crianças residentes dependentes. A pessoa inquirida, como já o dissemos, foi sempre a mulher. Obteve-se uma resposta de 79 % da amostra original (sobrestimada em 25 %, para compensar as não-respostas), alcançando-se uma amostra real de 1776 famílias. A amostra probabilística multi-etápica foi extraída pelo INE de uma amostra-mãe de agregados domésticos (a amostra-mãe foi uma amostra probabilística baseada no registo censitário de 1991; estava estratificada por região – cinco regiões no continente, mais os Açores e a Madeira – e tinha 1143 blocos censitários, cada um com cerca de 300 agregados domésticos), construída para o Inquérito Nacional ao Emprego e permitindo um nível de confiança de 95 % (erro de amostragem  $\pm 2.3\%$ ,  $\alpha=.05$ ).

O objectivo desta amostragem era o de alcançar uma das mais importantes parcelas das famílias portuguesas. Tenha-se em consideração que, segundo os dados censitários de 1991, o ‘casal’, como forma familiar, constituía cerca de 73 % dos agregados domésticos portugueses, dos quais cerca de 50 % casais com filhos.<sup>114</sup> É claro que a nossa amostra não corresponde exactamente a esta categoria, já que se verifica uma limitação das possibilidades de variação etária dos filhos e das mães, bem como se incluem núcleos de casais com filhos vivendo em agregados onde existem igualmente outros núcleos familiares. De toda a maneira, alcançou-se uma parte da população portuguesa que corresponde *grossa modo* à situação familiar modal.

As mulheres inquiridas apresentam uma distribuição geográfica, a nível das NUT III (Quadro 2.1), consentânea com a distribuição espacial pelas regiões do continente português quer da população residente quer do número de famílias – a representatividade da diversidade regional de Portugal continental foi assim assegurada, tal como foi assegurada, pelo Instituto Nacional de Estatística, a representatividade da amostragem segundo as características sócio-demográficas.

---

<sup>114</sup> Portugal era, desta maneira, um dos países da União Europeia com uma das mais elevadas percentagens de famílias constituídas por *casais com filhos*, apenas suplantado pela Espanha (onde os casais com filhos eram cerca de 56 % dos agregados domésticos) e seguido de perto pela Grécia (49 %), Irlanda (48 %) e Itália (47 %). Estes números, encontrados para o sul da Europa (com a situação geograficamente excêntrica da Irlanda), eram relativamente elevados, já que a média da União Europeia se ficava por cerca de 38 % de casais com filhos, sendo a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia os países com a menor proporção desse tipo de agregado doméstico nuclear (respectivamente cerca de 26 %, 22 % e 26 % – todos os dados foram recolhidos das estatísticas demográficas do Eurostat para 1995).

A idade média das mulheres que inquirimos (Quadro 2.2) situa-se entre os 38 e os 39 anos, sendo os seus cônjuges, em média, quase três anos mais velhos. De facto, quase 61 % da amostra tem entre 35 e 44 anos de idade, estando em situação de conjugalidade (Quadro 2.3), em média, há 16/17 anos (estando também cerca de 61 % das inquiridas no grupo das que vivem em casal entre os 11 e 20 anos) e tendo conhecido a maternidade há pelo menos 6 anos – a maioria tem dois filhos, sendo a idade média do filho mais novo pouco mais de 9 anos (Quadros 2.4 & 2.5).

Quadro 2.1

Distribuição das inquiridas por região	
Norte	37,6
Centro	17,5
Lisboa e Vale do Tejo	36,4
Alentejo	5,0
Algarve	3,5
Total (n=1776)	100,0

Quadro 2.2

Idade da mulher inquirida	
25-29 anos	4,3
30-34 anos	19,7
35-39 anos	32,0
40-44 anos	28,8
45-49 anos	15,2
Total (n=1776)	100,0
Média etária da mulher	38,6
Média etária do cônjuge	41,4

Quadro 2.3

Anos de duração da conjugalidade	
Até 5 anos	0,9
6-10 anos	13,9
11-15 anos	30,0
16-20 anos	31,1
21-25 anos	18,6
26 e mais anos	5,5
Total (n=1776)	100,0
Média	16,5

Quadro 2.4

Idade do filho mais novo	
Até 1 ano	4,1
2-5 anos	16,4
6-9 anos	30,3
10-13 anos	29,2
14-16 anos	20,0
Total (n=1776)	100,0
Média	9,3

Quadro 2.5

Nº de filhos(as) a residirem com o casal	
Um filho	25,5
Dois filhos	55,8
Três filhos	14,2
Quatro ou mais filhos	4,5
Total (n=1776)	100,0
Média	1,99

Do ponto de vista sócio-económico verificamos que a amostra inquirida apresenta características comuns ao conjunto da população portuguesa em idade activa. A maioria das mulheres que questionámos e seus cônjuges (Quadro 2.6) têm apenas o ensino primário (cerca de 40 %), o que, somado aos sem escolaridade (pouco mais de 4 %) e àqueles que se ficaram

pelo níveis de ensino preparatório ou unificado (quase 34 %), nos dá conta de uma população globalmente pouco ou nada qualificada – característica aliás partilhada pela população portuguesa em geral. A população com o ensino secundário ronda, em ambos os géneros, os 11 %. São também claramente minoritários, quer no caso das mulheres, quer no dos homens, aqueles que finalizaram uma licenciatura ou pelo menos a frequentaram, ficando-se respectivamente, por uns 11 e 10 %.

Quadro 2.6  
Níveis de Escolaridade da Mulher e do Homem

Escolaridade	Mulher	Cum%	Homem	Cum%
Sem Escolaridade	4,4	4,4	4,3	4,3
Ensino Primário	40,0	44,4	41,4	45,7
Ensino Preparatório/Unificado	33,5	77,9	33,9	79,6
Ensino Secundário	11,2	89,1	10,7	90,3
Bacharelato, Licenciatura Incompleta, Curso Médio	5,7	94,8	3,9	94,2
Licenciatura ou mais	5,2	100	5,8	100
Total (n=1776)	100,0		100,0	

Analisando o posicionamento das pessoas face ao mundo do trabalho (Quadro 2.7), verificamos que a maioria quer de homens (cerca de 93 %), quer de mulheres (cerca de 70 %) trabalham. Em situação de desemprego, uma situação, de resto, minoritária, encontramos um pouco mais de mulheres que de homens (6 % contra cerca de 4 %). Quase 21 % das mulheres são domésticas. O salariedade é a situação dominante, como de resto bem se sabe, da maioria daqueles que trabalham. Mais no caso das mulheres que no dos homens, ainda que por pouco. Estes últimos são, um pouco mais que as mulheres, trabalhadores isolados ou patrões (Quadro 2.8).

Quadro 2.7

Condição perante o trabalho da Mulher e do Homem		
Condição perante o trabalho	Mulher	Homem
Trabalhador	70,4	92,9
Desempregado	6,0	4,2
Doméstica	20,9	0,0
Outra situação	2,7	2,9
Total (n=1776)	100	100

Quadro 2.8

Situação na profissão da Mulher e do Homem		
Situação na profissão	Mulher	Homem
	(n=1300)	(n=1659)
Assalariado	80,1	74,8
Isolado	14,1	16,4
Patrão	4,1	8,8
Outra situação	1,7	0,0
Total	100	100

Em quase 70 % das situações ambos os cônjuges trabalham profissionalmente (Quadro 2.9), o que coincide, como é óbvio, com a percentagem de mulheres trabalhadoras, que é, de resto, consentânea com as altas taxas de actividade feminina, particularmente a tempo inteiro, em Portugal. Apesar de tudo, em cerca de um quinto da amostra estamos face a situações de domesticidade feminina, com trabalho profissional exclusivamente masculino.

Quadro 2.9

Condição do casal perante o trabalho	
Nenhum trabalha	3,1
Ambos trabalham	68,5
Só o homem trabalha	24,0
Só a mulher trabalha	4,4
Total (n=1776)	100,0

A distribuição em classes sócio-profissionais apresentada por estes casais (Quadro 2.10), ainda que apresentando ligeiras variações em relação ao total da população portuguesa, apresenta uma estrutura consentânea com a própria estrutura de classes em Portugal. Utilizamos aqui uma tipologia <sup>115</sup> que demonstrou já a sua eficácia explicativa (ver: Vasconcelos 2002<sup>a</sup>, 2002<sup>b</sup> & 2005; Aboim, Cunha & Vasconcelos 2005; Aboim 2006),

Quadro 2.10  
Classe Social do Casal

1. Empresários e dirigentes (ED)	2,3
2. Profissões intelectuais e científicas (PIC)	5,1
3. Profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI)	11,3
4. Independentes e pequenos patrões (IPP)	21,5
5. Camponeses (C)	5,3
6. Empregados executantes (EE)	12,2
7. Empregados executantes e industriais (EEI)	16,1
8. Operários industriais (OI)	22,5
9. Assalariados agrícolas e industriais (AAI)	3,7
Total (n=1776)	100,0

Os empresários e dirigentes, a minoria dominante e com maior volume global de capital, correspondem a pouco mais de 2 % da população, podendo ser identificados como a classe correspondente à ‘burguesia’, pelo seu controlo do aparelho produtivo de capital económico (quer através da propriedade, quer através da gestão e controlo efectivo).

Encontramos igualmente duas categorias sócio-profissionais, correspondentes a uma ‘nova pequena burguesia’ ou ‘pequena burguesia qualificada’, cuja característica central é o assalariamento consentâneo com elevadas creditações escolares – as profissões intelectuais e científicas (mais qualificadas e com maior autonomia profissional), com um peso

<sup>115</sup> Para os critérios de construção da variável classe social, individual e de casal, ver neste capítulo ‘2.3. Conceitos e operacionalização’. Para um desenvolvimento da análise da estrutura de classes e suas reconfigurações, ver capítulo ‘5.1. Reconfigurações estruturais do espaço social’.

populacional de cerca de 5 %, e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio (menos qualificadas e com menor autonomia profissional), com um peso de cerca de 11 %. Correspondendo à ‘pequena burguesia tradicional’, deparamo-nos com os independentes e pequenos patrões – quase 22 % da população. Os camponeses, fracção em declínio, têm um peso de pouco mais de 5 %.

As classes que poderiam ser designadas tradicionalmente como ‘classes laboriosas ou trabalhadoras’ correspondem a quase 55 % da população e distribuem-se por uma série de situações específicas diferenciadas, consoante o sector de actividade preponderante do seu assalariamento (primário, secundário ou terciário) – os casais de empregados executantes nos serviços com um peso de quase 14 %; os casais de empregados executantes e industriais (por regra uma trabalhadora dos serviços com um trabalhador da indústria) pouco mais de 14 %; os casais de operários industriais com quase 23 %; finalmente, os casais de assalariados agrícolas e industriais,<sup>116</sup> categoria igualmente em declínio como todas as categorias ligadas ao sector primário, com um peso de pouco menos de 4 % da população.

Estas mulheres e suas famílias prestam-se bem aos objectivos de investigação a que nos propúnhamos. Tendo a maioria das inquiridas entre trinta e quarenta e poucos anos, vivendo conjugalmente em média há cerca de dez a vinte anos, com filhos em idade infantil ou na pré-adolescência, com um perfil sócio-profissional e escolar que espelha a realidade portuguesa, estamos então face a uma amostra que, por um lado, tem história familiar suficiente para dar espessura aos processos sociais que nos interessam analisar e que, por outro lado, apresenta suficientes diferenciações sociais para que possamos alcançar os diferentes contextos estruturais de vivências de classe existentes em Portugal.

### **2.2.2. Género e Gerações**

O Projecto “Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares”, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia,<sup>117</sup> foi coordenado por Sofia Aboim, tendo decorrido entre 2007 e 2010.

---

<sup>116</sup> Que inclui casais em que ambos os elementos são assalariados agrícolas, bem como casais em que pelo menos um dos cônjuges pode estar numa situação de pluriactividade ou mesmo dedicação exclusiva ao trabalho industrial.

<sup>117</sup> Referência PIHM/SOC/63508/2005. Projecto aprovado no âmbito do Concurso para Projectos de Investigação no Domínio das Relações Sociais de Género e das Políticas para a Igualdade entre Mulheres e Homens em Portugal.

Os objectivos deste projecto centraram-se nas identidades e relações sociais de género ao longo de mais de meio século da história recente portuguesa. Reconstituindo as narrativas familiares de três gerações de homens e de mulheres em duas regiões portuguesas (com padrões de modernização muito diferenciados: a NUT III da Grande Lisboa e a do Tâmega, no norte do país), investigou-se globalmente as combinatórias entre continuidade e mudança na família, analisadas numa perspectiva marcadamente intergeracional.

Reconstruiu-se, assim, as transmissões materiais e não-materiais em linhagens masculinas (avô, pai, filho) e linhagens femininas (avó, mãe, filha), processo de longo curso em que, na família, se (re)produzem as identidades e as condições objectivas que determinam a posição social relativa dos indivíduos e grupos familiares no espaço social das desigualdades de classe. Vários objectos de investigação tiveram lugar neste projecto, como pode ser constatado verificando a diversidade temática dos guiões de entrevista (Anexos B & C): a infância, adolescência e relação com os pais, os percursos escolares e profissionais, a conjugalidade e os afectos, os filhos e as biografias de fecundidade, as configurações relacionais e as redes de apoio, as atitudes e a avaliação das diferenças de género, a saúde, o corpo e a sexualidade.

Cada uma das gerações analisadas corresponde não só a uma posição genealógica nas linhagens familiares, particularmente propícias à investigação de transmissões e descontinuidades (Biblarz, Bengtson & Bucur 1996; Favart-Jardon 2002; Kellerhals, Ferreira & Perrenoud 2002), como se consubstanciam igualmente enquanto gerações sócio-culturais, cada uma delas resultado relativo de diferentes processos históricos (Manheim 1952 [1927]; Elder 1974; Hareven 1982 & 1994; Glenn 2003), ligando histórias individuais, familiares e sociais, como apontado por Bengtson & Oyama (2007).

Esta análise de linhagens familiares tri-geracionais permitiu-nos a reconstrução pormenorizada das trajectórias sociais e percursos de vida num contexto de vincados processos de mudança social e reconfiguração estrutural, assim possibilitando a tipificação e análise dos diferentes processos de mobilidade de classe a nível micro-social (individual e familiar), aferindo das suas causalidades, em termos de percursos de vida face a oportunidades estruturais, bem como do papel específico jogado pelo capital social nessas trajectórias.

#### **2.2.2.1. A amostra intensiva**

O critério principal de selecção dos entrevistados das 20 linhagens (num total de 60 entrevistas) foi o de assegurar a diversidade social, assim podendo captar linhagens familiares

com diferentes perfis sociais, profissionais, culturais e com diferentes percursos de mobilidade (ou reprodução) intergeracional.<sup>118</sup> Não se tratando de um estudo estatisticamente representativo, era indubitavelmente importante garantir à partida essa diversidade social, de modo a traçar um retrato vívido e actualizado dos protagonistas das inúmeras e profundas mudanças sociais que percorrem o século XX português. O critério de partida para a selecção das linhagens familiares foi a situação escolar (e profissional) do membro da geração mais nova (Quadro 2.11).

Quadro 2.11  
Entrevistados por geração e nível escolar da geração mais nova

		Filhos/Filhas (Geração 3)		Pais/Mães (Geração 2)	Avós/Avós (Geração 1)	Total
		Ensino Não-Superior	Ensino Superior			
		Tâmega	Homens			
	Mulheres	2	-	2	2	6
Lisboa	Homens	4	4	8	8	24
	Mulheres	5	3	8	8	24
Total		11	9	20	20	60

Seleccionaram-se, em primeiro lugar, homens e mulheres em fase de transição para a vida adulta ou nas fases iniciais da autonomização concretizada (idade média de 21 anos), residentes na área da Grande Lisboa e na do Tâmega, e com trajectórias escolares superiores e não superiores. Encontram-se depois os seus pais/mães (idade média de 49 anos) e os seus avós/avós (idade média de 76 anos), em situações de contacto regular entre todas as gerações da família.

A cada geração de entrevistados corresponde um diferente tempo histórico de entrada na vida adulta. Os avós (geração 1) viveram debaixo do regime autoritário, repressivo, colonialista e ideologicamente paroquial e conservador do ‘Estado Novo’ (1926-1974),<sup>119</sup> tendo assistido à transição entre uma sociedade profundamente ruralizada, globalmente analfabeta e pobre, para uma sociedade crescentemente urbanizada, que se começou a industrializar e a desenvolver um amplo sector dos serviços no início da década de 1960, ao mesmo tempo que sofria as limitações de uma ditadura duradoura envolvida numa guerra colonial em três frentes africanas e extensos processos migratórias de saída da população (particularmente para os países mais desenvolvidos e democráticos do restante continente europeu). Os pais (geração 2) retratam o país das profundas mudanças revolucionárias após

<sup>118</sup> Para uma apresentação e análise detalhadas da diversidade social das linhagens, ver o capítulo ‘6.2. Trajectórias sociais, percursos de vida e capital social’.

<sup>119</sup> Incluindo o período da ‘Ditadura Militar’ de 1926 a 1933. Só com a Constituição de 1933 é que o desenho institucional do ‘Estado Novo’, bem como a própria designação, estão claramente estabelecidos.

25 de Abril de 1974: a queda do ‘Estado Novo’ no golpe militar de esquerda e subsequente processo revolucionário, que produziu a destruição das elites económicas e a nacionalização da maioria das actividades económicas de escala no contexto da primeira crise petrolífera; uma descolonização abrupta, produtora de um influxo massivo de ‘retornados’ vindos das ex-colónias (Pires 2003); a normalização democrática e a constituição de um estado de direito, com amplos direitos, liberdades e garantias, claramente orientado para a integração europeia. Os filhos (geração 3) são representativos dos nascidos e criados no Portugal da União Europeia, beneficiando dos desenvolvimentos extensos alcançados nas últimas três décadas, numa sociedade marcadamente urbana e modernizada, culturalmente aberta, mais qualificada (ainda que a grande distância dos seus parceiros europeus), com uma economia crescentemente globalizada, mas sofrendo também os desajustes de um tecido produtivo, aparelho burocrático-administrativo e estrutura qualificacional com marcadas dificuldades na economia competitiva da globalização.

A diversidade regional, além da geracional, de género e de classe, foi também, desde o início, um critério na escolha das linhagens, dado o desenvolvimento territorial desigual em Portugal. No presente, as três gerações de cada linhagem habitam na região da Grande Lisboa, o centro da modernidade portuguesa, ou na região do Tâmega (particularmente no concelho de Mondim de Basto),<sup>120</sup> um exemplo de mistura entre ruralidade transformada, semi-industrialização e serviços globalmente pouco qualificados. Com esta diversidade regional, ampliada pelos processos migratórios (internos e externos) que encontrámos nas histórias familiares, procurámos alcançar e analisar percursos de vida individuais e trajectórias familiares em contextos locais com diferentes oportunidades estruturais.

### **2.3. Conceitos e operacionalização**

Podemos enunciar os nossos quatro objectivos de uma maneira sintética: reconstruir os contextos de sociabilidade das famílias portuguesas, aferindo dos contextos relacionais onde potencialmente emergem os efeitos de capital social; reconstruir o capital social real dessas famílias, através da análise da sua efectivação em apoios; reconstruir os processos de reconfiguração estrutural das classes; reconstruir a diversidade de trajectórias sociais e a multifuncionalidade do capital social nessas trajectórias intergeracionais em linhagens familiares gendrificadas.

---

<sup>120</sup> O concelho de Mondim de Basto localizava-se, aquando da realização das entrevistas, na NUT III do Tâmega. Após 2008 passou a integrar a NUT III do Ave (Decreto-Lei n° 68/2008 de 14 de Abril de 2008, Artigo 2°).



No respeitante ao primeiro objectivo, procurámos saber quais as actividades de lazer convivial mantidas por qualquer um dos membros dos agregados de casais com filhos. Ao falarmos de lazer convivial, falamos não apenas de actividades que poderiam ser qualificadas de lazer pelas famílias, mas de actividades que, sendo lazer, são feitas em conjunto com pessoas exteriores à família nuclear. Assim, desde início o que se procurou foi observar a integração das famílias com filhos em redes de sociabilidade, já que se reconstruiu não só as actividades onde se verificam convivialidades, mas igualmente a identidade (em relação às famílias inquiridas) dos participantes nessas redes (Quadro 2.12).

Quadro 2.12

## Operacionalização da sociabilidade das famílias (actividades e participantes)

Actividades	Participantes exteriores
1. Fazer desporto	1. Mãe da Mulher
2. Ir ao cinema	2. Pai da Mulher
3. Ir a exposições e museus	3. Pai do Homem
4. Participar em actividades políticas e sindicais	4. Mãe do Homem
5. Ir a espectáculos desportivos (futebol, etc.)	5. Filhos não-residentes
6. Ir ao café ou pastelaria	6. Filhas não-residentes
7. Sair, dar uma volta, passear	7. Fratria da Mulher
8. Ir ao restaurante	8. Fratria do Homem
9. Participar em actividades religiosas	9. Tios/Tias da Mulher
10. Últimas férias grandes	10. Tios/Tias do Homem
11. Ficar a dormir em casa de alguém ou passar alguns dias	11. Outros Familiares da Mulher
12. Comer em casa de alguém (almoçar ou jantar em casa de familiares ou amigos)	12. Outros Familiares do Homem
13. Último natal (consoada e dia de natal)	13. Amigos e Amigas do casal
	14. Colegas do casal
	15. Amigos e colegas dos Filhos(as)
	16. Vizinhos(as)
	17. Outros

As inquiridas foram questionadas sobre quais as actividades de lazer realizadas por qualquer membro do seu agregado nuclear (casal e filhos), bem como sobre quais os elementos exteriores a esse agregado que convivem com os primeiros nessas actividades. Note-se que não se reconstruiu a relação genérica com categorias de elementos exteriores à família nuclear (por exemplo, “têm convívios com amigos?”), mas antes a relação específica entre integrantes do agregado e participantes exteriores específicos (codificados posteriormente segundo as categorias apresentadas no Quadro 2.12). Mais ainda, a contabilização dos convívios efectuados não é uma de convívios pontuais (por exemplo, “naquele dia foi ao cinema com quem?”), mas sim de ocorrência frequente de relações de convivialidade (por exemplo, “estas pessoas do seu agregado costumam ir com quem ao cinema?”; a resposta, como dito acima, foi feita através da indicação de pessoas específicas e não de categorias genéricas). Assim, se diferentes pessoas ou grupos de pessoas do agregado familiar (digamos, diferentes combinações de pessoas, algumas das quais podem estar em várias desses conluos conviviais) têm determinadas actividades de lazer, pode dar-se o caso

de as terem frequentemente com as mesmas pessoas exteriores. Tal operacionalização do conceito da sociabilidade permitiu-nos uma análise detalhada das só das actividades e participantes na convivialidade, mas, acima de tudo, uma análise cruzada entre ambos os elementos. Igualmente, foi possível alcançar tipologias de sociabilidade (quer de actividades, quer de protagonistas, quer conjunta) e analisar a sua variação social. Note-se como a estratégia metodológica foi de reconstituição das relações em torno de práticas efectivas de sociabilidade declarada, permitindo formas de contabilidade dessas práticas e protagonistas, e não de vagas declarações de relacionamento ou de aferição qualitativa da sua importância ou frequência.

O nosso segundo objectivo procurava a reconstituição do capital social real das famílias portuguesas com filhos. Partindo da definição de Bourdieu, que articula umbilicalmente redes sociais e recursos na produção dos efeitos que designamos por capital social, a nossa estratégia metodológica não foi propriamente a de reconstruir as redes relacionais das famílias para, eventualmente e *a posteriori*, observar as transmissões de recursos. Partindo da conceptualização do capital social enquanto factor de produção de outras espécies de capital, o nosso olhar centrou-se no apoio real recebido pelas famílias. Tal deve-se não só a fortes reticências em relação à possibilidade de reconstrução das redes sociais apenas através da imprecisão das auto-definições relacionais,<sup>121</sup> como também permite ultrapassar uma análise somente do capital social potencial, visualizando inversamente a sua efectividade – ou seja, os recursos de facto mobilizados em rede. Assim, foi reconstruindo os apoios recebidos que se alcançaram as redes de apoio. É claro que estamos sempre a falar, tal como para as actividades conviviais, das práticas como percebidas e relatadas pelas inquiridas. No caso do capital social estamos face a declarações de apoio (para uma discussão

---

<sup>121</sup> Dada a multiplicidade de redes sociais onde os agentes participam, bem como o enviesamento do olhar selectivo que têm (quando questionados, por exemplo, sobre quem são os seus amigos, ou quem são as pessoas mais importantes na sua vida, ou quem mais os ajudou em abstracto – sem precisar para um momento concreto um apoio concreto, etc.). Para uma discussão da imprecisão e dificuldades na reconstituição das redes sociais ver Grannis (2010). Também Lin & Erickson (2008<sup>b</sup>: 8/9) admitem que é praticamente impossível conhecer com segurança toda a rede relacional de um sujeito. Igualmente van der Gaag, Snijders & Flap (2008: 45) sustentam que o custo de uma tentativa de reconstrução o mais pormenorizada das redes e interacções nelas verificadas é incomportável, daí muitos se dirigirem a medidas mais genéricas sobre a redes e suas naturezas (muitas vezes potenciais). Mas, como argumentam Fu (2008) e Enns, Malinick & Matthews (2008), o uso de metodologias muito abrangentes tende a perder pormenor sobre a realidade das relações dentro da rede – se por um lado permite, de alguma forma, mas sempre incompleta, uma reconstituição dos laços fracos ou periféricos, por outro lado a inclusão destes faz diluir a força dos laços fortes, ou seja, a eficácia real dos contactos e relações realmente tidas e ‘utilizadas’.

das diferenças entre “perceived and received social support”, ver Goodwin & Plaza 2000), tendo-se, para tal, questionado as famílias portuguesas sobre uma série específicas de apoios ou ajudas recebidas, identificando todos os dadores que as possam ter providenciado (Quadro 2.13).

Quadro 2.13  
Operacionalização do Apoio e Dadores

Apoios	Dadores
<i>Apoios quotidianos</i>	
<i>(inquirição repetida para as 3 transições familiares)</i>	
1. Apoio em serviços Domésticos (fazer tarefas domésticas, dar comida feita para levar, etc.)	1. Pai da Mulher
2. Apoio noutros serviços (não contando com os serviços às crianças – pequenas reparações na casa, transportar pessoas, dar recados, etc.)	2. Mãe da Mulher
3. Apoio nos cuidados às crianças (tomar conta de dia ou de noite, levar ao médico, à escola, etc.)	3. Casal de Pais da Mulher
4. Apoio moral (desabafar, conversar sobre problemas)	4. Pai do Homem
5. Apoio financeiro (dar ou emprestar dinheiro, pagar contas ou despesas)	5. Mãe do Homem
6. Apoio material (dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa)	6. Casal de Pais do Homem
<i>Grandes Apoios ao longo do percurso de vida familiar</i>	
1. Alojjar por um período de tempo mais ou menos longo ou emprestar casa	7. Fratria e seus Cônjuges
2. Arranjar emprego	8. Outros Familiares
3. Dar uma casa, um andar, um terreno ou outros bens imóveis	9. Amigos, Colegas e Vizinhos
4. Oferecer ou ajudar na compra de móveis e electrodomésticos, etc., para a casa e para o bebé	10. Outras Pessoas
5. Dar carro	
6. Deixar uma herança	
7. Dar sociedade/oferecer negócio	
8. Ajudar grandes festas (casamentos, baptizados, etc.)	
9. Dar dinheiro (grandes quantias)	
10. Emprestar dinheiro/ser fiador de grandes compras	

Num primeiro bloco, encontramos todos os apoios quotidianos relevantes que podem ter sido recebidos em qualquer um dos momentos de transição nevrálgicos do curso de vida familiar – a entrada na conjugalidade, o nascimento do primeiro filho e o momento presente com filhos entre os 6 e os 16 anos de idade. Neste tipo de apoios a inquirição foi repetida para cada um desses momentos. O que aqui se procurou investigar foram os eventuais efeitos próprios da temporalidade da vida familiar, já que os momentos da vida das famílias, nomeadamente determinados momentos específicos de transição na organização familiar (como o casamento, o nascimento das crianças, o divórcio, a conjugalidade associada à presença de crianças adolescentes, o recasamento, a viuvez, o alojamento em casa de um progenitor idoso, etc.), podem alterar de maneira determinante a configuração da rede e dos apoios, não só porque mudam as necessidades dos receptores devido à reorganização da vida doméstica (reorganização que pode, por exemplo implicar uma maior ou menor proximidade geográfica dos agregados receptores em relação aos agregados ou pessoas usualmente

dadores), como igualmente porque se podem verificar alterações na estrutura dos agregados domésticos receptores (assim alterando o número, estatuto e necessidades dos membros de determinado agregado). Num segundo bloco, encontramos modalidades de grandes apoios que podem ter sido recebidos em qualquer momento das histórias familiares e não somente nos momentos de transição especificados.

Sendo a rede de apoio uma rede de pessoas, o questionamento foi feito de maneira a que os apoios declarados como recebidos pudessem ser atribuídos a categorias precisas de identificação de dadores (algumas posteriormente agregadas). Esta identificação categorial dos dadores de apoio, vista sempre pelo número de apoios dado (e seus tipos específicos), permite-nos alcançar uma análise topográfica ou topológica das redes (Kellerhals & Mc Cluskey 1988; Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen 1994; Vasconcelos 2002<sup>a</sup>, 2002<sup>b</sup> & 2005), já que nos permite obter indicadores sobre o volume de apoio (e em tipos específicos de apoios) por categorias de pessoas, bem como calcular os níveis de lateralização e gendrificação da rede de apoio. Embora não tenhamos procurado efectuar, *stricto sensu*, uma *network analysis* (Molina 2001), a análise em termos de volume de apoio, que diz respeito ao número de apoios recebidos (ou ocorrência de relação de apoio), não só permite uma caracterização tipológica geral desse apoio, como também avaliar o peso relativo das diferentes categorias de dadores e ajudas, assim identificando quem mais dá o quê (portanto, de alguma forma, uma análise das redes). Ou seja, permite a identificação quer das famílias que têm (ou não) capital social e com que intensidade, quer da rede que o providencia. Alcançaram-se, desta feita, as diferentes lógicas de apoio existentes e os seus protagonistas. A partir daqui foi possível analisar a sua variação não só pela posição de classe social das famílias, como também, acessoriamente, pela diferenciação geracional (etária) e algumas das coordenadas do percurso de vida familiar. Igualmente se pode verificar o impacto do capital social (corporizado nos apoios) na classe social das famílias. De facto, se o capital social, ao contrário da análise que desenvolvemos, raramente foi estudado como variável dependente (Tindall & Cormier 2008: 303), também aferimos da sua importância relativa enquanto processo que contribui à estruturação da diferenciação social. Conjugando, aliás, a análise das sociabilidades e dos apoios com a diferenciação classista e escolar, foi-nos possível reconstruir o espaço social global de desigualdade onde ambas se inscrevem.

Esta articulação entre o capital social e a diferenciação social, um dos nossos objectivos primordiais, parte da constatação de que as condições sociais de existência dos agentes não deixam “de ser condicionadas por relações assimétricas de poderes e por distribuições diferenciadas de recursos e oportunidades. Nas sociedades actuais, os sistemas

estruturados de desigualdades e distinções sociais não deixaram de ser, entre outros, elementos constitutivos fundamentais dessas sociedades. A jusante, por seu turno, essas diferentes condições de existência continuam a estruturar, também diferencialmente, os valores e os comportamentos dos actores sociais” (Costa *et al.* 2000: 10). Daí a centralidade no nosso questionamento do conceito de classe social, cuja pertinência para a análise sociológica se encontra bem fundamentada (Costa 1999).

Partimos, então, de uma conceptualização multidimensional do espaço das classes sociais, defendida por Bourdieu (1979), na qual os dois principais elementos estruturadores da diferenciação social são o volume global de capital e a estrutura patrimonial desse volume. As duas espécies primordiais do capital são, por sua vez, o capital económico e o capital cultural. Um terceiro princípio estruturador diz respeito à evolução dos dois primeiros elementos no tempo, ou à trajectória social.

Esta perspectiva multidimensional, particularmente como veio a ser discutida através da chamada “tipologia ACM” (J. F. Almeida 1986; J. F. Almeida, Costa & Machado 1988; Machado, Costa & J. F. Almeida 1989; Costa, Machado & J. F. Almeida 1990; P. Lima, Dores & Costa 1991; Costa *et al.* 2000; Machado *et al.* 2003; J. F. Almeida, Machado & Costa 2006),<sup>122</sup> permite alcançar as posições de classe dos indivíduos e famílias através de indicadores sócio-profissionais e escolares.

Deste modo, a classe social individual (dos dois membros do casal e igualmente de cada um dos seus progenitores) foi reconstruída utilizando indicadores sócio-profissionais e dos níveis de escolaridade (Quadro 2.14), ou seja, utilizando indicadores, parcelares é certo, dos dois princípios diferenciadores centrais do espaço das posições sociais – o capital económico e o capital cultural. Exactamente porque estes são os recursos centrais da divisão social do trabalho e do processo de produção nas sociedades contemporâneas. A sua apropriação diferencial por parte dos agentes sociais define uma estrutura de posições sociais objectivas e relativas, ou seja, não substanciais, isto é, que só existem na medida em que são relativas umas às outras. Daí ser o espaço social um espaço relacional e não uma hierarquia de lugares abstractos, de características substanciais ou essencialistas, independentes das configurações históricas específicas, pois as desigualdades entre diferentes categorias da população, na apropriação dos recursos centrais à divisão social do trabalho numa sociedade, não são um mero diferencial algébrico, mas antes o produto de relações estruturais de

---

<sup>122</sup> Que, como diz N. Nunes (2008: 16), integra “novos contributos para as teorias das classes sociais, de autores como Bourdieu, Marshall, Eder, Erikson e Goldthorpe, Esping-Andersen, Wright, Milner, Lee ou John Scott”.

apropriação, porque, sendo regulares, são estruturadas e estruturantes. Ora, dado que uma apropriação desigual de recursos numa população produz excluídos dessa mesma apropriação, as posições no espaço social das classes devem ser entendidas como condições ou situações qualitativamente distintas e as relações entre elas como tendencialmente contraditórias.

Quadro 2.14  
Operacionalização da classe social individual

Dimensões	Indicadores
	Condição perante o trabalho
Capital económico	Profissão Situação na profissão
Capital cultural	Nível de escolaridade

Quadro 2.15  
Tipologia de classes (individual)

1. Empresários e dirigentes	ED
2. Profissões intelectuais e científicas	PIC
3. Profissões técnicas e de enquadramento intermédio	PTEI
4. Independentes e pequenos patrões do secundário e terciário (menos de 5 empregados)	IPP
5. Camponeses	C
6. Empregados executantes (administrativos e serviços)	EE
7. Empregados não qualificados do terciário	EENQ
8. Operariado industrial	OI
9. Assalariados agrícolas	AA

A partir dos indicadores sócio-profissionais foi possível construir, utilizando a Classificação Nacional das Profissões de 1994 a três dígitos<sup>123</sup>, uma tipologia das posições (Quadro 2.15). A operacionalização concretizada é uma adaptação da “tipologia ACM”,<sup>124</sup> sendo de notar a opção de diferenciar, na classificação da classe social de cada indivíduo, entre as profissões intelectuais e científicas e as técnicas e de enquadramento intermédio, a partir do indicador escolaridade, e diferenciar entre empregados executantes administrativos e

<sup>123</sup> Os critérios específicos para classificar os indivíduos em classes, a partir da profissão, da situação na profissão e do nível de escolaridade (nomeadamente para os grandes grupos 1, 2, 3 e 4 da referida classificação nacional de profissões) são apresentados no Anexo D, tendo em conta apenas as situações empíricas encontradas e não todas as teoricamente possíveis.

<sup>124</sup> Desenvolvida conjuntamente com Sofia Aboim.

dos serviços e empregados não qualificados do sector terciário, que usualmente tendem a ser classificados conjuntamente numa única categoria.

Uma das qualidades da “tipologia ACM”, e que a proposta que desenvolvemos mantém, é a de tornar possível, consoante o contexto de relevância das práticas sociais, a análise das “situações de classe tal como elas são determinadas através do indicador socioprofissional individual, noutros com as situações de classe tais como se podem captar por meio do indicador socioprofissional familiar” (Costa 1999: 243).

Assim, para alcançarmos a posição de classe dos casais (quer o casal inquirido, quer os dois casais de seus progenitores) através do cruzamento das situações individuais de cada cônjuge, conjugámos a classe social do homem com a da mulher (Quadro 2.16). Na maioria dos casos subsumimos a classe do cônjuge com menos capital na classe social do cônjuge com mais capital, com a excepção das profissões intelectuais e científicas onde foi mantida a homogamia sócio-profissional pura entre os dois cônjuges,<sup>125</sup> embora a estratégia metodológica possa ser definida como uma que procurou retratar o próprio cruzamento que é a classe social do casal (o que está bem patente, por exemplo, nas categorias de empregados executantes e industriais ou de assalariados agrícolas e industriais). A especificidade dos empregados executantes não-qualificados desaparece devido ao seu forte entrosamento conjugal quer com outros empregados executantes mais qualificados, quer com o operariado. A categoria de empregados executantes e industriais foi autonomizada com vista a destacar esta dupla pertença demograficamente relevante na sociedade portuguesa. Da mesma maneira, dada a indiferenciação social relativa entre categorias, bem como os seus pequenos quantitativos na nossa amostra e realidade, optámos por agregar numa única categoria os assalariados agrícolas casados entre si com os assalariados agrícolas casados com operários industriais.

Na construção da classe social do casal em nove categorias (Quadro 2.17), os indivíduos sem profissão (portanto que tinham uma condição perante o trabalho outra que não a trabalhadora) são linearmente subsumidos na classe social de seu cônjuge. Na maioria destes casos estamos a falar de domésticas que, com esta opção, assumimos terem a mesma

---

<sup>125</sup> Note-se que esta estratégia de investigação, por simplificar a realidade social de modo a ser operatoricamente manuseável, implica que certas categorias de classe social do casal agrupem uma série de situações bastante diversificadas. Veja-se, por exemplo, que quando falamos de casais camponeses estamos muitas vezes a falar de casais camponeses *pluriactivos*. Repare-se igualmente na diversidade interna dos casais de profissionais técnicos e de enquadramento intermédio

posição social do seu marido ou companheiro, até porque globalmente dependente dos recursos de que este dispõe.

Quadro 2.16

Tabela de cruzamento da classe social da mulher com a classe social do homem

Classe Social do Casal		HOMEM								
		ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	EENQ	OI	AA
MULHER	ED	ED	ED	ED	ED	ED	ED	ED	ED	ED
	PIC	ED	PIC	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI
	PTEI	ED	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI	PTEI
	IPP	ED	PTEI	PTEI	IPP	IPP	IPP	IPP	IPP	IPP
	C	ED	PTEI	PTEI	IPP	C	C	C	C	C
	EE	ED	PTEI	PTEI	IPP	C	EE	EE	E EI	E EI
	EENQ	ED	PTEI	PTEI	IPP	C	EE	EE	E EI	E EI
	OI	ED	PTEI	PTEI	IPP	C	E EI	E EI	O I	A A I
	AA	ED	PTEI	PTEI	IPP	C	E EI	E EI	A A I	A A I

## LEGENDA

	Ocorrências inexistentes (em 2 gerações de casa: progenitores e inquiridos)
	Ocorrências residuais em cada classe
	Ocorrências médias em cada classe
	Ocorrências muito frequentes em cada classe

Quadro 2.17

Tipologia de classes (casal)

1.	Empresários e dirigentes	ED
2.	Profissões intelectuais e científicas	PIC
3.	Profissões técnicas e de enquadramento intermédio	PTEI
4.	Independentes e pequenos patrões	IPP
5.	Camponeses e camponeses pluriactivos	C
6.	Empregados executantes	EE
7.	Empregados executantes e industriais	E EI
8.	Operários industriais	O I
9.	Assalariados agrícolas e industriais	A A I



A construção da classe social do casal tornou-se indispensável dada a própria conceptualização da força do impacto da vida e da organização familiar. Se falamos de famílias de classe, não nos podemos quedar, então, pelo mero posicionamento individual na estrutura social, exactamente porque o que afirmamos é que os apoios recebidos por famílias de classe se diferenciam consoante os próprios contextos de classe, assim contribuindo à sua reprodução e/ou redefinição, através de lógicas típicas de cada posição social.

A captação da estrutura do espaço social das classes, como se pode perceber, não se ficou pelo corte temporal único, mas, ao termos reconstruído as posições sociais de duas gerações (o casal inquirido e os dois casais de seus progenitores), tornou-se possível a reconstrução das trajectórias sociais (bem como das homogamias e mercados conjugais) e, pela agregação dos dados em análise, a reconstituição dos processos sociais de reconfiguração estrutural do espaço social

Esta reconstrução dos processos de mudança estrutural, ao ser feita pela agregação de dados individuais e familiares sobre as trajectórias sociais, permitiu, além da mera constatação dos principais eixos de recomposição social (os principais fluxos antroponómicos, para utilizar o conceito de Bertaux [1978]), a verificação da diversidade e multiplicidade de trajectórias sociais possíveis.

É esta multiplicidade e diversidade que explorámos qualitativamente com os dados do projecto “Género e Gerações” (Anexos B & C). O nosso objectivo com a recolha e tratamento destes dados foi o de reconstruir pormenorizadamente as trajectórias sociais de linhagens familiares (masculinas ou femininas), assim possibilitando uma análise dos processos de mobilidade social e acumulação diferencial de capital ao longo de percursos de vida intergeracionais, bem como a articulação desses processos com os efeitos de capital social, operacionalizado pela captação de todos os apoios recebidos ao longo do percurso de vida dos entrevistados, aferindo da génese e impacto deste não só na posição de classe dos homens e mulheres entrevistados e suas famílias (nas suas trajectórias sociais, portanto), como também averiguando das diferentes modalidades de capital social segundo diferentes processos de mobilidade.

A reconstrução de histórias de vida pormenorizadas (em todos os âmbitos relevantes dessa vida, nomeadamente, entre outros, relacional e familiar, bem como profissional e escolar) de três indivíduos (e seus cônjuges) de três gerações de uma linhagem familiar (mais o máximo de informação possível sobre a geração anterior à geração mais velha entrevistada), permitiu uma identificação dos eventos de percurso de vida em termos das suas vantagens ou desvantagens cumulativas nos processos de mobilidade social. Os diferentes padrões e

processos de mobilidade social intergeracional puderam, então, ser classificados em tipos diferenciados de acumulação de capital. Foi, assim, possível analisar os efeitos de capital social, pensados enquanto possibilidade de apropriação de recursos em diferentes configurações relacionais, verificados nesses diferentes tipos de acumulação.

Assim, além de todas as informações que a estratégia da entrevista semi-aberta em profundidade à partida providencia, os efeitos de capital social foram, então, captados pela reconstrução pormenorizadas dos apoios recebidos ao longo de toda a vida.

Com estes procedimentos de operacionalização conceptual foi-nos possível reconstruir a integração das famílias em redes de sociabilidade e as lógicas de apoio que consubstanciam o capital social em diferentes condições objectivas de existência, bem como a diversidade das origens e trajectórias sociais e os papéis e usos múltiplos que os recursos disponíveis em redes relacionais levam a cabo nessas trajectórias.

## CAPÍTULO 3

### RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE

#### 3.1. Sociabilidade, amigos e família

Se o capital social é um efeito decorrente da participação dos agentes sociais em redes de sociabilidade, ou seja configuração relacionais onde as interações não buscam explicitamente mais do que a manutenção das próprias relações, importa reconstruir esses importantes contextos de participação social das famílias e indivíduos. Exactamente porque são esses os contextos relacionais de onde podem emergir as relações de solidariedade, dádiva e apoio que concretizam o capital social real.

As relações de sociabilidade tornaram-se objecto de questionamento sociológico através do trabalho de Simmel (1997 [1911], sobre a *Geselligkeit*, ou sociabilidade, definidas como a forma por excelência da existência social, liberta de todo o conteúdo que não o seu valor em si (Bidart 1988). Esta temática teve algum seguimento, nomeadamente através dos estudos sobre os meios urbanos e seus protagonistas, levados a cabo pela escola de Chicago (por exemplo: Park, Burgess & McKenzie 1925; Wirth 1938; Hughes 1958). A maioria das investigações, quer da escola de Chicago, quer de outras orientações teóricas, centrou-se na análise das relações de vizinhança (Davis, B. B. Gardner & M. R. Gardner 1941; Caplow & Forman 1950; Gans 1967), de amizade (Paine 1969 & 1970; Allan 1979) e familiares (Dotson 1951; Bott 1971 [1957]; Young & Willmott 1987 [1957]; Babchuk 1965).

Simmel (1997 [1911] & 1955 [1908 & 1922]), ao pensar a sociabilidade quase como uma forma lúdica de associação livre,<sup>126</sup> tende-a a pensar como um contexto de igualdade livre de interferências materiais, desigualdades sociais e poupado às fricções relacionais da vida quotidiana, já que não adjectivado ou qualificado segundo outros interesses que não os de estar junto (sem fim ulterior). A sociabilidade seria, assim, enquanto forma de interacção justa e baseada na equivalência entre elementos nela participantes, “a relation which is, so to speak, nothing but relationship, in which even that which is otherwise a pure form of interactions is its own self-sufficient content” (Simmel 1997 [1911]: 127).

---

<sup>126</sup> Isto dentro de uma visão da sociedade como uma “web of interactions (...) among individuals”, que “come to represent patterned associations, the forms of which constitute the subject matter of sociology” (Perdue 1986). O cerne analítico de Simmel era preponderantemente o desenvolvimento da identidade individual nas sociedades modernas (de forte individualização, devido, basicamente à não coincidência entre círculos sociais de pertença dos indivíduos, mas antes à marcada descoincidência e múltiplas intersecções entre esses círculos).

Esta visão algo purificada e idílica da sociabilidade e de todas as formas conviviais a ela associadas, provavelmente já com antiga origem intelectual,<sup>127</sup> deu azo a conceptualizações que acentuaram o carácter expressivo do fenómeno da “atração social” (Ellwood 2008), em detrimento de qualquer instrumentalidade que nela pudesse estar presente, particularmente face a lógicas sociais de desigualdade e dominação como as do capitalismo. Em grande parte, toda a crítica de Sennett quanto à erosão da vida pública e comunitária nas sociedades contemporâneas (Sennett 1992 [1977]), partindo de uma análise anterior sobre como o desenvolvimento capitalista tinha fechado os indivíduos na família nuclear (Sennett 1984 [1970]), inscreve-se nesta linha de pensamento. Tal como todos os discursos que exageraram a hipótese da privatização familiar, na senda de Durkheim (1975 [1892]), Parsons (1971) ou Ariès (2000 [1973]). Em última análise deparamo-nos amiúde com discursos ou ‘dos bons velhos tempos’, que apenas vêm no presente a erosão ‘da humanidade da humanidade’ e o decaimento numa qualquer ‘era do vazio’ individualista e fútil (como Lipovetsky 1988),<sup>128</sup> ou com discursos senso-comunais que pretendem fazer ora da família uma pura realidade natural que fundaria a ordem social, ora da amizade uma pura realidade individual não-social (contrariando qualquer entendimento da amicalidade enquanto instituição social culturalmente moldada – Suttles 1970; Héran 1988; Bell & S. Coleman 1999).

Toda a temática da amizade é particularmente importante nesta discussão sobre a sociabilidade, já que recorrentemente as sociabilidades familiares são retiradas da análise (Degenne 1983) – quer porque caracterizadas por forte obrigatoriedade prescritiva em comparação com a amizade (Komter & Vollebergh 1997 & 2002), quer porque a família, em muitos discursos, tende *apenas* a ser vista como o lugar por excelência da desigualdade de género<sup>129</sup> e da dominação masculina.<sup>130</sup>

---

<sup>127</sup> Veja-se como Brillat-Savarin (1834 [1825]) pensava, a partir da comensalidade, a convivialidade (palavra, de resto, originalmente relativa a banquetes ou festins), enquanto prazer de viver em conjunto, de procura de equilíbrio comunicacional e troca *sinceramente* amical. Ou como, mais perto de nós, Ivan Illich (1975 [1973]), no âmbito da sua crítica à modernização e ao impacto corruptor das instituições sobre o ser humano, a pensou enquanto capacidade em desenvolver relações *harmoniosas* entre os membros de um grupo.

<sup>128</sup> Quer se pense ou não tal processo como favorecer das lógicas de dominação capitalista, como tende a fazer Sennett.

<sup>129</sup> Muitas vezes vista como ‘funcional’ para o funcionamento do capitalismo, em linha com o pensamento de Engels (1976 [1884]).

<sup>130</sup> O que não quer dizer que não o possa ser (Bourdieu 1999).

Em relação à amicalidade, a tendência para lhe reforçar o carácter expressivo, individual e igualitário, procura quer afastá-la das relações de tipo comercial onde a instrumentalidade predominaria (Allan 1989), quer das relações assimétricas de tipo clientelar (Paine 1969 & 1970). Contudo, como o estudo de qualquer modalidade de interacção vem demonstrar, todas as relações sociais são sempre atravessadas por lógicas sociais múltiplas. Não só o instrumental e o expressivo podem misturar-se num jogo complexo de ocultamentos, como todas as formas de convivialidade ocorrem em quadros de sociabilidade socialmente estruturados (Forsé 1981) em locais de co-presença (Lopes 2007), bem como diferentes redes de amicalidade (e outras) levam a diferentes oportunidades estruturais (F. R. Santos 1994), de tal modo que “what is necessary in order to understand the generation of different forms of sociability is a rather wider view of class” (Allan 1989: 131), ou seja, dos processos de diferenciação e desigualdades sociais.

No importante trabalho sobre a amizade de Claire Bidart (1988, 1991 & 1997), verificamos como esta, constituindo-se a partir dos quadros da vida corrente (círculos sociais como os contextos locais, organizacionais, locais de emprego, as redes sociais, etc.) e possuindo temporalidades próprias de uma história relacional com começo e fim, é fortemente marcada pela homofilia social, que traduz a inscrição social das amizades (ver também Héran 1987<sup>c</sup>). Homofilia etária (a mais marcada),<sup>131</sup> de género<sup>132</sup> e de classe (particularmente nos extremos da estrutura social). Não quer isto dizer que possamos reduzir as lógicas da amizade a estritas causalidades sociais, mas que estas não deixam de estar fortemente presentes mesmo na mais idiossincrática das eleições amicais. Igualmente, quanto maior a ligação entre amigos (circunstância, de resto, onde a homofilia tende a acentuar-se), também porque mais longa e profunda a história dessa intimidade, mais o outro “*apparaît alors relativement dégaïé des repères conférés par l'ordre social (...), plus proche de sa dimension de personne*” (Bidart 1997: 376). Ou seja, mais os eventuais determinantes sociais (ou mesmo psico-sociais) da relação se transmutam, o que não é uma mera máscara ilusória, em pura relação aparentemente não determinada.

---

<sup>131</sup> Embora a propensão para a escolha de amigos da mesma idade não seja igual em todas as idades da vida. Quando mais se envelhece, maior a tendência para diversificar as idades dos amigos. Igualmente, o estatuto conjugal, parental ou posição no curso de vida familiar se tendem a provocar efeitos homofílicos nas amizades. É de notar, no entanto, que existem autores que, pelo contrário, acentuam o carácter heterofílico das redes de amizade (Estanque & Mendes 1997: 212).

<sup>132</sup> Mais marcada nos homens que nas mulheres, já que estas, estando mais implicadas nas relações de parentesco, apresentam uma panóplia de interlocutores mais diversificada (também em termos etários).

Tal como, no respeitante às relações familiares, onde a comunalidade material que assegura a continuidade grupal se transmuta em apego interpessoal, também a amizade transforma o material em simbólico. É claro que nesta última com menor carácter prescritivo, logo mais revisível ou mesmo reversível. De toda a maneira, estamos a falar de relações onde o instrumental e o expressivo se mesclam profundamente, mas que tendem a ser sustentadas por puras narrativas expressivas (Lima 1993) que, por ocultarem a materialidade que também está na sua origem, mais espaço lhe dão para ser eficiente. Não é, no entanto, uma realidade mais real que a outra. Ambas o são. Ainda que possamos, como a fazemos quando analisamos o capital social, indagar dos impactos preponderantemente instrumentais desses efeitos.

Da mesma maneira não podemos ignorar as redes de sociabilidade familiares no total da sociabilidade, já que, mesmo que relativamente concentradas em número parco de parentes, demonstram ser particularmente activas (Crenner 1998), ao ponto de vários autores falarem de um círculo familiar persistente (Bonvalet *et al.* 1993).<sup>133</sup> Igualmente as relações de vizinhança participam da sociabilidade (Héran 1986, 1987<sup>a</sup> & 1987<sup>b</sup>), ainda que vários autores tenham sublinhado a sua distinção em relação quer à amizade quer à família (Cantor 1979), marcando, nomeadamente, como, quando se trata de dar apoio, os parentes mais próximo têm prioridade, seguidos por outros parentes, amigos e só depois os vizinhos (Sahlins 1972).

Se o capital social, na sua multiplicidade real e conceptual (mas não alargado a processos mais vasto, e analiticamente mais societais, de coesão, confiança ou associativismo), ainda que devendo ser umbilicalmente conectado com lógicas de apoio (enquanto sua concretização), assenta em relações de sociabilidade que não procuram expressamente mais do que o estabelecimento e manutenção da própria relação, mas que mesmo assim, ou talvez por causa disso mesmo, serão das mais eficientes na manutenção duradoura de interesses materiais (não percebidos como tal). Os contextos de sociabilidade serão, podemos pressupor teoricamente e verificar empiricamente, aqueles onde se realizaram as lógicas de apoio, nomeadamente, dada a conceptualização que defendemos do capital social real, porque estas respeitam a recursos obtidos através de uma rede de relações duráveis segundo uma lógica preponderante de gratuitidade, e não de troca clientelar, mercantilizada e contabilística (mesmo que em modalidade e espécies não directamente económicas).

Certo é, como já discutimos, que não se pretende que as relações de sociabilidade, ou mesmo as de apoio e dádiva, sejam reduzidas instrumentalmente ao seu carácter de capital

---

<sup>133</sup> Ver também Bonvalet & Lelièvre (1995), Bonvalet, Maison & Le Bras (1996), Bonvalet & Maison (1997, 1999, 2001 & 2002), Bonvalet, Gotman & Grafmeyer (1999), Bonvalet (2003).

social mobilizável (como bem critica Bidart [1997]) e, portanto, desde logo apenas entendidas como recurso utilizável na divisão social do trabalho com impacto na posição social dos agentes. Produzirem, as relações de sociabilidade e de apoio, capital social é uma das suas dimensões ou instância – não a sua totalidade. Esta dimensão de capital social das relações de sociabilidade e de apoio, aliás, não estará necessariamente subjectivamente presente aquando dos eventos de convivialidade ou de ajuda que as consubstanciam, exactamente porque levadas a cabo numa lógica preponderante de gratuidade decorrente de laços sociais familiares e amicais (ou semelhantes).

Se ser capital social é uma das dimensões dos apoios e das sociabilidades, então não apenas os primeiros, mas também as segundas devem ser reconstruídos e analisadas na sua articulação com os processos de diferenciação classista. Mesmo que os seus efeitos não se esgotam nessa diferenciação. Neste sentido procurámos reconstruir as relações de sociabilidade dos elementos dos agregados domésticos inquiridos (o casal e seus filhos) com elementos exteriores a esses agregados nucleares através das relações de convívio numa série diversificada de áreas possíveis de sociabilidade. Esta reconstrução analítica dos convívios e dos seus protagonistas permite-nos não só saber dos contextos relacionais de onde emergem as lógicas de apoio (aferindo o ajuste entre sociabilidade e solidariedade), como também perceber os diferentes contextos relacionais de diferentes protagonistas conviviais, além de nos dar a conhecer parte relevante dos processos de participação e integração social externa das famílias.

## **3.2. Sociabilidades em Portugal**

### **3.2.1. Tendências gerais da sociabilidade**

Quando analisamos o panorama actual dos convívios exteriores ao agregado nuclear das famílias analisadas (Quadro 3.1) verificamos que, no total, são poucas as que declaram não ter nenhuma ocorrência de sociabilidade (6,3 %), sendo que a maioria (pouco mais de 66 %) declara 4 ou mais convívios (para uma média populacional total de pouco menos de 6,5 relações de sociabilidade). Estes dados brutos variam bastante, no entanto, consoante a categoria específica de participantes exteriores analisada.

Olhando para os familiares verificamos que a pessoa com quem alguém nas famílias inquiridas mais convive é a mãe da mulher do casal – 44 % das famílias declaram ter pelo menos uma ocorrência desta sociabilidade (com uma média de quase 0,8 convívios, o valor mais alto para os participantes familiares, e representando quase 12 % do total dos convívios ocorridos). De facto, são os progenitores do casal a categoria de parentes com quem mais as

famílias declaram sociabilizar, já que cerca de 60 % delas têm pelo menos um convívio com qualquer um dos progenitores (o que representa uma fatia agregada de pouco mais de 32 % do total das sociabilidades ocorridas).

A importância, nas ocorrências de sociabilidade, dos filhos não-residentes e dos tios de ambos os membros do casal é bastante diminuta, com mais de 90 % dos inquiridos, em ambos os casos, a declararem não ter nenhum convívio com essas categorias de parentes e alcançando os convívios que com estes existem uns meros 3,5 % do total das ocorrências.

Os irmãos e respectivos cônjuges de ambos os membros do casal apresentam uma importância mais relevante, já que pelo menos 40 % das famílias com eles convivem (representando quase 12 % do total dos convívios, querendo isto dizer que esta categoria agregada tem o mesmo peso que a categoria individual da mãe da mulher), dando sentido à ideia da fratria como ocupando uma estrutural segunda posição no parentesco primário (Crenner, Déchaux & Herpin 2000).

Quadro 3.1  
Convívios com pessoas exteriores ao grupo doméstico (panorama geral)

Pessoas exteriores ao agregado nuclear	Nenhum Convívio	1	2	3	4 ou mais	1 ou mais (total)	Total por pessoas	Média	Total dos Convívios (N=1665)
Toda a Família	16,4					83,6	100,0	4,11	62,47
Progenitores (sub-total)	39,9					60,1	100,0	2,19	32,27
Mãe da Mulher	56,0	25,0	11,4	3,8	3,8	44,0	100,0	0,77	11,62
Pai da Mulher	66,1	20,7	8,2	2,8	2,2	33,9	100,0	0,57	7,71
Pai do Homem	75,3	16,7	4,8	2,3	0,9	24,7	100,0	0,37	5,22
Mãe do Homem	67,8	21,5	6,7	2,6	1,4	32,2	100,0	0,49	7,72
Filhos e Filhas (sub-total)	95,8					4,2	100,0	0,08	1,46
Filhos	97,5	1,7	0,3	0,3	0,2	2,5	100,0	0,04	0,70
Filhas	97,4	1,8	0,5	0,2	0,1	2,6	100,0	0,04	0,76
Fratria e seus cônjuges (sub-total)	59,9					40,1	100,0	0,77	11,62
Fratria da Mulher	67,7	21,6	6,5	1,8	2,4	32,3	100,0	0,51	7,80
Fratria do Homem	81,8	12,6	3,8	1,2	0,6	18,2	100,0	0,26	3,82
Tios e Tias (sub-total)	91,0					9,0	100,0	0,13	2,07
Tios/Tias da Mulher	93,7	5,2	0,6	0,2	0,3	6,3	100,0	0,08	1,27
Tios/Tias do Homem	95,5	3,9	0,5	0,0	0,1	4,5	100,0	0,05	0,80
Outros Familiares (sub-total)	57,8					42,2	100,0	0,94	15,05
Outros Familiares da Mulher	65,2	22,4	7,1	2,7	2,6	34,8	100,0	0,56	9,00
Outros Familiares do Homem	75,5	16,8	4,9	1,4	1,4	24,5	100,0	0,38	6,05
Outras Pessoas (sub-total)	28,5					71,5	100,0	2,25	37,53
Amigos e Amigas	58,3	21,4	9,3	5,6	5,4	41,7	100,0	0,85	13,79
Colegas	90,2	6,0	2,8	0,5	0,5	9,8	100,0	0,15	2,12
Amigos dos Filhos(as)	55,7	17,7	11,9	5,8	8,9	44,3	100,0	1,04	18,30
Vizinhos(as)	97,0	2,2	0,5	0,2	0,1	3,0	100,0	0,04	0,75
Outros	88,9	7,5	2,4	0,6	0,6	11,1	100,0	0,17	2,58
Total (N=1776)	6,3	7,7	9,0	10,9	66,1	93,7	100,0	6,36	100,0

Estes valores da fratria são próximos do montante das relações agregadas de sociabilidade com outros familiares de ambos os membros do casal, com os quais cerca de 42 % das famílias convivem (num total de 15 % das sociabilidades que têm).

Olhando, por sua vez, para as sociabilidades com não-familiares, verificamos que as categorias mais importantes são as dos amigos do casal e a dos amigos, namorados e colegas dos filhos e filhas residentes do casal, com, respectivamente, cerca de 42 % e 44 % a



apresentarem pelo menos um convívio com tais categorias agregadas, que rondam ambas e ultrapassam até, mais a segunda, a importância da categoria isolada da mãe da mulher (apresentando também e respectivamente cerca de 14 % e 18 % do total dos convívios, com médias respectivas de cerca de 0,9 e 1,0 convívios).

As restantes categorias agregadas de não-parentes do casal, como os colegas, os vizinho e quaisquer outros, revelam a sua fraca importância em termos de sociabilidade quanto cerca de 90 % ou mais das famílias inquiridas declaram não ter espécie alguma de convívios com eles. Particularmente despiciendo é o caso das sociabilidades com vizinhos, que só ocorrem em 3 % das famílias.

No total, cerca de 84 % das famílias declaram ter alguma sociabilidade com parentes (representando cerca de 62,5 % do total dos convívios) e cerca de 72 % declaram-na com não-parentes (à volta de 37,5 % de todos os convívios).

Este panorama poderia indiciar fortes entrosamentos conviviais das famílias portuguesas com filhos com elementos exteriores ao agregado nuclear, quer familiares, quer não-familiares.

Mas os dados devem ser interpretados e analisados com cuidado. De facto, quando olhamos com maior minúcia para os convívios por participantes exteriores, verificamos que apenas pela soma de todas as ocorrências de sociabilidade se pode dizer que a maioria da população (93,7 %) as tem. Os casos de nenhuma ocorrência de sociabilidade por categoria específica e discriminada de pessoas exteriores são sempre superiores a 50 % – sendo que as percentagens com 4 ou mais convívios, também por categoria de pessoas, nunca apresentam valores que cheguem sequer perto dos 5 % (a não ser em dois caso – de que falaremos mais à frente – um tangencial e outro mais significativo).

Quando essas categorias específicas são agregadas em categorias mais amplas, decrescem, de facto, as situações de não-sociabilidade. Assim, olhando para os convívios com qualquer um dos progenitores do casal, verificámos acima que somente cerca de 40 % da amostra não os apresenta – valor consideravelmente abaixo das percentagens amostrais que não têm qualquer sociabilidade com nenhuma categoria individual desses progenitores. O mesmo acontece para as outras categorias agregadas de familiares – os valores agregados diminuem a ocorrência de não-sociabilidade, embora para valores que mesmo assim são sempre superiores a mais de metade da amostra.<sup>134</sup> Contabilizando agregadamente todos os

---

<sup>134</sup> E, no caso, filhos/filhas residentes fora do agregado doméstico, bem como no dos tios/tias do casal, para valores, respectivamente, de 96 e 91 % da amostra que não têm qualquer convívio com estas duas categorias. Em

convívios com familiares exteriores ao agregado nuclear, verificamos que somente pouco mais de 16 % da amostra não convive de todo com familiares.<sup>135</sup> Este é um valor mais baixo do que o da fatia amostral que não apresenta qualquer convívio com não-familiares (colegas, amigos, vizinhos, etc.) – quase 29 %.

O panorama dos fortes entrecruzamentos convivenciais das famílias portuguesas com filhos com elementos exteriores ao agregado nuclear deve, portanto, ser algo relativizado, já que alguma rarefacção e dispersão existem, particularmente analisando por categorias não-agregadas de pessoas exteriores ao agregado nuclear.

Algumas linhas de força das sociabilidades, contudo, emergem.

Em primeiro lugar, as sociabilidades parecem organizar-se, por um lado, em torno de um pólo familiar, preferencialmente restrito (em regra ascendente e com maior prevalência para o lado da família da mulher, mesmo quando colateral) e, por outro lado, em torno de um pólo amical (quer em relação ao casal em questão, quer, e esta é de longe a mais importante fonte de sociabilidade, em relação aos filhos do casal em questão). Quer isto dizer que, em termos do parentesco, quanto mais afastada da relação familiar directa, em primeiro grau e preferencialmente ascendente,<sup>136</sup> menor será a ocorrência de sociabilidade frequente – o que não significa que os convívios com os colaterais sejam despiciendos, já que, de facto e para o total das ocorrências de sociabilidade, quer os irmãos, quer os outros familiares (particularmente da mulher do casal), enquanto categorias agregadas,<sup>137</sup> apresentam valores significativos.

Em segundo lugar, quer igualmente dizer que a força da amicalidade, em contraste com a estrutura dos apoios, como veremos, é aqui consideravelmente saliente, já que só as sociabilidades com a mãe da mulher inquirida atingem valores que se aproximam das percentagens e médias verificadas com as ocorrências de sociabilidade amical. Dentro destas

---

relação às outras duas categorias, agregadas, de familiares – os irmãos e os outros familiares não especificados, as percentagens de não sociabilidade rondam um pouco menos de 60 %. Quer isto dizer que a única categoria familiar agregada com a qual a maioria da população tem alguma sociabilidade é a dos progenitores, já que cerca de 60 % a declaram.

<sup>135</sup> Ou seja, apresenta o valor de 16,4 % de “nenhum” convívio.

<sup>136</sup> Note-se que as fracas percentagens de sociabilidades com os filhos e filhas podem, em parte considerável, ser explicadas por estarem aqui somente contabilizadas ocorrências de sociabilidades com filhos e filhas que não façam já parte do agregado doméstico nuclear, ou seja, estamos a falar de descendentes que saíram já de casa de seus pais e residem, portanto, no exterior – o que, para a população analisada, não é uma situação frequente.

<sup>137</sup> Logo, ao contrário das categorias individuais de cada um dos pais e mães do casal analisado, categorias colectivas que incluem uma grande diversidade de pessoas.

ressaltam, quer pelo valor mais baixo de não-sociabilidade (somente 55,7 %), quer pelo valor mais alto de 4 ou mais ocorrências (8,9 %), quer também pela média de convívios mais elevada (cerca de 1,04), as sociabilidades com os amigos(as), namorados(as) e colegas dos filhos e filhas do casal – convívios esses, predominantemente, dos filhos e filhas com os seus círculos amicais, sem participação dos pais.

Se as categorias familiares, em conjunto, perfazem a maioria do total dos convívios (cerca de 62,5 %),<sup>138</sup> são as categorias amicais que, isoladamente, apresentam maior peso na distribuição total, embora agregadas perfaçam apenas 37,5 % dos convívios. Este panorama, familiar e/ou amical, variará, como veremos, consoante o tipo específico de sociabilidade analisada.

### **3.2.2. Convívios protagonizados**

Como se viu no início, a sociabilidade das famílias com filhos não foi apenas indagada em bruto, mas sim com especificação de diversas actividades onde se dão relações de sociabilidade.

Quando analisados os perfis internos de cada actividade de sociabilidade segundo os protagonistas dessas ocorrências (Quadros 3.2 & 3.3), além de re-constatarmos o referido panorama combinatório de parentesco e amicalidade, verificamos igualmente que a importância de cada um deles variará de forma expressiva consoante o tipo específico de convívio, ou seja, segundo o tipo de actividade levada a cabo. Esta análise mais em detalhe faz ressaltar, dentro de cada actividade de convívio, os grupos específicos de pessoas com quem mais os elementos das famílias analisadas entabulam sociabilidades, bem como as combinações que matizam um qualquer quadro linear de diferenciação.

Praticar desporto, o convívio menos familiar de todos, é-o pela importante percentagem de ocorrências com os amigos(as), namorados(as) e colegas dos filhos(as) – cerca de 64 %. Avultam aqui também a categoria ‘outros’ com quase 13 % (podemos supor que estes outros são, especificamente, parceiros exclusivamente de desporto), bem como a de amigos(as) do casal, com 12 %. Todas as outras categorias de pessoas, com a excepção da dos colegas do casal (com 5 %), não alcançam nunca sequer 1 % por categoria.

Igualmente marcada pela importância da percentagem de ocorrências com os amigos dos filhos (73 %) é o convívio ‘ir ao cinema’. Estes são seguidas a grande distância pelos

---

<sup>138</sup> Até este dado deve ser lido com cuidado, já que, como veremos mais abaixo, se do total das actividades de convívio excluíssemos as últimas férias de verão e o último natal, as categorias familiares seriam minoritárias mesmo para o total dos convívios, sendo inversamente maioritárias as categorias não-familiares.

amigos do casal (11,5 %) e, uma categoria já de parentesco, pelos outros familiares não especificados (que, agregando quer os da mulher, quer os do homem, perfazem 6,7%).

A ida a exposições e museus é outra das actividades em que os amigos dos filhos se destacam (52 %), logo seguidos dos amigos do casal (19 %), bem como outros não especificados (14 %). Os familiares não especificados do casal (quase 6,3 %) são a única outra categoria, e a única familiar, que atinge algum relevo.

Quadro 3.2  
Tipos de convívios por pessoas exteriores ao agregado doméstico

Pessoas exteriores ao agregado nuclear	Desporto	Cinema	Exposições	Actividades Políticas	Espectáculos Desportivos	Café	Passar	Restaurante
Toda a Família	5,52	11,97	13,11	15,02	19,46	26,73	39,37	48,91
Progenitores (sub-total)	2,35	2,34	3,71	3,92	3,31	10,35	15,86	22,52
Mãe da Mulher	0,96	0,78	1,64	1,96	0,44	4,32	6,27	8,07
Pai da Mulher	0,96	0,91	1,00	1,96	1,48	2,29	2,61	5,43
Pai do Homem	0,24	0,16	0,68	0,00	1,26	1,48	2,74	3,57
Mãe do Homem	0,19	0,49	0,39	0,00	0,13	2,26	4,24	5,45
Filhos e Filhas (sub-total)	0,19	0,33	0,47	0,00	1,22	1,04	0,75	1,87
Filhos	0,19	0,07	0,35	0,00	1,11	0,50	0,54	1,60
Filhas	0,00	0,26	0,12	0,00	0,11	0,54	0,21	0,27
Fratria e seus cônjuges (sub-total)	0,38	1,88	2,31	5,22	4,73	6,24	8,26	8,74
Fratria da Mulher	0,38	1,52	1,67	1,63	2,70	4,89	6,53	6,44
Fratria do Homem	0,00	0,36	0,64	3,59	2,03	1,35	1,73	2,30
Tios e Tias (sub-total)	0,76	0,72	0,35	3,92	1,00	0,87	1,35	0,90
Tios/Tias da Mulher	0,19	0,36	0,35	1,96	0,78	0,47	0,76	0,55
Tios/Tias do Homem	0,57	0,36	0,00	1,96	0,22	0,40	0,59	0,35
Outros Familiares (sub-total)	1,84	6,70	6,27	1,96	9,20	8,23	13,15	14,88
Outros Familiares da Mulher	0,88	4,37	4,14	0,00	5,78	5,47	7,64	8,53
Outros Familiares do Homem	0,96	2,33	2,13	1,96	3,42	2,76	5,51	6,35
Outras Pessoas (sub-total)	94,48	88,03	86,89	84,98	80,54	73,27	60,63	51,09
Amigos e Amigas	12,08	11,48	18,82	33,99	39,34	38,34	24,94	32,09
Colegas	4,99	0,73	2,62	37,25	5,23	8,15	1,38	7,35
Amigos dos Filhos(as)	63,81	72,88	51,66	5,88	30,75	21,56	31,75	10,47
Vizinhos(as)	0,64	0,78	0,00	0,00	1,57	2,05	1,03	0,00
Outros	12,97	2,15	13,78	7,84	3,66	3,16	1,54	1,18
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	523	511	286	51	451	717	617	381

Quadro 3.3  
Tipos de convívios por pessoas exteriores ao agregado doméstico (cont.)

Pessoas exteriores ao agregado nuclear	Actividades Religiosas	Férias	Dormir em casa de alguém	Comer em casa de alguém	Natal	Total	Média Totais Parciais	Total 11	Média 11
Toda a Família	54,11	74,09	75,64	83,69	96,44	62,47	43,4	38,92	35,8
Progenitores (sub-total)	28,94	30,65	35,88	45,77	48,95	32,27		18,95	
Mãe da Mulher	14,62	12,85	15,02	18,46	17,42	11,62		7,56	
Pai da Mulher	5,50	6,99	7,77	11,72	11,32	7,71		4,65	
Pai do Homem	2,34	3,72	5,30	6,49	7,89	5,22		2,75	
Mãe do Homem	6,48	7,09	7,79	9,10	12,32	7,72		3,99	
Filhos e Filhas (sub-total)	3,11	1,76	0,62	0,79	1,93	1,46		1,00	
Filhos	1,50	0,77	0,00	0,55	0,89	0,70		0,55	
Filhas	1,61	0,99	0,62	0,24	1,04	0,76		0,45	
Fratria e seus cônjuges (sub-total)	8,20	15,88	14,80	15,14	18,88	11,62		7,17	
Fratria da Mulher	5,50	10,55	10,35	10,65	12,79	7,80		5,06	
Fratria do Homem	2,70	5,33	4,45	4,49	6,09	3,82		2,11	
Tios e Tias (sub-total)	1,53	4,11	4,61	0,94	3,08	2,07		0,94	
Tios/Tias da Mulher	0,71	2,38	2,38	0,57	1,91	1,27		0,55	
Tios/Tias do Homem	0,82	1,73	2,23	0,37	1,17	0,80		0,39	
Outros Familiares (sub-total)	12,33	21,69	19,73	21,05	23,60	15,05		10,86	
Outros Familiares da Mulher	7,65	12,50	11,53	12,48	14,47	9,00		6,45	
Outros Familiares do Homem	4,68	9,19	8,20	8,57	9,13	6,05		4,41	
Outras Pessoas (sub-total)	45,89	25,91	24,36	16,31	3,56	37,53	56,6	61,07	66,2
Amigos e Amigas	10,68	16,16	2,68	13,27	2,40	13,79		22,21	
Colegas	1,63	0,40	0,52	0,57	0,06	2,12		3,91	
Amigos dos Filhos(as)	25,25	6,94	18,84	1,64	0,21	18,30		29,66	
Vizinhos(as)	3,16	0,30	0,00	0,00	0,16	0,75		1,08	
Outros	5,17	2,12	2,33	0,86	0,75	2,58		4,21	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	306	498	161	550	1350	1665		1468	

Nas actividades políticas e sindicais, que devem ser lidas com extremo cuidado, já que cobrem somente 51 dos casos da amostra (sendo de longe a actividade de sociabilidade com menor frequência), não são já os amigos dos filhos a categoria com maior significado (mas mesmo assim alcançando quase 6 %), mas antes os colegas do casal (37 % – a única ocorrência, aliás, onde esta categoria é a mais importante), logo seguidos dos amigos também do casal (34 %). Aqui encontramos igualmente uns quase 8 % de outros.

Nas idas a espectáculos desportivos a amicalidade, do casal (39 %) ou dos filhos (31 %), volta a predominar, com uma plêiade de outras situações muito minoritárias onde, além de alguns colegas (5 %) e outros não especificados (4 %), as categorias agregadas de outros familiares (9 %) e de irmãos e seus cônjuges (quase 5 %) ressaltam.

No respeitante a idas a cafés e pastelarias essa amicalidade é também a situação mais frequente, com, mais uma vez, os amigos do casal (38 %) e dos filhos (22 %) a serem as categorias mais importantes. Se, neste caso, os colegas do casal ainda perfazem pouco mais de 8 % das ocorrências, as categorias familiares começam a avolumar-se, nomeadamente se agregadas, com os familiares não especificados (cerca de 8 %), os irmãos e cônjuges (pouco mais de 6 %) e os progenitores do casal (pouco mais de 10 % em conjunto) a fazerem-se notar.

Sair, dar uma volta e passear apresenta um perfil semelhante com as idas ao café/pastelaria, com a diferença que neste casos perdem importância (para pouco mais de 1 %) os colegas do casal. De resto, continuam a ser os amigos dos filhos (32 %) e do casal (25 %) – ainda que em ordem inversa do caso anterior – as categorias mais importantes. Igualmente, os familiares não especificados (13 %), os irmãos (8 %) e os progenitores agregados (16 %) são as categorias do parentesco que mais relevo alcançam.

As idas a restaurantes são já uma actividade relativamente bipartida entre sociabilidade com parentes e sociabilidades não familiares. Dentro destas últimas, são os amigos do casal a terem maior importância (32 %), seguidos a bastante distância quer pelos amigos dos filhos (10 %), quer pelos colegas do casal (7 %). As sociabilidades familiares avolumam-se, portanto, ainda que nenhuma categoria isolada atinja sequer os 10 %. Por categorias agregadas verificamos que são os progenitores do casal (23 %), os irmãos e seus cônjuges (9 %), os outros familiares não especificados (15 %) quem mais sociabilidades têm. Os filhos não residentes (2 %) e os tios de ambos os membros do casal (1 %) ficam-se pela quase irrelevância estatística.

Igualmente bipartida entre sociabilidades familiares e não-familiares, quando respectivamente agregadas, são as actividades religiosas, embora já com prevalência das

ocorrências familiares (ao contrário das idas a restaurantes, onde a amicalidade é mais dominante). Mesmo face a esta prevalência, repare-se que a categoria isolada com maior peso é a dos amigos dos filhos (25 %), logo seguida, entre as categorias de não-familiares, pelos amigos do casal (11 %), sendo os restantes 10 % constituídos por todas as outras categorias de não-parentes agregadas. No respeitante a familiares, verificamos que a categoria isolada mais significativa é a da mãe da mulher (15 %) – de resto a categoria que tende sempre a ser das mais importantes nas actividades onde o peso das sociabilidades com os parentes predomina. Em termos de categorias familiares mais agregadas, são os progenitores do casal (29 %) e os outros familiares não especificados (12 %) que têm relevo, seguidos pelos irmãos do casal e seus cônjuges (8 %), e os estatisticamente mais insignificantes filhos não residentes (3 %) e tios (1,5 %).

As férias, aferidas pelas últimas férias de verão, são já uma sociabilidade clara e maioritariamente familiar (74 % dos casos). Mas são-no numa situação de dispersão pelas várias categorias de parentes existentes, já que, tomando em consideração apenas a categoria isolada com maior peso, esta é uma não-familiar (os amigos do casal, com 16 %). Olhando para essas categorias mais agregadas de parentes globalmente dominantes nesta sociabilidade, verificamos que são os progenitores do casal (quase 31 %), os irmãos do casal (quase 16 %) e os outros familiares não especificados (quase 22 %) quem mais peso tem.

Da mesma maneira, dormir em casa de alguém ou lá passar alguns dias é uma actividade maioritariamente familiar (quase 76 %) com um perfil de protagonistas semelhante ao das férias. Também aqui a categoria isolada mais significativa não é uma de parentesco, mas sim a dos amigos dos filhos (perto de 19 %). Mas também aqui são os progenitores (36 %), os irmãos (15 %), e os outros familiares indiferenciados (20 %) as categorias agregadas mais relevantes.

Mais familiar ainda (84 %) é comer (almoçar ou jantar) em casa de alguém. A pessoa com quem mais as famílias inquiridas entabulam esta sociabilidade é a mãe da mulher (cerca de 18,5 %). Por categorias agregadas são os progenitores do casal (46 %), os seus irmãos e cônjuges (15 %) e outros familiares não especificados do casal (21 %) os que mais peso têm. A única categoria não-familiar a apresentar algum relevo é a dos amigos do casal (13 %), demonstrando, por um lado, a existência de sociabilidades alimentares residenciais com amigos, mas, por outro lado, como estas são essencialmente familiares, sendo que as não familiares decorrem mais em contexto de restaurantes e afins, ou seja, fora de “casa”.

A sociabilidade familiar por excelência, aliás codificada e ritualizada culturalmente como tal, é o natal. Aqui quase todas as ocorrências de sociabilidade são-no com parentes

(96,5 %), mais uma vez avultando isoladamente a mãe da mulher (17,5 %). O conjunto dos progenitores do casal (49 %), dos irmãos (19 %) e restantes familiares não especificados (24 %) perfazem o grosso das ocorrências. As sociabilidades natalícias não familiares ficam-se por uns marginais 3,5 %.

Quer tudo isto dizer que existem sociabilidades preponderantemente amicais (veremos aliás que muitas preponderantemente amicais dos filhos), e outras preponderantemente familiares (ou, pelo menos, significativamente familiares). É necessário perceber, no entanto, quais são os pólos predominantes, familiar ou amical, numa visão global sobre as sociabilidades, bem como quais os processos que podem estar mais associados a um ou outro pólo de sociabilidade.

Se somadas todos os convívios, cerca de 62 % destes são-no com familiares, contra cerca de 38 % com não-familiares (constituídos essencialmente por amigos, do casal ou dos filhos) – o que parece contrariar qualquer predominância das relações de amicalidade na sociabilidade. Contudo, tal prevalência é somente aparente, já que se retirarmos à soma total as actividades não-quotidianas das últimas férias de verão ou do último natal (consoada e dia de natal) – particularmente esta última pelo número elevado de casos em que ocorre (N=1350), o panorama global da sociabilidade revela-se fortemente amical. Neste último caso, os valores totais invertem-se, com somente 39 % do total dos convívios a serem familiares e os restantes 61 % a serem não-familiares e preponderantemente amicais.

Igualmente, não somando as ocorrências de todos os convívios (para não enviesar o resultado pelo peso desproporcional das actividades não quotidianas), mas antes fazendo a média dos valores percentuais de convívios com parentes ou não parentes em cada actividade de convívio,<sup>139</sup> verificamos que para o total dessas actividades cerca de 57 % são-no com não-familiares – tal é ainda mais vincado se não contarmos, mais uma vez, nessa média com as férias de verão e o natal, alcançando as actividades com não-familiares 66 % do total.<sup>140</sup>

De uma forma geral, pode-se dizer que quanto mais as actividades de convívio são no exterior da residência de alguém, quanto menos implicam a comida, quanto menos implicam ritualidades religiosas e/ou familiares bem estabelecidas, bem como quanto mais frequentes quotidianamente (por oposição à ocorrência única, anual e sazonal, das férias de verão ou do natal), mais declaradamente são convívios com amigos. Invertendo todas essas condições (o

---

<sup>139</sup> Coluna de “Média Totais Parciais” do Quadro 3.3.

<sup>140</sup> Coluna de “Média 11” (por contabilizar somente 11 actividades, excluindo as férias e o natal) do Quadro 3.3.

interior residencial, a alimentação, a ritualidade festiva ou celebratória, a sazonalidade veraneante ou natalícia), mais as ocorrências de sociabilidade serão com familiares e parentes.

Em suma, são sociabilidades esmagadoramente não-familiares e essencialmente amicais: praticar desporto (94 %), ir ao cinema (88 %), ir a exposições e museus (87 %), participar em actividades políticas e sindicais (85 %), ir a espectáculos desportivos (81 %), ir ao café/pastelaria (73 %), sair, dar uma volta e passear (61 %). Inversamente, são actividades claramente familiares levadas a cabo essencialmente com parentes: as últimas férias grandes (74 %), ficar a dormir em casa de alguém ou lá passar alguns dias (76 %), almoçar ou jantar em casa de alguém (84 %) e o natal<sup>141</sup> (97 %). Ir ao restaurante, como actividade algo mista em termos das condições de estruturação das sociabilidades que aqui observamos, já que mistura uma actividade exterior com uma envolvendo alimentação, apresenta-se como um convívio relativamente distribuído entre familiares (49 %) e não familiares (51 %). Igualmente, participar em actividades religiosas – uma sociabilidade praticamente dividida entre familiares (54 %) e não-familiares (46 %), pela dupla estruturação na sua base (o exterior e a ritualidade), se apresenta como uma actividade repartida quase por igual entre a família e a não-família.

### **3.2.3. Protagonistas conviviais**

Não basta somente analisar o perfil interno de cada tipo de convívio, há igualmente que ver os perfis de sociabilidade de cada uma das categorias de protagonistas exteriores dos convívios. Ou seja, em vez de nos perguntarmos quem faz determinada actividade, perguntamo-nos que actividades fazem determinado tipo de pessoas.

Nesta análise – por protagonistas (Quadros 3.4 & 3.5) – os resultados obtidos confirmam as ligações observadas no ponto anterior entre formas específicas de sociabilidade e participantes.

De facto, olhando para o perfil de sociabilidade dos familiares, ressalta desde logo e mais uma vez a força maioritária dos convívios natalícios (a representar um total de 57 % dos convívios desta categoria agregada). Outras actividades em que a participação dos parentes é superior ao perfil populacional são: comer em casa de alguém (12 %), dormir em casa de alguém (2 %), passar férias (quase 8,5 %). Ir a restaurantes ou participar em actividades religiosas são actividades, como acima verificamos dado o seu carácter de estruturação “mista”, que apresentam para os familiares uma importância percentual em torno dos valores

---

<sup>141</sup> Como já tinha sido constatado por Herpin & Verger (1985).



populacionais total (em ambos os casos quase 4 %). Inversamente todas as restantes actividades (desporto, cinema, exposições, actividades políticas e sindicais, espectáculos desportivos, café, passear) têm, para os parentes, uma importância extremamente diminuta e inferior às percentagens populacionais respectivas.

Quadro 3.4  
Pessoas exteriores ao agregado doméstico por tipos de convívios

Pessoas exteriores ao agregado nuclear	Desporto	Cinema	Exposições	Actividades Políticas	Espectáculos Desportivos	Café	Passear	Restaurante
Toda a Família	0,4	1,1	0,7	0,1	1,5	4,1	4,8	3,7
Progenitores (sub-total)	0,3	0,6	0,5	0,0	0,6	3,1	3,5	3,4
Mãe da Mulher	0,3	0,5	0,5	0,1	0,2	3,1	3,4	3,5
Pai da Mulher	0,7	1,0	0,6	0,1	0,8	2,6	2,4	3,7
Pai do Homem	0,1	0,2	0,7	0,0	0,8	3,0	3,7	4,5
Mãe do Homem	0,0	0,3	0,2	0,0	0,2	1,9	3,6	3,9
Filhos e Filhas (sub-total)	0,4	2,7	2,0	0,0	5,8	10,9	7,5	6,0
Filhos	0,7	2,2	2,2	0,0	9,3	10,6	9,8	8,6
Filhas	0,0	4,4	1,1	0,0	0,7	10,0	3,0	3,7
Fratria e seus cônjuges (sub-total)	0,1	0,5	0,7	0,3	1,5	4,1	4,4	3,3
Fratria da Mulher	0,1	0,7	0,8	0,1	1,2	4,6	4,8	3,8
Fratria do Homem	0,0	0,4	0,6	0,6	1,8	2,7	3,5	3,7
Tios e Tias (sub-total)	2,5	2,2	0,6	0,8	2,5	3,1	5,5	1,9
Tios/Tias da Mulher	0,9	2,6	0,9	0,3	3,2	2,6	4,1	1,6
Tios/Tias do Homem	3,8	4,4	0,0	1,3	1,3	3,8	5,4	3,8
Outros Familiares (sub-total)	0,7	2,4	1,1	0,0	3,5	4,8	6,9	4,6
Outros Familiares da Mulher	0,4	2,4	1,2	0,0	3,2	5,1	6,8	4,5
Outros Familiares do Homem	0,9	2,3	1,1	0,1	3,2	3,9	8,0	5,9
Outras Pessoas (sub-total)	16,5	12,3	6,8	1,3	10,9	21,1	11,2	5,0
Amigos e Amigas	4,9	3,6	2,8	1,5	15,5	28,5	12,3	9,1
Colegas	12,0	1,7	3,1	9,1	10,3	38,0	3,1	16,4
Amigos dos Filhos(as)	24,8	24,4	10,0	0,2	7,3	10,1	11,7	1,7
Vizinhos(as)	5,0	7,1	0,0	0,0	10,6	34,2	9,9	0,0
Outros	31,3	3,5	25,3	1,4	5,3	7,6	2,7	1,4
Total	6,1	5,5	3,0	0,5	5,0	10,5	8,0	4,2

Quadro 3.5  
Pessoas exteriores ao agregado doméstico por tipos de convívios (cont.)

Pessoas exteriores ao agregado nuclear	Actividades Religiosas	Férias	Dormidas	Refeições	Natal	Total	N
Toda a Família	3,5	8,4	2,2	12,2	57,2	100,0	1485
Progenitores (sub-total)	3,9	7,4	2,5	13,1	61,0	100,0	1368
Mãe da Mulher	4,2	7,7	2,9	14,4	59,1	100,0	780
Pai da Mulher	2,8	7,6	2,7	15,5	59,6	100,0	601
Pai do Homem	2,0	6,0	2,7	12,7	63,8	100,0	438
Mãe do Homem	3,1	6,9	2,6	12,9	64,3	100,0	572
Filhos e Filhas (sub-total)	9,7	8,4	1,3	3,3	41,9	100,0	75
Filhos	10,2	10,8	0,0	4,1	31,4	100,0	45
Filhas	10,0	11,5	2,2	1,5	51,9	100,0	45
Fratria e seus cônjuges (sub-total)	2,1	9,7	1,9	9,9	61,6	100,0	713
Fratria da Mulher	2,0	9,2	1,9	10,9	60,0	100,0	574
Fratria do Homem	2,2	9,7	2,0	10,6	62,1	100,0	321
Tios e Tias (sub-total)	2,7	14,3	3,4	4,5	55,8	100,0	159
Tios/Tias da Mulher	1,8	14,9	2,1	4,4	60,9	100,0	111
Tios/Tias do Homem	4,4	12,7	4,7	5,4	49,1	100,0	79
Outros Familiares (sub-total)	3,3	9,4	2,0	10,8	50,5	100,0	750
Outros Familiares da Mulher	3,2	9,4	2,0	11,0	50,8	100,0	616
Outros Familiares do Homem	3,1	9,3	2,1	12,1	47,8	100,0	436
Outras Pessoas (sub-total)	4,9	3,4	0,9	3,3	2,3	100,0	1570
Amigos e Amigas	3,1	6,3	0,5	7,5	4,6	100,0	738
Colegas	1,8	1,1	0,3	2,5	0,8	100,0	171
Amigos dos Filhos(as)	5,7	1,7	1,8	0,4	0,3	100,0	784
Vizinhos(as)	22,8	2,8	0,0	0,0	7,5	100,0	53
Outros	5,0	5,3	2,0	2,4	6,7	100,0	198
Total	4,1	6,5	1,6	8,9	36,2	100,0	1665

Daqui não só se confirma a forte associação, anteriormente constatada, dos parentes a actividades no interior residencial, de alimentação, de ritualidade festiva ou celebratória, de sazonalidade veraneante ou natalícia, como igualmente se repete a fortíssima importância do lugar ocupado pelas celebrações de natal no conjunto das sociabilidades familiares. A única

categoria específica de familiares que apresenta um perfil algo diferente deste colectivo familiar é o dos filhos e filhas não residentes. Nestes não só a ida a espectáculos desportivos, a cafés e pastelarias e passear rondam os valores populacionais totais, como também as idas a restaurantes e a participação em actividades religiosas são superiores a esse perfil geral. Igualmente, a importância de dormir ou passar uns dias em casa com os pais ou lá com eles comer é inferior à importância que tal prática tem não só no conjunto da população, mas, mais particularmente, no conjunto de todos os parentes. Aparenta assim que o perfil dos filhos, que, relembramo-lo, já saíram de casa dos pais, aproxima-os mais do perfil dos não-parentes, pela importância que assumem as actividades exteriores à residência destes (ou própria).

Analisando o perfil de sociabilidade dos não parentes verificamos a sua associação, como anteriormente constatado, às actividades no exterior das residências, que menos implicam a comida, que menos implicam ritualidades religiosas e/ou familiares bem estabelecidas, bem como mais frequentes quotidianamente. Praticar desporto (16,5 %), ir ao cinema (12,3 %), a exposições e museus (6,8 %), participar em actividades políticas (1,3 %), ir a espectáculos desportivos (10,9 %), a cafés e pastelarias (21,1 %), passear (11,2 %) – estas são as sociabilidades que, para os não familiares, apresentam valores superiores ao perfil populacional geral. Inversamente, as férias (3,4 %), pernoitar (0,9 %) ou comer em casa de alguém (3,3 %) e o natal (2,3 %) são actividades que apresentam aqui valores inferiores ao todo da população. Tal como com os parentes, ir ao restaurante (5 %) e participar em actividades religiosas (4,9 %), pela mescla de características acima referidas, são convívios que rondam os valores populacionais gerais (ainda que ligeiramente acima). Note-se que pelo facto de algumas actividades apresentarem percentagens abaixo do perfil populacional não quer dizer que sejam negligenciáveis, já que, apesar do seu fraco peso, as férias, o comer em casa e o natal são convívios com não familiares que têm mais importância do que participar em actividades políticas e sindicais.

Constata-se, no entanto, que nem todos os não familiares apresentam exactamente o mesmo perfil de sociabilidade, já que diferentes tipos de actividades têm diferentes pesos em diferentes tipos de não parentes – diferenças, aliás, que podem até associar categorias específicas de não familiares a actividades mais frequentemente levadas a cabo com familiares.

Assim, verificamos que as actividades mais importantes levadas a cabo com amigos e amigas (N=738) são, por ordem decrescente de importância, ir ao café, assistir a espectáculos desportivos, passear, ir ao restaurante e comer em casa. Repare-se que com estes amigos e

amigas actividades como o natal e as férias têm mais peso do que actividades como ir ao cinema, a exposições e museus.

Com os colegas de trabalho ou de estudo (N=171), as actividades preponderantes alteram-se algo: ainda que ir ao café seja igualmente a actividade mais importante (tendo, aliás, um peso maior no conjunto das sociabilidades que com este tipo de não parentes se têm), logo seguidas da ida a restaurantes, da prática de desporto, da ida espectáculos desportivos e do envolvimento em actividades políticas e sindicais, o perfil aqui presente é, parece-nos, um de sociabilidades ligadas aos ritmos e horários da quotidianidade de colegas. Ou seja, aparente aqui dar-se o caso das sociabilidades estarem directamente ligadas à situação que define a condição do relacionamento. Podemos supor que as idas ao café e ao restaurante têm a ver com os períodos de alimentação e de pausa no quotidiano de trabalho, que a prática de desporto e de assistência de espectáculos desportivos têm a ver com o facto de estarmos, provavelmente, a falar aqui de colegas de actividades desportivas (ou seja, pessoas com quem só se contacta no âmbito dessas actividades), e que, finalmente, o envolvimento em actividades políticas e sindicais remete igualmente quer para a partilha de condições laborais e mobilização sindical, quer para a eventual categorização de parceiros de actividade político-partidária como colegas.<sup>142</sup>

Por sua vez, os amigos(as), namorados(as) e colegas dos filhos (N=784) apresentam um perfil igualmente diferenciado dos anteriores. Neste caso as actividades mais importantes, também por ordem decrescente de importância, são respectivamente praticar desporto, ir ao cinema, passear, ir ao café e a exposições.

Os vizinhos (N=53), por seu lado, ainda que também tenham como actividade com maior peso a ida ao café (pode aliás dar-se o caso de não ser propriamente uma ida em conjunto, mas um encontrarem-se no café de bairro), diferenciam-se largamente pela importância que assume no conjunto das sociabilidades que com eles se têm a participação em actividades religiosas (o que pode remeter para a circunscrição territorial dos locais de culto, como a tradicional paróquia católica).<sup>143</sup> Em relação às categorias de outros não-parentes (N=198), categoria onde cabem todos aqueles que as anteriores categorizações não cobrem segundo as definições subjectivas das entrevistadas, o que assume relevo é o peso quer das actividades desportivas, quer das idas a exposições e museus – tal indica aparentemente que algumas das pessoas com quem se faz essas actividades não são alvo de categorização

---

<sup>142</sup> Sobre a importância relativa das sociabilidades no trabalho, ver Bidart (1988: 637).

<sup>143</sup> Sobre a importância relativa das sociabilidades de *habitat*, ver também Bidart (1988: 637).

habitual (como amigos, colegas, vizinhos),<sup>144</sup> quer porque não são de todo definidos, quer porque possam ser definidos de forma muito mais específica do que as categorias oferecidas em inquérito.

Não devemos esquecer, igualmente, o perfil total da população em relação às actividades de sociabilidade, sempre referido acima como base central de comparação em relação aos perfis de sociabilidade com familiares ou não familiares. De facto, devemos perguntar-nos quais as sociabilidades que mais e menos são levadas a cabo em geral pela população total.

Verificamos que a actividade de convívio que maior peso ocupa no conjunto é a do natal (pouco mais de 36 % – mas vimos acima como esta actividade, sendo de suma importância no conjunto das sociabilidades familiares, é praticamente negligenciável no caso das não-familiares). O natal é seguido, a muita distância, pelas idas ao café e pastelaria (10,5 %), por comer em casa de alguém (quase 9 %), passear (8 %), férias (6,5 %), praticar desporto (pouco mais de 6 %), ir ao cinema (5,5 %), ir a espectáculos desportivos (5 %), a restaurantes (pouco mais de 4 %), participar em actividades religiosas (pouco mais de 4 %), ir a exposições e museus (3 %), dormir em casa de alguém (quase 1 %) e, finalmente, participar em actividades políticas (0,5 %). Note-se que, se desta hierarquia de actividades fossem retiradas as férias de verão e o natal (pela sua natureza sazonal), a ordem das importâncias relativas permaneceria a mesma.

Em suma, com os parentes em geral verificamos que as sociabilidades mais comuns são o natal, comer ou dormir em casa de alguém e passar férias juntos, sendo que as idas a restaurantes e a participação em actividades religiosas também não são despiciendas, embora rondando a média populacional geral. Os filhos e filhas não residentes são os únicos familiares que se afastam deste perfil e apresentam até semelhanças com o perfil dos não-parentes – estão mais envolvidos em convívios em torno dos espectáculos desportivos, a idas ao café, passear e, mais do que a média populacional geral, a idas a restaurantes e participação em actividades religiosas.

Por sua vez, os não-familiares são mais envolvidos em sociabilidades que envolvam espectáculos desportivos, idas ao cinema, a exposições, participação em actividades políticas e sindicais, idas ao café e passear. Mas também nesta grande categoria agregada encontramos diferenciações entre grupos específicos. Os amigos do casal convivem preponderantemente

---

<sup>144</sup> Estas categorias, aliás, sendo o resultado de auto-categorização, caracterizam-se pela sua relativa indeterminação. Sobre a indeterminação da noção de amigo ver Dias & Lopes (1996: 88).

através das idas ao café, a espectáculos desportivos, em passeios, refeições quer em restaurantes, quer em casa de alguém. Já os colegas do casal estão mais envolvidos na prática do desporto e participação em actividades políticas e sindicais, sendo que passear e comer em casa de alguém perdem importância. Os amigos, namorados e colegas dos filhos e filhas – uma das categorias com maior peso nas sociabilidades em geral, além do desporto, do café e passear, estão mais presentes em actividades como ir ao cinema e a exposições ou museus. Por último os vizinhos (onde avulta a ida ao café e as práticas religiosas) e os outros não identificados (prática de desporto e idas a exposições) caracterizam-se pelo parco número de actividades de convívio em que são envolvidos.

### 3.2.3.1. Lateralização familiar

Questão relevante é saber se as sociabilidades das famílias portuguesas com filhos se organizam, em termos das sociabilidades estritamente familiares, em torno da família da mulher do casal ou em torno da família do homem seu cônjuge. Como tal é necessário observar os processos de lateralização da rede familiar de sociabilidade (Quadro 3.6), embora os dados devam ser lidos com cuidado, já que se pode ter verificado um enviesamento devido ao facto de a pessoa inquirida sobre as sociabilidades das famílias com filhos no seu conjunto ter sido sempre a mulher do casal (como vimos já anteriormente).

Quadro 3.6  
Lateralização familiar das actividades de convívio

Convívios	Família Mulher		Família ambos		Família Homem		Total		
	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	N
Desporto	62,9	0,014	3,2	0,001	33,9	0,006	100	0,020	31
Cinema	64,9	0,033	2,7	0,002	32,4	0,018	100	0,052	74
Exposições	65,2	0,024	3,1	0,001	31,7	0,013	100	0,038	43
Actividades Políticas	50,0	0,004	0,0	0,000	50,0	0,003	100	0,007	8
Espect. Desportivos	57,6	0,039	5,7	0,004	36,6	0,025	100	0,068	96
Café	66,0	0,137	4,2	0,008	29,8	0,063	100	0,207	229
Passear	60,3	0,155	1,7	0,006	38,0	0,104	100	0,265	271
Restaurante	59,1	0,146	3,4	0,006	37,5	0,101	100	0,253	210
Actividades Religiosas	62,9	0,101	5,8	0,008	31,2	0,048	100	0,158	174
Férias	61,1	0,251	2,3	0,010	36,6	0,141	100	0,402	385
Dormidas	61,5	0,073	0,8	0,001	37,7	0,050	100	0,124	126
Refeições	64,6	0,355	0,9	0,003	34,5	0,216	100	0,574	481
Natal	59,9	1,150	2,1	0,028	38,0	0,765	100	1,943	1319
Total	60,2	2,481	2,3	0,077	37,4	1,554	100	4,111	1485

Assim, e dada quase irrelevância das actividades levadas a cabo com parentes de ambos (o que de facto se restringe à categoria agregada dos filhos e filhas do casal), bem como o facto de as sociabilidades com os parentes da mulher serem sempre maioritárias (com uma única excepção, a das actividades políticas e sindicais, onde ambos os lados da família estão em proporções iguais, embora com pouca relevância porque, como vimos acima, a

percentagem destas actividades levadas a cabo com familiares perfazem somente 15 % do seu total, representando somente 0,1 % das actividades que com os familiares se tem), o mais relevante é verificar quais as actividades onde, mesmo em minoria, a participação dos parentes do homem do casal apresentam desvios em relação ao populacional geral para todas as actividades (pouco mais de 37 %).

Desta maneira, além da já referida excepção das actividades políticas e sindicais (onde a participação dos parentes do homem ultrapassa bastante o observado em geral), o panorama geral não é um de grande desvio em relação à percentagem populacional. De facto, apenas as actividades religiosas, as idas ao café, a exposições e museus e ao cinema, apresentam um desvio para baixo significativo.

#### **3.2.4. Perfis integrados de sociabilidade**

Com o objectivo de reduzir a complexidade dos dados com vista quer à agregação de práticas associadas, quer, mais à frente, à articulação destas com diferenciações sociais estruturais, procedeu-se a um conjunto de análises factoriais quer sobre os tipos de convívio, quer sobre os seus protagonistas. Dos factores extraídos destas duas dimensões centrais levou-se a cabo uma análise de *clusters*, que permitiu ainda mais reduzir a complexidade e dispersão dos convívios em grupos-tipo de sociabilidade.

Da análise dos tipos de convívios extraíram-se três factores (Quadro 3.7). Estes factores agregam convívios associados, ou seja, que tendem a ser levados a cabo em volumes semelhantes pelas mesmas pessoas – mesmo que outras pessoas também os possam levar a cabo não o fazem com a mesma intensidade. De uma forma geral, os três factores correspondem aos dois pólos centrais da sociabilidade, que acima associamos preponderantemente quer a convívios familiares, quer a convívios mais amicais, e a um pólo transversal a toda a população.

O primeiro factor, designado por “comida e ritualidades” associa as idas a restaurantes, o comer em casa de alguém, dormir em casa de alguém, as férias e o natal. Este é um conjunto associado de práticas de socialização alimentar e/ou doméstica, bem como aos grandes momentos rituais e sazonais de convivência familiar. Estas sociabilidades, vimos acima, são as que mais estão associadas a relações familiares. De facto, é conhecida a importância da comensalidade nas sociabilidades, particularmente nas familiares (Kauffman 2007; Wood 1995), bem como a centralidade das actividades rituais (Herpin & Verger 1985).

O segundo factor, inversamente, diz respeito a práticas mais associadas a relações não-familiares (e, vimos, preponderantemente amicais, quer do casal, quer dos seus filhos).

Designado por “actividades culturais e desportivas”, este factor agrega as idas ao cinema, a exposições e museus, com as idas a espectáculos desportivos e a prática de desporto.

Quadro 3.7  
Tipo de convívios – análise de componentes principais (rotação varimax)

Convívios	Factor 1	Factor 2	Factor 3
	Comida e Ritualidades	Cultura e Desporto	Café e Passeio
1. Restaurante	,643		
2. Refeições	,670		
3. Dormidas	,511		
4. Férias	,534		
5. Natal	,558		
6. Cinema		,636	
7. Exposições		,621	
8. Espect. desportivos		,504	
9. Desporto		,625	
10. Actividades religiosas			,545
11. Actividades políticas			,458
12. Café			,651
13. Passear			,588
<i>Eigenvalues</i>	1,973	1,764	1,598
Variância explicada	15,179	13,572	12,295

O terceiro e último factor, agrega duas práticas que, mesmo sendo mais levadas a cabo em contexto de sociabilidade amical do que familiar, acabam por ser práticas transversais ao conjunto da famílias portuguesas com filhos – ir ao café e passear. É, aliás, sabido como este tipo de saídas são centrais na produção de sociabilidades (Choquet 1988). Sendo certo que neste factor encontramos igualmente as sociabilidades religiosas e/ou políticas e sindicais – mas estas, até pelos seus valores negligenciáveis para o conjunto total da população, podem ser relativamente ignoradas. Se a análise factorial fosse feita sem estas duas últimas actividades, a resolução em três factores seria a mesma. As actividades políticas e religiosas aparecem aqui porque as únicas actividades a que se associam são a ida ao café e o passeio. Quer isto dizer que as famílias que levam a cabo essas duas actividades altamente minoritárias, não têm de maneira relevante outras actividades distintivas, tendo apenas as actividades transversais (ou seja, actividades de volume relevante no conjunto da população e que não estão associadas a tipos mais específicos de protagonistas).

A análise factorial dos protagonistas dos convívios produziu uma resolução mais complexa, com um total de sete factores (Quadro 3.8), nem sempre de fácil compreensão nas associações produzidas, já que se produzem partições inesperadas entre protagonistas que, pela proximidade de parentesco, se poderiam esperar ver juntos (tais como os pais do homem e os seus irmãos, estes inusitadamente associadas aos outros não especificados).

O primeiro factor associa a mãe e pai da mulher do casal às sociabilidades com os seus irmãos e cunhados. O segundo factor associa pai e mãe do homem do casal. O terceiro factor associa os outros familiares não especificamente designados (quer os do homem, quer os da

mulher) com os amigos do casal. Um quarto factor associa isoladamente os filhos e filhas não residentes do casal. O quinto factor associa, também isoladamente, as sociabilidades com os tios quer da mulher, quer do homem. O sexto factor, estranhamente, dá-nos a associação entre os irmãos e irmãs do homem do casal (e respectivos cônjuges) com os convívios com outros não especificados. Finalmente, o sétimo factor associa as sociabilidades com colegas e vizinhos às sociabilidades com os amigos, colegas e namorados(as) dos filhos e filhas do casal.

Quadro 3.8  
Pessoas nos convívios – análise de componentes principais (rotação varimax)

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5	Factor 6	Factor 7
Protagonistas exteriores dos convívios	Progenitores e Fratria da mulher	Progenitores do homem	Restante família e Amigos do casal	Filhos e Filhas não residentes	Tios do casal	Fratria do homem e Outros	Amigos dos filhos, Colegas e Vizinhos
1. Mãe da Mulher	,875						
2. Pai da Mulher	,852						
3. Pai do Homem		,863					
4. Mãe do Homem		,869					
5. Filhos				,743			
6. Filhas				,760			
7. Fratria da Mulher	,553						
8. Fratria do Homem						,499	
9. Tios da Mulher					,791		
10. Tios do Homem					,761		
11. Outros familiares da Mulher			,754				
12. Outros familiares do Homem			,803				
13. Amigos do casal			,467				
14. Colegas do casal							,512
15. Amigos dos filhos(as)							,549
16. Vizinhos							,657
17. Outros						,758	
<i>Eigenvalues</i>	11,472	22,442	32,155	39,603	46,978	53,799	60,393
Variância explicada	11,472	10,971	9,712	7,449	7,374	6,822	6,593

A aparente estranheza de algumas destas associações factoriais vem confirmar, apesar da existência dos pólos de sociabilidade acima identificados, que as sociabilidades das famílias portuguesas com filhos se caracterizam, como seria de esperar, pela multiplicidade de arranjos possíveis entre coordenadas múltiplas: diferentes e variados arranjos de pessoas; diferentes e variados arranjos de tipos de convívio. Em qualquer um dos factores identificados, para os protagonistas e seus convívios, não se dá que as famílias portuguesas apenas sociabilizem com os elementos centrais na agregação de cada factor – estes serão os elementos que distinguem e, assim, mais caracterizam a especificidade de cada grupo. Mas dá-se igualmente que, em cada um desses grupos, também se podem verificar, e amiúde se verificam, outros tipos de convívio e com outros protagonistas, além dos que lhes dão particularismo.

Com o intuito de agregar tipologicamente os tipos de convívio com os seus protagonistas, sem querer fazer desaparecer a complexidade de arranjos em categorias discretas e descontínuas, mas procurando encontrar linhas de força, estruturantes e



processuais, que diferenciam as práticas sociais, construíram-se índices a partir das análises factoriais, que serviram de base para uma análise de *clusters* que permitiu identificar seis perfis integrados de sociabilidade (Quadro 3.9).

O primeiro *cluster*, designado por “isolamento”, refere-se às famílias que, como vimos desde o início, não declaram ter espécie alguma de sociabilidade com qualquer tipo de pessoas – este grupo perfaz os já conhecidos 6,3 % da amostra.

Os restantes *clusters*, no entanto, identificam já agrupamentos de famílias com sociabilidades diversificadas, mas que apresentam características diferenciadoras entre si.

O segundo grupo, de “fraca” sociabilidade, diz respeito às famílias que apresentam globalmente níveis muito baixos de sociabilidade em relação às médias populacionais gerais. Médias, aliás, para as quais contribuem com um peso significativo, já que este grupo é o maior nas famílias portuguesas com filhos, representando quase 38 % da população inquirida. Com um tão fraco nível de sociabilidade (apresentando uma média total de convívios ligeiramente abaixo de 3, para uma média populacional geral de pouco mais de 6), este grupo não apresenta um perfil interno, nas pessoas com quem convive em actividades específicas, que o diferencie de forma marcada das preferências gerais das famílias portuguesas: o pouco que faz tem a ver com actividades de “comida e ritualidades”, seguidas a grande distância pelo “café e passeio” e, ainda a maior distância, por poucas “actividades culturais e desportivas”; o pouco que faz fá-lo com os pais e irmãos da mulher, restante família não especificada e amigos do casal, seguidos pelos amigos dos filhos, colegas e vizinhos e somente depois pelos pais do homem.

Quadro 3.9  
Tipos de sociabilidade (*Two Step Cluster*)  
Caracterização por factores de protagonistas e de actividades (análise das médias)

p<0,000	N	%	Progenitores e Fratria da mulher	Progenitores do homem	Restante família e Amigos do casal	Filhos e Filhas não residentes	Tios do casal	Fratria do homem e Outros	Amigos dos filhos, Colegas e Vizinhos	Comida e Ritualidades	Cultura e Desporto	Café e Passeio	Total de convívios
1. Isolamento	111	6,3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Fraca	668	37,6	0,95	0,42	0,94	0,00	0,00	0,13	0,50	1,87	0,45	0,62	2,94
3. Filhos e Tios	145	8,2	1,09	0,40	1,71	<b>0,61</b>	<b>0,86</b>	0,28	0,71	3,60	0,86	1,19	5,65
4. Amical	359	20,2	1,31	0,36	<b>2,84</b>	0,00	0,01	0,23	<b>2,94</b>	3,24	<b>2,39</b>	<b>2,05</b>	<b>7,69</b>
5. Familiar	349	19,7	<b>3,55</b>	<b>2,02</b>	1,53	0,00	0,05	<b>1,12</b>	0,66	<b>6,26</b>	1,06	<b>1,62</b>	<b>8,93</b>
6. Ampla	144	8,1	<b>5,33</b>	<b>2,46</b>	<b>5,24</b>	<b>0,33</b>	<b>0,60</b>	<b>1,17</b>	<b>3,12</b>	<b>10,07</b>	<b>3,49</b>	<b>4,69</b>	<b>18,30</b>
Total	1776	100,0	1,84	0,86	1,79	0,08	0,13	0,43	1,23	3,70	1,21	1,44	6,36
$\eta^2$ (p<0,001)			0,35	0,29	0,31	0,17	0,31	0,23	0,40	0,53	0,46	0,40	0,46

Nota: a **bold** valores acima das médias.

O terceiro grupo, identificado por “filhos e tios”, refere-se a famílias cuja aspecto distintivo á um maior volume de sociabilidades com os filhos e filhas não residentes do casal

e os tios e tias de ambos os cônjuges. Este é um grupo que apresenta também sociabilidades com todas as outras categorias de pessoas, mas, além da sua particularidade residir nos filhos e tios, nota-se que o alargamento a outros intervenientes da sociabilidade não se faz segundo as hierarquias populacionais gerais das pessoas com quem se convive. De facto, apesar de também se verificarem convívios com os pais da mulher, os convívios com a restante família não especificada de ambos os cônjuges, bem como com os amigos do casal, assumem aqui maior importância. Tal faz supor que este grupo, que também apresenta um volume geral de sociabilidade abaixo da média populacional geral (embora apenas ligeiramente, com 5,65 convívios), seja composto por casais mais velhos, muitos dos quais não terão já progenitores vivos ou capazes de sociabilidade e com filhos e filhas já autonomizados em agregados domésticos próprios – nestes casos estamos perante pouco mais de 8 % da amostra. Dada a centralidade dos pais, principalmente da mulher mas também do homem, nas sociabilidades globais das famílias portuguesas, o seu eventual desaparecimento poderá provocar, como poderá ser aqui o caso, quer uma diminuição global do volume de convívios (embora a média de convívios de “comida e ritualidades” esteja muito próxima da média populacional), quer um redireccionamento dos convívios que existem para outros familiares, como os tios e os filhos.

Num quarto perfil de sociabilidade deparamo-nos com aquelas famílias que se destacam pela forte componente “amical” dessas práticas. Estas são famílias já com um volume total de convívios superior à média populacional geral (estando ligeiramente abaixo dos 8 convívios), representando cerca de 20 % da população. Nestas famílias, havendo igualmente sociabilidades com todas as categorias de pessoas, são os convívios com os amigos do casal (acompanhados, é certo, pela restante família não especificada de ambos os cônjuges) e, mais comuns ainda, os convívios com os amigos dos filhos, bem como colegas e vizinhos, que demarcam um perfil diferenciado. E aliás diferenciado pela importância das “actividades culturais e desportivas” e do “café e passeio” no conjunto dos convívios que têm, superando as médias populacionais ao mesmo tempo que a “comida e ritualidades” se queda abaixo dessa média (apesar de permanecer como a sociabilidade com volume mais elevado).

Por sua vez, o quinto perfil de sociabilidade é claramente mais “familiar” do que outra coisa qualquer – ainda que tenha convívios com categorias amicais, do casal ou dos filhos, estas apresentam-se abaixo das médias gerais. Estas famílias, que representam também cerca de 20 % da população, declaram um total de convívios maior que a média e ainda maior que o grupo “amical”, com quase 9 convívios. Estamos aqui a falar de casos de forte integração e sociabilidades familiares concentradas nos progenitores de ambos os cônjuges e em seus

irmãos (bem como os cônjuges destes). Daí que as sociabilidades se realizem em torno de actividades que vimos anteriormente estarem associadas a um pólo familiar: além do transversal “café e passeio” (somente por pouco superior à média populacional), deparamo-nos com o forte volume das práticas de “comida e ritualidades” (com quase 6,5 convívios declarados), bem como, inversamente, pelo fraco volume das “actividades culturais e desportivas”, já abaixo da média geral para todas as famílias.

Finalmente identificamos um sexto perfil integrado de sociabilidade, designado por “ampla”, no qual encontramos famílias que apresentam volumes de sociabilidade, por protagonistas e actividades específicas, sistematicamente superiores às médias populacionais gerais. Se o perfil interno deste grupo respeita a hierarquização de pessoas e convívios do total populacional, destaca-se, então, pelo elevado volume de convívios, indiciadores de fortes sociabilidades quer familiares e amicais, quer em todos os domínios de sociabilidade. Este é um grupo com quase o triplo do volume total de convívios (18,3) em relação ao total populacional (6,4) e que representa cerca de 8 % das famílias portuguesas como filhos.

### **3.2.5. A diferenciação social da sociabilidade**

Podemos supor que os diferentes tipos de sociabilidade não se distribuem aleatória ou casualmente pelo conjunto da população, mas que, pelo contrário, se articulam de formas sistemáticas com conjuntos mais alargados de diferenças sociais centrais, nomeadamente aquelas que dizem respeito às formas de desigualdade de recursos, não só culturais e económicos, mas também em termos de capital social – efeito por excelência de redes de inter-reconhecimento mobilizáveis.

Sinal primeiro deste embrenhamento da sociabilidade com os aspectos de mobilização para o apoio das redes de inter-conhecimento é o facto (Quadro 3.10) de os diferentes perfis integrados de sociabilidade apresentarem valores sistematicamente diferentes de apoios (todos os apoios ao longo do curso de vida familiar). De facto, a progressão do volume de apoio é mesmo linear. Desde números de apoio mais baixos e abaixo da média populacional para as famílias com “isolamento” ou “fraca” sociabilidade, até os valores relativamente próximos entre si, agora sempre acima da média geral entre os 7 e os 8 apoios declarados, dos grupos “filhos e tios”, “amical” e “familiar”. E, finalmente, para os apoios quase no dobro da média das famílias com sociabilidade “ampla” e generalizada com todos os intervenientes e em todas as áreas de sociabilidade.

Tal articulação sistemática e linear entre tipos de sociabilidade e volumes de apoio faz supor que, tal como a relação entre apoio e classe social não é arbitrária, igualmente não o é a relação entre sociabilidade e classe social.

Numa primeira análise dessa relação entre tipos de sociabilidade e desigualdade social podemos ver a articulação entre os primeiros e o nível de escolaridade actual da mulher do casal (Quadro 3.10). Três aspectos se destacam.

Em primeiro lugar aquelas famílias com nenhuma ou poucas sociabilidades (“isolamento” e “fraca”) tendem a ser mais frequentes nos níveis mais baixos de escolaridade e, inversamente, as famílias com todas as sociabilidades (“ampla”) são muito mais frequentes nos níveis mais elevados de escolaridade. De facto, as situações de nenhuma sociabilidade passam de cerca de 19 % nas famílias de mulheres presentemente analfabetas para uns residuais 1,1 % nas famílias cuja mulher tem uma licenciatura ou mais. Da mesma maneira, as situações de pouca sociabilidade passam dum peso de cerca de 44 % nas analfabetas para somente cerca de 17 % nas mulheres com grau superior. Na tendência oposta encontramos a situação de ampla sociabilidade, onde os convívios crescem de uns meros 2,6 % nas iletradas para 28 % nas licenciadas ou mais.

Quadro 3.10  
Tipos de sociabilidade pela escolaridade da mulher e pelo total de apoios

Tipos de Sociabilidade	Sem Escolaridade	Ensino Primário	Ensino Preparatório e Básico	Ensino Secundário	Curso médio ou Licenciatura incompleta	Licenciatura ou grau superior	Total	Total de apoios (médias)	$\eta^2$ (p<0,001)
Isolamento	19,2	8,6	4,4	3,0	2,0	1,1	6,3	4,45	0,11
Fraca	43,6	42,3	37,8	36,7	19,8	17,2	37,6	5,24	0,42
Filhos e Tios	10,3	7,9	8,4	7,0	5,0	12,9	8,2	7,23	0,10
Amical	17,9	20,6	18,8	21,1	28,7	17,2	20,2	7,30	0,25
Familiar	6,4	15,5	23,0	24,1	26,7	23,7	19,7	7,78	0,73
Ampla	2,6	5,2	7,6	8,0	17,8	28,0	8,1	11,34	0,52
Total (N=1756)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6,77	

$\chi^2=163,628$ ;  $df=25$ ;  $p<0,000$

Em segundo lugar os perfis de sociabilidade “amical” e “filhos e tios” são relativamente estáveis, embora com oscilações, não sendo detectável qualquer variação sociologicamente significativa entre diferentes níveis de escolaridade actual da mulher do casal.

Por último e terceiro lugar, as situações de sociabilidade predominantemente “familiar” são mais baixas nos escalões escolares também mais baixos, com cerca de 6 % e um pouco menos de 16 %, respectivamente, no caso das mulheres analfabetas e apenas com o ensino primário, estabilizando, com pequenas oscilações entre os 23 e os 27 %, em todos os restantes graus de ensino.

As relações entre perfis integrados de sociabilidade e classe social,<sup>145</sup> não são tão lineares com as anteriores, como aliás, é de espera de uma realidade não linearmente ordinal como a diferenciação e desigualdade classistas (Quadro 3.11).

No respeitante às famílias com nenhum tipo de sociabilidade seja com quem for, verificamos que são mais frequentes nas categorias sócio-económicas com menores volumes de recursos, tais como os agregados de assalariados agrícolas e industriais (12,5 %), o operariado (9,3 %) e os agregados de empregados executantes e industriais (7,2 %). Quando olhamos para a situação dos agregados apenas de empregados executantes dos serviços, a percentagem de situações de nenhuma sociabilidade decrescem (3,3 %), tendência que se mantém e se acentua nas profissões mais qualificadas, como as intelectuais e científicas (0 %) e técnicas e de enquadramento intermédio (1 %). As inserções sócio-profissionais ligadas à propriedade tendem a ter mais situações de nenhuma sociabilidade do que os anteriores, particularmente no caso dos camponeses (a apresentarem a segunda percentagem mais elevada, com 12,1 %), logo secundados pelos empresários e dirigentes e independentes e pequenos patrões, ambos com cerca de 5 %

Quadro 3.11  
Tipos de sociabilidade pela classe social do casal

Tipos de Sociabilidade	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	EEI	OI	AAI	Total
Isolamento	5,0	0,0	1,0	5,1	12,1	3,3	7,2	9,3	12,5	6,3
Fraca	17,5	23,6	28,7	38,7	41,8	37,1	38,2	43,7	39,1	37,6
Filhos e tios	10,0	9,1	7,7	6,7	11,0	9,6	6,8	8,5	9,4	8,2
Amical	22,5	21,3	22,1	22,8	14,3	20,0	19,7	19,3	18,8	20,2
Familiar	22,5	24,7	27,2	19,1	16,5	21,7	21,3	14,7	17,2	19,7
Ampla	22,5	21,3	13,3	7,5	4,4	8,3	6,8	4,6	3,1	8,1
Total (N=1756)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$X^2=117,264$ ;  $df=40$ ;  $p<0,000$

Nas situações de fraca sociabilidade verificamos que são menos comuns nos empresários e dirigentes (17,5 %), subindo um pouco nas profissões intelectuais e científicas (23,6 %) e nas técnicas e de enquadramento intermédio (28,7), e subindo bastante mais nas restantes situações de classe (para valores entre os 37 e os quase 44 %).

No respeitante aos perfis de sociabilidade “filhos e tios”, “amical”, e “familiar”, constatamos que estes se apresentam relativamente estáveis, apenas com pequenas variações pouco pronunciadas em qualquer das classes sociais. De toda a maneira parece dar-se o caso do peso que têm quer no campesinato, por um lado, quer nos trabalhadores agrícolas e industriais ou só industriais, por outro lado, serem globalmente menores, nomeadamente

<sup>145</sup> Aferida pela classe social do casal.

devido ao peso que têm nestas condições de classe as situações de nenhuma ou poucas sociabilidades.

Nas situações de ampla sociabilidade retornamos a alguma linearidade da distribuição, que parece estar sistematicamente articulada com os volumes globais de capital das diferentes condições de classe. De facto, de valores entre os quase 23 e os 21 %, respectivamente, nos empresários e dirigentes e nas profissões intelectuais e científicas, observamos um decréscimo para cerca de 13 % nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, para 7,5 % nos independentes e pequenos patrões e para uns meros 4,4 % no campesinato. Da mesma maneira se constata uma diminuição para pouco mais de 8 % nos empregados executantes dos serviços, diminuição essa que se agudiza com a desqualificação profissional dos trabalhadores operários ou agrícolas, atingindo nestes últimos uns parcos 3,1 % (o valor mais baixo em toda a população).

Procurando indagar as relações entre diferentes modalidades de sociabilidade e coordenadas de diferenciação estrutural da sociedade, testamos as relações entre variáveis de um e outro tipo. Para tal, no que aos convívios diz respeito, retornamos aos factores, diferenciados para protagonistas e áreas de sociabilidade, anteriormente produzidos pelas análises factoriais, já que os presentes perfis integrados, provavelmente devido à sua complexidade interna aos combinar áreas e pessoas, não lograram alcançar relações com significância estatística com as coordenadas sociais. A associação entre esses factores foi não só levada a cabo com processos de diferenciação escolar e classista, como igualmente com processos de diferenciação geracional e diferenças de curso de vida.

Para tal realizamos várias regressões lineares, utilizando o método *enter* e a entrada por blocos, que nos permitiram testar um modelo explicativo multi-dimensional (Quadros 3.12 & 3.13). As variáveis independentes foram divididas em três grupos: um primeiro bloco contemplou as escolaridades de ambos os cônjuges e a classe social do casal; um segundo bloco introduziu a idade da mulher e o ano de entrada na conjugalidade; e, finalmente, um terceiro bloco incluiu no modelo explicativo coordenadas de curso de vida,<sup>146</sup> tais como a recomposição familiar, o número de pessoas a viver actualmente no agregado doméstico, o número de filhos a residirem actualmente no mesmo agregado, a idade do filho mais novo, a idade do filho mais velho ainda a residir no grupo doméstico e o tipo de união conjugal (coabitação ou casamento).

---

<sup>146</sup> Foram testadas muitas mais variáveis de curso de vida; apresenta-se aqui somente o modelo explicativo que não só produziu maiores ganhos preditivos, como no qual todas as variáveis de curso de vida, ainda que apenas para uma única variável dependente, tenham demonstrado produzir efeitos.

Quadro 3.12  
 Volume total de convívios, tipos de convívios e pessoas nos convívios  
 Regressões lineares (método *enter*, entrada por blocos, coeficientes Beta estandardizados)

Regressões lineares N=1776	Volume total de convívios	Comida e Ritualidades	Cultura e Desporto	Café e Passar
<b>Bloco 1</b>				
Escolaridade da mulher	0,26***	0,28***	0,19***	
Escolaridade do homem				
Classe social do casal (dummy)				
ED	0,08***	0,07**	0,08***	
PIC	0,10***	0,08*	0,05*	0,08*
PTEI	0,10**		0,14***	
IPP			0,13**	
C			-0,02*	
EE	0,09*		0,14***	
EEI			-0,14***	
OI				
AAI				
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,22	0,17	0,07	0,01
<b>Bloco 2</b>				
Idade da mulher				
Ano de entrada na conjugalidade				
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,22	0,18	0,11	0,02
<b>Ganho preditivo</b>	0%	1%	4%	1%
<b>Bloco 3</b>				
Famílias recompostas (dummy)				
Nº de pessoas coabitantes com a mulher	-0,14***	-0,17***		
Nº de filhos residentes actualmente	0,10*	0,08*		0,09*
Idade do filho mais novo				0,08**
Idade do filho mais velho residente			0,25***	
Tipo de união (recodificada)			-0,06**	0,06*
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,23	0,19	0,13	0,04
<b>Ganho preditivo</b>	1%	1%	2%	2%

**Notas:** Os valores são coeficientes de regressão estandardizados, ou betas ( $\eta$ ), estatisticamente significativos: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ . As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ( $p > 0,05$ ). Recodificação do “Tipo de união”: 1) união de facto; 2) coabitação e casamento; 3) casamento civil; 4) casamento religioso.

Quadro 3.13 (cont.)  
 Volume total de convívios, tipos de convívios e pessoas nos convívios (cont.)  
 Regressões lineares (método *enter*, entrada por blocos, coeficientes Beta estandardizados)

Regressões lineares N=1776	Progenitores e Fratria da mulher	Progenitores do homem	Restante família e Amigos do casal	Filhos e Filhas não residentes	Tios do casal	Fratria do homem e Outros	Amigos dos filhos, Colegas e Vizinhos
<b>Bloco 1</b>							
Escolaridade da mulher	0,22***	0,14***	0,14***		0,08*		0,11***
Escolaridade do homem					0,07*		
Classe social do casal (dummy)							
ED			0,08**				
PIC			0,08*				0,08***
PTEI			0,11**				
IPP							
C							
EE							
EEI							0,11**
OI							
AAI							
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,06	0,05	0,08	0,01	0,02	0,01	0,02
<b>Bloco 2</b>							
Idade da mulher			-0,08*				
Ano de entrada na conjugalidade	0,12*	0,13**		-0,31***			
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,07	0,07	0,08	0,02	0,03	0,01	0,14
<b>Ganho preditivo</b>	1%	2%	0%	1%	1%	0%	12%
<b>Bloco 3</b>							
Famílias recompostas (dummy)		0,06*		-0,09***			
Nº de pessoas coabitantes com a mulher	-0,14***	-0,11***					-0,10**
Nº de filhos residentes actualmente							0,17***
Idade do filho mais novo							0,12***
Idade do filho mais velho residente							0,28***
Tipo de união (recodificada)	0,10***	0,05*		-0,24***			-0,07***
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,09	0,08	0,08	0,03	0,03	0,01	0,19
<b>Ganho preditivo</b>	2%	1%	0%	1%	0%	0%	5%

**Notas:** Os valores são coeficientes de regressão estandardizados, ou betas ( $\eta$ ), estatisticamente significativos: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ . As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ( $p > 0,05$ ). Recodificação do “Tipo de união”: 1) união de facto; 2) coabitação e casamento; 3) casamento civil; 4) casamento religioso.

Através destes procedimentos foi possível aferir, bloco a bloco, os ganhos preditivos referentes à inclusão dos elementos geracionais e de curso de vida no modelo explicativo, para lá dos de diferenciação escolar e sócio-profissional, assim testando a valência estatística de uma abordagem multidimensional da sociabilidade das famílias portuguesas com filhos.

A primeira constatação a que se chega é que o impacto dos diferentes blocos de variáveis e das diferentes variáveis individuais é muito diversificado, ou seja, não só os efeitos dos blocos (que agregam variáveis) variam consideravelmente consoante o que se está especificamente a analisar (quer se tratem de tipos de convívios ou de tipos de protagonistas nos convívios), como o peso específico de cada variável independente igualmente variará.

Numa segunda constatação verificamos que o impacto do modelo explicativo é bastante maior para o indicador bruto do volume total de convívios do que para modalidades específicas de sociabilidade, seja por áreas, seja por pessoas. E, igualmente, que no respeitante a este indicador de volume, o impacto de todo mais relevante é o das coordenadas de diferenciação social (escolaridade da mulher e classe social do casal), já que quer as coordenadas geracionais (que acrescentam 0 % de ganho preditivo), quer as de curso de vida (que acrescentam 1 %) não alteram substancialmente a capacidade preditiva do modelo, que atinge 23 % da variação. No caso do volume total de convívios, além da escolaridade actual da mulher no casal, são as condições de classe específicas dos empresários e dirigentes, profissões intelectuais e científicas, profissões técnicas e de enquadramento intermédio e empregados executantes dos serviços que apresentam impacto com significância estatística. De resto, no segundo bloco de variáveis independentes não encontramos impacto de qualquer variável específica e no terceiro bloco, que somente acrescenta 1 % de valor preditivo ao modelo, como vimos, encontramos apenas o número de pessoas a viver actualmente no agregado doméstico, com impacto negativo (quanto maior o número, menores os convívios), e o número de filhos a residirem actualmente no agregado doméstico, desta feita com impacto positivo (quanto maior esse número, maiores os convívios).

Os níveis preditivos gerais obtidos na regressão anterior nunca são alcançados nas restantes regressões – embora algumas delas cheguem a rondar os 20 %, muitas outras não quebram a barreira dos 10 % e num dos casos fica-se mesmo por uns parcos 1 %.

Olhando para as sociabilidades de “comida e ritualidades”, vemos que as variáveis sócio-estruturais explicam cerca de 17 % da variação (com impacto particular da escolaridade da mulher, empresários e dirigentes, profissões intelectuais e científicas) – os outros dois blocos apenas acrescentam 2 % (com impactos específicos somente do número de pessoas no agregado, negativo, e do número de filhos no agregado, positivo). Tais níveis preditivos



globais do modelo decrescem bastante quando olhamos para as outras duas áreas de sociabilidade previamente identificadas, as “actividades culturais e desportivas” (13 %) e o “café e passear” (4 %), mais no segundo caso dada a sua transversalidade. No entanto nestes dois últimos casos as coordenadas geracionais e de curso de vida explicam uma fatia maior do total da variação explicada, com acréscimos respectivos de 6 e 3 %.

No caso das sociabilidades culturais e desportivas, além do impacto explicativo da escolaridade da mulher, presentes em quase todos os casos e indicando que quando mais alta a escolaridade maiores os volumes específicos de sociabilidade, encontramos impactos diversificados de variadas condições de classe: positivas no caso dos empresários e dirigentes, profissões intelectuais e científicas, profissões técnicas e de enquadramento intermédio, independentes e pequenos patrões e empregados executantes dos serviços; negativas na associação com a condição campestre e com agregados de empregados executantes e industriais. O segundo bloco de variáveis independentes, mesmo se em conjunto acrescenta 4 % de valor preditivo, não apresenta impacto específico de nenhuma das variáveis que o compõe. Já no terceiro bloco, referente ao curso de vida, embora acrescente somente 2 % de ganho preditivo, encontramos o impacto positivo da idade do filho mais velho ainda a residir no agregado doméstico e o impacto negativo do tipo de união conjugal, o que remete para o nível de institucionalização dessa relação – quanto mais formalizada (casamento) menor o número de actividades culturais e desportivas levadas a cabo pela família.

No caso do “café e passeio”, além do baixo valor explicativo do modelo (somente 4 %), dada a referida transversalidade dessas práticas, verificamos que são poucas as variáveis independentes com impacto específico: no primeiro bloco apenas a pertença a profissões intelectuais e científicas potencia a prática; no segundo bloco nenhuma variável tem impacto específico; no terceiro bloco, com tanto impacto global como a soma dos dois anteriores, constatamos que têm impactos positivos o número de filhos residentes, a idade do filho mais novo e a institucionalização formal da relação.

No respeitante aos tipos de protagonistas encontramos três situações diferenciadas: os casos onde o modelo explicativo ronda os 8 a 9 %, os casos onde se queda entre os 1 e 3 % e o caso, isolado, onde atinge os 19 %.

Na primeira das situações encontramos a maioria dos tipos de protagonistas com relevo no conjunto das sociabilidades: os pais e irmãos da mulher, os pais do homem, os amigos do casal e restante família não especificada. Na segunda situação encontramos as categorias mais diminutas: os filhos e filhas não residentes, os tios e tias de ambos os cônjuges e os irmãos do homem. Na terceira situação encontramos o grupo de protagonistas

onde se inclui aquela que é a maior categoria isolada de pessoas com quem convivem os membros das famílias portuguesas com filhos, os amigos, colegas e namorados(as) dos filhos e filhas do casal, aqui acompanhados pelos colegas do casal e pelos vizinhos da família.

Nestas situações há fortes paralelismos entre os impactos específicos das variáveis independentes, particularmente no caso dos pais e irmãos da mulher e dos pais do homem. Em ambos os casos encontramos o impacto positivo da escolaridade da mulher, nenhum impacto de qualquer situação específica de classe, o impacto positivo do ano de entrada na conjugalidade (quanto mais recente maior o volume de convívios), o impacto negativo do número de pessoas a viverem no agregado doméstico e o impacto positivo da institucionalização formal da relação conjugal. Os convívios com os pais do homem apenas se diferenciam dos anteriores por apresentarem um impacto positivo das situações de recomposição familiar. Com valores globais de ganho preditivo do modelo semelhantes aos dois anteriores temos também as sociabilidades com os amigos do casal e restante família não especificada, mas aqui os impactos específicos das variáveis independentes são outros. Assim e no primeiro bloco, além do impacto positivo da escolaridade da mulher deparamo-nos com impactos positivos das condições empresária e dirigente, intelectual e científica, técnica e de enquadramento intermédio. No segundo bloco verificamos o impacto negativo da idade da mulher, ou seja, menores serão estas sociabilidades quanto maior for essa idade. Por sua vez no terceiro bloco, respeitante a processos de curso de vida, não encontramos o impacto específico de nenhuma variável independente.

Nas situações de sociabilidade com menor ganho explicativo e que remetem para as circunstâncias de convívio com protagonistas menos frequentes dos processos de sociabilidade das famílias, encontramos situações diversificadas, mas de relativo pouco impacto específico das variáveis independentes. Em relação aos convívios com os filhos e filhas não residentes encontramos apenas os impactos negativo do ano de entrada na conjugalidade (quanto mais antigo menores esses convívios), da recomposição familiar e da idade do filho mais velho ainda residente no agregado familiar. Em relação aos tios e tias de ambos os membros do casal encontramos apenas e somente os impactos positivos das escolaridades de ambos os cônjuges. Em relação às sociabilidades com os irmãos do homem não nos deparamos sequer com nenhum impacto específico.

Situação bem diferentes das anteriores dá-se no caso das sociabilidades com os amigos, colegas e namorados(as) dos filhos e filhas, com colegas de ambas os cônjuges e vizinhos da família. Neste caso, como vimos, o modelo explicativo alcança os 19 %, sendo que somente 2 % são explicados pelo primeiro bloco das variáveis de diferenciação social,

onde encontramos impactos positivos da escolaridade da mulher, das profissões intelectuais e científicas e dos empregados executantes e industriais. Interessante é verificar que o segundo bloco, com um ganho preditivo de 12 %, não apresenta nenhum impacto específico – é de toda a maneira relevante constatar que são a idade da mulher e o ano de entrada na conjugalidade que mais explicam destas sociabilidades. De facto, tal parece indiciar que quanto mais novas forem as mulheres mais sociabilidades deste tipo se verificam, provavelmente pela associação entre baixa idade da mulher no casal e a presença de filhos em casa. Tal é reforçado pelo impacto positivo de várias variáveis do terceiro bloco – o número de filhos residentes, a idade do filho mais novo e a idade do filho mais velho ainda residente. Aqui encontramos apenas os impactos negativos do número de pessoas a residirem no agregado doméstico e da formalização institucional da relação.

### **3.3. Sociabilidades diferenciadas**

A reconstrução das práticas e relações de sociabilidades das famílias portuguesas fornece-nos o contexto de onde podem eventualmente nascer as práticas e relações de apoio que consubstanciam o capital social. Exactamente porque essas relações de sociabilidade se caracterizam pela procura do outro sem mais objectivos do que a sua presença. Ou seja, não há nelas objectivo consciente para lá do estabelecimento e manutenção da relação, mesmo que na realização de actividades que podem ter outros componentes. É destas relações de sociabilidade, expressas em grande medida pela linguagem dos afectos, que podem nascer solidariedades gratuitas, apoios variados que dão corpo a verdadeiras transmissões de recursos operadas sem ónus acrescido a não ser o eventual reconhecimento a quem deu.

É certo que nem todas as sociabilidades se convertem em relações de solidariedade. Até porque algumas das sociabilidades não são apenas com íntimos fortemente ligados. Para lá da família, nomeadamente a mais próxima, e dos amigos, existem toda uma série de pessoas com quem se levam a cabo convivalidades e que poderiam ser qualificadas como “conhecidos”. Estes caracterizam-se (Morgan 2009: 108 e ss.) por formas particulares de inter-conhecimento, distintas quer do conhecimento categorial dos estranhos (quem não se conhece), quer das biografias complexamente embrenhadas entre íntimos. Se mesmo entre íntimos podem existir diferenças em termos de reciprocidade relacional, nos conhecidos ainda mais se balanceia a proximidade e distância. Mesmo com os amigos, podendo estes serem considerados mais íntimos que os meros conhecidos, nas histórias relacionais, dado o seu fraco carácter prescritivo e forte conexão com o percurso de vida individual e familiar, podem dar-se flutuações entre proximidade e distância. Os conhecidos são provavelmente os

elementos centrais dos laços fracos (Morgan 2009: 115/116) e parte significativa dos amigos de um dado momento da vida, com a eventual excepção de um reduzidíssimo núcleo duro, tornam-se apenas conhecidos noutra (Bidart 1997), ainda que a memória relacional os possa diferenciar de conhecidos que nunca foram amigos. Se a solidariedade nasce da sociabilidade, como o afirmamos, é razoável pensar que nem de toda a sociabilidade nasce a dádiva, porque esta está estruturalmente ligada a laços fortes.

Vimos como a maioria das famílias portuguesas têm sociabilidades, mas igualmente como estas são fortemente diversificadas, para lá do pequeno grupo caracterizado pelo isolamento, quer em termos de volume de relações de sociabilidade e práticas conviviais, quer em termos de actividades em torno das quais se concretizam as convivialidades, bem como os seus protagonistas, quer ainda em termos da diferencial distribuição dessas práticas e relações pelas famílias consoante as suas inserções na estrutura da desigualdade social.

A sociabilidade das famílias portuguesas diferencia-se fortemente consoante as actividades e protagonistas, associando certas práticas a um pólo familiar (férias, rituais natalícios, dormir em casa de alguém ou lá ter refeições) e outro amical (praticar desporto, ir ao cinema, a exposições, museus, espectáculos desportivos e ao café, participar em actividades políticas e sindicais, passear), embora existam actividades que misturam estas duas componentes (restaurante e práticas religiosas). De toda a maneira, a força das relações amicais e não apenas familiares está bem patente.

Pudemos encontrar, portanto, três perfis integrados de actividades de sociabilidade: um de “comida e ritualidades”, que associa as idas a restaurantes, o comer em casa de alguém, dormir em casa de alguém, as férias e o natal; outro de “actividades culturais e desportivas”, agregando as idas ao cinema, a exposições e museus, com as idas a espectáculos desportivos e a prática de desporto; e finalmente o “café e passeio”, ainda que associados a actividades políticas e religiosas. Igualmente encontramos sete diferentes perfis de protagonistas dessas sociabilidades: os progenitores e fratria da mulher; os progenitores do homem; a restante família e amigos do casal; os filhos e filhas não residentes do casal; os tios do casal; a fratria do homem e outros não especificados; os amigos dos filhos, colegas e vizinhos.

Com base nestas duas tipologias, foi-nos possível alcançar seis diferentes tipos de sociabilidade que caracterizam as famílias portuguesas com filhos: o isolamento, respeitante aos pouco mais de 6 % sem qualquer sociabilidade; a sociabilidade fraca, quase 38 % da população; a sociabilidade com filhos e tios, com pouco mais de 8 %; a sociabilidade preponderantemente amical, que agrega 20 % das famílias; a sociabilidade preponderantemente familiar, também perto dos 20 %; finalmente a sociabilidade ampla,

respeitante a famílias com práticas e relações de sociabilidade generalizadas, representando 8 % da população.

Estes tipos de sociabilidade variam linearmente com o número de apoios recebidos pelas famílias, também porque variam, ainda que não tão linearmente, por coordenadas de diferenciação social, tais como a escolaridade da mulher e a classe social do casal. De facto, ainda que com impactos estatísticos variados, são as essas coordenadas posicionais e estruturais as que mais vincadamente afectam a variação do número de convivialidades, o tipo de convivialidades, bem como alguns dos mais importantes tipos de protagonistas.

Que o maior volume e diversidade de sociabilidades está articulado com o aumento de oportunidades, fica bem patente na associação linear e no mesmo sentido entre tipos de sociabilidade e volume de apoio ao longo de todo o percurso de vida das famílias portuguesas com filhos pequenos.



## CAPÍTULO 4

### RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

#### 4.1. Apoio, família e parentesco<sup>147</sup>

Se, como vimos, seguindo e especificando a definição de Bourdieu (1980<sup>a</sup>), o capital social designa o conjunto de recursos efectivamente mobilizados ligados à posse de uma rede durável de relações,<sup>148</sup> parte significativa desse capital é, então, constituído pelo conjunto de todos os recursos transferidos para os agentes sociais (individualmente ou em colectivo) na forma de apoios prestados por outros agentes com os quais os primeiros mantêm relações pessoais, ou seja, caracterizadas por uma afinidade selectiva<sup>149</sup> onde a identidade específica de cada um dos agentes em relação bem como o historial passado dessa afinidade são os elementos centrais na manutenção desse laço (e não uma relação abstracta e impessoal, mediada por organizações de tipo administrativo ou burocrático e fundamentada em princípios basicamente jurídicos).<sup>150</sup> Neste sentido, e pensando preponderantemente nas modalidades de capital social real (efectivamente activado), os recursos transmitidos nas redes de inter-conhecimento durável são aqueles cuja transmissão obedece preponderantemente a uma lógica de gratuidade<sup>151</sup> e dádiva – numa palavra, de solidariedade. Mas uma solidariedade que, não sendo vista pelos agentes como um esforço deliberado de reprodução colectiva, antes percebida como singular e única, produz e reproduz efectivamente o colectivo e os seus recursos (Dandurand & Ouellette 1995).

A expressão ‘solidariedade’ não deixa de ser fortemente ambígua (Boyer 1983),<sup>152</sup> já que carregada de conotações senso-comunais positivas, que salientam a gratuidade desinteressada dos actos e gestos, a sua pureza de intenções, além de recobrir uma vasta e incerta miríade de actos e práticas (Herpin & Déchaux 2004). Relembrando todas os paradoxos e contradições da dádiva, nomeadamente a familiar (Bloch & Buisson 1994<sup>a</sup>), é

---

<sup>147</sup> Este subcapítulo retoma parte das considerações previamente desenvolvidas em Vasconcelos (2002<sup>a</sup>: 8-41).

<sup>148</sup> Veja-se que não se confunde com esses recursos, potencialmente disponíveis nas redes, nem sequer com as próprias redes. O capital social efectivo é a activação ou mobilização dos recursos nas redes.

<sup>149</sup> Ainda que essa afinidade possa somente ser normativa, porque outrem faz parte da rede de parentesco (o que implica sempre um forte carácter prescritivo), por exemplo.

<sup>150</sup> Também podemos pensar situações de capital social em que se prestam apoios e se privilegiam ‘camaradas’ (membros do partido, da loja maçónica, etc., ou seja, de uma rede clientelar algo formal e hierárquica, não necessariamente pessoal) sem os conhecer directamente.

<sup>151</sup> Apesar de todas as ambiguidades dessa gratuidade.

<sup>152</sup> Tal como a noção de ‘cuidados prestados’ (*care*). Ver Garey (2002) e Garey *et al.* (2002).

necessário pensar os múltiplos gestos, apoios e ajudas que constituem a solidariedade não-pública<sup>153</sup> como modalidades de troca inter-pessoal onde o carácter de troca, pelo intervalo difuso de tempo (ou mesmo o seu diferimento) e através do esforço de não redução do ‘pagamento’ a espécies monetariamente contabilizáveis, é transmutado em ligação solidária, por regra emocionalmente expressa ainda que sustentada por forte prescrição, entre dois ou mais intervenientes.

Desta maneira, a expressão solidariedade, particularmente solidariedade familiar (mas também todas as outras que sigam os seus moldes), “came to mean the whole range of domestic, affective and financial services that are shared by those connected by kinship links, the limits of which are still poorly defined” (Bawin-Legros & Stassen 2002: 243). Estamos, assim, a falar de todas as transferências que ocorrem numa rede relacional de tipo familiar (nomeadamente intergeracional) ou com funcionamento semelhante (Déchaux 1994<sup>a</sup>).

Há, assim, todo um conjunto vasto de solidariedades, particularmente familiares e de parentesco, que realizam aquilo que podemos chamar de capital social.<sup>154</sup> Exactamente porque os recursos efectivamente obtidos através da pertença redes duráveis de inter-reconhecimento, sendo obtidos sem ónus economicamente quantificável de forma expressa (Déchaux 1990), produzem a ligação social duradoura (Bloch & Buisson 1991 & 1994<sup>b</sup>; Bloch, Buisson & Mermet 1991; Roberts, Richards & Bengtson 1991; Bawin-Legros & Gauthier 1994) e quotidiana (Stassen 1995) entre sujeitos.

#### **4.1.1. O parentesco na sociologia**

Durante mais de um século o pensamento sociológico considerou as relações de parentesco como algo apenas característico das sociedades pré-modernas ou ‘primitivas’, pensando-se inversamente que nas sociedades industrializadas, como as da Europa (particularmente as do ocidente europeu a norte dos Pirenéus e Alpes) e da América do Norte, se teria verificado um esboroamento da parentela (que eventualmente sobreviveria como arcaísmo vestigial em zonas camponesas isoladas e ‘atrasadas’, ou em enclaves étnicos), concomitante a um processo de nuclearização, conjugalização e isolamento dos agregados domésticos. Sabemos hoje assim não ter sido, já que não só o movimento de privatização das relações familiares foi, historiograficamente, exagerado e mal interpretado (particularmente no que diz respeito à estrutura morfológica dos grupos domésticos), como igualmente se veio a constatar que as

---

<sup>153</sup> Ou seja, aquela que não é levada a cabo por mecanismos impessoais de solidariedade pública, tais como o estado providência ou outras organizações, mesmo privadas, de apoio social.

<sup>154</sup> O que não é o mesmo que dizer que todo o capital social é apenas realizado por solidariedades familiares.



relações de parentesco e de solidariedade familiar (exteriores aos grupos domésticos) persistem nas sociedades modernas, sendo dotadas de fortes dinamismos subjectivos e objectivos (Bonvalet, Maison & Le Bras 1996).

Até à primeira metade do século XX, a maioria dos estudos sobre as transformações da vida familiar foram influenciados por uma forte perspectiva evolucionista<sup>155</sup> (não raras vezes associada a um igualmente marcado grau de biologicismo e/ou funcionalismo holistas), que visualizava os processos de mudança social como um progresso linear do indiferenciado para o diferenciado e especializado, do simples para o societalmente complexo e segmentado, do inferior para o superior.

É neste quadro intelectual e científico que as relações familiares e de parentesco na modernidade foram pensadas como escapando aos localismos das alianças grupais, que supostamente dominariam o espaço público<sup>156</sup> das sociedades pré-industriais, e centradas em lógicas estritamente privadas, desligadas do económico e do público (doravante dominados pelas lógicas impessoais e racionais do capitalismo), afectivas e expressivas, praticamente reduzidas à conjugalidade e parentalidade de crianças pequenas (quer em termos de sentidos subjectivos, quer em termos de estrutura das unidades de coabitação).

Já em Auguste Comte encontramos a distinção, para dar conta destes processos sociais, entre expressivo e instrumental, decorrente da separação entre público e privado, visto entender a família essencialmente como uma célula afectiva, embora célula primária da vida social,<sup>157</sup> por oposição ao carácter activo da divisão do trabalho<sup>158</sup> (Aron 1994: 109). Ora, esta posição, aliado a uma visão evolucionista (e eurocêntrica), potenciava já na sua obra a ideia de que a família, aliás no âmbito de um processo geral de racionalização,<sup>159</sup> tenderia a especializar-se funcionalmente enquanto unidade face ao exterior, bem como internamente

---

<sup>155</sup> Para um resumo sintético dessas perspectivas ver o primeiro capítulo de Pereira (1995).

<sup>156</sup> Aliás, a ideia de facto aqui presente é a de que, nas sociedades tradicionais não se verificava a separação entre espaço público e privado, já que todos os espaços possíveis estariam submetidos à lógica do parentesco. O próprio aparecimento de um espaço *público*, por oposição a um privado e recluso no lar, remete para o acantonamento social do espaço familiar.

<sup>157</sup> Diz mesmo “La société humaine se compose de familles, et non d’individus” (Comte 2002 [1851-1854]: 27).

<sup>158</sup> Esta é uma teorização que pensa a família como sendo, sobretudo, um espaço e processo de feminização do ser humano, produtor de civilização e progresso pela paz afectiva, contra a masculinização activa, potencialmente violenta, da vida exterior à família (“la femme est destinée à préserver l’homme de la corruption inhérente à son existence pratique et théorique [...] La femme constitue donc, sous un aspect quelconque, le centre moral de la famille” – Comte 2002 [1851-1854]: 33).

<sup>159</sup> Segundo a lei dos três estados de evolução ascendente da humanidade (Comte 2002 [1851-1854]: 66 e *passim*): o teológico, o metafísico e, por último, o positivo.

(divisão sexual e etária do trabalho), o que provocaria a sua maior independência de estruturas familiares mais alargadas (embora Comte continue a pensar a continuidade histórica como realizando-se pela transmissão intergeracional).

Por seu lado, Frédéric Le Play, que não defendia uma visão evolucionista unilinear (Segalen 1993: 19/20), vendo antes a mudança social como dependente de ciclos de fluxo e refluxo, carência (caos) e afluência (ordem), distinguia já três tipos históricos, mas relativamente co-presentes, de família (Le Play 2003 [1855-1881]: 22 e ss.): a família instável (conjugal, nuclear e neolocal<sup>160</sup> – desintegrativa), a família tronco (assente na autoridade paterna, um dos filhos instituído herdeiro único)<sup>161</sup> e a família patriarcal (fortemente autoritária e absolutamente patrilocal).<sup>162</sup> A família instável, supostamente característica das sociedades de produção industrial, estaria já desligada da parentela e das lógicas patrimoniais (e de autoridade) familiares que Le Play considerava o garante da ordem social. Abria-se, assim, caminho à ideia de desorganização social (caos, anomia) associada à nuclearização.<sup>163</sup>

Para vários destes autores clássicos, o processo de transformação histórica, nomeadamente da família, apesar de passível de múltiplas interpretações, não oferecia muitas dúvidas. Herbert Spencer, marco maior do evolucionismo (e do organicismo), que entendia a evolução como um processo natural que iria do homogéneo ao heterogéneo, do indefinido ao definido, do simples ao complexo, do incoerente para o coerente (Carneiro & Perrin 2002), abriu caminho às teses da especialização funcional progressiva, como as de Durkheim e Parsons, no que se refere às teorias sobre a família,<sup>164</sup> mas não só. Igualmente, Ferdinand

---

<sup>160</sup> Portanto assente no casamento de todos os filhos e filhas fora da casa dos pais e com partilha sucessória igualitária.

<sup>161</sup> Onde se verifica, portanto, a escolha paterna de um só filho como herdeiro privilegiado, ficando este em casa dos pais como seu sucessor e sendo os outros filhos/filhas excluídos da herança por doações ou reservados ao celibato. Falamos aqui de regras de sucessão semelhantes ao instituto do morgadio.

<sup>162</sup> Neste modelo comunitário, debaixo do poder do *pater familias*, todos os filhos se casam e se estabelecem em casa do patriarca, ficando dependentes da sua autoridade e direitos de propriedade.

<sup>163</sup> O próprio nome da *família instável* para a família conjugal nuclear não é inocente. De facto, Le Play considerava que só a família tronco poderia facultar um forte nível de integração e bem-estar sociais, daí o ter-se sempre oposto veementemente às cláusulas do Código Napoleónico, pois este regulamentava uma divisão igualitária da herança por todos os possíveis beneficiários, assim impedindo a concentração e continuação do património familiar, para este autor o garante da ordem e integração social.

<sup>164</sup> De facto, o quadro traçado por Spencer para a evolução das sociedades (progressiva segmentação e complexificação da especialização) tem fortes paralelos com as visões durkheimianas e parsonianas de evolução das estruturas e funções da família.

Tönnies (1977 [1912])<sup>165</sup> visualizava a transformação das sociedades em sociedades modernas como um caminhar da *comunidade* para a *sociedade* (*Gemeinschaft* e *Gesellschaft*),<sup>166</sup> o que é dizer, para o âmbito desta discussão, da família alargada, de lógica colectivista, à família nuclear, isolada e neolocal, de lógica individualista e contratual.

De uma maneira geral, a ideia presente no pensamento destes clássicos da sociologia é a da passagem de uma organização social baseada em laços sociais e identitários comunitaristas (*maxime* tribais ou clânicos), onde a autonomia individual desapareceria face aos imperativos de sobrevivência e continuidade grupal, para uma organização social baseada na ideia de contrato entre indivíduos livres e conscientes. As velhas alianças e fidelidades esboroar-se-iam face aos novos apelos individualistas – de resto supostamente mais adequados ao funcionamento de sociedades assentes num mercado capitalista moderno.<sup>167</sup>

É, de facto, no trabalho de Émile Durkheim (1975 [1892]), que vamos encontrar a súpula das visões sociológicas oitocentistas da família.<sup>168</sup> O que para Le Play era a família instável, será para Durkheim o modelo dominante e melhor adaptado de organização familiar nas sociedades modernas. Para este autor existiria uma lei da contracção progressiva, que se verificaria nas unidades sociais primárias (como continua a pensar a família), a par de uma complexificação, segmentação e especialização funcional a nível societal. É assim que entende a família como sendo conjugal e companheirista, com especialização funcional dos cônjuges, marcada falta de horizonte intergeracional (Singly 1993: 12) e, de resto, separada da parentela.

No seguimento de Durkheim, Talcott Parsons (1971: 273-300)<sup>169</sup> conceptualizará igualmente as transformações nas relações familiares como indo no sentido da redução à conjugalidade (sexualmente especializada) dos agregados domésticos e do seu afastamento da parentela. Para Parsons, as sociedades primitivas eram dominadas pelo *kinship system*,

---

<sup>165</sup> Ver também Cuin & Gresle (1995: 64 e ss).

<sup>166</sup> O que tem óbvios paralelos com a passagem, em Durkheim (2008 [1893]), da solidariedade mecânica a solidariedade orgânica.

<sup>167</sup> Friedrich Engels (1976 [1884]), por seu turno, via a mudanças nas formas históricas da família, que também pensava de forma evolucionista segundo as teses do antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan (1818-1881), como modalidades adaptadas a modos de produção historicamente situados. A família burguesa, monogâmica e com subjugação feminina ao homem, seria adequada à reprodução do capital numa sociedade capitalista. Apenas o casamento operário possuiria a capacidade, porque desligado da propriedade do capital, de ser uma relação de amor sexual voluntária e livre.

<sup>168</sup> Dentro de uma visão que entende a evolução como um progresso benéfico e positivo.

<sup>169</sup> Ver também Parsons & Bales (1955).

enquanto nas sociedades desenvolvidas o parentesco alargado teria perdido importância e deixado de ser omni-social, devido à progressiva diferenciação institucional e sistémica (funcional), reduzindo-se, assim, à família nuclear, na qual se verificaria uma especialização funcional sexual e etária.

As sociedades modernas seriam dominadas por uma racionalidade económica estruturalmente antinómica das relações de parentesco, caracterizadas pelo seu localismo e particularismo, características não compatíveis com uma lógica industrial e de mercado. Esta é a argumentação de que a neolocalidade é abrangente e implica uma fortíssima autonomia em relação ao grupo de parentes, particularmente aos ascendentes.<sup>170</sup>

Assim, para Parsons, o isolamento da família conjugal moderna<sup>171</sup> (e sua especialização funcional interna no que diz respeito aos papéis masculinos, instrumentais, e femininos, expressivos) seria concomitante com o desaparecimento da funcionalidade social do sistema de parentesco, verificando-se um afastamento entre família de orientação e família de procriação (embora raramente uma ruptura<sup>172</sup> entre *households*). No mesmo sentido, verificar-se-ia o desaparecimento das lógicas patrimoniais familiares<sup>173</sup> (particularmente da herança) a favor do salariado – daí a importância central do sistema ocupacional (que seria tendencialmente meritocrático), enquanto subsistema do sistema geral de acção que teria retirado competências ao sistema de parentesco.

Pressupondo a complexidade e extensão da estrutura dos grupos domésticos no passado, estes pensadores clássicos procuravam, normativamente, definir o tipo de estrutura familiar mais estável e que permitisse uma melhor integração social dos indivíduos (Wall 1997: 1/2). Tal implicava da estrutura deduzir uma funcionalidade relacional interna, não só em relação ao grupo doméstico (*ménage/household*), como também em relação à rede mais

---

<sup>170</sup> Está aqui presente a ideia de que não só a residência é independente do parentesco, como também a organização doméstica e os recursos, nomeadamente económicos, o são, além do poder de decisão e da capacidade de fazer escolhas.

<sup>171</sup> O que para Parsons é um duplo isolamento, o do jovem casal com filhos pequenos e o do casal idoso, pois o princípio da aliança teria precedência sobre o princípio da filiação (Kohli 1996: 16).

<sup>172</sup> Mas o afastamento a que se refere Parsons é de facto muito vincado, embora reconheça que alguns relacionamentos permanecem, nomeadamente o laço mãe-filha casada (Parsons e Bales 1955).

<sup>173</sup> Aspecto sobre o qual Parsons concorda com Le Play, considerando, no entanto, tal desaparecimento das lógicas patrimoniais na e da família como positivo, ou melhor, adequado à funcionalidade dos sistemas sociais modernos, que seriam tendencialmente meritocráticos e não reprodutores de desigualdades sociais de origem, devido nomeadamente à acção do sistema escolar.

alargada de parentes (*parentèle/kinred/kinship*).<sup>174</sup> O que faziam era derivar do processo histórico de industrialização, a nuclearização e o isolamento das famílias (grupos domésticos) associados a uma forte diferenciação sexual (e etária) interna. Com a exceção relativa de Le Play,<sup>175</sup> todos estes autores, de formas mais ou menos diferentes (até porque, além de terem perspectivas teóricas específicas, viveram também em tempos históricos diferentes), consideravam o modelo nuclear conjugal isolado como aquele que possuía um maior nível de adaptabilidade e funcionalidade face à complexificação e exigências funcionais das sociedades modernas.<sup>176</sup> Desta forma, a família nuclear (casal com filhos pequenos), de conjugalidade companheirista e sexualmente diferenciada, duradoura e considerada como nicho expressivo-afectivo, foi considerada como o modelo típico e tendencialmente único das sociedades industrializadas, implicando a sua progressiva difusão uma forte diminuição das relações de parentesco exteriores ao núcleo doméstico nuclear e conjugalista. Pensava-se, pelo contrário, que nas sociedades pré-industriais a forma dominante de grupo doméstico teria sido a família extensa com pelo menos três gerações co-residentes. Esta era, *grosso modo*, a visão que tinham do processo de transição da família tradicional para a família moderna. Sendo de realçar também nessa visão, além da ideia de isolamento face à parentela, a ideia de desaparecimento progressivo das funções instrumentais da família, que passam a ser do domínio do público e do económico, quedando-se aquela pelo privado e expressivo.

No entanto, vários estudos vieram demonstrar a diversidade das formas familiares no passado (Wall 1997; Rowland 1997). Assim, no que se refere às estruturas dos agregados domésticos, a história da família e a demografia francesas (Collomp 1974), os trabalhos do grupo de Cambridge<sup>177</sup> (Laslett 1965; Laslett & R. Wall 1972; R. Wall 1983),<sup>178</sup> para já não falar de todas as investigações realizadas no quadro da teoria da transição demográfica,<sup>179</sup>

---

<sup>174</sup> E dessa funcionalidade interna da família deduzir todo um “novo” (por oposição ao estereotipicamente pré-industrial) tipo de orientações estratégicas para a mobilidade social.

<sup>175</sup> Caracterizado por um discurso anti-modernista de matriz ideológica social-católica conservadora.

<sup>176</sup> Como a apropriação de muitas das funções tradicionais da família (ou do parentesco) por novas instâncias institucionais, como a escola, a indústria de lazer, o subsistema ocupacional no âmbito de um sistema económico ‘racional’ e autónomo, a necessidade (funcional) de mobilidade geográfica e profissional dos pais de família. Também em alguns destes clássicos da sociologia, o erigir como ideal-tipo (mais ou menos normativo) da família nuclear conjugal isolada pode ser associado à hipótese repressiva de Foucault (1993 & 1994), no sentido da tentativa de ‘normalização’ dos comportamentos populares (nomeadamente operários ou de todas as ‘classes perigosas’), inevitavelmente ligados à ideia de promiscuidade, descontrolo sexual e subversão.

<sup>177</sup> O “*Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*”.

<sup>178</sup> Ver igualmente Verdon (1998).

<sup>179</sup> Para uma visão de conjunto da teoria da transição demográfica, ver Bandeira (1996).

vieram demonstrar que a realidade morfológica familiar na Europa pré-industrial não era o que até então se tinha pensado ser. Constatou-se, de facto, que a família nuclear reduzida tinha sido dominante em toda a Europa ocidental<sup>180</sup> e que a industrialização até teria contribuído para a complexificação da composição de alguns agregados domésticos (nomeadamente operários),<sup>181</sup> que se verificava uma altíssima mortalidade infantil, uma alta mortalidade feminina devido a problemas de gravidez e parto, uma forte instabilidade conjugal (nomeadamente por morte de um dos cônjuges, em regra a mulher), uma baixa esperança média de vida, uma baixa duração média dos casamentos e uma fraca co-presença intergeracional.

Ora, todo este quadro, fez repensar as imagens que até então se tinha sobre a vida familiar no Antigo Regime, nomeadamente, a suposta dominância dos agregados familiares alargados e a premência das relações de parentesco, particularmente intergeracionais. Se as principais mudanças não foram ao nível das estruturas morfológicas dos agregados domésticos e se destes não se pode deduzir lógicas de funcionamento familiar (Singly 1993: 7),<sup>182</sup> o que se terá verificado foi a passagem de um modelo cultural e relacional a outro, quer a nível da conjugalidade e co-residência, quer a nível das redes de parentesco e de solidariedade familiares.

Se, de facto, parece verificar-se uma descontinuidade acentuada entre a família nuclear moderna e a do passado (Burguière 1984), tal não deve, contudo, fazer-nos pensar numa idade de ouro das solidariedades oposta a uma idade actual do vazio e carência, até porque só no século XX, particularmente na sua segunda metade (e para alguns países só mesmo no último

---

<sup>180</sup> Apesar de alguns países da Europa Ocidental (Portugal, Espanha, França) terem, pelo menos nalgumas regiões, taxas elevadas de agregados domésticos complexos e alargados (ver, para Portugal: Rowland 1997; Vasconcelos 2003). Por outro lado, o número médio de membros dos agregados domésticos, mesmo dos nucleares simples, era mais elevado do que hoje, embora isso se devesse a uma taxa de fecundidade mais elevada (no entanto contraposta a elevadas taxas de mortalidade infantil), à presença de serviços co-residentes e ao abandono tardio da casa paterna por parte dos jovens, e não tanto à (rara) co-presença intergeracional para além de duas gerações. No leste europeu e na Rússia os grupos domésticos alargados teriam tido uma importância considerável (Giddens 1994: 394).

<sup>181</sup> Na realidade, o processo de industrialização foi em parte protagonizado por redes familiares (linhagens e dinastias empresárias, redes operárias para a cooptação de assalariados, produção doméstica ou em rede de tipo fabril, etc.).

<sup>182</sup> De facto, o que os autores clássicos (incluindo Parsons) faziam, era, em grande parte, deduzir de uma nuclearização constatada (mais ou menos) para os seus respectivos momentos presentes, um determinado tipo de funcionamento quer da conjugalidade, quer da parentela – o que aqui se verifica, nesses autores referido, é uma relativa incapacidade para pensar a parentela e as relações de parentesco para lá da questão da co-residência num mesmo agregado doméstico.

quartel), é que podemos encontrar uma co-presença intergeracional, devida nomeadamente ao aumento das esperanças médias de vida (Le Bras 1973).

Apesar dos estudos que demonstraram erróneas as concepções sobre as relações de parentesco no passado, tal não levou propriamente a um centramento sobre o estudo das relações de parentesco hoje em dia. De facto, verificou-se, no essencial, um centramento conjugalista das análises (em termos de classe e/ou género, ou em termos de interacções internas à conjugalidade), quer no seguimento das teses de companheirismo e privatização, quer na sua relativização. Mas o neolocalismo, prática dominante e representação normativa ainda mais hegemónica,<sup>183</sup> não implica o abandono das redes de parentesco nem de algumas das suas funções, mesmo as mais ‘instrumentais’,<sup>184</sup> embora o conjugalismo privatizado (seja em que modalidade for) não possa também ser descurado, visto ser efectivamente um dos traços centrais da vida familiar moderna.

Se muitas destas visões acabavam por contrapor à importância do parentesco nas sociedades tradicionais (que era/é real; ver, por exemplo, Lévi-Straus 1949) uma ideia, excessiva, de privatização e isolamento da vida familiar nas sociedades modernas, não quer isso dizer que os sentimentos de privatização e de autonomia de escolha segundo os imperativos da identidade pessoal (Giddens 1994) não sejam, hoje e pelo menos nas sociedades desenvolvidas, efectivos e reais (Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen 1994: 23) e que as lógicas relacionais e os objectivos da vida familiar não se tenham, de facto, transformado.<sup>185</sup>

A própria passagem de lógicas institucionalistas para companheiristas (Burgess, Locke & Thomes 1963 [1945]), mesmo devendo ser entendida de uma forma marcadamente não linear (Roussel, 1980, 1989 & 1991) e não apagando a diversidade de situações familiares e conjugais existentes em qualquer contexto social (Aboim 2006), dá conta do processo histórico que tem vindo a dar-se nos últimos duzentos a trezentos anos. Isto dito, não se deve conceptualizar as relações familiares (relações sociais, no fim de contas) como algo que seja o

---

<sup>183</sup> Num estudo sobre a população juvenil portuguesa esta preferência neolocalista é claramente saliente e maioritária (Vasconcelos 1998<sup>a</sup>: 217).

<sup>184</sup> Ainda a respeito das populações juvenis, estas apresentam consciência da sua dependência económica em relação à família, o que percebem globalmente de forma bastante positiva (Dias & Lopes 1996).

<sup>185</sup> Ver, a esse respeito, Singly (1993), que afirma ser a família moderna, de facto, bastante conjugalizada, regulada mais por critérios relacionais (*i.e.*, que dependem da natureza qualitativa das relações entre indivíduos) do que institucionalistas (ou seja, que dariam preponderância à manutenção estatutária e satisfação das necessidades colectivas sobre as individuais), individualista e com fraca continuidade grupal entre gerações (nomeadamente do ponto de vista normativo-cultural e da autoridade).

produto da pura vontade de sujeitos transcendentais e incriados<sup>186</sup> – o social não é abolido, como o demonstram, para apresentar apenas argumentos de base empírica, a persistência das estruturas sociais, no interior do núcleo duro de muitos dos acontecimentos e processos familiares, que encontramos, por exemplo, nos estudos de Girard (1981 [1964]) sobre a homogamia, Désrosières (1978) sobre mercados matrimoniais e estrutura de classes<sup>187</sup> e Bozon & Héran (1987 & 1988) sobre os locais de encontro.

#### 4.1.2. As redes de solidariedade familiar na sociologia

Mesmo na década de 1950, na mesma altura em que Parsons cimentava as suas teses sobre a família, encontramos trabalhos de investigação pioneiros do estudo sociológico das redes de parentesco, tais como Bott (1971 [1957]),<sup>188</sup> que demonstrou o impacto do parentesco na dinâmica interna da família nuclear, e Young & Willmott (1987 [1957]). Já nos anos 70<sup>189</sup> encontramos o trabalho de Roussel & Bourguignon (1976)<sup>190</sup> e particularmente o de Pitrou (1977 & 1978), o primeiro a descortinar as funções e os sentidos estratégicos, em termo de classe e mobilidade sociais, das redes de solidariedade familiar nas sociedades contemporâneas.

Mais recentemente encontramos os trabalhos de Attias-Donfut,<sup>191</sup> Bonvalet,<sup>192</sup> Martin<sup>193</sup> e Déchaux<sup>194</sup> para França, Bawin-Legros<sup>195</sup> para a Bélgica e Kellerhals<sup>196</sup> para a

---

<sup>186</sup> Como o modelo da “relação pura”, de que nos fala Giddens (1995), acaba por defender. Veja-se, no entanto, que Giddens não afirma esse modelo como uma descrição realista dos processos sociais, mas antes que os actores sociais têm esse modelo normativo e ideológico nas suas acções, o que acaba, pelo poder performativo e constitutivo das representações, por ter impacto sobre as suas práticas. Mas perceber qual o modelo presente nas concepções dos agentes sociais não é explicar o que fazem pelo modelo que têm (implícita ou explicitamente).

<sup>187</sup> Ver também Singly (1987).

<sup>188</sup> Este estudo, apesar de tudo, é mais interessante sobre o que nos diz da conjugalidade (e da diferenciação de género) do que sobre o que nos diz das relações de parentesco, embora evidencie já alguns dos seus traços centrais (como a troca de serviços e a feminização das linhas de contacto e troca).

<sup>189</sup> Embora já em finais de 60 encontremos investigações sobre a persistência de relacionamentos familiares alargados (Rémy 1967). Na década de 70 temos igualmente o trabalho de Villeneuve-Gokalp (1978).

<sup>190</sup> Roussel (1976), apesar de dar conta de muitas das trocas, solidariedades e continuidades intergeracionais, entendia, no entanto, as relações entre agregados domésticos da parentela como um “*repli affectif*”, assim aceitando (então, entenda-se – a sua posição hoje em dia não é essa) a tese da especialização expressiva das relações familiares, mesmo que extravasando dos agregados domésticos de residência, e a tese da relativa adequação (funcional) entre o espaço público e o espaço privado.

<sup>191</sup> Ver Attias-Donfut (1995<sup>b</sup>, 1995<sup>c</sup>, 1996, 1997, 2000 & 2001), Attias-Donfut & Lapierre (1997), Attias-Donfut & Wolff (1997, 2001 & 2006), Arrondel & Wolff (1998), Attias-Donfut & Arber (2000), Wolff (2000<sup>a</sup> & 2000<sup>b</sup>), Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002), Wolff & Mohamed (2002), Prouteau & Wolff (2003), Attias-Donfut,



Suíça, que vieram demonstrar não só a vitalidade das relações de parentesco, como as suas modalidades sociais e geracionais. De facto, a noção de solidariedade familiar emergiu na sociologia de língua francesa em meados da década de 1980, preocupando-se com as formas de apoio, troca e ajuda no parentesco, nomeadamente face às insuficiências da solidariedade pública.<sup>197</sup>

Esta foi uma preocupação não só de sociólogos, mas também de historiadores da família, ao analisarem a evolução das estruturas domésticas e as relações intergeracionais (Burguière 1984), bem como a importância das ideologias do parentesco (a força dos laços prescritivos), particularmente como podem ser vistas nas regras de sucessão (Burguière 2003). Neste esforço de investigação colectivo encontramos também a utilização de utensílios conceptuais da antropologia (casa, parentela) para discutir as relações intergeracionais e as solidariedades familiares, explorando nomeadamente exemplos vindos da vida campesina (F. Weber 2003). Para lá dos trabalhos iniciais de cartografia das relações de solidariedade intergeracional, procurou-se, aliás, ir mais longe, pensando, por exemplo, o problema da vulnerabilidade relacional das relações familiares modernas no jogo entre electividade emocional e obrigatoriedade prescritiva (Martin 2003).

É, assim, recorrente encontrarmos as solidariedades familiares, nestas análises da organização relacional do parentesco (particularmente intergeracional – ver Godard 1992), como base da construção económica e institucional da família (Rosental 2003). Muitas vezes salientando as particularidades dessas redes de troca de geometria variável (Pitrou 2003) ou analisando também as forças e fraquezas das solidariedades familiares, ou de todas as solidariedades baseadas na recusa explícita de uma lógica mercantil (Masson 2003<sup>a</sup>),

---

Wolff & Tessier (2005), Attias-Donfut, Ogg & Wolff (2005<sup>a</sup>, 2005<sup>b</sup> & 2005<sup>c</sup>), Wolff & Attias-Donfut (2005 & 2007), Laferrère & Wolff (2006).

<sup>192</sup> Ver Bonvalet *et al.* (1993), Bonvalet, & Lelièvre (1995), Bonvalet, Maison & Le Bras (1996), Bonvalet, Gotman & Grafmeyer (1999), Bonvalet, & Maison (1997, 1999, 2001 & 2002), Bonvalet (2003).

<sup>193</sup> Ver Martin (1992, 1993, 1995<sup>a</sup>, 1995<sup>b</sup> & 2003) e Leseman & Martin (1993).

<sup>194</sup> Ver Déchaux (1990, 1994<sup>a</sup>, 1994<sup>b</sup>, 1996, 2001, 2002), Crenner, Déchaux & Herpin (2000), Herpin & Déchaux (2004).

<sup>195</sup> Ver Bawin-Legros & Gauthier (1994), Bawin-Legros & Jacobs (1995), Bawin-Legros, Gauthier & Stassen (1995 & 1997), Stassen (1995), Clokeur, Gauthier & Stassen (1995), Bawin-Legros & Stassen (2002).

<sup>196</sup> Ver Kellerhals & Mc Cluskey (1988), Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen (1994), Kellerhals, Coenen-Huther & Allmen (1995), Kellerhals & Burton-Jeangros (1995), Kellerhals, Ferreira & Perrenoud (2002).

<sup>197</sup> Tendo vindo a demonstrar a complementaridade entre a solidariedade formal e informal (Attias-Donfut & Wolff 1997).

demonstrando igualmente como o estado (providência) pode ser central na manutenção da solidariedade familiar generalizada (Masson 2003<sup>b</sup>).

Também na sociologia de língua inglesa<sup>198</sup> a preocupação com as relações de parentesco intergeracionais (por exemplo, Hareven 1982, Rosenthal 1985) e as práticas de solidariedade (muitas vezes pensadas como obrigações ou responsabilidades familiares – ver Finch 1989, Finch & Mason 1993) esteve e está presente. Relevante neste contexto tem sido o trabalho desenvolvido por Bengtson e seus colegas,<sup>199</sup> que deu azo, aliás, a desenvolvimentos que procuram articular a produção anglófona com a francófona (Hammarström 2005), sempre procurando demonstrar como o parentesco contemporâneo se caracteriza pela intensidade relacional. Também aqui tem sido demonstrado que as solidariedades familiares e as culturas de transmissão intergeracional (Cheal 1983; Brannen 2006) não são suficientes para ultrapassar as desigualdades de classe (Garey *et al.* 2002), apesar de muitas vezes servirem para suprir insuficiência do mercado ou impossibilidade de a tal aceder (Engelhardt & Mayer 1998).

Este esforço de investigação têm demonstrado como as transferências e apoios ocorrem sobretudo de forma intergeracional directa (Favart-Jardon 2002) e descendente (Kohli 1999; Gauthier 2002; Masson 2003<sup>a</sup>),<sup>200</sup> sendo que, de uma forma geral, mesmo podendo existir expectativas de relativa reciprocidade, as gerações mais velhas são motivadas conscientemente por sentimentos altruístas e de obrigação incondicional para com as gerações mais novas. Isto ainda que o carácter prescritivo dessas relações esteja cada vez mais oculto aos olhos dos seus protagonistas, sendo sentido e pensado como afinidade electiva (Déchaux 2002). Essas relações e as solidariedades que produzem, no entanto, demonstram alguma força e persistência mesmo em períodos de ruptura e transformação social (Nauck & Schwenk 2001).

Parte dos trabalhos realizadas sobre estas temáticas têm também desenvolvido *network analysis* de tipo sociométrico (Acock & Hurlbert 1990; Milardo 1988; Widmer & La Farga 2000; Bien, Marbach & Neyer 1991; Widmer 1999), mas tal linha de questionamento, além de objecto de fortes críticas metodológicas e teóricas (Fortin 1985; Grannis 2010), não tem demonstrado ser a mais profícua em termos de desvendamento das lógicas e processos sociais

---

<sup>198</sup> Tal como em alemão (Kohli 1994, 1996 & 1999) e em espanhol (Meil 2002 & 2006).

<sup>199</sup> Ver Roberts, Richards & Bengtson (1991), Bengtson & Roberts (1991), Bengtson, Schaie & Burton (1995), Bengtson, Rosenthal & Burton (1996), Bengtson (2001), Bengtson *et al.* (2002).

<sup>200</sup> O que não quer dizer que não se verifiquem igualmente em sentido ascendente, nomeadamente em relação aos idosos (Vollenwyder *et al.* 2002; Fontaine, Gramain & Wittwer 2007).

presentes nas relações familiares e de parentesco, nomeadamente na sua articulação com processos sociais mais vastos, tais como os de diferenciação e desigualdades classistas.

Todas estas análises, entre outras investigações igualmente de forte componente empírica,<sup>201</sup> vieram não só desmentir as teses funcionalistas de isolamento da família nuclear, que correspondiam a uma radicalização excessiva da proposta parsoniana (Widmer 1999), como vieram igualmente desviar o olhar sociológico da conjugalidade (embora não a ignorem), tema sobre o qual incidiam, em grande medida como resultado das teses de nuclearização, a maioria dos trabalhos de sociologia da família. De facto, o que estes trabalhos mostraram é que não é só nos grupos domésticos que se faz a mobilização dos recursos e se vive quotidianamente a vida familiar, sendo que as sociabilidades e solidariedades familiares em regra extravasam o grupo de co-residência (J. P. Cabral 1991). A industrialização não só não reduziu o grupo doméstico à sua dimensão nuclear (já assim o era consideravelmente), como também não veio romper os laços entre grupos domésticos (Segalen & Zonabend 1986: 659), reconhecendo-se hoje que estes têm também configurações mais ou menos instáveis e variáveis ao longo do tempo (Wall 1997: 1). Além de que só no último meio século se pode encontrar uma co-presença intergeracional alargada (três ou quatro gerações de uma mesma família),<sup>202</sup> algo associado às profundas transformações demográficas verificadas nos países desenvolvidos (nomeadamente o forte aumento da esperança média de vida e o envelhecimento das populações). Verificam-se então, hoje em dia, não só ligações estreitas na rede de parentesco (nomeadamente entre gerações), como igualmente uma intensa “produção doméstica” baseada nos múltiplos fluxos de troca e apoio familiares (Attias-Donfut 1997: 45). É, portanto, necessário sair do grupo doméstico para descortinar essas solidariedades alargadas (Attias-Donfut 1996: 317). Os resultados da equipa de Kellerhals (Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen 1994) apontam, então, para redes de solidariedade essencialmente de parentesco, com baixo número de membros, ainda que extravasando o núcleo doméstico, fortemente matrilateralizadas, com sobreposição das redes expressiva e instrumental, fortemente verticalizadas (o que de resto é reforçada pela co-presença intergeracional) e de acentuada polarização feminina. De facto, as relações

---

<sup>201</sup> Ver também: Gollac & Lahlou (1987), Barry, Eneau & Hourriez (1996), Degenne & Lebeaux (1997), Degenne *et al.* (1997), Galland (1997), Vasconcelos (1997, 2002<sup>a</sup>, 200<sup>b</sup> & 2005), Segalen (1999), Legros (2002), Renaut (2003), F. Weber, Gojard & Gramain (2003), Edwards, Franklin & Holland (2003), Degenne, Lebeaux & Lemel (2006).

<sup>202</sup> Ver Segalen (1986: 526). Sabe-se, aliás, que a presença simultânea de várias gerações de uma mesma família em muito contribui para a transmissão de modelos culturais, para o aumento das trocas e para a reprodução social alargada dessas famílias (Segalen 1993: 191).

familiares (nas sociedades modernas) estão limitadas em muito a relações de proximidade genealógica (Kohli 1996: 16), particularmente intergeracionais e preponderantemente através das linhagens femininas ou, mesmo nas masculinas, operadas por mulheres.

Demonstrou-se, assim, que o parentesco alargado e extra-residencial continuava a ter um papel na vida familiar contemporânea, porque se verificou que, entre pessoas que nas nossas sociedades se diz deverem ser próximas, perduravam, mesmo que em novos moldes, fortes laços, proximidades e solidariedades. Constatou-se, então, que as solidariedades e apoios familiares funcionam com base em redes de pessoas (particularmente de parentesco) que são concomitantemente redes de bens e serviços que circulam. Estas redes não se apresentavam como uma sobrevivência arcaica do passado, nem uma espécie de último reduto expressivo e afectivo contra uma suposta excessiva instrumentalidade e desumanização funcional das relações sociais, tendo antes uma funcionalidade própria no seio das dinâmicas familiares e da sua autonomia relativa no âmbito das relações sociais alargadas. As relações de parentesco teriam, assim, “utilidades sociais”, das quais a mais oculta seria a económica (Déchaux 1990 & 1994<sup>a</sup>). O seu papel económico seria hoje menos evidente, devido à autonomização histórica do campo da produção económica segundo uma lógica de mercado, bem como à concomitante privatização e ideologização expressiva das relações íntimas e familiares. Mas ser menos evidente não é ser não existente. Na realidade, as solidariedades familiares (particularmente as intergeracionais, de todo as mais comuns) têm uma importância relevante não só na economia das famílias (Déchaux 1996), como também nas suas vidas quotidianas (Stassen 1995) e trajectórias sociais (Pitrou 1977 & 1978).

Existe, desta feita, todo um reservatório de parentesco (Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen 1994: 55 e ss.) na base das solidariedades familiares, cujas configurações é necessário indagar. Do ponto de vista de uma análise do capital social, é necessário reconstruir as estruturas específicas de apoio das famílias e indivíduos, para tal reconstruindo os mapas reais das redes de apoio na sua diversidade. Até porque, as redes não são terrenos homogéneos, pois o “termo rede não é casual: indica uma pluralidade de direcções, um entrelaçado de relações e de trocas nem sempre directas ou lineares” (Saraceno 1992: 68). Daí, aliás, o recurso à noção de “parentela” (Freeman 1961; W. E. Mitchell 1963),<sup>203</sup> que desfaz a rigidez da noção de grupo de parentesco, para salientar a sua natureza de rede de relações inter-pessoais (Déchaux 2002).

---

<sup>203</sup> Ver também Godelier (2004: 110 e ss.).

### 4.1.3. Dádiva e reprodução familiar

A lógica explícita que rege os apoios e solidariedades familiares nas sociedades modernas aparenta ser a da gratuitidade afectiva segundo critérios semelhantes ou próximos aos descritos por Marcel Mauss (2001 [1926]) na sua teoria da dádiva.

A teoria da dádiva de Mauss, ligada à conceptualização geral do problema da reciprocidade nas relações sociais, avançou um quadro de entendimento particularmente pertinente para a compreensão do funcionamento do parentesco, procurando fundar um olhar que nos permitisse diferenciar as relações estabelecidas segundo uma lógica de mercado e a lógica, não mercantil, de funcionamento da troca nas sociedades tradicionais, onde o parentesco jogaria papel maior na estruturação alargada das relações sociais. Mauss defendia que esses mecanismos de troca não tinha sido abolidos na modernidade:

“Uma parte considerável da nossa moral e da nossa própria vida permanece sempre nesta mesma atmosfera da dádiva, da obrigação e ao mesmo tempo da liberdade. Felizmente, nem tudo está ainda classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas têm ainda um valor para além do seu valor venal, supondo a existência de valores que sejam apenas desse género. Não temos senão uma moral de mercadores. Restam-nos pessoas e classes que mantêm ainda os costumes de antigamente e quase todos nós nos sujeitamos a eles, pelo menos em certas épocas do ano ou em certas ocasiões” (Mauss 2001 [1926]: 175).

Nas sociedades modernas, de predominância do salariedade, os laços entre parentes são aparentemente mais gratuitos que nas sociedades tradicionais (onde o património constituía o grande cimento da parentela).<sup>204</sup> Assim, as relações de parentesco aparentam refugiar-se numa base mais individual, em relações que aliam autonomia e obrigação. De facto, a ideologia da gratuitidade das relações familiares e a importância da afectividade na regulação das relações familiares (Singly 1993: 7) têm efeitos práticos (*i.e.*, nas práticas), pois a afectividade não só é

---

<sup>204</sup> Veja-se que esta afirmação não deve ser entendida como uma declaração de que os indivíduos de uma sociedade tradicional se regem pela lógica do interesse material. Está-se antes a afirmar que, nas sociedades tradicionais, a identidade é preponderantemente estruturada pelas pertenças grupais (ou categorias objectivadas), pelo que a linguagem dos deveres para com o grupo de pertença prepondera sobre a linguagem dos direitos individuais. Quando esta última domina, tendem a diminuir os constrangimentos institucionais de subordinação, da vontade e das escolhas, que constituem as obrigações normativas generalizadas. Assim, as relações de parentesco, nomeadamente entre diferentes gerações, deixam de ser uma obrigação institucionalmente imposta para se tornarem numa opção electiva. Dizer isto não é dizer que não continuem as relações sociais a serem estruturadas *socialmente*, ou seja, mesmo que sejam levadas a cabo pela aparentemente “livre” vontade dos agentes sociais, elas são o resultado da incorporação de específicas condições sociais de existência que, pela coabitação e proximidade afectiva que, hoje em dia, a vida familiar acarreta (até porque reforçada por aparelhos sociais de imposição ideológica), predispõem os agentes sociais a ‘amarem’ os seus parentes próximos.

um forte elemento das relações familiares, como também é fonte da sua legitimação (Saraceno, 1992: 73; Lima 1993).

O valor da afectividade e da gratuitidade das relações familiares é hoje tão elevado que esconde dos olhos dos protagonistas (e muitas vezes dos investigadores) o que de económico e com valor prático há nas suas trocas, até porque muitas vezes dificilmente monetarizável (Attias-Donfut 1997: 47). Nas trocas, o valor (social, afectivo, patrimonial...) de cada um dos protagonistas está em jogo (Cuturello 1988: 167) e sujeito e objecto não são separáveis.<sup>205</sup> Dar algo é, em parte, dar-se. Receber algo é, parcialmente, fazer parte de quem dá (Bloch & Buisson 1994: 56/57). As relações de solidariedade familiares (particularmente as intergeracionais) são um processo onde a separação entre o que é económico e o que é afectivo se demonstra particularmente inadequada (Kohli 1994: 67). Falar de solidariedades familiares é também falar da economia das famílias, além das relações de proximidade e afecto que estão na base dessas solidariedades. Nas sociedades modernas as lógicas da dádiva e do interesse misturam-se, pelo menos a nível das relações familiares. Tem-se interesse em dar. Daí que opor dádiva a cálculo pareça tão simplista como opor expressivo a instrumental. As relações de solidariedade familiar parecem, de facto, constituir uma economia moral, para utilizar o conceito desenvolvido por Scott (1976), para dar conta das éticas de subsistência camponesas.

A par de uma forte interiorização normativa da obrigação de solidariedade intergeracional (Pitrou 1978: 93), as solidariedades familiares parecem jogar-se mais, na consciências dos agentes sociais, no jogo das preferências e das escolhas electivas do que a partir de uma base normativa ou mesmo contratual. Tal não invalida que alguma contabilidade das trocas familiares possa ser feita, mesclando lógicas da dádiva com as do cálculo. Estas últimas em regra encobertas (mesmo para os próprios protagonistas) por uma sensação de gratuitidade das relações familiares e de amizade – o desinteresse deveria ser pago com o desinteresse. E a dádiva confunde-se com o próprio laço entre protagonistas da troca.

É assim interessante verificar, face a tais imperativos normativos de apoio,<sup>206</sup> bem como tais legitimações emocionais do desejo de apoiar, como as solidariedades

---

<sup>205</sup> As trocas fazem a identidade grupal dos que trocam e é essa identidade o sustentáculo das trocas. Esta circularidade não nos deve, contudo, fazer cair na tautologia explicativa.

<sup>206</sup> Embora a interiorização da solidariedade entre pais e filhos aparente ter hoje em dia graus de flexibilidade e de liberdade maiores que anteriormente (Saraceno 1992: 69).

intergeracionais são fundamental e estruturalmente assimétricas quaisquer que sejam as reciprocidades imediatas ou diferidas que as caracterizam.

De facto, por um lado, os apoios são principalmente no sentido unilateral dos progenitores para a descendência, sendo globalmente as gerações mais velhas a apoiarem as mais novas (Attias-Donfut 1996: 322).<sup>207</sup> Este desequilíbrio profundo deve-se ao facto que as obrigações para com os filhos ou netos são sentidas como ‘totais’, enquanto as obrigações para com os pais ou avós não o são tanto. Quanto mais próximas as pessoas (parentes), mais a reciprocidade pode ser diferida e mediata. Entre próximos, desde que se verifique um nível considerado minimamente aceitável de reciprocidade entre os intervenientes (nomeadamente afectiva), os grandes problemas colocam-se mais em termos de distribuição do que de retribuição, nomeadamente quando estão em causa relações entre colaterais ou destes (como conjunto) em relação à linha genealógica vertical – a dádiva é mais fácil quando os sujeitos não têm estatutos iguais (entre pais e filhos por oposição à fratria).

Apesar de que dar e receber podem não ser sequer considerados como momentos distintos dos processos de troca (Bloch & Buisson 1994: 56), a reciprocidade só pode ser aferida ao longo do tempo, o que dificulta, obviamente, o seu estudo e análise. De qualquer modo, colocar a questão da reciprocidade é concomitantemente colocar a questão da justiça das trocas. A norma geral da solidariedade entre gerações parece ser a de uma dívida sempre em aberto (Attias-Donfut 1995: 23), até porque as trocas familiares se constroem sobre a desigualdade relativa dos intervenientes (pelo menos em termos de recursos, além de geracional), sobre a não-reciprocidade (pelo menos imediata) e assimetria das transferências (Bawin-Legros & Jacobs 1995: 5).

Como se pode constatar, as lógicas de solidariedade familiar, mesclando, de formas complexas e não lineares, dádiva e cálculo, só podem ser entendidas adoptando-se uma perspectiva que ultrapasse esse par dicotómico e que consiga pensar a acção sem cair nas falácias da gratuitidade desinteressada ou do interesse mercantil. De facto, se a fundamentação ideológica hoje em dia dominante para a dádiva familiar é o discurso da dádiva desinteressada, tentarmos uma explicação dos processos sociais que não rompa com os discursos dos agentes é encerrarmo-nos definitivamente nas armaduras de sentido que sustentam as próprias práticas sociais, assim impossibilitando a sua explicação.

---

<sup>207</sup> Embora os níveis de reciprocidade geracional possam variar não só consoante os momentos específicos do percurso de vida, mas também por classe social (Attias-Donfut 1996: 322).

Toda a conceptualização da dádiva encerra um paradoxo resultante da tensão entre a sua suposta gratuitidade e a obrigação de dar (ou trocar), aliás, a expressão troca de dádivas é em si mesmo contraditória. Como afirma Boltanski (1990: 214), “soit l’insistance est mise sur le ‘don’, c’est-à-dire précisément sur le caractère ‘gratuit’ du cadeau, et l’on perd de vue l’échange, soit l’accent est mis sur l’échange, et la gratuité du don ne peut plus apparaître que comme une illusion voire une tromperie”. Lévi-Strauss (2001 [1950]) defende que as lógicas e os nomes da gratuitidade da dádiva mais não constituem que eufemisações simbólicas e linguísticas destinadas a mascarar o seu carácter obrigatório, de solidariedade imposta entre os diferentes segmentos e grupos sociais (ou pessoas e categorias de pessoas).

No entanto, quedarmo-nos por essa visão não nos permite, sem cair em indigenismos senso-comunais ou no seu oposto radical (permanente suspeição de interesse), apreender que muitas das trocas verificadas são pensadas e levadas a cabo pelos agentes sociais segundo lógicas, de funcionamento e de explicação, que procuram a todo o custo afastar-se quer da ideia de interesse (ligada à ideia de cálculo utilitarista), quer da ideia de obrigação imposta e feita a contragosto, antes salientando amiúde o seu carácter de dádiva pura, absolutamente gratuita e que não exige retorno, embora retorno possa haver. Além de que existe o dado primeiro que é a primeira dádiva feita, há que inaugurar-la e assim prescindir do valor que se entrega sem garantia de retorno do investimento.

Se é certo que não podemos deixar de ter em atenção ambos os lados da questão, não devemos cair nem no utilitarismo, nem na utopia comunitarista. Como nota Silva (1998: 142/143), a própria linguagem para designar tais processos (dádiva, ajuda e entreajuda, solidariedade, apoio, etc.) está impregnada de conotações ideológicas que acentuam a gratuitidade e a reciprocidade. Inversamente as linguagens do cálculo e do lucro veiculam as lógicas do ganho interessado e egoísta da racionalidade de mercado capitalista. Se a “entreajuda engloba, de facto, uma multiplicidade de transacções sociais em vista da reprodução social e, como tal, não escapa aos motivos de cálculo económico, aspecto aliás já focado por Weber quando a remetia para uma espécie de ética popular ‘primitiva’ não sentimental, traduzida no aforismo: ‘*Do ut des*’ (dou para que dê)” (Silva 1998: 143), então as formas de solidariedade consubstanciam formas de reprodução da desigualdade social, como aliás tinha já sido visto por Ribeiro (1997: 209 e ss.) aquando da sua análise do “sistema de favor” numa economia camponesa de montanha. Também Sobral (1999: 264) constata que as relações de parentesco, amizade e vizinhança “reflectem as afinidades ou fricções da sociedade”.



Esta dicotomia entre o cálculo e a dádiva, que nos impede de pensar os processos de solidariedade familiar e o seu enraizamento social, tal como muitas outras dicotomias classicamente existentes no pensamento sociológico,<sup>208</sup> pode ser superada com uma conceptualização da solidariedade familiar, particularmente intergeracional, como caso particular da economia das trocas simbólicas no interior da família. Economia essa que é estruturalmente constituída pela temporalidade (Bourdieu 2000 [1972]: 222), havendo uma importância fulcral do intervalo entre dádiva e contra-dádiva (que pode ser um intervalo geracional), pois não podemos reduzir a um acto cínico (que busca explicitamente ganhos ulteriores) algo que em muitos contextos é vivido como acto desinteressado. E desinteressado particularmente nos contextos onde a proximidade social e emocional aliada à coabitação<sup>209</sup> – a família – é instituída pela própria gratuidade que ajuda à formação de um corpo ou agente colectivo. Deste modo, o “reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, *sentimento* duradouro para com o autor do acto generoso, podendo ir até à afeição, ao amor, como vemos particularmente bem nas relações entre gerações” (Bourdieu 1997<sup>c</sup>: 130).

Há, assim, uma ambiguidade constitutiva da própria realidade da solidariedade familiar, pois, “Se os agentes podem ser ao mesmo tempo mistificadores, de si próprios e dos outros, e mistificados, é porque mergulham desde a infância num universo onde a troca de dons se acha socialmente *instituída* em disposições e crenças” (Bourdieu 1997<sup>c</sup>: 124).

Verifica-se, deste modo, todo um trabalho de instituição da família que assegura a sua integração e que é condição própria da sua existência (Bourdieu 1997<sup>a</sup>: 96). Este trabalho integra inúmeros actos de reafirmação do colectivo,<sup>210</sup> tais como apoios, empréstimos, entreatujadas, solidariedades – trabalho esse particularmente feminino.

Podemos ver, então, como as solidariedades familiares, nas suas configurações topológicas (de rede) particulares e nos tipos de apoio que prestam, concorrem para a feitura da própria família, enquanto espaço de relações que, embora internamente diferenciado e mesmo assimétrico (geracionalmente e de género, pelo menos), se constitui segundo uma

---

<sup>208</sup> Em última análise a dicotomia, máxima, entre sociedade e indivíduo. Aliás, no pensamento dos antecessores e clássicos do pensamento sociológico a oposição entre sociedades tradicionais e sociedades modernas, no que se refere às suas formas de organização e reprodução familiar, em muito é devedora desse par de categorias opostas.

<sup>209</sup> Pelo menos nalgum momento do ciclo de vida familiar, ainda que não no momento em que se observa uma dádiva específica.

<sup>210</sup> Sem ser necessariamente devido a um espírito de corpo colectivista e que subordina a individualidade. A integração pode ser feita e sentida através das ligações emocionais e afectivas entre os familiares – da sua “disposição amante” (Bourdieu 1997<sup>a</sup>: 97).

lógica explícita de desinteresse. Ora, visto não ser suficiente essa explicação para a sua compreensão, há então que perceber as maneiras como se constitui o interesse desinteressado, pois que esse não pode ser reduzido à sua dimensão mercantil, contabilística, material e egoísta (J. P. Cabral 1998). Neste sentido, um quadro conceptual que nos permite entender e explicar o empenhamento do agente no mundo que o rodeia segundo um princípio, prático e simbólico, de defesa da identidade e do eu<sup>211</sup> (ou, se quisermos, do seu ser social), que não passa necessariamente pela consciência (aliás, tendo sempre componentes que a iludem) e que recusa explicações assentes no postulado de regras comportamentais (sejam elas exteriores e impostas, sejam interiores e escolhidas, por afecto ou por lucro), antes pensando a prática como incorporação prática de esquemas práticos adaptáveis às situações que, na prática, se encontram, será um esquema conceptual que nos permita pensar a solidariedade familiar, suas configurações e seus contextos, enquanto parte das estratégias familiares constituintes do sistema de estratégias de reprodução (Bourdieu 2000 [1972], 1979 & 1980<sup>b</sup>).

Se não podemos, então, confundir os sentidos subjectivos com a verdade objectiva das solidariedades, se devemos recusar os lirismos solidaristas e afectivos das fundamentações ingénuas das dádivas, bem como o cinismo do utilitarismo do cálculo racional, e se temos que pensar a acção de maneira a escapar à linguagem das regras e das obrigações, tal como às das escolhas, resta-nos o recurso a uma visão disposicional da acção (que a concebe como concomitantemente estruturada e estruturante) e que a ancora, por essa via disposicional, nos contextos sociais onde é levada a cabo.

As solidariedades familiares não se dão no vazio social, são antes caracterizadas por toda uma série de características sociais que as estruturam, tais como as decorrentes do posicionamento relativo dos grupos familiares no espaço social, ou, se quisermos, da classe social das famílias. Esta questão, porque remete para as condições reais de vida familiar (e os recursos e competências que aí estão disponíveis) e para os processos de diferenciação entre categorias sociais, remete necessariamente para as formas específicas de perpetuação das famílias ao longo do seu percurso de vida,<sup>212</sup> ou, se quisermos, para as estratégias de reprodução social das unidades familiares (relativas).

---

<sup>211</sup> J. P. Cabral afirma (1998: 146), aliás, que “todo o interesse é inescapavelmente dependente das formas de identidade historicamente formuladas. Mas, como todas as identidades são cruzadas por outras identidades; limitadas por elas; construídas sobre elas e por meio delas – *nenhuma identidade é absoluta*. Logo, *nenhum interesse é ilimitado*.”

<sup>212</sup> Aí incluindo a perpetuação intergeracional das famílias.

O que aqui ressalta é a importância das condições de existência social (quer a nível da incorporação disposicional, quer a nível dos capitais disponíveis) das diferentes condições de classe<sup>213</sup> e do processo de reprodução dos capitais (ou melhor, da apropriação privada das espécies de capital) que só pode ser feito, em grande medida, pela reprodução das famílias, nomeadamente através dos usos sociais do parentesco (Bourdieu 1980<sup>a</sup> & 1987) enquanto caso particular dessa reprodução mais alargada.

Estamos aqui perante uma conceptualização dos processos sociais que, trazendo à discussão o plano das práticas colectivamente produzidas (o espaço social das classes), não descarta os protagonistas da acção que, ao produzirem e reproduzirem relativamente nas suas práticas o seu lugar na estrutura de classes, estruturam o espaço social das classes.<sup>214</sup>

Se as solidariedades familiares remetem para o parentesco, remetem também, como temos vindo a ver e pelo facto de que o apoio diz respeito aos recursos disponíveis nas redes familiares, para a ideia de que existem vários tipos de recursos “cuja distribuição desigual condiciona a localização dos indivíduos na estrutura social” (Machado 1991: 76/77). Neste sentido a conceptualização, por Bourdieu (1979: 128 e ss.), do espaço social não como uma hierarquia de *status*, como defendeu a vulgata funcionalista (Davis & Moore 1945), mas antes como campo cuja topologia relacional é construída pelas distribuições desiguais das espécies de valor agenciável e investível que são centrais num momento particular da divisão do trabalho social,<sup>215</sup> é particularmente pertinente para perceber os processos de diferenciação social da solidariedade familiar, bem como as maneiras como os grupos familiares agem nesses espaço.

A noção de espaço social apresenta algumas similitudes com a de um espaço geográfico abstracto (pois as distâncias espaciais correspondem a distâncias sociais) onde existem várias regiões que só podem ser caracterizadas e localizadas umas por relação às outras.<sup>216</sup> O espaço social das classes, campo de concorrência pela apropriação dos bens raros

---

<sup>213</sup> Sendo certo que nem toda a realidade social pode ser reconduzida, muito menos reduzida, à questão da diferenciação social em classes de existência, tal como esta questão não pode ser pensada unilinear ou unidimensionalmente (Costa 1987; Costa *et al.* 2000: 10).

<sup>214</sup> Sobre esta questão ver também Costa (1999: 89-288 & 481-491).

<sup>215</sup> E que, nas sociedades contemporâneas, são o capital económico e o capital cultural. Apesar das críticas que se podem dirigir a uma definição demasiado estreita dos recursos culturais, nomeadamente quando são reduzidos ao diploma escolar, pelo efeito de ratificação das hierarquias instituídas na própria ordem social (ver a esse respeito, J. S. Nunes 1999).

<sup>216</sup> A sociologia ao fazer a análise das posições relativas e das relações objectivas entre posições começa por ser uma topologia social (*analysis situs* – “num primeiro tempo, a Sociologia apresenta-se como uma *topologia*

do qual um dado universo social é o lugar, seria, assim e como vimos, estruturado por três dimensões básicas: o volume global de capital, a estrutura das principais espécies de capital (os tipos de recursos disponíveis, mormente económicos e culturais/educacionais) e a trajectória social (passada e potencial).<sup>217</sup> As posições relativas das categorias de classe seriam reconstruídas<sup>218</sup> pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes para a sua definição, sendo cada classe social definida como o conjunto de agentes que estão colocados em condições de existência homogéneas, impondo condicionamentos homogéneos e produzindo sistemas de disposições homogéneos, próprios a engendrar práticas semelhantes, e que possuem um conjunto de propriedades relativamente comuns nas três dimensões referidas (Bourdieu 1979: 112).

Ora o que se está aqui a afirmar, e é elemento central deste quadro de entendimento, é que o espaço de posições corresponde, relativamente, ao espaço das acções (por via das disposições), ou seja, dá-se primazia à articulação entre posições sociais e sistemas de disposições para a acção (*habitus*) que produzem as práticas. O conceito de *habitus* (Bourdieu 2000 [1972], 1979 & 1980<sup>b</sup>) é, assim, o operador conceptual que nos permite articular as posições sociais e condições de existência das famílias com as suas práticas (neste caso de solidariedade), superando a dicotomia entre objectivismo e subjectivismo.

---

*social*”, Bourdieu 1989<sup>a</sup>: 133). O espaço social pode assim ser descrito como “um campo de forças” (Bourdieu 1989<sup>a</sup>: 134). Sendo que se pode “descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses” (Bourdieu 1989<sup>a</sup>: 135).

<sup>217</sup> As diferenças primárias que distinguem as grandes classes de condições de existência encontram o seu princípio no volume global de capital. As fracções de classe dentro das grandes classes de existência são definidas por estruturas patrimoniais diferenciadas, ou seja, por diferentes distribuições no seu capital global das várias espécies de capital (económico, cultural e qualificacional, simbólico, social, etc.). A trajectória social diz respeito à evolução no tempo do volume e da estrutura dos capitais, devendo ser entendida como “feixes de trajectória modais que delimitam, a cada momento, o campo de probabilidades de cada trajecto individual” (Machado 1991: 109), exactamente devido à diferenciada e desigual posse quer de volumes globais de capital, quer de espécies específicas de capital.

<sup>218</sup> Note-se que, nesta concepção, as classes sociais são construção analíticas feitas pelo investigador a partir das regularidades estatísticas que se podem observar quando se distribui uma dada população segundo critérios de diferenciação de recursos. As categorias que se alcançam são estatísticas e abstractas (o que Bourdieu chama, ironicamente, classes no papel), não tendo necessariamente correspondência com qualquer grupo identitário.

Podemos então entender as solidariedades familiares como práticas, engendradas pelo *habitus*, ao longo da trajectória social de agentes caracterizados por uma determinada pertença de classe (posição das famílias no espaço social). É nessa evolução sequencial, aberta mas crescentemente determinada, que os agentes sociais ‘jogam’ o seu saber prático, com resultados estratégicos. As estratégias dos agentes nascem do seu sentido prático e desse operador de cálculo inconsciente que é o *habitus*, realçando-se que a consciência é sempre uma consciência possível, com limites socialmente delimitados (pela relativa adequação das disposições subjectivas às condições objectivas). A eficácia da orquestração objectiva das práticas levada a cabo pelo *habitus* reside, de facto, na ignorância dos limites da concertação explícita dessas práticas e não porque se seguem regras.<sup>219</sup>

O conceito de estratégia aqui presente é um que nos impede de voltar a cair em qualquer raciocínio accionalista (que postula uma consciência racional maximizadora dos ganhos), pois que uma vida não pode ser apreendida e explicada como sendo expressão unitária das intenções de um projecto. É o *habitus* que explica o processo de engendramento das práticas, é ele o princípio activo de unificação da vontade e da representação (Bourdieu, 1986<sup>a</sup>).<sup>220</sup> As estratégias nascem das potencialidades práticas dos *habitus*. Este, sendo a incorporação de necessidades sociais objectivas (logo, incorporação do “sentido de jogo interessado” – *illusio* – de uma determinada estrutura objectiva de relações sociais), engendra estratégias que, não sendo o produto de uma visão estratégica consciente com objectivos explícitos e com base num conhecimento clarividente das condições reais de jogo,<sup>221</sup> nem de uma determinação mecânica por causas exteriores, se encontram objectivamente ajustadas às situações de sua aplicação. Contudo, este ajuste é tendencial, pois a adequação das estruturas cognitivas às estruturas objectivas (a transformação do mundo social em disposições integradas) é sempre um processo dinâmico e inacabado, sempre aberto. As estratégias nascem assim do sentido prático que é o produto da exposição durável dos agentes sociais a condições sociais diacronicamente e relativamente semelhantes, sendo que esse sentido prático da prática efectiva é uma capacidade criadora, activa e transformativa (ou mesmo performativa), mas não o produto de um sujeito racional transcendental. A definição de estratégia aqui presente é uma que obedece a um primado da razão prática (Bourdieu 1989<sup>a</sup>:

---

<sup>219</sup> Sobre a distinção entre regra (normativa ou estatística), escolha e estratégia, ver Bourdieu (1987).

<sup>220</sup> De facto, a eficácia prática dos esquemas engendrados pelo *habitus* reside no facto de funcionarem fora do exame e do controlo voluntários, ou seja, ‘apesar’ da consciência e do discurso (Bourdieu 1979: 543).

<sup>221</sup> Os “agentes sociais têm ‘estratégias’ que só raramente têm por origem uma verdadeira intenção estratégica.” (Bourdieu 1997<sup>b</sup>: 110).

61), dando-se prevalência ao conhecimento prático que os agentes sociais têm como disposições incorporadas, afirmando-se concomitantemente que a consciência é sempre uma consciência possível (o que não é o mesmo que negá-la, note-se)<sup>222</sup> e que a eficácia do sentido prático reside consideravelmente no desconhecimento das delimitações objectivas desse conhecimento, pela ilusão de liberdade e de livre arbítrio, pelo credo na consciência transcendental que se crê possuir.

Podemos, então, conceber as práticas de solidariedade familiar, com o recurso que acarretam a uma utilização social do parentesco, como estratégias de reprodução social, que, em vários âmbitos de acção social possível (tantos quantas as maneiras de prestar apoio dentro da família), visam a reprodução social dos grupos onde se inscrevem os indivíduos – as famílias. Estamos, assim, face ao que Bourdieu (1979: 145) denomina de “sistema de estratégias de reprodução”, ou seja, “l’ensemble de pratiques phénoménalité très différentes par lesquelles les individus ou les familles tendent, inconsciemment et consciemment, à conserver ou à augmenter leur patrimoine et, corrélativement, à maintenir ou améliorer leur position dans la structure des rapports de classe, constituant un système qui, étant le produit d’un même principe unificateur et générateur, fonctionne et se transforme en tant que tel”.<sup>223</sup>

Ora, estas estratégias de solidariedade, através das quais os indivíduos e as famílias visam manter ou melhorar a sua posição no espaço social, mantendo ou aumentando o seu capital, dependem, por um lado, do volume e estrutura de capitais com os quais se parte para a concretização de estratégias práticas e, por outro lado, das oportunidades objectivas de lucro estratégico que se oferecem a investimentos específicos num determinado estado do espaço social e dos instrumentos institucionalizados de reprodução social (Bourdieu 1978: 2). Isto é dizer que a mobilização estratégica depende dos recursos (capitais) que definem uma determinada posição de classe e do estado específico em que se encontram as estruturas sociais. Assim, não só a pertença de classe fará variar as estratégias (por via quer das potencialidades práticas dos *habitus* de classe, quer dos recursos disponíveis para otimizar as

---

<sup>222</sup> Tal como Bourdieu afirma (1987: 79): “La notion de stratégie est l’instrument d’une rupture avec le point de vue objectiviste et avec l’action sans agent que suppose le structuralisme (...). Mais on peut refuser de voir dans la stratégie le produit d’un programme inconscient sans en faire le produit d’un calcul conscient et rationnel. Elle est le produit du sens pratique comme sens du jeu, d’un jeu social particulier, historiquement défini, Qui s’acquit dès l’enfance en participant aux activités sociales.”

<sup>223</sup> Veja-se que falar de sistema de estratégias de reprodução não é afirmar que estas são, sempre, estratégias de continuidade estacionária ou de manutenção. Pode-se conceber a continuidade pela ruptura. Assim, falar de sistema de estratégias de reprodução é o mesmo, basicamente, que falar de sistema de estratégias de reconversão ou reestruturação.

potencialidades práticas dos sistemas de disposições), como também as estruturas objectivas condicionam e delimitam os âmbitos possíveis de acção estratégica. Veja-se, mesmo assim, que as estratégias, individuais ou colectivas, têm uma forte capacidade inventiva, já que as práticas são o resultado do encontro entre um determinado *habitus* e uma situação particular. Essa inventividade, no entanto e por via do *habitus* (e das diferentes situações e recursos agenciáveis), ocorre dentro de um campo de possibilidades limitadas, ainda que não de uma forma absoluta.

Ora, uma vez que é em âmbitos familiares (domésticos e, como vimos, extra-residenciais) que se partilham conjunto decisivo de recursos e de condições de existência (Vasconcelos 2000), sendo aí que se estruturam princípios organizadores básicos dos sistemas de disposições adquiridas e que se geram boa parte das estratégias e orientações de vida, então há que ver o modo como as diferentes pertenças familiares, condicionadas pela posição de classe em determinados momentos-chave do curso de vida familiar, estruturam diferentes complexos estratégicos para a solidariedade e reprodução social das famílias. A família, nas várias acepções que aqui temos vindo a explorar, aparece como “o lugar principal de produção antropológica” (Bertaux 1978: 59),<sup>224</sup> consubstanciando-se como a unidade básica na análise das classes sociais (J. F. Almeida 1981: 246), logo fonte primeira de muitos dos processos de reprodução das desigualdades sociais.

Se as dinâmicas intergeracionais (as principais no que diz respeito às redes de parentesco) estão no cerne das dinâmicas familiares (Kohli 1996: 2), devem, então, ser estudadas não só ao nível das relações e transferências familiares que consubstanciam o capital social enquanto elemento central das estratégias de reprodução social, mas também ao nível da reprodução e mobilidade social intergeracional (Kohli 1996: 6). De facto, se os modos de inserção social dos indivíduos e das famílias não podem ser desligados dos comportamentos familiares (Pitrou 1987<sup>a</sup>: 103), estes não devem ser reduzidos à

---

<sup>224</sup> O processo antropológico diz respeito ao sistema de produção, distribuição e consumo de seres humanos na sociedade (J. F. Almeida 1981: 238). O consumo produtivo da força de trabalho seria o momento que comandaria este processo, em função do qual formas diversas de produção e reprodução dessa força de trabalho seriam organizadas e articuladas a lugares sociais determinados. A distribuição antropológica seria, então, distribuição dos agentes sociais pela estrutura dos lugares colectivos de classe (Bertaux 1978: 45/46). Para Bertaux a substituição das gerações faz-se através do que considera serem fluxos antropológicos (fluxos estruturais típicos) que deslocam indivíduos saídos de determinados meios sócio-profissionais para outros meios sócio-profissionais (iguais, equivalentes ou diferentes) da estrutura social de classes tal qual ela é 20 ou 30 anos mais tarde (Bertaux 1980). Esta proposta enferma de um objectivismo que oculta os protagonistas das práticas sociais. A noção de antropologia, no entanto, continua a ter utilidades explicativas.

conjugalidade ou à co-residência, mas também alargados às trocas na parentela. Assim, as solidariedades familiares não podem ser consideradas socialmente neutras, estando antes embrenhadas em diferentes contextos e meios sociais (Bawin-Legros, Gauthier & Stassen 1995: 129), estruturando mesmo as pertenças de classe, tal como Wright (1985: 254/255 e 319-322)<sup>225</sup> chama a atenção.

Daí a necessidade conceptual de falar em “famílias de classe” (Bertaux, 1978)<sup>226</sup> quando tratamos das solidariedades familiares, já que as trocas e o seu sentido, tal como a sua variação objectiva, indiciam fortemente que estamos perante diferentes modalidades classistas de (re)produção antroponómica. Bertaux, inflectindo relativamente a sua anterior posição (mais estruturalista), diz-nos que é necessário apreender os processos, relações e estratégias que têm lugar no seio das famílias, pois são estes processos intra-familiares que dão forma às trajectórias sociais (Bertaux 1992, 1993 & 1995). Ora esses processos incluem a parentela e as modalidades de apoio familiar que, realizando o capital social potencial dos indivíduos e famílias, contribuem diferencialmente à sua reprodução.

De facto, parecem verificar-se diferenças de classe marcadas nas solidariedades familiares. Por exemplo, os estudos existentes a nível europeu verificaram que quanto mais socialmente favorecidas são as redes de parentesco (ou os agregados delas participantes) mais apoios podem dar e dão. Por sua vez, constatou-se que os operários ajudam mais os idosos que os quadros, estando estes mais direccionados para a ajuda aos jovens (Attias-Donfut 1996: 320). Constata-se igualmente existir uma orientação para os filhos nas classes sociais mais favorecidas, e uma orientação para os pais nas classes sociais que o são menos, o que não invalida que o apoio aos mais novos, particularmente o financeiro, seja proporcionalmente mais elevado em todas as classes sociais; são as classes com maiores volumes de capital quem mais ajuda economicamente, especializando-se as classes mais desfavorecidas em serviços domésticos; quanto mais privilegiada a posição social, mais as relações familiares são relativizadas, inversamente, quanto menos privilegiada mais elas são ritualizadas; nas classes mais desqualificadas as ajudas tendem a ser mais quotidianas, sendo as ajudas financeiras muitas vezes dadas sobre a forma de serviços domésticos; as classes com

---

<sup>225</sup> Wright (1985 & 1997), nomeadamente no que se refere à questão da consciência de classe, considera que os âmbitos reais de vivência das condições de classe não podem ser pensados e analisados fazendo a economia quer das trajectórias individuais e familiares, quer das redes sociais (*social networks*) em que se inscrevem os indivíduos.

<sup>226</sup> Wright (1985: 225) também vinca a articulação estrutural entre classe social e família: “So far I have proceeded as if individuals were isolated entities filling slots in the class structure. Individuals, however, live in families, and the process of class formation (...) confronts this fact powerfully.”



uma posição relativa dominante, para os serviços domésticos, recorrem amiúde a profissionais exteriores (Spitze 1999); quanto menos desfavorecidos são os agregados domésticos, mais ajudas globalmente dão, assim reproduzindo desigualdades sociais alargadas de origem; etc.

Assim, falamos de sentido estratégico das solidariedades (ou pura e simplesmente do capital social) porque as redes de apoio têm um impacto relevante sobre o destino social das famílias e dos indivíduos. Attias-Donfut (1995<sup>c</sup>: 22) distingue, por exemplo, três situações típicas: pais e filhos têm ambos recursos elevados e os fluxos de troca contribuem ao seu aumento; pais e filhos têm recursos desiguais e, quando os laços são fortes, a tendência é para uma compensação desse desequilíbrio, seja porque os pais apoiam os filhos, seja por que estes últimos fazem os pais beneficiarem da sua promoção social (efeitos retroactivos da mobilidade ascendente da geração mais nova sobre a geração mais velha – ver Segalen 1993: 193); pais e filhos são igualmente desfavorecidos (privados de recursos) e as capacidades de apoio são reduzidas, pesando fortemente as práticas de solidariedade sobre os recursos disponíveis e sobre as próprias oportunidades de reprodução social da família. Parece assim verificar-se um cúmulo das vantagens e das desvantagens, que favorece quem mais vantagens tem e vice-versa.

Pitrou (1978: 111) identificou um modelo dualista de solidariedades familiares segundo a pertença de classe das famílias: nas classes mais baixas, de trocas mais materiais e em serviços, segundo lógicas mais estatutárias, normativas e ritualizadas, temos uma solidariedade para a subsistência; nas classes mais altas e médias, com trocas mais simbólicas e de dinamização para a mobilidade social ascendente, segundo normas mais relacionais, negociadas e relativizadas, temos uma solidariedade para a promoção social.

Na realidade e como temos estado a ver, a problemática das solidariedades familiares inscreve-se claramente na problemática da reprodução social familiar, enriquecendo-a, aliás, com a sua análise aprofundada das relações intergeracionais, não se limitando ao estudo apenas das interacções estratégicas com sede doméstica (critério da co-residência), ou, no máximo, ao estudo das transmissões de capitais entre pais e filhos. De facto, os apoios dados podem ser entendidas como inscrevendo-se numa lógica estratégica reprodutiva com efeitos, inclusive, na mobilidade social, pois as solidariedades familiares funcionam objectivamente segundo o princípio do cúmulo das vantagens e das desvantagens sociais, o que beneficia os socialmente favorecidos. Ora, se os apoios e solidariedades familiares, que dão corpo ao capital social, são práticas com efeitos estratégicos na reprodução das condições que estão na sua base, então, o capital social, enquanto efeito decorrente da participação em redes duradouras onde circulam recursos, é um dos mecanismos centrais de reprodução das

restantes espécies de capital desigualmente possuídos por indivíduos e famílias e, por essa via, da posição social relativa desses agentes, logo, da estrutura global de posições entre agentes.

## **4.2. Apoio em Portugal**

A análise do capital social, real e não apenas potencial, implica necessariamente uma reconstituição, a mais completa possível, das solidariedades em apoio de outras espécies de capital recebidos pelos agentes sociais (já que o capital social opera pela transmissão de outras modalidades de capital numa rede social). Na lógica quantitativa que aqui se prossegue, tal reconstituição implica uma quantificação, habitualmente apelidada de topográfica ou topológica (Kellerhals & Mc Cluskey 1988; Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen 1994; Kellerhals, Coenen-Huther & Allmen 1995; Vasconcelos 2002<sup>a</sup>), dos apoios recebidos:<sup>227</sup> quantos, quais, dados por quem? Estas são questões centrais de caracterização da distribuição do capital social a que é necessário dar resposta. E, exactamente porque falamos da distribuição desta modalidade de capital pelos agentes diferencialmente distribuídos num espaço social estrutural, a articulação entre capital social e a diferenciação social (nomeadamente de classe) é elemento explicativo primordial para a compreensão de alguns dos processos de desigualdade social na sociedade portuguesa.

Neste seguimento, a análise que se segue tratará de quantificar e caracterizar os volumes de apoio recebidos pelas famílias portuguesas com filhos ao longo do seu curso de vida familiar, as lógicas de apoio que aí estão presente (em termos dos tipos de recursos, em bens ou serviços transferidos), a identidade dos dadores de apoio (assim reconstituindo a rede social onde o capital social se faz e as direcções em que o faz), bem como a relação entre capital social e desigualdade social de classe.

### **4.2.1. Volume de apoio**

No respeitante ao volume de capital social, a primeira constatação a que podemos chegar é que existem, transversalmente à estrutura social, redes sociais de apoio em Portugal (Quadro 4.1), o que vem desmentir o primado absoluto e exagerado das teses durkheimianas e

---

<sup>227</sup> É claro que uma análise mais completa destes processos sociais, e menos centrada na interacção entre capital social e trajectórias familiares, implicaria uma análise, quantitativa ou não, não só dos apoios recebidos, mas também dos apoios dados por conjuntos específicos de agentes. Ou seja, implicaria uma análise das trocas em qualquer sentido, mesmo que muito diferidas no tempo, entre todos os elementos de uma rede social de apoio.

parsonianas de contracção, nuclearização e até isolamento da família e do parentesco.<sup>228</sup> Os agregados domésticos não se encontram isolados de toda uma série de relações de troca que estruturam as suas histórias e identidades familiares. Se a oposição entre um pretérito passado rico em solidariedades alargadas, familiares ou comunitárias, e um presente de isolamento familiar, ou mesmo individual, não faz grande sentido, não devemos igualmente cair no extremo oposto desta discussão conceptual – o de falar generalizadamente de um qualquer retorno do parentesco e das “solidariedades primárias” ou de uma natureza generalizada das lógicas da solidariedade e da dádiva.

No entanto, se as lógicas de apoio entre agentes e grupos sociais se verificam, elas não parecem relevar de uma ordem de entrosamento intenso e generalizado em redes sociais alargadas, nomeadamente naquela onde, por excelência, parece dar-se o capital social: a parentela. A diversidade de situações, em termos de apoio recebido, é de facto a regra estatística. Podemos, desta maneira, afirmar que a segunda constatação é a de que existem segmentos da população portuguesa, igualmente transversais a diversas posições de classe, que declaram nunca ter recebido espécie alguma de apoio ao longo de parte significativa do seu percurso de vida familiar. De facto, já em análises anteriores (Wall *et al.* 2001; Vasconcelos 2002<sup>a</sup>, 2002<sup>b</sup> & 2005) tinha sido verificado que parte significativa da população não teve nenhum tipo de apoio por parte de outros agregados domésticos (cerca de 10 %).

Como anteriormente explicado, os apoios recebidos foram registados para um largo período do percurso de vida familiar,<sup>229</sup> tomando em consideração quer um conjunto variado de apoios quotidianos recebidos em três momentos específicos de transição na vida familiar,<sup>230</sup> quer um outro conjunto diverso de grandes apoios recebidos em qualquer momento desse curso de vida. Esta inquirição permitiu-nos saber não só dos apoios mais recorrentes mobilizados no dia-a-dia da vida familiar, em fases ou estádios específicos de (re)organização dessa vida e das necessidades constantes daí decorrentes, como também dos apoios com maior excepcionalidade, mais pontuais e/ou de maior montante, mais associados a transmissões (essencialmente intergeracionais, como veremos) ou a situações de necessidade menos regulares.

---

<sup>228</sup> Demonstrando mais uma vez que os processos estruturais de individualização nas sociedades modernas não podem ser confundidos com o isolamento social individual.

<sup>229</sup> Falamos aqui de percurso ou curso de vida familiar no sentido das teorias do *life course*, distinguindo-o da noção de ciclo de vida familiar, por rígida e etapista em demasia.

<sup>230</sup> São eles o momento de início da conjugalidade, o de nascimento do primeiro filho e o momento actual da vida familiar (com filhos pequenos ou adolescentes).

Olhando para o total do curso de vida analisado (Quadro 4.1), para um período, em média, de quase 17 anos de vida conjugal, verificamos que cerca de pouco mais de 9 % da população<sup>231</sup> não recebeu nunca qualquer tipo de apoio. Igualmente verificamos que um pouco menos de metade da população (quase 44 %) recebeu abaixo de 5 apoios – tal indicia, como comprovaremos mais à frente, que cerca de metade da população portuguesa se caracteriza por baixos volumes de capital social. Veremos também como os cerca de 56 % que declaram ter recebido 5 ou mais apoios correspondem a uma diversidade de situações que não podem ser tratadas semelhantemente.

Quadro 4.1  
Volume de apoio ao longo do curso de vida familiar (%)  
Média de 16,5 anos de vida conjugal

Volume de Apoios Quotidianos e Grandes Apoios	Apoios Quotidianos Início da Conjugalidade	Apoios Quotidianos Nascimento do 1º Filho	Apoios Quotidianos Actualmente	Total Apoios Quotidianos	Grandes Apoios	Total Apoios Grandes e Quotidianos
0 apoios	44,2	30,0	51,2	22,0	26,4	9,4
1 apoio	18,5	19,9	19,3	10,0	18,2	7,1
2 apoios	15,4	16,2	12,3	9,8	20,2	9,1
3 apoios	9,7	12,6	8,3	9,6	13,9	10,1
4 apoios	5,9	8,5	4,4	8,3	8,5	8,2
5 ou mais apoios	6,3	12,8	4,5	40,3	12,8	56,1
Total (n=1776)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média população total	1,4	2,1	1,1	4,6	2,1	6,8
Média pop. apoiada	2,6 (n=991)	3,0 (n=1244)	2,3 (n=866)	5,9 (n=1385)	2,9 (n=1307)	7,5 (n=1597)

Distinguindo a análise do volume de apoios entre apoios quotidianos e grandes apoios, vemos como os primeiros são mais frequentes que os segundos, já que, se a percentagem da população que não recebeu nenhum desses apoios não difere substancialmente (entre 22 % e pouco mais de 26 %, respectivamente), a percentagem das famílias que receberam 5 ou mais apoios é de 40,3 % para as ajudas recorrentes em momentos específicos de transição familiar e somente de 12,8 % para as grandes ajudas excepcionais e de montante mais elevado. Se as primeiras, as quotidianas, são ajudas que remetem mais para necessidades permanentes em determinadas fases nevrálgicas do funcionamento familiar, e se as segundas, as grandes, decorrem mais de transmissões patrimoniais ou de apoios excepcionais para situações rituais ou extraordinárias, verificamos, assim, que uma larga maioria da população portuguesa (perto dos 90%) não é objecto, pelo menos repetidamente (recorrência que indicaria maiores capitais a legar), dessas transmissões. Inversamente, as famílias que conseguem ser alvo de uma multiplicidade de apoios quotidianos e, podemos pressupor, de menor valor, mesmo

<sup>231</sup> Esta percentagem de 9,4 % é ligeiramente inferior à de 10,1 % anteriormente encontrada (Wall *et al.* 2001) devido a procedimentos de limpeza da base de dados e de conseqüente correcção de uns poucos erros encontrados.

sendo uma minoria, são uma extensa minoria (cerca de 40 %). Tais diferenciações, como poderemos constatar melhor mais à frente, não podem deixar de estar ligadas às formas de desigualdade social de tipo classista, já que podemos partir do princípio (a verificar empiricamente *a posteriori*, como é óbvio) da relativa semelhança de posições de classe entre os participantes de uma qualquer rede social de apoio (para mais dado o seu carácter essencialmente familiar e até intergeracional directo, como veremos).

Os apoios variam não só consoante a sua quotidianidade ou excepcionalidade, os primeiros mais frequentes que os segundos (com uma média de 4,6 apoios recebidos contra apenas 2,1; ou 5,9 contra 2,9, se tomarmos em consideração somente a população apoiada), mas também consoante o momento específico da vida familiar em questão. De facto, olhando para as ajudas quotidianas nos três diferentes momentos da vida familiar, verificamos que quer o início da vida conjugal, quer o nascimento do primeiro filho, são fases de transição onde se verifica maior mobilização do apoio – particularmente aquando do nascimento do primeiro filho. Se no início da conjugalidade a percentagem dos que não recebem nenhum apoio é ligeiramente superior a 44 %, tal valor desce para 30 % no nascimento do primeiro filho e volta a subir, agora para mais de 51 %, no momento presente da vida familiar (vida conjugal com filhos pequenos e adolescentes). Da mesma maneira a percentagem daqueles que recebem 5 ou mais apoios varia entre um máximo de quase 13 % aquando do primeiro filho, para um mínimo de menos de 5 % no momento presente.

Este quadro geral indicia igualmente uma outra realidade. A de que, mesmo sendo verdade que cerca de 90 % da população recebe algum apoio ao longo de todo o percurso de vida familiar, é patente que, em qualquer momento específico desse curso de vida, ou seja, fazendo um corte temporal e olhando apenas para uma fase específica da vida familiar, quase metade da população, exceptuando o momento de nascimento do primeiro filho<sup>232</sup> (onde essa metade desce para uns mesmo assim relevantes 30 %), não está a ser alvo de apoio. Ou seja, os volumes de apoio, quotidiano ou outro, nunca são, em qualquer momento concreto do curso de vida, muito elevados, só atingindo algum montante significativo agregando todo o apoio ao longo da vida. As médias de apoio desagregadas são disso exemplares, já que pouco

---

<sup>232</sup> E provavelmente qualquer momento de nascimento de crianças. De facto, esta maior mobilização da rede social de apoio para esta fase de transição familiar indicia que um dos momentos de maior activação do capital social será sempre o nascimento de crianças (e não apenas da primeira). Se, como veremos, o capital social é essencialmente uma questão de redes familiares de apoio, então a ciclicidade do apoio será consideravelmente estruturada pelo calendário de fecundidade das famílias, mais especificamente das mulheres.

ultrapassam os 2 apoios, se tomarmos também em consideração aqueles que não receberam apoio, ou nunca ultrapassam os 3 apoios, contabilizando apenas a população apoiada.

Pretendo alcançar uma análise do volume total de apoios, e por essa via da activação real do capital social, mais heurística e que permitisse destringir as diversas situações existentes, não só em termos dos que nada ou pouco recebem, mas particularmente em termos das diferentes condições dos que muito recebem, alcançou-se uma tipologia, obtida através de uma análise hierárquica de *clusters*, com cinco grupos diferenciados consoante o volume do apoio recebido ao longo da vida (Quadro 4.2).

Quadro 4.2  
Tipos de volume de apoio  
(*Cluster* hierárquico de todos os apoios ao longo do curso de vida)

Volume de Apoio	%	Média
Sem Apoio	9,4	0,0
Apoio Fraco	48,9	3,4
Apoio Médio	19,6	8,3
Apoio Forte	16,3	13,2
Apoio Muito Forte	5,8	22,8
Total (N=1776)	100,0	6,8

$\eta^2=0,09$ ;  $p<0,001$

Se, como seria de esperar, o grupo daqueles que nunca receberam qualquer apoio se mantém constante (em 9,4 %), verificamos que as restantes situações são reordenadas de maneira bastante diferente. Assim, vemos que quase 49 % da população tem um fraco volume de apoio (com uma média de 3,4 apoios ao longo do curso de vida analisado) – este é o grande grupo no conjunto da população portuguesa no respeitante à capacidade real de mobilização de capital social. Com um volume médio de apoio temos pouco menos de 20 % da população, com uma média de 8,3 apoios ao longo da vida (mais do que o dobro daqueles que têm um volume de apoio fraco). Em relação às situações de maior volume de apoio encontramos duas situações diferentes, aqueles que têm um apoio forte (pouco mais de 16 % com uma média de 13,2 apoios) e aqueles que têm um apoio muito forte (uma minoria de pouco menos de 6 % com uma elevada média de quase 23 apoios ao longo de todo o curso de vida).

Como seria de esperar, dada aliás a natureza do apoio ou capital social como recurso activado e apropriado na divisão social do trabalho e transmitido diferencialmente nos grupos reprodutivos e/ou de coabitação (*maxime*, grupos familiares e parentela),<sup>233</sup> esta diversidade de situações em termos de volume de apoio não se distribui uniformemente pelo espaço social. Ou seja, verificamos que a diferentes posições de classe estão associados diferentes

<sup>233</sup> Nunca é demais recordar a importância das “famílias de classe” (Bertaux 1978).

perfis globais de volume de apoio. É claro que esta não é uma diferenciação linear e hierárquica, o que é consentâneo, aliás, com a multidimensionalidade dos processos de diferenciação classista e a natureza multipolar, que não uma hierarquia simples de *status* ou estratos sociais, do espaço social.<sup>234</sup>

Observando a desigualdade estrutural das posições de classe através da diferenciação de grandes categorias sócio-profissionais<sup>235</sup> (Quadro 4.3), vemos que as diversas situações de volume de apoio estão presentes em todas as situações de classe. Mas estão-no em diferentes proporções, daí resultando, em cada classe social, diferentes volumes médios de apoio recebido ao longo do curso de vida familiar.

Quadro 4.3  
Volume de apoio e classe social do casal

Volume de Apoio	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	E EI	OI	AAI	Total
Sem Apoio	7,5	6,7	5,6	10,8	9,9	10,4	7,6	10,5	10,9	9,4
Apoio Fraco	55,0	31,5	42,6	50,0	47,3	45,8	51,4	54,8	54,7	48,9
Apoio Médio	12,5	23,6	20,5	18,3	24,2	20,8	19,3	17,7	17,2	19,6
Apoio Forte	22,5	30,3	19,0	16,9	12,1	16,3	15,7	12,6	14,1	16,3
Apoio Muito Forte	2,5	7,9	12,3	4,0	6,6	6,7	6,0	4,4	3,1	5,8
Total (N=1776) $\chi^2(32) = 58,77; p=0,003$	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média pop. total $\eta^2=0,02; p<0,001$	6,7	9,1	8,5	6,4	6,7	7,0	5,9	6,8	5,6	6,8
Média pop. apoiada N=1597; $\eta^2=0,02; p<0,001$	7,2	9,7	9,0	7,2	7,5	7,9	6,6	7,4	6,3	7,5

Assim, vincando mais uma vez que estamos aqui a analisar o volume de apoio, ou seja, o número de apoios que se declara ter recebido, e não o conteúdo ou espécies específicas de apoio recebido (em bens e serviços), verificamos que as situações sem apoio são superiores ao total populacional (em valores que rondam os 10-11 %) nos segmentos pouco qualificados da população, quer de empregados assalariados, como os agregados de assalariados agrícolas e industriais (AAI: 10,9 %), nos de operários industriais (OI: 10,5 %), empregados executantes (EE: 10,4 %), quer de pequena propriedade ou trabalho por conta própria, como os camponeses (C: 9,9 %) ou os independentes e pequenos patrões (IPP: 10,8 %). A excepção é aqui os agregados de empregados executantes e industriais (E EI: 7,6 %), que apresentam um valor de não apoio inferior ao total populacional.

<sup>234</sup> O que não invalida que nesse espaço social multidimensional e multipolar não possam existir hierarquias, simbólicas e materiais, que actuem a montante e a jusante da acção social.

<sup>235</sup> Como vimos, as categorias sócio-profissionais são boas indicadores da distribuição diferencial no espaço social das duas grandes espécies de capital centrais nas modernas estruturas de desigualdade social: o capital económico e o capital cultural. Além do que boas indicadores da correlativa diferenciação estrutural de condições sociais de existência, sistemas de disposições incorporadas (ou *habitus* mentais e práticos) e estilos de vida.

São os grupos mais capitalizados da população que seguem na linha desta anterior exceção, com os empresários e dirigentes (ED: 7,5 %) mesmo assim a deterem uma maior percentagem de não apoio do que as categorias cuja inserção sócio-profissional mais depende ainda de elevadas qualificação educacionais – as profissões intelectuais e científicas (PIC: 6,7 %) e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI: 5,6 %). Estas últimas apresentam igualmente a maior percentagem de casos em que se verifica um volume de apoio muito forte (pouco mais de 12 %). No respeitante a estas últimas situações, a de mais elevado volume de apoio, as profissões técnicas e de enquadramento intermédio podem ser emparelhadas com as profissões intelectuais e científicas (estas com quase 8 % de apoio muito forte), como as categoriais sociais em que mais se verificam processos de mobilização de capital social (pelo menos em termos do número de vezes dessas activação),<sup>236</sup> já que apresentam números médios de apoio iguais ou superiores a 9.<sup>237</sup>

De seguida encontramos todas as outras situações de classe, em que o número de apoios recebidos ronda a média com valores em torno dos 7 apoios (ora mais acima, ora mais abaixo), mas em que podemos diferenciar entre aqueles cuja fatia de recipientes de apoio forte é superior a 6 % (C: 6,6 %, EE: 6,7; EEI: 6,0 %) e aqueles em que é inferior a 5 % (AAI: 3,1 %; OI: 4,4 %; IPP: 4,0 %; ED: 2,5 %;).

O caso dos empresários e dirigentes é particularmente interessante, já que, apresentando uma percentagem de inexistência de apoio inferior ao total populacional, apresentam igualmente tanto percentagens de apoio fraco superior ao total geral (55 % face a pouco menos de 49 %), como percentagens de apoio médio inferior ao total (12,5 % para quase 20 %), como ainda percentagens de apoio forte superiores (quase 23 % face a 16,3 %), bem como a mais reduzida percentagem de casos recipientes de apoio muito forte (2,5 % para quase 6 %). Esta combinação complexa de valores ora superiores ora inferiores ao total

---

<sup>236</sup> Lembremos que um único apoio, nomeadamente por parte de categorias sociais com volumes globais de capital mais elevados, pode, em espécie, ter maior valor do que qualquer número múltiplo de apoios quando protagonizados por agentes dotados de menores recursos.

<sup>237</sup> Na análise dos números médios, mormente olhando apenas para as médias da população apoiada (excluindo, portanto, todas as situações de inexistência de apoio), são as profissões intelectuais e científicas que apresentam um resultado mais elevado (9,7) do que as profissões técnicas e de enquadramento intermédio (9,0). Apesar de estas últimas terem quer menores percentagens de inexistência de apoio, quer maiores de apoio muito forte. Lembremos que as percentagens aqui apresentadas dizem respeito ao número de casos na amostra, e não ao número de ajudas que esses casos podem receber. Assim, e exemplificando, um menor número de recipientes de apoio (casos) podem receber um número total desses apoios mais elevado do que um outro grupo com maior número de casos.



populacional geral, em que se chega a valores médios de apoio perto das médias populacionais (ainda que sempre ligeiramente inferiores), é bem demonstrativa da não linearidade dos processos classistas respeitantes à criação, reprodução e transmissão de vantagens cumulativas adquiridas (Aboim & Vasconcelos, 2009).

Como veremos mais à frente, a situação globalmente privilegiada dos empresários e dirigentes deve necessariamente ser analisada mais pela óptica das espécies específicas de apoio do que apenas pelo seu volume, particularmente quando este indicador diz somente respeito à ocorrência de apoios prestados e não ao seu conteúdo. Esta será, aliás, a linha analítica desenvolvida na secção seguinte. Mas, se a multidimensionalidade dos processos classista complexifica ela própria a distribuição social dos apoios, não quer isto dizer que não encontremos processos linearmente mais hierárquicos no respeitante ao capital social.

De facto, olhando para o volume de apoio através de uma diferenciação social mais ordinal e hierárquica,<sup>238</sup> como o nível de escolaridade da mulher inquirida (Quadro 4.4), verificamos uma distribuição e progressão do volume de apoio claramente mais linear.

Quadro 4.4  
Volume de apoio e escolaridade da mulher

Volume de Apoio	Sem Escolaridade	Ensino Primário	Ensino Preparatório e Básico	Ensino Secundário	Curso médio ou Licenciatura incompleta	Licenciatura ou grau superior	Total
Sem Apoio	9,0	13,0	7,4	6,5	6,9	4,3	9,4
Apoio Fraco	66,7	52,8	46,9	43,2	46,5	31,2	48,9
Apoio Médio	11,5	16,6	22,7	23,6	22,8	17,2	19,6
Apoio Forte	11,5	14,6	16,3	16,6	15,8	33,3	16,3
Apoio Muito Forte	1,3	3,0	6,7	10,1	7,9	14,0	5,8
Total (N=1776) $\chi^2(20) = 93,41; p=0,000$	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média pop. total $\eta^2=0,04; p<0,001$	4,7	5,8	7,1	8,1	7,5	10,4	6,8
Média pop. apoiada N=1597, $\eta^2=0,04; p<0,001$	5,2	6,6	7,7	8,7	8,1	10,9	7,5

Com a excepção relativa das famílias cuja mulher inquirida tem um curso médio ou licenciatura incompleta,<sup>239</sup> e trata-se aqui somente de uma pequena mas sistemática oscilação para baixo, o volume de apoio aumenta linearmente com o aumento do nível de escolaridade. Tal é patente na descida progressiva das percentagens de inexistência de apoio e de apoio fraco quanto mais elevado o grau de escolaridade, como na subida das percentagens de apoio médio, forte ou muito forte no mesmo sentido. Olhando para os extremos da distribuição encontramos que nas famílias em que a mulher é licenciada ou mais, a percentagem de

<sup>238</sup> Não quer isto dizer que os processos sociais que subjazem à diferenciação social dos níveis de escolaridade, como modalidade central e credenciada de capital cultural, sejam simples, lineares e ordinalmente hierárquicos.

<sup>239</sup> Provavelmente até porque estamos nestes casos a falar ou de percursos de progressão escolar interrompidos (a licenciatura incompleta), ou de níveis qualificacionais e de certificação pós-secundários (o curso médio ou o bacharelato) eles próprios ambíguos e de contraditório valor no mercado de emprego.

inexistência de apoio (4,3 %) é menos de metade das famílias em que a mulher não tem escolaridade (9 %). Inversamente, mas no mesmo sentido de diferenciação e desigualdade social, a percentagem de apoio muito forte é quase onze vezes superior nas licenciadas (14 %) do que nas sem escolaridade (1,3 %). Tal produz uma progressão sistemática do volume médio de apoio na população apoiada (embora seja semelhante se contabilizarmos a população total). De 5,2 nas situações sem escolaridade, passamos para 6,6 nas de ensino primário, para 7,7 nas de preparatório e básico, 8,7 no secundário, 8,1 nas situações em que a mulher tem um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta,<sup>240</sup> e, finalmente, para 10,9 quando a mulher tem uma licenciatura ou grau ainda mais elevado.

Em suma, constatando que as famílias portuguesas com filhos têm, no geral, apoio, logo acesso a capital social providenciador de outros recursos, verificamos, no entanto, que não só existe uma fatia da população que nunca teve algum apoio em momento algum do seu percurso de vida familiar, como, com toda a diversidade de situações em termos de volume de apoios que encontramos, cerca de metade da população apresenta um volume fraco de apoio. E, mesmo assim, a ocorrência de apoio apenas atinge valores claramente positivos porque tomamos em consideração o volume de apoio agregado de toda a vida familiar, já que constatamos também que esse volume varia ao longo dos momentos ou fases específicas do curso de vida e é mais frequente aquando do nascimento de crianças (nomeadamente o primeiro filho). Mesmo com a agregação feita, aqueles que têm volumes fortes e particularmente muito fortes são uma clara minoria. Simplificando a distribuição proporcional do capital social, diríamos que cerca de 10 % da população não tem apoio, 50 % tem-no fraco, 20 % médio, 15 % forte e apenas 5 % muito forte. Esta distribuição diferencial, que tanto remete para diferentes e desiguais condições sociais de existência, não poderia deixar de estar ligada aos processos mais globais de diferenciação e desigualdade social da sociedade portuguesa, nomeadamente de natureza classista, ou seja, aqueles processos que têm a ver com a criação, apropriação e transmissão diferenciais dos múltiplos recursos centrais (simbólicos e materiais) à divisão social do trabalho. Embora de maneira complexa e não linear, espelhando, aliás, a própria multidimensionalidade da estrutura de classes, vimos que, no geral, as condições sociais sem capital social tendem a ser mais frequentes nas categoriais sociais mais desqualificadas e globalmente descapitalizadas da população. Mas há exceções, a maior delas a dos empresários e dirigentes. Nas restantes categorias sócio-profissionais com elevados níveis qualificacionais não só a inexistência de apoio é mais

---

<sup>240</sup> Trata-se aqui da oscilação para baixo mencionada acima.

baixa, como a fatia que apresenta volumes muito fortes de apoio é mais alta. Se os níveis educacionais, como indicadores centrais do capital cultural, apresentam uma distribuição linearmente crescente do volume de apoio com o aumento dos graus de ensino, as oscilações da distribuição por condições sócio-profissionais demonstram bem como uma análise do capital social não pode quedar-se pela contabilização dos volumes de ocorrências, tendo que entrar no detalhe dos conteúdos do apoio, para que se possa verificar da articulação entre condições de classe específicas e transmissão de recursos específicos.

#### 4.2.2. Lógicas de apoio

Com o intuito de analisar quais as espécies de recursos recebidos pelas famílias portuguesas com filhos por via da sua participação em redes sociais de apoio, foram diversificados os apoios sobre os quais indagámos (Quadro 4.5).

Quadro 4.5  
Estrutura interna de todos os apoios

Apoios <sup>241</sup>	Estrutura interna (%) (N=12044)	% pop. apoiada (N=1776)	Média pop. apoiada	N pop. apoiada
1. Material quotidiano	12,7	32,5	2,7	578
2. Doméstico quotidiano	9,7	33,7	2,0	598
3. Outros Serviços quotidianos	3,8	12,5	2,1	222
4. Moral quotidiano	23,2	48,1	3,3	855
5. Cuidados às Crianças quotidianos	11,3	49,4	1,6	877
6. Alojamento	4,4	27,1	1,1	482
7. Grandes Festas	11,2	47,9	1,6	850
8. Financeiro quotidiano	7,6	24,5	2,1	435
9. Financeiro avultado	2,5	12,8	1,3	227
10. Recheio de casa	3,6	17,6	1,4	312
11. Automóvel	0,9	5,6	1,1	100
12. Empréstimo	2,2	12,2	1,2	217
13. Emprego	2,1	12,5	1,1	222
14. Herança	2,1	12,9	1,1	229
15. Negócio	0,6	4,0	1,1	71
16. Imóvel	2,2	14,6	1,0	260
Total de Apoios	100,0	90,6	7,5	1597

Este procedimento, de análise pelo número de ocorrências de apoio (ou volume exacto de apoios), altera o número de casos estatísticos, já que deixamos de falar de casos enquanto famílias (num total de 1776 famílias), para falar de um total de 12044 apoios recebidos por essas famílias (com uma média por família apoiada de 7,5 apoios; sendo certo, como vimos

<sup>241</sup> Todos os apoios com a menção de “quotidiano” (material, doméstico, outros serviços, moral, cuidados às crianças, financeiro) dizem respeito aos apoios recebidos nas três fases específicas do curso de vida familiar (início da conjugalidade, nascimento do primeiro filho, vida conjugal com filhos pequenos e adolescentes). Todos os restantes, sem a menção de “quotidiano” (alojamento, ajudas em grandes festas, financeiro avultado, recheio de casa, automóvel, empréstimo, emprego, herança, negócio, imóvel), referem-se a grandes apoios excepcionais em qualquer momento da história pessoal e familiar.

na anterior análise do volume de apoio, que se verifica uma forte diferenciação entre famílias consoante o apoio recebido, algumas tendo um fraco, outras médio, e outras ainda forte ou mesmo muito forte volume de apoio). Tal estratégia analítica, que será igualmente seguida em várias das análises estatísticas que se seguem, ao excluir as situações sem apoio, permite-nos ver quais as proporções exactas de apoios específicos e a sua variação social. Isso não seria possível com uma análise apenas dos casos na população, já que a um caso pode corresponder somente 1 apoio e a outro 20. Olhando apenas para os casos na população, devido à concomitância de apoios recebidos pelas famílias, não seria possível tratar os apoios como um total de componentes mutuamente exclusivos cujo total percentual fosse 100 %. De uma forma mais simples, esta estratégia de análise permite-nos responder a questões sobre quantos apoios foram recebidos e de quê, e não quantas famílias receberam que volume de apoio (o que foi visto acima).

. Olhando para a estrutura interna dos apoios recebidos, ou seja, analisando o número total de ocorrências de apoio pela sua distribuição segundo as espécies específicas de apoio, verificamos, como seria de esperar dada a sua maior recorrência e, podemos supor, menor valor, que são os apoios quotidianos (que ocorrem em qualquer uns dos três momentos específicos da vida familiar) que representam fatias mais relevantes do bolo total de apoios (numa percentagem de 68,2 %, contra 31,8 % dos grandes apoios excepcionais). As excepções e este panorama geral dizem respeito ao montante mais elevado das grandes ajudas para grandes festas familiares e ao montante menos elevado das ajudas noutros serviços quotidianos.

Ao pormenor, e olhando primeiro para os apoios quotidianos em momentos específicos do curso de vida familiar, vemos que quase 13 % dos apoios recebidos foram-no em ajudas materiais (dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa, etc.; apoio recebido por quase 33 % da população, com uma média de 2,7 apoios por cada família apoiada), cerca de 10 % em serviços domésticos (fazer tarefas domésticas, dar comida feita para levar, etc.; quase 34 % das famílias, com uma média de 2 apoios), quase 4 % noutros serviços (não contando com os serviços às crianças – pequenas reparações na casa, transportar pessoas, dar recados, etc.; 12,5 % da população com média de 2,1 apoios), uns impressionantes 23 % em apoio moral<sup>242</sup> (desabafar, conversar sobre problemas, etc.; recebido por quase metade da população, numa média de mais de 3 apoios), pouco mais de

---

<sup>242</sup> Sobre a importância do apoio moral, nomeadamente para a resistência à adversidade, ver Walen & Lachman (2000).

11 % em cuidados às crianças (tomar conta de dia ou de noite, levar ao médico, à escola, etc.; cerca de metade da população, numa média de 1,6 ajudas) e quase 8 % em apoio financeiro no dia-a-dia (dar ou emprestar dinheiro, pagar contas ou despesas, etc.; cerca de um quarto da população, numa média de 2,1 apoios por família).

As percentagens do total de apoio apresentadas pelas grandes ajudas excepcionais em qualquer momento da história de vida familiar são globalmente mais baixas, com a já referida excepção dos apoios para grandes festas (casamentos, baptizados, etc.; quase metade das famílias apoiadas, numa média de 1,6 ajudas por família) com pouco mais de 11 %. A ajuda em alojamento (alojar por um período de tempo mais ou menos longo ou emprestar casa; cerca de um quarto da população apoiada, em média pouco mais de uma vez) representa pouco mais de 4 % das ajudas recebidas. O apoio financeiro avultado (dar grandes quantias de dinheiro; quase 13 % da população, com média de 1,3) fica-se pelos 2,5 % do total de ajudas. O apoio para o recheio de casa (oferecer ou ajudar na compra de móveis e electrodomésticos, etc., para casa e para o bebé; quase 18 % da população, média de 1,4) pelos 3,6 %. A dívida de um automóvel é ligeiramente inferior a 1 % do total de apoio (quase 6 % das famílias, com apoio médio de 1,1). O empréstimo (emprestar dinheiro ou ter fiador de grandes compras; pouco mais de 12 % das famílias, em média 1,2 vezes) por pouco mais de 2 %. As ajudas para arranjar emprego (12,5 % da população, em média 1,1 vez) também, tal como ter recebido uma herança (quase 13 %, com média também de 1,1) ou um imóvel (receber uma casa, um andar, um terreno ou outros bens imóveis; 14,6 % da população, em média 1 vez por família). A oferta de sociedade ou de um negócio representa apenas 0,6 % do total de apoios recebidos (apenas 4 % das famílias apoiadas, em média 1,1 vezes).

Perscrutando mais longe do que a mera descrição de uma multiplicidade de apoios específicos, procurou-se alcançar as lógicas profundas de apoio. Ou seja, sabendo que os apoios constituem transferências de recursos consoante a rede social de apoio em que se participa, e sabendo que existem fortes diferenciações sociais nos volumes de apoio na população, procurou-se averiguar quais os tipos de apoio que tendem a ser dados conjuntamente, constituindo lógicas estratégicas de apoio, entendidas como modalidades mais englobantes de recursos, que podemos pressupor não se distribuírem de igual maneira pelo espaço social das classes.

Assim (Quadro 4.6), uma análise de componentes principais produziu quatro factores que correspondem a diferentes associações empíricas entre tipos de apoio recebidos. A primeira lógica de apoio associa todos os apoios quotidianos (material, doméstico, outros serviços, moral, cuidados às crianças), com a excepção do financeiro, ao apoio excepcional de

dádiva de alojamento. A segunda lógica associa as modalidades de apoio directamente financeiro (quotidiano e excepcional) com modalidades variadas de apoio material não quotidiano (ajudas para grandes festas, para o recheio da casa, dádiva de automóvel). A terceira lógica diz respeito apenas a apoios excepcionais, associando os apoios em empréstimos a ajudas para a obtenção de emprego e colocação profissional.

Quadro 4.6  
Lógicas de apoio  
Análise factorial de componentes principais (rotação *varimax*)

Apoios	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
	Quotidiano e Alojamento	Financeiro e Material	Emprego e Empréstimo	Herança, Imóvel e Negócio
1. Material quotidiano	,415			
2. Doméstica quotidiano	,761			
3. Outros Serviços quotidianos	,624			
4. Moral quotidiano	,567			
5. Cuidados às Crianças quotidianos	,640			
6. Alojamento	,394			
7. Grandes Festas		,481		
8. Financeiro quotidiano		,440		
9. Financeiro avultado		,598		
10. Recheio de casa		,672		
11. Automóvel		,558		
12. Empréstimo			,660	
13. Emprego			,568	
14. Herança				,614
15. Negócio				,434
16. Imóvel				,646
<i>Eigenvalues</i>	2,198	1,874	1,402	1,211
Variância explicada	13,734	11,712	8,760	7,571

A quarta e última lógica de apoio identificada, também referente apenas a apoios excepcionais em qualquer momento do curso de vida familiar, apresenta um carácter mais patrimonial, associando a herança com a dádiva de sociedade ou negócio, bem como de bens imóveis.

Partindo da descoberta destas associações, é então fundamentadamente que se podem agregar os tipos específicos de apoio associados, constituindo quatro grandes conjuntos de apoio que correspondem às quatro lógicas identificadas (Quadro 4.7). Cada uma destas quatro lógicas representa, assim, uma fatia do total de apoios recebidos pelas famílias portuguesas com filhos. A lógica de apoio em quotidiano e alojamento, de longe a mais comum e frequente, diz respeito a pouco mais de 65 % do total de apoios, com uma média para a população apoiada de 5,6 apoios por família. A lógica de apoio financeiro e material não quotidiano, a segunda mais importante, representa quase 26 % de toda a ajuda, com uma média de quase 3 apoios por família apoiada. A de apoios para o emprego e de empréstimo representa pouco mais de 4 %, em média pouco superior a 1 apoio por caso. Finalmente a lógica mais patrimonial, de herança, imóvel e negócio fica ligeiramente abaixo dos 5 % do total de apoios, igualmente com uma média de pouco mais de 1 apoio por família.

Quadro 4.7  
Lógicas de apoio e classe social do casal

Classe Social do Casal		Quotidiano e Alojamento	Financeiro e Material	Emprego e Empréstimo	Herança, Imóvel e Negócio	Total
ED	%	52,6	34,2	1,8	11,4	100,0
	Média pop. total	3,6	2,3	0,1	0,8	6,7
	Média pop. apoiada	4,5	2,8	1,0	1,7	7,9
PIC	%	60,2	32,3	3,2	4,3	100,0
	Média pop. total	5,6	3,0	0,3	0,4	9,2
	Média pop. apoiada	6,7	3,8	1,2	1,4	9,9
PTEI	%	58,3	32,3	5,9	3,5	100,0
	Média pop. total	5,0	2,8	0,5	0,3	8,6
	Média pop. apoiada	6,0	3,5	1,5	1,1	9,1
IPP	%	64,3	24,3	4,4	7,0	100,0
	Média pop. total	4,1	1,5	0,3	0,4	6,4
	Média pop. apoiada	5,3	2,7	1,3	1,3	7,2
C	%	67,2	21,7	2,3	8,8	100,0
	Média pop. total	4,5	1,4	0,2	0,6	6,6
	Média pop. apoiada	5,6	2,6	1,1	1,5	7,4
EE	%	65,6	26,6	4,3	3,5	100,0
	Média pop. total	4,6	1,9	0,3	0,3	7,0
	Média pop. apoiada	5,8	2,8	1,3	1,3	7,9
EEI	%	66,5	24,0	5,3	4,2	100,0
	Média pop. total	4,5	1,6	0,4	0,3	6,8
	Média pop. apoiada	5,2	2,8	1,4	1,2	7,4
OI	%	71,0	20,9	3,9	4,2	100,0
	Média pop. total	4,2	1,2	0,2	0,2	5,9
	Média pop. apoiada	5,6	2,3	1,3	1,2	6,6
AAI	%	66,9	26,3	2,7	4,1	100,0
	Média pop. total	3,7	1,5	0,1	0,3	5,6
	Média pop. apoiada	4,8	2,4	1,5	1,0	6,4
Total	% (N=12044)	65,1	25,7	4,3	4,9	100,0
	Média pop. total (N=1776)	4,4	1,8	0,3	0,4	6,8
	$\eta^2$	0,01*	0,07***	0,03***	0,04***	0,03***
	Média pop. apoiada (N=1597)	5,6	2,8	1,3	1,3	7,5
	$\eta^2$	0,01*	0,05***	0,04*	0,06***	0,03***

\*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$

É claro que se deve notar que todas as categorias sociais apresentam estas lógicas de apoio, que são assim transversais, ainda que com pesos muito diferentes, ao todo da população. Mas, mesmo tendo em consideração esta transversalidade social e a manutenção da proporcionalidade relativa de cada lógica, certo é que diferentes classes sociais apresentam diferentes perfis de apoio (Quadro 4.7). Tal já tinha sido constatado em relação ao volume de apoio, embora não sem complexidades advindas da própria multidimensionalidade dos processos de diferenciação classista. Ao analisarmos as espécies específicas de apoio, ainda que se mantenha um quadro globalmente não linear, verificamos que certas condições sociais

de existência características de certas posições de classe se associam sistematicamente a desvios, para cima ou para baixo das médias e totais populacionais, nas proporções relativas de cada lógica de apoio. Ou seja, mais do que com o volume, podemos associar de forma mais clara certas classes sociais e perfis globais de lógicas estratégicas de apoio.

Verificamos, desta maneira, que a lógica de apoio cotidiano e em alojamento, que é sempre a maioritária em todas as classes sociais, tem um peso menor nos empresários e dirigentes (menos de 53 %, com média inferior à da população apoiada), nas profissões intelectuais e científicas (pouco mais de 60 %, embora com média superior à total), nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio (pouco mais de 58 %, também com média superior, ainda que por pouco, à da população apoiada). Estas três categorias sócio-profissionais são as que apresentam uma fatia desta lógica estratégica de apoio claramente inferior ao peso que tal lógica assume nas restantes, onde varia sempre, com ligeiras oscilações para baixo ou para cima, em torno da percentagem global (bem como as médias de apoio por família apoiada, também com pequenas variações).

A lógica de apoio financeiro e material, por sua vez, tem mais peso nos mesmos empresários e dirigentes (pouco mais de 34 %, com uma média igual ao total apoiado), profissões intelectuais e científicas e nas técnicas e de enquadramento intermédio (ambos com pouco mais de 32 %, embora já com médias de ocorrência de apoio superiores à total). Mais uma vez, as classes sociais, quer as ligadas à pequena propriedade e trabalho independente, quer as ligadas ao salariedade pouco ou não qualificado, apresentam tanto proporções desta lógica de apoio, como valores médios de apoio por família, perto dos valores populacionais globais.

A lógica de emprego e empréstimo, em seu turno, encontra-se mais representada nas famílias com condições de classe ligadas ao trabalho intermédio ou pouco qualificado nos serviços, ou então ao trabalho independente e pequeno patronato. Assim, nas famílias com profissões técnicas e de enquadramento intermédio (com quase 6 % e média superior ao total), de empregados executantes (com 4,3 %, com média igual à total) ou de empregados executantes e industriais (5,3 %, com média ligeiramente superior à total), bem como nos independentes e pequenos patrões (4,4 % e média igual à total), temos uma proporção desta lógica de apoio que é superior ou igual ao perfil populacional ou é igual. Em todas as restantes classes sociais tal proporção é menor. Quer nos operários industriais (que mesmo assim são, destes restantes, quem mais se aproxima dos valores globais, com 3,9 % e média igual), nos assalariados agrícolas e industriais (2,5 %, embora com média de ligeiramente superior ao total), quer nos camponeses (2,3 % e média de 1,1 apoios, ambos inferiores ao



total), quer ainda nas profissões intelectuais e científicas (3,2 %, com média de 1,2) bem como nos empresários e dirigentes (com os valores mais baixos, respectivamente 1,8 % e média de 1).

A lógica de herança, imóvel e negócio está associada às situações de classe cuja condição é definida pelo património ou actividade empresarial (pequenos ou grandes), nomeadamente e por ordem crescente, os independentes e pequenos patrões (com 7 % e média igual ao total), os camponeses (com quase 9 % e média superior ao total) e, particularmente, os empresários e dirigentes (com uns impressionantes mais de 11 % e média superior ao total).

Podemos assim ver que, em cada condição de classe, se verificam diferentes perfis em termos das proporções das diferentes lógicas de apoio.

Nos empresários e dirigentes encontramos um perfil de menor importância do apoio em ajudas quotidianas e em alojamento, bem como das ajudas em empréstimos e para obtenção de emprego. Inversamente, é esta a categoria sócio-profissional com a maior parcela de apoio financeiro e material não quotidiano, bem como, muito particularmente, de herança, apoio em imóveis e negócios.

As profissões intelectuais e científicas, embora apresentem um perfil em parte semelhante aos empresários e dirigentes, já que têm igualmente uma menor fatia de apoios quotidianos e em alojamento, bem como em emprego e empréstimos, e também uma maior em apoio financeiro e material, apresentam a particularidade, consentânea com o seu menor volume global de capital em relação aos precedentes, de a percentagem do apoio que recebem em herança, imóveis e negócios ser inferior à média da população total apoiada, ainda que por pouco.

Nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, se o apoio quotidiano e material é também inferior ao total populacional e o apoio financeiro e material é igualmente superior, como nos dois casos anteriores, e se a percentagem de apoio mais patrimonial (herança, imóvel e negócio) é, tal como no caso imediatamente anterior e ainda mais vincadamente, inferior, constatamos que se dá uma subida da importância relativa dos apoios em ajudas para a obtenção de emprego e em empréstimos.

Nas categorias de trabalho assalariado mais desqualificado deparamo-nos com duas situações algo diferenciadas e que têm a ver com o trabalho no sector dos serviços. Em todas estas categoriais sociais encontramos uma percentagem de apoio em herança, imóvel e negócio abaixo do total das famílias apoiadas, bem como fatias de apoio quotidiano e em alojamento e apoio financeiro e material igualmente perto das percentagens para a população

total (embora com oscilações, ora acima, ora abaixo). Por sua vez, enquanto nos operários industriais e assalariados agrícolas e industriais o apoio em ajudas para a obtenção de emprego e em empréstimos está abaixo do total, nos empregados executantes e nos empregados executantes e operários esta lógica de apoio apresenta um valor igual ao total ou mesmo acima. O trabalho nos serviços parece, assim, produzir um efeito de aumento, ainda que falemos sempre de percentagens diminutas, desta lógica global de apoio. O trabalho agrícola, por seu turno, parece produzir um efeito de normalização estatística no que se refere aos apoios quotidianos em alojamento bem como financeiros e materiais, já que nas famílias estritamente de operariado industrial este último decresce em relação ao total, e o primeiro avoluma ainda mais a sua importância. Os assalariados agrícolas e industriais, apesar desse perfil mais perto do total da população, apresentam a percentagem de apoio em emprego e empréstimo mais baixa de todas as classes sociais.

Nos independentes e pequenos patrões, bem como nos camponeses, vamos encontrar um perfil global de apoio onde ressalta, ainda que em valores aquém dos apresentados pelos empresários e dirigentes, a lógica global de apoio patrimonial, de herança, imóvel e negócio. A diferença entre estas duas categorias diz mais respeito ao facto de os independentes e pequenos patrões deterem uma fatia de apoio em emprego e empréstimo marginalmente superior ao total populacional, enquanto os camponeses estão claramente abaixo, ainda que, por sua vez, apresentem uma percentagem de apoios quotidianos e em alojamento superior ao total.

Tal como com a classe social, o panorama global das lógicas de apoio segundo o nível de escolaridade da mulher inquirida em cada família (Quadro 4.8) também varia e, embora apresente uma distribuição mais simples do que pelas categorias sócio-profissionais, constatamos que não se trata já de uma distribuição linear como a com que nos deparamos quando analisando somente o volume de apoios. A maior complexidade da distribuição resulta, muito provavelmente, do carácter mais qualitativo do que estritamente quantitativo do indicador agora esmiuçado. Daí o termos visto a concatenação entre determinadas condições de classe e determinados perfis globais de apoio.

Segundo a escolaridade da mulher, verificamos que o apoio quotidiano e em alojamento apresenta percentagens acima do total populacional nos níveis mais baixos de escolaridade, até ao ensino preparatório e básico inclusive. Inversamente, as parcelas que esta lógica de apoio ocupa no perfil total das categorias mais escolarizadas, ainda que persistindo como a modalidade de apoio mais importante, apresentam um valor mais baixo.

Note-se no entanto, e olhando para os extremos da distribuição de graus escolares que, enquanto na categoria sem escolaridade, em que a percentagem é a maior, o número médio de apoios por família é apenas de 4,5 (abaixo dos 5,6 da média global), na categoria licenciatura ou mais, onde a fatia de apoio quotidiano e em alojamento não sendo das mais baixas está abaixo do total populacional, o número médio de ajudas por família é o maior de toda a população (com 7,8 apoios deste tipo por família).

Quadro 4.8  
Lógicas de apoio e escolaridade da mulher

Escolaridade da mulher		Quotidiano e Alojamento	Financeiro e Material	Emprego e Empréstimo	Herança, Imóvel e Negócio	Total
Sem Escolaridade	%	71,2	17,3	2,2	9,3	100,0
	Média pop. total	3,3	0,8	0,1	0,4	4,7
	Média pop. apoiada	4,5	2,1	1,1	1,3	5,1
Ensino primário	%	69,1	21,2	4,1	5,6	100,0
	Média pop. total	4,0	1,2	0,2	0,3	5,7
	Média pop. apoiada	5,2	2,4	1,3	1,3	6,7
Ensino Preparatório e Básico	%	65,9	25,8	4,2	4,2	100,0
	Média pop. total	4,7	1,8	0,3	0,3	7,1
	Média pop. apoiada	5,7	2,8	1,3	1,2	7,7
Ensino Secundário	%	58,0	32,1	5,6	4,3	100,0
	Média pop. total	4,7	2,6	0,5	0,3	8,1
	Média pop. apoiada	5,7	3,3	1,5	1,3	8,7
Curso Médio ou Licenciatura incompleta	%	56,5	33,2	4,8	5,4	100,0
	Média pop. total	4,3	2,5	0,4	0,4	7,6
	Média pop. apoiada	5,2	3,5	1,3	1,3	8,1
Licenciatura ou grau superior	%	61,3	30,4	3,1	5,2	100,0
	Média pop. total	6,5	3,2	0,3	0,5	10,6
	Média pop. apoiada	7,8	3,8	1,3	1,5	11,2
Total	% (N=12044)	65,1	25,7	4,3	4,9	100,0
	Média pop. total (N=1776)	4,4	1,8	0,3	0,4	6,8
	$\eta^2$	0,02***	0,09***	0,02***	0,01***	0,05***
	Média pop. apoiada (N=1597)	5,6	2,8	1,3	1,3	7,5
	$\eta^2$	0,02***	0,05***	0,02*	0,01*	0,04***

\*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$

O peso relativo da lógica de apoio financeiro e material inverte o panorama apresentado pela lógica anterior. São os níveis de escolaridade acima do secundário inclusive que apresentam maiores fatias destes tipos de apoio, sendo que o número médio de apoios por família cresce mesmo linearmente com o aumento do nível escolar. A lógica de apoio em emprego e empréstimo, que vimos caracterizar globalmente mais categoriais intermédias ou pouco qualificados dos serviços, apresenta, segundo o nível de escolaridade, percentagens mais elevadas no ensino secundário ou nas situações de curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta.

Por sua vez, o apoio em herança, imóveis ou negócio, que vimos caracterizar as situações de classe ligadas à propriedade, quer a grande propriedade (nos empresários e dirigentes), quer a pequena (nos independentes e pequenos patrões bem como nos camponeses), apresenta um peso relativo segundo os níveis escolares que espelha a própria diversidade em termos de capital qualificacional dessas categorias sociais. Assim, é mais alto

nas situações de ensino pós-secundário, mas, acima de tudo, nas situações apenas de escolaridade primária e, muito vincadamente, nas de sem escolaridade (reflectindo fortemente o baixo perfil educacional dos segmentos sociais ligados à pequena propriedade, muito particularmente agrícola).

#### 4.2.3. Dadores de apoio

A análise do capital social real das famílias implica necessariamente, pela definição dupla do próprio conceito enquanto efeito decorrente de um conjunto de recursos e conjunto de agentes em relação, não apenas a análise do volume e das espécies de recursos (o que responde às perguntas “quantos?” e “quais?”), mas também a análise da identidade dos dadores de apoio em relação aos receptores do mesmo, assim podendo reconstituir os participantes típicos das redes sociais de apoio. Esta caracterização dos dadores de apoio não responde somente a intenções descritivas, mas igualmente explicativas da origem dos apoios, já que podemos assim aferir da sua inserção em diferentes lógicas de dádiva (familiares, intergeracionais, intrageracionais, amicais, vicinais, etc.).

##### 4.2.3.1. Caracterização global dos dadores

A primeira grande constatação (Quadro 4.9), reiterando aliás investigações anteriores (Vasconcelos, 2002<sup>a</sup>), é a de que cerca de 90 % do apoio é dado por familiares (em média com 6,9 apoios), contra apenas os restantes cerca de 10 % dado por não-familiares (em médio com 2,6 apoios).

Quadro 4.9  
Dadores de apoio e lógicas de apoio

Dadores	Total	Quotidiano e Alojamento	Financeiro e Material	Emprego e Empréstimo	Herança, Imóvel e Negócio	Média pop. apoiada (N=1597)
Familiares (sub-total)	90,2	88,6	96,8	69,2	95,7	6,9
Progenitores (sub-total)	70,5	66,0	84,9	39,1	83,7	3,7
Pais da Mulher (sub-total)	46,1	45,3	52,7	23,3	42,9	4,4
Pai da Mulher	5,0	2,9	7,2	9,1	18,0	1,8
Mãe da Mulher	23,6	30,4	13,1	5,3	5,3	3,2
Casal de Pais da Mulher	17,5	12,0	32,4	8,9	19,6	2,7
Pais do Homem (sub-total)	24,4	20,7	32,2	15,8	40,8	3,0
Pai do Homem	3,0	1,5	4,3	5,5	15,3	1,7
Mãe do Homem	10,4	12,5	6,5	3,0	9,2	2,3
Casal de Pais do Homem	11,0	6,7	21,4	7,3	16,3	2,2
Fratrã e seus Cônjuges	13,4	16,8	6,4	16,4	2,9	2,9
Outros Familiares	6,3	5,8	5,5	13,7	9,1	2,1
Não-Familiares (sub-total)	9,8	11,4	3,2	30,8	4,3	2,6
Amigos, Colegas e Vizinhos	8,9	10,7	2,6	27,6	2,8	2,6
Outras Pessoas	0,9	0,7	0,6	3,2	1,5	1,5
Total (N=12044)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7,5

Do apoio prestado por familiares, verificamos que cerca de 71% do total é dado pelos progenitores do casal receptor de dádiva (média de 3,7 apoios). A fratria do casal, incluindo

os cônjuges desses irmãos e irmãs, é responsável por pouco mais de 13 % do apoio (média de 2,9 apoios),<sup>243</sup> sendo os restantes cerca de 6 %<sup>244</sup> dados por uma vasta plêiade de outros familiares (média de 2,1 apoios), dos quais se salientam os tios e tias de qualquer um dos membros do casal. Do apoio fornecido pelos progenitores, constatamos que o que é dado pelos pais da mulher (cerca de 46 %; média de 4,4 apoios) é mais volumoso do que o dado pelos pais do homem (quase 24 %; média de 3 apoios). Em relação aos pais da mulher, são os apoios dados isoladamente pela mãe os mais relevantes (quase 24 %; média de 3,2 apoios), seguidos pelos apoios prestado em conjunto pelo casal de pais (quase 18 %; média de 2,7 apoios) e apenas depois pelos dados individualmente pelo pai da mulher (5 %; média de 1,8 apoios). Esta importância das progenitoras verifica-se também nos apoios prestados pela mãe do homem (cerca de 10 %; média de 2,3 apoios) face aos prestado pelo pai (3 %; média de 1,7 apoios), embora no caso dos pais do homem as dádivas dadas em conjunto pelo casal de pais sejam aqui as mais volumosas (11 %; média de 2,2 apoios), ainda que por pouco.

Do apoio prestado por não-familiares, a esmagadora maioria (9 % em 10 %; média de 2,6 apoios) é-o por amigos, colegas ou vizinhos (são os amigos os mais relevantes), sendo o restante 1 % por outras pessoas com as quais não se afirma uma relação de proximidade muito acentuada (em média com 1,5 apoios), o que vem demonstrar, aliás, a fraqueza dos laços fracos, invertendo em parte a tese micro-social de Granovetter, pelo menos no respeitante à transmissão de recursos centrais e pesados, onde predomina, como temos vindo a ver, a força dos laços fortes, denotando que estamos aqui face a famílias que não contam substancialmente com o apoio daquela que é por excelência a rede central de apoio – a parentela, nem mesmo por parte de amigos, colegas e vizinhos, tendo de depender da bondade de meros conhecidos ou mesmo estranhos para fazer face às necessidade da sua vida.

Olhando para a distribuição segundo o tipo de dadores de cada uma das quatro lógicas mais englobantes de apoio identificadas anteriormente (Quadro 4.9), verificamos que diferentes espécies de apoio tendem a ser fornecidas por diferentes tipos de dadores, ainda que, como sempre, se verifique uma transversalidade de todas as situações e estejamos a falar acima de tudo de diferentes proporções do apoio dado por categorias de dadores.

Assim, no apoio quotidiano e em alojamento, vemos que desce a proporção fornecido pelos progenitores (66 %), embora subam as percentagens do que é dado pelas mães, quer da mulher (cerca de 30 %) quer do homem (quase 13 %), como sobe a proporção do que é

---

<sup>243</sup> Estes valores claramente inferiores aos dos progenitores confirmam os trabalhos de Campbell, Connidis & Davies (1999) e Eriksen & Gerstel (2002), bem como algumas das conclusões de Wolff & Mohamed (2002).

<sup>244</sup> Restantes para perfazer os cerca de 90 %.

fornecido pela fratria (quase 17 %). Mas, globalmente, esta lógica de apoio é dada por familiares e não-familiares em proporções muito próxima da distribuição geral, embora os primeiros desçam (para pouco menos de 87 %) e os segundos subam (para pouco mais de 11 %), ambos muito ligeiramente em percentagens inferiores a 2 %.

No respeitante ao apoio financeiro e material acentua-se o carácter familiar dos apoios (quase 97 %), descendo para um terço do seu valor geral a proporção deste apoio dado por não-familiares (para pouco mais de 3 %). Mas, se o apoio dado individualmente pelas mães era na anterior lógica de apoio mais marcante, nesta não só desce (respectivamente, para pouco mais de 13 % no caso da mãe da mulher e menos de 7 % na da mãe do homem), havendo um concomitante aumento da parcela dada pelos pais-homens (pouco mais de 7 % no pai da mulher e pouco mais de 4 % no do homem), como é mesmo ultrapassado pelos apoios dados em conjunto por casais de progenitores (cerca de 32 % pelo pai da mulher e cerca de 21 % pelos do homem). Tal indicia, já que esta é uma lógica mais directamente patrimonial que a anterior, que quanto mais património estiver envolvido, mas intergeracional directa e em sentido descendente, das gerações mais velhas para as mais novas, será a transmissão.

Em relação aos apoios para o emprego e em empréstimos, pelo contrário, acentua-se o carácter não-familiar (quase 31 %), embora a fatia maioritária permaneça familiar (cerca de 69 %). Esta é, de resto, a única lógica de apoio onde a participação de pessoas exteriores à família, particularmente amigos, colegas e vizinhos, atinge proporções relevantes. Note-se, contudo, dentro dos apoios familiares, não só o aumento dos que são dados individualmente quer pelo pai da mulher (cerca de 9 %), quer pelo do homem (quase 6 %), face nomeadamente aos contributos das mães ou dos progenitores em casal, como igualmente o aumento do contributo quer da fratria (pouco mais de 16 %), quer de outros familiares (quase 14 %). Esta é uma lógica de apoio quer mais relacional (obtenção de colocação profissional), quer com retorno (empréstimo), quer mesmo sem encargos caso não haja impossibilidade de cumprimento de obrigações face a terceiros (fiador).<sup>245</sup> Nesta situação aumenta o peso dos não-familiares como dos familiares colaterais. O aumento do peso dos pais-homens deve ser entendido no contexto de modalidades de dívida relacionadas com o controlo dos bens económicos, como veremos na lógica de apoio seguinte.

---

<sup>245</sup> Isto por oposição a lógicas mais patrimoniais ou com maior carga de trabalho ou ainda que implicam a partilha de recursos.

Como seria de esperar, dado o seu carácter fortemente patrimonial, a lógica de apoio em herança, imóveis e negócio é também uma onde não só a participação não-familiar decresce (para pouco mais de 4 %), como aumenta mais uma vez o peso relativo dos progenitores do casal (quase 84 %). Dentro dos apoios familiares, verificamos o decréscimo acentuado da fratria e seus respectivos cônjuges (um pouco menos de 3 %), bem como a manutenção dos apoios dados por outros familiares em parcela não negligenciável (cerca de 9 %, abaixo do montante da lógica imediatamente anterior, mas acima de todas as outras). Dentro da grande categoria de apoio prestado por progenitores deparamo-nos não só com a diminuição da importância da mãe da mulher (pouco mais de 5 %) e da mãe do homem (cerca de 9 %), sendo que esta última pela primeira vez contribui mais que a anterior, e o correlativo aumento das contribuições individuais de ambos os pais-homens (18 % para o da mulher, cerca de 15 % para o do homem), mas, acima de tudo, com a importância dos apoios dados em conjunto pelo casal de progenitores, da mulher (quase 20 %) e do homem (cerca de 16 %). É aqui de ressaltar que é apenas nesta lógica patrimonial por excelência que o apoio prestado pelos progenitores do homem praticamente iguala o dos da mulher (respectivamente, quase 41 % para quase 43 %). Mais uma vez (Vasconcelos 2002<sup>a</sup>, 2002<sup>b</sup> & 2005) se comprova que a transmissão patrimonial tende a efectuar-se em maior medida não só através de dadores homens ou em casal, como flui em montantes inauditos pela família do homem do casal.

Tendo averiguado quem são os dadores de apoio, torna-se igualmente importante perceber, para que se possa caracterizar mais aprofundadamente o perfil desses dadores, a distribuição interna por categorias de dadores das proporções de cada lógica de apoio. Ou seja, há que verificar quanto, do total de apoio providenciado por cada tipo de dador, é de cada espécie de apoio (Quadro 4.10).

Numa primeira grande comparação, entre o apoio dado por familiares e o dado por não-familiares, constatamos, como expectável, que não só o apoio quotidiano e em alojamento é, em ambas as categorias, o mais importante, constituindo quase 64 % do apoio dado pela família e pouco mais de 76 % por não-familiares, como os apoios mais patrimoniais, quer financeiros ou materiais, quer em herança, imóveis ou negócio, tendem a ser mais relevantes no perfil de dívida dos familiares (particularmente o primeiro), enquanto no dos não-familiares estas duas lógicas de apoio são de diminuta importância, particularmente a segunda, face à maior fatia de apoio para o emprego e em empréstimos. Comprova-se assim que, além da maioria dos apoios serem quotidianos e em alojamento, os não-familiares providenciam mais apoios relacionais ou condicionais, enquanto os familiares estão mais envolvidos na transmissão patrimonial.

Quadro 4.10  
Perfil dos dadores de apoio em lógicas de apoio

	Quotidiano e Alojamento	Financeiro e Material	Emprego e Empréstimo	Herança, Imóvel e Negócio	Total (N=12044)
Familiares	63,7	27,6	3,3	5,4	100,0
Progenitores	60,6	31,0	2,3	6,1	100,0
Pais da Mulher	63,7	29,5	2,2	4,6	100,0
Pai da Mulher	36,2	38,3	7,6	17,9	100,0
Mãe da Mulher	83,7	14,2	1,0	1,1	100,0
Casal de Pais da Mulher	44,6	47,6	2,2	5,6	100,0
Pais do Homem	54,7	33,8	2,8	8,7	100,0
Pai do Homem	27,8	36,1	7,7	28,4	100,0
Mãe do Homem	78,2	16,2	1,1	4,5	100,0
Casal de Pais do Homem	39,9	49,9	2,8	7,4	100,0
Progenitores (Homens)	33,0	37,5	7,6	21,9	100,0
Progenitoras (Mulheres)	82,0	14,8	1,1	2,1	100,0
Casais de Progenitores	42,8	48,5	2,4	6,3	100,0
Fratria e seus Cônjuges	81,5	12,2	5,2	1,1	100,0
Outros Familiares	60,7	22,9	9,3	7,1	100,0
Não-Familiares (sub-total)	76,4	8,2	12,3	3,1	100,0
Amigos, Colegas e Vizinhos	78,1	7,3	13,0	1,6	100,0
Outras Pessoas	59,5	17,3	18,4	4,9	100,0
Total	65,1	25,7	4,3	4,9	100,0

Sinal desse maior envolvimento dos familiares com a transmissão patrimonial, além de com o apoio quotidiano e em alojamento, são as parcelas de apoio dados pelos progenitores de ambos os elementos do casal, ambas superiores ao total populacional desses apoios, quer em apoio financeiro e material (31 %), quer em herança, imóveis e negócio (pouco mais de 6 %), bem como a diminuta percentagem de apoio dado pelos mesmos em emprego e empréstimo (pouco mais de 3 %), inferior ao total populacional para essa lógica de apoio.

Mas este perfil dos progenitores do casal, para mais dado o volume de apoios pelos quais são responsáveis, como vimos acima, não deve ser confundido com os perfis de outras categorias de familiares. De facto, dentro do parentesco mobilizado para o apoio encontramos diferenças significativas. Assim, por parte dos colaterais directos, a fratria e seus respectivos cônjuges, além do avolumar, quase para 82 %, dos apoios quotidianos e em alojamento, desaparece para percentagem irrisória o apoio em herança, imóveis e negócio (cerca de 1 % somente), o apoio em emprego e empréstimo fica ligeiramente acima do perfil populacional total (com pouco mais de 5 %), mas mesmo assim mais do que o dobro do dado pelos progenitores, e o apoio financeiro e material queda-se por cerca de 12 %, menos de metade do total da população e quase um terço do que é dado pelos progenitores.

Se este perfil de apoio é já distinto do dos progenitores, mais distinto é ainda do dos outros familiares não englobados em qualquer uma das categorias de parentesco anteriores. Nestes, a parcela de apoios quotidianos e em alojamento, permanecendo maioritária, desce para um valor abaixo do total populacional e semelhante ao dos progenitores (quase 61 %). Igualmente, o apoio financeiro e material, embora em percentagem relevante (quase 23 %),



está também ligeiramente abaixo do total (ao contrário dos progenitores), enquanto nas duas restantes lógicas de apoio (em emprego e empréstimo com cerca de 9 %; e em herança, imóvel e negócio com cerca de 7 %) está acima desse total. O relevante nestas duas lógicas, além das percentagens em si, é verificarmos que os outros familiares contrariam a tendência parental de poucos apoios em emprego e empréstimo, ultrapassando até a fratria e aproximando-se do perfil dos não-familiares, como contrariam a tendência fraternal para poucos apoios em herança, imóveis e negócios, ultrapassando até a parcela desse tipo de apoio no total de apoio parental (embora, como já o vimos, mais desse apoio seja dado por progenitores). Se na fratria encontramos um perfil familiar atenuado em relação às transmissões patrimoniais e mais concentrado na quotidianidade, no apoio relacional ou mesmo condicional, nos outros familiares, até como categoria abrangente que mistura relações de parentesco de índole muito diversificada (apesar da importância dentro dela dos tios e tias de ambos os membros do casal), aglomerando relações intergeracionais com intrageracionais (verticalidade e horizontalidade genealógica), ou relações próximas com distantes, deparamo-nos com um perfil algo misto, onde quer as transmissões mais patrimoniais estão perto da distribuição total ou mesmo acima dela, quer os apoios relacionais e condicionais estão acima dessa distribuição global. Tal dever-se-á, muito provavelmente, a apoios dados por diferentes tipos de outros familiares – uns mais próximos do perfil parental (como tios e tias), outros mais próximos de um perfil fraternal (como primos e primas), outros ainda mais próximos de um perfil amical (como parentes genealógica e mais distantes).

As diferenças dentro do parentesco não se ficam por aqui, contudo. De facto, tanto o perfil dos progenitores da mulher não é igual ao dos progenitores do homem, como o perfil dos progenitores-homens não é igual ao das progenitoras. Comparando os pais da mulher com os pais do homem, embora tenham uma distribuição globalmente semelhante, verificamos que os primeiros dão mais do seu apoio em espécie quotidiana e material (quase 64 %) do que os segundos (quase 55 %; cerca de 10 % abaixo do total populacional), exactamente porque estes últimos dão mais do seu apoio em qualquer uma das restantes lógicas de apoio. Particularmente significativos, até porque indiciador da maior intervenção masculina nos assuntos patrimoniais (de homens ou da família do homem, entenda-se), são os quase 9 % do apoio dado pelos pais do homem em herança, imóveis ou negócio.

Esta maior intervenção masculina nos apoios patrimoniais está bem patente no perfil quer do pai da mulher quer do pai do homem, ambos bastante semelhantes. A primeira evidência é a baixa parcela de apoios quotidianos e em alojamento que dão (respectivamente cerca de 36 % e quase 28 %). A segunda são as elevadas percentagens das suas dádivas quer

em apoio financeiro e material (cerca de 38 % e cerca de 36 %), quer em herança, imóveis e negócio (cerca de 18 % e pouco mais de 28 %). Os apoios em emprego e empréstimo não sendo de montante muito elevado no conjunto do apoio que dão (ambos próximos dos 8 %), são apesar de tudo superiores ao perfil populacional geral para todas as famílias apoiadas, evidenciando, mesmo para um tipo de apoio tendencialmente pouco parental, a força da participação masculina em assuntos patrimoniais ou relacionados com o mercado (de emprego ou outro). De facto, o conjunto dos progenitores-homens apresenta um perfil conjunto de menor concentração do apoio em dádivas quotidianas ou em alojamento (apenas 33 %) e de concomitante concentração nos restantes tipos de apoio.

Os perfis femininos, das progenitoras quer da mulher quer do homem, pelo contrário, apresentam uma elevadíssima concentração na quotidianidade e alojamento (82 %), sendo que mesmo assim alguma masculinidade patrimonial intervém, já que não só a mãe do homem dá ligeiramente mais apoios financeiros e materiais do que a da mulher (cerca de 16 % contra 14 %), como, mais vincadamente, dá também mais heranças, imóveis e negócios (quase 5 % contra cerca de 1 %).

Os perfis de apoio dos casais de progenitores, ou seja quando os apoios são dados conjuntamente pelo pai e pela mãe de um dos membros do casal, têm igualmente alguma masculinização do perfil de apoio, já que encontramos um relativo equilíbrio entre a parcela de apoio quotidiano e em alojamento (quase 43 %) e a de financeiro e material (quase 49 %). No entanto, esta masculinização patrimonial não vai ao ponto de avolumar significativamente a percentagem de apoio em herança, imóveis e negócio (cerca de 6 %, superior ao total populacional, mas muito abaixo do perfil dos progenitores-homens onde alcança quase 22 %, como vimos).

Dentro da categoria dos não-familiares também se verificam diferenças entre os apoios dados por amigos, colegas e vizinhos e os dados por outras pessoas com as quais não se declara um laço de tanta proximidade. Se este é primariamente um perfil de apoio quotidiano e em alojamento, o que implica alguma proximidade inclusive geográfica, e secundariamente um de apoio em ajudas para a obtenção de emprego e em empréstimos, vemos que tal caracterização se deve ao muito maior número, dentro desta categoria, de apoios e de famílias apoiadas por amigos, colegas e vizinhos, já que o perfil das outras pessoas diminui consideravelmente a parcela de apoio quotidiano e em alojamento (embora continue a constituir a maioria do apoio – cerca de 60 %), aumentando correlativamente as de apoio financeiro e material (cerca de 17 %) ou para o emprego e empréstimos (cerca de 18 %). Tal dispersão dos tipos de apoio por parte das outras pessoas dá conta quer da multiplicidade da

sua intervenção, quer, acima de tudo, das necessidades não providas (nomeadamente por redes de parentesco ou mesmo amicais) por parte das poucas famílias que desta categoria de dadores dependem.

#### **4.2.3.2. Lateralização e gendrificação do apoio**

Os processos de apoio e as operações efectuadas através do capital social, além de serem, como temos vindo a ver e como veremos mais detalhadamente mais à frente, estruturados por processos de diferenciação e desigualdade social classistas, são igualmente atravessados pelas lógicas da diferenciação e desigualdade de género. E, com o temos vindo a constatar, são-no em dois sentidos: o da diferenciação entre o apoio prestado pela família do homem ou pela família da mulher e o da diferenciação entre contribuições dadas por homens e dadas por mulheres.<sup>246</sup>

Como já se pôde verificar, os apoios prestados pela família da mulher e pela família do homem não apresentam volumes equivalentes, sendo os primeiros sistematicamente maiores. Mas, como seria de esperar, tal diferenciação depende do tipo de lógica de apoio de que tratamos.

De facto, olhando para o volume total de apoio em termos de lateralização da rede de parentesco apenas (Quadro 4.11), verificamos que 66 % é prestado pela família da mulher, contra cerca de 33 % pela do homem.<sup>247</sup> Se tomarmos em consideração cada uma das lógicas de apoio constatamos que, apesar dos contributos da família da mulher serem sempre mais numerosos, existem variações no sentido anteriormente comprovado – as participações masculinas (neste caso, da família do homem) aumentam com as lógicas de apoio mais financeiras, patrimoniais ou relacionadas com o mercado, ao contrário das femininas que aumentam com o apoio quotidiano e em alojamento. Assim, no respeitante ao apoio financeiro e material, vemos que a fatia dada pela família do homem, sendo inferior à da família da mulher, ultrapassa já o total populacional, aproximando-se dos 37 %. Em relação aos apoios em ajudas para o emprego e em empréstimos, a participação da linhagem masculina aumenta para quase 41 %. Finalmente em relação às heranças, imóveis e negócio, a parcela de apoio da linhagem masculina sobe para perto de metade do total, com 48 %.

---

<sup>246</sup> Nomeadamente vimos a diferença entre o apoio dos pais-homens e das mães, bem como apoios prestado por casais de progenitores.

<sup>247</sup> A estas duas parcelas soma-se cerca de 1 % de apoio prestado por familiares do homem e da mulher, por regra filhos ou netos, ou por familiares cuja pertença à linhagem feminina ou masculina do casal não foi especificada.

Quadro 4.11  
Lateralização do apoio familiar – distribuição dos apoios

	Família da Mulher	Família do Homem	Família de Ambos ou não especificada	Total (N=10865)
Quotidiano e Alojamento	69,1	29,5	1,4	100,0
Financeiro e Material	62,5	36,9	0,6	100,0
Emprego e Empréstimo	58,0	40,9	1,1	100,0
Herança, Imóvel e Negócio	51,6	48,0	0,3	100,0
Total	66,0	32,9	1,1	100,0

Os perfis de apoio das linhagem feminina e masculina (Quadro 4.12), não alterando as hierarquia de proporções relativas de cada uma das lógicas de apoio tal como se encontram no total populacional, apresentam, de facto, diferenciações suficientes para, mais uma vez, comprovar a maior importância das dádivas quotidianas e em alojamento no apoio prestado pela família da mulher (quase 68 %) do que no prestado pela do homem (57 %). Da mesma maneira, as parcelas de apoio financeiro e material, em emprego e empréstimo e em herança, imóveis ou negócio são sempre mais elevadas no perfil da linhagem masculina do que no da feminina, sendo as primeiras, aliás, sempre superiores ao total populacional e as segundas sempre inferiores.

Quadro 4.12  
Lateralização do apoio familiar – perfil das linhagens

	Família da Mulher	Família do Homem	Família de Ambos ou não especificada	Total
Quotidiano e Alojamento	66,7	57,1	81,1	63,7
Financeiro e Material	26,2	31,0	13,9	27,6
Emprego e Empréstimo	2,8	4,0	3,3	3,2
Herança, Imóvel e Negócio	4,2	7,9	1,6	5,4
Total (N=10865)	100,0	100,0	100,0	100,0

Se, em vez de contributos das linhagens masculina ou feminina apenas da rede de parentesco, falarmos mesmo da diferenciação de género em termos de contributos de homens e mulheres (ou casais), então as diferenciações observadas acentuam-se ainda mais (Quadro 4.13). Comprova-se que são as mulheres os dadores de apoio mais importantes (cerca de 37 % do apoio), logo seguidas pelos casais (quase 35 %) e apenas depois pelos homens (quase 28 %). Se são as mulheres as maiores dadoras de apoio quotidiano e em alojamento (cerca de 40 %, contra 29 % dos homens e quase 31 % dos casais),<sup>248</sup> são os casais os maiores dadores de apoio financeiro e material (quase 58 %, contra quase 28 % das mulheres e cerca de 15 % dos homens) e são os homens os maiores dadores de apoio em ajudas para o emprego e empréstimos (quase 46 %, contra cerca de 35 % das mulheres e cerca de 19 % dos casais). O apoio com herança, imóveis ou negócio é também maioritariamente dado pelos homens

<sup>248</sup> O papel central das mulheres no trabalho mais quotidiano está bem documentado, ver Pezzin & Schone (1999).

(quase 41 %), embora seguidos de perto pelos casais (pouco mais de 38 %), devendo-se às mulheres apenas pouco mais de 21 % deste apoio.

Quadro 4.13  
Gendrificação do apoio – distribuição dos apoios

	Mulheres	Homens	Casais	Total (N=12044)
Quotidiano e Alojamento	40,3	29,0	30,7	100
Financeiro e Material	27,5	15,1	57,5	100
Emprego e Empréstimo	35,3	45,5	19,2	100
Herança, Imóvel e Negócio	21,1	40,5	38,4	100
Total	37,4	27,8	34,8	100

Estas diferenciações são igualmente comprovadas analisando o perfil de apoio de homens, mulheres e casais (Quadro 4.14). De facto, se, mais uma vez e seguindo a distribuição populacional, a lógica de apoio mais frequente em todos é quotidiana e em alojamento, verificamos que é mais marcada nas mulheres (cerca de 71 %) do nos homens (pouco menos de 69 %) ou casais (quase 54 %). Nos casais ressalta a fatia do seu apoio em espécie financeira e material (quase 39 %), significativamente acima das mulheres (cerca de 20 %) e dos homens (quase 15 %). Nos homens, por sua vez, salientam-se os valores atingidos pelos apoios em emprego e empréstimo e em herança, imóvel e negócio, ambos ligeiramente superiores a 8 %, já que, embora sejam minoritários, são superiores às percentagens que tais apoios têm nas mulheres e casais, bem como no total de dadores.

Quadro 4.14  
Gendrificação do apoio – perfil de género

	Mulheres	Homens	Casais	Total
Quotidiano e Alojamento	71,1	68,8	53,6	65,1
Financeiro e Material	20,1	14,9	38,6	25,7
Emprego e Empréstimo	5,1	8,1	2,4	4,3
Herança, Imóvel e Negócio	3,8	8,2	5,4	4,9
Total (N=12044)	100	100	100	100,0

Globalmente, e não obstante a transversalidade das lógicas de apoio, bem como a manutenção relativa da sua proporcionalidade, as mulheres e a família da mulher estão mais associadas ao apoio quotidiano e em alojamento, de resto mais próximo do universo doméstico, enquanto as restantes lógicas, mais financeiras, patrimoniais ou ligadas ao mercado, estão mais associadas quer aos homens quer à família do homem. É de notar, no entanto, que o apoio financeiro e material, mas também em medida significativa o apoio com herança, imóvel ou negócio, apresentam um carácter consideravelmente familiar (e de transmissão familiar, acrescente-se), já que relevantemente associados ao apoio dados por casais.

### 4.2.3.3. Dadores e diferenciação social

Como seria de esperar, nem todos as categorias de dadores apresentam a mesma relevância em todos os contextos de classe. De facto, a acrescentar às diferenciações no apoio que temos vindo a ver, soma-se o facto, ainda que de maneira não linear, de que existem categorias de dadores com maior e menor peso relativo em diferentes situações de classe.

Ao analisar os dadores de apoio pela classe social do casal receptor do mesmo (Quadro 4.15), verificamos, *grosso modo*, embora sem alteração substancial das proporções relativas de cada categoria de dadores, que o apoio prestado pela família é mais frequente, ainda que marginalmente, nos empresários e dirigentes e nas profissões intelectuais e científicas. Estes são igualmente as categorias sócio-profissionais que menos dependem do apoio de não familiares. Da mesma maneira verificamos que estas categorias mais privilegiadas da população são as cujo apoio mais é prestado pelos progenitores.

Quadro 4.15  
Dadores e classe social do casal

	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	E EI	OI	AAI	Total
Familiares (sub-total)	94,5	93,6	90,2	91,2	89,4	87,8	90,1	91,8	90,6	90,2
Progenitores (sub-total)	80,0	81,5	73,8	71,7	63,5	68,7	69,0	67,7	75,5	70,5
Pais da Mulher (sub-total)	53,4	50,6	46,3	47,2	38,2	47,5	42,2	46,5	56,1	46,1
Pai da Mulher	8,6	8,2	4,7	3,8	5,7	4,4	5,0	5,8	6,4	5,0
Mãe da Mulher	15,3	18,2	18,3	23,1	19,6	25,7	24,8	27,7	33,8	23,6
Casal de Pais da Mulher	29,5	24,2	23,3	20,3	12,9	17,4	12,4	13,0	15,9	17,5
Pais do Homem (sub-total)	26,6	30,9	27,5	24,5	25,3	21,2	26,8	21,2	19,4	24,4
Pai do Homem	4,5	4,1	3,0	3,7	3,9	2,0	3,0	2,2	2,0	3,0
Mãe do Homem	9,0	9,3	9,3	10,1	12,9	9,0	13,5	10,6	8,7	10,4
Casal de Pais do Homem	13,1	17,5	15,2	10,7	8,5	10,2	10,3	7,9	8,7	11,0
Fratria e seus Cônjuges	7,4	6,8	9,2	14,1	17,4	11,5	14,4	18,0	11,2	13,4
Outros Familiares	7,1	5,3	7,2	5,4	8,5	7,6	6,7	6,1	3,9	6,3
Não-Familiares (sub-total)	5,5	6,4	9,8	8,8	10,6	12,2	9,9	8,2	9,4	9,8
Amigos, Colegas e Vizinhos	5,2	6,3	9,7	7,6	10,3	11,7	8,9	7,0	7,5	8,9
Outras Pessoas	0,3	0,1	0,1	1,2	0,3	0,5	1,0	1,2	1,9	0,9
Total (N=12044)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Olhando para dentro dessa grande categoria dos progenitores do casal encontramos, no entanto, algumas diferenciações. De facto, se são os assalariados agrícolas e industriais quem mais tem apoio prestado pelos progenitores da mulher, seguidos pelos empresários e dirigentes e pelas profissões intelectuais e científicas. São estes dois últimos, particularmente os intelectuais e científicos logo secundados pelas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, que maior fatia tem de apoio dado pelos progenitores do homem, quedando-se os assalariados agrícolas e industriais pela percentagem mais baixa. São igualmente os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as técnicas e de enquadramento intermédio aqueles cuja fatia de apoio dado pelos casais de progenitores (do homem e da mulher) é maior – o que indicia maiores apoios patrimoniais e financeiros, como vimos. Por sua vez, em relação ao apoio prestado isoladamente pelos pais-homens de ambos

os membros do casal, são mais uma vez os empresários e dirigentes e as profissões intelectuais e científicas quem mais recebe, embora, no respeitante ao pai do homem, os independentes e pequenos patrões e os camponeses não lhes fiquem muito aquém. Em relação aos apoios prestado por aquela que é o maior dador individual – a mãe (da mulher, mas também do homem), encontramos duas situações muito díspares. A parcela de apoio prestado pela mãe da mulher é sistematicamente mais relevante nos segmentos de trabalho menos qualificados, desde os empregados executantes até ao assalariamento agrícola (onde é a mais elevada) passando pelo industrial. Pela domesticidade da ajuda por parte desta dadora (associada à lógica de apoio quotidiano e em alojamento), bem como pelos fracos níveis de apoio mais patrimonial deste segmento, verificamos que esta elevada percentagem de apoio dado pela mãe da mulher pode, muito provavelmente, ser sinónimo de fracos níveis de recursos a circular na rede de apoio. No referente à mãe do homem, categoria, de resto, onde a variação é menor, são os camponeses e, mais ainda, os empregados executantes e operários, quem mais recebe comparativamente.

No respeitante ao apoio prestado pela fratria e seus cônjuges verificamos que são duas as situações onde é mais marcante – as posições de classe ligadas à pequena propriedade (independentes e pequenos patrões, e camponeses) ou ao trabalho industrial (empregados executantes e industriais e operários industriais). Por sua vez, no que se refere ao apoio dado por outros familiares, dado, aliás, o seu carácter de categoria residual dentro da parentela que aglomera relações de parentesco muito diversificadas, não nos deparamos com um padrão para qual se possa facilmente encontrar sentido sociológico, já que esta categoria tende a ser mais elevada nos empresários e dirigentes, nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, nos camponeses e nos empregados executantes.

Em relação aos não-familiares, é, por um lado, nos empresários e dirigentes e nas profissões intelectuais e científicas onde menos encontramos o peso das suas contribuições e é, por outro lado, nos camponeses e empregados executantes onde mais o verificamos. Nestes dois últimos, tal peso deve-se aos apoios prestados por amigos, colegas e vizinhos. Em relação às dádivas de outras pessoas, ainda que esta seja uma categoria residual e de pouca importância estatística, são os independentes e pequenos patrões, os empregados executantes e industriais, os operários industriais e, muito particularmente, os assalariados agrícolas e industriais quem mais depende deste apoio.

Olhando para os dadores pela escolaridade da mulher inquirida (Quadro 4.16), encontramos efeitos que espelham em parte os anteriores, dada a diferencial distribuição do capital escolar pelas diferentes posições de classe.

Quadro 4.16  
Dadores e escolaridade da mulher

	Sem Escolaridade	Ensino primário	Ensino Preparatório e Básico	Ensino Secundário	Curso Médio ou Licenciatura incompleta	Licenciatura ou grau superior	Total
Familiares (sub-total)	75,9	88,6	91,6	93,3	90,4	90,3	90,2
Progenitores (sub-total)	52,4	63,9	73,1	76,9	76,4	78,3	70,5
Pais da Mulher (sub-total)	34,6	40,8	50,3	48,0	49,2	49,0	46,1
Pai da Mulher	4,6	4,5	5,8	3,6	5,6	5,7	5,0
Mãe da Mulher	18,3	24,9	26,0	22,4	18,0	16,4	23,6
Casal de Pais da Mulher	11,7	11,4	18,5	22,0	25,6	26,9	17,5
Pais do Homem (sub-total)	17,8	23,1	22,8	28,9	27,2	29,3	24,4
Pai do Homem	1,1	3,1	2,9	3,5	2,8	3,5	3,0
Mãe do Homem	10,4	11,9	10,0	9,7	6,7	9,6	10,4
Casal de Pais do Homem	6,3	8,1	9,9	15,7	17,7	16,2	11,0
Fratria e seus Cônjuges	14,8	18,3	12,6	8,5	10,1	5,5	13,4
Outros Familiares	8,7	6,4	5,9	7,9	3,9	6,5	6,3
Não-Familiares (sub-total)	24,1	11,4	8,4	6,7	9,6	9,7	9,8
Amigos, Colegas e Vizinhos	19,1	10,4	7,4	6,6	9,1	9,2	8,9
Outras Pessoas	5,0	1,0	1,0	0,1	0,5	0,5	0,9
Total (N=12044)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Assim, verificamos que o apoio por parte de familiares é mais baixo nas situações sem escolaridade, sendo inversamente o apoio por não-familiares o mais alto, para mais do dobro da distribuição populacional total. Contrariamente, a parcela de apoio prestado pelos progenitores é sistematicamente mais elevada em níveis escolares superiores ao básico e preparatório, quer tomando a categoria em conjunto, quer diferenciando os apoios agregados dos pais da mulher e dos pais do homem. Tal reflecte-se particularmente nos apoios prestados pelos casais de progenitores, embora já não nos apoios dados isoladamente pelo pai da mulher ou pelo pai do homem – que sofrem flutuações pouco compreensíveis embora o último atinja o valor mais baixo quando não há escolaridade, e nos apoios prestados isoladamente pela mãe da mulher – mais relevantes nas situações de ensino primário ou básico e preparatório, ou pela mãe do homem – com pouca variação mas mais baixo quando o nível de escolaridade é o curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta.

O apoio por parte da fratria e seus cônjuges é marcadamente mais alto nos níveis de escolaridade inexistentes ou mais baixos e desce para quase duas vezes e meia do valor populacional total nas situações de licenciatura ou mais. O apoio por parte dos outros familiares é mais importante quando não há grau escolar, espelhando o afastamento deste segmento desqualificado da população das relações de parentesco onde níveis mais elevados de apoio se verificam, o que, aliás, consentâneo com os elevados níveis de apoio que recebem fora da parentela.

#### 4.2.4. A diferenciação social do apoio

Partindo da nossa grande hipótese conceptual de que existe uma articulação estrutural entre o capital social e múltiplos processos de diferenciação social, procurámos relacionar o



apoio (quer enquanto conjunto de recursos transmitidos, quer enquanto conjuntos de dadores) não só com diferenças escolares e classistas, mas também com indicadores geracionais e de percurso de vida.

Numa primeira fase realizamos várias regressões lineares, utilizando o método *enter* e a entrada por blocos, que nos permitiram testar um modelo explicativo multi-dimensional (Quadro 4.17). As variáveis independentes foram divididas em três grupos: um primeiro bloco contemplou as escolaridades de ambos os cônjuges, a escolaridade de cada um dos seus progenitores e a classe social do casal; um segundo bloco introduziu a idade da mulher e o ano de entrada na conjugalidade, remetendo quer para coordenadas geracionais, quer para de curso de vida; e, finalmente, um terceiro bloco incluiu no modelo explicativo coordenadas de organização e história familiar, bem como igualmente de percurso de vida,<sup>249</sup> tais como a recomposição familiar, o número de pessoas a viver actualmente no agregado doméstico, o número de filhos a residirem actualmente no mesmo agregado, a idade do filho mais novo, a idade do filho mais velho ainda a residir no grupo doméstico e o tipo de união conjugal (coabitação ou casamento).

Com este método estatístico de análise foi-nos possível verificar, bloco a bloco, qual o impacto preditivo no apoio da classe, geração e curso de vida. Testa-se assim uma hipótese de estruturação causal do apoio, e portanto do capital social, por processos multidimensionais de diferenciação social. Neste tipo de análise o impacto dos diferentes blocos de variáveis e das diferentes variáveis individuais é muito diversificado, já que os efeitos dos blocos (que agregam variáveis) variam consoante o que se está particularmente a analisar (o volume total de apoio, as diferentes lógicas de apoio, as categorias de dadores), como o peso específico de cada variável independente igualmente variará. Globalmente, a capacidade explicativa do modelo estatístico não é elevada, mas permite verificar tendências de articulação entre processos sociais.

No respeitante ao volume total de apoio, é o bloco da diferenciação social que mais contribui para a sua variação, explicando-a em 5,7 %. Dentro destes processos de diferenciação e desigualdade social verificamos que é a escolaridade da mulher e a escolaridade das mães (da mulher e do homem), bem como as condições de classe dos empresários e dirigentes e dos operários industriais, que apresentam impacto estatístico significativo. Todos estes são impactos positivos, exceptuando a condição operária, a qual

---

<sup>249</sup> Foram testadas muitas mais variáveis de curso de vida; apresenta-se aqui somente o modelo explicativo que não só produziu maiores ganhos preditivos, como no qual todas as variáveis de curso de vida, ainda que apenas para uma única variável dependente, tenham demonstrado produzir efeitos.

produz um impacto negativo no total de apoios. O segundo bloco de variáveis, que remete para processos de diferenciação geracionais, acrescenta um ganho preditivo de 2,2 % (aumentando o nível explicativo do modelo para 7,9 %), tendo quer a idade da mulher, quer o ano de entrada na conjugalidade um impacto negativo no volume de apoio, ou seja, quanto mais elevada for a idade da mulher e mais recente o ano de entrada na conjugalidade, menores serão os apoios. Em relação ao terceiro bloco, indicador, mesmo que indirecto, de processos de percurso de vida, constatamos existir um impacto negativo da idade do filho mais novo nos apoios (quanto mais velho for, menores os apoios) e um impacto positivo do tipo de união conjugal (quanto mais formalizada a relação, maiores os apoios), dando-se um acréscimo de 1,5 % de ganho preditivo do modelo.

Quadro 4.17  
Classe, geração e curso de vida – impacto nos apoios  
Regressões lineares – (método *enter*, entrada por blocos)

Regressões lineares N=1776	Total de Apoios	Quotidiano e Alojamento	Financeiro e Material	Emprego e Empréstimo	Herança, Imóvel e Negócio
<b>Bloco 1</b>					
Escolaridade da mulher	0,229***	0,146***	0,263***	0,119**	0,073**
Escolaridade do homem				-0,081*	
Escolaridade do pai da mulher					
Escolaridade da mãe da mulher	0,092***	0,072*	0,079**		
Escolaridade do pai do homem		0,071*			
Escolaridade da mãe do homem	0,060*	-0,102**			
Classe social do casal (dummy)					
ED	0,085***	-0,084***	0,073**		0,075**
PIC					
PTEI				0,132***	
IPP					0,125***
C					0,098***
EE					
EEI				0,084***	
OI	-0,048**		-0,071**		
AAI					
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,057	0,030	0,099	0,034	0,023
<b>Bloco 2</b>					
Idade da mulher	-0,181***	-0,130***	-0,145***	-0,116*	-0,068*
Ano de entrada na conjugalidade	-0,100**	-0,102*			-0,091*
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,079	0,043	0,118	0,046	0,029
<b>Ganho preditivo</b>	2,2%	1,3%	1,9%	1,2%	0,6%
<b>Bloco 3</b>					
Famílias recompostas (dummy)		0,057*			
Nº de pessoas coabitantes com a mulher		0,198***			
Nº de filhos residentes actualmente		-0,185***			
Idade do filho mais novo	-0,066*	-0,100**			
Idade do filho mais velho residente					
Tipo de união (recodificada)	0,089***		0,123***		0,109***
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,094	0,062	0,134	0,046	0,040
<b>Ganho preditivo</b>	1,5%	1,9%	1,6%	0%	1,1%

**Notas:** Os valores são coeficientes de regressão estandardizados, ou betas ( $\eta$ ), estatisticamente significativos: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ . As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ( $p > 0,05$ ). Recodificação do “Tipo de união”: 1) união de facto; 2) coabitação e casamento; 3) casamento civil; 4) casamento religioso.

Em relação às diferentes lógicas de apoio identificadas, o modelo explicativo apresenta diferentes níveis preditivos. Nos apoios quotidianos e em alojamento o nível explicativo do modelo é na ordem dos 6,2 % da variação total. Nos apoios financeiros e

materiais o modelo apresenta uma capacidade preditiva na ordem dos 13,4 %, tal é a força do impacto das variáveis classistas nesta modalidade de apoio. Na lógica de apoio em ajudas para o emprego e em empréstimos o modelo tem capacidade preditiva na ordem dos 4,6 %. Finalmente, no respeitante aos apoios em herança, imóveis e negócio, o modelo explica somente 4,0 % da variação.

Quadro 4.18 (cont.)  
Classe, geração e curso de Vida – impacto nos apoios  
Regressões lineares – (método *enter*, entrada por blocos)

Regressões lineares N=1776	Prog. da Mulher	Prog. do Homem	Fratrã e seus Cônjuges	Outros Familiars	Não Familiars
<b>Bloco 1</b>					
Escolaridade da mulher	0,204***	0,175***	-0,084***		
Escolaridade do homem					
Escolaridade do pai da mulher					
Escolaridade da mãe da mulher	0,088**			0,087***	
Escolaridade do pai do homem		0,085**			
Escolaridade da mãe do homem					-0,068**
Classe social do casal (dummy)					
ED	0,071**	0,061*			
PIC					
PTEI					
IPP					
C					-0,092***
EE					
EEI					
OI					-0,100***
AAI					
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,060	0,043	0,003	0,007	0,024
<b>Bloco 2</b>					
Idade da mulher	-0,175***	-0,143***			
Ano de entrada na conjugalidade					
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,074	0,061	0,003	0,009	0,024
<b>Ganho preditivo</b>	1,4%	1,8%	0%	0,2%	0%
<b>Bloco 3</b>					
Famílias recompostas (dummy)					
Nº de pessoas coabitantes com a mulher					0,061*
Nº de filhos residentes actualmente					
Idade do filho mais novo					
Idade do filho mais velho residente					
Tipo de união (recodificada)	0,135***	0,070**	-0,057*		-0,083***
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,094	0,066	0,006	0,009	0,030
<b>Ganho preditivo</b>	2,0%	0,5%	0,3%	0%	0,6%

**Notas:** Os valores são coeficientes de regressão estandardizados, ou betas ( $\eta$ ), estatisticamente significativos: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ . As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ( $p > 0,05$ ).  
Recodificação do “Tipo de união”: 1) união de facto; 2) coabitação e casamento; 3) casamento civil; 4) casamento religioso.

Olhando mais especificamente para os apoios quotidianos e em alojamento vemos que o impacto total do bloco da diferenciação social é de 3 %. Dentro deste verifica-se um impacto positivo da escolaridade da mulher, da de sua mãe e da do pai do homem, bem como negativo da escolaridade da mãe do homem (quanto mais elevada esse grau escolar menores os apoios quotidianos e em alojamento). Um nível mais elevado de apoios deste tipo está também associado negativamente aos empresários e dirigentes. É também negativa a associação que encontramos entre as variáveis constituintes do bloco geracional e o volume destes apoios. Quanto mais elevada a idade da mulher e mais recente o início da

conjugalidade menores são estes apoios. Este conjunto de variáveis acrescenta um ganho preditivo de 1,3 % ao modelo global. Em relação ao bloco de curso de vida, que acrescenta um ganho preditivo de 1,9 % ao modelo, verificamos que a recomposição familiar e o número de pessoas a viver no mesmo agregado doméstico que a mulher tendem a fazer aumentar o volume de apoios quotidianos e em alojamento, enquanto um número mais elevado de filhos co-residentes bem como uma idade mais elevada do filho mais novo tendem a fazer diminuir o mesmo volume.

Nos apoios financeiros e materiais, para os quais o modelo apresenta 13,4 % de capacidade explicativa, verificamos que só o primeiro bloco de variáveis é responsável por conseguir prever 9,9 % da variação encontrada. Aqui dão-se impactos positivos do maior nível de escolaridade da mulher e de sua mãe, bem como da condição social dos empresários e dirigentes. A condição operária, por sua vez, apresenta um impacto negativo. Mas se os processos de diferenciação e desigualdade social conseguem explicar praticamente toda a variação no volume deste tipo de apoio, constatamos que os restantes blocos, de geração e percurso de vida, conseguem igualmente acrescentar valor preditivo ao modelo, embora apenas uma variável em cada bloco tenha um impacto estatisticamente significativo. No bloco geracional, que acrescenta 1,9 % de ganho preditivo, encontramos o impacto negativo da idade da mulher. No bloco de curso de vida, que acrescenta ainda mais 1,6 % de ganho preditivo, deparamo-nos com o impacto positivo no volume de apoios financeiros e materiais da maior formalização da união conjugal.

Os apoios em ajudas para o emprego e em empréstimos são explicados pelo modelo já em percentagens muito inferiores às anteriores. Neste tipo de apoios os processos de diferenciação social dão conta de 3,4 % da variação, havendo um impacto positivo da escolaridade da mulher e negativo da do homem. O maior volume deste apoio está associado também positivamente às condições de classe das profissões técnicas e de enquadramento intermédio e aos operários executantes e industriais. Os processos geracionais acrescentam 1,2 % de ganho preditivo nesta lógica de apoio, dando-se um impacto negativo da maior idade da mulher. Em relação a estes apoios, o bloco de variáveis referentes ao percurso de vida não acrescentam ganho preditivo algum.

A lógica de apoio mais patrimonial, de herança, imóveis e negócio apresenta um nível de explicação pelo modelo de 4 %. Destes 2,3 % são-no pelos processos de diferenciação social, havendo um impacto positivo da escolaridade da mulher e das condições de classe que anteriormente verificámos terem mais deste apoio – os empresários e dirigentes, os independentes e pequenos patrões e os camponeses. A diferenciação geracional acrescenta

apenas 0,6 % de ganho preditivo, com impactos negativos quer da maior idade da mulher, quer de uma entrada na conjugalidade mais recente. Por sua vez os processos de curso de vida acrescentam 1,1 % de ganho preditivo, dando-se um impacto positivo dum nível mais elevado de formalização da relação conjugal.

Em relação à força preditiva do modelo explicativo no respeitante às grandes categorias de dados deparamo-nos com situações muito díspares, com algumas categorias a serem explicadas em níveis de maior relevância e outras apenas marginalmente. Assim, no referente aos apoios dados pelos progenitores quer mulher quer do homem, temos para os primeiros uma capacidade explicativa de 9,4 % e para os segundos de 6,6 %. Por sua vez, em relação aos apoios dados pela fratria e seus cônjuges e por outros familiares, os valores preditivos são muito parcos, com apenas 0,6 % para os primeiros e 0,9 % para os segundos. Em relação aos apoios prestados por não-familiares o modelo apresenta uma capacidade preditiva intermédia, na ordem dos 3 % da variação verificada.

A variação nos apoios dados pelos progenitores da mulher é explicada na ordem dos 6 % pelos processos de diferenciação social. Aqui deparamo-nos com os impactos positivos da escolaridade mulher, da escolaridade de sua mãe e com a condição empresária e dirigente. O bloco geracional acrescenta um ganho preditivo de 1,4 % ao modelo, dando-se um impacto negativo da idade mais elevada da mulher. O bloco de percurso de vida, por sua vez, acrescenta 2 % de ganho preditivo, com impacto positivo duma maior formalização da relação conjugal.

No respeitante aos progenitores do homem do casal temos um panorama muito semelhante ao anterior, ainda que com a escolaridade do pai do homem a substituir a da mãe da mulher nos impactos positivos com significância estatística dentro do primeiro bloco. Este é aqui responsável por cerca de 4,3 % de explicação da variação da amostra. O segundo bloco, igualmente com impacto negativo da idade da mulher, acrescenta um ganho preditivo de 1,8 %. O terceiro, também com impacto positivo da maior formalização da união conjugal, acrescenta um ganho preditivo de 0,9 %.

A fratria e seus cônjuges constitui uma categoria de dados pouco explicada pelo modelo, como vimos. Aqui os únicos elementos com que ressaltam são a associação negativa com a escolaridade da mulher, para um total de capacidade preditiva na ordem dos 0,3 % dos processos de diferenciação social. Os processos geracionais não apresentam qualquer ganho preditivo e os de curso de vida, por sua vez, acrescentam mais uns 0,3 %, com o impacto negativo da maior formalização da relação conjugal.

Os apoios prestados por outros familiares, tal como os imediatamente anteriores, não são explicados de forma considerável pelo modelo multidimensional de diferenciação de classe, geração e curso de vida. Os processos classistas conseguem explicar 0,7 % da variação verificada, dando-se um impacto positivo da escolaridade da mãe da mulher. Os processos geracionais acrescentam um ganho preditivo de 0,2 %, mas não se dá nenhum impacto individual com significância estatística de qualquer variável. O bloco referente aos processos de percurso de vida não acrescenta nenhum ganho preditivo que seja.

Em relação aos apoios por parte de não familiares, o modelo explicativo, ainda que não atinja os valores apresentados pelas duas categorias de progenitores, sobe mais uma vez. O primeiro bloco atinge aqui uma capacidade explicativa de 2,4 %, com impactos negativos da escolaridade da mãe do homem e das condições sociais de independentes e pequenos patrões e operários industriais. O bloco das diferenças geracionais não acrescenta qualquer ganho preditivo, mas o de curso de vida acrescenta 0,6 %, com o impacto positivo do maior número de pessoas coabitantes no mesmo agregado que a casal inquirido e o negativo da maior formalização da relação conjugal.

Apesar da parca capacidade explicativa do modelo utilizado, este permite-nos aferir do impacto diferencial nos apoios (volumes, tipos e dadores) de uma série de coordenadas sociais relevantes, quer em termos de diferenças de classe, quer geracionalmente, de percurso de vida e de organização e história familiar.

Igualmente procurámos aferir o impacto dos apoios nos processos centrais de diferenciação classista. As hipóteses que colocamos teoricamente não são de linear causalidade entre as lógicas de apoio (enquanto elementos centrais do capital social) e a pertença de classe, seja em que sentido for essa relação. Mas antes de estruturação mútua e imbricamento entre as posições de classe social das famílias portuguesas com filhos e o capital social, ou seja, analisando o capital social enquanto processo integrante dos processos mais vastos e complexos de diferenciação no espaço social das posições de classe. Procedeu-se, assim, a um conjunto de regressões logísticas que tomaram a classe social do casal como variável dependente e o volume total de apoios, bem como as quatro grandes lógicas de apoio anteriormente identificadas, enquanto variáveis independentes (Quadro 4.19). Tal como na análise anterior, nem todas as variáveis têm mesmo impacto nas diferentes categorias sócio-profissionais, consubstanciando um quadro de diversidade e complexidade sócio-causais.

Em relação aos casais de empresários e dirigentes o impacto dos apoios (volume e lógicas) alcança o valor explicativo mais elevado (8,3 %). Esta condição social apresenta um

impacto positivo do volume total de apoio, apesar de, como vimos não ser das que mais frequência de apoio demonstra. Tal dever-se-á, muito provavelmente, ao forte impacto da lógica de apoio em herança, imóveis e negócio, ainda que os apoios quotidianos e em alojamento, bem como os financeiros e materiais apresentem igualmente impactos positivos.

Quadro 4.19  
Volume e lógicas de apoio – impacto na classe social do casal  
Regressões logísticas (coeficientes de regressão)

	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	EEI	OI	AAI
Total de Apoios	0,623* (3,765)	1,121*** (14,977)			0,752* (5,889)		-0,078* (4,611)	-0,643*** (10,201)	
Quotidiano e alojamento	0,510* (2,746)	1,109*** (14,899)			-0,718* (5,436)		0,091* (4,100)	-0,615** (9,430)	
Financeiro e material	0,810** (5,988)	1,352*** (21,185)	0,634** (8,153)	-0,077* (6,404)	-0,866** (7,439)	-0,278* (4,838)		-0,833*** (16,423)	-0,580* (3,569)
Emprego e empréstimo		0,940** (6,811)	0,788** (9,618)		-1,322*** (10,401)		0,347** (8,035)	-0,720** (9,710)	
Herança, Imóvel e negócio	1,304*** (13,085)	1,068** (10,722)		0,337*** (15,486)	0,180* (5,298)			-0,891*** (15,764)	
Nagelkerke R <sup>2</sup>	0,083	0,078	0,070	0,017	0,046	0,008	0,010	0,046	0,013
N	40	86	193	372	91	240	249	389	64

**Nota:** Os valores são coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente significativos: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ . As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ( $p > 0,05$ ).

Nas profissões intelectuais e científicas, para as quais o impacto global dos apoios (volume e lógicas) é de 7,8 %, é fortemente positivo o impacto específico do volume total de apoio, bem como os impactos de todas as lógicas de apoio. Nos casais com profissões técnicas e de enquadramento intermédio, condição de classe para qual o modelo global apresenta uma capacidade explicativa de 7 %, deparamo-nos com o impacto positivo dos apoios financeiros e materiais, bem como dos apoios para a obtenção de emprego e em empréstimos.

Nos independentes e pequenos patrões, condição para a qual o modelo apresenta somente 1,7 % de capacidade explicativa, verificamos o impacto negativo dos apoios financeiros e materiais e o positivo da transmissão de herança, imóvel e negócio. Nos camponeses, por sua vez, encontramos uma situação mais clara. Neste o modelo explicativo sobe para 4,6 %, havendo um impacto individualizado de todas as variáveis independentes: impacto positivo do volume total de apoio e das lógicas de transmissão mais patrimonial em herança, imóveis ou negócio; impacto negativo de todas as restantes lógicas de apoio.

Nos casais de empregados executantes, encontramos uma capacidade explicativa do modelo, se tanto, desprezável (0,8 %), com a única ocorrência do impacto negativo dos apoios financeiros e materiais. Esta capacidade explicativa global sobe marginalmente nos casais de empregados executantes e operários para 1 %, embora o impacto individual das variáveis seja mais rico: negativo no respeitante ao volume total de apoios, mas positivo no referente aos

apoios quotidianos e em alojamento, bem como nos apoios para obtenção de emprego e empréstimos.

No operariado industrial a capacidade explicativa do modelo volta a subir, para 4,6 %, sendo o impacto de todas as variáveis, tomadas individualmente, negativo. No respeitante aos casais de assalariados agrícolas e industriais, condição para a qual o modelo perde de novo poder explicativo (descendo para 1,3 %), constatamos somente o impacto negativo do apoio financeiro e material.

### **4.3. Solidariedades diferenciadas**

Com o intuito de melhor cartografar as associações entre capital social (quer na sua dimensão, efectivada, de apoio, quer na sua dimensão, mais potencial, de sociabilidade) e os processos centrais de desigualdade social na sociedade portuguesa que constituem a diferenciação educacional e sócio-profissional (consubstanciando a desigualdade de classe), procedeu-se a uma análise de correspondências múltiplas, que nos permitiu reconstruir um espaço social onde as diferentes posições sociais e os indicadores de situações diversificadas de capital social se posicionam relativamente uns aos outros, assim consubstanciando uma topologia global de diferenciação que é, na realidade, o espaço social da desigualdade classista do capital social (Figura 4.1).

Neste espaço social dois grandes conjuntos de associações emergem (círculos tracejados).

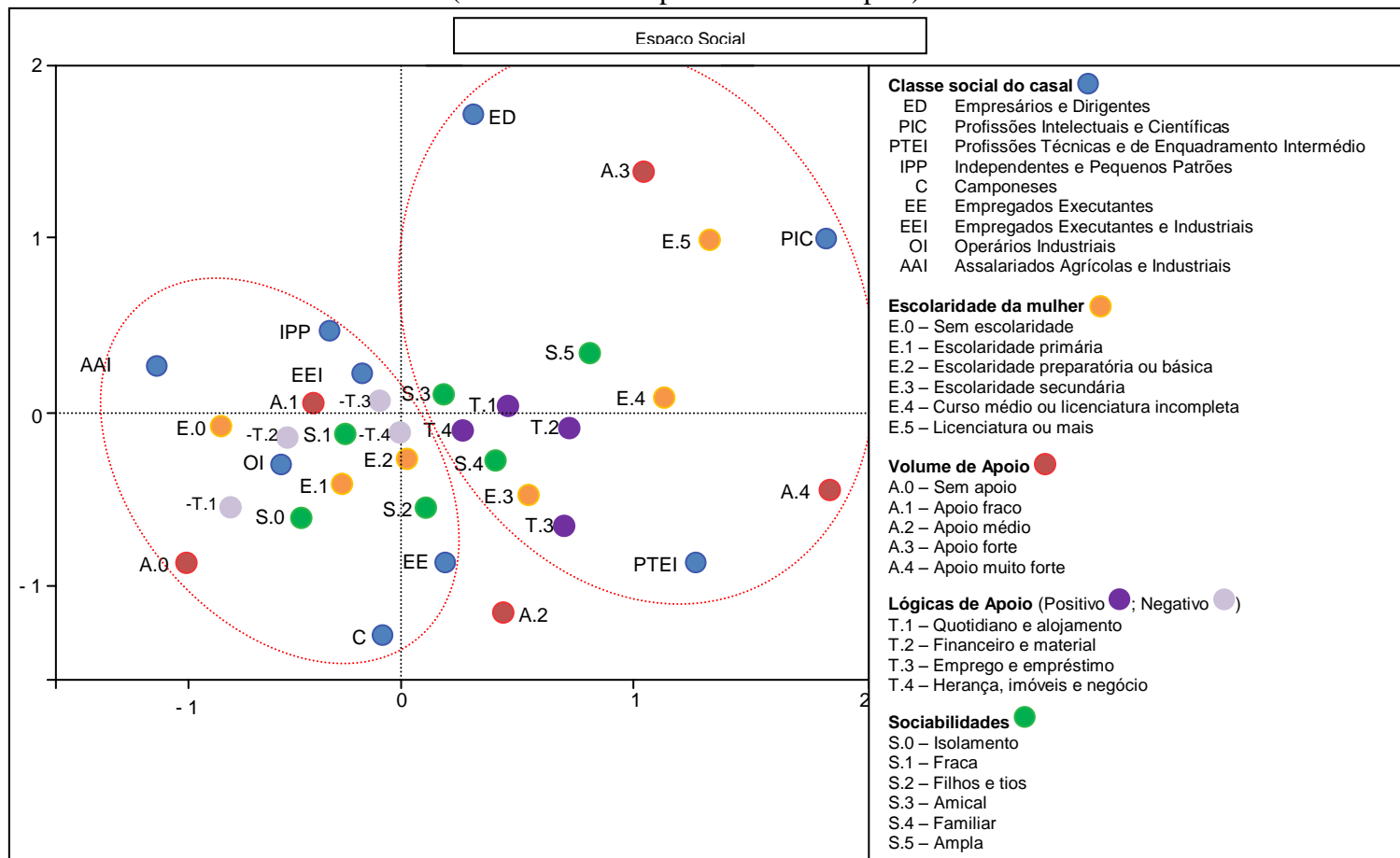
Um, à direita no espaço, que associa as posições sociais mais qualificadas (empresários e dirigentes, profissões intelectuais e científicas e profissões técnicas e de enquadramento intermédio e as escolaridades secundária ou superiores) a situações de apoio forte ou muito forte e em todas as suas modalidades positivas (quotidiano e alojamento; financeiro e material; emprego e empréstimo; herança, imóveis e negócio), bem como às situações fortes de sociabilidades – amical, familiar e ampla. Este é o contexto onde mais vincados são os processos do capital social, não obstante toda a diversidade de situações que verificámos existir.

O outro conjunto associa todas as restantes posições sociais (independentes e pequenos patrões; empregados executantes e industriais, empregados executantes, campesinato, operários industriais e assalariados agrícolas e industriais), menos qualificadas (no máximo com escolaridade preparatória ou básica), não só a situações de apoio inexistente ou fraco (repare-se que o apoio médio ocupa uma posição excêntrica, entre os dois grandes conjuntos), como a todas as situações negativas em termos de lógicas de apoio, bem como a



situações de sociabilidade inexistente, fraca ou muito restrita (filhos não residentes e tios). Este é globalmente o contexto onde as lógicas do capital social são mais parcas.

Figura 4.1  
Espaço social da desigualdade classista do capital social  
(análise de correspondências múltiplas)



No entanto, não devemos ler este mapa de forma demasiado simplista, não só devido às marcadas não-linearidades observadas anteriormente, como também porque dentro da disposição espacial de cada conjunto podemos observar diferenciações e elementos indicativos da complexidade dos processos do capital social.

De facto, analisando o primeiro grupo, nota-se a tendência para o posicionamento das diferentes lógicas de apoio, bem como das sociabilidades amicais e familiares, perto do limite fronteiro com o segundo grupo. É igualmente no limite fronteiro do segundo grupo em relação ao primeiro que se concentram os independentes e pequenos patrões; empregados executantes e industriais e empregados executantes. Tais posicionamentos indiciam que também naqueles que fazem parte do segundo grupo encontramos circunstâncias várias onde o capital social existe. Vimos, aliás, como os independentes e proprietários, bem como os camponeses, têm a sua condição de classe articulada em parte com modalidade de apoio mais

patrimoniais (herança, imóveis e negócio). Por outro lado, note-se como a posição dos assalariados agrícolas e industriais e do operariado industrial se afasta da área de concentração acima referida, associando-se de forma mais clara à não-escolaridade, à inexistência sequer de apoios quotidianos e em alojamento (os mais comuns em toda a população) e mesmo às situações de não-apoio, bem como a circunstâncias de nenhuma sociabilidade. Nestas duas condições de classe estamos face quer a fracas redes, quer a fracos recursos nessas redes, como já tinha sido concluído, para grupos relativamente excluídos dos mecanismos centrais de apropriação do capital, por S. S. Smith (2008).

## CAPÍTULO 5

### ESPAÇO SOCIAL, TRAJECTÓRIAS SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL

#### 5.1. Reconfigurações estruturais do espaço social

Os processos de reconfiguração social em Portugal, em termos qualificacionais e de classe, são bem conhecidos (J. F. Almeida, Costa & Machado 1994; Estanque & Mendes 1997; Machado & Costa 1998; Costa *et al.* 2000). Estamos globalmente a falar da transformação de uma sociedade que ainda era, em finais da década de 1950, essencialmente agrária e iletrada, para uma sociedade que, em inícios do século XXI, é já uma sociedade de serviços, depois de uma fase de aumento da industrialização que nunca alcançou a plena dominância, e exigências qualificacionais substancialmente mais elevadas (Machado & Costa 1998: 31). Apesar de permanecer uma sociedade que, face aos restantes países desenvolvidos, mormente da Europa ocidental, continua a apresentar baixos níveis médios de escolaridade, bem como tamanho relativamente humilde dos segmentos de classe mais qualificados. De toda a maneira, estamos a falar de uma sociedade que, desde inícios dos anos 60 do século passado, protagonizou processos de recomposição social acelerados e intensos.

De facto, passou-se de uma sociedade onde a maioria da população trabalhava na agricultura e tinha pouco ou nenhuma escolaridade, para uma sociedade onde, a partir de 1960, a paulatina progressão escolar da população com o alargamento do sistema de ensino, o crescimento do estado-administração (particularmente após o 25 de Abril de 1974, e a criação de um estado providência) e o desenvolvimento da actividade empresarial privada (particularmente de pequenas e médias empresas de serviços) provocou o correlativo aumento do peso relativo quer das fracções de classe ligadas ao salariado qualificado nos serviços (profissões intelectuais e científicas e profissões técnicas e de enquadramento intermédio), quer dos trabalhadores menos qualificados desses serviços (empregados executantes e empregados executantes não-qualificados), a par de um acentuado declínio das fracções de classe ligadas ao mundo agrícola, como o campesinato e os assalariados agrícolas (onde parte significativa dos remanescentes se caracteriza hoje pela pluriactividade). Estas mudanças sociais começaram a ocorrer ainda debaixo do Estado Novo, em parte como resultado da alteração do modelo económico prevalente até finais da 2ª Guerra Mundial, um de ruralização e contenção industrial, e pela abertura forçada da economia e sociedade portuguesas às dinâmicas económicas mundiais, quer com a entrada na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960 como resposta reticente às tendências integracionistas no continente europeu, quer como efeito das transformações económicas e sociais resultantes do

esforço da Guerra Colonial (desde 1961) e dos surtos imigratórios maciços, principalmente para as economias mais desenvolvidas da Europa ocidental (mas também para os Estados Unidos, África do Sul e Venezuela) – duas dinâmicas que também acentuam a feminização da força de trabalho (particularmente nos serviços). Estes vastos processos viriam a intensificar-se após a revolução de 74 e, muito particularmente, após a integração na Comunidade Europeia.

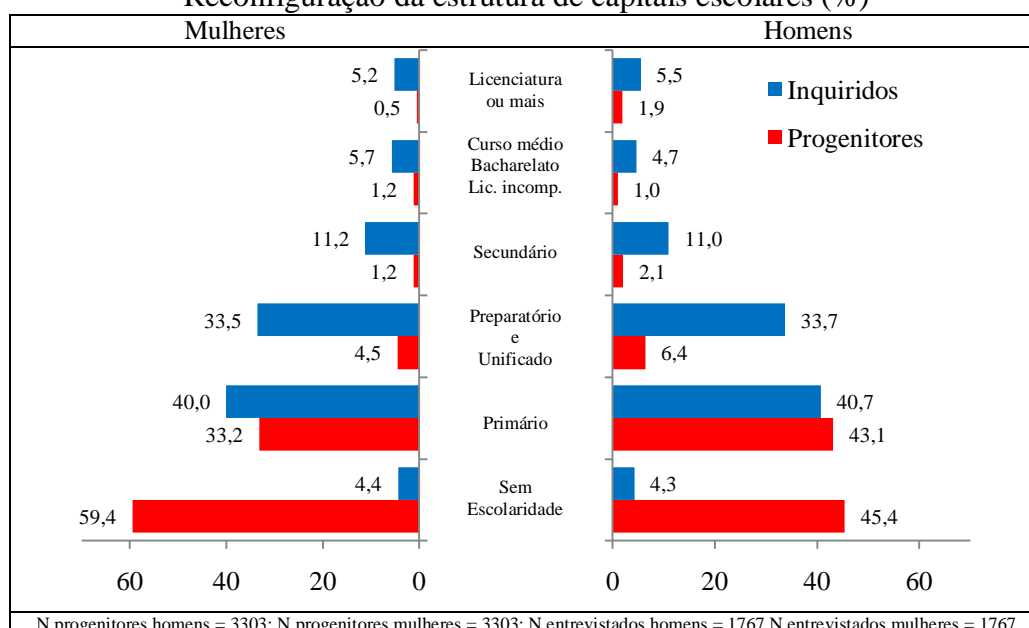
Analisando os dados do nosso inquérito às famílias portuguesas com filhos pequeno e adolescentes, nomeadamente porque foram recolhidas informações quer sobre as qualificações escolares e sócio-profissionais dos casais inquiridos, quer sobre a dos dois casais de seus progenitores, podemos observar estes processos de reconfiguração estrutural. Bem como podemos observar, pela articulação entre origens e destinos sociais, os processos de cruzamento conjugal e as trajectórias sociais diferenciadas no conjunto populacional. Além de verificar estes processos estruturais, a análise dos dados permitiu-nos igualmente descortinar quer os processos de reprodução social das diferenciações e desigualdades na divisão social do trabalho, quer, concomitantemente, a diversidade plural das trajectórias e mobilidades – diversidade essa que não só complexifica o mapa global das recomposições sociais, como introduz a idiossincrasia e singularidade das vidas e trajectos individuais face aos constrangimentos e fluxos estruturais. Se não nos queremos quedar por uma imagem estática dos processos do capital social, temos não só que reconstruir as heterogeneidades sociais que também fazem o espaço social, como igualmente articular esse capital social com essas trajectórias e mobilidades plurais.

### **5.1.1. Estrutura de classes e recomposição sócio-profissional**

Olhando para a reconfiguração da estrutura qualificacional da população (Figura 5.1), ou seja, a distribuição diferencial dos capitais escolares nas duas gerações analisadas, constatamos o vincado aumento dos níveis de escolaridade. Esta é uma análise que deve necessariamente ter em consideração a diferenciação de género entre estruturas qualificacionais femininas e masculinas, já que, tal como com a inserção sócio-profissional, existem diferenças, geracionalmente variáveis, entre capitais ou inserções sociais de homens e mulheres. Assim, de uma situação, na geração dos progenitores dos inquiridos, em que cerca de metade da população não tinha qualquer grau de escolaridade (52 % – respectivamente, pouco mais de 59 % no caso das mulheres e pouco mais de 45 % no dos homens; quer por analfabetismo completo, quer por apenas possuir rudimentos de literacia sem frequência do sistema de ensino), passamos, na geração inquirida, para uma situação em que tal condição é minoritária,

com de pouco mais de 4 %. Esta alteração do perfil educacional entre gerações, do analfabetismo e iliteracia vincada para a literacia (ainda que possa ser parca literacia), é a grande transformação verificada. Se o nível de escolaridade primário mantém, *grosso modo*, o mesmo peso relativo em ambas gerações (crescendo de cerca de 38 % para quase 41 % no total de homens e mulheres; ainda que nas progenitoras o seu peso fosse ligeiramente mais baixo rondando os 33 %, devido ao maior peso de mulheres sem escolaridade), todos os restantes níveis qualificacionais aumentam sistematicamente, como a sua distribuição se torna mais igualitária em termos de género, uma vez que as desigualdades escolares eram, na geração dos progenitores, recorrentemente desfavoráveis às mulheres.

Figura 5.1  
Reconfiguração da estrutura de capitais escolares (%)

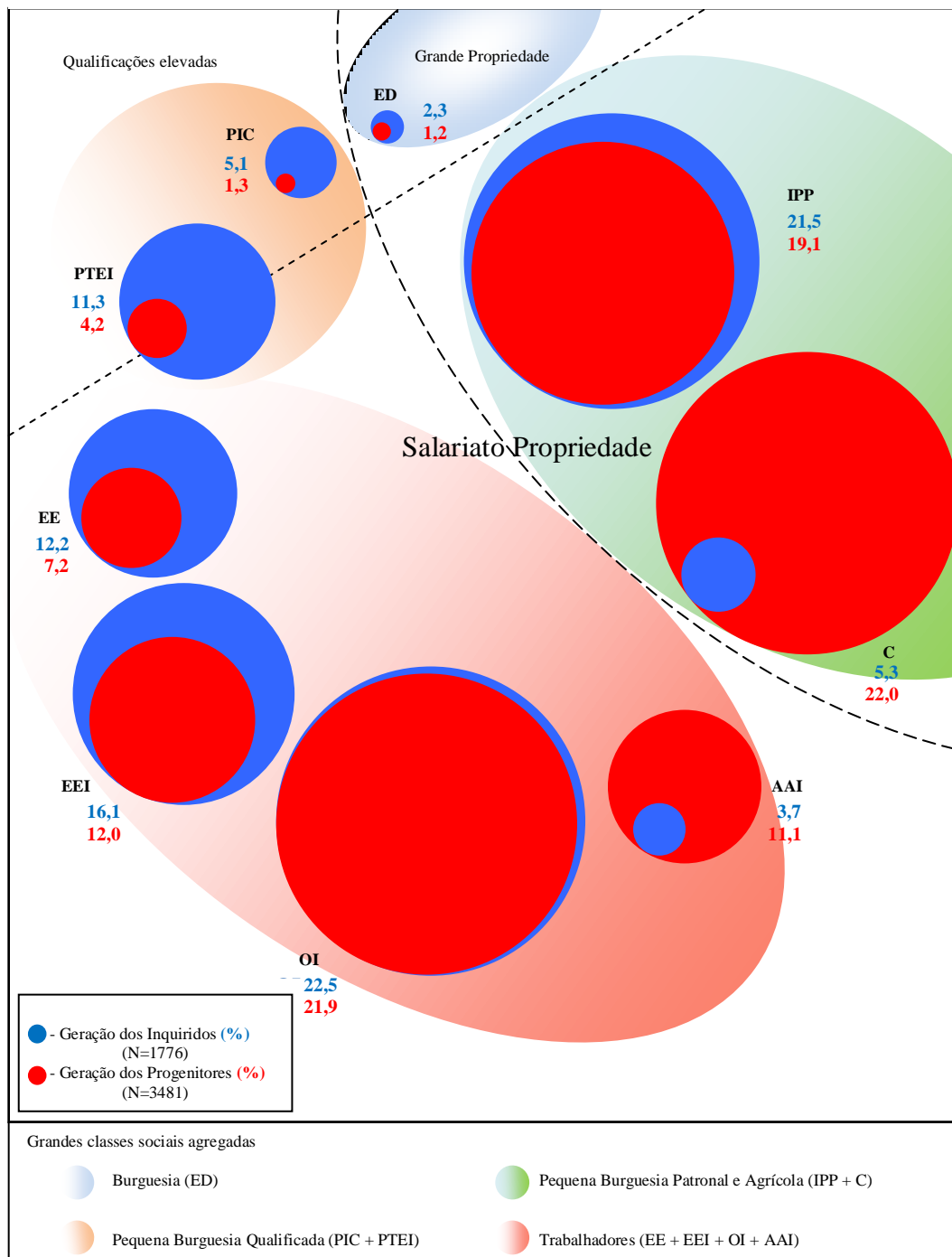


No nível do ensino preparatório e unificado (5<sup>o</sup> a 9<sup>o</sup> anos de escolaridade) encontramos intergeracionalmente a passagem de um peso de pouco mais de 5 % para quase 34 %. No respeitante ao ensino secundário (10<sup>o</sup> a 12<sup>o</sup> anos) a percentagem passa de 1,6 % para 11 %. Em relação aos detentores de cursos médios, bacharelatos ou licenciaturas incompletas, o seu peso aumenta de cerca de 1 % para quase 5 %. Algo semelhante se dá com os detentores de uma licenciatura ou grau superior, que passam também de cerca de 1 % para quase 6 %.

Estes, entre outros factores, não podiam deixar de ter impacto na reconfiguração da estrutura das classes e fracções de classe (Figura 5.2). O declínio das fracções agrícolas, consentâneo com o menor peso relativo do sector primário, o seu fraco perfil qualificacional e a baixa atracção das condições de vida rurais está patente na diminuição dos casais camponeses de 22 % para pouco mais de 5 %, bem como na diminuição do número de casais

assalariados agrícolas e industriais de cerca de 11 % para apenas quase 4 %. Em relação aos independentes e pequenos patrões, uma condição dupla entre uns e outros e que remete para diferentes conexões e trajetórias sociais (como já tinha sido constatado por Machado & Costa 1998: 35), este registam um aligeiro aumento de cerca de 19 % para quase 22 %.

Figura 5.2  
Reconfiguração estrutural do espaço das classes sociais  
(classe social dos casais)



Se o operariado industrial mantém o seu peso relativo (aumentando ligeiramente de quase 22 % para quase 23 %), vamos encontrar alterações relevantes nos restantes assalariados, agora do sector terciário devido ao desenvolvimento e expansão dos serviços, qualificados ou não. Assim, os casais de empregados executantes e de empregados executantes e industriais (em que um dos cônjuges é operário industrial) sobem, respectivamente, de cerca de 7 % para 12 % e de 12 % para cerca de 16 %. Por sua vez, os segmentos mais qualificados, das profissões técnicas e de enquadramento intermédio e das profissões intelectuais e científicas, sobem, respectivamente, de cerca de 4 % para 11 % e de pouco mais 1 % para pouco mais de 5 %. Da mesma maneira vamos encontrar uma subida dos casais de empresários e dirigentes, a categoria sócio-profissional correspondente à burguesia, que duplica o peso relativo desta classe social de cerca de 1 % para cerca de 2 %. Este aumento da burguesia deve-se, como apontaram Machado & Costa (1998: 36/37), quer ao aumento da iniciativa empresarial (aí compreendendo as profissões liberais qualificadas, a maioria das vezes com empregados), quer à expansão do estado-administração.

Globalmente, além do aumento da burguesia dos empresários e dirigentes e da recomposição interna do que Estanque & Mendes (1997: 207) apelidam de “velha pequena burguesia”, correspondente à pequena burguesia patronal e agrícola (com o apagamento da importância relativa do campesinato e o avolumar dos independentes e pequenos patrões), verificamos a emergência de toda uma “nova classe média”, para usar a expressão de Machado & Costa (1998: 37), correspondente à pequena burguesia qualificacional, e aumento e recomposição interna dos trabalhadores (com o quase desaparecimento do salariado agrícola, hoje cada vez mais pluriactivo, e o crescimento do emprego executante nos serviços, a par da manutenção da relativa importância do trabalho industrial).

### **5.1.2. Alianças conjugais, homogamias e heterogamias**

Se os processos de recomposição da estrutura social portuguesa são, de si, suficientemente complexos, tal complexidade acentua-se se tivermos em conta que analisamos as pertenças de classe não pela classe individual dos agentes sociais, mas sim, pela força real das famílias de classe, através da classe do agregado familiar aferida pela classe do casal. Nos casais aliam-se duas origens e trajectórias sociais, podendo haver ou não homogeneidade de classe entre cônjuges. De toda a maneira, os casais constituem-se “en s’imprégnant des déterminismes de classe” (Kellerhals *et al.* 1982: 92).

A análise da escolha do cônjuge em termos das diferenciações estruturais de classe tem uma longa tradição em sociologia, tendo-se desde cedo salientado os processos da

homogamia, ou seja, da conjugalidade verificar-se tendencialmente entre pessoas com o mesmo perfil social relativo. Já Girard (1981 [1964]) concluía que as estruturas sociais colocavam em presença sujeitos provenientes dos mesmos meios sociais, assim causando a reprodução diferencial, pela conjugalidade, das pertenças de classe, constatando que quase metade dos casais era constituída por parceiros com origens sociais idênticas e que, em dois terços dos casos, os homens pertenciam à mesma categoria sócio-profissional do pai da mulher. Autores como Roussel (1975), Desrosières (1978), Thélot (1982), Bozon & Héran (1987, 1988), Kellerhals *et al.* (1982) e Widmer, Kellerhals & Levy (2003) vieram globalmente reafirmar a força das dinâmicas homogâmicas no conjunto da população.<sup>250</sup>

De facto, encontramos na nossa amostra fortes regularidades homogâmicas, mas tal não deve apagar os igualmente marcantes processos heterogâmicos verificados. Se existem continuidades e reproduções sociais, existem igualmente descontinuidades e mobilidades.

Assim, analisando as alianças conjugais dos casais inquiridos pelos níveis de escolaridade que tinham no momento do seu percurso de vida anterior à entrada em conjugalidade (Figura 5.3) verificamos desde logo duas tendências: a maioria dos homens e das mulheres, em cada grau de ensino, entraram em conjugalidade com alguém que tinha o mesmo grau escolar (ver gráficos circulares); do total de conjugalidades (ver linhas que ligam as categorias de escolaridade),<sup>251</sup> a maioria (57,3 % da população) diz respeito a situações de homogamia estrita (dentro da mesma categoria educacional), à qual se podem somar 37 % de situações de homogamia alargada (conjugalidade com as categoria escolares imediatamente adjacentes). Ora, se este panorama é um de forte homogeneidade educacional das relações conjugais, tal deve ser em parte relativizado, até porque as situações de homogamia alargada poderiam igualmente ser qualificadas de heterogamia reduzida. Analisando em pormenor todas as situações encontradas, a pluralidade e heterogeneidade também ressaltam, como pode ser visto na complexidade de fluxos conjugais (linhas azuis) entre categorias.

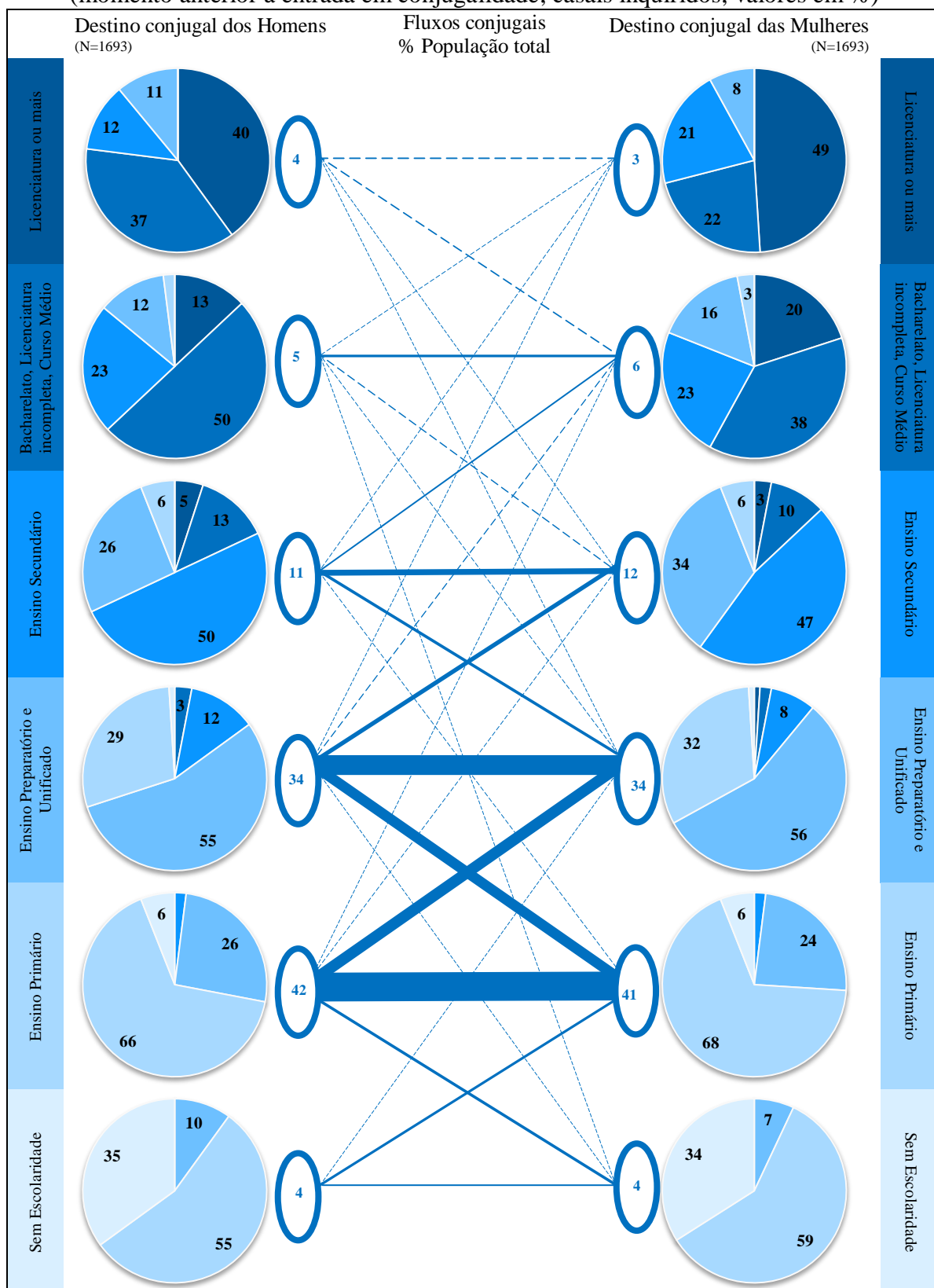
---

<sup>250</sup> Ver no mesmo sentido: Segalen & Jacquard (1971), Bourdieu (1972), Singly (1987), Bozon (1991), Kalmijn (1991), Forsé & Chauvel (1995), Wriath (1997), A. N. Almeida, Sobral & Ferrão (1997) e Lima (2003).

<sup>251</sup> Linhas que dão igualmente indicação do peso demográfico, no total da população, das alianças conjugais entre diferentes níveis de ensino, já que a sua espessura é proporcional à percentagem da população que representam.



Figura 5.3  
Alianças conjugais por níveis de escolaridade  
(momento anterior à entrada em conjugalidade; casais inquiridos; valores em %)



Em relação aos inquiridos que no momento anterior ao início da sua conjugalidade não tinham qualquer escolaridade (e que correspondiam respectivamente, nos homens e também nas mulheres, a cerca de 4 % da população), verificamos que se cerca de 35 % dos homens e 34 % das mulheres conjugalizaram-se com alguém igualmente sem escolaridade (correspondendo a 1,5 % do total de casamentos), 55 % dos homens e 59 % das mulheres fizeram-no com alguém com o ensino primário (2,4 % e 2,7 % do total de conjugalidades) e 10 % dos homens e 7 % de mulheres (0,4 % e 0,3 % do total) fizeram-no com alguém já com o ensino preparatório ou unificado.

No que toca aos homens e mulher com o ensino primário (representando 42 % dos primeiros e 41 % das segundas), se é certo que 66 % deles e 68 % delas se casaram com pessoas com o mesmo grau escolar (correspondendo a 27,5 % do total de conjugalidades), temos não só 6 % de cada um deles a casarem com alguém sem qualquer escolaridade, como nos deparamos com 26 % dos homens e 24 % das mulheres a terem casado com alguém com o nível preparatório ou unificado de ensino (10,6 % e 9,9 % de todos os casamentos). Igualmente, ainda que muito minoritárias, encontramos aqui situações de conjugalidade com pessoas com o ensino secundário (1,6 % para ambos, correspondendo em ambos os casos a 0,6 % do total de conjugalidades) e até com um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta (0,4 % dos homens e 0,3 % das mulheres com o ensino primário; correspondendo respectivamente a 0,2 % e 0,1 % do total de casamentos).

Em relação aos homens e mulheres com o ensino preparatório e unificado (ambos 34 % em cada género), a amplitude dos mercados conjugais alarga-se, ainda que cerca de 55 % dos primeiros e 56 % das segundas tenham casado com pessoas com o mesmo grau escolar (representando 18,9 % do total de conjugalidades). O alargamento para baixo é o com maior peso proporcional, com 29 % dos homens e 32 % das mulheres a terem casado com pessoas com apenas o ensino primário (aos quais poderíamos somar os 0,9 % de homens e 1,2 % de mulheres casados com pessoas sem escolaridade). Mas, mais significativo dos efeitos de aumento da escolaridade, são os 12 % de homens e 8 % de mulheres em conjugalidade com pessoas já com o ensino secundário (respectivamente 4,1 % e 2,8 % do total de casamento), aos quais se juntam 3 % destes homens e 2 % destas mulheres com cônjuge com curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta (1 % e 0,6 % de todos os casamentos) e 0,7 % dos homens e 1% das mulheres casadas com pessoas com licenciatura ou mais (0,2 % e 0,4 % do total, respectivamente).

Os homens (11 %) e mulheres (12 %) com o ensino secundário apresentam um aumento da dispersão para cima, ainda que 50 % deles e 47 % delas tenham casado com

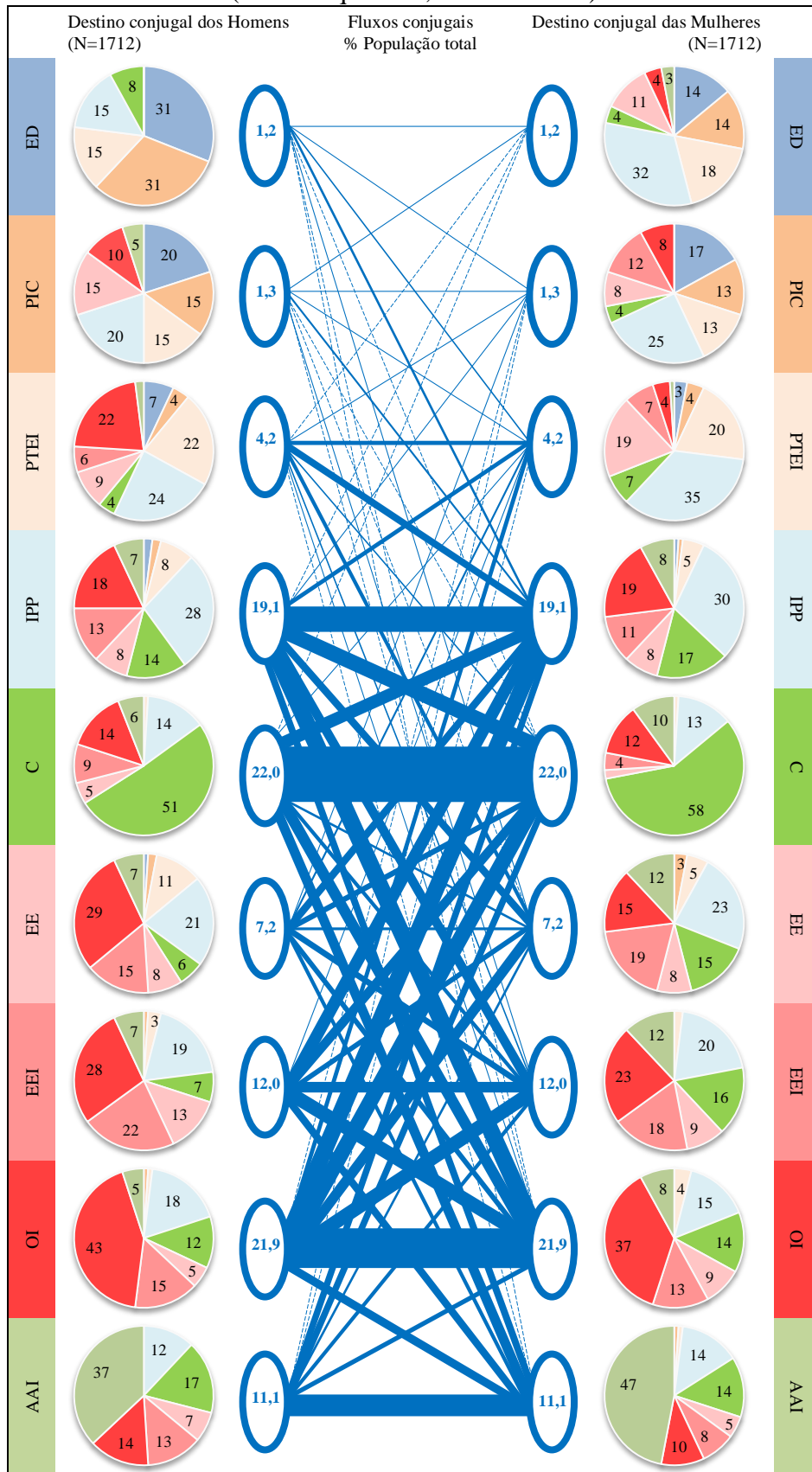
alguém com o mesmo nível escolar (5,6 % de toda a conjugalidade), que 26% deles e 34% delas o tenham feito com alguém apenas com o preparatório ou o unificado e que 6 % em ambos os géneros o tenha feito com cônjuges apenas com o ensino primário. Já não encontramos aqui conjugalidades com pessoas sem escolaridade e, inversamente, aumentam os casamentos com pessoas com um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta (13 % nos homens e 10 % nas mulheres, correspondendo respectivamente a 1,5 % e 1,1 % de todo os casais) ou mesmo licenciatura ou mais (5 % neles e 3 % nelas, apenas 0,6 % e 0,4 % do total de casamentos).

Nos inquiridos com um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta, 5 % dos homens e 6 % das mulheres, o alargamento para cima vinca-se ainda mais com, além dos 50 % de homens e 38 % das mulheres a casarem com alguém com o mesmo grau escolar (2,4 % do total de casamentos), 13 % deles e 20 % delas a fazerem-no com alguém com licenciatura ou mais (respectivamente 0,6 % e 1,3 % de todos os casais). É certo que também encontramos situações hipogâmicas, com casamentos abaixo do nível escolar destes homens e mulheres. Assim, 23 % em ambos os géneros casaram com pessoas apenas com o ensino secundário, 12 % dos homens e 16 % das mulheres com alguém com o ensino preparatório e unificado, 2 % deles e 3 % delas com um cônjuge apenas com a escolaridade primária.

No respeitante aos homens e mulheres com uma licenciatura ou grau ainda superior, apenas respectivamente 4 % e 3 % da nossa população, os casamentos estritamente homogâmicos representam 40 % no caso dos homens e 49 % no caso das mulheres (representando 1,4 % do total de conjugalidades). São seguidos por 37 % nos homens e 22 % nas mulheres de casamento com alguém com um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta. A estes somam-se 12 % de homens e 21 % de mulheres nesta categoria casados com alguém com o ensino secundário e 11 % deles e 8 % delas com alguém apenas com o ensino preparatório e unificado.

Ainda que as situações homogâmicas sejam dominantes, as heterogâmicas, como pode ser visto pelas proporções relativas de conjugalidades por nível escolar do cônjuge em cada categoria educacional de homens e mulheres (gráficos circulares) e pelos fluxos populacionais (linhas azuis) que não se limitam a ligar categorias escolares iguais ou adjacentes, mesmo que minoritárias (particularmente se aceitarmos o critério da homogamia alargada), são igualmente significativas e dão conta da profunda diversidade de trajectórias sociais de homens e mulheres, bem como da complexidade, fluidez e ambivalência de muitas das condições de classe.

Figura 5.4  
 Alianças conjugais pela classe da família de origem  
 (casais inquiridos; valores em %)



De facto, analisando as alianças conjugais pela classe da família de origem dos homens e mulheres dos casais que inquirimos verificamos que a diversidade aumenta (Figura 5.4), em comparação com a matriz educacional das conjugalidades. Tal é, aliás, um resultado esperado da não linearidade ordinal ou hierárquica da estrutura de classes, na qual, apesar de aí estarem presentes múltiplas hierarquias, as diferentes posições de classe correspondem não só a diferenciais quantitativos de recursos, mas também a condições de existência globais qualitativamente distintas e com conexões múltiplas entre si. Nesta distribuição, embora a homogamia possa continuar a ser considerada maioritária, deparamo-nos com um significativo aumento das heterogamias, que, tomadas em conjunto, são a clara maioria.

A homogamia de classe restrita (casamento dentro da mesma categoria sócio-profissional), vista pelo prisma das origens familiares, alcança 35 % de todas as conjugalidades – o que quer dizer que temos de lidar analiticamente com 65 % de casamento heterogâmicos (ainda que em diferentes graus). Mesmo que tomássemos em consideração uma diferenciação estrutural não em nove, mas em quatro grandes classes (burguesia,<sup>252</sup> pequena burguesia qualificacional,<sup>253</sup> pequena burguesia patronal e agrícola<sup>254</sup> e trabalhadores<sup>255</sup>), situação em que a homogamia restrita sobe para 59,5 % devido à agregação populacional e simplificação dos fluxos conjugais, continuaríamos a verificar 40,5 % de conjugalidades heterogâmicas. Face a esta diversidade é necessário analisar em pormenor os cruzamentos conjugais para aferir dos pesos relativos das diferentes situações.

Assim, naqueles com origem nos assalariados agrícolas e industriais (11,1 % das famílias de origem) encontramos 37 % dos homens e 47 % das mulheres a casarem com pessoas com a mesma origem familiar (correspondendo a 4,7 % do total de casamentos). Esta é uma origem social indutora de homogamia, mas onde mesmo assim encontramos uma plêiade de outras situações. De facto, 14 % dos homens com esta origem social e 10 % das mulheres casaram com alguém com origem no operariado industrial (respectivamente 1,8 % e 1 % do total de conjugalidades), 13 % deles e 8 % delas com alguém com origem nos empregados executantes e industriais (1,6 % e 0,8 % do total de casamentos) e 7 % deles 5 % delas com cônjuge proveniente dos empregados executantes. Se as conjugalidades com outros

---

<sup>252</sup> Correspondente aos empresários e dirigentes (ED).

<sup>253</sup> Agregando profissões intelectuais e científicas (PIC) com profissões técnicas de enquadramento intermédio (PTEI).

<sup>254</sup> Independentes e pequenos patrões (IPP) com camponeses (C).

<sup>255</sup> Empregados executantes (EE), empregados executantes e industriais (EEI), operários industriais (OI) e assalariados agrícolas e industriais (AAI).

trabalhadores, tomados em conjunto, são as que maior peso agregado têm, verifica-se também um importante fluxo conjugal em direcção a pessoas com origem no campesinato, já que 17 % dos homens e 14 % destas mulheres o fizeram (2,1 % e 1,4 % respectivamente do total de casais). Igualmente em relação aos independentes e pequenos patrões se verificam percentagens não despididas – 12 % dos homens e 14 % das mulheres com origem no assalariamento agrícola pluriactivo o fizeram (1,5 % e 1,4 % do total de casais). Em relação às restantes categorias sócio-profissionais, as percentagens são residuais – 0,5 % destes homens e 1 % destas mulheres casaram com alguém proveniente das profissões técnicas e de enquadramento intermédio (em ambos 0,1 % de todos os casamentos), nenhum destes homens e 1 % destas mulheres (0,1 % do total de conjugalidades) fizeram-no com alguém com origem nas profissões intelectuais e científicas, 0,5 % (0,1 % do total de casais) deles e nenhuma delas casaram com alguém com origem empresarial ou dirigente.

Nos homens e mulheres com origem familiar no operariado industrial (21,9 % das famílias de origem) as tendências homogâmicas são igualmente marcadas, embora como nos assalariados agrícolas e industriais encontremos diversidade de situações. Aliás, 5 % dos homens e 8 % das mulheres com origem operária entraram em conjugalidade com alguém proveniente do salariedade agrícola pluriactivo. Mas são as conjugalidades de homogamia estrita as maioritárias, com 43 % destes homens e 37 % destas mulheres a casarem com alguém com a mesma origem operária (representando 8,6 % de todos os casamentos). Com os restantes segmentos trabalhadores, deparamo-nos com 15 % dos homens e 13 % das mulheres de proveniência operária a terem casado com alguém com origem nos empregados executantes e industriais (em ambos, 3 % do total de casamentos) e 5 % deles e 9 % delas a fazerem-no com alguém vindo dos empregados executantes (1,1 % e 2,2 % do total). Nesta condição operária de classe de partida avolumam-se ainda, como na anterior, os casamentos com pessoas provenientes do campesinato, até pelo declínio desta classe social e distribuição dos seus filhos e filhas por outras posições estruturais, com 12 % nos homens e 14 % nas mulheres (2,4 % e 3,3 % do total de casais). Tal como encontramos níveis significativos de conjugalidades com pessoas oriundas dos independentes e pequenos patrões, demonstrando a proximidade entre alguns dos segmentos destes últimos e segmentos trabalhadores, com 18 % nos homens e 15 % nas mulheres (3,6 % e 3,5 % respectivamente de toda a conjugalidade). Os casamentos dos filhos e filhas do operariado com os filhos e filhas das fracções qualificadas dos serviços ou da grande propriedade e poder organizacional são, mais uma vez, marginais, com apenas 1 % dos homens e 4 % das mulheres vindos do operariado a terem casado com alguém proveniente das profissões técnicas e de enquadramento intermédio

(0,2 % e 0,9 % do total de casais), 1 % deles e 0,5 % delas a terem-no feito com alguém com origem nas profissões intelectuais e científicas (0,1 % do total de casamentos em ambos os géneros) e apenas 0,3 % dos homens e nenhuma das mulheres a terem casado com alguém vindo dos empresários e dirigentes (representando menos de 0,1 % do total de conjugalidades).

Os descendentes de famílias de empregados executantes e industriais (12 % das famílias de origem) não apresentam um perfil muito diferente dos provenientes do operariado, embora com alguma deslocação dos seus mercados conjugais em direcção aos trabalhadores dos serviços. Se 7 % dos homens e 12 % das mulheres com esta origem mista entre os trabalhadores pouco qualificados dos serviços e o operariado ainda casaram com alguém proveniente do salariedade agrícola e industrial e se uns importantes 28 % deles e 23 % delas o fizeram com alguém vindo do operariado, encontramos 22 % destes homens e 18 destas mulheres a casarem com alguém com a mesma origem social (representando 2,3 % do total de casais), aos quais poderíamos somar os 13 % deles e 9 % delas que casaram com pessoas vindas do emprego executante nos serviços (1,3 % e 1,1 % do total de conjugalidades). Se as conjugalidades com pessoas vindas do campesinato ainda permanecem aqui importantes, menos no caso dos homens (7 %; 0,8 % do total) do que nas mulheres (16 %; 2 % do total), vemos aumentar as percentagens daqueles (19 %; 2 % do total) e daquelas (20 %; 2,6 % do total) casados com alguém vindo dos independentes e pequenos patrões. Mais uma vez, as percentagens dos oriundos do trabalho executante e industrial a casarem com originários da pequena burguesia qualificacional ou da burguesia são marginais. Se 3 % destes homens e 2 % destas mulheres ainda o fizeram com alguém vindo das profissões técnicas e de enquadramento intermédio (0,3 % e 0,2 % do total de casais), apenas 1 % deles e nenhuma mulher casaram com alguém oriundo das profissões intelectuais e científicas (menos de 0,2 % do total), não havendo casamento com oriundos dos empresários e dirigentes.

Os oriundos de famílias de empregados executantes (7,2 % das famílias de origem), apresentando globalmente um perfil semelhante aos anteriores, vão ter já conjugalidades não despreciadas com segmentos mais qualificadas de origem. Assim, se 7 % destes homens e 12 % destas mulheres ainda casaram com oriundos do assalariamento agrícola e industrial, se 29 % deles e 15 % delas fizeram-no com oriundos do operariado industrial e se 15 % deles e 19 % delas o fizeram com oriundos dos empregados executantes e industriais, apenas 8 % em ambos os géneros (representando somente 0,6 % do total de casamentos) o fizeram em circunstâncias de homogamia estrita. Esta diminuição do casamento entre socialmente semelhantes deve-se não ao aumento das conjugalidades com oriundos do campesinato (6 %

deles e 15 % delas; representando respectivamente 0,5 % e 1,1 % do total de conjugalidades), mas sim quer a um ligeiro aumento dos casados com originários dos independentes e pequenos patrões (21 % deles e 23 % delas; 1,6 % do total de casais em ambos os casos), vincando mais uma vez a proximidade entre certos segmentos da pequena burguesia patronal e agrícola com os trabalhadores, quer ao aumento de casamentos com originários das profissões técnicas e de enquadramento intermédio (11 % dos homens e 5 % das mulheres; respectivamente 0,8 % e 0,4 % do total), num movimento global dos mercados matrimoniais na direcção de segmentos mais privilegiados da população. Mesmo assim, os oriundos dos empregados executantes apresentam níveis diminutos ou inexistentes de conjugalidade com as fracções de classe dominantes, com apenas 2 % destes homens e 3 % destas mulheres a terem casado com alguém vindo das profissões intelectuais e científicas (0,1 % e 0,2 % do total de casais) e 1 % (0,2 % do total) dos homens e nenhuma mulher a terem-no feito com oriundos dos empresários e dirigentes.

Nos originários do campesinato (22 % das famílias de origem) voltamos a encontrar elevados níveis de homogamia estrita. Ainda que 6 % destes homens e 10 % destas mulheres tenham casado com provenientes do salariado agrícola e industrial, que 14 % deles e 12 % delas o tenham feito com oriundos do operariado industrial, 9 % deles e 4 % delas com oriundos dos empregados executantes e industriais e 5 % deles e 2 % delas com vindos dos empregados executantes, uns impressionantes 51 % destes homens e 58 % destas mulheres casaram com originários também do campesinato (representando 12 % do total de casamentos). Além do fechamento relativo deste mercado conjugal e da conexão entre alguns segmentos do campesinato e os segmentos trabalhadores, verificamos igualmente uma conexão entre segmentos camponeses e segmentos independentes e pequeno-patronais (dos quais alguns segmentos apresentam conexões também com os trabalhadores), onde 14 % dos homens e 13 % das mulheres de origem camponesa foram encontrar parceiro conjugal (respectivamente 3,3 % e 2,7 % do total de conjugalidades). A distância entre o campesinato e as restantes fracções de classe está bem patente nas percentagens marginais de homens e mulheres oriundos dessa condição que casaram com pessoas oriundas das profissões técnicas e de enquadramento intermédio (1 % em ambos, representando respectivamente 0,3 % e 0,2 % do total de conjugalidades), das profissões intelectuais e científicas (apenas 0,2 % dos homens, representando menos de 0,1 % do total) ou dos empresários e dirigentes (0,2 % deles e 0,3 % delas, em ambos representando menos de 0,1 % do total de casamentos).

Nos oriundos de famílias de independentes e pequenos patrões (19,1 % das famílias de origem), além das referidas conexões com trabalhadores e campesinato, vamos encontrar já



alguma abertura dos mercados conjugais, ainda que parca, a fracções qualificadas ou burguesas, indiciando que nesta condição de classe de pequena burguesia patronal encontramos segmentos, porventura maioritários, de cariz 'popular' e outros, porventura minoritários, mais qualificados e mesmo ligados a lógicas, ainda que tendenciais, de grande propriedade. Assim, do lado 'popular', encontramos 7 % dos homens e 8 % das mulheres originários dos independentes e pequenos patrões a casarem com provenientes do salariedade agrícola e industrial, 18 % deles e 19 % delas a fazerem-no com alguém vindo do operariado industrial, 13 % deles e 11 % delas com alguém vindo dos empregados executantes e industriais e 8 % de ambos os géneros com oriundos dos empregados executantes. Com oriundos do campesinato deparamo-nos com percentagens de 14 % nos homens e 17 % nas mulheres. Em situação de homogamia restrita, de casamento dentro dos independentes e pequenos patrões, temos 28 % destes homens e 30 % destas mulheres (representando 5,5 % do total de conjugalidades). O alargamento do mercado conjugal dos oriundos de independentes e pequenos patrões para segmentos mais qualificados (que também se detectou nos empregados executantes) ou mesmo empresariais e dirigentes verifica-se com os 8 % destes homens e 5 % destas mulheres que casaram com pessoas originárias das profissões técnicas e de enquadramento intermédio (respectivamente 1,5 % e 0,9 % do total de casais), com os 2 % deles e 1 % delas casados com alguém vindo das profissões intelectuais e científicas (0,4 % e 0,2 % do total) e com as mesmas percentagens com alguém oriundo de famílias de empresários e dirigentes (0,5 % e 0,1 % do total de casamentos).

Ao olharmos para os inquiridos provenientes de famílias de profissionais técnicos e de enquadramento intermédio (4,2 % do total das famílias de origem), o panorama, ainda que prosseguindo acentuadamente o alargamento a sectores mais qualificados, é um de diversificação dos mercados conjugais, até porque, tal como com as profissões intelectuais e científicas e os empresários e dirigentes, estamos a falar de segmentos de classe demograficamente diminutos e de mercados homogâmicos reduzidos. Assim, encontramos 2 % destes homens e 1 % destas mulheres a terem casado com provenientes do salariedade agrícola e industrial, 22 % deles e 4 % delas a terem-no feito com oriundos do operariado industrial, 6 % deles e 7 % delas com oriundos de famílias de empregados executantes e industriais, 9 % dos homens e 19 % das mulheres com pessoas vindas de famílias de empregados executantes, 4 % deles e 7 % delas com originários do campesinato e 24 % deles e 35 % delas com vindos dos independentes e pequenos patrões. As conjugalidades estritamente homogâmicas não são aqui a categoria maioritária, embora 22 % dos homens e 20 % das mulheres vindos das profissões técnicas e de enquadramento intermédio tenham

casado dentro da mesma fracção de classe (representando 0,9 % do total dos casamentos). Nos oriundos deste segmento social deparamo-nos com 4 % quer de homens quer de mulheres a terem casado com provenientes de famílias com profissões intelectuais e científicas (em ambos os casos correspondendo a 0,2 % do total de casais) e a 7 % dos homens e 3 % das mulheres a terem-no feito com pessoas cujos progenitores eram empresários e dirigentes.

Nos homens e mulheres vindos de famílias de profissionais intelectuais e científicos (1,3 % das famílias de origem), além da persistência de diversidade dos cruzamentos conjugais, verificamos o avolumar não só de casamento dentro da sua própria categoria de profissionais qualificados, como com oriundos da burguesia dos empresários e dirigentes. Mesmo assim, 5 % dos homens desta categoria sócio-profissional, embora nenhuma mulher, casaram com oriundos do assalariamento agrícola e industrial, 10 % deles e 8 % delas com oriundos do operariado industrial, 12 % delas, e nenhum homem, com pessoas vindas de famílias de empregados executantes e industriais, 15 % deles e 8 % delas com originários dos empregados executantes, 4 % das mulheres, mas nenhum homem, com vindos do campesinato, 20 % dos homens e 25 % das mulheres com filhos e filhas de independentes e pequenos patrões e 15 % deles e 13 % delas com oriundos de famílias de profissionais técnicos e de enquadramento intermédio. As conjugalidade dentro dos profissionais intelectuais e científicos correspondem a 15 % nos homens e a 13 % nas mulheres desta fracção de classe (num total de 0,2 % de todos os casamentos). Os casamentos com descendentes de famílias de empresários e dirigentes alcançam 20 % nestes homens e 17 % nestas mulheres (ambos representando 0,2 % do total de casais).

Nos provenientes de famílias de empresários e dirigentes (1,2 % das famílias de origem), os mercados matrimoniais masculinos e femininos são mais claramente diferenciados que em todas as outras classes sociais, embora nessas também possamos encontrar diferenciações de género, com uma maior homogamia nos homens com esta origem social. Assim, nos homens com esta proveniência não encontramos conjugalidade alguma com oriundas do salarido agrícola e industrial, do operariado industrial ou dos empregados executantes e industriais, bem como com os empregados executantes, ou seja, nenhuma conjugalidade com oriundas das classes trabalhadoras. Nas mulheres desta origem, por sua vez, verificamos 3 % de casamento com oriundos do salarido agrícola e industrial, 4 % com oriundos do operariado industrial, nenhuma conjugalidade com provenientes de famílias de empregados executantes e industriais, mas 11 % com oriundos dos empregados executantes dos serviços. Em ambos os géneros temos casamentos com originários do campesinato, neles o dobro relativo delas, com 8 % face a 4 %. Bem como casamentos com oriundos dos

independentes e pequenos patrões, eles agora com menos de metade do que elas, com 15 % face a 32 %. Nos casamentos com oriundos de famílias de profissionais técnicos e de enquadramento intermédio, as proporções equilibram-se, tendo os homens 15 % e as mulheres 18 %. Nos casamentos com oriundos das restantes classes sociais retornamos ao desequilíbrio. Se 31 % dos homens de origem burguesa casaram com originárias das profissões intelectuais e científicas, apenas 14 % das mulheres com origem burguesa o fizeram. Estas são igualmente as percentagens respectivas por género dentro desta classe social das conjugalidades também dentro da mesma classe (representando 0,2 % do total de casamentos).

Globalmente, nesta mescla de tendências homogâmicas e heterogâmicas que constituem os mercados conjugais, a grande classe dos trabalhadores tende a casar dentro dos seus limites, mas com alargamento conjugal muito significativo à pequena burguesia patronal e agrícola. Esta última faz o correlativo, casam entre si, mas alargam os seus mercados conjugais aos trabalhadores. A homogamia decresce nas restantes classes sociais. As conjugalidades da pequena burguesia qualificacional repartem-se, *grosso modo*, um terço para os trabalhadores, um terço para a pequena burguesia patronal e agrícola e o restante terço dividido desigualmente entre a própria categoria e a burguesia, com menos peso desta última. Na burguesia dos empresários e dirigentes, como visto, deparamo-nos com mercados conjugais femininos e masculinos marcadamente diferenciados. As mulheres com esta origem social casam menos com oriundos da mesma classe (14 %) do que com provenientes da pequena burguesia qualificacional (32 %), da pequena burguesia patronal e agrícola (36 %) ou mesmo dos trabalhadores (18 %). Os homens de origem burguesa, por sua vez, casam-se mais com provenientes da mesma classe (31 %) ou da pequena burguesia qualificacional (46 %), e menos do que as mulheres com a mesma origem com provenientes da pequena burguesia patronal e agrícola (23 %), não se casando de todo com oriundas da classe trabalhadora.

Se a estrutura dos encontros conjugais, analisada pela perspectiva das origens familiares de classe, nos dá a visão da estrutura classista da conjugalidade e constituição familiar, com o que nele existe de reprodução homogâmica da continuidade e homogeneidade e de produção heterogâmica da mudança e diversidade, convém lembrar que a estrutura classista da conjugalidade não é somente uma estrutura estática, definida para todo o sempre a partir das origens e começos, mas um processo, como bem o recordam A. N. Almeida, Sobral & Ferrão (1997). As distâncias e proximidades de classe entre cônjuges não cessam com o momento genésico da sua união, mas antes se prolongam no tempo e percursos de vida individuais, conjugais e familiares. Assim, como alertou Singly (1987), a tendência central da maioria das conjugalidades vai no sentido de produção da homogeneização relativa das

posições sociais dos cônjuges, ou seja, de aumento da homogamia. De facto, se tivéssemos analisado os cruzamentos conjugais através da classe individual *actual* de ambos os cônjuges (sem contabilização das domésticas, portanto), os níveis de homogamia estrita ter-se-iam elevado para 40 %.<sup>256</sup> Se essa análise fosse realizada apenas com quatro grandes classes sociais agregadas, a homogamia restrita subiria para 70 %. Contudo, o nosso objectivo, com esta análise e descrição de pormenor dos cruzamentos conjugais, não era preponderantemente verificar, mais uma vez, a homogamia tendencial dos mercados matrimoniais, mas sim fazer aparecer toda a diversidade heterogâmica desses mercados. Diversidade essa que complexifica todo o tipo de processos sociais estruturados pelas lógicas da diferenciação e desigualdades classistas, tais como as do capital social. Não se trata, aliás, apenas de uma questão de diversidade, particularmente da diversidade advinda de processos minoritários e não reprodutivos, mas também de verificação das movimentações e mobilidades permanentes que existem concomitante e muitas vezes articuladamente com os processos de reprodução e reconfiguração permanentes das estruturas diferenciais de recursos e oportunidades.

### **5.1.3. Trajectórias sociais, mobilidades e antroponomia**

O quadro global das continuidades e discontinuidades do espaço social não pode, assim, ficar completo sem uma análise dos processos de mobilidade social entre gerações. Tal permite-nos, como salientaram Goldthorpe, Llewellyn & Payne (1987), aferir da reprodução das desigualdades de classe, bem como da sua reconfiguração (não só em termos de maior ou menores níveis de desigualdade e oportunidades estruturais, mas também em termos de novas modalidades e protagonistas colectivos da diferenciação).

A própria ideia de mobilidade social sustenta, como defendemos contra todas as declarações de morte das classes sociais, que a sociedade levada a cabo pelos agentes sociais, na maioria das vezes em circunstâncias que não escolheram, é um espaço diferenciado e desigual de posições sociais relativas umas em relação às outras, posições essas que consubstanciam condições globais de existência (objectivas e subjectivas) estruturalmente distintas. Analisar as mobilidades sociais é, assim, estudar as maneiras e os modos como as posições sociais se transmitem de geração em geração (Thélot 1991), ou como essas transmissões são levadas a cabo dentro de um dada geração. A noção e hipótese aqui presente

---

<sup>256</sup> Tal não o fizemos por privilegiarmos a homogamia de partida e não de chegada (que de toda a maneira está incorporada na restante análise através da classe social do casal), bem como pelo facto de, devido à percentagem de domésticas no momento actual da vida familiar (quase 21 %), a representatividade da amostra ser afectada pelo menor número de casos (1228 casais em que ambos os cônjuges têm inserção sócio-profissional própria).

é a de uma relação de determinação relativa entre a origem social e a posição social atingida na vida adulta (Bertaux 1992: 281) e que tal fenómeno não se verifica da mesma maneira nas diferentes classes sociais (López 1992: 210).

Toda a problemática da mobilidade social, em última análise uma discussão sobre a natureza e rigidez das diferenças sociais de classe, sofreu várias e muitas vezes discordantes conceptualizações. Uma acentuando preponderantemente a acção dos indivíduos como mecanismo central de explicação das mudanças de posição social, outras acentuando o peso das relações sociais anteriores e exteriores à acção como estruturadoras e construtoras da imobilidade. Para os funcionalistas mais ortodoxos (ver Davis & Moore 1945), no quadro das teorias de estratificação funcional e homeostática (pelo menos tendencialmente), a mobilidade social é o processo, tendencialmente meritocrático nas sociedades modernas, de “selecção social dos indivíduos para ocuparem as posições do sistema de estratificação” (Machado 1991: 110). A mobilidade seria nesta visão um mecanismo que asseguraria, funcionalmente, que os socialmente mais aptos preencheriam os lugares socialmente mais exigentes. Mas mesmo dentro do paradigma funcionalista sabia-se que a ocupação das posições socialmente mais privilegiadas muito devia ao facto de as famílias de origem dos indivíduos com estatuto social mais elevado terem também elas um estatuto já de si elevado. De facto, todas as conceptualizações ingenuamente funcionalistas, individualistas ou utilitaristas dos fenómenos de mobilidade social foram fortemente contestadas. É bem conhecida a reacção de Poulantzas (1978) sobre o que considerava ser a problemática “burguesa” da mobilidade social, exactamente como crítica vincada ao tipo de ideologia meritocrática que muitas das formulações funcionalistas patenteavam. Como já vimos, Bertaux (1978) considerou a mobilidade social apenas como o momento intermédio de um processo antropológico, entendido como o sistema de produção, distribuição e consumo de seres humanos na sociedade (J. F. Almeida 1981: 238). O consumo produtivo da força de trabalho seria o momento que comandaria este processo, em função do qual formas diversas de produção e reprodução dessa força de trabalho seriam organizadas e articuladas a lugares sociais determinados. Bertaux recusou mesmo o termo mobilidade social (recusando também as concepções individualistas e de meritocracia funcional que rodeavam a sua conceptualização), preferindo o de distribuição antropológica, ou seja, distribuição dos agentes sociais pela estrutura dos lugares colectivos de classe (Bertaux 1978: 45/46). Nesta visão, a substituição das gerações far-se-ia através de fluxos antropológicos, que deslocam indivíduos, saídos de determinados meios sócio-profissionais, para outros meios sócio-profissionais (iguais, equivalentes ou diferentes) da estrutura social de classes na geração posterior (Bertaux 1980).

Fluxos que seriam fluxos estruturais típicos, ou seja, casos maioritários de mobilidade social estrutural, podendo apenas os fluxos atípicos e minoritários serem considerados verdadeira mobilidade social. Como podemos ver, estas críticas estruturalistas ao conceito de mobilidade social reduziram-no à reprodução social estrutural, “ignorando o problema do movimento dos actores” (Machado 1991: 113). A acção social seria aqui um mero resultado das estruturas sociais (particularmente das económicas) e os actores meros epifenómenos dessas estruturas. Ora, se os âmbitos estruturais delimitem as possibilidades da acção, essa acção não deixa de se fazer sentir, pois, se as estruturas sociais criam e encaminham as possibilidades de acção, são por sua vez consequência, preponderantemente não intencional, dos efeitos agregados das acções e práticas.

Há, assim, que ultrapassar a antinomia entre perspectivas teóricas que tudo fazem derivar das estruturas e aquelas que tudo fazem derivar da acção dirigida. O que não invalida a importância de conhecer as transformações na estrutura sócio-profissional para que se possam perceber as trajectórias de mobilidade social das famílias e indivíduos (Duro-Bellat & Zanten 1992: 55). De facto, é necessário que haja “uma estrutura de oportunidades que faça da mobilidade social uma possibilidade objectiva” (Machado 1991: 65), mas essa mobilidade pode muito bem ser conseguida pelas estratégias, ainda que eminentemente práticas e não clarividentes, dos indivíduos e das famílias, não sendo meramente o ‘despejar’ diacrónico de agentes sociais de uma categoria social para outra, consoante as transformações endógenas da própria estrutura social. Como já tinha apontado Passeron (1989: 7-9), a análise dos fluxos sociais estruturais (ou “análise categorial dos fluxos”) é uma análise dos movimentos de determinadas propriedades numa população, não uma análise sobre os agentes, tendo-se que diferenciar entre o devir dos agregados colectivos e as trajectórias sócias específicas dos agentes. A análise estrutural da reconfiguração do espaço social não é antinómica com a análise do evoluir dos agentes pela estrutura mutável das classes sociais, sejam ou não típicas as suas trajectórias.

Como veremos, na sociedade portuguesa verifica-se uma “rede muito heterogénea de trajectórias sociais a ligar as categorias de classe entre si” (Machado & Costa 1998: 39) e, ainda que parte relevantes desses fluxos, nomeadamente os de aparente mobilidade ascendente, sejam fluxos de mobilidade estrutural, ou antroponómicos, outra parte não o são.

Como vimos, uma das grandes transformações da sociedade portuguesa passou pela profunda reconfiguração da estrutura qualificacional da população, isto no contexto da recomposição da estrutura de classes no sentido de aumento dos segmentos mais qualificados típicos de uma sociedade de serviços (a par do declínio das fracções agrícolas e aumento

também dos trabalhadores, mesmo não qualificados, dos serviços). Como já tinham apontado Machado & Costa (1998: 43), é nas lógicas do capital escolar, hoje mais central à divisão social do trabalho do que anteriormente, que podemos, em primeiro lugar, encontrar quer marcados processos de mobilidade ascendente (típicos ou não), quer igualmente, enquanto persistência das desigualdades, efeitos de reprodução das categorias educacionais (mesmo que pela deslocação em massa para graus superiores aos da origem).

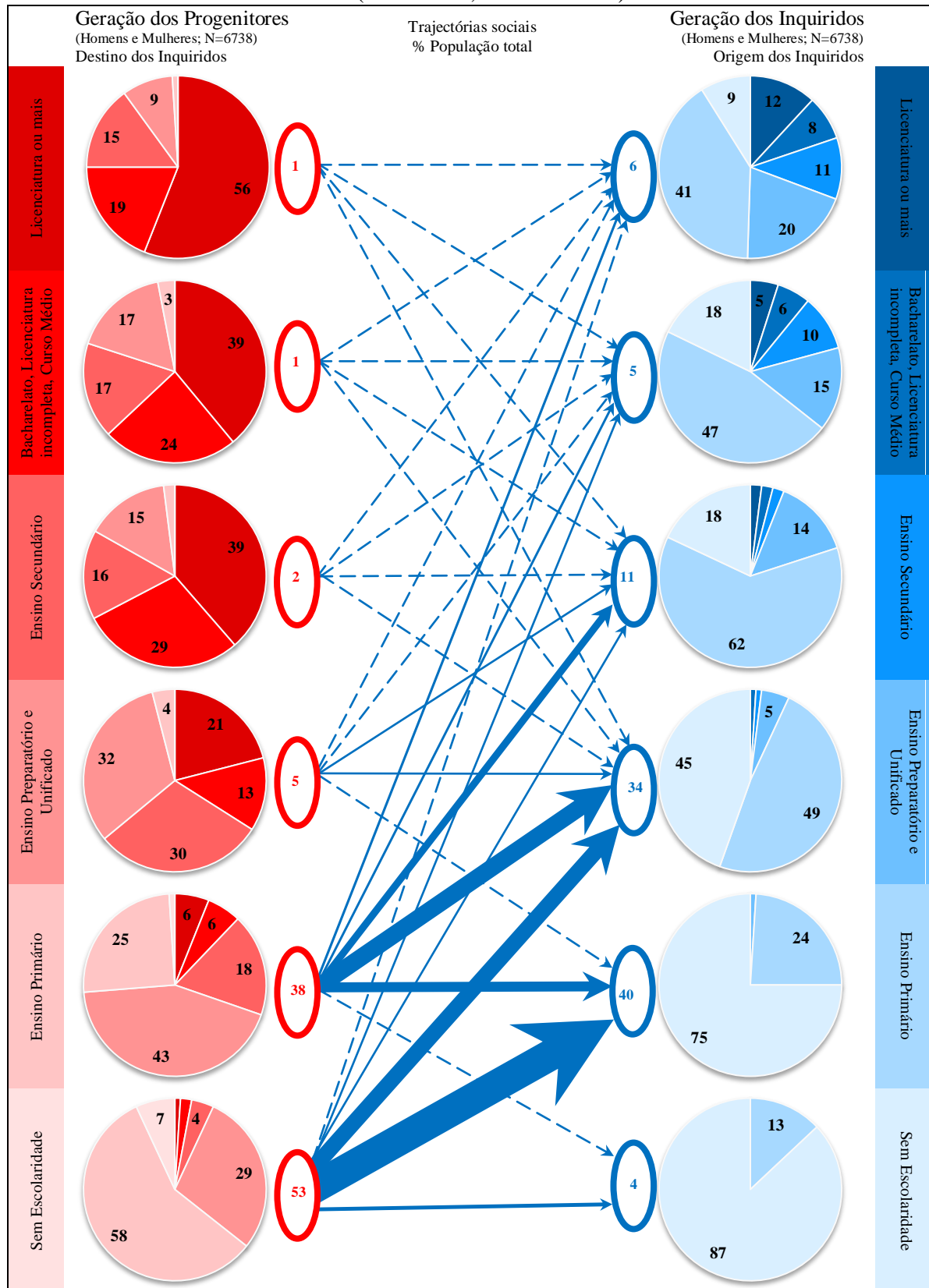
Verificamos então (Figura 5.5) que a reprodução social linear (dentro da mesma categoria educacional) é muito vincada nos que actualmente não têm qualquer nível escolar, bem como naqueles cujos progenitores tinham níveis muito elevados (licenciatura ou mais). Mas a par destes processos, profundas deslocações existem.

De facto, olhando em pormenor (Figura 5.5) para as trajectórias educacionais intergeracionais individuais dos homens e mulheres dos casais inquiridos e tendo em atenção que, como todos os indivíduos, têm uma dupla origem escolar (de seu pai e de sua mãe),<sup>257</sup> constatamos tais deslocações, já que, se a origem familiar maioritária dos homens e mulheres hoje sem escolaridade ou apenas com a escolaridade primária é a de pelo menos um dos seus progenitores sem escolaridade, os inquiridos com escolaridade preparatória ou unificada tem origem maioritária, *grosso modo* equivalente, entre progenitores sem escolaridade ou com escolaridade primária e os inquiridos com escolaridades do secundário à licenciatura ou mais têm origem maioritária em progenitores com o ensino primário. Ainda que os fluxos demograficamente maioritários, no conjunto da população, não sejam no ou para o topo da hierarquia escolar, visto os mais importantes serem de uma origem sem escolaridade para o ensino primário e preparatório ou unificado bem como dos ensino primário para o primário, preparatório ou unificado e secundário (dando conta da persistentemente baixa distribuição educacional em Portugal em comparação com a maioria dos seus congéneres da europeus), deparamo-nos com trajectórias intergeracionais diversificadas, misturando, como temos visto nas análises anteriores, situações de reprodução (absoluta ou relativa) com situações de mobilidade (ascendentes e descendentes).

---

<sup>257</sup> Quer isto dizer que, no gráfico apresentado (Figura 5.5), por se contabilizarem estas duplas origens (dos pais e das mães), os indivíduos estatisticamente agregados segundo o nível de escolaridade, homens ou mulheres, podem apresentar uma origem dupla na mesma categoria escolar de origem ou em duas categorias diferentes. O que o gráfico indica, no respeitante às origens escolares, é que pelo menos um dos progenitores tem determinado grau de ensino. Esta duplicação corresponde à realidade dupla das origens escolares.

Figura 5.5  
Trajectórias educacionais intergeracionais  
(indivíduos; valores em %)





Olhando para os indivíduos sem escolaridade, quer na geração dos progenitores (53 % da sua geração), quer na dos inquiridos (4 % da sua geração), encontramos, para os primeiros, a distribuição alargada de seus filhos e filhas por toda a estrutura escolar, embora em graus muito desiguais, e, para os segundos, a reprodução acentuada de uma origem culturalmente descapitalizada. Assim, 7 % (3,7 % do total da população) dos progenitores sem escolaridade viram os seus descendentes permanecer sem escolaridade, contra 58 % (30,4 % do total populacional) que alcançaram o ensino primário, 29 % (15,1 % do total) o ensino preparatório ou unificado, 4 % (2 % do total) o ensino secundário, 2 % (0,9 % do total) um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta e 1 % (0,5 % do total populacional) uma licenciatura ou mais. Os inquiridos sem escolaridade provêm em 87 % dos casos de progenitores sem escolaridade e nos restantes 13 % de pelo menos um dos progenitores com o ensino primário.

Dos progenitores com o ensino primário, 38 % da sua geração, apenas 1 % (0,5 % do total das trajectórias educacionais) viu os seus descendentes não alcançarem qualquer grau de escolaridade. Dos descendentes que estudaram, 25 % (9,6 % do total) ficaram-se pelo ensino primário, 43 % (16,5 % do total) subiram um degrau para o ensino preparatório ou unificado, 18 % (6,9 % da população) alcançaram o ensino secundário, 6 % (2,2 % do total) um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta e também 6 % (2,3 % do total) uma licenciatura ou mais. Dos inquiridos com o ensino primário, 40 % da sua geração, 75 % têm um progenitor sem escolaridade, 24 % com o ensino primário e 1 % com o secundário.

Os progenitores com o ensino preparatório ou unificado, 5 % da sua geração contra 34% na geração seguinte, já tiveram os seus descendentes a alcançar de forma estatisticamente mais relevante níveis mais elevados de escolaridade. Assim, nenhum dos filhos e filhas de um progenitor com este grau de ensino se quedou pela não escolaridade, enquanto 4 % (0,2 das trajectórias) ficou pelo ensino primário. A fatia maior de descendentes de um progenitor com este grau escolar é a dos 32 % (1,7 % do total) que o reproduziram, ficando igualmente pelo preparatório ou unificado. Contudo, 30 % (1,6 % do total) destes descendentes alcançaram já o ensino secundário, 13 % (0,7 % do total) um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta e 21 % (1,1 do total) uma licenciatura ou mais. Do total da geração de inquiridos que têm igualmente o ensino preparatório ou unificado, 45 % são filhos e filhas de pelo menos um progenitor sem escolaridade, 49 % de um com o ensino primário, 5 % de progenitores com o mesmo nível de ensino, 1 % de pais com o ensino secundário, bem como também 1 % de pais com um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta.

O destino escolar dos inquiridos descendentes de progenitores com o ensino secundário acentua a tendência para alcançar níveis escolares mais elevados. De facto, enquanto nenhum deles ficou sem escolaridade, 2 % (0,03 % do total) ficou só com o primário, 15 % (0,2 % do total) com o preparatório ou unificado e 16 % (0,3 % do total) com o mesmo grau secundário de ensino, encontramos já 29 % (0,5 % do total) que alcançaram um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta e 39 % (0,6 % do total de trajetórias) uma licenciatura ou mais. Nas origens escolares dos inquiridos que actualmente têm o ensino secundário (11 % contra 2 % na geração anterior dos progenitores), por sua vez, o peso que até aqui tinha tido nas origens a não escolaridade diminui (agora apenas 18 %), aumentando os restantes – 62 % origem no ensino primário, 14 % no preparatório e unificado e 2 % em cada uma das restantes categorias mais elevadas.

Se o destino escolar dos inquiridos com origem em pelo menos um progenitor com curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta é muito semelhante aos destinos dos com origem no ensino secundário, verificamos como as origens dos inquiridos com esse grau de ensino não o são. Assim, dos filhos e filhas de possuidores de um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta, nenhum ficou sem escolaridade, 3 % (0,03 % do total de trajetórias) quedou-se pelo ensino primário, 17 % quer pelo preparatório e unificado quer pelo ensino secundário (0,2 % do total em ambos os casos), 24 % (0,3 % do total) pelo mesmo nível imediatamente abaixo de uma licenciatura completa e 39 % (0,4 % do total) por essa licenciatura ou mesmo mais. Nas origens dos que têm actualmente um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta (5 % contra apenas 1 % na geração anterior) vemos aumentar o peso de escalões educacionais mais elevados do que aqueles anteriormente encontrados – se 18 % ainda têm origem na não escolaridade, a percentagem dos que têm origem no ensino primário diminui para 47 % (apesar de permanecer a maioritária), tendo 15 % origem no ensino preparatório e unificado, 10 % no secundário, 6 % no mesmo nível de ensino e 5 % numa licenciatura ou mais.

No nível de ensino mais elevado, a licenciatura ou grau mais elevado, vamos encontrar uma forte reprodução educacional por parte dos progenitores com esse grau (1 % da sua geração), já que 56 % (0,7 % do total de trajetórias) dos seus filhos e filhas alcançam o mesmo grau. De toda a maneira, tal quer dizer que 44 % (0,51 % do total populacional) não o fazem, tendo uma mobilidade educacional descendente, já que, embora nenhum tenha ficado sem escolaridade, 1 % (0,01 % do total) ficou apenas com a primária, 9 % (0,1 % do total) com o preparatório ou unificado, 15 % (0,2 % do total) com o secundário e 19 % (0,2 % do total) com um curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta. Como seria de esperar,

dadas as fortes reconfiguração da estrutura educacional e a multiplicação do peso dos licenciados ou mais na geração dos inquiridos (para 5 %), as suas origens sociais são muito diversificadas, com 9 % oriundos da não escolaridade, 41 % do ensino primário, 20 % do preparatório ou unificado, 11 % do secundário, 8 % do curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta e 12 % do mesmo grau de licenciatura ou mais.

Se, globalmente, os destinos e as origens se correlacionam com os graus escolares, respectivamente, de progenitores e inquiridos, existindo, portanto, fortes processos de reprodução social do capital escolar, por outro lado, dadas as fortes reconfigurações da estrutura educacional (que partia de um patamar relativamente homogéneo de desqualificação educacional) no sentido da sua diversificação e aumento dos segmentos qualificados, encontramos uma forte pluralidade de trajectórias, muitas das quais (ascendentes ou descendentes), não correspondem a meras reconfigurações estruturais. O mesmo panorama global pode ser observado analisando as trajectórias de classe intergeracionais.

De facto, analisando essas trajectórias dos inquiridos, através da sua classe de casal pela classe de casal dos seus progenitores<sup>258</sup> (Figura 5.6), encontramos mais uma vez quer vincados processos de reprodução, quer de transformação social. Dentro do quadro estrutural de reconfigurações sociais anteriormente verificado (com declínio das fracções agrícolas, aumento do salariado nos serviços, muito significativamente do salariado qualificado, aumento da empresarialidade), encontramos grande reprodução social à chegada nos inquiridos actualmente assalariados agrícolas e industriais e particularmente nos camponeses, embora também não seja despicienda nos operários industriais e independentes e pequenos patrões, e grande reprodução social à partida nos inquiridos descendentes de profissionais intelectuais e científicos e de empresários e dirigentes, embora também não seja despicienda nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio e nos independentes e pequenos patrões. Mas toda uma série múltipla de fluxos (ascendentes, estacionários e descendentes; minoritários e majoritários) se verifica. Os fluxos demograficamente mais relevantes são os do operariado industrial para o operariado industrial, empregados executantes e independentes e pequenos patrões, do campesinato para o campesinato, operariado e independentes e pequenos patrões,

---

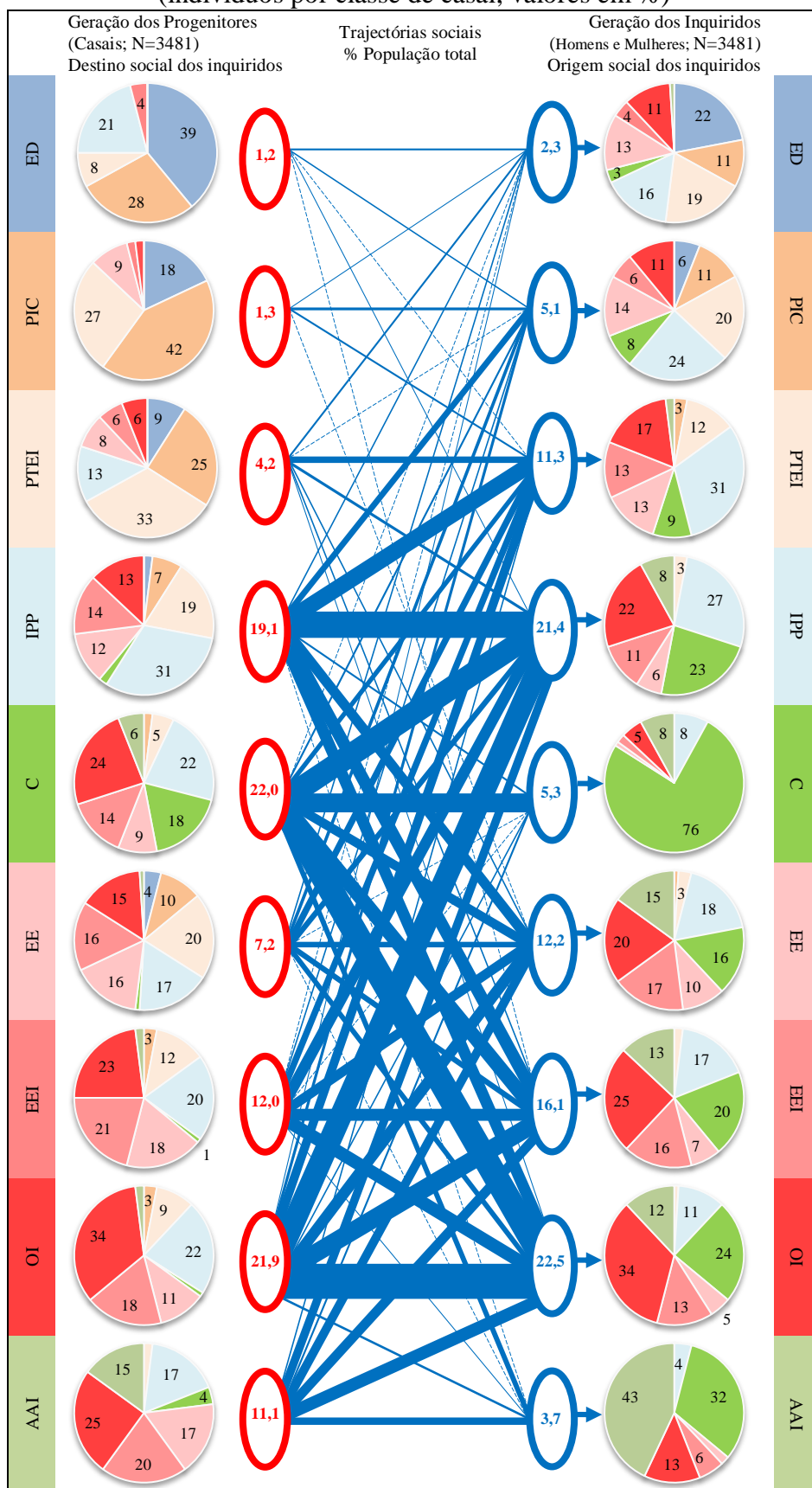
<sup>258</sup> Não utilizamos aqui a classe social individual dos inquiridos (ou mais correctamente, das inquiridas e seus cônjuges) por duas razões: a classe social do casal corresponde muito mais fidedignamente à situação real dos indivíduos em termos de posse de recursos (permitindo, aliás, incluir as domésticas) e incorporando nas trajectórias sociais as alianças conjugais em termos de classe; obtém-se informação agregada sobre a sua origem social que, relembremo-lo, é constituída por dois progenitores – não tem assim que se recorrer, como tivemos que o fazer na análise das trajectórias escolares, à duplicação dos sujeitos.

dos independentes e pequenos patrões para os independentes e pequenos patrões e profissões técnicas e de enquadramento intermédio. Estes não esgotam contudo a fortíssima diversidade das trajectórias.

O declínio das fracções de classe agrícolas fica bem patente na diversidade de destinos sociais dos homens e mulheres inquiridos cujos progenitores eram assalariados agrícolas e industriais. Dos filhos e filhas do salariedade agrícola pluriactivo, 15 % (1,6 % do total de trajectórias) aí permaneceram, 25 % (2,7 % do total) deslocaram-se para o operariado industrial, 20 % (2,1 % do total) para o emprego executante e industrial, 17 % (1,9 % do total) para o emprego executante nos serviços, 4 % (0,4 % do total) para o campesinato, 17 % (1,8 % do total) para os independentes e trabalhadores e 2 % (0,3 % do total) para as profissões técnicas e de enquadramento intermédio. Por sua vez, os inquiridos, homens e mulheres, que são actualmente assalariados agrícolas e industriais (3,7 % face a 11,1 % na geração anterior) têm preponderantemente origem no próprio salariedade agrícola pluriactivo (43 %), bem como no operariado industrial (13 %), emprego executante e industrial (6 %), emprego executante nos serviços (2 %), campesinato (32 %) e independentes e pequenos patrões (4 %).

Dos inquiridos com origem no operariado industrial, 2 % (0,5 % do total) deslocaram-se para o salariedade agrícola pluriactivo, 34 % (7,6 % do total – o mais significativo dos fluxos demográficos) permaneceram operários, 18 % (3,9 % do total) foram para o emprego executante e industrial, 11 % (2,4 % do total) para o emprego executante, 1 % (0,3 % do total) para o campesinato, 22 % (4,8 % do total) para os independentes e pequenos patrões, 9 % (1,9 % do total) para as profissões técnicas e de enquadramento intermédio, 3 % (0,6 % do total) para as profissões intelectuais e científicas e menos de 1 % (menos de 0,1 % do total) para os empresários e dirigentes. Dos inquiridos que hoje são operários industriais (22,5 % face a 21,9 % na geração anterior), 12 % provêm do salariedade agrícola e industrial, 34 % do próprio operariado industrial, 13 % dos empregados executantes e industriais, 5 % dos empregados executantes, 11 % dos independentes e pequenos patrões e 1 % das profissões técnicas e de enquadramento intermédio.

Figura 5.6  
Trajectórias de classe intergeracionais  
(indivíduos por classe de casal; valores em %)



Nos filhos e filhas de famílias de empregados executantes e industriais, o destino dos serviços começa a acentuar-se. Assim, se 2 % (0,2 % do total) se deslocam para o salariedade agrícola e industrial, se 23 % (2,8 % do total) o fazem para o operariado e se 21 % (2,6 % do total) para a própria classe de partida, encontramos já 18 % (2,1 % do total) a deslocarem-se para o emprego executante nos serviços, 12 % (1,4 % do total) para as profissões técnicas e de enquadramento intermédio e 3 % (0,3 % do total) para as profissões intelectuais e científicas. A par destas deslocações temos igualmente 1 % (0,1 % do total) que o fazem para o campesinato e 20 % (2,4 %) para os independentes e pequenos patrões. Menos de 1 % (menos de 0,1 % do total) tem uma trajectória que os leva aos empresários e dirigentes. Dos que hoje são empregados executantes e industriais, 13 % provém do salariedade agrícola pluriactivo, 25 % do operariado, 16 % da própria classe de partida, 7 % dos empregados executantes, 20 % do campesinato, 17 % dos independentes e pequenos patrões e 2 % das profissões técnicas e de enquadramento intermédio.

O destino dos serviços, nomeadamente qualificados, acentua-se ainda mais nos descendentes de empregados executantes. Se 1 % (0,1 % do total) se deslocam para o salariedade agrícola, 15 % (1,1 % do total) para o operariado, 16 % (1,2 % do total) para o emprego executante e industrial, bem como iguais percentagens para a própria categoria de origem, encontramos já 20 % (1,4 % do total) com uma trajectória que os leva às profissões técnicas e de enquadramento intermédio e 10 % (0,7 % do total) às profissões intelectuais e científicas. Se apenas 1 % (0,1 % do total) se deslocou para o campesinato, persiste a trajectória modal para os independentes e pequenos patrões, alcançando 17 % (1,2 % do total), à qual se acrescentam 4 % (0,3 % do total) que se tornaram empresários e dirigentes. As origens dos que hoje são empregados executantes dão igualmente conta de uma forte diversidade de trajectórias sociais, com 15 % oriundos do salariedade agrícola pluriactivo, 20 % do operariado, 17 % do emprego executante e industrial, 10 % do próprio emprego executante, 16 % do campesinato, 18 % dos independentes e pequenos patrões, 3 % das profissões técnicas e de enquadramento intermédio e 1 % das profissões intelectuais e científicas.

Com o declínio dos segmentos ligados à agricultura, o destino de classe dos filhos e filhas do campesinato é bastante diversificado, embora só muito reduzidamente alcance os segmentos qualificados ou empresariais e dirigentes, dirigindo-se, basicamente, para fracções trabalhadoras ou de independentes e pequenos patrões. Assim, 6 % (1,2 % do total de trajectórias) dos descendentes de camponeses decaem para o salariedade agrícola pluriactivo, 24 % (5,4 % do total, dos mais importantes fluxos demográficos no conjunto da população) deslocam-se para o operariado industrial, 14 % (3,1 % do total) para os empregados

executantes e industriais, 9 % (2 % do total) para os empregados executantes dos serviços, 18 % (4,1 % do total) permanecem no campesinato, 22 % (4,9 %) transferem-se para o trabalho independente e pequeno patronato. Apenas 5 % (1 % do total) se deslocaram para as profissões técnicas e de enquadramento intermédio, 2 % (0,4 % do total) para as profissões intelectuais e científicas e uns residuais menos de 1 % (menos de 0,1 % do total) se tornaram empresários e dirigentes. Do reduzido segmento que é hoje camponês (5,3 % contra 22 % na geração anterior), a força da origem também ela camponesa é hegemónica, alcançando 76 %. Dos restantes, 8 % são oriundos de famílias de assalariados agrícolas e industriais, 5 % do operariado, 2 % dos empregados executantes e industriais, 1 % dos empregados executantes dos serviços e 8 % dos independentes e pequenos patrões. Nenhum camponês teve origem nas classes qualificadas ou empresariais.

Nos inquiridos oriundos de famílias de independentes e pequenos patrões, encontramos uma parte significativa deles a ficarem na mesma posição social, uma outra parte, ainda maior se tomada em agregado, a deslocarem-se para as classes trabalhadoras, e um outro grupo não despreciando a alcançarem já, ao contrário dos camponeses, posições de classe qualificadas. Já Machado & Costa (1998: 35) apontavam como nos independentes coexistiriam dois segmentos – um mais ligado ao mundo dos trabalhadores (que associam ao trabalho independente), outro mais qualificado (que associam ao pequeno patronato). Tal é patente quando olhamos para os destinos sociais dos seus filhos e filhas – se menos de 1 % (menos de 0,1 % do total de trajetórias) decaem para o salariedade agrícola pluriactivo, 13 % (2,5 % do total populacional) fazem-no para o operariado industrial, 14 % (2,7 % do total) para o emprego executante e industrial e 12 % (2,2 % do total) para o emprego executante nos serviços. Permanecem na condição de independentes e pequenos patrões 31 % (5,7 % do total, um dos mais importantes fluxos demográficos) aos poderíamos acrescentar 2 % (0,4 % do total) que se transferem para o campesinato. Em relação a segmentos mais qualificados temos a deslocação de 19 % (3,5 % do total) para as profissões técnicas e de enquadramento intermédio e de 7 % (1,3 % do total) para as intelectuais e científicas, bem como de 2 % (0,3 % do total) para os empresários e dirigentes. Por outro lado, é interessante verificar como os segmentos qualificados ou empresariais não abundam na origem daqueles que hoje são independentes e pequenos patrões (21,4 % face a 19,1 % na geração anterior) – 8 % têm origem no salariedade agrícola pluriactivo, 22 % no operariado, 11 % nos empregados executantes e industriais, 6 % nos empregados executantes, 23 % no campesinato, 27 % nos próprios independentes e pequenos patrões, apenas 3 % nas profissões técnicas e de

enquadramento intermédio e 0 % quer das intelectuais e científicas, quer dos empresários e dirigentes.

Com os inquiridos provenientes de famílias de profissionais técnicos e de enquadramento intermédio começam a abundar significativamente as trajectórias com destino a segmentos qualificados ou empresariais. De facto, apesar de ainda encontrarmos 6 % (0,2 % do total de trajectórias) dos inquiridos oriundos destas famílias deslocarem-se para o operariado, uns iguais 6 % (0,3 % do total) para os empregados executantes e industriais, 8 % (0,3 % do total) para os empregados executantes e 13 % (0,6 % do total) para os independentes e pequenos patrões, são mais relevantes os 33 % (1,4 % do total) que permanecem nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, bem como os 25 % (1 % do total) que se transferem para as profissões intelectuais e científicas, além dos 9 % (0,4 % do total) que o se tornam empresário e dirigentes. Por outro lado, e como seria de esperar dado o aumento demográfica desta posição social (de 4,2 % para 11,3 % na presente geração inquirida), não são os segmentos qualificados ou empresariais os mais importantes nas origens daqueles que actualmente são profissionais técnicos e de enquadramento intermédio – 2 % vêm do salariedade agrícola e industrial, 17 % do operariado, 13 % dos empregados executantes e industriais, outros tantos dos empregados executantes dos serviços, 9 % do campesinato, 31 % dos independentes e pequenos patrões. Apenas 13 % provêm da mesma posição social, aos quais poderíamos acrescentar 3 % que têm origem nas profissões intelectuais e científicas. Nenhum é oriundo do empresariado.

No respeitante aos oriundos de famílias de profissionais intelectuais e científicos, além do avolumar de trajectórias linearmente reprodutivas em percentagem significativa, deparamo-nos igualmente com uma percentagem ainda maior de mobilidades ascendentes em direcção ao empresariado e funções dirigentes. De facto, se 2 % (menos de 0,1 % do total) decaem para o operariado, se outros 2 % (também menos de 0,1 do total de trajectórias) para os empregados executantes e industriais, 9 % (0,1 % do total) para os empregados executantes e 27 % (0,4 % do total) para profissionais técnicos e de enquadramento intermédios, uns muito impressionantes 42 % (0,6 % do total) mantêm a mesma classe social, aos quais se somam uns muito significativos 18 % (0,2 % do total) que ascendem a empresários e dirigentes. É claro que, devido mais uma vez ao aumento demográfico desta classe social (de 1,3 % para 5,1 % na presente geração inquirida), a diversidade das origens dos que actualmente têm uma posição social intelectual e científica é vincada – 11 % provêm do operariado, 6 % dos empregados executantes e industriais, 14 % dos empregados executantes, 8 % do campesinato, 24 % dos independentes e pequenos patrões, 20 % das profissões



técnicas e de enquadramento intermédio, 11 % da mesma classe de profissionais intelectuais e científicos e 6 % dos empresários e dirigentes.

Nos empresários e dirigentes, classe minoritária e dominante, vamos igualmente encontrar tanto uma forte reprodução social dessa condição burguesa, como uma marcada diversidade de origens dos actuais empresários e dirigentes. Assim, se, nos inquiridos com origem nesta classe, 4 % (0,1 % do total de trajectórias) decaem para o emprego executante e industrial, se 21 % (0,2 % do total) se deslocam para o trabalho independentes e pequeno patronal, 8 % (0,1 % do total) para as profissões técnicas e de enquadramento intermédio e 28 % (0,3 % do total) se tornam profissionais intelectuais e científicos, uns impressionantes 39 % (0,4 % do total) permanecem na mesma posição de classe dominante.<sup>259</sup> Em relação aos que hoje são empresários e dirigentes, também devido ao seu aumento demográfico (de 1,2 % para 2,3 % na geração presente), a diversidade impera, embora se note a força das trajectórias reprodutivas – 1 % são oriundos do salariedade agrícola pluriactivo, 11 % do operariado, 4 % do emprego executante e industrial e 13 % do emprego executante, 3 % do campesinato, 16 % dos independentes e pequenos patrões, 19 % das profissões técnicas e de enquadramento intermédio, 11 % das intelectuais e científicas e 22 % da mesma condição empresarial e dirigente.

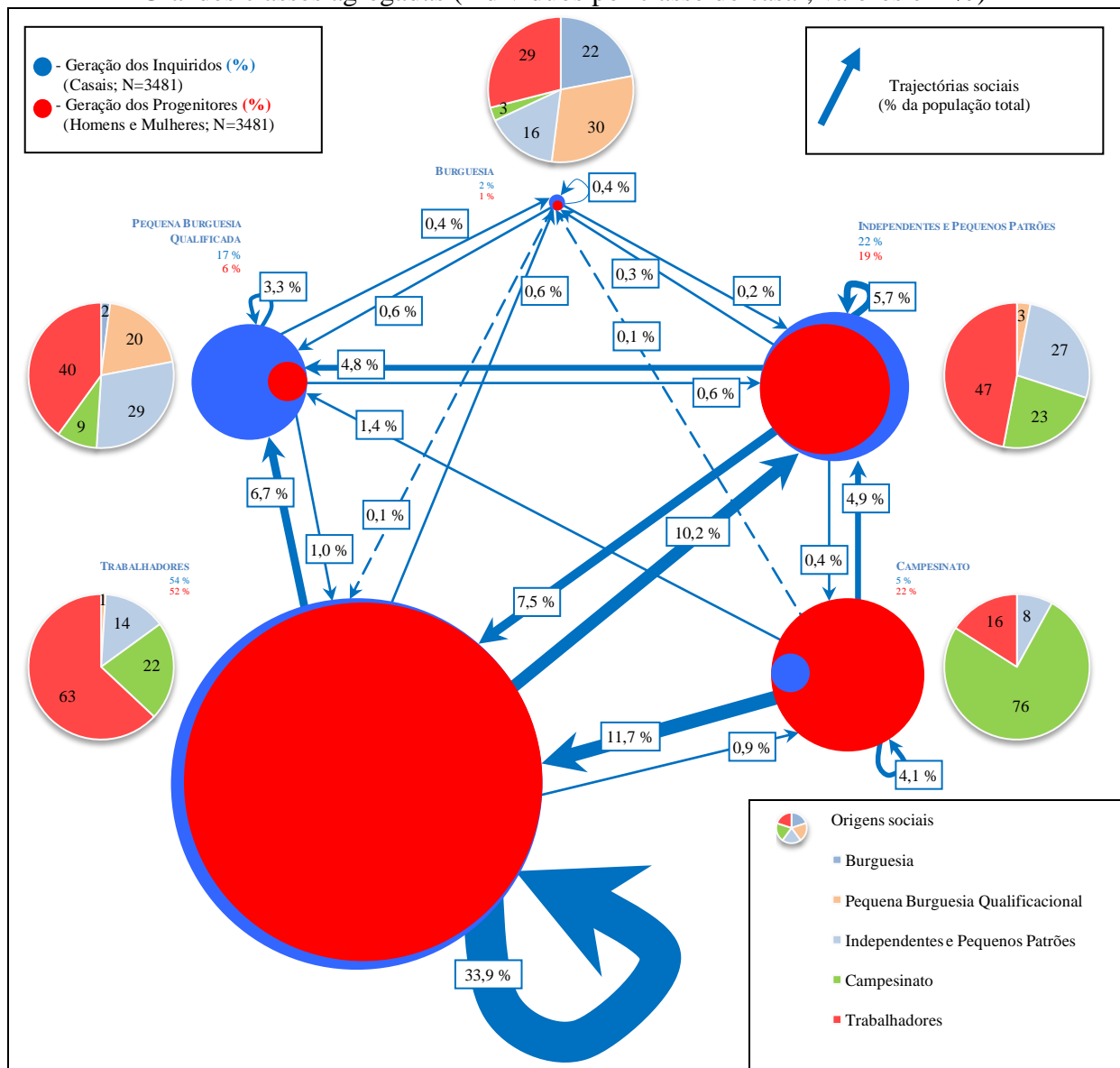
Todo este cenário estrutural, que combina reprodução com mudança e antropomopia com mobilidade, constitui um quadro dinâmico que deve ser tomado em consideração na análise de qualquer fenómeno social fortemente estruturados por processos de diferenciação e desigualdade classista. Mesmo analisando estes fenómenos com menos categorias de classe (Figura 5.7), já que multiplicação por nove categorias na análise anterior pode exponenciar a diversidade de trajectórias e processos de recomposição, permanecem quer as lógicas reprodutivas, quer as de mutação.

De facto, trabalhando com grandes classes sociais agregadas, embora mantendo a diferenciação dos independentes e pequenos patrões com o campesinato, dadas as especificidades destes últimos, quer as linhas de demarcação e reprodução classista, quer as diversidades sociais, ambas evidenciadas na análise anterior, permanecem.

---

<sup>259</sup> Note-se que a percentagem de trajectórias linearmente reprodutivas poderia subir se os inquiridos fossem questionados numa fase mais tardia do seu percurso de vida, já que muitas das situações de pequeno patronato ou de profissões intelectuais e científicas poderão progredir para uma condição empresarial ou dirigente.

Figura 5.7  
Trajectórias de classe intergeracionais simplificadas  
Grandes classes agregadas (indivíduos por classe de casal; valores em %)



Vemos que os trabalhadores<sup>260</sup> têm em 63 % dos casos (33,9 % das trajetórias totais) origem nos próprios trabalhadores, em 22 % (11,7 % do total) origem no campesinato, 14 % (7,5 % do total) nos independentes e pequenos patrões e apenas em 1 % dos casos (1 % do total) na pequena burguesia qualificacional, além de uns residuais 0,1 % (também 0,1 % do total) com origem na burguesia.

<sup>260</sup> Resultantes da junção dos assalariados agrícolas e industriais, dos operários industriais, dos empregados executantes e industriais e dos empregados executantes.

Os camponeses são essencialmente oriundos do próprio campesinato (76 %, representando 4,1 % do total de trajetórias), ainda que 16 % (0,9 % do total) venham dos trabalhadores e 8 % (0,4 % do total) dos independentes e pequenos patrões.

Os independentes e pequenos patrões são maioritariamente oriundos das classes trabalhadoras (em 47 %, representando 10,2 % do total), o que, aliado ao facto, constatado acima, de que cerca de 40 % dos filhos e filhas desta classe se deslocam para a classe trabalhadora (em 14 % daqui oriunda), demonstra a proximidade do trabalho independente e pequeno patronal com trabalho assalariado não qualificado, dando conta de uma permeabilidade ou porosidade da fronteira entre salariado e pequena propriedade, tal como apontado por Estanque & Mendes (1997: 208). Por outro lado, existe um segmento dos independentes e pequenos patrões reprodutivo das lógicas da propriedade, mesmo que pequena, com 23 % deles (4,9 % do total) provenientes do campesinato e 27 % (5,7 %) oriundos do próprio trabalho independente e pequeno patronal. Temos ainda 3 % (0,6 % do total) oriundos da pequena burguesia qualificacional e uns residuais 0,1 % (também 0,1 % do total) da burguesia empresarial e dirigentes.

Na pequena burguesia qualificacional,<sup>261</sup> por sua vez, ainda que 40 % (6,7 % do total) tenham origem nas classes trabalhadoras, 9 % (1,4 % do total) no campesinato e 29 % (4,8 % do total) nos independentes e pequenos patrões, vemos avolumarem-se as proporções dos que têm origem nessa própria condição de classe pequeno-burguesa qualificada (20 %, representado 3,3 % do total) e na condição burguesa (2 %, correspondente a 0,6 % do total).

A burguesia, correspondendo à categoria sócio-profissional dos empresários e dirigentes, apresenta um leque de origens sociais bastante diversificado, mas onde se salientam a própria origem burguesa (22 %, representando 0,4 % do total) e a pequeno-burguesa qualificada (30 % dos burgueses; 0,4 % do total da população). Mesmo assim, uns significativos 29 % dos empresários e dirigentes (0,6 % do total populacional) são oriundos das classes trabalhadoras, além de 3 % (0,1 % do total) do campesinato e uns não negligenciáveis 16 % (0,3 % do total) da pequena burguesia dos independentes e pequenos patrões.

Neste quadro de força das permanências, com forte recrutamento selectivo na mesma classe de origem (particularmente nos camponeses e trabalhadores) e capacidade acentuada de reprodução social nalguns segmentos sociais (por exemplo, nas profissões intelectuais e

---

<sup>261</sup> Resultantes da junção das profissões técnicas e de enquadramento intermédio com as profissões intelectuais e científicas.

científicas e empresários e dirigentes de origem), encontramos também, portanto, fortes dinâmicas de mobilidade – ascendentes (por via da actividade empresarial ou qualificação escolar)<sup>262</sup> e descendentes (ainda que minoritárias). É esta complexidade e diversidade, mas que não deixa de ser estruturada diferencial e desigualmente, que devemos ter em atenção numa análise mais intensiva dos processos e efeitos de capital social.

## **5.2. Trajectórias sociais, percursos de vida e capital social**<sup>263</sup>

Qual, então, a articulação entre os processos e efeitos de capital social e as trajectórias sociais diversificadas com que nos deparamos face às mutações estruturais em Portugal no último meio século? Como temos vindo a constatar, o capital social, enquanto conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e inter-reconhecimento (Bourdieu 1980<sup>a</sup>: 2 col. 1), nasce preponderantemente das relações de sociabilidade – aquelas que não procuram explicitamente ganho ulterior à própria sociabilidade. Dentro das sociabilidades, é principalmente um efeito daquelas dotadas de forte carácter prescritivo e durabilidade, como as sociabilidades familiares, efectivando-se maioritariamente como apoio gratuito dado por parentes (em regra os progenitores). Enquanto espécie de capital, portanto resultado de processos de apropriação diferencial de recursos e deles factor de produção, o capital social, verificámo-lo também, apresenta diferentes modalidades consoante a classe social das famílias, estando fortemente dependente dos montantes e tipos de recursos nelas existentes (ou seja, dependente dos tipos reais de recursos existentes e disponíveis nessa rede durável de relações por excelência que é a família). Assim, se existe esta relação umbilical entre lógicas de apoio e classe social, quais as complexidades acrescidas dessas lógicas de apoio se a classe for vista não de forma estática, num único momento de corte temporal, mas de forma dinâmica, como trajectória social dos indivíduos e suas famílias ao longo do tempo, nomeadamente ao longo das gerações dessas configurações relacionais centrais na transmissão social que são as famílias (de classe)? Mais ainda, quais as diferentes lógicas de capital social consoante diferentes, mesmo divergentes, trajectórias de classe e estratégias de acumulação de recursos?

---

<sup>262</sup> Como Machado & Costa (1998: 38 e 41) tinham já apontado (especificando a formação universitária), indicando como pouco se parecem cruzar. Também Estanque & Mendes (1997: 208) tinham indicado a importância das qualificações escolares para os processos de mobilidade ascendente.

<sup>263</sup> Este subcapítulo desenvolve uma prévia análise preliminar e parcial dos dados (Aboim & Vasconcelos 2009).

Se o quadro traçado no subcapítulo imediatamente anterior evidencia a complexidade e diversidade das mobilidades sociais em termos de classe, ainda que dando igualmente conta das continuidades e da reprodução da desigualdade, há então a necessidade de explorar os usos diferenciados do capital social nessa diversidade de estratégias de reprodução familiar intergeracional (e linhagística), que apenas podem ser analisadas de forma comparativa e relacional, com o conjunto de todas as outras posições e trajetórias, bem como com as oportunidades diferenciais a elas associadas. Numa frase, qual a relação entre capital social e diferentes trajetórias de mobilidade social?

A mobilidade social é recorrentemente entendida como dependente das vantagens ou desvantagens, transmitidas das gerações mais velhas para as mais novas, em termos de recursos ou capitais desiguais (económicos, culturais, simbólicos e sociais) e padrões de socialização diferenciais. Estas heranças delimitariam as possibilidades individuais em alcançar posições sociais mais privilegiadas, ainda que as mudanças estruturais tenham melhorado o nível de vida geral e reconfigurado a estrutura de classes das sociedades desenvolvidas. Como vimos, as visões mais estruturalistas têm negligenciado a importância das dinâmicas de percurso de vida, bem como a existência de trajetórias de classes não reprodutivas,<sup>264</sup> que desafiam lógicas de estrita continuidade entre legados e conquistas. Com o passar do tempo os indivíduos vivem experiências transformativas e momentos de mudança, sem que isso seja necessariamente resultado de projectos reflexivos, mas dos quais podem ser agentes activos. Apropriando-se de novos recursos ou perdendo antigos, recriando as suas condições e disposições, redefinem assim os agentes sociais a sua estrutura de oportunidades futuras em termos de posição social relativa. Daí a centralidade de uma perspectiva de curso ou percurso de vida, na articulação entre estrutura e acção, para compreender e explicar a complexidade das trajetórias sociais, de mobilidade ou não, não só do ponto de vista, quase idiossincrático, das acções e acontecimentos individuais (ou de pequenos grupos familiares), mas igualmente para perceber os efeitos de diversos processos sociais que, em diferentes momentos históricos,<sup>265</sup> afectam as vidas individuais de um colectivo populacional.

Procurámos identificar esses eventos e dinâmicas de percurso de vida transformativos, enquanto vantagens ou desvantagens, nas suas consequências cumulativas e diferenciais nas trajetórias de classe dos indivíduos e famílias, trajetórias essas que ilustram quer os

---

<sup>264</sup> Ou, pelo menos, trajetórias de classe não-modais em termos de fluxos antroponómicos, para utilizar a expressão de Bertaux (1978).

<sup>265</sup> Logo, com diferentes configurações do espaço estrutural das posições sociais, associadas a diferentes possibilidades, institucionalmente permitidas e mantidas, de mobilidade entre posições relativas.

principais fluxos na estrutura social, quer a multiplicidade de trajectos possíveis. Partindo das biografias de três gerações de homens e mulheres de 20 linhagens familiares,<sup>266</sup> cobrindo a quase totalidade do século XX e inícios do XXI em Portugal, procurámos analisar as trajectórias de linhagens que tiveram, no seu início, quer posições sociais dominantes, quer dominadas. Mais do que os efeitos de eventos ou dinâmicas, individuais e familiares, singulares, explorámos os resultados diferenciais, positivos ou negativos nas possibilidades de apropriação de recursos que produzem, de cadeias ou encadeamentos complexos de eventos de percurso de vida através de três gerações, salientando analiticamente os efeitos e processos do capital social nessas trajectórias sociais, aferindo dos seus usos diferenciados em articulação com todos os restantes processos produtores da diferenciação de trajectórias.

### **5.2.1. Vantagens e desvantagens cumulativas**

O clássico conceito mertoniano de vantagens e desvantagens cumulativas, inicialmente dirigido à análise da progressão em carreiras científicas, tem tido uma utilização extensiva no estudo de processos variados de desigualdade, desde trajectórias escolares e profissionais até contextos familiares e pobreza. Nas suas palavras:

“it directs our attention to the ways in which initial comparative advantages of trained capacity, structural location, and available resources make for successive increments of advantage such that the gaps between the haves and the have-nots in science (as in other domains of social life) widen until dampened by countervailing processes.” (Merton 1988: 606).

Desenvolvimentos posteriores relacionaram tal conceito com desigualdades individuais ou intergrupais, focalizando-se nas maneiras como progridem exponencialmente com o tempo e como até pequenas diferenças em condições passadas determinam diferenciais futuros alargados, que tendem a persistir e a crescer exponencialmente (DiPrete & Eirich 2006).

Nestas perspectivas, às condições de partida (essencialmente em termos de capital económico) e de socialização dita ‘primária’ (produtora de diferentes acumulações de capital cultural) foi dada uma importância primordial, sendo os processos subsequentes vistos essencialmente como reforçando as vantagens e desvantagens iniciais. Este princípio básico, o da força dos inícios, foi rapidamente aplicado ao estudo da mobilidade social, que se tem revelado como um dos temas maiores da literatura sobre vantagens cumulativas, particularmente a partir de perspectivas funcionalistas da estratificação. Na maioria das vezes menosprezando as dinâmicas do percurso de vida ao longo do tempo, a favor de uma ênfase

---

<sup>266</sup> Num total de 60 entrevistas (ver ‘Capítulo 2. Objecto e metodologia’).

na socialização dita ‘primária’ e na filiação grupal,<sup>267</sup> a mobilidade social é aqui vista como a distância estática entre uma dada geração e a sua antecessora em termos de *status* nas estruturas ocupacionais (como apontado por Erikson & Goldthorpe 1992: 1-28).

A mobilidade social, como vimos, foi também abordada por perspectivas estruturalistas, que tenderam a negligenciar a acção individual bem como quaisquer micro-eventos ou dinâmicas que perturbassem a transmissão linear de posições sociais e recursos a elas associados (problemas de saúde inesperados ou mortes, por exemplo). Na análise inicial de Bertaux (1978), a mobilidade social, ou processo antroponómico, é praticamente reduzida a fluxos estruturais de mudança que fazem circular contingentes populacionais de uma localização para outra na estrutura de classes. Como sabemos, esta posição inicial sofreu uma viragem teórica e metodológica com a ênfase que Bertaux (1993) tem vindo a colocar exactamente na análise biográfica.<sup>268</sup> Mesmo no estruturalismo construtivista de Bourdieu (1979, por exemplo), cujo objectivo declarado era o de superação da dicotomia entre estrutura e acção, os processos reprodutivos tendem a dominar as explicações, numa visão algo sobre-socializada do indivíduo,<sup>269</sup> criticada, entre outros, por Lahire (2001). Por outro lado, encontramos autores que fazem da mobilidade social o resultado exclusivo da acção e estratégias reflexivas dos agentes, tais como todas as variantes da teoria da escolha racional (entre outros, ver Boudon 1973 & 1977, para uma visão de racionalidade alargada não estritamente utilitarista).<sup>270</sup>

Face a todas estas perspectivas, uma sociologia mais complexa da articulação entre estrutura e acção, à escala micro-social das vidas individuais e familiares (Lahire 2004 & 2005), demonstrou-se necessária. Seguindo as mais importantes tendências da teoria do *life*

---

<sup>267</sup> Particularmente familiar e/ou étnica.

<sup>268</sup> Ver também Bertaux (1980, 1992 & 1995), Bertaux & Bertaux-Wiame (1988) e Bertaux & Thompson (1997). No mesmo sentido, contrariando perspectivas excessivamente estruturalista e acentuando as dimensões subjectivas da mobilidade social, que entendem como não podendo ser reduzida apenas à mobilidade profissional, ver Attias-Donfut & Wolff (2001)

<sup>269</sup> E de coerência interna do agente social, ou melhor, do seu sistema de disposições incorporadas, o *habitus*.

<sup>270</sup> Mesmo em Erikson & Goldthorpe (1992: 1) encontramos alguma ambiguidade em relação a esta questão, quando nos dizem desde início que “We here, of course, imply an acceptance of the principle of methodological individualism: that is, of the principle that all social phenomena are ultimately explicable in terms of the actions of individuals and of their intended and unintended consequences. (...) It is, however, entirely possible to accept, as we clearly would, that social positions, relations, structures, etc., have their own independent existence or ‘reality’, which in various ways influences individual action, and yet still to maintain that, in the last analysis, these phenomena can only be understood as the product, intended or unintended, of preceding action by individuals”.

*course* (Elder 1994; Heinz & Krüger 2001; Brückner & Mayer 2004), o estudo da mobilidade e trajetórias sociais dos indivíduos e famílias deve, necessariamente, integrar estrutura e acção: a análise macro-social, colocando as trajetórias de indivíduos e famílias no contexto estrutural mais lato; a análise micro-social, observando a diversidade biográfica (Bertaux 1993), as maneiras como as vidas se ligam entre si (Elder, Johnson & Crosnoe 2003), e as escolhas feitas pelas pessoas (Elder & O’Rand 1995). Apenas com esta dupla perspectiva podemos compreender e explicar a mudança intergeracional, bem como os processos que, em cada geração, produzem a acumulação, contínua ou mutável, de vantagens e desvantagens sociais específicas, bem como os usos diferenciados de oportunidades e recursos, mormente o capital social.

De facto, o uso de perspectivas de percurso de vida tem ajudado, desde há muito, a esclarecer as conexões entre vantagens e desvantagens cumulativas e mobilidade social (Blau & Duncan 1967; Duncan, Featherman & B. Duncan 1972), apontando quer para processos sociais e categoriais de desigualdade (tais como a etnicidade, raça e o género), quer para diferenciações e trajetórias de base individual (tais como transições familiares e carreiras de sucesso). Vários estudos desenvolveram a análise de Blau e Duncan sobre o sucesso escolar e tomaram em consideração outros factores de curso de vida, tais como experiências de trabalho (Kohn & Schooler 1983) ou ambições subjectivas na transição para a adultícia (Spenner & Featherman 1978).

Contudo, os modos complexos através dos quais condições de partida interagem com eventos e processos posteriores ainda não se encontram suficientemente elucidados. Como DiPrete & Eirich (2006: 292) afirmam, é necessário um “deeper understanding for the reasons why trajectories diverge at both the group and the individual level”. E isto tanto mais porque, como indicou Merton (1988: 618), o crescimento exponencial de diferenciais não é ilimitado. Ainda que processos acumulativos possam ocorrer, argumentamos que devem necessariamente ser entendidos como resultando do jogo ao longo do tempo entre vantagens e desvantagens variáveis. As condições iniciais podem mudar porque o percurso de vida, entendido como uma sequência de “socially defined events and roles that the individual enacts over time” (Giele & Elder 1998: 22), é dinâmico, devido quer às transformações dos constrangimentos históricos, quer ao papel da acção, mais ou menos reflexiva, na adaptação permanente a novas condições estruturais.

Os eventos de percurso de vida são o compósito de diversos momentos de transição (entrada na conjugalidade, na parentalidade, no mercado de emprego, migrações, acontecimento biográficos centrais, transmissões familiares, etc.) e experiências duráveis



(processos de socialização, dinâmicas relacionais, etc.) através das vidas individuais e familiares. Estas transições e trajetórias, como Elder (1985) as define, produzem disposições subjectivas (com variados níveis de explicitação reflexiva) e estruturas objectivas de oportunidades e são, assim, variáveis centrais na compreensão e explicação da construção diferencial de processos de mobilidade através da acumulação de vantagens e desvantagens. Momentos de transição e experiências duráveis, bem como orientações subjectivas, apresentam-se, na maioria dos casos, emaranhados em percursos de vida individuais específicos, já que os segundos tendem a incluir vários dos primeiros (Elder 1985). Através do tempo e em cada geração no seu contexto histórico e geográfico, os eventos de curso de vida produzem diferenças em fases mais avançadas da vida e para as gerações mais novas, mesmo se partindo da mesma posição social relativa. Condições precedentes, negativas ou positivas no respeitante à apropriação de capital, podem ser reforçadas através de processos cumulativos ou, inversamente, contrariadas ou mesmo invertidas intra ou intergeracionalmente.

As diferenças em termos de trajetórias de mobilidade social, além de com macro-reconfigurações na estrutura de classes, estão relacionadas com eventos de percurso de vida que as afectam de acordo com um rácio relativo de efeitos negativos ou positivos (ascendentes ou descendentes) em cada geração (ou seja, referente ao elemento da linhagem dessa geração e ao seu cônjuge), quer reforçando quer contrariando dinâmicas de mobilidade prévias, através de alterações nas modalidades de acumulação de recursos. Mais do que uma simples sequência de eventos e transições, antecipamos que será “the sum total of the person's actual experience” (B. A. Mitchell 2003: 1051), ou seja, a combinação global de efeitos negativos ou positivos em diferentes áreas do percurso de vida (infância, escola, trabalho, conjugalidade, migrações, relações com os parentes, reflexividade estratégica, etc.), a geradora, em cada geração e afectando as condições de partida e anos formativos das gerações vindouras, das posições de classe e dinâmicas de mobilidade dos indivíduos e famílias. Alterações nos processos de acumulação de recursos (capitais económicos, culturais, simbólicos e sociais) serão tanto mais vantajosas, ao longo dos percursos de vida, quanto mais esses recursos forem transponíveis e capitalizáveis, quer em novos contextos estruturais, quer em gerações mais novas. Mais ainda, recursos (pré)existentes influenciaram o impacto global das restantes (des)vantagens acumuladas. É claro que o rácio proporcional ou balanço global dos impactos positivos ou negativos do percurso de vida deve, necessariamente, ser entendido de uma forma compreensiva e qualitativa, e não como um modelo matemático de cálculo linear das vantagens e desvantagens.

Partindo de narrativas biográficas, a análise das linhagens entrevistadas permitiu-nos a identificação *indutiva*, portanto resultado posterior à análise e não definição apriorística, de diversos tipos de eventos e dinâmicas de percurso de vida (momentos de transição, experiências ou disposições duráveis) e a sua agregação global através das gerações de linhagens específicas.<sup>271</sup> Estes eventos e dinâmicas produzem vantagens e desvantagens diferenciais cujos efeitos são cumulativos não apenas individualmente, mas também geracionalmente. Igualmente, a maioria dos eventos de percurso de vida de um indivíduo não podem ser vistos como ocorrências singulares desligadas, ainda que a singularidade e imprevisibilidade sejam parte das vidas individuais. Os eventos, alguns mais estritamente da ordem do evenemencial, outros referentes a condições persistentes de existência e até posturas subjectivas, constituem elos em cadeias dinâmicas geradores de processos biográficos específicos.

Cadeias de percurso de vida essas onde transmissões, particularmente familiares, também ocorrem. Ainda que não tenhamos dado preponderância analítica à questão das sequências específicas entre eventos de percurso de vida, não ignorando tal dimensão (por exemplo, uma nova conjugalidade hipergâmica só pode ocorrer depois de uma anterior ruptura conjugal), centrámos a nossa perspectiva analítica no balanço, de valor positivo ou negativo, entre a totalidade de factores passíveis de terem impacto nas trajectórias sociais. Desta forma, as vantagens e desvantagens de percurso de vida não podem ser desligadas das vantagens e desvantagens das transmissões classistas de recursos operadas intergeracionalmente na família. Parcas vantagens de percurso biográfico estritamente individual, ou mesmo desvantagens, podem ser compensadas por elevados volumes de capital transmitidos familiarmente, por exemplo. Neste sentido, as transmissões de capital (qualquer espécie) fazem parte do percurso de vida, no que este tem de vidas conectadas que se influenciam mutuamente, bem como porque os momentos de transmissão (como apoios variados ou heranças, por exemplo) constituem eventos dessas vidas. Da mesma maneira, rupturas familiares (conjugais ou em relação à família mais alargada, nomeadamente os progenitores) são processos que diminuem o acesso a redes sociais onde, potencialmente, podem existir recursos com impacto nas trajectórias sociais dos indivíduos e linhagens analisadas. Igualmente, as dinâmicas biográficas produzem posturas subjectivas (de

---

<sup>271</sup> Quer isto dizer que, dentro da mesma genealogia familiar, mas noutra linhagem (nem que seja pela alteração única de uma dos seus elementos), as histórias pessoais e percursos de vida produziram eventualmente diferentes resultados – o balanço entre vantagens e desvantagens não seria o mesmo.

resiliência, de projectos estratégicos para a mobilidade, etc.) que, por terem componente prática, podem afectar as escolhas e opções levadas a cabo pelos indivíduos.

Num primeiro momento analítico revelou-se, assim, importante a simples listagem dos factores de percurso de vida empiricamente verificados em todos os membros das linhagens analisadas e seus cônjuges, ou seja, os tipos de eventos encontrados e o seu impacto global na mobilidade. Muitos deles, tais como a fertilidade (Tien 1961), os processos de socialização (Bengtson 1975), ou experiências escolares e de trabalho, tinham já sido identificados noutras pesquisas sobre a mobilidade social (Nunn *et al.* 2007).

Num segundo momento analítico procurámos identificar a articulação entre diferentes tipos de eventos, na definição abrangente acima feita, e o seu impacto global na mobilidade. Para tal reconstituímos as trajectórias sociais das linhagens em três passos. Primeiro, caracterizámos cada geração, começando com a família de origem da geração mais velha, do ponto de vista educacional e sócio-profissional. Tal permitiu-nos reconstruir não só as trajectórias sociais dos entrevistados e entrevistadas, mas também as dos seus cônjuges, assim permitindo obter as trajectórias de classe dos casais de forma integrada. Note-se que as trajectórias sociais analisadas, ligando trajectórias individuais e intergeracionais, dizem respeito apenas a uma linhagem específica (embora estejam incluídos os cônjuges quando existentes), ou seja, ligando indivíduos específicos em cada geração familiar (ligados por laços de progenitura ou descendência), e não todos os outros membros de cada geração.<sup>272</sup> Segundo, os eventos de percurso de vida das biografias individuais e conjugais, previamente identificados, foram classificados de acordo com os seus impactos negativos ou positivos na mobilidade social, ou seja, nos processos de acumulação de recursos. Assim, para cada caso (indivíduos e linhagens) identificámos sistematicamente todos os eventos de curso de vida, aferindo como tais eventos produziram efeitos ascendentes ou descendentes na mobilidade social, devido ao seu impacto positivo ou negativo nos processos de acumulação de recursos. Terceiro, as trajectórias e tipos específicos de eventos foram colocados e interpretados no seu contexto histórico e geográfico de constrangimentos e oportunidades estruturais. Particular importância, face aos nossos objectivos globais, foi dado aos efeitos da mobilização de capital social, analisando quer os apoios realizados, quer o impacto dessas mobilizações,

---

<sup>272</sup> Por exemplo, não se analisam os destinos e trajectórias sociais da fratria de cada geração. Quer isto dizer, nomeadamente para a geração do meio como a mais nova (ambas descendentes de uma geração precedente analisada), que a trajectória intergeracional, bem como os cursos de vida, seriam diferentes se tomássemos em consideração as vidas e trajectos de outros eventuais elementos da fratria. As trajectórias dizem respeito à ligação específica entre indivíduos específicos de cada geração de uma linhagem, não a outras pessoas.

contextualizadas (ou seja, no âmbito de totalidade do percurso de vida passado), nas inserções de classe dos indivíduos e, por essa via, nas suas trajectórias sociais.

### **5.2.2. Percurso de vida e mobilidade social**

Os eventos e dinâmicas de percurso de vida identificados na nossa análise empírica (Quadro 5.1) foram classificados como tendencialmente vantajosos, desvantajosos ou ambivalentes (dependentes do conjunto de outros eventos face às peculiaridades de cada caso específico) de acordo com o seu impacto na mobilidade social, ou seja, segundo as regularidades factualmente observáveis na articulação entre eventos e posições sociais ao longo da diacronia biográfica e linhagística. Os eventos, ainda que podendo produzir os mesmos efeitos na mobilidade social, se testados noutra contexto social que não a sociedade portuguesa (desde, mais ou menos, a II Guerra Mundial), devem ser entendidos como estando estruturalmente ligados à história portuguesa do último século. Os seus efeitos são, assim, dependentes de um contexto histórico e geográfico específico.

Alguns destes eventos e dinâmicas têm um carácter relativamente institucionalizado, tal como entrar na vida marital ou ir à escola, enquanto outros têm uma natureza mais aleatória, ainda que não completamente desconectada das condições sociais. Um bom exemplo pode ser encontrado nas experiências e condições de saúde desencadeadas por maleitas físicas ou psicológicas. Vários estudos têm demonstrado a correlação existente entre desvantagens educacionais ou as condições materiais das famílias de origem e os padrões adultos de saúde (Blane, Smith & Hart 1999; Walsemann, Geronimus & Gee 2008) ou entre classe social, saúde e mortalidade (Antunes 2009). Nas vidas daqueles que partem da base das hierarquias sociais, a doença representa um duplo peso – não só afecta a capacidade individual para agir e trabalhar, o que constitui um recurso decisivo, mas consome também, pelos gastos que acarreta, os muitas vezes poucos recursos já existentes. De uma forma geral, graves problemas de saúde constituem uma clara desvantagem, particularmente quando apoios de providência pública ou políticas de discriminação positiva são não existentes ou reduzidos.

As dinâmicas da família de origem e os processos de socialização na infância, adolescência e jovem adultícia, não sendo determinantes absolutos da mobilidade social, constituem, na maioria dos casos analisados, importantes vantagens ou desvantagens iniciais (como já apontava Bengtson 1975). A violência parental e grave negligência, ser criado por um progenitor sozinho (em regra a mãe), uma socialização dirigida para a sobrevivência e satisfação de necessidades imediatas (o que muitas vezes implica a transmissão do trauma da

pobreza e exclusão, a imediatez das necessidades urgentes e ser obrigado a trabalhar numa idade precoce), ou uma socialização anómica e instável (com acentuada falta de regulação e objectivos), constituem claras desvantagens. Por outro lado, processos de socialização que inculquem uma cultura orientada para a escola e a aprendizagem formal são bastante vantajosos. Uma socialização para o trabalho, ou seja, aprender um ofício e poder alcançar uma relativamente estável situação de empregabilidade, pode ser ambivalente: quando em combinação com outros eventos vantajosos é, geralmente, uma força positiva para o sucesso profissional; quando combinada com desvantagens pode ser uma força negativa, quer porque prende o indivíduo num ‘mau emprego’ (sem perspectivas de progressão ou numa actividade sem grande procura), quer porque pode minar a inculcação de uma socialização escolar na geração seguinte.

Quadro 5.1

## Eventos de percurso de vida e vantagens/desvantagens cumulativas na mobilidade social

Tipo de eventos de percurso de vida	Efeito na acumulação de capital
<b>Saúde</b>	
1. Problemas graves de saúde (inclui depressão)	Desvantagem
<b>Dinâmicas da família de origem</b>	
2. Violência parental	Desvantagem
3. Monoparentalidade (em regra, morte do pai na infância) ou abandono parental	Desvantagem
<b>Socialização</b>	
4. Socialização para a sobrevivência e necessidades imediatas	Desvantagem
5. Socialização para o trabalho	Ambivalente
6. Socialização para a escola	Vantagem
7. Socialização anómica e instável	Desvantagem
<b>Experiência educacional</b>	
8. Boa experiência escolar e/ou sucesso	Vantagem
9. Má experiência escolar e/ou abandono	Desvantagem
10. Inexistência de experiência escolar	Desvantagem
<b>Orientações subjectivas</b>	
11. Experimentalismo anómico	Desvantagem
12. Experimentalismo aberto	Vantagem
13. Projecto laboral ou empresarial	Vantagem
14. Resiliência, capacidade de resistência à adversidade	Vantagem
<b>Conjugalidade</b>	
15. Conjugalidade “acima” (Hipergamia)	Vantagem
16. Conjugalidade “abaixo” (Hipogamia)	Desvantagem
17. Separação ou Divórcio	Desvantagem
18. Violência e conflito conjugal	Desvantagem
19. Coesão conjugal para a mobilidade/acumulação	Vantagem
<b>Fertilidade</b>	
20. Controlo ou restrição da fertilidade	Vantagem
21. Não-controlo ou não-restrição da fertilidade	Desvantagem
<b>Experiência Laboral</b>	
22. Falência de negócio ou projecto laboral, desemprego, instabilidade de emprego	Desvantagem
23. Bom emprego, estável ou com oportunidades de progressão, negócio bem sucedido	Vantagem
<b>Migração</b>	
24. Êxodo rural (migração voluntária interna)	Ambivalente
25. Emigração (migração voluntária externa)	Vantagem
26. Migração não-voluntária (retorno após descolonização)	Desvantagem
<b>Apoio</b>	
27. Sem apoio	Desvantagem
28. Apoio financeiro e patrimonial	Vantagem
29. Apoio relacional	Vantagem

No global, a experiência educacional está associada aos padrões de socialização, embora possa ser relativamente autónoma das origens familiares, dependendo mais da vida escolar em si mesma (relações com os professores e colegas, capacidades de aprendizagem, etc.).<sup>273</sup> Como tal, ter uma boa experiência e progressão escolar, subjectivamente e nos resultados alcançados, é, como seria de esperar, um factor vantajoso. O reverso, que leva a fracas aquisições de conhecimento, insucesso e abandono escolar, é claramente desvantajoso (Nunn *et al.* 2007), bem como a pura inexistência de experiência escolar. Até porque estas situações de abandono e insucesso escolar são, muitas das vezes, mais frequentes nas famílias à partida não dotadas de capitais educacionais (daí a ligação, embora não linear, entre experiência escolar e processos de socialização familiar), assim acabando por reproduzir, pela antecipação do malogro escolar habitual do seu contexto específico (Bourdieu 1971), a posição globalmente desfavorecida de partida (Bourdieu 1978)

A adolescência e jovem vida adulta são períodos marcados por importantes transições que promovem a progressiva autonomia dos indivíduos face à autoridade parental. Uma atitude experimentalista pode fazer parte destes processos, particularmente em gerações mais recentes (Pais 1998). Um estilo de vida experimentalista pode induzir abertura a novas condições de existência e, assim, ter efeitos vantajosos na mobilidade: viajar ou expandir as redes pessoais de relacionamento a círculos sociais mais diversificados revelaram-se como factores importantes que afectam processos de escolha precoces. Por outro lado, o experimentalismo pode ser anómico e cair num hedonismo sem perspectivas de futuro, gerando, por isso mesmo, efeitos desvantajosos: uma ênfase excessiva em experiências prazerosas e alienantes imediatistas mina a capacidade individual para levar a cabo estratégias escolares e de emprego coerentes (um exemplo máximo seria o de um ‘toxicodependente’). Estas diferentes orientações experimentalistas, embora possam ter mais a ver com a autonomia relativa de adolescentes e jovens, articulam-se igualmente com os estilos educativos e de regulação familiar (Duro-Bellat & Zanten 1992: 164).

Outras atitudes ou orientações subjectivas podem ter impacto nos processos de mobilidade social. Tal é bem patente quando os sujeitos desenvolvem projectos reflexivos explícitos, particularmente de índole laboral ou empresarial – algo com efeitos globalmente

---

<sup>273</sup> É claro que, para os que têm uma origem familiar na base das hierarquias escolares, a ‘vocação’ escolar, caso exista, pode encontrar sérias dificuldades em superar as resistências classistas, sendo muitas vezes a continuidade dos estudos uma decisão independente da vontade das crianças ou adolescentes. Como nos diz Wall (1994: 254), ainda para a década de 1980 em Portugal, “children usually finished obligatory schooling at the age of eleven and their ‘vocation’ (to leave or to continue schooling) was thus decided upon very early on”.

vantajosos nos processos de acumulação de recursos. De facto, o “conceito de projecto remete para dimensões mais conscientes da acção e para as margens de escolha de indivíduos e grupos” (Gilberto Velho, cit. Machado 1991: 131). Ultrapassando a mera consciência prática para o nível da consciência discursiva, com uma maior monitorização reflexiva da acção (Giddens 1993), ter um projecto implica a capacidade reflexiva de imaginar um fim e de gerir as opções com vista à sua realização, embora nem todos tenham os mesmos recursos e competências, à partida pelo menos, para efectuar essa “gestão lógica” (Pitrou 1987<sup>b</sup>: 92) de uma orientação estratégica explícita. Se as estratégias estritamente práticas nascem das possibilidades práticas inscritas nos sistemas de disposições adquiridas, respondendo a todo um conjunto variado de exigências quotidianas (Bourdieu 1992: 104), os projectos, sendo o resultado da acção estratégica, são também, dependendo do seu grau de explicitação e verbalização (que é sempre algum), uma espécie de corpo normativo dessas práticas, além de enunciação dos objectivos práticos das estratégias seguidas (Vasconcelos 1995). Assim, os projectos concretizam-se em práticas estratégicas, mais ou menos conscientemente geridas pela batuta dos objectivos verbalizados, constituindo-se enquanto projectos de mobilização para a mobilidade social (Vasconcelos 2000).

Igualmente a capacidade em resistir à adversidade, ou resiliência, é uma postura subjectiva com algum impacto nas trajectórias sociais, ainda que não tão claramente vantajosa como a anterior ou mesmo com alguma ambivalência, dependente de outros efeitos de percurso de vida. A resiliência, termo originário da física e matemática, descrevia originalmente a capacidade de um material ou sistema em voltar ao equilíbrio após uma deslocação. Como metáfora sobre pessoas ou seus ambientes sociais, o conceito de resiliência tem sido basicamente aplicado numa perspectiva psicológica para descrever as capacidades adaptativas dos indivíduos face à adversidade (Werner & Smith 1982; Rutter 1993; Bonanno 2004; Butler, Morland & Leskin 2007). Os sujeitos entrevistados mostram diferentes níveis de resiliência, desde fraca capacidade em lidar com mudanças sociais que diminuem ou anulam os processos de acumulação e mobilidade até então verificados, até níveis mais elevados de capacidade adaptativa ou mesmo de determinação em não ‘cair’ na situação anterior, mesmo que tal determinação seja projectada para a geração seguinte da linhagem familiar. Apenas as situações de resiliência positiva, ou seja, de marcada resistência à adversidade, foram registadas como vantajosas.

A conjugalidade<sup>274</sup> e suas dinâmicas são, por definição, aspectos centrais da vida familiar e não poderiam deixar de produzir fortes impactos na mobilidade social (intra e intergeracionalmente). Quer pela natureza e volumes de recursos trazidos pelos cônjuges para a união, quer pelas características específicas das dinâmicas e projectos conjugais (relacionais), quer ainda pelas escolhas reprodutivas e de fecundidade feitas. De uma forma geral, a conjugalidade tende a fazer aumentar os recursos conjuntos de ambos os cônjuges, nomeadamente em termos de capital social (Lai 2008). Embora tenhamos constatado que entrar em conjugalidade com alguém com uma posição de classe mais privilegiada, ou hipergamia<sup>275</sup>, tende a produzir dinâmicas de mobilidade vantajosas e ascendentes para o agente com menos recursos, o contrário, a hipogamia, tende a diminuir o nível das condições de existência e possibilidades futuras, pelo menos nos primeiros tempos da conjugalidade. É claro que, de uma forma geral, existe uma forte tendência para a subsequente homogeneização relativa das posições sociais dos cônjuges (Singly 1987), embora de maneira marcadamente gendrificada, já que na maioria dos casos a posição social da mulher tende a adequar-se mais à do homem do que o contrário. Além da homogamia, factor clássico de resto, as perspectivas de percurso de vida revelam a importância das interacções ao longo do tempo. A coesão conjugal (nomeadamente para a mobilidade) é tão vantajosa quanto a separação, divórcio e a violência ou conflito conjugal são desvantajosos para a acumulação de capitais (Biblarz & Raftery 1993), nomeadamente em termos de capital social (Lin & Wescott 1991; Widmer, Kellerhals & Levy 2004).

A conjugalidade faz parte integrante dos processos de reprodução familiar classista, trazendo, portanto, todas as dinâmicas de género aí presentes para o palco das modalidades familiares de acumulação de capitais e mobilidade social (Combes & Haicault 1984; Chaudron 1984; Pitrou 1987<sup>a</sup> & 1987<sup>b</sup>). Falar de coesão conjugal para a mobilidade ou acumulação, é falar dos processos de interacção entre dois sujeitos, marcados por trajectórias sociais próprias e conjuntas, porque ligados por um destino comum, que constroem um projecto familiar para mobilidade, projectando para o futuro uma orientação, um sentido, uma significação (Pitrou 1987<sup>b</sup>: 81-84), e ligando-o com dinâmicas intergeracionais de apropriação e acumulação de recursos (Segalen 1993: 186). Até porque nos casos onde não existe projecto familiar, a preocupação com o futuro, pelo menos nos termos em que é verbalizada, pouco mais declara do que uma vaga inquietação, como se essa preocupação fosse “funcionalmente

---

<sup>274</sup> Casamento formal na maioria dos casos entrevistado.

<sup>275</sup> A hipergamia, tal como o seu contrário (hipogamia), é sempre referente à situação de um sujeito particular, *i.e.*, um casamento hipergâmico para alguém é, por definição, hipogâmico para o cônjuge desse alguém.



não pertinente” (Kellerhals, Troutot & Lazega 1989: 107), como se não houvesse preocupação em (re)produzir um capital que não se possui na maioria dos casos (Désrosières 1978: 106). Igualmente, a restrição da fertilidade é uma estratégia conhecida de concentração de recursos, ou, pelo menos, da sua não dispersão. Pelo contrário, uma fertilidade incontrollada ou não restringida aumenta a pobreza e baixa posição social daqueles cujos recursos são já de si escassos (Tien 1961), bem como impede a concentração de capital aquando das transmissões intergeracionais.

O trabalho é uma área-chave na compreensão dos processos de mobilidade (Nunn *et al.* 2007). Não deve ser aqui, contudo, entendido apenas numa visão estática, usualmente utilizada na reconstrução de posições de classe num dado momento, mas analisado na sua duração biográfica como uma experiência laboral caracterizada por uma sucessão de eventos positivos (ter um emprego estável ou bem remunerado, um negócio bem sucedido, oportunidade de progressão de carreira, adaptação a culturas organizacionais e laborais abertas, etc.) ou negativos (desemprego, falência de projectos de emprego ou empresariais, instabilidade de emprego e contratual, etc.). Tal como o sucesso escolar, o sucesso profissional tem múltiplos impactos, influenciando as estratégias individuais e a sua adaptação ao longo do percurso de vida, bem como os padrões de socialização transpostos para as gerações seguintes.

No caso português, as condições de escassez e subdesenvolvimento levaram tradicionalmente a fortes fluxos migratórios, internos ou externos. Se o casamento (hipergâmico) foi tradicionalmente um meio de mobilidade ascendente para as mulheres, a migração tem sido um dos mecanismos mais masculinos de acumulação. Nos casos investigados a emigração para o estrangeiro é, de facto, um processo central, ainda que nem sempre provocador, mesmo a médio ou longo prazo, da ascensão social. Como veremos, as migrações tendem a facilitar a fuga de contextos económicos estagnados ou fechados e com poucas perspectivas, mas o seu sucesso depende das acumulações conseguidas e da sua relação com outros eventos de percurso de vida e factores estruturais. A migração interna, ou seja, o êxodo rural para os grandes centros urbanos, é ainda mais ambivalente em termos dos seus efeitos na mobilidade. Quando a migração é forçada e não-voluntária, tal como o retorno das colónias africanas das populações colonizadoras em 1974-76, ainda para mais associada à

perda, na maioria das vezes total, dos capitais materiais e económicos acumulados, os seus efeitos são claramente negativos na mobilidade.<sup>276</sup>

As lógicas de apoio que realizam o capital social estão presentes nas trajectórias intergeracionais das linhagens analisadas. Se a inexistência de apoio é uma clara desvantagem, possuí-lo, pelo contrário, é sempre uma vantagem (embora possa, em algumas circunstância, como veremos, ter também resultados paradoxais). É claro que o impacto positivo do apoio depende quer do seu volume (em termos de frequência e montante específico), com níveis progressivamente mais frequentes e de montante mais elevado a produzirem um impacto progressivamente mais positivo nos processos de acumulação de recursos, quer dos seus conteúdos. Apoios financeiros (em dinheiro ou directamente equivalente) ou de natureza patrimonial (receber uma herança em bens, sociedade empresarial, etc.), bem como apoios relacionais (arranjar um emprego ou oportunidade migratória, etc.) constituem ambas vantagens, ainda que os primeiros mais do que os segundos e dependendo o seu impacto não só da sua recorrência (*versus* a sua ocasionalidade), mas também do seu nível de gratuitidade, já que níveis de condicionalidade (existência de contrapartidas) limitam a acumulação de recursos, pois implicam sempre oportunidades ou obtenção de recursos mediante cedência de benefícios futuros.

Como seria de esperar, os montantes de recursos económicos e escolares que se possui à partida, pela origem familiar, são, em termos do curso de vida e das lógicas de mobilidade, vantagens quando tais recursos existem, ou desvantagens quando não existem ou têm menor volume. Estes recursos de partida podem ser observados pelas origens sociais em termos escolares e classistas.

Em suma, só dificilmente poderá um evento singular, ou uma posição estática de classe apreendida num momento temporal específico, dar conta dos mecanismos complexos subjacentes aos processos intergeracionais de mobilidade social. Para que possamos verdadeiramente compreender e explicar as trajectórias de classe dos indivíduos e gerações familiares há que analisar o balanço entre eventos de percurso de vida vantajosos e desvantajosos, examinando os seus efeitos cumulativos diferenciais que, no contexto de determinadas oportunidades estruturais, produzem padrões de mobilidade classista. Assim, os

---

<sup>276</sup> É claro que o seu efeito não é linear, já que outras formas de capital, tais como recursos culturais incorporados (bem como, em parte, recursos simbólicos e sociais) podem ser transponíveis para o novo contexto – ponto de partida inicial. Igualmente, tratando-se de um retorno, pode dar-se o caso de não ter passado ainda tempo suficiente para que as redes de inter-conhecimento no ponto de partida, que podem propiciar formas de acolhimento e apoio, se tenham desvanecido.

impactos dos eventos de percursos de vida, além de dos seus conteúdos específicos (Que projecto laboral? Que bom emprego? Que tipo, montante ou sistematicidade de apoio? Etc.), dependem do conjunto total de vantagens e desvantagens que, numa vida individual específica ou através das gerações de uma linhagem, podem reforçar ou contrariar os seus efeitos positivos ou negativos no respeitante à apropriação de capital.

### **5.2.3. Processos de acumulação e capital social**

A análise longitudinal das posições de classe e das cadeias de eventos de percurso de vida positivos e negativos em cada geração e através delas, numa análise linhagística, possibilitou-nos a identificação de cinco trajectórias de mobilidade educacional e de classe, ou, noutras palavras, cinco padrões diferentes de inserção sócio-profissional e de acumulação intergeracional de capitais: acumulação falhada, acumulação fraca, acumulação contínua, acumulação reprodutiva e acumulação reconvertida. Os dois primeiros dizem respeito a situações de fracos recursos e de relativa mobilidade social estacionária ou fraca (ainda que possam existir flutuações ou mesmo melhorias), o terceiro refere-se a situações de mobilidade marcadamente ascendente, os dois últimos a situações também relativamente estacionárias mas com fortes recursos logo à partida.<sup>277</sup> Foi, assim, possível discernir quais as diferentes mobilizações do capital social nos diferentes padrões intergeracionais de mobilidade classista e apropriação de recursos.

#### **5.2.3.1. Acumulação falhada e incipiência de capital social**

O padrão de acumulação falhada (Quadro 5.2)<sup>278</sup> diz respeito a trajectórias onde verificamos a existência de alguns processos de ascensão social intergeracional, mas onde não houve

---

<sup>277</sup> Como veremos, os processos de mobilidade social não podem ser categorizados de forma simples e mecanicista, não só porque as oscilações intergeracionais (linhagísticas) desenham um quadro de complexidade que é necessário especificar, como igualmente os percursos de vida dos indivíduos de cada geração dão conta dos conteúdos biográficos que dão forma às trajectórias. Neste sentido, a categorização dos diferentes tipos de acumulação é aqui uma qualificação de toda a linhagem de três gerações. A qualificação de apenas uma geração, ou mesmo duas, poderia ser marcadamente diferente e até de sentido contrário. É a totalidade de uma trajectória social em três gerações que é tomada em consideração na sua qualificação e designação, podendo até dar-se o caso de ser apenas na última geração que são contrariadas todas as lógicas de mobilidade das gerações anteriores.

<sup>278</sup> Os números nos Quadros 5.2 a 5.7, respeitantes aos eventos de percurso de vida classificados como vantajosos ou desvantajosos, correspondem aos atribuídos no 'Quadro 5.1. Eventos de percurso de vida e vantagens/desvantagens cumulativas'. As indicações das posições de classe social, nos mesmos Quadros 5.2 a 5.7, têm a seguinte legenda: Doméstica – sem inserção profissional própria; AA – assalariados agrícolas; ONQ –

capacidade de manutenção dos recursos previamente acumulados face às reconfigurações estruturais. Os recursos, económicos ou educacionais, não foram transmitidos de uma geração para a seguinte. Mesmo com a ocorrência de eventos de curso de vida vantajosos, o montante de desvantagens cumulativas foi tal que os superou. Os processos causais subjacentes às perdas intergeracionais podem ser de diferentes tipos, mas apresentam uma característica comum – a ascensão social resultou principalmente de escolhas que tomaram partido de oportunidades estruturais históricas, mas falharam na conversão de acumulações contextuais em capitais mais permanentes e transponíveis. Quer porque os recursos económicos e educacionais não foram reproduzidos ou ampliados, quer porque os modelos de socialização intergeracional não foram perenemente transformados pela ascensão social contextual.

Quadro 5.2  
Trajectórias sociais das linhagens e (des)vantagens cumulativas no curso de vida  
Acumulação Falhada

	ORIGEM		1ª GERAÇÃO AVÓS		2ª GERAÇÃO PAIS		3ª GERAÇÃO FILHOS		
	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	
<b>ACUMULAÇÃO FALHADA</b>									
Linhagem 3 Feminina, Lisboa									
	Homem	OI	Analf.	ONQ>OI	Primária incompleta	EE>PTE	7º ano Liceu+ formação	ONQ	12º ano
	Mulher	ONQ	Analf.	ENQ>ONQ>OI	Primária incompleta	ENQ>EE>PTE	5º ano Liceu	ENQ	12º ano
Curso de Vida	Vantagens			20+23		5+20+23		29	
	Desvantagens			3+4+9				7+9+17+22	
Linhagem 1 Masculina, Lisboa									
	Homem	ENQ>PTE	4ª Classe	ONQ>OI>PP> >OI	4ª Classe	ENQ>OI>PP> >ENQ>OI	12º ano	ENQ	12º ano incomp.
	Mulher	ENQ>I	2ª Classe	ONQ	3ª Classe	ENQ	9º ano	-	-
Curso de Vida	Vantagens			12+19+23+25+29		8+29			
	Desvantagens			3+7+11+22+26		9+11+22		7+9+27	

Um caso paradigmático é o da Linhagem 1 (Masculina, Lisboa), em que a perda acentuada de alguns processos acumulativos se encontra na primeira geração e na passagem

operários não qualificados; OI – operários industriais (não indiferenciados); OIQ – operários industriais qualificados (alto nível de diferenciação); ENQ – empregados não qualificados dos serviços; EE – empregados executantes dos serviços (não indiferenciados); I – trabalhadores independentes; PP – pequenos patrões; C – camponeses (Lavradores indica camponeses abastados); PTE – profissões técnicas e de enquadramento; PIC – profissões intelectuais e científicas; ED – empresários e dirigentes. O símbolo “/” entre duas categorias sócio-profissionais indica concomitância; o símbolo “>” indica sequência. Em alguns casos indicações complementares são feitas, nomeadamente: “familiar”, indicando inserção profissional em propriedade familiar; “proprietário” e “gestor”, indicando alteração na situação específica de empresário e dirigente após mudança laboral; “tempo parcial”, indicando trabalho a tempo parcial.

desta para a segunda. O avô desta linhagem (76, 4ª classe, casado), nascido em Lisboa, filho de um militar (sargento no final da carreira) e de uma vendedora de vegetais e hortaliças, foi abandonado pelo pai era ainda criança e “deixado a criar” com sua avó materna, embora a mãe vivesse ao lado. A sua infância e adolescência foram marcadas por uma socialização relativamente anômica e instável, sem grande regulação maternal ou grã-maternal, o que o levou a reproduzir o experimentalismo anômico de sua mãe (sucessão de casos amorosos, bebida e jogo, teve uma filha aos 15 anos de “uma mulher fácil”) ao mesmo tempo que trabalhava como aprendiz de mecânico automóvel desde os 14. A descoberta do boxe aos 15, momento luminoso da sua existência pelo entusiasmo das suas palavras, veio a mudar a sua vida, levando-o para o que podemos apelidar de experimentalismo aberto e positivo: viajou (Europa, Estados Unidos, Angola e Moçambique coloniais) e conheceu pessoas de círculos sociais diferentes dos que à partida eram os seus, ao mesmo tempo que foi incorporando a ética e disciplina desportivista do boxe clássico. Em 1957, já casado com uma costureira de origem popular pobre, decidiu emigrar para Angola, onde veio a tornar-se um operário industrial qualificado e posteriormente um patrão de uma série de pequenos negócios familiares com algum sucesso (tomando partido do reforço de investimento português nas grandes colónias africanas após o início da Guerra Colonial em 1961). Investiu na escolarização do filho, que sempre ajudou nos negócios familiares, e conseguiu enviá-lo para a universidade em Portugal, ficando com a avó então ainda viva, após a finalização do liceu. Dá-se então o 25 de Abril e a desintegração do Império Português com a independência das colónias. O avô desta linhagem, como muitos colonos portugueses, perdeu tudo o que tinha, fugiu de Angola já em 1975 e tentou a sua sorte na então Rodésia e África do Sul sem grande sucesso e até dificuldades acrescidas (endividamento). Em 1977 retorna a Portugal, onde o seu filho tinha entretanto desistido do ensino superior por dificuldades financeiras e insucesso escolar (sem completar sequer o 1º ano), bem como pelo facto de ter já uma filha, fruto de um relacionamento pontual, para sustentar.

O filho (52, 12º ano, casado), vivendo de uma série de trabalhos não-qualificados desde o abandono escolar, tentou, conjuntamente com o pai, a replicação do relativo sucesso que haviam conhecido em Angola com pequenos empreendimentos comerciais. Falham repetidamente ainda na década de 70 e na de 80. O malogro repetido levou-os de volta ao trabalho industrial. Após vários trabalhos pouco qualificados, o filho acabou na construção civil e o seu pai empregado como mecânico automóvel.

O filho (segunda geração nesta linhagem entrevistada) teve também um filho com a sua presente mulher, uma empregada comercial com o 9º ano de escolaridade e origem de

classe trabalhadora. O neto desta linhagem (19, 12º ano incompleto, solteiro) trabalha a tempo parcial num armazém e tenta, com dificuldades, acabar o ensino secundário. Ao contrário de seu pai, que foi, embora tenha fracassado no fim, criado para uma mobilidade educacional ascendente, o neto sempre viveu uma situação de falta de orientação parental clara. O trauma e desilusão da perda vividos por seu pai impediram-no a este de projectar-se para o filho um amanhã mais ambicioso do que aquele que alcançou. Como nos diz desalentado: “Eu só quero é que o meu filho consiga acabar o 12º...” Este último, por sua vez, demonstra-se incapaz de verbalizar qualquer perspectiva de futuro que seja, ficando-se pelo “Não sei...”

Se na geração mais velha desta linhagem encontramos muitas desvantagens (como a monoparentalidade de origem, uma socialização algo anómica e instável que levou a um período inicial de experimentalismo também anómico, a falência do projecto empresarial com a descolonização), deparamo-nos igualmente com vantagens que permitiram a ascensão social (o mundo do boxe levou a uma reconfiguração das orientações subjectivas no sentido de uma abertura de horizontes sociais, foram igualmente contactos desse mundo que permitiram a emigração para Angola e a inserção profissional inicial aí conseguida, aí desenvolve com sua mulher um projecto empresarial bem sucedido), embora, devido à sua sequência (o golpe final da descolonização), as acumulações conseguidas tenham soçobrado. Apesar de tudo, essas acumulações foram suficientes para permitir ao filho, segunda geração desta linhagem, o ingresso na universidade na metrópole, aproveitando o apoio familiar (casa da avó), embora este tenha acabado por desistir de estudar, até por causa das obrigações (como com a filha nascida de um relacionamento casual, por exemplo) e necessidades financeiras entretanto não suportadas por seu pai. A tentativa de ambos em replicar o projecto empresarial em Portugal falha, como tinham falhados as tentativas do avô desta linhagem noutros países da África Austral. As perdas sociais verificadas produzem na geração mais nova desta linhagem um acumular de desvantagens sem contrapartidas vantajosas (socialização desregrada, nomeadamente sem incentivo escolar ou laboral, insucesso escolar, inexistência de apoio de espécie alguma, até por falta de recursos). Nesta linhagem, os eventos de curso de vida vantajosos, nas duas primeiras gerações, não foram suficientes para produzir a capacidade de ajustamento em novas realidades estruturais. Neste caso foi a queda do Império Português o momento de viragem histórico que contrariou a ascensão social.

Noutras linhagens diferentes condições estruturais estão presentes. Na Linhagem 3 (Feminina, Lisboa) os recursos acumulados através do trabalho árduo em boas condições laborais, na primeira (a expansão das actividades industriais em finais de 50 e 60) e segunda geração (a expansão do funcionalismo público e actividades empresariais nos 70), produziram

um *ethos* laboral que não foi transmitido à terceira geração. As vantagens cumulativas da segunda geração foram substituídas por uma sucessão de eventos negativos na terceira.

A avó desta linhagem (77 anos, primária incompleta, casada), filha de operários analfabetos (uma de quatorze irmãos), órfã de pai desde os 7 anos de idade, com uma infância de grandes dificuldades monetárias, começou a trabalhar como empregada de limpeza aos 9 anos de idade, o que a impediu de completar a escolaridade primária, como gostaria de ter feito. Casou aos 24 anos com um colega de trabalho da fábrica onde entretanto se tinha empregado e onde trabalharam até se reformarem. Num projecto explícito de contenção da fecundidade, tiveram apenas um filho e uma filha, para um total de quatorze abortos. A sua filha (53 anos, casada, 5º ano do liceu), segunda geração desta linhagem, tendo estudado mais que os pais, não possuía projecto de escolarização nem foi por seus pais a tal incentivada. O seu objectivo era conseguir um trabalho não fabril. Começou por ser empregada de uma sapataria, mas posteriormente conseguiu tornar-se escriturária dos tribunais, hoje escritã adjunta. Casou com empregado de escritório, de origem também operária e com o liceu completo, que é hoje chefe de contas numa empresa de materiais de construção. Diz-nos, tal como sua mãe, ter feito muitos abortos, acabando por ter apenas um filho e uma filha. Tentou tudo para que esta última estudasse e fosse para a universidade, algo que não veio a verificar-se para sua desilusão, afirmando mesmo “Esperávamos mais da Carina”. A sua filha (27 anos, união de facto, 12º ano), terceira geração desta linhagem, queixa-se, pelo contrário, que nunca foi suficientemente incentivada pelos pais para estudar, antes acentuando o facto de a deixarem andar ao “deus-dará”, tal como ao seu irmão, que nem o 12º ano acabou. Começou a trabalhar aos 17 anos em *telemarketing*, tendo sido depois disso empregada de balcão e hoje entrevistadora de estudos de mercado. A sua trajectória profissional é uma de frequentes interrupções e períodos de desemprego, instabilidade laboral e contratual (trabalha a recibos verdes) e emprego mal pagos sem futuro (“trabalhos de ronhónhó”, como nos diz). Sente-se traída pelas suas próprias opções e ilusões: “... não senti necessidade de continuar a estudar, porque, pronto, não senti falta de estudar, porque trabalhava... Pensava que era tudo muito fácil, trabalhar, pensava que era tudo muito fácil, e que não era tão complicado... As ideias que tinha na altura, era tudo muito fácil, e não é nada fácil, pronto, é um bocado isso, era tudo um bocado ilusório...” Saiu de casa para ir viver com um namorado aos 19 anos, numa experiência que afirma ter corrido “muito mal” porque o tinha que sustentar, e, depois de várias situações intermédias (desde voltar a casa dos pais a partilhar apartamentos com amigos e amigas), vive hoje com o seu companheiro dois anos mais novo, reparador de

electrodomésticos com o 12º ano. Refere-se agora a si mesma como estando “perdida como sempre...”

Se neste padrão de acumulação nos deparamos com trajectórias intergeracionais onde sai gorada a transmissão dos recursos que se conseguiram contextualmente acumular (tomando partido de oportunidades estruturais), exactamente porque as desvantagens de percurso de vida superam as vantagens, deparamo-nos igualmente com a fraqueza dos efeitos de capital social. Num dos casos (Linhagem 3, Feminina, Lisboa) não existem efeitos visíveis de capital social, a não ser no apoio residencial que a segunda geração da linhagem prestou à primeira (em momentos entre conjugalidades e de dificuldades económicas para a autonomização residencial). Noutra (Linhagem 1, Masculina, Lisboa), o capital social alcança apenas o papel de potenciador (pelo uso de redes sociais em apoio relacional) das oportunidades iniciais, embora as lógicas estruturais e de percurso de vida, que levam ao malogro da dinâmica almejada (pela acumulação de efeitos negativos), não tenham sido suficientes para a expansão quer das redes efectivamente mobilizáveis, quer para a acumulação de recursos que poderiam ser postos a circular nessas redes. O capital social é, aqui, apenas ou o amortecedor das dificuldades e quebras sociais,<sup>279</sup> ou o potenciador incipiente de oportunidades que não fruíram plenamente.

### **5.2.3.2. Acumulação fraca e paradoxos do capital social**

O padrão de acumulação fraca (Quadro 5.3) revela a permanência de factores desvantajosos através das gerações, ainda que possam ter-se verificado algumas vantagens. Estes não são processos lineares de mobilidade social estacionária. Verificaram-se mudanças e a posição social global das gerações mais novas é melhor do que das mais velhas, como em regra tende a ocorrer (Biblarz, Bengtson & Bucur 1996). Contudo, estes são casos onde a relativa ausência de eventos cumulativos positivos (aqueles que se verificam estão marcados pela singularidade e fracos efeitos transformativos) dificulta que os indivíduos consigam ir para lá da mera reconfiguração da estrutura sócio-profissional. Mais ainda, mais do que através da formulação de escolhas e projectos estratégicos, os sujeitos são frequentemente ‘puxados para

---

<sup>279</sup> Papel preponderante, aliás, dos apoios quotidianos, que tendem a não ter impacto algum na mobilidade social, a não ser na manutenção das próprias condições específicas de quotidianidade. Daí não termos incluído o apoio quotidiano, como foi desvendado no ‘Capítulo 4. Relações de Solidariedade’, enquanto evento ou dinâmica de percurso de vida com impacto nas modalidades de acumulação de recursos que definem diferentes processos de mobilidade social.



cima' por intervenções que não parecem estar particularmente ligadas às dinâmicas dos cursos de vida estritamente individuais, dependendo antes de lógicas de redes de apoio.

Quadro 5.3  
Trajectórias sociais das linhagens e (des)vantagens cumulativas no curso de vida  
Acumulação Fraca

		ORIGEM		1ª GERAÇÃO AVÓS		2ª GERAÇÃO PAIS		3ª GERAÇÃO FILHOS	
		CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.
<b>ACUMULAÇÃO FRACA</b>									
Linhagem 7 Feminina, Lisboa									
	Homem	ONQ	3ª classe	AA>ONQ>EE	4ª classe	PTE	9º ano+ Formação	OI	9º ano
	Mulher	I>AA	3ª classe	AA>ONQ	Analf.	ONQ>ENQ> >PP>ENQ	4ª classe	ENQ>EE> >PTE	12º ano
Curso de Vida	Vantagens			20+28+29		13+15+28+29		23+29	
	Desvantagens			2+3+4+10		1+5+9+17+18+22+27		3+7+11+16+17+22	
Linhagem 1 Feminina, Mondim									
	Homem	AA/I	Analfabeto	AA/I	Analf.	ONQ	4ª classe	OI	8º ano
	Mulher	AA/I	Analfabeta	AA/I	3ª classe	AA/ENQ	4ª classe	EE	12º ano
Curso de Vida	Vantagens					20+25		25+29	
	Desvantagens			4+9+10+18+21+27		1+5+27		1+9	
Linhagem 2 Feminina, Mondim									
	Homem	I	Analfabeto	AA>I>ENQ>PP	Primária Incomp.	ENQ>EE	2º prep.	ONQ	6º esc.
	Mulher	I	Analfabeta	AA	Analf.	ENQ (familiar) >ONQ	4ª classe	ENQ>EE	12º ano
Curso de Vida	Vantagens			23+25		20+23+29		23+29	
	Desvantagens			4+10+21+27		5+9		5+9	

A Linhagem 2 (Feminina, Mondim de Basto) caracteriza-se por trajectórias intergeracionais relativamente estagnadas. A avó (83, analfabeta, viúva), uma assalariada agrícola filha de vendedores ambulantes de sardinhas empobrecidos, foi levada a casar por seus pais com um outro assalariado agrícola. Além do trabalho agrícola, ajudavam ambos os pais da entrevistada na venda ambulante de sardinhas. Depois de uma tentativa pouco frutífera como criador de porcos por conta própria, o seu marido acabou por emigrar sozinho para França em finais de 50, por um período de 15 anos de ausência total, onde trabalhou como jardineiro municipal pouco qualificado. Aquando do seu retorno foi capaz, com as economias acumuladas por terras gaulesas, de comprar uma pequena mercearia na aldeia onde a família sempre viveu, podendo a entrevistada abandonar o salariedade agrícola que sempre manteve durante a sua ausência. Dos oito filhos e filhas deste casal, nenhum com mais do que a 4ª classe, todos emigraram para França, com a excepção de uma das filhas (49, 4ª classe, casada), que se ficou pelo emprego familiar na mercearia paterna, onde trabalhou dos 15

aos 30 e poucos anos de idade (altura em que seu pai vendeu o pequeno negócio para comprar uma parcela de terra agrícola que pudesse trabalhar, para auto-consumo, com a sua mulher na velhice de ambos). Esta filha, que aos 22 casou com um guarda da GNR, hoje cabo, foi então trabalhar como costureira e acabou empregada como operária têxtil não-qualificada. De certa maneira, o negócio construído na geração de seus progenitores não produziu mais vantagens do que aquelas já expectáveis nas condições estruturais em que viviam. Não estudou para além do ensino primário, nem deu por si a imaginar outras possibilidades laborais. Como nos diz: “Não imaginei nada”. À mesma questão a sua filha mais velha (24, 12º ano, solteira), uma de duas crianças que teve, dá uma resposta similar: “Não tenho expectativas para o futuro, só quero ter trabalho”. Esta última completou o ensino secundário, beneficiando da massiva expansão do sistema de ensino em Portugal. Apesar de uma má experiência escolar, com vários chumbos, diz-nos ter permanecido na escola apenas porque não existiam outras oportunidades de emprego no mercado laboral local. Pensava então em emigrar para o Luxemburgo quando uma oportunidade inesperada de emprego surgiu – mal paga e com fracas possibilidades de progressão profissional, mas estável. O presidente da junta de freguesia local, um conhecimento de sua mãe que desejava ardentemente não ver a filha emigrada, encontrou-lhe um trabalho, primeiro como auxiliar no lar de 3ª idade local, depois como empregada administrativa no mesmo sítio. Namora há já anos com um vizinho, servente de construção civil com o 6º ano de escolaridade. As redes de inter-conhecimento local jogaram um duplo papel na vida da neta desta linhagem. Por um lado, os relacionamentos de sua mãe permitiram-lhe a obtenção de um emprego nos serviços públicos em contexto local de escassas condições de empregabilidade. Por outro lado, desistiu do seu projecto migratório, ainda que difuso, a favor da fracamente remunerada estabilidade oferecida pela rede local. Se nesta linhagem encontramos mobilidades (passagem do salariado agrícola ao operariado e trabalho executante, além do episódio do pequeno negócio; aumento da escolaridade, emprego no estado), estas não alcançam grande ímpeto para lá da reconfiguração da estrutura de oportunidades.

Um exemplo mais irregular e menos estagnado do padrão de acumulação fraca pode ser encontrado na Linhagem 7 (Feminina, Lisboa), marcada pelo elevado número de desvantagens de curso de vida. A avó desta linhagem (72, analfabeta, viúva), depois da morte de seu pai, operário não qualificado, e do recasamento de sua mãe, vendedora de peixe e depois assalariada agrícola, com um homem violento e perdulário que esgotou os poucos recursos familiares, deu por si a trabalhar como assalariada agrícola aos 11 anos de idade e saiu de casa de sua mãe e padrasto aos 13 (com a ajuda dos seus irmãos, para quem fazia as

tarefas domésticas). Casou aos 17 com um operário industrial não-qualificado. Após o casamento permaneceu costureira assalariada toda a vida, na empresa onde o seu marido também trabalhava. Este, com a 4ª classe, progrediu um pouco mais e tornou-se empregado de balcão em finais de carreira (na secção comercial da mesma empresa onde foi operário). Passaram grandes dificuldades económicas e viveram num pequeno quarto alugado com as suas duas filhas por largos anos. Uma destas filhas (52, 4ª classe, viúva) começou a trabalhar aos 12 como aprendiz de costureira. Até aos 20 e poucos teve vários empregos como costureira, operária fabril, empregada doméstica, etc. Casou aos 21 com um homem com melhor colocação profissional (técnico electricista qualificado), mas ao casamento faltava coesão – o seu marido era violento, tinha casos extra-maritais, não contribuía para a economia comum e era perdulário, tinha ela que ser a principal ganha-pão e única providenciadora de cuidados às filhas de ambos – o que resultou numa definitiva e turbulenta separação. Aos 37 tornou-se sócia de um pequeno negócio comercial, mas este veio a falhar devido à sua falta de recursos de gestão ou apoio e crises depressivas, como reconhece, o que a também tornou alvo fácil para o logro por parte dos sócios. Ficou então desempregada. Trabalha agora numa pequena tipografia, propriedade de uns primos afastados, onde ganha menos do que auferia nos anos 90. A sua filha (25, 12º ano, coabitante) teve uma socialização algo anómica que a levou a fortes indecisões em relação ao seu futuro educacional (embora tenha acabado o ensino secundário) e a uma acentuada instabilidade laboral (começou a trabalhar aos 14 em bares nocturnos e discotecas). A sua reflexão presente evidencia, aliás, tal julgamento da sua infância e adolescência. Após várias experiências conjugais, está hoje em união-de-facto com um operário fabril com o 9º ano de escolaridade, numa situação de hipogamia educacional. Tal como no caso da linhagem anterior, o apoio providenciado por redes de inter-conhecimento está fortemente relacionado com melhorias inesperadas face à direcção da trajectória social. A sua irmã, casada ‘acima’ da sua condição social de origem com um piloto de aviação comercial na TAP, ofereceu-lhe a mesma oportunidade que tinha tido de se tornar hospedeira de voo, posição que lhes permite apoiar financeiramente a avó e a mãe.

Na Linhagem 1 (Feminina, Mondim) deparamo-nos com um caso em que a perpetuação relativa das condições de origem e o conjunto de eventos ao longo das gerações com impacto negativo produziram uma inércia tal que não pôde ser contrariada pelos poucos eventos de curso de vida positivos que se vieram a verificar. A avó desta linhagem (62, 3ª classe, casada), oriunda de uma família de assalariados agrícolas e vendedores ambulantes de peixe destituídos, cedo foi forçada a abandonar a escola primária por sua mãe para cuidar das irmãs e irmãos (lembra-se da mãe dizer à professora: “não pode senhora professora, não vou

ter os meus filhos à fome por causa de ela andar aqui na escola”). Casou aos 18 com um homem analfabeto com quem continuou a actividade de seus pais – trabalho agrícola e venda de peixe. O seu marido era alcoólico e violento, nunca a tendo deixado realizar um sonho de infância – comprar uma máquina de costura para ser costureira. Teve seis filhos, mais do que devia ter tido, diz-nos. Uma das suas filhas (42, 4ª classe, casada), das poucas a não ter emigrado, começou a trabalhar aos 13 anos de idade quer na agricultura, quer como empregada de limpeza. Casou-se aos 20 e deixou de trabalhar devido aos seus “problemas de saúde” (é epiléptica), nunca tendo podido realizar o seu sonho de se tornar operária numa fábrica. O seu marido, servente da construção civil, emigrou para o Luxemburgo pouco após o casamento, tendo lá permanecido por cerca de 20 e poucos anos. Aquando do seu retorno continuou empregado como operário da construção, tendo o casal aplicado o pouco dinheiro que o marido conseguiu poupar na tentativa de escolarizar as duas filhas, para que estas pudessem contrariar o destino social da sua origem – como nos diz: “a gente nunca teve nenhum futuro...”. A filha mais velha (25, 12º ano, casada) chegou a entrar para a universidade, mas abandonou-a, sem ter conseguido fazer nenhuma disciplina, devido a um processo depressivo que durou quatro anos. Está hoje casada (com duas filhas) com um operário da construção civil (8º ano), que trabalha para o próprio pai, primordialmente em terras de Espanha. É também para o seu sogro que trabalha, como empregada administrativa no pequeno negócio deste.

Estas linhagens mostram-nos dois processos centrais da acumulação fraca. Um é o da relativa estagnação e fechamento local sem a presença de grandes e duradouros efeitos positivos ao longo do curso de vida, embora alguns se dêem. Outro é o da irregularidade disruptiva e forte acumulação de eventos negativos. O único factor positivo que, aqui, impede a queda social é a existência de algum capital social, que aliás tende a ser o único factor a desencadear, ou pelo menos acompanhar, os poucos eventos de curso de vida vantajosos presentes nestas linhagens. É claro que as reconfigurações das estruturas sócio-profissionais e qualificacionais permitem por si só, nas gerações mais novas, melhorias na posição social relativa. Mas, globalmente, é o recurso a às redes sociais que permite, também nas gerações mais novas, alguns efeitos de acumulação de capital. Ainda que esses efeitos possam ter resultados ambivalentes, como os de ‘prender’ os sujeitos em situações sócio-profissionais sem grande futuro (face a outras alternativas possíveis, claro), impedem, no mínimo, a queda social. Repare-se, no entanto, que a situação mais comum ao longo dos percursos de vidas das diferentes gerações é a não existência de capital social efectivado em apoios. Quando os efeitos de capital social se verificam, não são sistemáticos e recorrentes, além de serem em

pequeno volume. Apesar de tudo são esses efeitos que permitem, por exemplo, que as gerações mais novas possam apoiar as gerações mais velhas (como já apontava Segalen 1993: 193).

### **5.2.3.3. Acumulação contínua e mobilização crescente do capital social**

Um terceiro padrão verificado é o de acumulação contínua (Quadro 5.4), que ultrapassa movimentos de mudança estrutural educacional ou sócio-profissional. A posição social relativa, de partida pelo menos, do indivíduo das gerações mais novas é, nestas linhagens, imensamente mais privilegiada do que a das precedentes. Fortes acumulações de recursos e a melhoria das posições educacionais e sócio-profissionais são aqui o resultado de uma sucessão de eventos positivos iniciada na primeira geração e produtora de cadeias intergeracionais de múltiplos efeitos vantajosos. Na maioria destas linhagens, efeitos negativos podem somente ser encontrados na primeira geração, sendo que o efeito global de tais vantagens produz dinâmicas estratégicas intergeracionais guiadas, com frequência reflexivamente, para a mobilidade social ascendente. Estes processos de acumulação contínua podem, é claro, ser o resultado de diferentes arranjos de eventos vantajosos. Tendem, no entanto, a combinar muitas das áreas do curso de vida: da socialização às experiências educacionais, do trabalho e migrações até às escolhas e dinâmicas conjugais.

O nosso primeiro exemplo enfatiza os efeitos cumulativos da autonomização feminina. A Linhagem 2 (Feminina, Lisboa) apresenta algumas irregularidades ao longo da sua trajectória, mas a congregação de diversos eventos positivos compensa largamente os negativos, o que permitiu que estas mulheres tirassem partido das oportunidades oferecidas pelo aumento, real e tendencial, da igualdade de género na sociedade portuguesa ao longo das últimas três a quatro décadas. A avó desta linhagem (67, 4ª classe, separada), no presente dona de uma pequena loja de roupa, migrou para Lisboa aos 21, escapando a um ambiente rural fechado. O seu pai, dono de uma pequena padaria familiar, tinha-a obrigado contra-vontade a abandonar a escola para que ajudasse sua mãe nas lides domésticas e agrícolas. Como lembra: “O meu achava que se as raparigas estudassem e fossem para a cidade estavam perdidas.” O seu desejo de fuga do que sentia como um contexto opressivo levou-a a casar, contra a vontade paterna, com um homem abaixo da sua condição social de origem, o que aumentou as suas dificuldades financeiras (até porque cortada de qualquer apoio parental), mas permitiu o processo de êxodo para a capital. Embora educada para doméstica, começou a trabalhar aos 26 anos como costureira. Descreve o seu trabalho não só como meio de subsistência, mas também como modo de acesso à autonomia. Tal dava-se em

1966, ano de uma década de entrada massiva das mulheres no mercado de emprego em Portugal compensando a falta de homens.<sup>280</sup> Trabalhou como operária industrial ou empregada executante não-qualificada por mais de três décadas, enquanto o seu marido progredia de operador de máquinas para vendedor das mesmas por conta própria. Há alguns anos já, ela e o marido separaram-se amigavelmente e decidiu investir, ajudada financeiramente pela sua única filha, no pequeno comércio que hoje possui. A filha (44 anos, pós-graduação, recasada) interrompeu a trajectória escolar aos 17 e empregou-se como administrativa, mas voltou à universidade aos 30, movida por uma forte vontade de sucesso e realização profissionais, bem como de melhoria remuneratória. Neste momento tinha-se já divorciado do pai das suas duas filhas, um antigo colega de trabalho que permanece empregado administrativo. Foi esta também uma altura em que contou com importante apoio financeiro dos pais. Diz-nos claramente que foi o desapontamento com a vida conjugal que a levou a investir educacional e profissionalmente – áreas onde achava que os seus esforços podiam ser recompensados. É hoje gestora comercial. Depois do divórcio e de várias experiências conjugais, acabou por casar de novo, pela terceira vez formalmente, com um homem de perfil sócio-profissional mais elevado que os seus anteriores maridos ou companheiros – um engenheiro informático com pós-graduação, dono de uma pequena empresa de alta tecnologia. Mudaram-se recentemente, conjuntamente com as suas duas filhas, para uma moradia num bairro de classe média alta de Lisboa. Esta sequência de rupturas conjugais, que afectou contextualmente o seu nível de vida (já que o divórcio ou separação implica sempre uma diminuição dos recursos, mormente económicos, que se colocam em comum), foi compensada quer pelo facto de ter sempre contraído novas uniões hipergâmicas, quer devido a ter sempre contado com o apoio da mãe, não só financeiramente e com cuidados às crianças, mas também por a ter sempre encorajado a ser uma “mulher independente e de sucesso”. A terceira geração desta linhagem feminina está na universidade. A filha mais velha (21, solteira) diz-nos explicitamente que quer “ser como a minha mãe” e alcançar os objectivos que esta sempre lhe inculuiu: autonomia pessoal, sucesso educacional e uma boa carreira com vista à independência económica.

As escolhas e dinâmicas conjugais, de facto, parecem jogar um papel não de somenos importância nos processos de mobilidade social. Nas Linhagens 4 (Feminina, Lisboa) e 1 (Feminina, Lisboa) a conjugalidade joga este papel central, quer porque as mulheres casam

---

<sup>280</sup> Devido quer a processos migratórios, quer à Guerra Colonial.

“acima” da sua origem, quer porque encontramos uma forte coesão conjugal dirigida à mobilidade social ascendente.

Quadro 5.4  
Trajectórias sociais das linhagens e (des)vantagens cumulativas no curso de vida  
Acumulação Contínua

		ORIGEM		1ª GERAÇÃO AVÓS		2ª GERAÇÃO PAIS		3ª GERAÇÃO FILHOS	
		CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.
<b>ACUMULAÇÃO CONTÍNUA</b>									
<b>Linhagem 1</b>									
Feminina, Lisboa									
	Homem	AA>ONQ	Analf.	OI	4ª classe	EE>PIC>ED	Lic.	-	-
	Mulher	AA>ENQ	Analf.	ENQ> Doméstica	Analf.	EE>PTE>PIC	Lic.	-	Est. Univ.
Curso de Vida	Vantagens			14+15+20+24+25		6+8+13+15+19+23+25+28+29		6+9+13	
	Desvantagens			2+3+4+10+27					
<b>Linhagem 2</b>									
Feminina, Lisboa									
	Homem	PP	3ª classe	OINQ>OI>I	4ª classe	PIC>ED	Pós-grad.		
	Mulher	C/Doméstica	Analf.	AA (familiar)> ONQ/ENQ>PP	4ª classe	EE>PTE>PIC	Pós-grad.	-	Est. Univ.
Curso de Vida	Vantagens			20+24+28		8+13+15+23+28		6+8	
	Desvantagens			5+9+16+27		9+17			
<b>Linhagem 4</b>									
Feminina, Lisboa									
	Homem	ONQ	Analf.	AA>ONQ>OI	Ler e escrever	EE>PTE>PIC	Pós-grad.		
	Mulher	AA> Doméstica	Analf.	AA> ONQ	Analf.	EE>PTE>PIC	Pós-grad.	PIC	Pós-grad.
Curso de Vida	Vantagens	FALTA		14+19+20+24+25+29		6+8+13+19+20+23+24+29		6+8+12+28	
	Desvantagens			2+4+10					
<b>Linhagem 8</b>									
Feminina, Lisboa									
	Homem	C	Analf.	AA>ONQ>OI	4ª classe	ONQ>EE>PIC	Lic.		
	Mulher	C	Analf.	AA (fam.)> ONQ>OI	4ª classe	ONQ>EE>PTE	Pós-grad	-	Estudante 11º ano
Curso de Vida	Vantagens			14+19+20+23+24		6+8+13+19+23		6+8	
	Desvantagens			5+9+27		9+27			
<b>Linhagem 8</b>									
Masculina, Lisboa									
	Homem	OI	4ª Classe	ONQ>OI>OIQ	4ª Classe+ Formação	EE>PP>PIC	9ª ano	PIC	Pós-grad.
	Mulher	Doméstica	Analf.	ONQ	4ª Classe	EE	9ª ano	PIC	Pós-grad.
Curso de Vida	Vantagens			5+20+23+24+25		5+13+23		6+8+23+28	
	Desvantagens			3+9+27		27			

Na Linhagem 4 (Feminina, Lisboa) é primordialmente o empreendimento conjugal conjunto para o “sucesso” educacional e profissional que explica a ascensão social intergeracional. O casal bastante homogâmico da segunda geração, ambos saídos de um contexto originário de trabalho manual pauperizado, juntou esforços e estudou lado-a-lado

enquanto estudantes-trabalhadores, num projecto explícito de melhoria do seu estatuto sócio-económico. A sua filha é já uma profissional intelectual e científica pós-graduada.

A avó desta linhagem (84 anos, viúva, analfabeta), filha de um servente de pedreiro analfabeto e de uma doméstica, antes assalariada agrícola, também analfabeta, começou por trabalhar ‘à jorna’ nos campos na zona de Estremoz, de onde é originária a sua família, nunca tendo frequentado a escola por imposição paterna de que ajudasse ao sustento da casa (relembra com mágoa, aliás, a violência e autoritarismo do pai). Casou com um servente de pedreiro, filho de assalariados agrícolas, profissão que também teve inicialmente, que aprendeu a ler e escrever durante o serviço militar e que, posteriormente, chegou a pedreiro. Quando a sua única filha tinha 18 anos vieram todos para Lisboa, para a acompanhar no emprego como escriturária que conseguiram através dos contactos de uma prima, na casa da qual inicialmente ficaram. A avó desta linhagem dedicou-se então à costura até à sua reforma e o seu marido trabalhou como pedreiro na construção civil. Após a morte deste último foi viver com a sua filha. A sua única filha (54 anos, casada, pós-graduada), segunda geração desta linhagem, pode arranjar tal emprego em Lisboa porque, tendo sido sempre fortemente incentivada pelos pais a estudar, conseguiu acabar o curso da escola industrial. O seu primeiro emprego, aos 18 anos, foi como administrativa no Centro Nacional de Pensões, tendo depois disso ido trabalhar como bancária para a Caixa Geral de Depósitos. Aos 24 anos, já bancária conclui um bacharelato e aos 45 a licenciatura, tendo-se pós-graduado posteriormente em auditoria, área onde hoje trabalha como técnica superior na mesma instituição bancária. Foi nessa instituição que conheceu aquele que viria a ser o seu marido, também proveniente de uma família de assalariados rurais alentejanos e que veio para Lisboa fazer o serviço militar, aí tendo-se empregado e estudado. Ela e seu marido foram igualmente colegas no ensino superior, num projecto conjugal de progressão escolar e profissional. Tiveram um filho e uma filha, ambos licenciados e empregados. Esta última (24 anos, solteira, pós-graduada), terceira geração desta linhagem, é técnica superior numa empresa de estudos de mercados e sondagens de opinião, recebendo apoio financeiro dos pais para poder viver sozinha.

Na Linhagem 1 (Feminina, Lisboa), um dos mais pobres e destituídos na origem, ambos os factores acima apontados se entrelaçam, entre outros eventos vantajosos. A avó desta linhagem (66, analfabeta, casada), nascida numa família em clara situação de exclusão e pobreza, foi posta a trabalhar, apenas por “comida, cama e roupa lavada”, como empregada doméstica residente aos 6 anos de idade, perdendo então todo e qualquer contacto com pais e irmãos. Aos 13 a sua mãe retorna para obter a sua ajuda a sustentar a família em período de doença incapacitante do pai. Ainda que profundamente magoada e zangada com a mãe



(diz-nos: “Eu não tinha mãe! A minha mãe era a minha senhora!”), a qual aliás nem reconheceu quando esta bateu à porta da casa onde servia, vem então para Lisboa onde moravam já seus pais e foi por estes a trabalhar de novo como empregada residente com os salários entregues à mãe. Aos 17 começou a coabitar, por razões financeira e de sobrevivência, com aquele que viria a ser seu marido anos mais tarde (na altura não puderam casar porque ele era já casado, embora separado). Este, então com 32 anos (e a 4ª classe) tinha o que a mãe da entrevistada considerava um bom emprego como operário fabril especializado. Mesmo afirmando não gostar dele na altura foi, nas suas palavras, “empurrada” a viver com ele por sua mãe. Deixou então de trabalhar, já que o marido era muito ciumento e não queria que ela saísse de casa e, argumentava ele, ganhava o suficiente para tomar conta das necessidades do casal. Ainda assim, esteve emigrado entre 1973 e 74 em Moçambique por razões económicas.

Ao longo da sua carreira de fertilidade esta mulher diz-nos ter feito quatro abortos, porque, diz-nos explicitamente, não queria que as suas crianças vivessem na mesma pobreza que sofreu em criança e jovem. Em resultado sempre nutriu um vincado projecto escolar para a sua filha mais nova (a mais velha é, severamente, cognitivamente deficitária e não autónoma). Neste caso, as duras adversidades iniciais produziram uma resiliência e monitorização reflexiva de projectos de mobilidade social ascendente, projectados na filha mais nova, semelhantes aos observados por Elder (1974). Globalmente foi a forte solidariedade conjugal (ainda que marcadamente assimétrica, até porque materialmente bastante dependentes dos pais de seu marido) que permitiu à filha mais nova uma melhor trajectória escolar. Esta (43, licenciatura, casada com um filho de lavradores abastados) interrompeu contudo os estudos após o ensino secundário, mas prosseguiu-os mais tarde e acabou a universidade já depois de casada. Estudou enquanto funcionária e depois supervisora numa empresa multi-nacional. O emprego, obtido através de conhecimentos do marido, então seu namorado, permitiu-lhe o contacto profissional próximo com pessoas com ensino superior, que cedo tomou como modelos a emular, verificando-se assim um processo vincado de re-socialização guiado para a realização e ascensão profissional. Presentemente tem um importante cargo de gestão numa companhia de *marketing* e publicidade. A sua re-socialização resultou também do seu casamento aos 22 com um homem “ambicioso”, que almejava uma alta posição na sua carreira militar (é hoje adido militar de Portugal numa ex-colónia africana) e que sempre encorajou a sua estratégia educacional. O projecto de mobilidade familiar do casal é tão acentuado que, mesmo tendo tido graves problemas conjugais devido a relacionamentos com terceiros, permaneceram juntos porque, nas palavras

da entrevistada, “nós somos uma equipa!” A filha de ambos (18, estudante universitária de gestão, solteira), nascida já em muito melhores condições sociais que sua mãe (quanto mais sua avó), têm um perfil orientado para o “sucesso profissional e financeiro”, como nos diz, sonhando com uma posição de gestora de topo de grande retribuição remuneratória (“Hei de ser rica custe o que custar!”).

Na Linhagem 8 (Feminina, Lisboa) deparamo-nos com uma avó (71 anos, 4<sup>a</sup> classe, viúva), filha de pequenos camponeses empobrecidos, que começou a trabalhar aos 10 anos na agricultura com os pais, não tendo podido estudar mais que o ensino primário. Casou-se aos 22 anos com um assalariado agrícola e permaneceu cerca de oito anos na localidade rural alentejana onde nasceu e onde viu nascer a sua única filha (num projecto consciente de contenção da fecundidade). Mas sempre quis mudar-se para Lisboa. Diz-nos: “E a minha ideia era vir para Lisboa. Tive sempre essa ideia e pronto vivo aqui agora. Para fugir àquela vida do campo.” Foi ela, aliás, que insistiu com o marido para tal, o que veio a acontecer quando tinha cerca de 30 anos de idade. Chegados à capital, ambos se empregaram na mesma empresa fabril, onde foram subindo em formação e responsabilidade, mas sempre dentro do trabalho operário. A sua única filha (48 anos, pós-graduação, casada) foi incentivada a estudar, mas interrompeu o seu percurso escolar após o ensino secundário devido ao forte desejo de ganhar a autonomia financeira. Após uma breve experiência como trabalhadora não qualificada numa fábrica da indústria alimentar, tornou-se empregada administrativa no sector de contabilidade de uma empresa de material eléctrico. Foi aí que conheceu o seu marido (de origem operária, estudante-trabalhador, a trabalhar desde os 12 anos de idade), com quem veio a casar aos 24. No contexto da sua progressão profissional, e após o serviço militar do marido, o casal decide ingressar no ensino superior. Ele licencia-se em engenharia electrotécnica e ela, após uma interrupção devido ao nascimento das suas duas filhas com pouco intervalo, licencia-se em línguas e termina agora uma pós-graduação. É hoje chefe do serviço administrativo da empresa de material eléctrico onde começou como administrativa. O seu marido trabalha ainda na mesma empresa, mas como engenheiro. A sua filha mais velha (16 anos, 11<sup>o</sup> ano, solteira), terceira geração desta linhagem feminina, é estudante com bons resultados, sendo incentivada e acompanhada pelos pais no seu projecto de formação superior.

Num outro caso, o da Linhagem 8 (Masculina, Lisboa), o efeito crucial da socialização para o trabalho na primeira geração, ainda que combinado com outros processos vantajosos tais como migrações bem sucedidas e boas experiências profissionais e laborais, produziu claros processos de ascensão social na segunda geração e culminou numa forte orientação educacional na terceira. Nesta linhagem masculina a transmissão de uma ética de trabalho

começou com eventos transformativos do curso de vida do avô (79, 4ª classe, casado), nascido e criado, num contexto de marcada pobreza, pela sua mãe viúva. Seu pai, um carpinteiro que deslocou a família para Lisboa, morreu quando o avô desta nossa linhagem tinha 7 anos de idade. Este começou a trabalhar aos 12 como operário fabril, entregando todos os seus proventos à mãe. Ainda trabalhando na mesma fábrica, casou aos 22 com uma colega, com a qual teve o seu único filho. Os seus poucos recursos levaram-no à emigração, deixando mulher e filho para trás, primeiro para o Moçambique colonial e depois para o Brasil. Durante este período de ausência trabalhou para grandes companhias industriais (nacionais e estrangeiras), através das quais veio a tornar-se um operário industrial altamente especializado (com formação na Alemanha, Suíça, Luxemburgo e França) – actividade laboral que continuou aquando do seu retorno a Portugal. Tentando fazer com que o seu filho conseguisse colocação no sector dos serviços, fugindo assim à dureza do trabalho industrial, procurou que este estudasse, pelo menos o que considerava suficiente na altura (os 70) para tal. A orientação predominante não era uma de progressão escolar em si mesma, mas sim do que entendia como progressão profissional.

O seu filho (53, 9º ano, casado) trabalhou por vários anos como empregado de uma pequena agência de viagens, a qual acabou por comprar em sociedade com dois outros colegas. Este pequeno negócio, ponto central de transição na sua vida, foi mais tarde absorvido por uma multinacional do ramo turístico, que o continuou a empregar como gestor de loja. Tal aquisição, geradora de recursos económicos, além da estabilidade remuneratória da nova posição, permitiu-lhe que se mudasse com os dois filhos e a mulher para um bairro melhor e que esta deixasse de trabalhar e se dedicasse à domesticidade – velho sonho que acalentava. O filho mais velho (33, pós-graduação, coabitante) foi educado para o sucesso escolar debaixo de fortíssima regulação e controlo parental de todo o seu quotidiano. Na busca de progressão profissional – é hoje, tal como a sua companheira, professor do ensino secundário público – enfatiza as figuras de dedicação ao trabalho do pai e do avô como modelos, salientando que são também esses os valores que pretende transmitir à sua filha, ainda com 2 anos de idade.

Os efeitos de capital social nas trajectórias de acumulação contínua não são lineares, já que nem em todas as linhagens encontramos as lógicas de apoio que o realizam, até porque, note-se, a mobilidade ascendente aqui verificada não é necessariamente produzida apenas pelo capital social (embora este possa jogar um papel de relevo), mas antes pelo conjunto de eventos e dinâmicas de percurso de vida muito diversificados que tiveram impacto vantajoso nas lógicas de acumulação de recursos face a determinadas oportunidades estruturais. Mas se,

globalmente, qualquer tipo de capital social tende a estar ausente na primeira geração (a mais velha), ou então apenas como resultado do apoio prestado, já em idade avançada, pelas gerações posteriores, verificamos que a mobilidade ascendente tende a ser concomitante com o aumentar intergeracional paulatino das lógicas de apoio, nomeadamente em espécies patrimoniais, além das relacionais. Verificamos igualmente que, de uma forma geral, o ‘salto’ em termos de posição de classe relativa (ou o desencadear de uma nova dinâmica de mobilidade), produto, é certo, de múltiplos factores, tende a ser concomitante com a prestação de apoio sistemático por parte de uma geração anterior a uma posterior, em regra da primeira para a segunda. Este apoio, patrimonial, relacional e até quotidiano, consubstancia muitas vezes uma forte mobilização da rede social para a mobilidade ascendente.

#### **5.2.3.4. Acumulação reprodutiva e capital social elevado**

O padrão de acumulação reprodutiva (Quadros 5.5 & 5.6) diz respeito a trajectórias sociais intergeracionais de relativa reprodução de uma posição de classe privilegiada e recursos associados. Nos oito exemplos encontrados, os elevados montantes de capital desde a primeira geração entrevistada (ou mesmo nas anteriores a essa) produzem um fraco impacto dos eventos e dinâmicas de percurso de vida desvantajosos para a acumulação (ou mesmo manutenção) de recursos, ampliando *a contrario* os efeitos dos eventos positivos. Os recursos são, aliás, de tal montante, que permitem mesmo a reprodução social face a ‘sobressaltos’ ou mesmo ‘chumbos’ nas trajectórias escolares, por exemplo. A força estratégica do capital, ainda que em diferentes modalidades, produz dinâmicas de perpetuação do privilégio. Nestas dinâmicas intergeracionais, mais do que em qualquer padrão anterior, nomeadamente o de acumulação contínua, os efeitos de capital social tendem a ser fortemente recorrentes e sistemáticos sempre em níveis elevados, particularmente enquanto mecanismos de transmissão, ao longo das vidas, do património familiar, mas também no respeitante às possibilidades de utilização das redes de inter-conhecimento para o fomento de oportunidades empresariais. Nas linhagens com este perfil, duas são femininas, com um perfil claramente burguês de subalternidade das mulheres ao controlo masculino da família, e as restantes seis são masculinas. Destas, duas dizem respeito a situações originárias de pequeno patronato (uma reproduzindo-o, outra reconvertendo tal condição, desde a primeira geração entrevistada, em inserções sócio-profissionais altamente qualificadas) e as restantes quatro a situações claras de reprodução de uma condição burguesa de empresários e dirigentes.

Os dois primeiros exemplos deste tipo de padrão de acumulação de capital dizem respeito a linhagens femininas. Em ambas, a subordinação feminina aos trajectos e projectos

masculinos é evidente, com uma forte coesão conjugal para a acumulação, explicitada através de uma acentuada ideologia familialista de cariz religioso, levada a cabo através da domesticidade feminina e reprodução dos elevados capitais masculinos.

Quadro 5.5  
Trajectórias sociais das linhagens e (des)vantagens cumulativas no curso de vida  
Acumulação Reprodutiva

		ORIGEM		1ª GERAÇÃO AVÓS		2ª GERAÇÃO PAIS		3ª GERAÇÃO FILHOS	
		CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.
<b>ACUMULAÇÃO REPRODUTIVA</b>									
<b>Linhagem 5</b> Feminina, Lisboa									
	Homem	ED	Lic.	ED (familiar)	3º ano Univ.	ED	Lic.		
	Mulher	PIC> >Doméstica	Curso Magistério	Doméstica	2º ano Univ.	PP> Doméstica	Liceu + Curso Médio	-	Estudante 12º ano
Curso de Vida	Vantagens			6+19+23+28		6+19+23+28		6	
	Desvantagens			21		21			
<b>Linhagem 6</b> Feminina, Lisboa									
	Homem	ED	Lic.	PIC>ED	Lic.	PIC>ED	Lic.		
	Mulher	Doméstica	Preceptora privada	Doméstica	7º ano Liceu	PTE>Doméstica > PP>Doméstica	Bach.	-	Estudante 12º ano
Curso de Vida	Vantagens			6+19+23+28		6+19+23+28		6+13	
	Desvantagens			21					
<b>Linhagem 2</b> Masculina, Lisboa									
	Homem	EE> PP	4ª Classe	PTE>PIC	Bach.+ Formação Freq. Liceu	PTE>PIC	Lic.	-	Est. Univ.
	Mulher	EE>Doméstica	4ª Classe	Doméstica		PTE> Doméstica	Lic. Inc.	-	-
Curso de Vida	Vantagens			6+8+13+20+23+25+28+29		6+8+13+20+23+29		6+8	
	Desvantagens					1+16			
<b>Linhagem 3</b> Masculina, Lisboa									
	Homem	PP familiar	Curso Comercial incomp.	EE>PTE> >PP familiar	Curso Comercial	PTE> >PP familiar	Bach.	ENQ familiar	Est. Univ.
	Mulher	Doméstica	4ª Classe	ONQ familiar> >Doméstica	4ª Classe	PP	12º ano	-	-
Curso de Vida	Vantagens			6+13+23+28+29		6+8+13+19+23+28		6	
	Desvantagens			9				9	

Na Linhagem 5 (Feminina, Lisboa) a mulher da primeira geração, a avó (80 anos, viúva, 2º ano da licenciatura em línguas germânicas), filha de um engenheiro e general do exército, em final de carreira governador de uma colónia portuguesa, e de uma doméstica com o curso do magistério primário, casou aos 19 anos de idade com um vizinho (3º ano da licenciatura em direito), filho de um empresário industrial, que tinha conhecido no Instituto Britânico onde ambos estudavam inglês. Após o seu casamento deixou de estudar, dedicando-se ao seu papel de esposa e depois mãe. Diz-nos que "... naquela altura geralmente quem

casava não continuava a estudar... Tive pena de deixar os estudos, mas o ideal de qualquer rapariga era casar e ter filhos. Estivemos uma quantidade enorme de anos sem ter filhos, três anos e tal sem ter filhos, e o planeamento familiar era ter doze... (risos) Ficámos nos oito”. Nunca trabalhou profissionalmente, dedicando-se à casa, oferecida pelo sogro, e à supervisão das criadas. O seu marido, que desde sempre trabalhou com seu pai nas empresas da família, acabou por herdar o negócio, que dirigiu até se reformar e transmitir a sua gestão aos filhos homens deste casal. A sua filha mais nova (45 anos, casada, com o liceu mais curso médio de restauro), segunda geração desta linhagem, acabou por seguir também o destino de domesticidade da mãe. Casou aos 26 anos, também com um vizinho, advogado e hoje sócio de um grande escritório de advocacia, filho de um médico pediatra e de mãe doméstica. Ao contrário de sua mãe ainda chegou a trabalhar profissionalmente, embora a tempo parcial, mas fala de tal ocupação (um *atelier* de pintura de azulejos em sociedade com uma amiga) mais como *hobby* do que outra coisa qualquer. Diz-nos que deixou de trabalhar para se dedicar integralmente aos quatro filhos e filhas. A sua filha mais velha (18 anos, solteira, 12º ano) tem já uma orientação diferente da de sua mãe e avó – pretende ser arquitecta, algo que acredita vir a concretizar-se sem problemas porque “entro em arquitectura, porque os meus pais pagam uma privada, eu tenho nota para entrar na pública”. Embora quando perguntada como vê o seu futuro responda primeiro, antes do projecto profissional, “Casar e ter filhos”. Tal como sua mãe e sua avó, é catequista e tem uma participação empenhada na vida paroquial católica.

Na Linhagem 6 (Feminina, Lisboa) deparamo-nos com caso fortemente semelhante ao anterior, com praticamente as mesmas vantagens e desvantagens ao longo das gerações para uma trajectória classista e escolar também muito próxima. A avó (80 anos, viúva, 7º ano do liceu), filha de um advogado, por sua vez filho de um professor de direito na universidade de Coimbra, e de uma mãe doméstica, educada por preceptores privados e filha de um juiz, foi uma de um total de 11 irmãos e irmãs. Tal como todas as suas irmãs, foi doméstica a vida toda, embora rodeada de pessoal doméstico. Os seus três irmãos homens foram todos administradores de empresas (em grandes grupos económicos). Teve uma infância e juventude de privilégio, como nos diz: “Pois é, tive assim uma infância muito rica, muito cheia de ócio”. Foi educada para ser esposa e mãe, pilar ao lado do marido na manutenção da família: “O nosso pai dizia que é preciso acompanhar a época, mas nunca esquecendo os nossos valores, nunca esquecendo o que devemos aos nossos anteriores que viveram com sacrifício, que nos deixaram o nome que tínhamos, portanto... era casar, fazer a minha vida. Os estudos pronto, os estudos chegavam-me, não pensei nunca fazer um curso superior. E eu quando casei, não é, tinha aquele pessoal todo, não é, tinha criadas, tinha tudo...” Casou aos

23 anos com um licenciado em ciências económico-financeiras, filho de “gente abastada... com muitas casas”, que na carreira de gestão chegou a administrador de uma empresa petrolífera, entre outras actividades empresariais. Tiveram dez filhos. Estes sempre receberam forte apoio patrimonial por parte deste casal, tal como este casal recebeu por parte dos seus progenitores, inclusive em herança. Nas suas palavras, contudo, o lado material desses apoios e transmissões é relegado para segundo plano, em prol de uma exaltação do seu carácter simbólico (como falar identitariamente da “casa da família há trezentos e tal anos”, por exemplo), numa linguagem carregada de simbologia católica. A sua oitava filha (46 anos, casada, bacharelato em educação infantil), segunda geração desta linhagem, é também católica empenhada. Foi educada por seus pais, no âmbito de uma forte regulação (“Havia horários, muito pouca liberdade, rédea curta mesmo”), para o sucesso escolar e o casamento (“Era casar, ter filhos, ser assim uma mãe exemplar... não tinha mais que isso. Não tinha grandes ambições na altura”). Tal como todos os seus irmãos e irmãs, alcançou um grau superior, apesar de confessar não gostar de estudar (o que fez sempre em instituições privadas), e chegou a trabalhar, antes de casar, como educadora infantil no colégio de uma amiga da mãe. Casou aos 25 anos com o seu namorado desde os 15, filho de um construtor civil, hoje licenciado em engenharia civil e administrador de empresas. Após o casamento e nascimento dos seus três filhos deixou de trabalhar. Quando estes já não eram bebês, abriu uma loja de roupa infantil, que também veio a largar para se dedicar de novo aos filhos, como nos diz. A sua filha mais nova (18 anos, solteira, 12º ano de escolaridade) pretende entrar agora para a licenciatura de psicologia, apesar de, como afirma, ser “cábula, não gosto de estudar... mas tem que ser!”

Nas duas linhagens seguintes temos um modelo diferente de reprodução intergeracional, até porque se tratam de linhagens masculinas. Em ambas, a origem linhagística (anterior à geração entrevista) é de pequeno patronato, mas enquanto numa se verificou a reconversão de tal situação para o trabalho qualificado, noutra encontramos a reprodução da condição pequeno-patronal, até porque caracterizado por recursos mais elevados.

Na Linhagem 2 (Masculina, Lisboa), o avô (86 anos, viúvo, bacharelato em engenharia) apresenta um percurso de vida com forte sequência de vantagens sem qualquer desvantagem. Filho de um dono de uma mercearia e de um pequeno negócio de venda de motas, antes disso empregado ferroviário, e de mão doméstica, antes disso empregada do comércio, foi educado por seus pais no sentido de alcançar qualificação elevada, o que conseguiu quando se tornou engenheiro técnico. Depois de acabar a sua formação, no Porto,

veio aos 26 anos de idade para Lisboa, com o apoio financeiro do pai. Também devido aos contactos do pai conseguiu empregar-se numa função técnica intermédia na CP. É neste contexto que é enviada para os Estados Unidos para aumentar os seus conhecimentos técnicos – aí ficou durante um ano de formação. Quando voltou, ainda para a CP, subiu de uma posição subordinada para uma de maior responsabilidade e autonomia, consentâneas com a sua qualificação acrescida. Acabou por alcançar um lugar superior de gestão e enquadramento de pessoal. Casou aos 29 anos com uma vizinha que nunca trabalhou profissionalmente e tiveram dois filhos, hoje ambos arquitectos realizando o sonho paterno de que fossem licenciados. Como nos diz “O mais importante é orientar um filho, dar lhes estudos... ele tirou o curso de arquitecto, como o irmão, chegava ao fim da tarde ia ver os cadernos, eu era muito exigente, naquela altura eles não gostavam, mas agora já me disseram que se não tivesse sido eu...” O seu filho mais velho (56 anos, casado, licenciado) ainda teve de interromper os estudos de arquitectura devido ao serviço militar. Quando regressou à vida civil o seu pai arranhou-lhe emprego na CP, enquanto terminava a licenciatura em regime pós-laboral. Após a conclusão dos estudos empregou-se como arquitecto assalariado numa *atelier*, local onde conheceu a sua mulher, desenhadora projectista com uma licenciatura incompleta também em arquitectura, filha de um operário qualificado. Esta é hoje doméstica devido a problemas de saúde que lhe afectaram gravemente a visão, enquanto o seu marido abandonou a prática e dedicou-se ao ensino, sendo professor do ensino secundário estatal. O filho único deste casal (23 anos, solteiro, estudante universitário) está agora a terminar uma licenciatura em engenharia informática.

Percurso diferente encontramos na Linhagem 3 (Masculina, Lisboa). O avô desta linhagem (73 anos, casado, curso complementar de comércio), filho do proprietário de uma empresa grossista do ramo alimentar com o curso comercial incompleto e de mãe doméstica com a 4ª classe, veio a herdar o negócio paterno que continuou e expandiu. Seu pai insistia fortemente na sua formação escolar e diz-nos ter acabado por não se licenciar, até porque não gostava de estudar, apenas porque, como já estava inserido na empresa familiar, onde tinha começado a trabalhar ainda adolescente, gostava mais da actividade comercial. Casou aos 24 anos com uma costureira em empreendimento também familiar (cujo pai tinha também terras agrícolas e um talho) e o casal foi viver para uma casa oferecida por seu pai, mesmo ao lado da sua. Tiveram três filhos, aos quais impulsionou que estudassem e a quem pretende deixar herança, como ele próprio recebeu. O seu filho mais velho (47 anos, casado, bacharel), embora estudando mais, já que alcançou um bacharelato em engenharia de máquinas, e tendo chegado a trabalhar como técnico especializado de refrigeração, seguiu as pisadas do pai,



ingressando na empresa familiar em cargo de gestão, ao contrário de seu irmão mais novo (arquitecto por conta própria). É hoje o administrador da empresa. Casou com uma filha de um pequeno comerciante, com o 12º ano, que, com o apoio financeiro de seu pai, ainda o proprietário da empresa familiar que gere, abriu e dirige uma sapataria. Este casal teve um filho e duas filhas. O seu filho (19 anos, solteiro, estudante universitário), o mais velho da sua descendência, teve uma educação virada para o sucesso escolar, tendo sempre estudado, mesmo no ensino superior, em instituições privadas. Apesar dessa orientação escolar, que aliás seu pai considera mesmo mais importante que qualquer legado patrimonial, sempre teve dificuldades educacionais e trabalha já na empresa de seu avô, como empregado para todo o serviço.

Quadro 5.6  
Trajectórias sociais das linhagens e (des)vantagens cumulativas no curso de vida  
Acumulação Reprodutiva (cont.)

		ORIGEM		1ª GERAÇÃO AVÓS		2ª GERAÇÃO PAIS		3ª GERAÇÃO FILHOS	
		CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.
<b>ACUMULAÇÃO REPRODUTIVA</b>									
<b>Linhagem 4</b>									
Masculina, Lisboa									
	Homem	PIC>ED	Lic.	PIC>ED	Lic.	PIC>ED	Lic.	-	Est. 11º
	Mulher	Doméstica	4ª Classe	Doméstica	5º ano	PIC	Lic.	-	-
Curso de Vida	Vantagens			6+8+13+19+23+28+29		6+8+13+23+25+28+29		6+8	
	Desvantagens			21		21			
<b>Linhagem 5</b>									
Masculina, Lisboa									
	Homem	ED proprietário> ED gestor	Curso Comercial	PIC>ED	Lic.	PIC>ED	Lic.	-	Est. 11º
	Mulher	Doméstica	4ª Classe	PIC	Lic.	PTE> >Doméstica	Bach.	-	-
Curso de Vida	Vantagens			6+8+13+20+28+29		6+8+13+19+28+29		6+8	
	Desvantagens					16			
<b>Linhagem 6</b>									
Masculina, Lisboa									
	Homem	PIC>ED	Lic.	PTE>PIC> >ED	Lic.	PIC>ED	Dout.	-	Est. Univ.
	Mulher	Doméstica	5º ano Liceu	Doméstica>PTE> >Doméstica	7º ano Liceu	PTE> >Doméstica	Bach.	-	-
Curso de Vida	Vantagens			6+8+13+19+23+25+28		6+8+13+19+20+23+25+28		6+8	
	Desvantagens			21					
<b>Linhagem 7</b>									
Masculina, Lisboa									
	Homem	ED	Lic.	ED	Lic. Incomp.	PTE>PIC> >ED (familiar)	Lic.	-	Est. 11º
	Mulher	Doméstica	5º ano Liceu	Doméstica	5º ano Liceu	EE (tempo parcial)	12º ano	-	-
Curso de Vida	Vantagens			6+13+19+23+28		6+8+13+23+28+29		6	
	Desvantagens			21					

As restantes quatro linhagens exemplificativas dos processos de acumulação reprodutiva, também elas masculinas, dizem respeito a situações de maior volume de recursos, consubstanciando uma condição burguesa, particularmente nos dois primeiros casos.

Na Linhagem 4 (Masculina, Lisboa), o avô (73 anos, casado, licenciado em direito), primeira geração desta linhagem, agora reformado, foi um advogado de renome. Um de seis filhos de um general do exército (por sua vez filho de um almirante da marinha), que em final de carreira foi nomeado administrador de um importante organismo do estado, e de mãe filha de grandes proprietários agrícolas, foi educado no mais estrito catolicismo: “era de uma família tradicional católica e mantive-me sempre fiel”. Casou aos 23 anos com a filha de um arquitecto abastado, a mais velha de uma fratria de dezassete, com o 5º ano dos liceus e que nunca trabalhou profissionalmente. O casal foi então viver para uma moradia oferecido pelo sogro e tiveram seis filhos. A sua carreira sempre foi como jurista, primeiro como assalariado no ministério da defesa. Depois do estágio de advocacia, feito “com advogados de referência que eram amigos da família, de um tio meu que era professor de direito em Coimbra”, tornou-se profissional liberal e assessor jurídico de “muitas grandes empresas”. Exerceu igualmente funções de relevo em organizações associativas profissionais. Os seus seis filhos todos se licenciaram, depois de percursos escolares pré-superiores em colégios religiosos, e sempre os ajudou financeira e patrimonialmente, embora considere mais importante ter-lhes facultado formação superior. O seu terceiro filho (46 anos, casado, licenciatura em direito), segunda geração desta linhagem, é advogado, tal como pai com quem estagiou e que lhe proporcionou estágios profissionais em Londres e Nova Iorque, estando hoje à frente do grande escritório que eu pai lhe legou e a outro irmão. É casado com uma economista e professora universitária, filha de um general do exército, que, como afirma, “pertencia a este tipo de famílias tradicionais”. Têm quatro filhos e a sua preocupação central é que “tenham uma licenciatura para poderem ter um bom emprego”. O seu filho mais velho (17 anos, solteiro, estudante do 11º ano), tal como as gerações de homens anteriores, sempre estudou em colégios católicos.

Na Linhagem 5 (Masculina, Lisboa), o avô (77 anos, casado, licenciatura em engenharia mecânica), um de onze filhos de um industrial da cortiça e depois administrador de empresas do ramo energético, por sua vez filho de um proprietário e administrador de roças de café em São Tomé e Príncipe, e de mãe filha de um industrial da cortiça que sempre foi doméstica, casou com uma licenciada em ciências histórico-filosóficas e professora do ensino liceal, filha de um administrador de estaleiros navais. Tendo tido uma grande supervisão escolar por parte de seus pais, no âmbito de um forte catolicismo, mal terminou a

licenciatura começou a trabalhar num grande grupo industrial, emprego conseguido através de contactos de seu pai. Rapidamente alcançando posições de supervisão, foi progredindo cada vez mais até chegar a administrador de várias empresas industriais de grande escala, privadas e públicas, antes e depois do 25 de Abril. Ainda chegou a administrador de uma grande empresa de serviços pública. Teve apenas dois filhos e esteve “sempre virado para a universidade” na sua educação. O seu filho mais novo (46 anos, casado, licenciado em direito) seguiu as pisadas do pai, enquanto administrador de várias empresas, beneficiando, aliás, dos conhecimentos inter-pessoais do pai, depois de ter tido uma experiência enquanto advogado num grande escritório lisboeta (de um amigo do pai). Casou com a filha de um lavrador, com o bacharelato em tradução e que trabalhava como intérprete antes do casamento. Hoje é doméstica e o casal vive em casa oferecida pelo pai dele. Também como seu pai, educa os seus três filhos para o sucesso escolar, igualmente com forte pendor católico. Estes andam em colégios privados, seguindo o exemplo do pai. O filho mais velho (16 anos, solteiro, 11º ano), além de empenhado escolarmente, participa activamente em movimentos católicos tradicionalistas.

Na Linhagem 6 (Masculina, Lisboa) a trajetória intergeracional leva-nos do exército para o trabalho qualificado e actividade empresarial baseada nessas qualificações. O avô desta linhagem (77 anos, casado, licenciado em ciências militares), coronel do exército e filho único de um major do exército (já ele filho de um oficial do exército), educado no Colégio Militar, casou com uma filha de capitão do exército com o ensino liceal. Durante as suas quatro comissões no ultramar, a sua mulher deu aulas no ensino primário, mas o central sempre foi a carreira do marido. Desde que voltaram à metrópole, ela tem sido sempre doméstica e ele dedicou-se ao ensino militar, tendo chegado a director de uma importante escola militar básica e secundária. Este católico empenhado teve três filhos e uma filha, todos com formação superior e antes disso escolarizados em colégios religiosos ou militares. Pretende deixa-lhes herança como recebeu de seus pais. O seu segundo filho (49 anos, casado, doutorado em engenharia civil) veio a tornar-se professor do ensino universitário público. Casado aos 25 anos com uma educadora de infância, actualmente doméstica, filha de um médico estomatologista e professor universitário, seguiu desde o fim da licenciatura a carreira docente universitária. Fez um doutoramento na Bélgica, país onde residiu usufruindo de uma bolsa e do apoio financeiro do pai, sendo hoje professor associado com agregação. Além da docência tem, com um colega, uma empresa de projectos de engenharia. Teve dois filhos, que sempre estudaram em colégios católicos e estão hoje ambos na universidade. O mais velho (26 anos,

solteiro) estuda gestão de empresas na Universidade Católica e o mais novo (21 anos, solteiro) estuda medicina numa universidade da República Checa.

Na Linhagem 7 (Masculina, Lisboa) o homem na primeira geração, o avô (69 anos, casado, licenciatura incompleta em engenharia mecânica), filho de um engenheiro civil e de mãe com o equivalente ao 5º ano do liceu (feito em Inglaterra, onde veio a conhecer o seu marido), casou aos 25 anos com a filha de um empresário do comércio. Educado para a escolaridade, em colégios privados de língua inglesa, diz-nos nunca ter acabado as poucas cadeiras que lhe faltavam para obter a licenciatura porque, tendo de cumprir o serviço militar, quando retornou à vida civil preferiu lançar-se na actividade empresarial, seguindo as pisadas de seu pai. Este tinha uma empresa de obras públicas, além de uma grande exploração agrícola no Alentejo. De facto, a sua origem familiar, como nos restantes casos deste padrão de acumulação de recursos, é de privilégio, dizendo mesmo que “fazia parte de um estrato social de relativas facilidades”. A actividade empresarial que desenvolveu, conjuntamente com um irmão, foi na área da construção civil e comércio imobiliário. A empresa foi inicialmente fundada com capital económico fornecido pelo pai de ambos. Quando este último faleceu, os dois irmãos integraram a empresa de obras públicas de seu pai na sua. Herdaram também o latifúndio alentejano. O nosso entrevistado teve três filhas e dois filhos, todos licenciados depois de estudos secundários também em colégios privados de língua inglesa. Os seus dois filhos homens administram hoje a empresa que fundou. Para si, até para continuidade da actividade empresarial que fundou e do que recebeu de seu pai, é de extrema importância deixar um legado e herança aos seus descendentes, no qual inclui os quinze netos e netas. O seu quarto filho (38 anos, casado, licenciatura em gestão de empresas), casou aos 21 anos com a filha de um advogado e de mãe também licenciada em direito (mas que nunca exerceu), tendo ambos ido viver para uma casa oferecida por seu pai. A sua mulher tem apenas o 12º ano e continua a trabalhar, embora a tempo parcial, como empregada de escritório no *atelier* de arquitectura de uma amiga. Tendo começado a trabalhar na empresa de seu pai ainda antes da universidade, nela continuou durante e após a licenciatura feita numa universidade privada. Hoje é sócio, com o pai e irmãos e irmãs, dessa mesma empresa, além de ser igualmente administrador e proprietário de outros empreendimentos, nomeadamente através do *franchising* de marcas de serviços internacionais. Teve três filhos sobre os quais diz que “é importante que consigam ter um curso superior”. O mais velho (17 anos, solteiro, 11º ano), que, tal como pai e avô, estuda num colégio de língua inglesa, pretende tirar uma licenciatura em gestão de empresas, como o pai.

Neste padrão de acumulação de capital, um de reprodução dos seus elevados montantes de partida, em regra em famílias com forte diferenciação de género, deparamo-nos, de uma forma geral, além de uma elevada reprodução ou mesmo aumento do capital cultural (impulsionados, aliás, pelo alto volume de capital económico, que permite ultrapassar desaires ou fracos resultados, nomeadamente recorrendo a instituições de ensino privadas), com efeitos centrais e sistemáticos de capital social para a transmissão intergeracional das condições de existência privilegiada. Assim, encontramos fortes apoios patrimoniais e relacionais nas duas primeiras gerações (só não o encontramos na terceira e mais jovem geração, porque esta ainda não tem autonomia face aos seus progenitores). Esses apoios, efectivando o capital social como mecanismo central de transmissão do capital económico (ou das oportunidades para a sua obtenção), apresentam, globalmente, três modalidades: fortes apoios para a instalação e autonomização dos jovens casais (casas, por exemplo); vastos legados patrimoniais ao longo da vida e mesmo heranças (muitas vezes de organização económica propriedade familiar); transmissão de posições organizacionais e profissionais (com tudo o que tal implica em termos de controlo efectivo de recursos económicos) e facilitação do acesso a redes sociais de oportunidades económicas ou profissionais. O capital social, ao designar um conjunto de possibilidades de apropriação de recursos através de redes sociais, efectua-se aqui enquanto lógicas de apoio elevado, através das quais o património da família se produz e reproduz, mantendo-se nas mesmas mãos.

#### **5.2.3.5. Acumulação reconvertida e transformação do capital social**

No padrão de acumulação reconvertida (Quadro 5.7) estamos face a linhagens onde se verificaram, a partir de origens onde nos deparamos já com a existência de capitais (nomeadamente de origem campesina), processos globais de reconversão da estrutura de capitais, essencialmente da propriedade agrícola para o capital escolar e inserções sócio-profissionais no estado. Este é um padrão que, em termos dos nossos resultados, aparenta ser um caminho típico dentro das reconfigurações macro-sociais da estrutura de classes em Portugal. Mesmo assim, tal não nos deve fazer pensar estas trajectórias como lineares e sem ser o produto complexo da interacção entre determinações macro-estruturais e percursos de vida. A passagem de um modo de reprodução camponês para um modo de reprodução escolar e de funcionalismo estatal, parece estar articulada não só com a existência de recursos materiais nas primeiras gerações (veja-se a presença de heranças), como também, face aos projectos de escolarização, com redes de apoio familiares alargadas que permitiram êxodos rurais (mesmo que temporários) para os centros urbanos de localização das

instituições de ensino. Além de, pelo menos nos casos por nós encontrados, estarmos apenas face a linhagens masculinas.

É claro que nem todos estes processos de processam da mesma maneira, dependendo das particularidades dos percursos de vida e das transmissões intergeracionais envolvidas. Nas duas linhagens deste padrão, verificamos como as trajetórias intergeracionais são mais linearmente de reconversão num caso do que noutra, onde todo o processo se mostrou mais difícil e com quebra na segunda geração.

Quadro 5.7  
Trajetórias sociais das linhagens e (des)vantagens cumulativas no curso de vida  
Acumulação Reconvertida

	ORIGEM		1ª GERAÇÃO AVÓS		2ª GERAÇÃO PAIS		3ª GERAÇÃO FILHOS	
	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.	CLASSE	ESC.
<b>ACUMULAÇÃO RECONVERTIDA</b>								
<b>Linhagem 1</b>								
Masculina, Mondim								
Homem	Lavrador	4ª Classe	Lavrador	4ª Classe	PIC	Lic.	PIC	Lic.
Mulher	Doméstica	4ª Classe	Doméstica	4ª Classe	PIC	Lic.	-	-
Curso de Vida	Vantagens		5+13+19+23+28+29		6+8+13+23+24+29		6+8+12+23+24+29	
	Desvantagens		3+9+21					
<b>Linhagem 2</b>								
Masculina, Mondim								
Homem	Lavrador	5º ano Liceu	PTE>Lavrador	Curso da Escola Agrícola	OI>EE>>EE	Curso industrial	PTE	Lic.
Mulher	Doméstica	6º ano Liceu	Doméstica	7º ano Liceu	EE	Enfermagem incomp. (Não Sup.)	-	-
Curso de Vida	Vantagens		8+20+23+24+28+29		6+20+23+24+25+29		6+8+23+24+29	
	Desvantagens				9+11+22			

Na Linhagem 1 (Masculina, Mondim), o avô (85 anos, 4ª classe, casado) e sua mulher, que sempre foi doméstica (também com a 4ª classe), ambos filhos de lavradores abastados das Terras de Basto, viu o seu pai morrer quando tinha 8 anos. Criado pela mãe numa grande casa camponesa (“Tínhamos muitos criados e criadas! Até tínhamos uma casa só para os pobres!”), teve os seus avós maternos a mudarem para a sua residência para melhor o acompanharem e à gestão da lavoura familiar. Começou, enquadrado por seu avô, a negociar em gado aos 13 anos de idade e a “tomar conta da lavoura, olhava pelos caseiros, que nós tínhamos 12 ou 13 caseiros”. Nunca quis prosseguir os estudos, pois nunca se viu noutra ocupação que não no negócio da lavoura e do gado: “Nunca tive outra ilusão [sic] sem ser o negócio”. Apesar desta sua orientação para reprodução da casa camponesa, desenvolveu projectos diferentes para os seus sete filhos e duas filhas, nomeadamente de escolarização: “embora tivéssemos uma casa grande, mas só fomos senhores da casa quando a minha mãe morreu, eu já tinha os filhos

todos. Eu é que tive de me mexer e de lutar para que... eu queria que os meus filhos fossem mais do que eu (...) a mim deram-me a 4ª classe e não me obrigaram a mais, porque também não queria... e eu quis sempre que os meus filhos fossem mais do que eu (...) eu queria... tentei sempre que os meus filhos fossem formados”. Tal nível de formação veio a dar-se com a sua filha e filho mais novos. Este (59 anos, licenciado, casado), a segunda geração desta linhagem masculina, professor do ensino secundário público em Mondim, casado com uma colega, não só não construiu o seu projecto de vida em torno da sucessão camponesa (de resto, difícil devido ao parcelamento da herança), mas sim em torno do professorado, como incutiu nos filhos uma forte orientação escolar. Diz-nos: “um já atingiu a licenciatura, é licenciado e o outro também gostava... é um excelente aluno, tem muitas capacidades, isso eu noto... e portanto espero que ele tenha também um curso superior.” O seu filho mais velho (25 anos, licenciado, solteiro) ingressou faz pouco tempo na escola onde trabalham seus pais como professor de educação física.

Na Linhagem 2 (Masculina, Mondim) não nos deparamos com uma trajectória de reconversão tão linear, embora o resultado final (particularmente na terceira geração, a mais nova) seja semelhante, ainda que menos capitalizado. Também aqui partimos de uma origem lavradora abastada, embora mais escolarizada. O avô desta linhagem (79, Curso da Escola Agrícola, casado), a quem foi permitido estudar em centros urbanos devido ao apoio familiar para esse período de deslocação e que até gostaria de ter estudo mais, trabalhou nos serviços agrícolas estatais e nos serviços de contabilidade duma empresa mineira (sempre em cargos intermédios) antes de assumir o património paterno, que herdou. Casou com uma sua prima, também ela filha de lavradores abastados, e sempre, desde que herdou, foi uma personalidade local. Diz-nos: “Eu sempre mandei, sabe, portanto acho que fui sempre uma pessoa independente tanto na minha vida como no resto que foi por diante. Eu estive na Câmara, fui vereador, tive vários mandatos. Estive nas Finanças e fui chefe da comissão de avaliação da parte urbana. Estive na cooperativa agrícola e fui director, criei a cooperativa, fiz a transferência dos grémios da lavoura para a parte da cooperativa, não é. Fui sempre director.” Nesta primeira geração deparamo-nos com uma trajectória consideravelmente reprodutiva da origem. É na passagem da primeira para a segunda geração que verificamos alguma quebra do acumulado e fraca capacidade de reconversão, já que nessa passagem não encontramos nem reprodução da relativamente privilegiada situação anterior nem salto mobilizador para uma nova posição social. O seu filho mais velho (51 anos, Curso da Escola Industrial, casado) cedo demonstrou dificuldades escolares, apesar do incentivo de seu pai. Além das frequentes mudanças de escola e interrupções do percurso escolar, não conseguiu alcançar o ensino

superior, como o seu pai desejava: “Eu não gostava muito de estudar. Nunca fui bom estudante, era um bocado baldas no estudo... nunca gostei muito de escola”. Depois de acabar a Escola Industrial, período durante o qual nunca trabalhou, experimentou emigrar para a Bélgica – uma experiência falhada de menos de um ano durante o qual nunca trabalhou. No seu regresso foi trabalhar como técnico especializado (devido ao seu curso de electricidade) numa fábrica têxtil, tendo depois prosseguido para vendedor de material eléctrico numa outra firma. Casou aos 26 anos, depois de um longo período que o próprio classifica como “de borgas... em que não me preocupava com o futuro... depois decidi assentar! Que assim ninguém ia querer um homem como eu.” A sua mulher (com o 2º ano de um curso de enfermagem não superior) é hoje, tal como ele, empregada administrativa – ela no tribunal, ele no centro de saúde. Lugares estáveis e de remuneração segura, diz-nos, mas com fracas possibilidades de progressão sem mais qualificações. O seu único filho (24 anos, licenciado, solteiro) foi incentivado e controlado por seu pais a fazer o que este nunca fez – tirar um curso superior (“Os planos que eles tinham para mim é que queriam que eu tirasse uma licenciatura, para estudar”; “controlavam as notas, controlavam sempre. Testes, controlavam. Trabalhos de casa, controlavam”). Aproveitando o seu amor por todas as coisas desportivas, licenciou-se em fisioterapia no Porto. Iniciou agora a sua vida profissional como massagista-fisioterapeuta num *spa* local.

Nestas linhagens, em que assistimos a processos de reconversão do campesinato para o trabalho qualificado nos serviços (pelo menos na última geração), o capital social, enquanto mecanismo de transmissão de recursos através de uma rede social (familiar), está presente na primeira geração em modalidades de apoio patrimoniais e relacionais. No entanto, tais apoios tornam-se apenas relacionais nas restantes gerações. Se na primeira geração os apoios verificados alcançaram a perpetuação da propriedade camponesa e da sua gestão, nas outras duas gerações, os apoios relacionais dizem respeito à mobilização de redes alargadas para permitir escolarizações mais avançadas, fora do contexto rural, nomeadamente através do apoio em alojamento (embora seja também o capital económico da primeira geração que permite esses processos de acumulação educacional). Os efeitos de capital social, na sua transformação intergeracional, acompanharam e impulsionaram a transformação das inserções sócio-profissionais ao longo destas linhagens familiares.

### **5.3. Percurso de vida, diferenciação social e diversidade de capital social**

Face ao quadro de permanências e de mudanças na estrutura social portuguesa, tendo em atenção, particularmente, a acentuada complexidade e diversidade de trajectórias sociais



intergeracionais existente, como pensar as múltiplas modalidades de capital social em diferentes processos intergeracionais de criação e apropriação de recursos com impacto definidor nas posições sociais relativas de indivíduos e famílias?

Uma análise biográfica aprofundada de linhagens familiares tri-geracionais permitiu-nos reconstruir trajetórias individuais, familiares e intergeracionais detalhadas – em termos da articulação entre posições sociais de classe e cadeias de eventos e dinâmicas de percurso de vida (nos seus contextos histórico-geracionais). Assim, foi possível observar como, nos diferentes padrões de acumulação de capital encontrados, que correspondem a processos intergeracionais diferenciados de mobilidade social, o capital social, como conjunto de recursos ligados a uma rede social durável (que verificámos ser essencialmente, mas não necessariamente, familiar), efectiva-se em diferentes modalidades de apoio, não só em termos de frequência e montantes, mas também com diferentes efeitos na vida dos indivíduos e famílias.

As trajetórias intergeracionais de acumulação falhada resultam da inabilidade em reconverter, ou mesmo apenas manter, os capitais que oportunidades estruturais específicas e esforços individuais permitiram acumular. Quando estas condições estruturais se alteram, não se verificam capacidades estratégicas adaptativas por parte dos indivíduos que lhes permita, no mínimo, a manutenção das anteriores posições sociais. Alguns poucos eventos e processos biográficos positivos não foram suficientes para a manutenção da ascensão social intergeracional. Eventos de curso de vida desvantajosos, numa diversidade de áreas e na maioria das gerações, produziram em última análise a perda dos ganhos prévios. O capital social nestas trajetórias, quando existe, caracteriza-se pela incipiência. Se pode produzir efeitos potenciadores de oportunidades iniciais (que falharam), queda-se por um papel de amortecedor das dificuldades decorrentes da insuficiência de recursos.

Nas trajetórias de acumulação fraca, eventos biográficos negativos também predominam. Os indivíduos e as famílias basicamente ajustam-se a mudanças nas condições estruturais, sem grande capacidade de acumulação de mais e melhores recursos do que as gerações anteriores (embora estejam hoje em situação social consideravelmente melhor que a pobreza das gerações iniciais, note-se), excepto pela intervenção de redes de apoio que permitem ganhos parcos. São, assim, efeitos de capital social que permitem ou uma manutenção relativa da posição social dos indivíduos ou, mais significativamente, melhoria da sua condição de classe (particularmente nas gerações mais novas), embora sejam esses mesmos efeitos que podem produzir o resultado, paradoxal com a melhoria que também

providenciam, de ‘amarrar’ os indivíduos a situações de fracas possibilidades de acumulação futura de capital, num processo semelhante ao observado por Lewis (1979 [1961]).

Quer as trajectórias da acumulação falhada, quer as de fraca podem ser globalmente caracterizadas como trajectórias de acumulação relativamente débil, ou seja, os capitais acumulados ao longo destas histórias intergeracionais não podem ser qualificados como de montante elevado, nem como sendo capazes de produzir processos marcados de mobilidade social ascendente.

As restantes trajectórias identificadas, pelo contrário e mesmo na sua marcada diversidade, podem ser consideradas como de acumulação forte, já que, quer desde o início com as gerações mais velhas, quer devido a processos vincados de ascensão social (que obviamente se reflectiram mais nas gerações intermédias e mais novas), encontramos sempre elevados volumes de capitais.

As trajectórias de acumulação contínua são marcadas por cadeias de eventos de percurso de vida positivos através das gerações, que suplantam os negativos também existentes, o que permitiu aos indivíduos a produção de ganhos, maiores que nos casos anteriores, na apropriação de recursos. Aqui, as condições estruturais foram aproveitadas com o ímpeto da acção reflexiva – esta é primordial para a compreensão e explicação dos processos de marcada mobilidade ascendente, e sua manutenção, destas linhagens. Esta mobilidade ascendente tende, como vimos, a ser em parte produzida, no âmbito de percursos de vida globalmente vantajosos, pelo apoio sistemático e crescente de uma geração anterior a uma posterior, dando conta de uma mobilização do capital social com intuitos muitas vezes reflexivos de ascensão social.

Nas trajectórias de acumulação reprodutiva, caracterizadas pela manutenção relativa de posições de classe dominantes, o volume global de capital desde o início da história linhagística é tal que permite contrariar os efeitos desvantajosos de eventos e dinâmicas de percurso de vida com impactos negativos nos processos de acumulação de recursos. Estamos aqui face a uma situação de elevado capital social em todas as gerações, na qual este funciona como o mecanismo central de transmissão de recursos e oportunidades.

As trajectórias de acumulação reconvertida, por sua vez, dizem respeito à reconversão de condições sociais camponesas, ainda que abastadas, para o salariado qualificado nos serviços (públicos ou privados). Se na primeira geração o capital social funciona como instrumento, relacional e patrimonial, de reprodução da anterior condição camponesa, para as restantes gerações, dada a reconversão observada, o capital social funciona essencialmente

através de apoios relacionais que permitem ou sustentam em parte a acumulação de capital cultural.

Embora a nossa análise qualitativa tenha, do ponto de vista da generalização dos resultados, um âmbito empírico limitado, já que não cobre a diversidade social de maneira estatisticamente representativa, como, aliás, toda a análise intensiva, permitiu-nos mais do que somente reconstruir histórias familiares exemplares. O nosso objectivo não era apenas construir uma tipologia de trajectórias de mobilidade social intergeracional na sua articulação com diferentes usos do capital social, mas avançar e testar uma hipótese teórica – a dos efeitos complexos do rácio<sup>281</sup> de eventos e dinâmicas de percurso de vida (entre positivos e negativos, no seu impacto na acumulação de recursos), aí incluindo os processos diferenciais do capital social, bem como dar conta, articulando tempo histórico, familiar e individual, de alguns dos fenómenos modais da mobilidade social em Portugal e da sua diversidade e não-linearidade.

A mobilidade intergeracional pode ser vista como o resultado de rácios específicos de eventos de percurso de vida negativos e positivos, que tomam em consideração a totalidade dos eventos relevantes (B. A. Mitchell 2003) intra e intergeracionalmente. A mobilidade social é, então, o resultado global entre efeitos vantajosos e desvantajosos do percurso de vida, num dado contexto de reconfigurações estruturais, que produz divergências significativas, diferenciais e cumulativas, nos tipos de acumulação de recursos. É claro que a articulação entre efeitos positivos ou negativos deve ser entendida em profundidade qualitativa, ou seja, a sua natureza e intensidades específicas e contextuais, em cada vida (ligada a outras), devem ser tomadas em consideração, ainda que cada tipo de evento possa sistematicamente ter um impacto ou vantajosos ou desvantajoso.

Em primeiro lugar, torna-se claro que os efeitos de tais eventos apenas podem ser avaliados através das suas conexões recíprocas – no balanço entre vantagens e desvantagens. Balanço cujos efeitos diferenciais e cumulativos ultrapassam a longevidade individual e que melhor se revelam com uma análise intergeracional das vidas vinculadas (*linked lives*), um dos princípios-chave das teorias do curso de vida (Elder, Johnson & Crosnoe 2003: 13), e tendo em atenção que as relações entre gerações não são estáticas, mas caracterizadas por contínuos fluxos de trocas (Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen 1994; Attias-Donfut 1995<sup>b</sup>)

---

<sup>281</sup> É claro que a expressão *rácio* não deve aqui ser entendida num sentido puramente matemático ou estritamente contabilístico, de linear *razão* entre duas grandezas, mas antes como transmitindo a ideia de uma articulação complexa entre eventos e processos (transições e experiências duráveis), potenciadores ou não da acumulação de recursos em determinados cenários estruturais.

entre biografias relacionais atravessadas por desigualdades de classe, gênero e geração (Blöss 1997).

Em segundo lugar, as vantagens e desvantagens serão mais eficientes quanto mais forem diversificadas, isto é dizer, quanto mais abrangem diferentes aspectos ou áreas das vidas individuais. Tal implica complexificar as perspectivas centradas quer na transmissão estática de (des)vantagens iniciais específicas e isoladas, quer em sequências parciais ou lineares do percurso de vida (muitas vezes expressas com a ideia de “ciclo de vida”). Não é suficiente a reconstrução isolada da infância ou das experiências laborais, por exemplo, para a compreensão do complexo emaranhado de efeitos positivos e negativos. É necessário olhar não só para as biografias completas (individuais, familiares, linhagísticas), como DiPrete & Eirich (2006) também apontaram, mas igualmente para todas as suas diferentes áreas analisadas numa perspectiva temporal (Bengtson, Biblarz & Roberts 2002).

Em terceiro lugar, é importante identificar os eventos de percurso de vida que contribuem à produção de capitais e disposições transponíveis para novos contextos estruturais e para as gerações mais novas – só assim podemos reconstruir as diferentes lógicas de acumulação e os processos de mobilidade social, que não se esgotam nos processos macro-sociais de reconfiguração da estrutura de oportunidades, bem como o papel jogado pelo capital social nessas lógicas.

Por um lado, a estrutura interna dos recursos acumulados é de grande importância para a compreensão das diferentes orientações práticas dos indivíduos. Veja-se, nomeadamente, as estratégias de resistência a dinâmicas de percurso de vida negativas. A existência de capital social revelou-se de grande valor para a prevenção da ‘queda’ social, quando a acumulação falha ou é fraca, ou quando a ruptura das dinâmicas acumulativas se verifica (ver igualmente Widmer, Kellerhals & Levy 2004). Também demonstrou ser importante no suporte da acumulação contínua, com crescente mobilização intergeracional do capital social, da acumulação reprodutiva, como mecanismo central de transmissão do privilégio, e da acumulação reconvertida, com diferentes modalidades específicas de capital social a serem mobilizadas segundo os momentos da reconversão das posições de classe. A relação entre os efeitos cumulativos do percurso de vida e os capitais é imbricada. Alguns eventos, tais como a migração, podem perturbar alguns capitais, tais como as redes de inter-conhecimento locais (podendo a migração, no entanto, ter sido facilitada por redes sociais), ao mesmo tempo que criam oportunidades para a produção de outros recursos. O malogro parece estar ligado a eventos perturbadores ou de ruptura (a vários níveis: histórico, familiar ou individuais), que quebram as condições anteriores, bem como enfraquecem os recursos de suporte (como o

capital social; além do económico, claro). As trajectórias de acumulação fraca, quando comparadas com as de acumulação falhada, mostram-nos os efeitos dessas perturbações interligadas. Globalmente, os volumes pré-existentes de capital (e a sua estrutura patrimonial) medeiam o impacto dos eventos de percurso de vida na mobilidade social. Mas esses recursos também são, diacronicamente, o resultado desses eventos, na medida em que produzem (re)configurações perenes e transponíveis das condições e disposições para a acumulação de capitais. Os eventos de percurso de vida produzem uma permanente reconfiguração das socializações e condições de acumulação. Estes eventos produzirão efeitos duradouros quando fortes o suficiente, pela sua intensidade e número, para gerarem reconfigurações duradouras, individualmente e ainda mais intergeracionalmente.

Por outro lado, a acção é também elemento decisivo a considerar. Face a constrangimentos e oportunidades estruturais similares, resultados diferenciais são produzidos também porque os indivíduos têm capacidade para fazer escolhas,<sup>282</sup> comprometendo-se relativamente com rumos de acção planificados (Elder 1974). Spenner & Featherman (1978) tinham já acentuado a importância dos objectivos conscientes nas dinâmicas de curso de vida. Na nossa análise, aqueles que acumulam mais recursos, particularmente no caso dos que partem de ‘baixo’ das escalas sociais, são aqueles que planeiam o futuro, que têm uma vida orientada por objectivos (“goal-directed life”, como afirmam Bühler & Massarik 1968). É certo, no entanto, que a planificação ou projecção do futuro desejado pode não ter força suficiente, até por falta de resiliência, para contrariar efeitos ou processos profundamente perturbadores, quer individuais, quer, mais ainda, estruturais.

A perspectiva que desenvolvemos sobre o impacto dos eventos de percurso de vida na mobilidade social pode-nos ajudar a compreender e explicar não somente a divergência das trajectórias individuais e familiares e os usos diferenciados de capital social, mas também alguns dos processos macro-sociais da desigualdade de classe. Isto dado, nomeadamente, o facto de que a probabilidade de eventos ou dinâmicas específicos e o seu impacto respectivo na mobilidade social poder não ser o mesmo em todas as posições sociais relativas, dependendo de (des)vantagens cumulativas prévias (que produzem volumes e estruturas patrimoniais específicos do capital detido) e oportunidades históricas específicas. Quanto mais um evento for acompanhado de outros com o mesmo efeito global, mais será eficiente nesses efeitos. Uma acumulação de eventos positivos impede fortes impactos de eventos

---

<sup>282</sup> Escolhas que são, sempre, escolhas situadas e relativamente determinadas pelas possibilidades socialmente estruturadas de pensamento. Essas escolhas não são nem clarividentes, nem o puro resultado de cálculos racionais de maximização dos lucros.

negativas e vice-versa. A acumulação de eventos positivos possibilita a desconexão relativa entre circunstâncias contextuais e processos de acumulação, assim permitindo transposições agilizadas dos capitais para novas circunstâncias. Temos, então, que olhar para as escolhas feitas pelos sujeitos sociais, bem como para os eventos e dinâmicas que vivem, dadas oportunidades estruturais específicas (que simultaneamente limitam, mas também possibilitam âmbitos de acção possíveis). Os eventos de percurso de vida e as escolhas que o acompanham afectam permanentemente, restringindo ou alargando possibilidades, a posição que os sujeitos ocupam e protagonizam dentro dos seus contextos estruturais. Assim, os eventos de percurso de vida são sempre produzidos na articulação entre estrutura e acção, enquanto resultado da acção individual relacional em contexto de oportunidades estruturais institucionalizadas.

Finalmente, em relação ao capital social, verificamos o papel central que joga não só em determinadas situações de classe, como tínhamos já constatado anteriormente,<sup>283</sup> mas igualmente na construção de diferentes trajectórias sociais intergeracionais familiares. O capital social emerge, assim, como o mecanismo relacional central de transmissão dos recursos e oportunidades que definem as posições de classe (individuais e familiares) de forma dinâmica. Embora não seja o determinante primeiro e absoluto das posições e condições de classe, como verificámos anteriormente e voltámos a constatar, é através dos processos que designamos como tal que as posições e condições de classe não só se podem transmitir relativamente entre gerações, como, em situações de esforço relacional (familiar) de activação do apoio, é um dos elementos sustentadores de dinâmicas ascendentes e de crescente apropriação de outros recursos (cuja apropriação, no entanto, não depende apenas da solidariedade que realiza o capital social). Quando não existe ou é incipiente, o capital social não funciona como instrumento da transmissão de vantagens, mas antes como, no máximo, sustentação da quotidianidade ou de possibilidades que podem fruir ou não. Quando os recursos são baixos, pode igualmente ser o mecanismo que impede a queda social, embora possa prender os sujeitos em situações de fracas oportunidades (embora não necessariamente, dependendo igualmente do impacto de outros processos de percurso de vida ou sociais). Quando se verifica um ímpeto consciente para a ascensão social, o capital social, em conjugação com outros factores vantajosos para a acumulação de recursos, é mobilizado para que permita o desenvolvimento de bases com vista à apropriação futura. Quando os níveis de recursos e oportunidades são elevados, o capital social designa os processos de transmissão

---

<sup>283</sup> Ver 'Capítulo 4. Relações de Solidariedade'.

desses recursos e oportunidades, quer exista reconversão desses recursos (e concomitante reconversão das modalidades de apoio), quer exista uma mais linear reprodução. A diversidade das diferenciações sociais classistas, também no que têm de trajectórias diacrónicas, conjuga-se, assim, com uma concomitante diversidade nos volumes, espécies e dinâmicas temporais (intergeracionais) do capital social.





## CONCLUSÃO

### Premissas

Esta é uma investigação sobre o capital social. Poderia ter sido apenas uma investigação sobre as sociabilidades das famílias, os apoios que recebem e as trajectórias de mobilidade social que protagonizaram? Argumentamos que não. Argumentamos que o elemento teórico que constrói a unidade transversal entre aquelas temáticas e procura levar mais longe o questionamento conceptual sobre os processos sociais é o conceito de capital social, ou melhor, a problemática teórica do capital social.

Essa problemática tem sido arena de acesas discussões e debates, como vimos. Revendo a literatura relevante sobre a questão do capital social, vimos como a expressão recobre significados muito diversos, remetendo mesmo para objectos sociológicos diferentes. É certo que todas as definições, na senda de Bourdieu, Coleman ou Putnam, ligam o que designam como capital social às redes sociais. Mas, como argumentámos, enquanto o primeiro (Bourdieu 1980<sup>a</sup>) faz do capital social um recurso decorrente do conjunto de outros recursos ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e inter-reconhecimento, os restantes, em definições (e desenvolvimentos) que rebatemos, transformam o capital social numa característica imanente às próprias redes sociais (restritas ou muito alargadas), tais como as suas formas organizacionais, os valores e normas nelas presentes, os seus níveis de confiança inter-pessoal ou mesmo societal.

Pondo de parte a vincada normatividade das definições de Coleman (1988<sup>a</sup>) e Putnam (1995), o seu grande defeito é o de confundirem um efeito das redes em que existem recursos com essas redes e suas características. E fazerem-no de molde a ocultar os processos centrais de apropriação desigual dos recursos numa sociedade, ou seja, ocultando a desigualdade social e as estruturas de acção na sua génese. O capital social não é algo que uma sociedade possua, mas algo que numa sociedade alguns possuem. Tal como todas as restantes formas de capital, de resto, não obstante a existência, ou não, de mecanismos institucionalizados de socialização pública dos recursos (nomeadamente pela sua apropriação e redistribuição colectiva).

Neste sentido, e defendendo que o capital social é, de facto, uma espécie específica de capital, logo um recurso (por definição relativamente escasso, ou não teria valor) apropriável,

pela selectividade relacional (logo, por concomitantes processos de exclusão relacional)<sup>284</sup> e porque através dele se verifica a apropriação de outros recursos,<sup>285</sup> re-investível, porque produz recursos que podem ser utilizados na produção e obtenção, estratégica, de outros recursos (processo em que podem verificar-se novos fenómenos de apropriação), e remobilizável até à exaustão da rede ou dos recursos nela disponíveis, o capital social é um recurso prático e estratégico (Casanova 1995: 65) capturado nas relações sociais e cuja produção, reprodução e acumulação constitui um processo através do qual é gerada mais-valia, através de investimentos nessas relações sociais (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 4), produzindo dividendos em poder social (Schuller, Baron & Field 2000: 3) e com uma tendência a persistir no seu ser (Bourdieu 1986<sup>b</sup>: 46 col. 1/2). Em consequência, o capital social é um efeito de relações regidas não pelas regras da troca económica e da instrumentalidade monetarizada, mas sim pela lógica da dádiva (definida pelo ponto nevrálgico do lapso temporal, como vimos), sem lirismos ingénuos sobre essa solidariedade.

Daí o afinamento que realizámos do conceito de capital social proposto por Bourdieu, no sentido de especificar analiticamente o capital social real ou efectivo. Se a sua proposta permite a análise quer do capital social potencial, quer do real, permite igualmente a confusão entre os dois. E, como vimos, grande parte das análises levadas a cabo sobre esta temática, tratam preferencialmente ou somente do capital social potencial, até porque persistem na

---

<sup>284</sup> Desta forma, as redes sociais, particularmente aquelas de forte durabilidade e institucionalidade, são processos de inclusão e exclusão (além de hierarquização interna, mais ou menos acentuada) que monopolizam conjuntos específicos de recursos, entre eles os efeitos relacionais que designamos como capital social. Se, como defendemos, o capital social é preponderantemente um fenómeno de redes familiares, o que estamos a dizer é que a família, e por arrastamento os sistemas de parentesco, são tanto processos (institucionais) de construção de relações sociais de forte ligação e solidariedade, como processos de exclusão. Não só daqueles que não são categorizados como familiares ou parentes (*maxime* estranhos), mas também dentro do próprio parentesco potencial. Por exemplo, se a igualdade na fratria, nas sociedades contemporâneas de raiz europeia, tende a ocultar muitos destes efeitos de exclusão (embora, no referente a outros parentes, particularmente colaterais, o afastamento genealógico possa ser entendido como produtor de exclusão dos benefícios sociais decorrentes da pertença grupal, em termos de recursos e condições de existência), exemplos mais tradicionais, tais como o privilégio da primogenitura ou a distinção entre progenitura legítima e ilegítima, dão bem conta desses mecanismos de exclusão do grupo (absoluta ou relativa, dependendo das formas institucionais).

<sup>285</sup> Isto nas lógicas de gratuidade do capital social, já que naquelas, mais débeis, onde se verificam condicionalidades ou exigências de contrapartidas, o nível de apropriação é menor. Repare-se que falamos em apropriação, mesmo não sendo sentida enquanto tal, porque, através de um apoio (material, em espécie patrimonial, por exemplo, ou relacional, em serviços ou influência social) efectua-se a transmissão de um bem não produzido pelo trabalho do beneficiário da dádiva. Igualmente, o bem transmitido pode ser o resultado, directo ou indirecto, de uma apropriação anterior.

confusão entre redes sociais e capital social. Neste sentido, tendo em mente o carácter simultaneamente material e simbólico do capital social (constatação que permite escapar quer às visões ingénuas da dádiva, quer às cínicas do economicismo), o capital social real diz respeito à transmissão efectiva de recursos ou de oportunidades concretas para obtenção de recursos num contexto relacional, isto é, à activação dos recursos em rede. O capital social designa assim, como vimos, um efeito de relações que produzem bens que beneficiam socialmente os seus detentores, apesar de o investimento que constituem não ter sido interessado e utilitário, mas sim, predominante e tendencialmente, um comprometimento desinteressado na sociabilidade, ainda que um comprometimento com resultados materialmente objectiváveis. Se as relações de sociabilidade são o contexto de que podem emergir os efeitos do capital social, então serão as relações de sociabilidade mais carregadas de gratuidade relacional, bem como de obrigatoriedade prescritiva (ainda que veiculada pelas semânticas da emocionalidade), aquelas em que mais frequentemente observaremos o capital social em acção eficiente e continuada – a família.

Com estas interrogações e propósitos conceptuais, desenvolvemos uma análise empírica sobre as sociabilidades e solidariedades das famílias portuguesas, partindo da hipótese, fundamentada no vasto manancial de trabalhos sobre a solidariedade familiar, de que o capital social será essencialmente levado a cabo nas relações familiares e de parentesco, constituindo elemento central no sistema das estratégias classistas de reprodução familiar. Tal conceptualização e operacionalização empírica, em linha com o pensamento bourdieusiano,<sup>286</sup> não pode deixar de ser uma reflexão e investigação sobre alguns dos processos de produção, pela apropriação diferencial do capital resultante em mais-valia, da desigualdade social de classe, nomeadamente como é levada a cabo por famílias de classe. Daí o termos prosseguido a análise da diferenciação e desigualdade social do capital social real, visto pela diferenciação dos volumes e lógicas de apoio das famílias, com a reconstrução dos processos sociais de recomposição social e de trajectórias familiares intergeracionais, aferindo dos papéis levados a cabo pelos efeitos de capital social nesses diferentes, divergentes até, percursos de mobilidade e acumulação de recursos.

---

<sup>286</sup> Aliás, note-se como os restantes artigos publicados no número temático sobre capital social da revista *Actes de la recherche en sciences sociales* onde Bourdieu (1980<sup>a</sup>) publicou o seu trabalho seminal, todos escolhidos para publicação pelo próprio Bourdieu (Lahire 2001: 6), são todos sobre realidades e processos familiares e de parentesco (Saint-Martin 1980; Maresca 1980; Merllié & Cousquer 1980; Vernier 1980).

## **Achados**

Como vimos, as interrogações teóricas levaram-nos a quatro andamentos empíricos interligados: a reconstrução dos contextos relacionais de sociabilidade das famílias, nas suas articulações com a diferenciação social; a reconstrução dos contextos relacionais de solidariedade das famílias, também nas suas articulações com a diferenciação e desigualdade sociais; a reconstrução dos processos de recomposição da estrutura de classe, observando o que de reprodução da desigualdade há, bem como a diversidade de caminhos possíveis; a reconstrução, qualitativa, ao contrário das anteriores análises quantitativas, de diferentes trajetórias intergeracionais das famílias e das funcionalidades do capital social nessas trajetórias.

No respeitante à sociabilidade, contexto relacional de que podem emergir as relações de solidariedade, dádiva e apoio que concretizam o capital social real, reconstruímos as relações de sociabilidade dos elementos dos agregados domésticos inquiridos (o casal e seus filhos) com elementos exteriores a esses agregados nucleares através das relações de convívio numa série diversificada de áreas possíveis de sociabilidade.

Os resultados obtidos mostram como as famílias portuguesas apresentam um leque diversificado de relações de sociabilidade. A maioria tem-nas, quer com membros da família (exteriores ao agregado nuclear), quer com não-parentes (particularmente amigos). De facto, o pólo familiar (preferencialmente restrito aos parentes mais próximos – progenitores e fratria) e o pólo amical (com um peso que não encontramos nas relações de apoio) organizam as relações de sociabilidade. Globalmente, o pólo familiar é preponderante nas convivialidades no interior residencial, na alimentação, nas ritualidades festivas ou celebratórias, na sazonalidade veraneante ou natalícia. O pólo amical, por sua vez, é preponderante nas condições inversas, ou seja, nas convivialidades no exterior das residências, que menos implicam comida, que menos implicam ritualidades religiosas ou familiares, mais frequentes quotidianamente.

Foi possível alcançar três perfis integrados de actividades de convívio, um de comida e ritualidades, mais associado a sociabilidades familiares, outro de actividades culturais e desportivas, mas associado a sociabilidades amicais, outro ainda de idas ao café e passeios, relativamente transversal ao pólo familiar e ao amical das sociabilidades. A associação entre protagonistas das relações de sociabilidade, exteriores aos agregados nucleares inquiridos, veio demonstrar, pela multiplicação de subgrupos, que as sociabilidades das famílias portuguesas com filhos se caracterizam pela multiplicidade de arranjos possíveis entre coordenadas múltiplas: diferentes e variados arranjos de pessoas; diferentes e variados

arranjos de tipos de convívio. Alcançámos, assim, perfis integrados de sociabilidade de volume crescente, conjugando actividades de convívio com protagonistas exteriores aos agregados nucleares: isolamento (cerca de 6 % da população), sociabilidade fraca (cerca de 38 %, muito centrada nas actividades de comida e ritualidades, muito familiar), sociabilidade com filhos não-residentes e tios (cerca de 8 %), sociabilidade amical (20% da população, aqui ressaltam as actividades culturais e desportivas), sociabilidade familiar (20 %, fortemente concentrada nos progenitores do casal e suas fratrias e redor, essencialmente de actividades de comida e rituais), sociabilidade ampla (cerca de 8 %, com actividades de todo o tipo com família e não-parentes). De uma forma geral, ainda que com flutuações não lineares, estes perfis correlacionam-se com coordenadas de diferenciação cultural e sócio-profissional, além de com o volume de apoios recebidos pelas famílias: quanto mais nos distanciamos do isolamento e mais nos aproximamos das sociabilidades amplas, mais elevados serão os recursos das famílias. Como vimos, são estas coordenadas de diferenciação e desigualdade social que mais afectam, ainda que com grandes variações no seu impacto explicativo, a variação do número de sociabilidades, o seu tipo e os seus protagonistas exteriores.

Globalmente, as associações encontradas entre sociabilidades e processos de diferenciação social são consentâneas com resultados obtidos por outros autores. Já Collins (1975) chamava atenção para o facto de que as sociabilidades do que apelidava de “classes médias” apresentarem um espectro relacional e de práticas maior do que qualquer uma das “classes baixas”. Igualmente Degenne, Lebeaux & Lemel (2006: 125) argumentam que as sociabilidades, particularmente fora da família, aumentam com o estatuto social. Tais diferenças não deixam de ter implicações, pois, como Bian (2008) conclui, as distinções de classe e sócio-profissionais constroem os indivíduos no sentido de não desenvolverem redes pessoais para lá das fronteiras de classe<sup>287</sup> e isto é mais vincado nas classes mais desfavorecidas. Se em todas as classes sociais podemos pressupor algum fechamento, aquelas caracterizadas por mais, e mais diversificadas, sociabilidades apresentaram níveis de fechamento menores. Como afirmam Lin & Erickson (2008<sup>b</sup>: 6), “the more diverse the people

---

<sup>287</sup> É claro que tal variará provavelmente bastante consoante o momento específico do percurso de vida. Tal relativo fechamento classista (ou homofilia de classe, no dizer de Bidart [1997]) será eventualmente menor em fases anteriores à transição para a vida adulta (mas porventura mais marcada será a homofilia etária ou geracional – repare-se na importância das sociabilidades, essencialmente dos filhos residentes, com os seus amigos, colegas e parceiros amorosos e como tal é pouco explicado pelas coordenadas de diferenciação social). Como apontam Costa, Machado & J. F. Almeida (1990), as sociabilidades dos estudantes universitários são marcadamente inter-classistas.

one knows, the more different kind of things they are interested in, well informed about, and like to talk about. Thus the more diverse one's network, the wider the range of one's own cultural repertoire, including interests and information". Há, assim, uma importância central das redes relacionais, particularmente de sociabilidade, na definição dos estilos de vida, como reiteram Flap & Völker (2008).

Em relação à solidariedade, com o objectivo de observar a mobilização de apoios que configuram transferências ou dádivas de recursos numa rede relacional duradoura (caracterizada pela gratuidade – daí o anterior perscrutar das sociabilidades), ou seja, o capital social, verificamos que este é primordialmente familiar e de parentela (cerca de 90 %). Quer isto dizer que é criado e circula naquelas relações que as pessoas consideram como sendo as relações primárias<sup>288</sup> da sua existência, e que essas relações são essencialmente, embora não o tenham de ser aprioristicamente, as de parentesco próximo (primordialmente restrito, intergeracional, vertical, descendente). Ainda que as sociabilidades se alarguem de forma significativa a relações amicais e a selectividade seja a explicação subjectiva para os laços quer amicais, quer familiares (Pahl & Spencer 2004), a quase redução da solidariedade à parentela restrita (Ghasarian 1999: 161) demonstra bem como, no respeitante à família próxima, essa selectividade tem forte origem prescritiva. Estamos aqui face a uma persistente durabilidade dos laços entre progenitores e descendência,<sup>289</sup> como Godelier (2004: 565/566) e Déchaux (2001 & 2002) apontam.

O capital social, pela sua própria natureza de capital, não se distribui homogeneamente ou ao acaso pelas diferentes localizações estruturais do espaço social das classes. Há, assim, toda uma diversidade de situações que configuram desigualdades sociais

Se as famílias portuguesas com filhos têm, no geral, apoio, logo acesso a capital social, verificámos que cerca de 10 % da população não tem apoio, 50 % tem-no fraco, 20 % médio, 15 % forte e apenas 5 % muito forte. Igualmente deparámos com quatro grandes lógicas de apoio, transversalmente, ainda que de forma diferencial, distribuídas pela população: apoio quotidiano e em alojamento (cerca de 65 % do apoio total); apoio financeiro e material não quotidiano (cerca de 25 % do apoio); apoio e ajudas para o emprego e empréstimos (menos de 5 %); apoio com heranças, imóveis ou negócios (também menos de

---

<sup>288</sup> Não qualificaremos aqui essas relações como primárias em si mesmas, nem postularemos qualquer tipo de unidades sociais primárias. Não existem entidades sociais primárias, e afirmá-las é cair num qualquer substancialismo organicista ou de hierarquias de importância funcional. Primárias são as relações sociais, umas mais centrais que outras face a processos sociais específicos.

<sup>289</sup> Mesmo em termos de contacto quotidiano (Galland 1997).

5 %). Estas distribuições do volume de capital social e das espécies específicas de recursos transmitidos variam de maneiras regulares e sociologicamente significativas, quer como resultado de processos intrinsecamente familiares, articulados com os percursos de vida e geracionais,<sup>290</sup> quer, e tal é de maior relevância na nossa argumentação, com os processos de diferenciação classista que estruturam o espaço social da desigualdade acima reconstruído.

Assim, nos empresários e dirigentes, onde os volumes médios de apoio são elevados, encontramos uma menor saliência do apoio quotidiano e em alojamento e maiores saliências dos apoios financeiro e material e em herança, imóveis e negócios.<sup>291</sup> Esta é uma categoria sócio-profissional em que se verifica uma maior capacidade de mobilização da família (nomeadamente dos progenitores do casal) e uma menor dependência de não-familiares para a solidariedade,<sup>292</sup> ao mesmo tempo que é das que mais apresentam modalidades de sociabilidade amplas (com diversidade de actividades e grande diversidade de protagonistas).<sup>293</sup> Digamos que existe aqui uma maior centralidade dos laços fortes, para a solidariedade, concomitante com uma lata extensão dos laços mais fracos, como tinham já apontado Li, Savage & Warde (2008), em relação às classes não-trabalhadoras (significando com isso a “service class” mais privilegiada).

Nas profissões intelectuais e científicas, também com elevados níveis de apoio e de sociabilidades amplas, as solidariedades em ajudas quotidianas e alojamento, sendo sempre o grosso do apoio, não apresentam igualmente saliência. São os apoios financeiros e materiais que mais se destacam nesta condição de classe, agora já sem relevância marcada das modalidades mais patrimoniais de transmissão em heranças, imóveis e negócios. Tal como os empresários e dirigentes, nesta categoria sócio-profissional, caracterizada pelas qualificações elevadas, mobilizam-se mais os progenitores e há menos dependência de não-familiares.

Se as profissões técnicas e de enquadramento intermédio, tal como as duas condições de classe anteriores, não apresentam tanta saliência do apoio quotidiano e em alojamento e, inversamente, alguma saliência do apoio financeiro e material, apresentam por outro lado uma maior importância dos apoios para a obtenção de emprego e em empréstimos.

---

<sup>290</sup> Como tinham já salientado Degenne, Lebeaux & Lemel (2006: 110).

<sup>291</sup> Sobre a importância da herança nas relações intergeracionais ver Gotman & Laferrère (1991) e De Regt (1997).

<sup>292</sup> Devemos ter em mente que “Close ties are important for some outcomes, especially the more demanding forms of social support, which usually come primarily from close connections who are motivated or informed enough to help. In that respect, close ties are an important form of social capital” (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 12).

<sup>293</sup> Como dizem Hofferth, Boisjoly & Duncan (1999: 103) “Families that are better off tend to be heavier investors in family and friends.”

Os apoios para a colocação profissional e em empréstimos salientam-se igualmente nos empregados executantes e nos empregados executantes e industriais, bem como nos independentes e pequenos patrões, estando marcadamente mais ausentes dos operários industriais e assalariados agrícolas e industriais. Os independentes e pequenos patrões, por sua vez, tal como os camponeses, demarcam-se pela saliência dos apoios em herança, imóveis e negócio, tal como encontramos nos empresários e dirigentes, ainda que de forma muito menos marcada.

Estas associações confirmam que as lógicas do capital social estão, apesar de toda a variação e não-linearidade, umbilicalmente articuladas com os processos de estruturação da posição de classe das famílias. Se os maiores níveis de apoio, bem como os tipos específicos de apoio, contribuem decisivamente para a definição da condição de classe dos empresários e dirigentes, das profissões intelectuais e científicas, profissões técnicas e de enquadramento intermédio, tal como, em menor intensidade, dos camponeses e independentes e pequenos patrões, não devemos ignorar os efeitos nas restantes classes sociais não só de escassez de apoio, mas também dos apoios, ainda que menos impactantes, que mesmo assim recebem.

Como tínhamos constatado anteriormente (Vasconcelos 2002<sup>a</sup>, 2002<sup>b</sup> e 2005), podemos qualificar as lógicas do capital social enquanto estratégias de reprodução familiar. Neste sentido, podemos falar, nos empresários e dirigentes, do capital social como inscrevendo-se numa orientação estratégica de forte transmissão patrimonial;<sup>294</sup> nas profissões intelectuais e científicas, de uma estratégia de forte apoio financeiro;<sup>295</sup> nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio de uma estratégia de empréstimo e colocação profissional; nos independentes e pequenos patrões, numa estratégia de empréstimo e pequeno negócio; nos camponeses, de transmissão da casa e terra. Se as orientações estratégicas presentes nas práticas de apoio das três primeiras categorias sócio-profissionais se dão em contextos de solidariedades múltiplas com elevado volume, já nos independentes e, mais ainda, nos camponeses, o capital social concentra-se nas orientações estratégicas desvendadas, com alguma rarefacção nos restantes apoios. Nas outras classes sociais, os volumes de capital social são acentuadamente menores. Nos casais de empregados executantes e de empregados executantes e industriais, o capital social providencia essencialmente apoio quotidiano, apesar

---

<sup>294</sup> Transmissão, aliás, também narrada como forma de sedimentação e legitimação da identidade pessoal e familiar (Guillaume 2002).

<sup>295</sup> As modalidades de apoio patrimonial ou financeiro, são, pelo seu carácter económico expresso, as que mais impacto têm na vida das famílias e indivíduos (Paugam & Zoyem 1997).



da relevância da mobilização relacional para a colocação profissional.<sup>296</sup> Nos operários industriais tal função do capital social desvanece-se, quedando-se pelo fraco apoio quotidiana.<sup>297</sup> Nos assalariados agrícolas e industriais é também a sustentação da quotidianidade o efeito preponderante do capital social, agora de forma ainda mais vincadamente ténue.

Toda estas diferenciações do capital social salientam a importância das pertenças de classe na estruturação da dádiva – dá-se o que se tem, ora, como o que se tem está, de forma muito marcada, desigualmente distribuído pela população, também o que se dá o está. O carácter de classe das famílias (Bertaux 1978; Wright 1985: 225) confirma-se na estruturação das solidariedades que dão corpo à transmissão diferencial dos recursos. De facto, o volume e a estrutura interna dos apoios recebidos pelas famílias estão associados à sua posição social relativa de maneira tão marcada, que aparentam ser, pura e simplesmente, formas de capital que, nas famílias, se vai passando ao longo do tempo. Ou seja, o que se constata é que as famílias de classe são processos intergeracionais, diacrónicos e abertos e que o capital social funciona como mecanismo de transmissão da apropriação diferencial do capital, segundo as modalidades de posse (em volume e espécie) de cada classe social.

Globalmente o panorama é mais complexo do que aquele, dicotómico entre o apoio estratégico para a mobilidade nas classes “altas” e para a sobrevivência nas classes “baixas”, descrito por Pitrou (1978). É claro que “the more unequal a stratification system is, the greater the resulting differences in social capital” (Lin & Erickson 2008<sup>b</sup>: 8). Mas podemos, mesmo assim, generalizar, não apagando as especificidades acima analisadas, afirmando que nas classes mais capitalizadas as estratégias de apoio são tais que conduzem, pelo menos, à manutenção do privilégio,<sup>298</sup> ou, pelo menos, no caso dos camponeses e dos independentes e pequenos patrões, à manutenção de um nicho de relativa acumulação, enquanto nas classes menos abonadas, reduzidas praticamente a apoios para a integração sócio-profissional, o alojamento e a manutenção do quotidiano, as estratégias verificadas são preponderantemente de manutenção de um quotidiano de poucos recursos. Isto aponta para que a transferência paulatina de recursos nas classes mais capitalizadas – logo, a reprodução social – não seja

---

<sup>296</sup> Que é, apesar de tudo, uma modalidade de apoio informal consideravelmente importante, até porque os mecanismos informais de obtenção dessas posições profissionais parecem colocar os ‘candidatos’ numa melhor posição de partida do que aqueles que se candidatam através de processos formais (Lin & Ao 2008).

<sup>297</sup> Como constataram igualmente Perry-Jenkins & Salamon (2002).

<sup>298</sup> Como afirmam Lin & Erickson (2008<sup>b</sup>: 7) “social capital winners tend to be people who are in advantaged social locations that systematically provide better chances to enrich networks, so social capital often reproduces and reinforces stratification hierarchies.”

algo preponderantemente passivo, mas conscientemente adoptada como escolha estratégica, ainda que possa não haver cálculo explícito e a lógica permanecer preponderantemente a da dádiva (J. C. Cabral 1991; Guerreiro 1996; Lima 1999<sup>a</sup>, 1999<sup>b</sup> & 2003).

Quando falamos no capital social como preponderantemente um processo familiar intergeracional de reprodução do que se é e se tem, não devemos fazer economia conceptual da estruturação de género. De facto, a diferenciação de género na moldagem da solidariedade é central, ao ponto de falarmos de uma ordem de género instituída (para utilizar o conceito de Connell 1996). Constatamos que a reprodução das desigualdades estruturais do espaço social, passando em grande medida pelos processos familiares de apropriação desigual dos recursos centrais de uma divisão social do trabalho instituída, assenta relevantemente num trabalho em grande parte feminino de construção e manutenção dos laços familiares mais quotidianos, enquanto aos homens cabe uma maior intervenção na apropriação e transmissão do capital explicitamente económico.<sup>299</sup> Podemos, assim, ver de que modos formas de desigualdade de género se articulam com formas de desigualdade de classe.

Dada a importância da diferenciação classista nos processos do capital social, procurámos reconstruir os processos estruturais de reconfiguração do espaço social das classes em Portugal. Estes processos globais são bem conhecidos para a sociedade portuguesa (por exemplo: J. F. Almeida, Costa & Machado 1994; Estanque & Mendes 1997; Machado & Costa 1998; Costa *et al.* 2000). Estamos a falar da passagem de uma sociedade que, antes de 1960, era ainda uma sociedade preponderantemente agrária e campestre, com uma população de fraquíssimas qualificações escolares, para uma sociedade que, tendo tido igualmente desenvolvimento do sector de produção industrial, se tornou, globalmente, numa sociedade de serviços, com uma população mais qualificada (ainda que aquém das percentagens de alta qualificação de muitas das suas congéneres europeias). Estamos, portanto, a falar do declínio das classes sociais ligadas ao mundo rural, como o campesinato e os assalariados agrícolas, e do aumento das classes ligadas aos serviços, quer de emprego não qualificado, quer de qualificado ou mesmo muito qualificado, além de pesos importantes da população operária e de independentes e pequenos patrões (estes com forte proximidade, de origem pelo menos, das classes trabalhadoras). Estamos igualmente a falar do aumento demográfico das classes dominantes (que permanecem, é óbvio, minoritárias, ou não fossem dominantes sobre uma maioria de dominados), quer a pequena burguesia das profissões intelectuais e científicas, por

---

<sup>299</sup> Vários estudos têm, aliás, demonstrado como as mulheres têm mais parentes nas suas redes sociais do que os homens (Mardsen 1988; Moore 1990), que se caracterizam, por seu turno, por redes de tipo *bridging*, com mais laços fracos (K. E. Campbell & Rosenfeld 1985).

via escolar, quer a burguesia dos empresários e dirigentes, por via do aumento da actividade empresarial, além de também pela via escolar. Mas os nossos objectivos não eram preponderantemente os de traçar apenas o quadro geral e estrutural da desigualdade classista, apesar da importância dessa desigualdade nos processos de diferenciação social do capital social (entre outros, claro). Eram, acima de tudo, os de fazer ressaltar a diversidade de trajectórias sociais intergeracionais, consubstanciando uma miríade de processos complexos de mobilidade social e concomitantes lógicas de inserção sócio-profissional e acumulação de recursos.

Se a diversidade das trajectórias sociais é um elemento central dos processos de reconfiguração estrutural da sociedade portuguesa, sentimos então a necessidade de analisar as causalidades dessas trajectórias, numa análise que procurou conjugar níveis macro-sociais com micro-sociais de explicação (desenvolvendo, para estes últimos, a hipótese do rácio de vantagens e desvantagens cumulativas de percurso de vida, com efeitos nos processos de acumulação de recursos), e o papel dinâmico jogado, ou não, pelos efeitos de capital social na diferenciação desses percursos de classe intergeracionais na família.

Foi assim que, numa análise qualitativa das trajectórias sociais de linhagens tri-geracionais familiares socialmente diversificadas, procurámos tipificar diferentes processos de acumulação de capitais, correspondentes a diferentes padrões de mobilidade social, verificando as funcionalidades de diferentes modalidades de capital social. Conseguimos, então, identificar cinco diferentes padrões de acumulação, resultado de trajectórias sociais intergeracionais explicadas pelos percursos de vida em diferentes condições de oportunidades estruturais, associados a diferentes volumes, frequências, conteúdos e efeitos do capital social. Este demonstrou ser o mecanismo relacional central de transmissão dos recursos e oportunidades que definem as posições de classe (individuais e familiares) de forma dinâmica ou diacrónica. É através do capital social, e dos recursos que pode propiciar, que as posições e condições de classe se transmitem relativamente entre gerações, bem como, em situações de esforço relacional (familiar) de activação do apoio, é um dos elementos sustentadores de processos de mobilidade ascendente. Quando o capital social não existe ou é incipiente, funciona apenas como sustentação da quotidianidade ou de possibilidades que podem ou não vir a ser realizadas. Quando os recursos das famílias são fracos, o capital social pode ser o mecanismo que impede a queda social, embora também possa prender os sujeitos em situações de fracas oportunidades. Em circunstâncias de dinâmica consciente para a ascensão social, o capital social é mobilizado para permitir o desenvolvimento de bases com vista à apropriação futura. Em situações de classe mais

privilegiadas à partida, o capital social é o mecanismo central de transmissão de elevados recursos e oportunidades, quer se dê reconversão desses recursos (e correlativa reconversão dos tipos de capital social), quer se dê uma reprodução mais linear. Assim, a diferenciação das trajetórias sociais intergeracionais articula-se com uma concomitante diversidade nos volumes, espécies e dinâmicas temporais (intergeracionais) do capital social

### **Problemas**<sup>300</sup>

No desvendamento dos processos do capital social vários problemas teóricos se colocam. Verificando que se desenvolve essencialmente através de formas de solidariedade familiar, tal levanta questões importantes sobre o lugar institucional e relacional do parentesco nas sociedades contemporâneas. Igualmente, a sua conceptualização enquanto espécie específica de capital levanta questões sobre a adequação do conceito de capital para descrever estes efeitos, bem como para lidar com toda a espécie de recursos que não os estritamente económicos.

Em relação à primeira grande indagação, resultante da preponderância da solidariedade familiar nos efeitos de capital social, evidencia-se, mais uma vez, que a família e o parentesco constituem um espaço (Bonvalet & Lelièvre 1995) ou campo de relações (J. P. Cabral & Lourenço 1993: 41-44), interiormente estruturado e diferenciado, que se constitui e reproduz, intergeracionalmente, através de solidariedades diversificadas que consubstanciam formas de transmissão das vantagens sociais. Se a família, definida num sentido que aglomera, não indiferenciadamente, agregados nucleares e parentela não coabitante, aparece como lugar privilegiado do capital social pelo exercício da dádiva, o carácter da dádiva não deve ser entendido de forma ingénua, como se não tivesse contrapartidas, embora não obedeça ao princípio do pagamento mercantil, ou como se fosse o resultado de uma pura gratuitidade entre pares (até porque implica o reconhecimento), já que se constitui através de e constrói situações de assimetria, nomeadamente de género e entre gerações. Além do que, como vimos abundantemente, os próprios espaços de formação da dádiva, bem como da sua negociação (S. Portugal 1995), são estruturados pelas condições objectivas de existência, consubstanciando-se assim a família como configuração relacional central nos processos alargados de reprodução social, bem como de mutação social (mas uma mutação dentro dos limites das possibilidades estruturais e institucionais da desigualdade).

---

<sup>300</sup> A primeira parte desta secção da Conclusão retoma algumas das considerações finais de Vasconcelos (2002<sup>a</sup>).

Espaço de relações familiares que, incluindo em muitas circunstâncias uma rede de parentes não coabitantes, nem sempre o faz e, quando o faz, fá-lo de maneira restrita.<sup>301</sup> Não pensemos, portanto, numa qualquer espécie de retorno ou permanência de uma suposta ‘idade d’ouro’ do parentesco, ao verificarmos que as teses de isolamento da família conjugal, apesar de tudo, não se verificam completamente. É certo que os valores do conjugalismo e do neolocalismo, também eles práticas centrais da vida familiar contemporânea, não diminuem uma forte incorporação normativa, na generalidade da população portuguesa (pelo menos enquanto discurso oficial e público), da obrigação de apoio familiar incondicional, quer de progenitores a filhos e filhas, no que se refere a apoio financeiro para a sua vida futura, quer destes para com seus progenitores, no respeitante aos cuidados com os idosos (Vasconcelos 1998<sup>b</sup>).

Note-se, no entanto, que o papel da obrigação e do dever de apoio, no parentesco, é negociado consoante os contextos e histórias sociais, como já notava Finch (1989), que apontava igualmente para a menor coercividade prática desses supostos imperativos normativos, pois que a prática passa sempre por processos de negociação em contextos relacionais e de condições de existência concretas. Há, portanto, que ter cuidado com o valor *prima facies* de discursos e opiniões que tendem a seguir o ditame da ‘boa resposta oficial’, aquela que os agentes sociais crêem ser a resposta que devem dar, segundo um princípio de conformidade às discursividades ideológicas dominantes – se isto assim é, de uma forma geral, no trabalho sociológico, mais ainda o é no respeitante à intimidade, família e parentesco, como já havia notado Sobral (1999: 254), dada, nomeadamente, a fortíssima carga de conotações morais e ideológicas que rodeia grande parte dos discursos sobre a família.

Há, de facto, uma importante mudança histórica do papel do parentesco, assente numa maior selectividade das relações familiares (produzida pelos processos de individualização na modernidade), e se se verifica alguma persistência de fortes constrangimentos prescritivos de obrigatoriedade, estes estão em tensão com a liberdade e autonomia individual (embora apoio e individualidade não sejam opostos). Não é, deste modo, possível pensar, para o presente das relações de solidariedade familiar, um retorno a um qualquer esquema institucionalista e grupal (de tipo estatutário rígido e normativo), como Mauss desejava.<sup>302</sup> Este, com a sua

---

<sup>301</sup> Como Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen (1994) e Bonvalet *et al.* (1993) já tinham verificado. Este dado, o da restrição da parentela, foi igualmente verificado por Widmer, Kellerhals & Levy (2003), quando apontam para o facto de que as redes de parentesco são diminutas (3 a 5 pessoas no máximo, na maioria dos casos).

<sup>302</sup> “O sistema que propomos que se chame de sistema de prestações totais, de clã para clã (...) constitui o mais antigo sistema de economia e de direito possível de comprovar e conceber. (...) Ora, ele é, guardadas as devidas

conceptualização da dádiva, viu-se incapaz de pensar qualquer alternativa a uma escolha dicotómica entre individualismo anómico e agressivo e apagamento do indivíduo numa colectividade de estilo corporativo ou comunitário, atacando em consequência o individualismo, que aparentava à noção de interesse opondo-o à de “don” (Mauss 2001 [1926]: 188 e ss.), não conseguindo sair da dicotomia entre o individual (que via perniciosamente)<sup>303</sup> e o bem colectivo (supostamente obrigação colectiva, impositiva e desinteressada). Visões deste tipo nostálgico, mesmo que menos vincadas, encontram-se hoje em dia. Veja-se que, mesmo afirmando a persistência de solidariedades e entreatada entre pais e filhos, Fernandes (1997: 3/4) não deixa de afirmar que a “solidariedade natural entre gerações, espécie de seguro de vida apostado na geração seguinte, parece estar comprometida por transformações sociais desencadeadas ao longo do nosso século. A desfamiliarização das relações familiares, isto é, o desmoronamento das bases sociais em que assentava o familialismo tradicional, interfere na forma como se relacionam pais e filhos e se transmite o património”.

Estes discursos, ao se encerrarem num beco-sem-saída conceptual de marcada orientação ideológica, assemelham-se bastante a discursos sobre a decadência da civilização, dos costumes e da tradição, do respeito pelos antepassados, da família, etc. A solidariedade nunca é natural e as suas formas alteram-se ao longo da história e consoante contextos institucionais mais alargados, passando, no que respeita à modernidade, pela articulação com os fortes processos de individualização (que não necessariamente de egoísmo)<sup>304</sup> e com o

---

proporções, exactamente do mesmo tipo daquele para o qual gostaríamos de ver a nossa sociedade dirigir-se” (Mauss 2001 [1926]: 181).

<sup>303</sup> “A perseguição brutal dos objectivos do indivíduo é prejudicial para os objectivos e para a paz do conjunto, para o ritmo do seu trabalho e das suas alegrias e – pelo efeito de retorno – para o próprio indivíduo” (Mauss, 2001 [1926]: 189).

<sup>304</sup> É tempo de acabar severamente com a confusão, mesmo em sede sociológica, entre individualização ou individualismo e egoísmo (autocentramento na procura da satisfação de interesses próprios em detrimento dos de outrem). Os processos acentuados de individualização nas sociedades modernas desenvolvidas podem tanto provocar formas de egoísmo como o seu contrário. Podem até aprofundar formar de solidariedade não-localistas, pelo facto de se reconhecer nos outros, não estranhos mas outras pessoas. Inversamente, as lógicas exclusivistas das pertenças comunitárias localistas, podendo estar na base de fortes solidariedades locais (mas que não deixam de obedecer às hierarquias de autoridade, logo, às desigualdades, que aí se verificam, nem dando muito espaço à autonomia individual), implicam necessariamente lógicas de exclusão ou mesmo antagonismo e ataque, para proveito próprio colectivo ‘egoísta’ (se assim se pode dizer de uma atitude comunitária), dos que, não fazendo parte do grupo de pertença, são outros de alteridade marcada, ou seja, estranhos. Discursos que, sobre a família, fazem esta confusão conceptual – em regra discursos ideológicos sobre a crise da família –, acabam por

desenvolvimento do estado providência. A desfamiliarização (“défamilialisation”) de que fala Lenoir (1985) é antes o desaparecimento de formas tradicionais, estatutárias e institucionalistas de família<sup>305</sup> – a família, se lhe quisermos chamar isso, enquanto configuração de conteúdos relacionais cambiáveis, permanece, mesmo que um qualquer efeito de etnocentrismo possa dificultar a sua identificação.

A solidariedade familiarista não pode igualmente ser pensada, ingenuamente, como produzindo uma espécie de bem comum equitativamente repartível pelos membros do grupo. De facto, alguns autores argumentam (por exemplo, Caldwell referido por Bandeira 1996: 59-61) que nas sociedades tradicionais, de pendor familiarista, os fluxos de riqueza iriam preponderantemente das gerações mais novas para as mais velhas (apropriação, pelos mais velhos, do valor produzido pelos mais novos).<sup>306</sup> É também sabido como, em contextos familiaristas camponeses (por exemplo: Bourdieu 1962, no que se refere às populações camponesas do Béarn; Wall 1998: 140 e ss., sobre os camponeses do Baixo Minho), os destinos individuais estavam amiúde subordinados à lógica de reprodução e sobrevivência do colectivo, lógica essa que beneficiava preponderantemente os detentores da autoridade sobre o património e as gentes desse colectivo – em regra os homens das gerações mais velhas. Indo mais longe, podemos perguntar-nos, como faz Attias-Donfut (1995<sup>c</sup>: 21/22) “si le débat sur l’équité entre générations n’a pas aussi pour fonction de masquer le problème social crucial aujourd’hui, celui des inégalités sociales...”

Se desapareceu o familiarismo (ou se se tornou minoritário), não desapareceu o apoio familiar, dentro da redefinição ocorrida nas relações de parentesco. O que desapareceu foi uma específica organização tradicional do parentesco e da família, dada, nomeadamente, a crescente prevalência da identidade do eu sobre a identidade do nós no equilíbrio nós-eu, segundo a terminologia de Elias (1993: 177-258). Se as redes sociais existem, nomeadamente as familiares e de parentesco, na sua multiplicidade de formas (da qual investigámos as

---

incorporar normativamente, quando não fazem mesmo a apologia, modelos tradicionalistas de família (que acham fantasmaticamente terem sido maioritários no passado).

<sup>305</sup> Que implicavam, no caso europeu, dominação das gerações mais velhas sobre as mais novas (incluindo sobre escolhas de futuro pessoal), dominação dos homens sobre as mulheres, indissolubilidade das relações, prescritas normativamente nos seus conteúdos relacionais.

<sup>306</sup> Esta mudança, ou seja, o facto de os filhos, em vez de produzirem riqueza para os pais no interior da família, passarem a ser eles próprios objecto de investimento por parte dos pais, teria começado a operar-se a partir do século XVII, concomitante com o crescente individualismo burguês e os processos de valorização da infância de que fala Ariès (2000 [1973]).

sociabilidades e solidariedades), e se constroem espaços de interacção,<sup>307</sup> é necessário ultrapassar a antiga dicotomia estereotipada entre “comunidade” e “sociedade”, para utilizar os conceitos de Tönnies (1977 [1912]).

É neste sentido que a proposta de entendimento conceptual do parentesco apresentada por Déchaux (2001) se revela particularmente capaz. Se o centramento conjugalista da análise sociológica sobre a família se deveu à força de dicotomias clássicas (tradição *versus* modernidade, família extensa *versus* família nuclear), as investigações têm mostrado que as relações de parentesco estão longe de terem desaparecido. Veja-se, aliás, que não podemos falar de parentesco excluindo a unidade nuclear. Não devemos pensar o parentesco como uma categorial residual que resta após estudar o suposto cerne da vida familiar, mesmo se a linguagem corrente separa bem, segundo um princípio neolocalista generalizado, a unidade de coabitação ou nuclear/conjugal do resto do parentesco. Mas o que observamos é o entrosamento entre unidades de parentesco – a nuclear e as outras. Assim, podemos afirmar com Déchaux, que a estrutura do parentesco, logo o espaço da família, é feita entre a unidade nuclear e as outras componentes do parentesco (aí incluindo outras unidades nucleares). É necessário, no entanto, avançar um pouco mais.

De facto, as tentativas de entendimento e explicação das relações de parentesco na modernidade estão em grande medida enformadas pela teorização parsoniana e pelas grandes categorias, quase arquetípicas, de pensamento e análise que engendrou. Ora, a teoria da nuclearização de Parsons apresenta dois níveis: uma coisa é o primado estrutural da unidade nuclear (baseado na neolocalidade conjugalista), outra coisa é o isolamento da família nuclear do resto do parentesco. Parsons aparentemente confundiu estes dois níveis (Déchaux 2001: 2) e pressupôs que um implicava o outro, pois não conseguiu pensar o parentesco sem ser fora do quadro de um grupo com regras de afiliação exclusivas, explícitas e imperativas, definindo direitos e deveres que preexistem e sobrevivem aos indivíduos. A opção que é pensar o parentesco como uma rede informal de próximos, onde a natureza e densidade dos laços não é tal que possamos falar de um corpo colectivo de estilo corporativo e no qual, por outro lado, a referência a um antepassado comum (fortíssima nas lógicas de linhagem, clã, etc.), sem estar ausente, não é central, era algo que Parsons não concebia.

Esta é a ideia de um parentesco fluido, centrado sobre um ego e não sobre a origem genealógica comum. Esta é a ideia de parentela (Freeman 1961; W. E. Mitchell 1963):

---

<sup>307</sup> Veja-se, por exemplo, Costa (1999: 306) a respeito da articulação entre redes sociais e malha urbana no bairro popular de Alfama, em Lisboa, como construtora de “processos de vizinhança, cujas repercussões são decisivas, localmente, nas práticas sociais, culturais e identitárias”.



“Constituée de tous les parents que se reconnaît Ego, avec Qui il est en rapport, fait des choses ou se réunit, la parentèle est une espèce de réseau personnel de parenté dont la configuration change selon les individus et les circonstances. Puisqu’elle dépend largement des choix et des affinités individuelles, sa structure, modulable, n’est pas fondée sur des règles de filiation précises et impératives définissant et justifiant les places de chacun dans l’organigramme familial” (Déchaux 2001: 3).

Assim, o seu nível de existência colectiva é extremamente variável e depende de factores em grande medida exógenos ao parentesco estrito: a proximidade geográfica, as afinidades inter-individuais, a própria história demográfica familiar, etc. Isto dito, não se deve pensar as redes de parentela como o resultado de um agente individual transcendental – verificam-se, de facto, regularidades estruturais de tipo estatístico, mas que não se opõem à enorme variabilidade de configurações relacionais possíveis e que podem mesmo não ir no sentido das maiorias dominantes. É, aliás, esta perspectiva configuracional que leva Widmer (2010) a desenvolver o conceito de configurações familiares, para dar conta exactamente dos múltiplos arranjos selectivos, em rede entre agregados domésticos, que estruturam o parentesco contemporâneo.

Interessante é verificar como a existência de relações de parentela, ao contrário do que pensava Parsons, pode inclusive ser explicada como resultando do primado estrutural da unidade nuclear conjugalista, ou seja, das famílias de procriação, para utilizar uma linguagem parsoniana. De facto, os receptores de apoio fizeram parte das unidades nucleares de procriação dos principais dadores de ajuda (seus progenitores), mas não fazem parte das unidades nucleares de procriação de seus irmãos ou irmãs, nem da de parentes mais afastados,<sup>308</sup> para já não falar dos amigos e vizinhos.

Ora, em Portugal, a realidade familiar e de parentesco não escapa a estas tendências estruturais do seu espaço civilizacional. Assim, a ideia de que a sociedade portuguesa, tal como de uma forma geral as sociedades sul europeias, se caracterizariam por elevados níveis de familialismo e de apoio em redes alargadas de solidariedade (parentesco, vicinalidade e amicalidade), e que, face a estados providência rudimentares e elevados níveis de exclusão social e pobreza, seriam essas redes de solidariedade supostamente primária a colmatar as falhas do aparelho público (Ferrera 1996), não parece ter muita sustentação. Estas ideias,

---

<sup>308</sup> Daí que Déchaux (2001: 6) fale mesmo de diferentes círculos de parentela: o restrito, constituído por progenitores e filhos ou filhas; o intermediário, constituído pelas unidades de procriação da fratria, bem como pela ascendência ou descendência (os avós e os netos) da qual se está afastado por uma geração intercalar; o periférico, com todos os outros parentes mais afastados (tios e tias, primos e primas, etc.).

aliás, muito devem a estereótipos mediterrânicos, com pouco substrato, sobre o familialismo, a forte diferenciação de género, as lógicas de honra e de vergonha<sup>309</sup> que aí (na suposta área cultural mediterrânica) imperariam.

Em Portugal tais considerações, mesmo indirectamente, deram origem, durante a década de 1990, à hipótese da “sociedade-providência”,<sup>310</sup> que defende existirem generalizadamente redes informais de apoio e mútuo conhecimento pessoal (baseadas no parentesco e vicinalidade), através das quais pequenos grupos sociais trocariam bens e serviços numa base não comercial e segundo lógicas de dádiva (B. S. Santos 1993; ver também: Henriques 1993; M. Hespanha 1993; P. Hespanha 1995; S. Portugal 1995). O maior expoente dessa hipótese, Boaventura de Sousa Santos (1993: 46) defende que “em Portugal, o défice da providência estatal não se manifesta em formas de ruptura social ou política tão graves quanto seria de esperar, tendo em conta as proporções que atinge (...) isto deve-se ao facto de parte desse défice providencial do Estado ser compensado, pelo menos em parte, pela providência socialmente produzida. Por outras palavras, em Portugal um Estado-providência fraco coexiste com uma sociedade-providência forte.” Este autor reconhece que as redes de apoio podem variar na sua forma e extensão (a sua topologia), alcance, duração e estabilidade, apontando, no entanto, que estas formas de solidariedade, baseadas nos mecanismos tradicionais de entreatuda das sociedades rurais de pequena agricultura campesina,<sup>311</sup> se estendem à generalidade da sociedade urbana portuguesa contemporânea, consubstanciando formas de capital social generalizado concomitantemente pré e pós-modernas, resultado dos efeitos de coexistência e reconfiguração social que a modernização acelerada da sociedade portuguesa provocou.<sup>312</sup>

---

<sup>309</sup> Ver, a esse respeito, J. P. Cabral (1991: 69-89).

<sup>310</sup> Que, estranhamente, não deixa de apresentar similitudes com o conceito de Putnam de capital social.

<sup>311</sup> Um pouco como defende Kohli (1994 & 1996).

<sup>312</sup> A afirmação sobre o carácter concomitantemente pré e pós-moderno da sociedade-providência é algo ambígua, pois, indo buscar a sua génese a supostos mecanismos de solidariedade campesina (que são tudo menos lineares), refuta o seu “ruralismo, tradicionalismo, angelismo, anacronismo, residualismo” (B. S. Santos 1995: iii), afirmando que as relações a que dá forma “não são resíduos de formas de sociabilidade pré-moderna. São antes constitutivos de uma forma específica de sociabilidade moderna” (B. S. Santos 1995: ii/iii). A justificação que apresenta, no entanto, não é suficientemente aprofundada e convincente, pouco mais parecendo do que um desejo de que as novas formas sejam emancipatórias e igualitárias. Parece haver aqui uma nostalgia de um ideal comunitarista que, face à modernização da sociedade portuguesa (acelerada e híbrida), pretende estar em crise (B. S. Santos 1995: iv), sem que se verifique um reforço da acção do estado na providência social – cair-se-ia, então, na anomia e na desigualdade desenfreada que a lógica dos interesses individuais mercantis supostamente provocaria. É aliás notório que a discussão sobre as

O conceito de sociedade-providência, que faz par conceptual com o de estado providência (B. S. Santos 1995: ii) e que integra uma conceptualização (B. S. Santos 1994) mais vasta sobre os modos de providência societal e regulação social moderna (com três subtipos de regulação: o estado, o mercado e a comunidade), apresenta-se mais como projecto de comunitarismo, mesmo que emancipatório<sup>313</sup> (um pouco na linha dos exaltaram as potencialidades alternativas de desenvolvimento das estratégias de economia subterrânea ou oculta),<sup>314</sup> do que análise sociológica da realidade propriamente dita. Ora, como afirma Portes (2000<sup>a</sup>: 152), a propósito de Putnam como vimos, “sair em defesa do comunitarismo é legítimo enquanto posição política; mas não constitui boa ciência social”.

É, assim, necessário relativizar ou mesmo refutar ideias familialistas sobre Portugal e a sua suposta sociedade providência, pois se, por um lado, vimos já que não se pode falar de redes sociais extensas e intensas de dádiva e apoio, vimos, por outro lado, que os processos de solidariedade são tais que tendem globalmente à reprodução da desigualdade social. Igualmente toda uma série de investigações vieram refutar a hipótese da sociedade-providência, particularmente no que se refere às relações sociais em contexto rural (O’Neill 1984; J. A. Nunes 1995; Silva 1998; Wall 1998; Sobral 1999), mas também globalmente (Vasconcelos 2002<sup>a</sup>; Pimentel 2007; São José 2009). A questão da desigualdade social, o problema da ruptura e separação familiar devido a processos migratórios, a pobreza e isolamento das famílias de trabalhadores agrícolas, as assimetrias nas lógicas de

---

solidariedades não públicas só alcança relevo quando os discursos sobre a crise do estado providência, desde os que o defendem até aos que o atacam, se generalizam (Martin 1995<sup>a</sup>: 61/62).

<sup>313</sup> Embora B. S. Santos (1993: 49) tenha consciência dos “perigos” da sociedade providência e aponte que a combinação desta com o estado providência pode provocar quer combinações “regressivas” ou “progressivas”, ou seja, quer aquelas que mercantilizam a solidariedade, potenciando o seu carácter conservador, paternalista e autoritário, quer aquelas “que expandem a solidariedade a comunidades mais vastas e democratizam os seus pressupostos”. Como se pode observar, pelo julgamento ideológico de valor e carácter projectivo aqui presentes, a proposta de Boaventura de Sousa Santos consubstancia mais um projecto político, no sentido mais forte da palavra, do que uma tentativa de dar conta realisticamente dos processos sociais reais, evitando, através de um cerrado controlo epistemológico, a tomada de partido. O seu projecto é claramente um de reforço da solidariedade comunitária (mas moderna e emancipadora e que escape às limitações da tradicional), face, nomeadamente, ao que considera ser a substituição das funções do estado pelo mercado, com os inerentes e reais processos de aumento da desigualdade (B. S. Santos 1995: v).

<sup>314</sup> Essas estratégias económicas subterrâneas tendem a multiplicar-se e diversificar-se particularmente em momentos de crise, desse modo contribuindo para atenuar as carências ao nível do emprego e dos recursos económicos das famílias (Lobo 1985), sendo, no entanto, uma faca de dois gumes, pois caracterizam-se concomitantemente pela sua instabilidade e, no geral, fraca capacidade remuneratória, ou, pelo menos, desigual repartição dos rendimentos., daí que M. V. Cabral (1983: 201) lhes chame “economias selvagens”.

reciprocidade, rupturas do pressuposto normativo da solidariedade e conflitos familiares, entre outros,<sup>315</sup> são realidades que demonstram a não linearidade dos mecanismos sociais de apoio e evidenciam uma forte necessidade de elucidar as características reais e limitações do apoio informal (Wall *et al.*, 2001), sem cair em visões por demais idílicas da solidariedade.

Se é certo que a noção de sociedade-providência não se esgota no apoio informal (não estatal) e inclui também a actividade das organizações não lucrativas de apoio social, é também certo que estas são, em grande medida, organização da igreja católica, apostólica romana, com forte carácter para-governamental.<sup>316</sup> O próprio Estado português apresenta características que não favorecem o desenvolvimento de formas de solidariedade social por parte da sociedade civil e, por outro lado, iniciativas de privatização do aparelho público de providência correm o risco de o subordinar a interesses privados, de natureza clientelar e ancorados nas desigualdades estruturais da sociedade portuguesa (P. Hespanha 1999: 38/39).<sup>317</sup> De facto, uma série vasta de investigações têm demonstrado existir uma correlação positiva entre o esforço de estado social dos países e o capital social dos seus habitantes (todas as definições confundidas, mas mais as putnamianas; ver Billiet & Cambré 1999, D. L. Costa & Kahn 2001, Curtis, Baer & Grabb 2001, Delhey & Newton 2003, Larsen 2007). Como afirma Gil (1999), tudo fazer, na falta de políticas sociais, depender de uma suposta sociedade-providência, é esquecer a realidade social e as suas transformações, assim acabando por fazer da solidariedade algo dependente das diferenciações sociais. Ainda que possa ser argumentado que, mesmo assim, atenuem o impacto de débeis condições sócio-económicas (tal como a economia e o trabalho ocultos), não compensa desigualdades sociais,<sup>318</sup> também elas

---

<sup>315</sup> Da mesma maneira, para contextos mais urbanos, os elevados níveis de crianças negligenciadas e maltratadas (Castro 1995; A. N. Almeida, André & H. N. Almeida 1999), de procura não satisfeita de soluções formais de guarda das crianças (Torres *et al.* 1999; Torres & Silva, 1998) e, particularmente, de desigualdade, pobreza e exclusão social (J. F. Almeida *et al.* 1992; Capucha 1998) vieram demonstrar que existem vastas necessidades não satisfeitas nem pelo estado providência, nem pelas redes de apoio informal.

<sup>316</sup> Ver, por exemplo, P. Hespanha (2000). B. S. Santos (1993: 46) apelida esse vasto sector para-estatal de “sociedade civil secundária”, não deixando de realçar o seu carácter semi-público.

<sup>317</sup> O regresso político da solidariedade privada, em detrimento da solidariedade pública, está aliás associado ao aumento da desigualdade e do isolamento social (Martin 1995<sup>a</sup>). É, aliás, interessante verificar como parece ter-se generalizado a ideia de que o aumento de políticas públicas de apoio fariam diminuir as práticas informais de apoio (Wolfe 1989; Etzioni 1995).

<sup>318</sup> Aliás, já S. Portugal (1995) não confirmava a hipótese de que seriam os mais carenciados a receberem mais apoio, embora afirma que este é igual e transversal em todas as classes sociais, adiantando, no entanto, a diferença de sentido nos apoios das diferentes classes sociais, no sentido de Pitrou (1978): nas classes “altas”, ajuda para a mobilidade; nas classes “baixas”, ajuda para a sobrevivência. Afirma, assim, que as famílias mais

reproduzidas pelas lógicas de apoio que realizam o capital social,<sup>319</sup> nem as limitações de um estado providência<sup>320</sup> restrito.<sup>321</sup>

De facto, tal como não devemos entender a instância familiar como meramente adaptativa face a processos sociais que a transcenderiam e constrangeriam, igualmente não devemos visualizar a família como protagonista incriada e criadora total da sua história. Os relacionamentos familiares verificam-se em meios sociais puros de condicionantes e delimitações estruturais (campos dos possíveis), mas meios sociais a partir dos quais a invenção quotidiana dos sentidos da acção levada a cabo pelos sujeitos pode, de facto, ser criativa ao ponto de transformar as condições estruturais de partida, como vimos, aliás, ao analisar os percursos de vida em trajectórias intergeracionais de mobilidade. Mas a criatividade dos agentes e as suas possibilidades de acção são estruturadas. De facto, já outros estudos, para outros contextos sociais, haviam demonstrado que o apoio flui basicamente do parentesco próximo, é muitas vezes parco e varia consoante os contextos de classe (entre outros, ver: Martin 1993 & 1995<sup>b</sup>; Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen 1994; Jones 1995; Déchaux 1996). Há assim que pensar, como o fizemos, as redes sociais de apoio, e os efeitos de capital social que produzem, não como forma de uma qualquer sociedade providência, pois que reproduzem globalmente a desigualdade social, mas como integrantes dos sistemas de estratégias de reprodução familiar (Bourdieu 1979). Assim, em Portugal é o estado (e o mercado) que não compensa as falhas (face a objectivos políticos de cidadania e bem-estar, entenda-se) dos sistemas informais de apoio.

---

carenciadas seriam “duplamente desfavorecidas pela providência produzida quer formalmente, quer informalmente. As famílias com uma situação económica precária são também aquelas que recorrem mais à família pela escassez de alternativas. A solidariedade prestada pelas redes de apoio informal exerce-se no interior duma estrutura de classes desigual e a sua acção, sendo incapaz de a superar, acaba por reproduzir a desigualdade” (S. Portugal 1995: 175).

<sup>319</sup> Esta desigualdade, produzida pelas estratégias de reprodução, tinha sido já constatada por Silva (1998: 142 e ss.) no respeitante a formas de trabalho por favor troca em contexto rural, sendo que a mercantilização dos serviços aumentou o nível de simetria entre classes sociais (no mesmo sentido ver Ribeiro 1997 – a mercantilização fez diminuir a desigualdade entre participantes, pois agora o trabalho é pago).

<sup>320</sup> O próprio Mauss (2000 [1926]) mesmo aparentemente defendendo medidas comunitaristas, acabou por defender os sistemas de segurança social como a nova forma generalizada de dádiva.

<sup>321</sup> O estado providência português pode ser qualificado de estado providência deficitário (ver quadro tipológico dos estados providência europeus, embora centrado na questão da guarda das crianças – Torres *et al.* 1999: 80/81). O próprio B. S. Santos (1993: 48) o considera um *semi*-estado providência. A restrição dos mecanismos de providência estatal em Portugal, além de assinalada por B. S. Santos (1990), é-o também por Mozzicafreddo (1992).

O próprio B. S. Santos (1993: 48/49) aponta as deficiências da sociedade-providência, ao afirmar que “os serviços oferecidos pela sociedade-providência não são os mesmos que o Estado fornece”, que esta “é avessa à igualdade ou, pelo menos, não distingue tão bem quanto o Estado-providência entre desigualdades legítimas e ilegítimas”, “é hostil à cidadania e aos direitos porque as relações sociais de bem-estar são concretas, multiformes e assentes na reciprocidade complexa de sequências de actos unilaterais de boa-vontade”, “cria dependências e formas de controlo social que, podendo ser mais flexíveis e negociáveis, são porém mais flagrantes”, cria “rigidez espacial” e “os custos mais pesados do bem-estar social proporcionado pela sociedade-providência recaem, inevitavelmente, nas mulheres enquanto os hábitos dominantes não se alterarem”.

Também Portes (2000<sup>a</sup>: 141) afirma que o capital social produz efeitos de controlo social e tem como consequência “negativa” a exclusão dos não membros das redes de apoio através de preferências particularistas (Portes 2000<sup>a</sup>: 196),<sup>322</sup> exigências excessivas a membros do grupo, restrição à liberdade individual e normas de nivelamento ascendente. Da mesma maneira, para os que já têm nada ou pouco, ajudar implica muitas vezes (se não for complementada com outras fontes de apoio, como o estatal), desistir de qualquer possibilidade de acumulação de capital.<sup>323</sup>

Não se pode, portanto, fazer *tabula rasa* de as práticas que realizam o capital social “serem relações ancoradas” em contextos sociais diferenciados e desiguais (J. A. Nunes 1995: 11/12),<sup>324</sup> contribuindo para a reprodução desses contextos. Mesmo a par dos processos de

---

<sup>322</sup> Já Wolfe (1989) apontava que uma das maiores fraquezas das solidariedades que alguns apelidam de “primárias” é o problema da exclusão dos que se encontram de fora dos espaços de inter-conhecimento. J. A. Nunes (1995: 7), por exemplo, não se coíbe de salientar que as lógicas de funcionamento da sociedade-providência “funcionam numa base quotidiana, no sentido da criação de inclusões e exclusões, hierarquias e subordinação”, tendo assim “um potencial de geração de desigualdades e exclusões”.

<sup>323</sup> Portes (2000<sup>a</sup>: 153/154 n. 10) dá o seguinte exemplo: “Um problema relacionado tem sido observado em bairros da *inner-city* onde as redes familiares formam um recurso crucial da sobrevivência através da assistência mútua e do acesso imediato a favores e pequenos empréstimos. Na mesma medida, a norma que obriga à partilha dos recursos adquiridos (como um prémio em dinheiro) entre os familiares e os amigos impede efectivamente qualquer acumulação sustentada ou investimento empresarial por parte dos indivíduos. Aqueles que pretendem seguir este caminho terão de se distanciar dos seus antigos parceiros.” De notar, no entanto, que, dadas condições (como o apoio público), o investimento na geração mais nova pode ser capitalizável, mesmo que a longo prazo, podendo ter efeitos retroactivos sobre a geração mais velha.

<sup>324</sup> Acrescenta, aliás, que as lógicas de funcionamento da solidariedade dita primária “conferem uma acentuada visibilidade às lógicas de diferenciação, hierarquização e exclusão”, aí incluindo “os mecanismos específicos de consolidação e reprodução da divisão sexual do trabalho, das formas de organização da vida familiar e das relações de poder na família” (J. A. Nunes 1995: 21).

recomposição sócio-profissional em Portugal, produzidos pelas transformações na estrutura produtiva (modernização económica e crescimento do sector dos serviços) e pelo aumento generalizado da escolaridade, é certo verificarem-se “taxas também elevadas de reprodução intergeracional de condições sociais” (Machado & Costa 1998: 43), algo igualmente constatado por Estanque & Mendes (1997), apesar dos efeitos introduzidos pelo aumento generalizado de escolaridade e a entrada em massa, ao longo das últimas três a quatro décadas, das mulheres no mercado de trabalho, produzirem alguma não linearidade da reprodução. Vários estudos (ver, por exemplo: A. B. Costa *et al.* 1985; J. F. Almeida *et al.* 1992; Capucha 1998) demonstram existir em Portugal uma proporção elevada de agregados domésticos em situação de pobreza relativa, condição de existência definida globalmente por baixos níveis educacionais, fracas inserções e qualificações profissionais, rendimentos diminutos e baixo nível de vida. Estamos a falar maioritariamente de trabalhadores assalariados na agricultura e dos trabalhadores nada ou muito pouco qualificados da indústria e dos serviços.

Trabalhos que se têm debruçado sobre estas condições de existência trouxeram à luz do dia que aí se verificam padrões de vida dirigidos para a concentração total dos recursos disponíveis para a sobrevivência quotidiana,<sup>325</sup> com fraca capacidade de satisfação das necessidades básicas e incapacidade de fomentar processos de mobilidade social ascendente. Outros padrões existem, como aliás verificámos, com algum investimento em estratégias de poupança por parte de sectores ligeiramente melhor posicionados, quer no trabalho assalariado com ligeiramente melhor inserção (ou seja não nada qualificado), quer nos pequenos proprietários agrícolas ou de pequenos negócios. Quando a inserção profissional se vai aproximando de uma maior qualificação, a estratégia e o padrão parece ser o investimento em processos mais alongados de escolaridade. Podemos assim dizer, para o caso português, que aqueles que estão em situação mais precária se encontram mais distanciados dos apoios prestados por redes de apoio (não formal), como parece ser o caso para alguns outros países europeus (França, Alemanha, Reino Unido), embora para outros (Espanha, Itália) os dados não vão claramente nesse sentido (Paugam 1996).

Para os que têm pouco apoio, não quer isso dizer que o apoio que têm não seja, por um lado, importante na sua vida, nem, por outro lado, um esforço de mobilização grande por parte dos dadores. O que se passa é que esse esforço obtém poucos resultados em comparação

---

<sup>325</sup> Claro está que existem situações de ainda mais marcada exclusão social e pobreza, consubstanciada em modos de vida “marginais”(Capucha1998: 229-233).

com os que recebem maior número de apoio e em espécies que produzem um aumento da acumulação de capital. Da mesma maneira não podemos afirmar que recebem mais apoios aqueles que têm mais necessidades, já que os que não recebem nada ou pouco, dadas as precariedades das suas condições sociais, se encontram numa situação de carência. Assim, podemos dizer que prestam apoio os que mais têm, apoiando os que menos necessidade têm (o que não quer dizer que a ajuda que existe não seja importante para todos, mesmo para os que mais têm necessidade de manter as suas condições sociais de existência acima de um patamar mínimo). Veja-se que o vector de integração social mais importante nas sociedades modernas continua a ser a integração sócio-profissional, o mundo do trabalho. Quem menos apoios recebe é quem menos está ou pior está no mercado de emprego (num sentido alargado do termo para incluir as posições de propriedade). Daí a importância, a par da detenção de capitais económicos, da propriedade, incorporada em conhecimentos agenciáveis e objectivada em títulos e credenciais escolares, de capitais escolares – a escolaridade é hoje vector central de colocação no mercado de trabalho.

O panorama observado é um de forte reprodução das diferenciações do espaço social. O que constatamos é a importância central da família, nuclear e extensa (nas modalidades observadas) enquanto local dessa reprodução. É assim que faz sentido utilizar o conceito de famílias de classe de Bertaux (1978), aí compreendendo a ideia de uma ordem de género (Connell 1996) na estruturação das divisões do trabalho familiar. Se falamos de reprodução queremos com isso dizer que é na família e, também, através das redes de apoio que se fazem, mantendo mas também alterando, as condições de existência (ligadas aos recursos que se conseguem acumular) que determinam as posições de classe. Observámos, portanto, o processo de diferenciação social a ocorrer, mesmo que analiticamente tenhamos avançado com o espartilho algo positivista de uma hipótese de causalidade algo linear. Embora assente na ideia teórica de um primado das condições de existência, que, por sua vez, não existem como coisa definida e exterior às práticas das famílias, sendo antes por elas levadas a cabo com os recursos e as competências que possuem. Daí o termos igualmente testado e analisado o impacto que as práticas que consubstanciam o capital social têm nessas condições de existência, quer em termos de análise quantitativa, quer em termos da análise qualitativa das trajetórias de acumulação intergeracional segundo os percursos de vida individuais e familiares.

A reprodução observa-se, assim, pela concatenação diferencial entre tipos e montantes de apoio e diferentes posições de classe social. Podemos mesmo dizer que determinados volumes globais de capital estruturam determinados volumes de apoio, que determinadas



estruturas patrimoniais das várias espécies de capital estruturam determinadas estruturas patrimoniais dos vários tipos de apoio (sendo que o cultural não está presente, nem poderia facilmente estar, nesta análise). Processos de estruturação assentes numa realidade familiar de relacionamentos de troca entre famílias nucleares, que ligam preponderantemente progenitores e descendência, e estruturada por linhas de género (dominância da matrilinearidade e da feminização da apoio, excepto nas sua modalidades explicitamente mais económicas). Conceptualizar tal correspondência entre classe social e capital social com o conceito de estratégias (de reprodução) é, antes de tudo, avançar com um paradigma da acção social (das práticas) como sendo disposicionais, ou seja, como resultando da incorporação de determinadas condições de existência que tendem para a sua manutenção através dessa incorporação com resultados práticos, bem como afirmar o carácter sistemático dessa correspondência.

Confirma-se, desta maneira, o lugar central ocupado pelas relações familiares na manutenção das diferenciações do mundo social. Como nos diz Bourdieu:

“... a família desempenha, com efeito, um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, quer dizer, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. É um dos lugares por excelência da acumulação do capital sob as suas diferentes espécies e da sua transmissão entre as gerações: salvaguarda a sua unidade para a transmitir e pela transmissão, a fim de poder transmitir e porque tem a possibilidade de transmitir. É o ‘sujeito’ principal das estratégias de reprodução” (Bourdieu 1997<sup>a</sup>: 97/98).

A articulação entre espaço das posições sociais e as estratégias de reprodução é construtora de desigualdade porque não estamos apenas a falar de uma diferença algébrica entre posições, já que estas são o resultado de práticas, individuais e colectivas, de apropriação das espécies de capital que estruturam uma dada divisão social do trabalho. A produção e reprodução diferencial dos recursos das famílias (eles mesmos acumulados ao longo de estratégias familiares de apropriação, logo, exclusão, directa ou indirecta, da apropriação por outrem), produzem ou a reprodução da sua posição social relativa ou a acumulação de recursos que permitem a melhoria dessa posição social, mas sempre dentro do quadro mais vasta de manutenção das desigualdades, ainda que reconfiguradas. O espaço das desigualdades sociais de classe caracteriza-se, assim, pela assimetria e desigualdade entre posições de acumulação e apropriação diferencial do capital (enquanto valor agenciável na produção de mais capital), sendo que as classes com maior volume de capital acumulado (todas as espécies confundidas) são as de menor volume demográfico e inversamente. A

desigualdade, para a qual contribui a assimetria social dos processos e efeitos do capital social, é o conjunto destas diferenciações. Repare-se que não afirmamos, linearmente, que o capital social, como as restantes espécies, reproduz uma dada estrutura de classes historicamente datável. Tal também acontece, relativamente. O que estamos a dizer é que o capital social, mesmo nas situações de mobilidade social ascendente (como as que verificámos aquando da análise qualitativa das trajectórias sociais intergeracionais), é sempre elemento integrante e reprodutor de uma estrutura de desigualdade do capital. Tal como as lógicas do capital económico produzem as desigualdades económicas e sociais, mesmo que alguns agentes sociais, pelo uso dessas lógicas de desigualdade, possam melhorar a sua posição relativa, também o capital social, pelo papel que joga na apropriação e acumulação das restantes espécies de capital, o faz. Ainda que os usos particulares do capital social por parte de agentes específicos os possam beneficiar em termos das suas condições globais de existência e posição social relativa.

Neste sentido, e tratando da segunda grande indagação sobre a natureza de capital do capital social, este ou é pensado como um dos mecanismos centrais de transmissão e apropriação das restantes espécies de capital, particularmente, mas não só, do económico, bem como de oportunidades para a sua criação ou apropriação (e produção de mais recursos, portanto), logo como capital (até por resultar da apropriação do trabalho de outrem), ou então, lapso sociológico calamitoso, não existe enquanto capital. Como também não seriam espécies de capital todas as formas não estritamente económicas. Ou seja, estaríamos a utilizar uma pura ficção conceptual abusiva para designar processos que poderiam e deveriam ser designados por outras palavras. Já vimos, aliás, como o capital social não deve ser confundido quer com redes, quer com os recursos que nelas circulam. Será que deveríamos falar apenas de, por exemplo, redes sociais, apoios e ajudas, transmissão de recursos, troca de favores, sistemas de clientela, etc.? Cremos, apesar de tudo e de todos os escolhos teóricos, que falar de capital implica uma maior ambição conceptual, como tentativa de pensar sociologicamente de forma unitária as diferentes modalidades de apropriação de valor socialmente produzido, através de uma teoria do capital em todas as suas espécies. Ainda que se possa argumentar, com fundamento, que a adjectivação ‘social’ do capital social não é a mais adequada,<sup>326</sup> nomeadamente porque tende a apartar cognitiva e teoricamente o que é social do que é económico, cultural ou simbólico, assim ocultando a génese social (ou seja, de produção e

---

<sup>326</sup> Neste sentido talvez fosse mais adequada a designação de capital relacional, ou mais correctamente ainda, capital de base relacional. Certo é que ambas estas expressões não possuem a elegância estilística da de capital social.

apropriação resultantes das relações sociais e do trabalho nelas envolvido) de todas as espécies de capital.

Defendemos, como vimos desde início, que o capital social é uma espécie de capital porque: é um trabalho com dispêndio de tempo e esforço relacional, logo investimento em capital económico; produz solidariedades duradouras e lucrativas (reconverte-se, portanto, noutras espécies de capital); através dos seus efeitos efectuam-se processos de apropriação privada do trabalho alheio (bem como incorporação do trabalho próprio) e obtenção de mais-valia. Como todas as espécies de capital, a produção e apropriação de capital social é sempre a apropriação e produção de valor socialmente reconhecido e com relevância (em níveis variáveis, claro) na divisão social do trabalho (directa ou indirectamente). A apropriação de valor é sempre efectuada retirando valor a outros. Neste sentido, grande parte das práticas envolvidas na apropriação generalizada de valor são agónicas, um esforço combativo permanente pelo valor do valor e sua acumulação exclusivista. Quer pela apropriação directa (por exemplo, através da apropriação do trabalho assalariado e a mais-valia que gera; o exemplo máximo é o da apropriação do trabalho escravo), quer indirecta, nomeadamente pelos esforços de reconhecimento colectivo do valor de um valor, e que tendem a implicar a construção de barreiras sociais ao seu acesso (por exemplo, dificuldade institucionais de acessos a credenciais escolares ou licenças profissionais; além do exemplo primeiro dos próprios direitos de propriedade), que são também esforços de estabelecimento do desvalor de outros potenciais valores concorrenciais (por exemplo, a valorização da cultura erudita ou dos dominantes faz-se, em grande medida, pela desvalorização ou mesmo valorização negativa da cultura popular ou de massas), ou ainda pelo sacrifício do dispêndio imediato, pela acumulação rentável do acumulado anteriormente. Desta forma, a criação e subseqüentes processos de apropriação e acumulação de valor fazem-se tanto pela incorporação do trabalho alheio como pelo trabalho próprio de constituição da escassez do valor,<sup>327</sup> bem como pela poupança do valor acumulado (sacrifício do uso imediato; ver Enguita 2000: 58), assim transformado valor em capital com uso potencial em posteriores processos de luta pelo valor (produção, atribuição, apropriação e acumulação do capital).

O capital, e também, portanto, o capital social, é sempre, existindo (tendo sido criado e reconhecido), uma existência, um positivo. Não há capital negativo, o que não é dizer de um

---

<sup>327</sup> Para utilizar os dois critérios apresentado como opostos na criação de valor (Enguita 2000: 48 e ss.). Neste sentido não podemos deixar de concordar com este autor, quando defende que a produção de valor é sempre uma atribuição de valor (Enguita 2000: 52).

agente particular que não possa estar em situação de balanço negativo do capital (em dívida, portanto). Neste sentido, não há bom ou mau capital social, ultrapassando as querelas normativas e a confusão entre capital social e redes sociais. Há recursos disponíveis em redes que se efectivam em apoios (em muitas modalidades) ou não há. Claro que pode existir valor simbólico negativo (sobre qualquer produto do trabalho de produção ou atribuição), mas, quando tal acontece, não é capital, apenas característica, como condição material ou cultural retraduzida numa avaliação simbólica, que dificulta o acesso aos valores positivados (ao capital).

Esta é, aliás uma das razões que sustentam o afinamento que defendemos da definição de capital social bourdieusiana, distinguindo bem capital social potencial de capital social real ou efectivo, acreditando que tal distinção não nos faz cair na tautologia apontado por Portes (2000<sup>a</sup>: 137 e 153 n. 4) quando, criticando a definição colemaniana de capital social e defendendo a bourdieusiana, alerta para o facto de que se deve necessariamente distinguir entre recursos obtidos através de redes sociais e essas mesmas redes. Portes defende, com esta distinção, que não ter obtido dádivas não quer dizer que não se tenha rede, quer sim dizer que a rede pode não ter os recursos ou, para um caso preciso, não se ter mobilizado, acrescentado que “Definir capital social como o equivalente dos recursos assim obtidos é o mesmo que afirmar que os bem sucedidos alcançam o sucesso” (Portes 2000<sup>a</sup>: 153 n. 4). Não podemos deixar de discordar, não só porque o capital social potencial e o real podem mesmo ir em sentidos contrários (Magee 2008: 326; no mesmo sentido, ver Burt 2010), como é sempre necessária uma verificação empírica dos percursos dos “bens sucedidos”. Esta demonstra que o capital social é, de facto, um dos factores que explica o “sucesso” dos “bem sucedidos”, mas que nem todos os que têm sucesso têm que ter, necessariamente, capital social. É, portanto, imperativo, observar a activação em rede dos recursos, não deduzindo o capital social da existência desses recursos, com certeza, mas também não negando que os recursos podem ser mobilizados em rede por e para aqueles que, à partida, não são “bem sucedidos”. O grande óbice (em linha com Cannone 2009) que levantamos à acusação de Portes é que os agentes sociais podem ter redes mas estas não produzirem os efeitos que podemos designar por capital social, que ligam umbilicalmente redes e recursos através dos apoios. Ficar pelo capital social potencial, como muitos fazem, é o mesmo que confundir as redes, tenham ou não recursos, com os efeitos de transmissão de recursos que chamamos capital social. Pode-se ter muitas redes e pouco capital social, como se pode ter muito capital social e poucas redes ou redes pequenas. Da mesma maneira que não se deve confundir o capital económico real com o potencial (alguém que jogue na lotaria é potencialmente milionário, mas não realmente,

até que a transferência de capital económico se verifique, ou seja, que ganhe a lotaria). Se as redes sociais, com os recursos que possuem ou não, não efectuam transmissões, apoios, solidariedades, então não há capital social. Até porque se as considerássemos, persistindo na confusão, capital social, estaríamos então face a uma contradição em substância que seria a de um capital inútil, sem positividade. O capital ou é eficiente como espécie de valor reconhecido nas relações sociais, ou não é capital. Redes que nada fazem, ou nada podem fazer, no respeitante à acumulação de recursos, não têm valor nessa acumulação, logo, não produzem valor.

Este acento na efectividade do capital social levou-nos a privilegiar a análise das suas modalidades onde o nível de apropriação é relativamente mais elevado, isto é dizer, das relações onde se efectiva segundo a lógica da gratuitidade. Daí o centramento nas modalidades familiares de capital social, que de qualquer maneira constatamos serem as mais frequentes. É claro que dizer que o capital social é essencialmente um processo familiar, não é negar que também possa não o ser (outras pessoas, por exemplo os amigos, podem dar), nomeadamente porque são objecto possível e passível de indagação sociológica os sistemas de trocas de favores em redes clientelares, podendo tal ser concebido como uma forma atenuada de capital social (o que não quer dizer que os seus efeitos sejam atenuados, tal dependendo da economia de escala específica em cada caso). A análise pode e deve ser alargada até redes sociais onde não imperam os princípios da gratuitidade que dominam as relações de parentesco e familiares – ainda que esta gratuitidade pode ser indagada e questionada. Até porque a família, ou as relações familiares, mesmo entre progenitores e descendência, não podem ser tomadas como adquiridas, não só porque a ruptura existe – e este é com certeza um interessante objecto empírico com fortes implicações conceptuais, como não nos podemos deixar levar pelas institucionalizações normativas específicas de um contexto, como Portugal, onde o património não é absolutamente alienável, face à obrigatoriedade de herança igualitária (nesse sentido, a institucionalização jurídica obriga a efeitos de capital social quando existem recursos). Mas devemos pensar estes processos face ao conjunto de possibilidades sociais e culturais onde, por exemplo, a herança é uma totalidade disponível do sujeito detentor dos bens, não sendo certa a transmissão aos filhos e filhas (vejam-se sistemas jurídicos, nomeadamente fora da matriz franco-germânica, como os de *common law*).

Pensar efeitos da mobilização de recurso em redes e suas modalidades de transmissão e apropriação (se recebo um legado de outro, aproprio-me do seu trabalho),<sup>328</sup> é tentar pensar, para estes processos específicos, as modalidades de valor em torno das quais os agentes sociais estão permanentemente em luta (incluindo as lutas pela a sua definição como valor), mesmo que não sintam e pensam essa luta como luta, pois, ao lutarem por elas, lutam por si próprios, quer em termos de condições materiais, quer em termos do valor identitário (ainda que relativamente autonomizado) que vem com essas condições materiais. Pensar os valores reconhecidos socialmente como capital em espécie específica, é tentar pensar as relações sociais como relações onde permanentemente se jogam competições pela atribuição e apropriação dos valores que podem ser centrais numa dada divisão social do trabalho (em sentido alargado e não meramente económico). E tudo pode ser transformado em valor que, resultado de uma mais-valia apropriada, é um capital. Se o dinheiro é o exemplo mais óbvio, vejam-se igualmente todas as variantes de capital cultural (escolaridade, claro, mas todas as restantes formas de conhecimento, prático ou não, que constituem uma vantagem num espaço qualquer, restrito ou mais alargado, de competição por esse valor reconhecido como tal) e simbólico (todas as formas de prestígio que enriquecem os seus possuidores, muitas vezes pelo eufemismo da sua dignificação ou nobilitação, desde títulos aristocrático ou académicos, formas de fama ou reputação, aspecto físico, mesmo na suas componentes erótico-sexuais, além das óbvias de classe ou raça). É, portanto, pensar as relações sociais como relações onde os agentes jogam o seu ser social sempre de forma comparativa, segundo o princípio, atribuído a Tucídides, de que o ser quer ser mais ser para poder continuar a ser.

Claro que tal teorização deve ser pensada com cuidado, para que não se caia nos extremos de uma perfeita arquitectura teórica que trai a realidade observável na sua complexidade (como o afã de realizar sistemas acabados tantas vezes produz – quanta teoria não é refutável com uma observação honesta e atenta do vivido e dos seus frutos). Nesse sentido deve ser um esforço aplicado, ou seja, um esforço de pura teorização face a problemas empíricos práticos. Aliás como Bourdieu sustentou ter desenvolvido os conceitos de capital cultural e social – para resolver (explicar) problemas sociológicos reais e concretos, não como explicação apriorística que depois no mundo se encaixa. E este cuidado deve ser sempre um

---

<sup>328</sup> Por exemplo, se os filhos (adultos e independentes, não crianças; ver Enguita 2000: 56) são beneficiários dos pais, poder-se-ia argumentar que exploram o trabalho dos pais (os seus esforços de acumulação de capital), porque se apropriam do capital produzido por esse trabalho (que inclui esforços de apropriação anteriores). Neste seguimento a apropriação efectuada pelos beneficiários é um trabalho também. E também ele apropriável, ou melhor, os seus frutos apropriáveis (por outros).

de rigor linguístico, já que a polissemia das palavras é tal que corremos sempre o risco do engano (e não há linguagem sem enganos, como nos recordou Italo Calvino) e da irrelevância semântica, pelo excesso de significações e sentidos possíveis das noções utilizadas. Tal é particularmente o caso quando caímos na linguagem da consciência transcendental – veja-se toda a questão da recondução da acção aos interesses conscientes do sujeito. Como falar, então, do interesse no desinteresse, como tratar da lógica estratégica de maximização ou optimização do ganho, quando tal lógica não é o objectivo sentido e pensado dos actores sociais. Como tratar dos efeitos ‘cínicos’ das suas acções, sem fazer deles actores cínico, ou pelo menos permanentemente ou exclusivamente cínicos e egoístas. Se tudo é cinismo e egoísmo, nada o é – as expressões nada dizem. Como não trair a humanidade dos agentes não traindo também a desumanidade dos efeitos (e géneses) das suas acções? Temos, humildemente, que colocar hipóteses que, mesmo avançando com postulados universais sobre a acção humana (que devem ser sempre testados), possam ser refutáveis. Ou seja, as explicações que encontramos para o mundo, gerais ou específicas, devem ser tais que se possa verificar não ocorrerem. Mas esta vigilância epistemológica não deve ser tal que nos impeça de conceptualizar o mundo de maneira ambiciosa, fazendo-nos cair num positivismo mecanicista que nega a interioridade subjectiva dos sujeitos e, ao negá-la, reduz a exterioridade objectiva que os constitui como sujeito a uma mecânica simples e inexorável. Negando assim qualquer possibilidade de compreensão e explicação da realidade complexa da qual somos tanto sujeitos como objectos.





## BIBLIOGRAFIA

- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia, Vanessa Cunha & Pedro Vasconcelos (2005), “Um primeiro retrato das famílias no Portugal contemporâneo”, in K. Wall (ed.), *Famílias em Portugal. Percursos, interações, relações sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia, Mónica Trüniger & Pedro Vasconcelos (1996), “Notas sobre as Representações Sociais e o *Habitus*: esboço de uma análise comparada”, *Psicologia*, 2/3: 139-158.
- Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos (2009), “Differential and cumulative effects of life course events in an intergenerational perspective: social trajectories of three-generation family lineages”, *Swiss Journal of Sociology*, 35 (2): 337-355.
- Abu-El-Haj, Jawdat Ahed (1999<sup>a</sup>), *A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará*, São Paulo: Annablume.
- Abu-El-Haj, Jawdat Ahed (1999<sup>b</sup>), “O debate em torno do capital social: uma revisão crítica”, *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 47: 65-79.
- Acock, Alan & Jeanne S. Hurlbert (1990), “Social network analysis: A structural perspective for family studies”, *Journal of Social and Personal Relationships*, 7: 245-64.
- Adam, Frane & Borut Roncevic (2003), “Social Capital: Recent Debates and Research Trends”, *Social Science Information*, 42: 155-183.
- Allan, Graham A. (1979), *A sociology of friendship and kinship*, London & Boston: G. Allen & Unwin.
- Allan, Graham A. (1989), *Friendship: Developing a Sociological Perspective*, Boulder & San Francisco: Westview Press.
- Allatt, P. (1993), “Becoming privileged: the role of family processes”, in I. Bates & G. Riseborough, *Youth and Inequality*, Buckingham: Open University Press.
- Almeida, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes de, Isabel André & Helena Nunes de Almeida, (1999), “Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família”, *Análise Social*, 150: 91-121.
- Almeida, Ana Nunes de, José Manuel Sobral & João Ferrão (1997), “Destinos cruzados: estruturas e processos de homogenia”, *Análise Social*, 143-144: 875-898.
- Almeida, João Ferreira de (1981), “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, *Análise Social*, 66: 231-251.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa: ICS.
- Almeida, João Ferreira de, António F. da Costa & Fernando L. Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidades – painéis de observação sociográfica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4: 11-44.
- Almeida, João Ferreira de, António F. da Costa & Fernando L. Machado (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in A. Reis (coord.), *Portugal - 20 Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, Fernando L. Machado & António F. da Costa (2006), “Social classes and values in Europe”, *Portuguese Journal of Social Science*, 5 (2): 95-117.

- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António F. da Costa, Fernando L. Machado, Elizabeth Reis & Isabel Nicolau (1992), *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta.
- Antunes, Ricardo (2009), *Classes Sociais e Desigualdade na Doença e na Morte*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Ariès, Philippe (2000 [1973]), *A criança e a vida familiar no antigo regime*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Arneil, Barbara (2006), *Diverse Communities. The problem with social capital*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Aron, Raymond (1994), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa: D. Quixote.
- Arrondel, Luc & François-Charles Wolff (1998), “La nature des transferts inter vivos en France: investissements humains, aides financières et transmission du patrimoine”, *Économie et Prévision*, 135: 1-27.
- Arrow, K. (2000), “Observations on Social Capital”, in P. Dasgupta & I. Serageldin (eds.), *Social Capital: A Multifaceted Perspective*, Washington: World Bank.
- Attias-Donfut, Claudine (ed.) (1995<sup>a</sup>), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris: Nathan.
- Attias-Donfut, Claudine (1995<sup>b</sup>), “Le double circuit des transmissions”, in C. Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris: Nathan.
- Attias-Donfut, Claudine (1995<sup>c</sup>), “Transferts publics et transferts privés entre générations”, in C. Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris: Nathan.
- Attias-Donfut, Claudine (1996), “Les solidarités entre générations”, *La société française - Données sociales - 1996*, INSEE, 317-323.
- Attias-Donfut, Claudine (1997), “Solidarités invisibles entre générations”, *Projet*, 249: 45-54.
- Attias-Donfut, Claudine (2000), “Rapports de générations. Transferts intrafamiliaux et dynamique macrosociale”, *Revue Française de Sociologie*, 41 (4): 643-684.
- Attias-Donfut, Claudine (2001), “Familles: des générations solidaires”, *Sciences Humaines*, n° spécial Hors Série 33: 30-34.
- Attias-Donfut Claudine, François-Charles Wolff & Philippe Tessier (2005), “Les transferts intergénérationnels des migrants âgés”, *Économie et Statistique*, 390: 3-23.
- Attias-Donfut, Claudine & François-Charles Wolff (1997), “Transferts publics et privés entre générations: incidences sur les inégalités sociales”, *Retraite et Société*, 20: 20-39.
- Attias-Donfut, Claudine & François-Charles Wolff (2001), “La dimension subjective de la mobilité sociale”, *Population*, 56 (6): 919-958.
- Attias-Donfut, Claudine & François-Charles Wolff (2006), *L'incidence des transferts patrimoniaux sur les trajectoires sociales*, Paris: DREES-MIRE.
- Attias-Donfut, Claudine & Nicolas Lapierre (1997), *La famille providence. Trois générations en Guadeloupe*, Paris: La Documentation française.
- Attias-Donfut, Claudine & Sara Arber (2000), “Equity and solidarity across the generations”, in S. Arber & C. Attias-Donfut (eds.), *The Myth of Generational Conflict: The family and state in ageing societies*, London: Routledge.
- Attias-Donfut, Claudine, Jim Ogg & François-Charles Wolff (2005<sup>a</sup>), “Family Support”, in A. Börsch-Supan, A. Brugiavini, H. Jürges, J. Mackenbach, J. Siegrist & G. Weber (eds.), *Health, Ageing and Retirement in Europe. First Results from the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*, Mannheim: Mannheim Institute for the Economics of Ageing.

- Attias-Donfut, Claudine, Jim Ogg & François-Charles Wolff (2005<sup>b</sup>), “Financial Transfers”, in A. Börsch-Supan, A. Brugiavini, H. Jürges, J. Mackenbach, J. Siegrist & G. Weber (eds.), *Health, Ageing and Retirement in Europe. First Results from the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*, Mannheim: Mannheim Institute for the Economics of Ageing.
- Attias-Donfut, Claudine, Jim Ogg & François-Charles Wolff (2005<sup>c</sup>), “European Patterns of Intergenerational Financial and Time Transfers”, *European Journal of Ageing*, 2 (3): 161-173.
- Attias-Donfut, Claudine, Nicolas Lapierre & Martine Segalen (2002), *Le nouvel esprit de famille*, Paris: Odile Jacob.
- Babchuk, N. (1965), “Primary friends and kin: a study of the associations of middle-class couples”, *Social forces*, 43: 483-493.
- Bagnasco, Arnaldo (2006), “Le capital social dans un capitalisme en mutation”, in Antoine Bevort & Michel Lallement, *Le Capital Social. Performance, équité et réciprocité*, Paris: La Découverte.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa: INCM.
- Banfield, Edward C. (1958), *The Moral Basis of a Backward Society*, Glencoe: The Free Press.
- Barry, Chantal de, Denise Eneau & Jean-Michel Hourriez (1996), “Les aides financières entre ménages”, *Insee Première*, 441.
- Bawin-Legros, Bernadette & Anne Gauthier (1994), “Relations intergénérationnelles: vers une typologie des grands-parents?”, in P. Pestieau (ed.), *Héritage et transferts entre générations*, Brussels: De Boeck Université.
- Bawin-Legros, Bernadette & Jean-François Stassen (2002), “Intergenerational Solidarity: Between the Family and the State”, *Current Sociology*, 50 (2): 243–262.
- Bawin-Legros, Bernadette & T. Jacobs (dir.) (1995), *Transferts, Flux, Réseaux de Solidarité entre Générations*, Bruxelles: Services Fédéraux des Affaires Scientifiques, Techniques et Culturelles.
- Bawin-Legros, Bernadette, Anne Gauthier & Jean-François Stassen (1995), “Les limites de l’entraide intergénérationnelle”, in C. Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris: Nathan.
- Bawin-Legros, Bernadette, Anne Gauthier & Jean-François Stassen (1997), “Solidarités intergénérationnelles: entre famille et état”, in R. Cipriani (ed.) *Aux sources des sociologies de langue française et italienne*, Paris: L’Harmattan.
- Beasley-Murray, Jon (2000), “Value and Capital in Bourdieu and Marx”, in Nicholas Brown & Imre Szeman (eds.), *Pierre Bourdieu: Fieldwork in Culture*, Lanham: Rowman and Littlefield.
- Beck, Ulrich & Elisabeth Beck-Gernsheim (2002), *Individualization*, London: Sage.
- Becker, Gary S. (1996), *Accounting for Tastes*, Cambridge: Harvard University Press.
- Bell, Sandra & Simon Coleman (eds.) (1999), *The Anthropology of Friendship*, Oxford: Berg.
- Belliveau, M. A, C. A. III O'Reilly & J. B Wade (1996), “Social Capital at the Top: Effects of Social Similarity and Status on CEO Compensation”, *Academy of Management Journal*, 39: 1568-1593.
- Bekkers, René, Beate Völker, Martin van der Gaag, & Henk Falp (2008), “Social Networks of Participants in Voluntary Associations”, in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Bengtson, Vern L. & Petrice S. Oyama (2007), *Intergenerational Solidarity: Strengthening Economic and Social Ties*, New York: United Nations.

- Bengtson, Vern L. (1975), "Generation and family effects in value socialization", *American Sociological Review*, 40: 358-371.
- Bengtson, Vern L. (2001), "Beyond the nuclear family: The increasing importance of multigenerational bonds", *Journal of Marriage and the Family*, 63 (1): 1-16.
- Bengtson, Vern L. & Robert E. L. Roberts (1991), "Intergenerational solidarity in aging families: An example of formal theory construction", *Journal of Marriage and the Family*, 53: 856-870.
- Bengtson, Vern L., C. Rosenthal & L. Burton (1996), "Paradoxes of families and aging", in R. H. Binstock, & L. George (eds.), *Handbook of aging and the social sciences*, New York: Academic Press.
- Bengtson, Vern L., R. Giarusso, J. B. Mabry & M. Silverstein (2002). "Solidarity, conflict, and ambivalence: Complementary or competing perspectives on intergenerational relationships?", *Journal of Marriage and the Family*, 64: 568-576.
- Bengtson, Vern L., Timothy J. Biblarz, & Robert E. L. Roberts (2002), *How Families Still Matter: A Longitudinal Study of Youth in Two Generations*, New York: Cambridge University Press.
- Bengtson, Vern L., Warner K. Schaie & Linda M. Burton (eds) (1995), *Adult Intergenerational Relations: Effects of Societal Change*, New York: Springer.
- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes*, Lisboa: Moraes.
- Bertaux, Daniel (1980), "L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités", *Cahiers internationaux de sociologie*, 69: 197-225.
- Bertaux, Daniel (1992), "Famille et mobilité sociale: la méthode des généalogies sociales comparées", in GREF/AISLF (eds.), *Familles et Contextes Sociaux*, Lisboa: CIES-ISCTE.
- Bertaux, Daniel (1993), "Mobilité sociale: l'alternative", *Sociologie et Sociétés*, 25 (2): 211-222.
- Bertaux, Daniel (1995), "Social Genealogies Commented on and Compared: An Instrument for Observing Social Mobility Processes in the 'Longue Durée'", *Current Sociology*, 43: 69-88.
- Bertaux, Daniel & Isabelle Bertaux-Wiame (1988), "Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations", *Life stories/Récits de vie*, 4.
- Bertaux, Daniel & Paul Thompson (eds.) (1997), *Pathways to Social Class. A Qualitative Approach to Social Mobility*, Oxford: Oxford University Press.
- Bevort, Antoine & Michel Lallement (2006<sup>a</sup>), *Le Capital Social. Performance, équité et réciprocité*, Paris: La Découverte.
- Bevort, Antoine & Michel Lallement (2006<sup>b</sup>), "Introduction. Le Capital social: territoires et tribulations", in Antoine Bevort & Michel Lallement (2006), *Le Capital Social. Performance, équité et réciprocité*, Paris: La Découverte.
- Bian, Yanjie (2008), "The Formation of Social Capital among Chinese Urbanites: Theoretical Explanation and Empirical Evidence", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Biblarz, Timothy J. & A. E. Raftery (1993), "The effects of family disruption on social mobility", *American Sociological Review*, 58: 97-109.
- Biblarz, Timothy J., Vern L. Bengtson & Alexander Bucur (1996), "Social mobility across three generations", *Journal of Marriage and the Family*, 58 (1): 188-200.
- Bidart, Claire (1988), "Sociabilités: quelques variables", *Revue Française de Sociologie*, 29 (4): 621-648.

- Bidart, Claire (1991), "L'amitié, les amis, leur histoire. Représentations et récits", *Sociétés Contemporaines*, 5: 21-42.
- Bidart, Claire (1997), *L'amitié, un lien social*, Paris: La Découverte.
- Bien, W., J. Marbach & F. Neyer (1991), "Using ego-centered networks in survey research: A methodological preview on an application of social network analysis in the area of family research", *Social Networks*, 13 (1): 75-90.
- Billiet, Jaak B. & Bart Cambré (1999), "Social capital, active membership in voluntary associations and some aspects of political participation", in Jan W. Van Deth, Marco Marffi, Kenneth Newton & Paul F. Withely (eds.), *Social Capital and European Democracy*, London: Routledge.
- Blane, David, George Davey Smith, & Carole Hart (1999). "Some social and physical correlates of intergenerational social mobility: Evidence from the West of Scotland collaborative study", *Sociology*, 33 (1):169-183.
- Blau, Peter & Otis D. Duncan (1967), *The American Occupational Structure*, New York: Wiley.
- Bloch, Françoise & Monique Buisson (1991), "Du don à la dette: la construction du lien social familial", *La Revue du MAUSS*, 11: 54-71.
- Bloch, Françoise & Monique Buisson (1994<sup>a</sup>), "La circulation du don", *Communications*, 59: 55-72.
- Bloch, Françoise & Monique Buisson (1994<sup>b</sup>), "La circulation du don entre générations, ou comment reçoit-on?", in C. Attias-Donfut & N. Lapierre, *Génération et filiation*, Paris: Seuil.
- Bloch, Françoise, Monique Buisson & Jean-Claude Mermet (1991), "Filiations, obligation familiales, continuité et discontinuité conjugale", in B. Bawin-Legros & J. Kellerhals (eds.), *Relations intergénérationnelles: parenté – transmission – mémoire (actes du colloque)*, Geneva & Liège: Université de Genève & Université de Liège.
- Blöss, Thierry (1997), *Les liens de famille. Sociologie des rapports entre générations*, Paris: PUF.
- Boggs, Carl (2001), "Social capital and political fantasy: Robert Putnam's Bowling Alone", *Theory and Society*, 30: 281-297.
- Boltanski, Luc (1973), "L'espace positionnel : multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe", *Revue Française de Sociologie*, 14 (1): 3-26.
- Boltanski, Luc (1990), *L'Amour et la Justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l'action*, Paris: Métailié.
- Boltanski, Luc & Ève Chiapello (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris: Gallimard.
- Bonanno, G. (2004), "Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events?", *American Psychologist*, 59: 20-28.
- Bonvalet, Catherine & Dominique Maison (1997), "De la famille au réseau", *Informations Sociales*, 58: 54-60.
- Bonvalet, Catherine & Dominique Maison (1999), "Famille et entourage: le jeu des proximités", in C. Bonvalet, A. Gotman & Y. Grafmeyer (eds.), *La famille et ses proches: l'aménagement des territoires*, Paris: PUF & INED.
- Bonvalet, Catherine & Dominique Maison (2001), "La famille-entourage: un mode de fonctionnement en réseau?", in Anne-Lise Head, Luigi Lorenzetti & Béatrice Veyrassat (eds.), *Famille, Parenté et réseaux en Occident, XVIIe-XXe siècles. Mélanges offerts à Alfred Perrenoud*, Genève: Société d'histoire et d'archéologie de Genève.

- Bonvalet, Catherine & Dominique Maison (2002), "La famille-entourage locale", in AIDELF (ed.), *Vivre plus longtemps, avoir moins d'enfants, quelles implications?*, Actes du colloque international de Byblos-Jbeil (Liban), 10-13 October 2000, Paris: AIDELF & PUF.
- Bonvalet, Catherine & Éva Lelièvre (1995), "Du concept de ménage à celui d'entourage: une redéfinition de l'espace familial", *Sociologie et Sociétés*, xxvii (2): 177-190.
- Bonvalet, Catherine (2003), "The Local Family Circle", *Population-E*, 58 (1): 9-42.
- Bonvalet, Catherine, Anne Gotman & Yves Grafmeyer (eds.) (1999), *La famille et ses proches: l'aménagement des territoires*, Paris: PUF & INED.
- Bonvalet, Catherine, Dominique Maison & Hervé Le Bras (1996), "Les réseaux de parenté et l'entraide", in Henri Leridon (dir.), *Populations. L'état des connaissances. La France. L'Europe. Le Monde*, Paris: La Découverte.
- Bonvalet, Catherine, Dominique Maison, Hervé Le Bras & Lionel Charles (1993), "Proches et parents", *Population*, 48 (1), 83-110.
- Bott, Emily (1971 [1957]), *Family and Social Network*, New York: Free Press
- Boudon, Raymond (1973), *L'Inégalité des Chances. La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielles*, Paris: Armand Colin.
- Boudon, Raymond (1977), *Effets Pervers et Ordre Social*. Paris: PUF.
- Bourdieu, Pierre & Loïc Wacquant (1992), *An invitation to reflexive sociology*, Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, Pierre & Jean-Claude Passeron (1978), *A Reprodução*, Lisboa: Vega.
- Bourdieu, Pierre (1962), "Célibat et condition paysanne", *Études Rurales*, 5-6: 32-136.
- Bourdieu, Pierre (1971), "Reproduction culturelle et reproduction sociale", *Informations sur les sciences sociales*, 10 (2): 45-79.
- Bourdieu, Pierre (1972), "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", *Annales*, 4-5: 1105-1127.
- Bourdieu, Pierre (1978), "Classement, Déclassement, Reclassement", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 24: 2-22.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1980<sup>a</sup>), "Le Capital Sociale. Notes provisoires", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31: 2-3.
- Bourdieu, Pierre (1980<sup>b</sup>), *Le Sens Pratique*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1984<sup>a</sup>), "Le sociologue en question", in P. Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1984<sup>b</sup>), "Quelques propriétés des champs", in P. Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1986<sup>a</sup>), "L'illusion biographique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63: 69-72.
- Bourdieu, Pierre (1986<sup>b</sup>), "The Forms of Capital", in J.E. Richardson (ed.) *Handbook of Theory for Research in the Sociology of Education*, Westport/CT: Greenwood Press.
- Bourdieu, Pierre (1987), "De la règle aux stratégies", in P. Bourdieu *Choses Dites*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989<sup>a</sup>), *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre (1989<sup>b</sup>), "A gênese dos conceitos de habitus e de campo", in P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.

- Bourdieu, Pierre (1992), *Réponses*, Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1993), “À propos de la famille comme catégorie réalisée”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 100: 32-36.
- Bourdieu, Pierre (1997<sup>a</sup>), “O espírito de família”, in P. Bourdieu, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre (1997<sup>b</sup>), “Será possível um acto desinteressado?”, in P. Bourdieu, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre (1997<sup>c</sup>), “A economia dos bens simbólicos”, in P. Bourdieu, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A dominação masculina*, Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre (2000 [1972]), *Esquisse d'une théorie de la pratique précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre (2005), “Principles of an Economic Anthropology”, in Neil J.S. Smelser & Richard Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology (2<sup>nd</sup> edition)*, Princeton & Oxford: Princeton University Press.
- Boxman, E. A. W., Paul M. De Graaf & Hendrik D. Flap (1991), “The Impact of Social and Human Capital on the Income Attainment of Dutch Managers”, *Social Networks*, 13: 51-73.
- Boyer, Henri (1983), “Solidarité”, *Mots*, 7: 69-82.
- Bozon, Michel & François Héran. (1987), “La découverte du conjoint, I. Évolution et morphologie des scènes de rencontre”, *Population*, 42 (6): 943-986.
- Bozon, Michel & François Héran. (1988), “La découverte du conjoint, II. Les scènes de rencontre dans l'espace social”, *Population*, 43 (1): 121-150.
- Bozon, Michel (1991), “Mariage et mobilité sociale en France”, *European Journal of Population*, 7: 171-190.
- Brannen, Julia (2006), “Cultures of intergenerational transmission in four-generation families”, *The Sociological Review*, 54 (1): 133-154.
- Brehm, John & W Rahn (1997), “Individual-Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital”, *American Journal of Political Science*, 41: 999-1023.
- Brillat-Savarin, Jean Anthelme (1834 [1825]), *Physiologie du Goût, ou Méditations de Gastronomie Transcendante; ouvrage théorique, historique et à l'ordre du jour, dédié aux Gastronomes parisiens, par un Professeur, membre de plusieurs sociétés littéraires et savantes*, Paris: Just Tossier.
- Brückner, H. & K.U. Mayer (2004), *The De-Standardization of the Life Course*, Neuchatel Conference of the Research Committee on Social Stratification and Mobility (mimeo).
- Bühler, Charlotte & Fred Massarik (eds.) (1968), *The Course of Human Life: a Study of Goals in the Humanistic Perspective*, New York: Springer.
- Burgess, E. W., H. Locke & M. Thomes (1963 [1945]), *The Family: From Institution to Companionship*, New York: American Books.
- Burguière, André (1984), “Les rapports entre générations: un problème pour l'historien”, in C. Attias-Donfut & N. Lapierre, *Génération et filiation*, Paris: Seuil.
- Burguière, André (2003), “Les sciences sociales et la notion de solidarité familiale: un commentaire d'historien”, in Daniëlle Debordeaux & Pierre Strobel, *Solidarités familiales en questions*, Paris: L.G.D.J.

- Burkitt, Ian (1990), *Social Selves. Theories of the social formation of personality*, London: Sage.
- Burt, Ronald S. (1992), *Structural Holes: The Social Structure of Competition*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Burt, Ronald S. (1997), "The Contingent Value of Social Capital", *Administrative Science Quarterly*, 42: 339-365.
- Burt, Ronald S. (2001), "Structural Holes versus Network Closure as Social Capital", in Nan Lin, Karen Cook & Ronald S. Burt (eds.), *Social Capital. Theory and Research*, London: Aldine Transaction.
- Burt, Ronald S. (2010), *Neighbor Networks. Competitive Advantage Local and Personal*, Oxford: Oxford University Press
- Butler, L., L. Morland & G. Leskin (2007), "Psychological resilience in the face of terrorism", in B. Bongar, L. Brown, L. Beutler, J. Breckenridge & P. Zimbardo (eds.), *Psychology of terrorism*, New York: Oxford University Press.
- Cabral, João Pina (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa: Difel.
- Cabral, João Pina (1998) com colab. Joan Bestard, "A Acção Social e os limites do Interesse", *Etnográfica*, II (1): 143-146.
- Cabral, João Pina & Nelson Lourenço (1993), *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau: ICM.
- Cabral, Manuel Villaverde (1983), "A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização", *Análise Social*, 76: 199-234.
- Caillé, Alain (2006), "Préface", in Antoine Bevort & Michel Lallement, *Le Capital Social. Performance, équité et réciprocité*, Paris: La Découverte.
- Calhoun, Craig (1995), "Habitus, Field, and Capital", in Craig Calhoun, Edward LiPuma & Moishe Postone, *Bourdieu: Critical Perspectives*, Cambridge: Polity.
- Campbell, K. E. & R. A. Rosenfeld (1985), "Job Search and Job Mobility: Sex and Race Differences", *Research in the Sociology of Work*, 3: 147-174.
- Campbell, Lori D., Ingrid Arnet Connidis & Lorraine Davies (1999), "Sibling Ties in Later Life. A Social Network Analysis", *Journal of Family Issues*, 20 (1): 114-148.
- Cannone, Mauro (2009), "Searching for Social Capital", in Jouni Häkli & Claudio Minca (eds.), *Social Capital and Urban Networks of Trust*, Farnham/Surrey: Ashgate.
- Cantor, M. (1979), "Neighbors and friends", *Research on Aging*, 1: 435-463.
- Caplow, T. & R. Forman (1950), "Neighborhood interaction in a homogeneous community", *American Sociological Review*, 15: 357-366.
- Capucha, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades", in J. M. L. Viegas & A. F. da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras: Celta.
- Casanova, José Luís (1995), "A 'Teoria da Prática' - uma prática menos teorizada?", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 17: 61-73.
- Castells, Manuel (2007), *A Sociedade em Rede. A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol I*, Lisboa: Gulbenkian.
- Castro, José (1995), *Entre a tutela e a sobrevivência. Contextos de socialização e trajetórias dos meninos de rua*, Tese de Mestrado, Lisboa: ISCTE.
- Carneiro, Robert L. & Robert G. Perrin (2002), "Herbert Spencer's 'Principles of Sociology:' a Centennial Retrospective and Appraisal", *Annals of Science*, 59 (3): 221-261.



- Chaudron, Martine (1984), "Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles", in M. A. Barrère-Maurisson *et al.*, *Sexe du Travail*, Grenoble: PUG.
- Cheal, D. (1983), "Intergenerational family transfers", *Journal of Marriage and the Family*, 45: 805-813.
- Choquet, O. (1988), "Les sorties. Une occasion de contacts", *Économie et Statistique*, 214: 19-25.
- Claridge, Tristan (2004), *Social Capital and Natural Resource Management*, Master Thesis, Brisbane: University of Queensland.
- Clokeur, Renaud, Anne Gauthier & Jean-François Stassen (1995), *Transferts, flux et réseaux de solidarité entre générations*, Research Programme in Social Sciences, Ageing Process, ASTC, SSTC.
- Coenen-Huther, Josette, Jean Kellerhals & Malik von Allmen (1994), *Les réseaux de solidarité dans la famille*, Lausanne: Réalités Sociales.
- Cohen, J. (1999), "Trust, Voluntary Association and Workable Democracy: the contemporary American discourse of civil society", in M.E. Warren (ed.), *Democracy and Trust*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Coleman, James S. (1988<sup>a</sup>), "Social capital in the creation of human capital", *American Journal of Sociology*, 94, Supplement: S95-S120.
- Coleman, James S. (1988<sup>b</sup>), "The creation and destruction of social capital: implications for the law", *Notre Dame Journal of Law, Ethics and Public Policy*, 3: 375-404.
- Coleman, James S. (1990), *Foundations of Social Theory*. Cambridge/MA: Harvard University Press.
- Coleman, James S. (1991), "Prologue: constructed social organization", in P. Bourdieu & J. S. Coleman (eds.), *Social theory for a changing society*. Oxford: Westview Press.
- Coleman, James S. (1994), "A Rational Choice Perspective on Economic Sociology" , in Neil J.S. Smelser & Richard Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology (1<sup>st</sup> edition)*, Princeton & Oxford: Princeton University Press.
- Collins, Randall (1975), *Conflict Sociology: Toward an Explanatory Science*, New York: Academic Press.
- Collomp, A. (1974), "Ménage et famille: études comparatives sur la dimension et la structure du groupe domestique", *Annales ESC*, 23: 777-786.
- Combes, Danièle & Monique Haicault (1984), "Production et Reproduction, rapports sociaux de sexes et de classes", in M. A. Barrère-Maurisson *et al.*, *Sexe du Travail*, Grenoble: PUG.
- Comte, Auguste (2002 [1851-1854]), *Système de politique positive, Extraits des tomes II et III publiés entre 1851 et 1854*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- Connell, Richard (Raewyn) W. (1996), *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge: Polity.
- Costa, Alfredo Bruto da, Isabel Baptista, Pedro Perista & Paulo Carrilho (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.
- Costa, António Firmino da (1987), "Novos Contributos para Velhas Questões da Teoria das Classes Sociais", *Análise Social*, 98: 635-686.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras: Celta.

- Costa, António Firmino da, Fernando L. Machado & João Ferreira de Almeida (1990), “Estudantes e Amigos - Trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, 105/106: 193-221.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando L. Machado & João Ferreira de Almeida (2000), “Classe sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34: 9-46.
- Costa, D. L. & M. E. Kahn (2001), *Understanding the Decline in Social Capital, 1952-1998*, NBER Working Paper 8295.
- Crenner, Emmanuelle (1998), “La parenté: un réseau de sociabilité actif mais concentré”, *Insee Première*, 600.
- Crenner, Emmanuelle, Jean-Hugues Déchaux & Nicolas Herpin (2000), “Le lien de germanité à l'âge adulte. Une approche par l'étude des fréquentations”, *Revue Française de Sociologie*, 41 (2): 211-239.
- Cross, Jennifer L. Moren & Nan Lin (2008), “Access to Social Capital and Status Attainment in the United States: Racial/Ethnic and Gender Differences”, in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Cuin, C.-H. & F. Gresle (1995), *História da Sociologia*, Lisboa: D. Quixote.
- Curtis, J., D. Baer & E. Grabb (2001), “Nation of joiners: explaining voluntary association membership in democratic societies”, *American Sociological Review*, 66: 783-805.
- Cuturello, Paul (1988), “Entraide familiale”, in Catherine Bonvalet e Pierre Merlin (eds.), *Transformation de la Famille et Habitat*, Paris: PUF.
- Dandurand, Renée B. & Françoise-Romaine Ouellette (1995), “Famille, État et structuration d'un champ familial”, *Sociologie et Sociétés*, 27 (2): 103-119
- Davis, A., B. B. Gardner & M. R. Gardner (1941), *Deep South: A social anthropological study of caste and class*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Davis, Kingsley & Wilbert E. Moore (1945), “Some principal of stratification”, *American Sociological Review*, 10 (2): 242-249.
- De Graaf, Nan Dirk & Henk Flap (1988), ““With a Little Help from My Friends”: Social Resources as an Explanation of Occupational Status and Income in West Germany, The Netherlands, and the United States”, *Social Forces*, 67 (2): 452-472.
- De Regt, A. (1997), “Inheritance and relationships between family members”, in M. Gullestad & M. Segalen (eds.), *Family and Kinship in Europe*, London & Washington: Pinter.
- Déchaux, Jean Hugues (1990), “Les échanges économiques au sein de la parentèle”, *Sociologie du travail*, 1: 77-94.
- Déchaux, Jean Hugues (1994<sup>a</sup>), “L'économie cachée de la parenté”, *Projet*, 239: 71-9.
- Déchaux, Jean Hugues (1994<sup>b</sup>), “Les échanges dans la pauvreté accentuent-ils les inégalités?”, *Sociétés Contemporaines*, 17: 75-90.
- Déchaux, Jean Hugues (1996), “Les services dans la parenté: fonctions, régulations, effets”, J.-C. Kaufmann (dir.), *Faire ou faire-faire? Famille et Services*, Paris: PUF.
- Déchaux, Jean Hugues (2001), *Pour une sociologie des structures de la parenté dans les sociétés occidentales modernes*, Genebra, comunicação policopiada ao Congresso da Associação Suíça de Sociologia, 10 pp.
- Déchaux, Jean Hugues (2002), “Paradoxes of Affiliation in the Contemporary Family”, *Current Sociology*, 50 (2): 229-242.

- Degenne, Alain (1983), "Sur les réseaux de sociabilité", *Revue Française de Sociologie*, 24 (1): 109-118.
- Degenne, Alain & Marie-Odile Lebeaux (1997), "Qui aide qui? Pour quoi?", *L'année sociologique*, 47 (1): 117-142.
- Degenne, Alain, Ghislaine Grimler, Marie-Odile Lebeaux & Yannick Lemel (1997), "La production domestique atténue-t-elle la pauvreté?", *Économie et Statistique*, 308-309-310: 159-186.
- Degenne, Alain, Marie-Odile Lebeaux & Yannick Lemel (2006), "Le Capital social dans la vie de tous les jours", in Antoine Bevort & Michel Lallement, *Le Capital Social. Performance, équité et réciprocité*, Paris: La Découverte.
- Delhey, J. & K. Newton (2003), "Who trusts? The origin of social trust in seven societies", *European Societies*, 5: 93-137.
- Désrosières, A. (1978), "Marché matrimonial et structure des classes sociales", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 20-21: 97-107.
- Dias, Isabel & João Teixeira Lopes (1996), "Representações estudantis da família e dos amigos: contributos para uma sociologia dos afectos", *Sociologia*, i (6): 55-88.
- Dias, Isabel (2004), *Violência na Família - Uma Abordagem Sociológica*, Porto: Afrontamento.
- DiPrete, Thomas A. & Gregory M. Eirich (2006), "Cumulative advantage as a mechanism for inequality: a review of theoretical and empirical developments", *Annual Review of Sociology*, 32: 271-297.
- Dolby, N. (2000), "Race, National, State: Multiculturalism in Australia", *Arena Magazine*, 45: 48-51.
- Dotson, Floyd (1951), "Patterns of Voluntary Association. Among Urban Working-Class Families", *American Sociological Review*, 16: 687-693.
- Duncan, Otis D., David L. Featherman, & Beverly Duncan (1972), *Socioeconomic Background and Achievement*, New York: Seminar Press.
- Durkheim, Émile (1975 [1892]), "La famille conjugale", in É. Durkheim, *Textes III*, Paris: Minuit.
- Durkheim, Émile (2008 [1893]), *De la division du travail social*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi..
- Duro-Bellat, Marie & A. Henriot van Zanten (1992), *Sociologie de l'École*, Paris: Armand Colin.
- Edwards, Rosalind (2004), "Social Capital", *Organization Management Journal*, 1 (1): 81-88.
- Edwards, Rosalind, Jane Franklin & Janet Holland (2003), "Families and Social Capital: Exploring the Issues", Working Paper No. 1, Families & Social Capital ESRC Research Group, London: South Bank University.
- Elder, Glen H., Jr. (1974), *Children of the Great Depression: Social Change in Life Experience*, Chicago: Chicago University Press.
- Elder, Glen H., Jr. (1985), *Life Course Dynamics: Trajectories and Transitions, 1968-1980*, Ithaca: Cornell University Press.
- Elder, Glen H., Jr. (1994), "Time, agency and social change: perspectives on the life course", *Social Psychology Quarterly*, 57: 5-15.
- Elder, Glen H., Jr. & Angela M. O'Rand (1995), "Adult Lives in a Changing Society", in Karen S. Cook, Gary Alan Fine, & James S. House (eds.), *Sociological Perspectives on Social Psychology*, Boston: Allyn and Bacon.

- Elder, Glen H., Jr., Monica Kirkpatrick Johnson & Robert Crosnoe (2003), "The Emergence and Development of the Life Course", in J. T. Mortimer & M. J. Shanahan (eds.), *Handbook of the Life Course*. New York: Kluwer.
- Elias, Norbert (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa: Dom Quixote.
- Elias, Norbert (2005 [1970]), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70.
- Ellwood, Charles Abram (2008), *Sociology and Its Psychological Aspect*, Charleston: BiblioBazaar.
- Emirbayer, M. & E. Williams (2005), "Bourdieu and Social Work", *Social Service Review*, 79 (4): 689-725.
- Emmison, M. & J. Frow (1998), "Information Technology as Cultural Capital", *Australian Universities Review*, 1: 41-45.
- Engelhardt, G. V. & C. J. Mayer (1998), "Intergenerational Transfers, Borrowing Constraints, and Saving Behavior: Evidence From the Housing Market", *Journal of Urban Economics*, 44 (1): 135-157.
- Engels, Friedrich (1976 [1884]), *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, Lisboa: Presença.
- Enguita, Mariano F. (2000), "Valor e distribuição: da teoria à norma", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34: 47-80.
- Enns, Sandra, Todd Malinick, & Ralph Matthews (2008), "It's Not Only Who You Know, It's Also Where They Are: Using the Position Generator to Investigate the Structure of Access to Embedded Resources", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Erickson, Bonnie H. (2008), "Why Some Occupations Are Better known Than Others", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Eriksen, Shelley & Naomi Gerstel (2002), "A Labor of Love or Labor Itself. Care Work Among Adult Brothers and Sisters", *Journal of Family Issues*, 23 (7): 836-856.
- Erikson, R. & J. H. Goldthorpe (1992), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford: Clarendon.
- Esser, Hartmut (2008), "The two meanings of social capital", in Dario Castiglione, Jan W. van Deth & Guglielmo Wolleb (eds.), *The Handbook of Social Capital*, Oxford: Oxford University Press.
- Estanque, Elísio & José Manuel Mendes (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.
- Etzioni, A. (1995), *The Spirit of Community: Rights, Responsibilities and the Comunitarian Agenda*, London: Fontana.
- Farr, James (2004), "Social Capital: a conceptual history", *Political Theory*, 32 (1): 6-33.
- Favart-Jardon, Evelyne (2002), "Women's 'Family Speech'. A tri-generational study of family memory", *Current sociology*, 50 (2): 309-319.
- Fernandes, Ana (1997), *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*, Oeiras: Celta.
- Ferrera, M. (1996), "The 'Southern Model' of welfare in social Europe", *Journal of European Social Policy*, 6 (1): 17-37.
- Field, John (2008), *Social Capital*, 2ª ed., London & New York: Routledge.

- Field, John, Tom Schuller & Stephen Baron (2000), "Social Capital and Human Capital Revisited", in S. Baron, J. Field & T. Schuller (eds.), *Social Capital: Critical Perspectives*, Oxford: Oxford University Press.
- Finch, Janet & Jennifer Mason (1993). *Negotiating Family Responsibilities*, London: Routledge.
- Finch, Janet (1989). *Family Obligations and Social Change*. Cambridge: Polity.
- Fine, Ben (2000), *Social Capital versus Social Theory: political economy and social science at the end of the millennium*, London & New York: Routledge.
- Finsveen, E. & W. Van Oorschot (2008), "Access to Resources in Networks: A Theoretical and Empirical Critique of Networks as a Proxy for Social Capital", *Acta Sociologica*, 51: 293-307.
- Fischer, Claude S. (2005), "Bowling Alone: What's the Score?", *Social Networks*, 27: 155-167.
- Flap, Henk & Beate Völker (2008), "Social, Cultural, and Economic Capital and Job Attainment: The Position Generator as a Measure of Cultural and Economic Resources", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Foley, Michael W. & Bob Edwards (1997), "Editor's Introduction: Escape from politics? Social theory and the social capital debate", *American Behavioral Scientist*, 40 (5): 550-561.
- Foley, Michael W. & Bob Edwards (1999), "Is it time to disinvest in social capital?", *Journal of Public Policy*, 19: 141-73.
- Fontaine, Roméo, Agnès Gramain & Jérôme Wittwer (2007), "Les configurations d'aide familiales mobilisées autour des personnes âgées dépendantes en Europe", *Économie et Statistique*, 403/404: 97-115.
- Forsé, Michel (1981), "La sociabilité", *Économie et Statistique*, 132: 39-48.
- Forsé, Michel & Louis Chauvel (1995), "L'évolution de l'homogamie en France. Une méthode pour comparer les diagonalités de plusieurs tables", *Revue Française de Sociologie*, 36 (1): 123-142.
- Fortes, Meyer (1969), *Kinship and the social order: The legacy of Lewis Henry Morgan*, Chicago: Aldine.
- Fortin, Andrée (1985), "Familles, réseaux et stratégies de sociabilité", in Simon Langlois & François Trudel (dir.), *La morphologie sociale en mutation au Québec, Actes du colloque annuel de l'ACSALF*, Montréal: ACSALF.
- Foucault, Michel (1993), *Surveiller et Punir. Naissance de la prison*, Paris: Gallimard.
- Foucault, Michel (1994), *História da Sexualidade*, 3 vols., Lisboa: Relógio d'Água.
- Frank, Kenneth A. & Jeffrey Y. Yasumoto (1998), "Linking Action to Social Structure within a System: Social Capital within and between Subgroups", *American Journal of Sociology*, 104 (3): 642-686.
- Freeman, J. D. (1961), "On the Concept of the Kindred", *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 91: 192-220.
- Friedman, Raymond & David Krackhardt (1997), "Social Capital and Career Mobility: A Structural Theory of Lower Returns-to education for Asians", *Journal of Applied Behavioral Science*, 33 (3): 316-334.
- Fu, Yang-chih (2008), "Position Generator and Actual Networks in Everyday Life: An Evaluation with Contact Diary", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.

- Fukuyama, Francis (1995), *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*, London: Hamish Hamilton.
- Fukuyama, Francis (2000), *Social Capital and Civil Society*, Washington: International Monetary Fund.
- Fulkerson, Gregory M. & Gretchen H. Thompson (2009), “The Evolution of a Contested Concept: A Meta-Analysis of Social Capital Definitions and Trends (1988–2006)”, *Sociological Inquiry*, 78 (4): 536–557.
- Gabbay, Shaul M. & Roger Th. A. J. Leenders (eds.) (2001), *Social Capital of Organizations*, Research in the Sociology of Organizations, vol. 18, Oxford: JAI – Elsevier Science.
- Galland, Olivier (1997), “Parler en famille : les échanges entre parents et enfants”, *Économie et Statistique*, 304-305 : 163-177.
- Gans, Herbert J. (1967), *The Levittowners: Ways of Life and Politics in a New Suburban Community*, New York: Pantheon.
- Garey, Anita Ilta (2002), “Social Domains and Concepts of Care. Protection, Instruction, and Containment in After-School Programs”, *Journal of Family Issues*, 23 (6): 768-788.
- Garey, Anita Ilta, Karen V. Hansen, Rosanna Hertz & Cameron Macdonald (2002), “Care and Kinship. An Introduction”, *Journal of Family Issues*, 23 (6): 703-715.
- Gauthier, Anne (2002), “The Role of Grandparents”, *Current Sociology*, 50 (2): 295–307.
- Gesthuizen, M., T. Van der Meer & P. Scheepers (2008), “Education and dimensions of social capital: do educational effects differ due to educational expansion and social security expenditure?”, *European Sociological Review*, 24: 617-632.
- Ghasarian, Christian (1999), *Introdução ao Estudo do Parentesco*, Terramar: Lisboa.
- Giddens, Anthony (1993), *The Constitution of Society*, Cambridge: Polity.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta.
- Giddens, Anthony (1995), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras: Celta.
- Giele, J. Z. & Glenn H. Elder, Jr. (1998), *Methods of Life Course Research: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks: Sage.
- Gil, Ana Paula Martins (1999), “Redes de solidariedade intergeracional na velhice”, *Cadernos de Política Social*, 1: 91-114.
- Girard, Alain (1981 [1964]), *Le Choix du Conjoint. Une enquête psycho-sociologique en France*, Paris: P.U.F./I.N.E.D.
- Glaeser, E. L., D. Laibson & B. Sacerdote (2000), *The Economic Approach to Social Capital*, working paper n. 7728, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Glanville, Jennifer L. & Elisa Jayne Bienenstock (2009), “A Typology for Understanding the Connections Among Different Forms of Social Capital”, *American Behavioral Scientist*, 52 (11): 1507-1530.
- Glenn, N. D. (2003), “Distinguishing age, period, and cohort effects”, in J. T. Mortimer & M. J. Shanahan (eds.), *Handbook of the Life Course*, New York: Kluwer.
- Godard, F. (1992), *La Famille: affaire de générations*, Paris: PUF.
- Godelier, Maurice (2004), *Métamorphoses de la parenté*, Paris: Fayard.
- Goldthorpe, John H., Catriona Llewellyn & Clive Payne (1987), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford: Clarendon.

- Gollac, Michel & Pierre Laulhé (1987), “Les composantes de l'hérité sociale: un capital économique et culturel à transmettre”, *Économie et Statistique*, 199-200: 95-105.
- Goodwin, Robin & Sonia Hernandez Plaza (2000), “Perceived and received social support in two cultures: Collectivism and support among British and Spanish students”, *Journal of Social and Personal Relationships*, 17 (2): 282–291.
- Gotman, A. & A. Laferrère (1991), “L'héritage”, in F. de Singly (dir.), *La Famille. L'État des Savoirs*, Paris: La Découverte.
- Gouldner, Alvin W. (1960), “The norms of reciprocity: a preliminary statement”, *American Sociological Review*, 25: 161-178.
- Grannis, Rick (2010), “Six Degrees of 'Who Cares?'”, *American Journal of Sociology*, 115 (4): 991–1017.
- Granovetter, Mark (1973), “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, 78 (6): 1360-1380.
- Granovetter, Mark (1982), “The Strength of Weak Ties. A Network Theory revisited”, in Peter V. Marsden & Nan Lin (eds.), *Social Structure and Network Analysis*, London: Sage.
- Granovetter, Mark (1985), “Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 91 (3): 481-510.
- Granovetter, Mark (1995), *Getting a Job. A Study of Contacts and Careers*, 2ª edição, Chicago & London: University of Chicago Press.
- Grootaert, Christiaan & Thierry Van Bastelaer (2002), *Understanding and measuring social capital: a multidisciplinary tool for practitioners*, Vol. 1, Washington: The World Bank.
- Guerreiro, Mª das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial - PME em Portugal*, Oeiras: Celta.
- Guillaume, Jean-François (2002), “Professional Trajectory and Family Patrimony”, *Current Sociology*, 50 (2): 203–211.
- Gullestad, Marianne & Martine Segalen (eds) (1997), *Family and Kinship in Europe*, London & Washington: Pinter.
- Häkli, Jouni & Claudio Minca (eds.) (2009), *Social Capital and Urban Networks of Trust*, Farnham/Surrey: Ashgate.
- Häkli, Jouni (2009), “Geographies of Trust”, in J. Häkli & C. Minca (eds.), *Social Capital and Urban Networks of Trust*, Farnham/Surrey: Ashgate.
- Hammarström, Gunhild (2005), “The construct of intergenerational solidarity in a lineage perspective: A discussion on underlying theoretical assumptions”, *Journal of Aging Studies*, 19: 33–51.
- Hanifan, Lyda Judson (1916), “The rural school community center”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 67: 130-138.
- Hanifan, Lyda Judson (1920), *The Community Center*, Boston: Silver, Burdett & Company.
- Hannerz, Ulf (1969), *Soulside: Inquiries into ghetto culture and community*, New York: Columbia University Press
- Hareven, Tamara (1982), *Family Time and Industrial Time*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hareven, Tamara (1994), *Synchronising Individual Time, Family Time and Historical Time: the Life Course approach*, Paris, manuscrito.
- Harker, R. (1990), “Education and Cultural Capital”, in R. Harker, C. Mahar & C. Wilkes (eds.), *An Introduction to the Work of Pierre Bourdieu: the practice of theory*, London: Macmillan Press.

- Heinz, W. R. & H. Krüger (2001), "Life Course, Innovations and Challenges for Social Research", *Current Sociology*, 49 (2): 29-45.
- Henriques, Maria Adosinda (1993), "Mútuas de seguro de gado: uma forma de sociedade-providência", in B. S. Santos (org), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto: Afrontamento.
- Héran, François (1986), "Les relations de voisinage en France", *Premiers résultats*, INSEE, 67.
- Héran, François (1987<sup>a</sup>), "Les relations de voisinage", *Données sociales*, INSEE, 326-337.
- Héran, François (1987<sup>b</sup>), "Comment les Français voisinent", *Économie et Statistique*, 195: 43-60.
- Héran, François (1987<sup>c</sup>), "Trouver à qui parler : le sexe et l'âge de nos interlocuteurs", *Données sociales*, INSEE, 364-368.
- Héran, François (1988), "La sociabilité, une pratique culturelle", *Économie et Statistique*, 216: 3-22.
- Herpin, Nicolas & Daniel Verger (1985), "Flux et superflu : l'échange des cadeaux en fin d'année", *Économie et Statistique*, 173: 33-47.
- Herpin, Nicolas & Jean-Hugues Déchaux (2004), "Entraide familiale, indépendance économique et sociabilité", *Économie et Statistique*, 373: 3-32.
- Hespanha, Maria José (1993), "Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade-providência", in B. S. Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto: Afrontamento.
- Hespanha, Pedro (1995), "Vers une société simultanément pré- et post-moderne. L'état des solidarités intergénérationnelles au Portugal", in C. Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations*, Paris: Nathan.
- Hespanha, Pedro (1999), "Em torno do papel providencial da sociedade-civil portuguesa", *Cadernos de Política Social*, 1: 13-42.
- Hespanha, Pedro (coord.) (2000), *Entre o Estado e o Mercado. As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*, Coimbra: Quarteto.
- Hofferth, Sandra L., Johanne Boisjoly & Greg J. Duncan (1999), "The development of social capital", *Rationality and Society*, 11 (1): 79-110.
- Hsung, Ray-May & Yi-Jr Lin (2008), "Social Capital of Personnel managers: Causes and Return of Position-Generated Networks and Participation in Voluntary Associations", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Hughes, Everett Cherrington (1958), *Men and Their Work*, Glencoe: Free Press.
- Illich, Ivan (1975 [1973]), *Tools for Conviviality*, London: Fontana.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and post-modernization: cultural, economic and political change in 43 societies*, Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (2003), "Modernization and Volunteering", in P. Dekker & L. Halman (eds.), *The values of volunteering*, New York: Kluwer.
- Jacobs, Jane (1961), *The Death and Life of Great American Cities*, New York: Random House & Vintage Books.
- Jones, G. (1995), *Family Support for Young People*, London: Family Policy Studies Centre.
- Kaasa, A. & E. Parts (2008), "Individual-level determinants of social capital in Europe: differences between country groups", *Acta Sociologica*, 51: 145-168.
- Kadushin, Charles (2004), "Too much investment in social capital?", *Social Networks*, 26: 75-90.
- Kalmijn, M. (1991), "Status homogamy in the United States", *American Journal of Sociology*, 97 (2): 496-523.



- Kauffman, Jean-Claude (2007), *Familles à table. Sous le regard de Jean-Claude Kaufmann*, Paris: Armand Colin.
- Kellerhals, Jean & C. Burton-Jeangros (1995), *Structural and normative aspects of solidarity networks within the kin groups*, comunicação ao 2º Congresso Europeu de Sociologia, Budapest, policopiado.
- Kellerhals, Jean & Huguette Mc Cluskey (1988), “Uma topografia subjectiva do parentesco”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5: 171-189.
- Kellerhals, Jean, Pierre-Yves Troutot & Emmanuel Lazega (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins: Europa-América.
- Kellerhals, Jean, Cristina Ferreira & David Perrenoud (2002), “Kinship cultures and identity transmissions”, *Current Sociology*, 50 (2): 213-228.
- Kellerhals, Jean, J.-F. Perrin, G. Steinauer-Cresson, L. Vonèche & G. Wirth (1982), *Mariages au Quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausanne: Pierre-Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean, Josette Coenen-Huther & Malik von Allmen (1995), “Les formes du réseau de soutien dans la parenté”, in C. Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris: Nathan.
- Kohli, Martin (1994), “Commentary: rural families as a Model for Intergenerational Transmission”, in Vern L. Bengtson et al. (eds.), *Adult Intergenerational Relations: Effects of Societal Change*, New York: Springer.
- Kohli, Martin (1996), “The problem of generations: Family, Economy, Politics”, *Public Lectures Series*, Collegium Budapest & Institut for Advanced Study, 14.
- Kohli, Martin (1999), “Private and public transfers between generations: linking the family and the state”, *European Societies*, 1: 81-104.
- Knoke, D. (1999), “Organizational networks and corporate social capital”, in S. M. Gabbay (ed.), *Corporate Social Capital and Liability*, Boston: Kluwer.
- Kohn, M. L. & C. Schooler (1983), *Work and Personality: an inquiry into the impact of social stratification*, Norwood: Ablex.
- Komter, Aafke E. & Wilma Vollebergh (1997), “Gift giving and the emotional significance of family and friends”, *Journal of Marriage and the Family*, 59: 747-757.
- Komter, Aafke E. & Wilma Vollebergh (2002), “Solidarity in Dutch Families. Family Ties Under Strain?”, *Journal of Family Issues*, 23 (2): 171-188.
- Komter, Aafke E. (2007), “Gifts and Social Relations: the mechanisms of reciprocity”, *International Sociology*, 22: 93-107.
- Laferrère, A. & François-Charles Wolff (2006), “Microeconomic Models of Family Transfers”, in S.-C. Kolm & J. M. Ythier (eds.), *Handbook on the Economics of Giving, Altruism and Reciprocity*, vol. 2, North-Holland: Elsevier.
- Lahire, Bernard (ed.) (2001), *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques*, Paris: La Découverte.
- Lahire, Bernard (2004), *La culture des individus: Dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris: La Découverte.
- Lahire, Bernard (2005), “Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49: 11-42.

- Lai, Gina (2008), "Marriage, Gender and Social Capital", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Larsen, C. A. (2007), "How welfare regimes generate and erode social capital: the impact of underclass phenomena", *Comparative Politics*, 40: 83-101.
- Laslett, Peter (1965), *The World We Have Lost: England Before the Industrial Age*, New York: Methuen.
- Laslett, Peter & Richard Wall (eds.) (1972), *Household and Family in Past Times*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Lazega Emmanuel & Marie-Odile Lebeaux (1995), "Capital social et contrainte latérale", *Revue Française de Sociologie*, 36 (4): 759-777.
- Leach, Edmund Ronald (1961), *Pul Eliya: a village in Ceylon*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Le Bras, Hervé (1973), "Parents, grands-parents, bisaïeux", *Population*, 28 (1): 9-38.
- Legros, Florence (2002), "Huit approches des transferts intergénérationnels", *Revue Économique*, 53 (4): 711-718.
- Lenoir, Rémi (1985), "L'effondrement des bases sociales du familialisme", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 57/58: 69-88.
- Lenoir, Rémi (1996), "Objeto sociológico e problema social", in P. Champagne *et al.*, *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis: Vozes.
- Le Play, Frédéric (2003 [1855-1881]), *Textes Choisis et Préface par Louis Baudin (1947)*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- Leseman, Frédéric & Claude Martin (1993), "Solidarités familiales et politiques sociales", *Notes et Etudes documentaires*, 2/3: 4967-4968.
- Lévi-Strauss, Claude (1949), *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris: PUF.
- Lévi-Strauss, Claude (2001 [1950]), "Introdução à obra de Marcel Mauss", in Marcel Mauss (2001 [1926]), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa: Edições 70.
- Lewis, Oscar (1979 [1961]), *The Children of Sanchez. Autobiography of a Mexican Family*, New York: Vintage.
- Li, Yaojun, Mike Savage & Alan Warde (2008), "Social mobility and social capital in contemporary Britain", *The British Journal of Sociology*, 59 (3): 391-411.
- Li, Yaojun, Mike Savage & Andrew Pickles (2003), "Social Change, Friendship and Civic Participation", *Sociological Research Online*, 8 (4), [www.socresonline.org.uk/8/4/li.html].
- Lima, Antónia Pedrosa de (1993), "A importância das emoções: novos caminhos no estudo do parentesco e da família", in Xavier Roigé i Ventura (coord.), *Perspectivas en el estudio del parentesco y la familia*, Actas del VI Congreso de Antropologia, Tenerife: Federación de Asociaciones de Antropologia del Estado Español.
- Lima, Antónia Pedrosa de (1999<sup>a</sup>), *Grandes Famílias Grandes Empresas*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.
- Lima, Antónia Pedrosa de (1999<sup>b</sup>), "Sócios e parentes: Valores familiares e interesses económicos nas grandes empresas familiares portuguesas", *Etnográfica*, 1: 87-111.
- Lima, Antónia Pedrosa de (2003), "Relações familiares na elite empresarial de Lisboa", in A. C. Pinto e A. Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras: Celta.

- Lima, Pedro, António P. Dores & António F. da Costa (1991), “Classificações de profissões nos Censos 91”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 10: 43-66.
- Lin, Nan (1999), “Building a Network Theory of Social Capital”, *Connections*, 22 (1): 28-51.
- Lin, Nan (2001), *Social Capital. A Theory of Social Structure and Action*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Lin, Nan (2006), “A Network Theory of Social Capital”, in Dario Castiglione, Jan van Deth & Guglielmo Wolleb (eds.), *Handbook on Social Capital*, Oxford: Oxford University Press.
- Lin, Nan (2008), “Building a Network Theory of Social Capital”, in Nan Lin, Karen Cook & Ronald S. Burt (eds.), *Social Capital. Theory and Research*, London: Aldine Transaction.
- Lin, Nan & Dan Ao (2008), “The Invisible hand of Social Capital: An Exploratory Study”, in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Lin, Nan & Bonnie H. Erickson (eds.) (2008<sup>a</sup>), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Lin, Nan & Bonnie H. Erickson (2008<sup>b</sup>), “Theory, Measurement, and the Research Enterprise on Social Capital”, in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Lin, Nan & Mary Dumin (1986), “Access to Occupations through Social Ties”, *Social Networks*, 8: 365-385.
- Lin, Nan & Jeanne Wescott (1991), “Marital Engagement/Disengagement, Social networks, and Mental Health”, in J. Eckenrode (ed.), *The Social Context of Coping*, New York: Plenum.
- Lin, Nan, Karen Cook & Ronald S. Burt (eds.) (2008), *Social Capital. Theory and Research*, London: Aldine Transaction.
- Lipovetsky, Gilles (1988), *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Lobo, Isabel de Sousa (1985), “Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje”, *Análise Social*, 87-88-89, 527-562.
- Logan, John & Glenna Spitze (1996), *Family Ties: Enduring Relations between Parents and their Grown Children*, Philadelphia: Temple University Press.
- Lopes, João Teixeira (2007), *Da democratização à democracia cultural. Uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*, Porto: Profedições.
- López, Marielsa (1992), “Famille et mobilité sociale au Venezuela”, in GREF/AISLF (eds.), *Familles et Contextes Sociaux*, Actes du Colloque de Lisbonne, Lisboa: CIES-ISCTE.
- Loury, Glenn Cartman (1977), “A dynamic theory of racial income differences”, in P. A. Wallace e A. M. La Mond (orgs.), *Women, Minorities, and Employment Discrimination*, Lexington: Heath.
- Loury, Glenn Cartman (1981), “Intergenerational transfers and the distribution of earnings”, *Econometrica*, 49: 843-67.
- Loury, Glenn Cartman (1992), “The economics of discrimination: Getting to the core of the problem”, *Harvard Journal for African American Public Policy*, 1: 91-110.
- Machado, Fernando Luís & António F. da Costa (1998), “Processos de uma Modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, in J. M. L. Viegas e A. F. Costa, *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras: Celta.

- Machado, Fernando Luís, António F. da Costa & João F. de Almeida (1989), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28: 189-209.
- Machado, Fernando Luís, António F. da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova & João F. de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66: 45-80.
- Machado, Fernando Luís (1991), *Classes, Grupos de Referência e Identidades*, Parte II, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa: ISCTE.
- Magee, Marc Porter (2008), “Civic Participation and Social Capital: A social Network Analysis in Two American Counties”, in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Manheim, Karl (1952 [1927]), “The problem of generations”, in P. Kecskemeti (ed.), *Essays on the sociology of knowledge*, London: Routledge & Kegan Paul.
- Maresca, Sylvain (1980), “Grandeur et permanence des grandes familles paysannes”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31: 35-61.
- Martin, Claude (1992), “Support et affection. Logiques d’échange et solidarités familiales après la déunion”, *Revue internationale d’action communautaire*, 27/69: 89-99.
- Martin, Claude (1993), “Risque solitude. Divorces et vulnérabilité relationnelle”, *Revue internationale d’action communautaire*, 29/69: 69-84.
- Martin, Claude (1995<sup>a</sup>), “Os limites da protecção da família. Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação família-Estado”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42: 53-76.
- Martin, Claude (1995<sup>b</sup>), “Vieillesse, dépendance et solidarités en Europe”, in C. Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris : Nathan.
- Martin, Claude (2003), “Les solidarités familiales: bon ou mauvais objet sociologique?”, in D. Debordeaux & P. Strobel, *Solidarités familiales en questions*, Paris: L.G.D.J.
- Marx, Karl (1997 [1867]), *O Capital, Livro I: o processo de produção do capital, tomo III*, Lisboa: Avante.
- Masson, André (2003<sup>a</sup>), “Économie des solidarités. Famille, État, et contrats générationnels”, in D. Debordeaux & P. Strobel, *Solidarités familiales en questions*, Paris: L.G.D.J.
- Masson, André (2003<sup>b</sup>), “Économie des solidarités. Forces et faiblesses des solidarités comme anti-marché”, in D. Debordeaux & P. Strobel, *Solidarités familiales en questions*, Paris: L.G.D.J.
- Mauss, Marcel (2001 [1926]), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa: Edições 70.
- McLean, Scott L., David Andrew Schultz & Manfred B. Steger (2002), *Social capital: critical perspectives on community and "Bowling alone"*, New York & London: New York University Press.
- Meil, Gerardo (2002), “Exchanges among generations in Spain”, in R. Nave-Herz (ed.), *Family change and intergenerational relations in different cultures*, Würzburg: Ergon.
- Meil, Gerardo (2006), “The Consequences of the Development of a Beanpole Kin Structure on Exchanges Between Generations. The Case of Spain”, *Journal of Family Issues*, 27 (8): 1085-1099.
- Menger, Carl (2007 [1871]), *Principles of Economics*, Auburn: Ludwig von Mises Institute.
- Merllié, Dominique & Jean-Yves Cousquer (1980), “Mariage et relations familiales dans l'aristocratie rurale: deux entretiens”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31: 22-34.

- Merton, Robert King (1988), "The Matthew Effect in Science, II: Cumulative Advantage and the Symbolism of Intellectual Property", *ISIS*, 79:606-623.
- Milardo, R. M. (ed.) (1988), *Families and social networks: An overview of theory and methodology*, Newbury Park: Sage.
- Milgram, Stanley (1967), "The Small World Problem", *Psychology Today*, 1: 61-67.
- Mitchell, B. A. (2003), "Life Course Theory", in J. J. Ponzetti (ed.), *The International Encyclopedia of Marriage and Family Relationships*, New York: MacMillan Reference.
- Mitchell, William E. (1963), "Theoretical Problems in the Concept of Kindred", *American Anthropologist*, 65 (2): 343-54.
- Miyata, Kakuki, Ken'ichi Ikeda & Tetsuro Kobayashi (2008), "The Internet, Social Capital, Civic Engagement, and Gender in Japan", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Moerbeek, Hester & Henk Flap (2008), "Social Resources and Their Effect on Occupational Attainment through the Life Course", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Molina, José (2001), *El análisis de redes sociales. Una introducción*, Barcelona: Bellaterra.
- Morgan, David (2009), *Acquaintances: The Space Between Intimates and Strangers*, Berkshire: Open University Press.
- Moore, G. (1990), "Structural Determinants of Men's and Women's Personal Networks", *American Sociological Review*, 55: 726-735.
- Morrow, Virginia (2003), *Conceptualizing Social Capital in Relation to Children and Young People: Is it Different for Girls?*, Paper presented to the Gender and Social Capital Conference, Winnipeg: University of Manitoba.
- Mozzicafreddo, Juan (1992), "O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12: 57-89.
- Nahapiet, Janine & Sumantra Ghoshal (1998), "Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage", *Academy of Management Review*, 23 (2): 242-266.
- Narotzky, Susana (2006), "Binding labour and capital: moral obligation and forms of regulation in a regional economy", *Etnográfica*, 10 (2): 337-354.
- Nauck, Bernhard & Otto G. Schwenk (2001), "Did Societal Transformation Destroy the Social Networks of Families in East Germany?", *American Behavioral Scientist*, 44 (11): 1864-1878.
- Newton, Kenneth (1999), "Social capital and democracy in modern Europe", in Jan W. Van Deth, Marco Marffi, Kenneth Newton & Paul F. Withely (eds.), *Social Capital and European Democracy*, London: Routledge.
- Nunes, João Arriscado (1995), "Com mal ou com bem, aos teus te atém: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42: 5-25.
- Nunes, João Sedas (1999), "Capital Cultural: uma noção em final de carreira? A propósito das forças e das fraquezas da noção de capital cultural e da sociologia de Pierre Bourdieu", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 31: 69-82.
- Nunes, Nuno (2008), *A sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal*, CIES e-working paper Nº 48/2008, Lisboa: CIES - ISCTE-IUL.
- Nunn, Alex, Steve Johnson, Surya Monro, Tim Bickerstaffe, & Sarah Kelsey (2007), *Factors influencing social mobility*. Colegate, Norwich: Department for Work and Pensions.

- Odaci, Luiz Coradini (2010), “The divergences between Bourdieu’s and Coleman’s notions of social capital and their epistemological limits”, *Social Science Information*, 49 (4): 563-583.
- O’Neill, Brian (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiros. Desigualdade social numa aldeia transmontana*, Lisboa: D. Quixote.
- Pahl, Ray & Liz Spencer (2004), “Personal Communities: Not Simply Families of ‘Fate’ or ‘Choice’”, *Current Sociology*, 52 (2): 199-221.
- Paine, Robert (1969), “In Search of Friendship: An Exploratory Analysis of ‘Middle-Class’ Culture”, *Man*, 4: 505-524.
- Paine, Robert (1970), “Anthropological approaches to friendship”, *Humanitas*, 6: 139-159.
- Pais, José Machado (1998), “Introdução”, in José Machado Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: ICS/SEJ.
- Park, Robert E., Ernest Burgess, Roderic McKenzie (1925), *The City*, Chicago: University of Chicago Press.
- Parsons, Talcoot & Robert F. Bales (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, Glencoe: Free Press.
- Parsons, Talcott (1971), “A estrutura social da família”, in Ruth Nanda Anshen (ed.), *A Família: a sua função e destino*, Lisboa: Meridiano.
- Passeron, Jean-Claude (1989), “Biographie, flux, itinéraires, trajectoires”, *Revue Française de Sociologie*, XXXI (1): 3-22.
- Paugam, Serge & J.-P. Zoyem (1997), “Le soutien financier de la famille : une forme essentielle de la solidarité”, *Économie et Statistique*, 308-309-310 : 187-210.
- Paugam, Serge (1996), “Poverty and Social Disqualification: a comparative analysis of cumulative social disadvantage in Europe”, *Journal of European Social Policy*, 6 (4): 287-303.
- Perdue, W. D. (1986), *Sociological theory: Explanation, paradigm, and ideology*, Palo Alto: Mayfield.
- Pereira, Gaspar Martins (1995), *Famílias Portuenses na viragem do século (1880-1910)*, Lisboa: Afrontamento.
- Perret, Bernard (2006), “De la valeur des structures sociales: capital ou patrimoine”, in Antoine Bevort & Michel Lallement, *Le Capital Social. Performance, équité et réciprocité*, Paris: La Découverte.
- Perry-Jenkins, Maureen & Sonya Salamon (2002), “Blue-Collar Kin and Community in the Small-Town Midwest”, *Journal of Family Issues*, 23 (8): 927-949.
- Pevalin, D. (2003), “More to social capital than Putnam”, Correspondence, *British Journal of Psychiatry*, 182: 172.
- Pezzin, L. E. & B. S. Schone (1999), “Intergenerational Household Formation, Female Labor Supply, and Informal Caregiving: A Bargaining Approach”, *Journal of Human Resources*, 34 (3): 475-503.
- Pimentel, Luísa (2007), *A prestação de cuidados a pessoas idosas dependentes: uma análise das relações familiares intergeracionais e de germanidade*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Pinto, Louis (1998), *Pierre Bourdieu et la théorie du monde social*, Paris: Albin Michel.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta.
- Pitrou, Agnès (1977), “Le soutien familial dans la société urbaine”, *Revue Française de Sociologie*, 18 (1): 47-84.

- Pitrou, Agnès (1978), *Vivre sans famille? Les solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*, Toulouse: Privat.
- Pitrou, Agnès (1987<sup>a</sup>), "L'interaction entre la sphère du travail et la sphère de la vie familiale", *Sociologie et Sociétés*, XIX (2): 103-113.
- Pitrou, Agnès (1987<sup>b</sup>), "Pour une lecture théorique de l'articulation entre temps sociaux et projet familiale", in AISLF (ed.), *La Dynamique Familiale et les Constructions sociales du Temps*, Liège: Université de Liège.
- Pitrou, Agnès (2003), "A la recherche des solidarités familiales. Concepts incertains et réalité mouvante", in D. Debordeaux & P. Strobel, *Solidarités familiales en questions*, Paris: L.G.D.J.
- Portes, Alejandro & Julia Sensenbrenner (1993) "Embeddedness and immigration: Notes on the social determinants of economic action", *American Journal of Sociology*, 98: 1320-1350.
- Portes, Alejandro & Patricia Landolt (1996), "Unsolved mysteries: the Tocqueville files II – the downside of social capital", *The American Prospect*, 26 (94): 18-23.
- Portes, Alejandro & Patricia Landolt (2000), "Social Capital: Promise and Pitfalls of its Role in Development", *Journal of Latin American Studies*, 32: 529-547.
- Portes, Alejandro (1998), "Social capital: its origins and applications in modern sociology", *Annual Review of Sociology*, 24: 1-24.
- Portes, Alejandro (2000<sup>a</sup>), "Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33: 133-158
- Portes, Alejandro (2000<sup>b</sup>), "The two meanings of social capital", *Sociological Forum*, 15: 1-12.
- Portugal, Sílvia (1995), "As mãos que embalam o berço: um estudo sobre as redes informais de apoio à maternidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42: 155-178.
- Poulantzas, Nicos (1978), *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Proudhon, Pierre-Joseph (2002 [1840]), *Qu'est-ce que la propriété ? ou Recherches sur le Principe du Droit et du Gouvernement. Premier mémoire*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- Prouteau, Lionel & François-Charles Wolff (2003), "Les services informels entre ménages : une dimension méconnue du bénévolat", *Économie et Statistique*, 368: 3-31.
- Putnam, Robert D. (1995), "Bowling Alone: America's declining social capital", *Journal of Democracy*, 6: 65-78.
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York: Simon & Schuster.
- Putnam, Robert D. (ed.) (2002), *Democracies in Flux. The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, Oxford: Oxford University Press.
- Putnam, Robert D., Lewis M. Feldstein & Don Cohen (2003), *Better Together: Restoring the American Community*, New York: Simon & Schuster.
- Putnam, Robert D., Robert Leonardi & Raffaella Y. Nanetti (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.
- Reay, D. (2000), "A useful extension of Bourdieu's conceptual framework?: emotional capital as a way of understanding mother's involvement in their children's education", *Sociological Review*, 48 (4): 568-585.
- Rémy, J. (1967), "Persistance de la famille étendue dans un milieu industriel et urbain", *Revue Française de Sociologie*, 8 (4): 493-505.

- Renaut, S. (2003), “L’entraide familiale dans un environnement multigénérationnel”, *Recherches et Prévisions*, 71: 21-44.
- Retière, Jean-Noël (2003), “Autour de l’autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire”, *Politix*, 16 (63): 121-143.
- Ribeiro, Manuela (1997), *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990). Um estudo de Sociologia em que as mulheres também contam*, Lisboa: Calouste Gulbenkian e JNICT.
- Ritzer, George (1996), *Sociological Theory*, New York: McGraw Hill.
- Roberts, Robert E. L., L. N. Richards & Vern L. Bengtson (1991) “Intergenerational Solidarity in Families: Untangling the Ties that Bind”, *Marriage and Family Review*, 16 (1-2), 11-46.
- Robison, L. J., A. A. Schimd, & M. E. Siles (2002), “Is Social Capital Really Capital?”, *Review of Social Economy*, 60: 1-21.
- Rosental, Paul-André (2003), “Les liens familiaux, forme historique?”, in D. Debordeaux & P. Strobel, *Solidarités familiales en questions*, Paris: L.G.D.J.
- Rosenthal, C. J. (1985), “Kinkeeping in the Familial Division of Labor”, *Journal of Marriage and the Family*, 47 (4): 965-974.
- Roussel, Louis (1975), *Le Mariage dans la société française contemporaine: faits de population, données d'opinion*, Paris: INED/PUF.
- Roussel, Louis (1976), “Reproduction Sociale et Continuité Culturelle”, in Louis Roussel e Odile Bourguignon, *La Famille après le Mariage des Enfants*, Paris: INED/PUF.
- Roussel, Louis (1980), “Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux”, *Population*, X (6): 1025-1039.
- Roussel, Louis (1989), *La Famille Incertaine*, Paris: Odile Jacob.
- Roussel, Louis (1991), “Les types de famille”, in F. de Singly (dir.), *La Famille. L'État des Savoirs*, Paris: La Découverte.
- Roussel, Louis & Odile Bourguignon (1976), *La Famille après le Mariage des Enfants*, Paris: INED/PUF.
- Routledge, Bryan R & Joachim von Amsberg (2003), “Social capital and growth”, *Journal of Monetary Economics*, 50: 167-193.
- Rowland, Robert (1997), *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras: Celta.
- Rutter, M. (1993), “Resilience: Some conceptual considerations”, *Journal of Adolescent Health*, 14: 626-631.
- Sahlins, Marshall (1972), *Stone age economics*, London: Tavistock.
- Saint-Martin, Monique de (1980), “Une grande famille”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31: 4-21.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia”, in B. Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), “Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42: ii-vii.



- Santos, Félix Riquena (1994), *Amigos y Redes Sociales: Elementos para una Sociología de la Amistad*, Madrid: CIS/Siglo Veintiuno.
- São José, José de (2009), *Cuidar de um familiar idoso dependente : trajetórias de cuidar e seus significados*, Dissertação de Doutorado, Lisboa: ICS-UL.
- Saraceno, Chiara (1992), *Sociologia da Família*, Lisboa: Estampa.
- Schiff, Maurice (1992), “Social capital, labour mobility, and welfare: The impact of uniting states”, *Rationality and Society*, 4 (2): 157-175.
- Schlicht, Ekkehart (1984), “Cognitive Dissonance in Economics”, in H. Todt (ed.), *Normengeleitetes Verhalten in den Sozialwissenschaften*, Berlin: Duncker und Humblot.
- Schuller, Tom, Stephen Baron & John Field (2000), “Social Capital: A Review and Critique”, in S. Baron, J. Field & T. Schuller (eds.), *Social Capital: Critical Perspectives*, Oxford: Oxford University Press.
- Sciarrone, Rocco (2000), “Réseaux mafieux et capital social”, *Politix*, 13 (49): 35-56.
- Scott, James C. (1976), *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, New Haven & London: Yale University Press.
- Segalen, Martine & Albert Jacquard (1971), “Choix du conjoint et homogamie”, *Population*, 26 (3): 487-498.
- Segalen, Martine & Françoise Zonabend (1986), “Familles en France”, in André Burguière et al., *Histoire de la Famille: 3. Le choc des Modernités*, Paris: Armand Colin.
- Segalen, Martine (1986), “La révolution industrielle: du prolétaire au bourgeois”, in André Burguière et al., *Histoire de la Famille: 3. Le choc des Modernités*, Paris : Armand Colin.
- Segalen, Martine (1993), *Sociologie da la Famille*, Paris: Armand Colin.
- Segalen, Martine (1999), “Le téléphone des familles”, *Réseaux*, 17 (96): 15-44.
- Sennet, Richard (1984 [1970]), *Families Against the City: Middle Class Homes of Industrial Chicago, 1872-1890*, Cambridge: Harvard University Press.
- Sennet, Richard (1992 [1977]), *The Fall of Public Man*, New York: Norton.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Simmel, Georg (1955 [1908 & 1922]), *Conflict and the Web of Group Affiliations*, Glencoe: Free Press.
- Simmel, Georg (1997 [1911]), “The Sociology of Sociability”, in David Frisby, Mike Featherstone (ed.), *Simmel on culture: selected writings*, London: Sage.
- Singly, François de (1987), “Théorie critique de l’homogamie”, *L’Année Sociologique*, 37: 181-205.
- Singly, François de (1992), “Contribuição para uma Sociologia dos interesses pessoais e colectivos na família ocidental”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11: 153-164.
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris: Nathan.
- Skeggs, B. (1997), *Formations of Class and Gender*, London: Sage.
- Smidt, Corwin E. (2003), *Religion as social capital: producing the common good*, Waco: Baylor University Press.
- Smith, Mark K. (2000-2009), “Social capital”, *The encyclopedia of informal education*, [[www.infed.org/biblio/social\\_capital.htm](http://www.infed.org/biblio/social_capital.htm)].
- Smith, Sandra Susan (2008), “A Question of Access or Mobilization? Understanding Inefficacious job Referral Networks among the Black Poor”, in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford, Oxford University Press.

- Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa: ICS.
- Spenner, Kenneth I. & David L. Featherman (1978), "Achievement Ambitions", *Annual Review of Sociology*, 4: 373-420.
- Spitze, Glenna (1999), "Getting Help With Housework. Household Resources and Social Networks", *Journal of Family Issues*, 20 (6): 724-745.
- Stassen, Jean-François (1995), "La Transmission du patrimoine comme enjeu et conséquence de la quotidienneté familiale", in B. Bawin-Legros & T. Jacobs (eds.), *Relations intergénérationnelles: transferts, flux et réseaux de solidarité*, Brussels: Services Fédéraux des Affaires Scientifiques, Techniques et Culturelles.
- Strathdee, Rob (2001), "Changes in Social Capital and School-to-Work Transitions", *Work, Employment & Society*, 15 (2): 311-326.
- Suttles, G. D. (1970), "Friendship as a Social Institution", in G. J. McCall (ed.), *Social Relationships*, New York: Aldine.
- Svendsen, Gert Tinggaard & Gunnar Lind Haase Svendsen (2009), "Troika of Sociology, Political Science and Economics", in Gert Tinggaard Svendsen & Gunnar Lind Haase Svendsen (eds.), *Handbook of Social Capital. The Troika of Sociology, Political Science and Economics*, Cheltenham, UK & Northampton, MA, USA: Edward Elgar.
- Svendsen, Gunnar Lind Haase (2006), "Studying social capital *in situ*: A qualitative approach", *Theory and Society*, 35: 39-70.
- Svendsen, Gunnar Lind Hasse & Gert Tinggaard Svendsen (2004), "On the wealth of nations: Bourdieueconomics and social capital", in David L. Swartz & Vera L. Zolberg, *After Bourdieu. Influence, Critique, Elaboration*, Dordrecht: Kluwer.
- Thélot, Claude (1982), *Tel Père, tel fils? Position sociale et origine familiale*, Paris: Dunod-Bordas.
- Thélot, Claude (1991), "La mobilité sociale", in F. de Singly (dir.), *La Famille. L'État des Savoirs*, Paris: La Découverte.
- Thomas, C. Y. (1996), "Capital markets, financial markets and social capital", *Social and Economic Studies*, 45: 1-23.
- Tien, H. Y. (1961), "The Social Mobility/Fertility Hypothesis Reconsidered: An Empirical Study" *American Sociological Review*, 26 (2): 247-257.
- Tindall, D. B. & Jeffrey J. Cormier (2008), "Gender, Network Capital, Social Capital, and Political Capital: The Consequences of Personal Network Diversity for Environmentalists in British Columbia", in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Tönnies, Ferdinand (1977 [1912]), *Communauté et Société. Catégories fondamentales de la sociologie pure*, Paris: PUF.
- Torres, Anália & Francisco Silva (1998), "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27: 9-65.
- Torres, Anália, José Castro, Sofia Aboim, Francisco Silva & Pedro Vasconcelos (1999), "Políticas Sociais e a Questão do Acolhimento das Crianças em Portugal", *Cadernos de Política Social*, 1: 43-90.
- Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos – uma análise sociológica*, Oeiras: Celta.

- Turner, Jonathan H. (2003), “Behavioristic exchange theory: George C. Homans”, in J. H. Turner, *The Structure of Sociological Theory*, Belmont:Wadsworth-Thomson.
- van der Gaag, Martin, Tom A.B. Snijders, & Henk Flap (2008), “Position Generator Measures and Their Relationship to Other Social Capital Measures”, in Nan Lin & Bonnie H. Erickson (eds.), *Social Capital. An International Research Program*, Oxford: Oxford University Press.
- Vasconcelos, Pedro (1995), *Estratégias de Mobilidade Social, Projectos Familiares e Reprodução Familiar em contexto rural*, Dissertação de Licenciatura, Lisboa: ISCTE.
- Vasconcelos, Pedro (1997), *Redes de Parentesco e de Solidariedade Familiar nas Sociedades Contemporâneas: notas para a sua compreensão*, working paper, Lisboa: ICS-UL.
- Vasconcelos, Pedro (1998<sup>a</sup>), “Práticas e Discursos da Conjugalidade e de Sexualidade dos Jovens Portugueses”, in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (coord.), *Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do Inquérito de 1997*, Oeiras: Celta/SEJ.
- Vasconcelos, Pedro (1998<sup>b</sup>), “Vida Familiar”, in José Machado Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: ICS/SEJ.
- Vasconcelos, Pedro (2000), “Estratégias e projectos Familiares de Mobilidade Social em contexto rural”, CDROM - *Actas do IIIº Congresso Português de Sociologia – Práticas e Processos Sociais - 1996*, Oeiras: Celta.
- Vasconcelos, Pedro (2002<sup>a</sup>), *Redes de Entreeajuda Familiar no Portugal Contemporâneo*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: ICS-UL.
- Vasconcelos, Pedro (2002<sup>b</sup>), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, *Análise Social*, 163: 507-544.
- Vasconcelos, Pedro (2003), “Famílias Complexas: Tendências de Evolução”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 83-96.
- Vasconcelos, Pedro (2005), “Redes Sociais de Apoio”, in Karin Wall (coord.), *Famílias em Portugal. Percursos, interações, relações sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ventrone, O. (2003), “Riflessioni sul concetto di capitali sociale”, in E. Amaturro (ed.), *Capitale sociale e classi dirigenti a Napoli*, Roma: Carocci.
- Verdon, Michel (1998), *Rethinking Households. An atomistic perspective on European living arrangements*; London & New York: Routledge.
- Vernier, Bernard (1980), “La circulation des biens, de la main-d'oeuvre et des prénoms à Karpathos: du bon usage des parents et de la parenté”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31: 63-92.
- Viegas, José M. L. (2010), “Associativismo, Cidadania e Espaço Público”, in Louis Joinet *et al.*, *Associativismo e Sindicalismo Judiciários. Uma realidade incontornável das Democracias Modernas*, Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.
- Villeneuve-Gokalp, Catherine (1978), “Le Réseau Familial”, *Population*, 33 (6): 1077-1094.
- Vollenwyder, Nathalie, Jean-François Bickel, Christian Lalive d’Epinay & Carole Maystre (2002), “The Elderly and their Families, 1979–94: Changing Networks and Relationships”, *Current Sociology*, 50 (2): 263–280.
- Useem, Michael & Jerome Karabel (1986), “Pathways to top corporate management”, *American Sociological Review*, 51 (2): 184-200.
- Walen, Heather R. & Margie E. Lachman (2000), “Social support and strain from partner, family, and friends: Costs and benefits for men and women in adulthood”, *Journal of Social and Personal Relationships*, 17 (1): 5–30.

- Wall, Karin (1994), "Peasant Stem Families in Northwestern Portugal: life transitions and changing family dynamics", *Journal of Family History*, 19 (3): 237-259.
- Wall, Karin (1997), *Família, Grupo doméstico e Modo de Residência: como repensar a questão da morfologia*, working paper, Lisboa: ICS-UL.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa: D. Quixote.
- Wall, Karin (coord.) (2005), *Famílias em Portugal. Percursos, interacções, relações sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha & Pedro Vasconcelos (2001), "Families and Informal Support Networks in Portugal: the reproduction of inequality", *Journal of European Social Policy*, 11 (13): 213-233.
- Wall, Richard (ed.) (1983), *Family forms in historic Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Walsemann, Katrina M., Arline T. Geronimus & Gilbert C. Gee (2008), "Accumulating Disadvantage Over the Life Course. Evidence From a Longitudinal Study Investigating the Relationship Between Educational Advantage in Youth and Health in Middle Age", *Research on Aging*. 30 (2): 169-199.
- Warde, A. & G. Tampubolon (2002), "Social Capital, Networks and Leisure Consumption", *Sociological Review*, 50 (2): 155-180.
- Weber, Florence (2003), "Pour penser la parenté contemporaine", in D. Debordeaux & P. Strobel, *Solidarités familiales en questions*, Paris: L.G.D.J.
- Weber, Florence, S. Gojard & A. Gramain (dir.) (2003), *Charges de famille. Dépendance et parenté dans la France contemporaine*, Paris: La Découverte.
- Werner, E. E. & R. S. Smith (1982), *Vulnerable but invincible: A longitudinal study of resilient children and youth*, New York: McGraw-Hill.
- Widmer, Eric & Linda-Ann La Farga (2000), "Family Networks: A Sociometric Method to Study Relationships in Families", *Field Methods*, 12 (2): 108-128.
- Widmer, Eric (1999), "Family contexts as cognitive networks: A structural approach of family relationships", *Personal Relationships*, 6:487-503.
- Widmer, Eric (2010), *Family configurations. A structural approach of family diversity*, London: Ashgate.
- Widmer, Eric, Jean Kellerhals & René Levy (2003), *Couples Contemporains – Cohésion, régulation et conflits*, Bienne: Seismo.
- Widmer, Eric, Jean Kellerhals & René Levy (2004). "Types of conjugal networks, conjugal conflict and conjugal quality", *European Sociological Review*, 20: 63-77.
- Wirth, Louis (1938), "Urbanism as a way of life: The City and Contemporary Civilization", *American Journal of Sociology*, 44: 1-24.
- Wolfe, A. (1989), *Whose Keeper? Social Science and Moral Obligation*, Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Wolff, François-Charles & Claudine Attias-Donfut (2005), "L'impact des transferts reçus sur le logement", *Revue Française des Affaires Sociales*, 59 (4): 135-159.
- Wolff, François-Charles & Claudine Attias-Donfut (2007), "Les comportements de transferts intergénérationnels en Europe", *Économie et Statistique*, 403/404: 117-141.
- Wolff, François-Charles & Jellal Mohamed (2002), "Aides aux parents âgés et allocation intra-familiale", *Revue Économique*, 53 (4): 863-885.

- Wolff, François-Charles (2000<sup>a</sup>), “Transferts et redistribution familiale collective”, *Revue Économique*, Numéro Hors Série: 143-162.
- Wolff, François-Charles (2000<sup>b</sup>), “Transferts monétaires *inter vivos* et cycle de vie”, *Revue Économique*, 51 (6): 1419-1452.
- Wood, Roy C. (1995), *The Sociology of the Meal*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Woolcock, Michael (1998), “Social capital and economic development: Towards a theoretical synthesis and policy framework”, *Theory and Society*, 27: 151-208.
- Woolcock, Michael (2001), “The place of social capital in understanding social and economic outcomes”, *ISUMA Canadian Journal of Policy Research*, 2 (1): 11-17.
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*, London: Verso.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, Michael & Peter Willmott (1987 [1957]), *Family and Kinship in East London*, London: Penguin.



## ANEXOS

## ANEXO A. INQUÉRITO 'FAMÍLIAS NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO'

O inquérito 'Famílias no Portugal Contemporâneo' pode ser encontrado na íntegra em Vasconcelos (2002<sup>a</sup>). Aqui apresentam-se apenas as perguntas directamente relevantes para o tratamento empírico efectuado.

Q01. Nesta casa reside uma senhora nascida entre 1950 e 1974 e que vive actualmente em casal?

Sim  SE SIM, passar à Q02.  
Não  SE NÃO, acaba aqui o inquérito.

Q02. E essa senhora e o seu marido/companheiro residem actualmente nesta casa (pelo menos 1 ou 2 dias por semana ou alguns dias por mês)?

Sim  SE SIM, passar à Q03.  
Não  SE NÃO, acaba aqui o inquérito.

Q03. E a senhora tem pelo menos um filho(a) nascido entre 1983 e 1993 a viver actualmente nesta casa (pelo menos 1 ou 2 dias por semana ou alguns dias por mês)?

Sim  SE SIM, passar à Q1.  
Não  SE NÃO, acaba aqui o inquérito.

Q1. Gostaria que me dissesse quantas pessoas vivem actualmente nesta casa (incluindo a senhora). \_\_\_\_\_ pessoas.

Quem são essas pessoas (laço de parentesco com a senhora ou com o seu marido/companheiro)? / Qual o estado civil (situação legal)? / Qual o ano de nascimento? (Nº ENTRE 1850 e 1999)

	Laço com Ego	Estado civil	Ano de nascimento
Pessoa 1	Ego	NS/NR	NS
Pessoa 2			
Pessoa 3			
Pessoa 4			
Pessoa 5			
....			

*ano nasc. de ego entre 1950 ou 1974*

(...)

Q6. Os filhos(as) que a senhora teve (DO ACTUAL CASAMENTO/UNIÃO) residem todos consigo actualmente?

SIM   
NÃO   
NS/NR

*(Se respondeu SIM ou NS/NR, passar à Q 8;  
Se respondeu NÃO, fazer a Q6.1. e TB7.2)*

Q6.1. Qual o Nº de filhos(as) (do actual casamento), que não vivem actualmente consigo \_\_\_\_\_ (máximo 10)

Q7.2. Gostaria que me dissesse o ano de nascimento, o sexo e o nível de ensino (que frequentam ou máximo que frequentaram) dos filhos(as) do actual casamento/união, que não vivem actualmente consigo (começando pelo filho(a) mais velho, caso seja mais do que um).

	Ano Nasc.	Sexo
filho 1		
filho 2		
filho 3		
filho 4		
filho 5		

(...)

Q13.2. A senhora e o seu marido...

Nunca casaram  
Casaram só pelo civil  
Casaram pela Igreja  
Casaram primeiro pelo civil e passado algum tempo pela Igreja  
NS/NR


(...)

Q15(INTRO). Qual o seu grau de escolaridade actualmente? Qual o grau de escolaridade do seu marido actualmente?

	Ego	Cônj.
Não sabia ler nem escrever		
Sabia ler e escrever		
Ensino básico primário ou equivalente(4ª classe)		
Ensino básico preparatório ou equivalente		
Ensino básico unificado ou equivalente		
Ensino secundário complementar ou equivalente		
Curso médio, bacharelato		
Licenciatura incompleta		
Licenciatura completa		
Pós-graduação mestrado, doutoramento		
NS/NR		

Q16. Gostava de lhe fazer algumas perguntas sobre a vossa vida profissional: sobre o que faziam (se trabalhavam, estudavam...) e a vossas profissões.

Q16.1. a Q23.4

ENTREVISTADOR: Perguntar se tinha uma 2ª actividade profissional e registar ambas

A SENHORA...	Condição perante o trabalho	Profissão (ou profissões) e ramo de actividade	Situação na profissão (principal)
Quando começou a namorar com o (actual) marido qual era...	NS		NS
Nos primeiros tempo do vosso casamento/união qual era...			
Quando nasceu o vosso 1º filho(a) qual era...			
Actualmente qual é...			
O SEU MARIDO	Condição perante o trabalho	Profissão (ou profissões) e ramo de actividade	Situação na profissão (principal)
Quando o seu marido começou a namorar com a senhora qual era...			
Nos primeiros tempo do vosso casamento/união qual era...			
Quando nasceu o vosso 1º filho qual era...			
Actualmente qual é...			

(...)

## II

Q75. Gostava que falássemos sobre os apoios ou ajudas que a senhora, o seu marido/companheiro e os seus filhos(as) costumavam receber ...

(Indicação precisa de dadores)

Q75.1. NOS PRIMEIROS TEMPOS DO VOSSO CASAMENTO		
TIVERAM ALGUÉM QUE VOS DESSE APOIO	Não	E quem eram as pessoas/instituições que vos davam esse apoio? E tiveram esse apoio de mais alguém?
Financeiro ( dar ou emprestar dinheiro; pagar contas, despesas)		
Material (dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa)		
Nos serviços domésticos (fazer tarefas domésticas; dar comida feita para levar)		
Noutros serviços (pequenas reparações na casa; transporte a pessoas, recados)		
Moral (desabafar; conversar sobre problemas, etc.)		

Q75.2. COM O NASCIMENTO DO VOSSO 1º FILHO(A) (LEMBRE-SE DO VOSSO BEBÉ ENTRE OS 3 MESES E 1 ANO)...		
TIVERAM ALGUÉM QUE VOS DESSE APOIO	Não	E quem eram as pessoas/instituições que vos davam esse apoio? E tiveram esse apoio de mais alguém?
Financeiro ( dar ou emprestar dinheiro; pagar contas, despesas)		
Material (dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa)		
Nos serviços domésticos (fazer tarefas domésticas; dar comida feita para levar)		
Noutros serviços (pequenas reparações na casa; transporte a pessoas, recados)		
Moral (desabafar; conversar sobre problemas, etc.)		
Nos cuidados às crianças (tomar conta de dia ou de noite; levar ao médico, à escola; etc.)		

Q75.3. ACTUALMENTE...		
TIVERAM ALGUÉM QUE VOS DESSE APOIO	Não	E quem eram as pessoas/instituições que vos davam esse apoio? E tiveram esse apoio de mais alguém?
Financeiro ( dar ou emprestar dinheiro; pagar contas, despesas)		
Material (dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa)		
Nos serviços domésticos (fazer tarefas domésticas; dar comida feita para levar)		
Noutros serviços (pequenas reparações na casa; transporte a pessoas, recados)		
Moral (desabafar; conversar sobre problemas, etc.)		
Nos cuidados às crianças (tomar conta de dia ou de noite; levar ao médico, à escola; etc.)		

Q76. Ao longo da vossa vida familiar que outras grandes ajudas e ofertas é que a senhora e o seu marido/companheiro tiveram e por parte de quem? (Pessoas ou Casais)

Ajudas	NÃO	Quem?
Ajudar em grandes festas (casamento, baptizado), tiveram alguém?		
Dar dinheiro (quantias elevadas), tiveram alguém?		
Oferecer ou ajudar na compra de móveis e electrodomésticos, etc. para a casa e para o bebé, tiveram alguém?		
Dar um carro, teve alguém?		
Deixar uma herança, tiveram alguém?		
Dar sociedade/oferecer um negócio, tiveram alguém?		
Emprestar dinheiro / ser fiador de grandes compras, tiveram alguém?		
Dar uma casa, um andar, um terreno ou outros bens imóveis, tiveram alguém?		
Alojar por um período de tempo mais ou menos longo ou emprestar uma casa, tiveram alguém?		
Arranjar um emprego, tiveram alguém?		



Q77 INTRO. Vamos agora falar sobre os vossos convívios e lazeres (seus e das pessoas que vivem consigo) no momento actual.

Q77.1 IR AO CINEMA.

Q77.2. IR A EXPOSIÇÕES E MUSEUS.

Q77.3. IR A ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS (FUTEBOL, ETC...).

Q77.4 PARTICIPAR EM ACTIVIDADES RELIGIOSAS.

Q77.5. PARTICIPAR EM ACTIVIDADES POLÍTICAS E SINDICAIS.

Q77.6 FAZER DESPORTO.

Q77.7. IR AO CAFÉ/PASTELARIA.

Q77.9. IR AO RESTAURANTE.

Q77.10. ALMOÇAR/JANTAR EM CASA DE FAMILIARES, AMIGOS....

Q77.12. FICAR A DORMIR EM CASA DE ALGUÉM OU PASSAR ALGUNS DIAS.

Q77.13. SAIR, DAR UMA VOLTA, PASSEAR.

Há alguém da sua casa que o faça com alguma frequência?

Quem o faz e com quem cá de casa? ENTREVISTADOR: quando todos fazem esta actividade, perguntar se é em conjunto ou em grupos separados E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência?

E há mais alguém cá de casa que o faça?

Actividades	Convívios/	Quem do seu grupo doméstico? (combinatórias específicas de pessoas identificadas)	Com Quem do exterior? (combinatórias específicas de pessoas identificadas)
	Não		
Ir ao cinema			
Ir a exposições, e museus			
Ir a espectáculos desportivos (futebol, etc.)			
Participar em actividades religiosas			
Participar em actividades político-sindicais			
Fazer desporto			
Ir ao café/ pastelaria			
Ir ao restaurante			
Comer em casa de alguém ou alguém comer em sua casa			
Ficar a dormir em casa de alguém ou passar alguns dias			
Sair, dar uma volta, passear			

Q78.1. ÚLTIMAS FÉRIAS GRANDES.

Q78.2 ÚLTIMO NATAL (Consoada e Dia de Natal).

Quem, da sua casa, passou em conjunto ou em separado? E com quem do exterior (amigos, familiares...)? E houve mais alguém que passasse em conjunto ou em separado?

Actividades	Convívios/	Quem do seu grupo doméstico? (combinatórias específicas de pessoas identificadas)	Com Quem do exterior? (combinatórias específicas de pessoas identificadas)
	NÃO		
Últimas férias grandes			
Último Natal			

(...)

Q83. Gostaria agora de lhe fazer algumas perguntas acerca dos seus pais e dos seus sogros. Os seus pais e os seus sogros ainda são vivos? Se não, em que ano faleceram?

	SIM	NÃO	Ano de falecimento	NS/NR
Pai				
Mãe				
Sogro				
Sogra				

(Para aqueles cuja resposta é SIM passar para a Q85a. até Q85a3 e não fazer a Q85b. até Q85b3)

(Para aqueles cuja a resposta é NÃO passar para a Q85b. até Q85b3)

Q85a. até Q85a3. Qual é a actual condição perante o trabalho do seu...

Pai	
Mãe	
Sogro	
Sogra	

1. Nunca trabalhou
2. Exerce uma profissão
3. Está desempregado(a), mas já trabalhou
4. Inactivo(a) actualmente mas já trabalhou
5. NS/NR

(Se respondeu 1 ou NS/NR passar para a Q84 (ver ao lado). Se respondeu 2, 3 ou 4 passar para a Q85.1. a Q85.8.)

		SIM	NÃO	NS/NR
Q85b.	O seu pai alguma vez trabalhou?			
Q85b1.	O sua mãe alguma vez trabalhou?			
Q85b1.	O seu sogro alguma vez trabalhou?			
Q85b3.	O sua sogra alguma vez trabalhou?			

(Para aqueles cuja resposta é SIM passar para a Q85.1. a Q85.8. Para aqueles cuja resposta é NÃO ou NS/NR não fazer Q85.1. a Q85.8. e passar para a Q84)

Q85.1. a Q85.8. Qual a profissão principal dos seus pais e dos seus sogros? (ENTREVISTADOR: No caso de já terem falecido ou de já não estarem a trabalhar, indique a ÚLTIMA profissão que tiveram). E qual a sua situação na profissão?

	Profissão (explicitar bem)	Situação na profissão (principal)
Pai		
Mãe		
Sogro		
Sogra		

Q84. Qual o grau de escolaridade do seu pai? E da sua mãe? E do seu sogro? E da sua sogra?

Grau de Escolaridade	Pai	Mãe	Sogro	Sogra
Não sabe/sabia ler nem escrever				
Sabe/sabia ler e escrever				
Ensino básico primário ou equivalente (4ª classe)				
Ensino básico preparatório ou equivalente				
Ensino básico unificado ou equivalente				
Ensino secundário complementar ou equivalente				
Curso médio, bacharelato				
Licenciatura incompleta				
Licenciatura completa				
Pós-Graduação mestrado, doutoramento				
NS/NR				

(...)

## ANEXO B. GUIÕES DAS ENTREVISTAS ‘GÉNERO E GERAÇÕES’ – AVÓS E PAIS

Guiões para a primeira e segunda gerações.

### 1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

- Que idade tem?
- Qual o seu estado civil? E a sua situação conjugal? (pode ser união de facto)
- E qual a sua escolaridade?
- O que fazia o seu pai? Qual a última profissão que teve? (descrever detalhadamente)
- E a sua mãe?
- E que escolaridades tinham/têm?
- E onde nasceram (concelho)?
- Tem irmãos e/ou irmãs? Quantos? Que idades têm?
- Que idade tem o seu cônjuge?
- Onde é que ele/ela nasceu? (concelho)
- Qual a escolaridade da sua mulher/marido?
- Qual a profissão da sua mulher/marido? (descrever detalhadamente)
- E os pais dele/dela que escolaridade e que profissão tinham ou têm? (descrever detalhadamente)
- Onde nasceu o senhor/senhora (concelho)?
- E actualmente onde vive? (concelho)
- E ao longo da vida, onde viveu e em que alturas da sua vida?
- Quem são as pessoas com quem vive hoje em dia?
- Qual é a sua religião?
- Com que frequência participa no culto religioso?

### 2. INFÂNCIA E RELAÇÃO COM OS PAIS – Vamos então voltar uns anos atrás e falar um pouco da sua infância

#### 2.1. O DIA-A-DIA EM FAMÍLIA NA INFÂNCIA

- Lembrando os seus 10 anos de idade, gostava que falasse sobre a sua vida familiar...
- Quem vivia consigo nessa altura?
- (Qual o laço de parentesco que tinham consigo? Constituição da família)

- Onde vivia (concelho)?
- No dia-a-dia da sua casa, quem costumava estar mais consigo?
- Como passava o seu tempo em casa? O que fazia habitualmente?
- O que gostava mais de fazer?
- Como eram as refeições habitualmente? Eram feitas em família?
- E os serões, como eram passados habitualmente?
- O que faziam em família nos tempos livres?
- Quem é que fazia as tarefas domésticas na sua casa?
- Costumava fazer alguma tarefa em casa, por exemplo, cuidar de irmãos, fazer lavagens, arrumações, etc.?
- No dia a dia familiar, os rapazes e as raparigas faziam as mesmas coisas em casa (tarefas domésticas)?
- E os rapazes podiam sair mais que as raparigas, por exemplo, ou havia regras diferentes?

#### 2.2. AS RELAÇÕES FAMILIARES

- Lembrando novamente os seus 10 anos de idade, fale-me de como eram as relações dentro da família...
- Quem eram as pessoas com quem passava mais tempo? Porquê?
- Costumava passar muito tempo com o seu pai e a sua mãe ou eles tinham pouco tempo?
- Costumava conversar muito com a sua mãe e/ou o seu pai?
- E os seus irmãos e irmãs, o que fazia com eles?
- E os seus avós, paternos e maternos? Costumava vê-los? O que fazia com eles?
- Naquela altura, havia alguém que fosse um exemplo para si? Alguém com quem gostasse de ser parecido quando crescesse? (dentro ou fora da família, conhecidos ou não) Porquê?

- Pensando na sua infância, há coisas que gostava que tivessem sido diferentes? Porquê?
- 2.3. A SUA EDUCAÇÃO AOS 14 ANOS
- Pedia-lhe que recordasse o início da sua adolescência (aos 14 anos). Gostava agora que falasse um pouco da forma como foi educado.
  - Existiam horários rígidos, por exemplo, para chegar a casa, para levantar ao fim-de-semana, para fazer os trabalhos de casa, para ver televisão, para ir para a cama?
  - Quem, na sua família, estabelecia esses horários/regras do dia-a-dia?
  - Costumava tentar convencer os seus pais a deixarem-no(na) fazer qualquer coisa que eles normalmente não deixassem (sair, chegar tarde, namorar...) ou normalmente não havia discussão?
  - Alguma vez teve dinheiro de bolso? Como é que o obtinha (trabalhos, pais)? Alguma vez chegou a ter uma mesada dos pais?
  - Os seus pais castigavam-no? Como? E quando? (Por que coisas era castigado?)
  - Quem costumava dar os castigos?
  - A partir de que idade é que começou a fazer as seguintes coisas? E os seus pais sabiam? Conte como foi.
  - Ficar em casa sozinho durante um período alargado de tempo (uma manhã, uma tarde...)
  - Sair à noite sem os pais
  - Fumar / beber álcool
  - Vestir-se a seu gosto
  - Era igual entre os irmãos e as irmãs? (relacionado com a pergunta anterior)
  - Os seus pais tinham alguns planos para si, para o seu futuro? Quais?
  - Era igual entre os irmãos e as irmãs? (relacionado com a pergunta anterior)
3. ESCOLARIZAÇÕES – Falemos da sua passagem pela escola. Vamos reconstruir o seu percurso.
- Com que idade entrou na escola, a contar da pré-primária/jardim-de-infância?
  - E, como foi o seu percurso escolar? Registrar frequência de creches e jardins-de-infância (etc.), a idade de entrada e saída da escola, as interrupções, os cursos feitos). Descrever detalhadamente as opções feitas.
  - Que idade tinha quando deixou de estudar? Quais foram as razões?
  - E os seus irmãos? Que nível de ensino atingiram?
  - Gostava de ter continuado a estudar? Até que nível? Porquê?
  - Era igual ao que os seus pais queriam que atingisse? Havia diferenças entre a sua mãe e o seu pai a este respeito?
- Lembrando a sua vida na escola, gostava que falasse um pouco de que como foi a sua experiência (pode ser a escola primária, a escola secundária).
  - Como foi para si a experiência da escola? O que gostava e não gostava? Porquê?
  - Os seus pais acompanhavam o que fazia na escola (trabalhos escolares, controlavam os testes, iam à escola falar com os professores, etc.)? Conte como foi.
  - (Para quem fez um curso superior ou profissional...)
  - Porque escolheu o curso que tirou?
  - Os seus pais ajudaram-no ou não a tomar decisões e fazer escolhas (vocacionais, por exemplo)?
  - Quais eram as suas expectativas para o futuro?
  - E hoje, sente que conseguiu concretizá-las?
4. A SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA (se a pessoa não perceber as perguntas, não insistir)
- O que é para si uma pessoa independente e autónoma?
  - Com que idade é que começou a sentir-se independente e autónomo?
  - Acha que hoje em dia é muito diferente do que quando era novo(a)?
  - Que idade tinha quando saiu de casa dos seus pais? Como foi essa experiência? Com quem foi viver?
5. TRABALHO – Vamos agora falar da sua vida de trabalho...
- Como foi a sua entrada no mundo do trabalho profissional?
  - Que idade tinha?
  - O que fazia? (descrever detalhadamente, indicando o tipo de actividade, a situação na actividade e se era a tempo inteiro ou parcial)
  - E que profissões teve ao longo da sua vida? (descrever detalhadamente, indicando o tipo de actividade, a situação na actividade e se era a tempo inteiro ou parcial)
  - Em que idades teve essas profissões?
  - Alguma vez esteve desempregado(a)? Quando/que idade tinha? Porquê? Quanto tempo foi?
  - E outras interrupções na sua vida profissional? Quando/que idade tinha? Porquê? Quanto tempo foi?
  - Para todos(as), mesmo quem nunca trabalhou: Em jovem como é que imaginava a sua vida profissional? Que projectos/ideias tinha? Até que ponto sente que as cumpriu?
6. CONJUGALIDADES E AFECTOS – Gostava agora que me falasse da sua vida em casal, dos namoros, das suas experiências...

- Que idade tinha quando começou a namorar?
- Onde conheceu o namorado(a)?
- Quanto tempo durou a relação? Conte como foi.
- E a seguir, como foi a sua vida? Teve outros namorados(as)/relações? E casamentos? Casou pelo civil, pela Igreja? E separações, divórcios, viuvez? Em que idades? Conte como foi.
- (estimular a pessoa a contar os acontecimentos da sua vida, as relações que teve: namoros, casamentos ou uniões de facto, viuvez, separações e divórcios, início de novas relações...)

#### 6.1. ÚLTIMA CONJUGALIDADE (INCLUI COABITAÇÃO)

- Como e onde foi que conheceu a sua mulher/marido?
- Que idade tinha então a sua mulher/marido?
- Que escolaridade tinha a sua mulher/marido?
- O que fazia profissionalmente a sua mulher/marido quando se conheceram?
- Como foi a vossa adaptação à vida à dois, à mudança de hábitos, etc?
- Sentiu alguma dificuldade no início?
- E hoje, como é a relação? Há dificuldades?
- Como é/era o vosso dia-a-dia? Estavam/estão muito tempo juntos?
- Costumava/costuma fazer alguma coisa (ir ao café, missa, estar com amigos, etc.) sem o seu marido/mulher? E ele/ela?
- E quem fazia/faz as tarefas da casa? Conte como foi/é.
- Se teve mais do que uma conjugalidade...
- Como compara as várias experiências conjugais que teve?

#### 6.2. MÓDULO DE QUESTÕES SOBRE SEPARAÇÕES/DIVÓRCIOS

- Como foi o seu divórcio/ separação? Porque aconteceu?
- Quais foram as consequências do divórcio na sua vida?
- Como reagiram os seus filhos?

#### 6.3. MÓDULO DE QUESTÕES SOBRE VIUVEZ

- Quais foram as consequências da viuvez na sua vida?
- Como reagiram os seus filhos?

#### 6.4. MÓDULO DE QUESTÕES SOBRE PERÍODOS DE VIDA “A SÓS” DEPOIS DE UMA RUPTURA (DIVÓRCIO, SEPARAÇÃO, VIUVEZ, SITUAÇÃO DE MÃE/PAI SOLTEIRO)

- Como foi, como é viver sem estar em casal (mesmo que com os filhos ou outras pessoas)?
- Mantém/manteve alguma relação afectiva estável?
- Espera/esperava voltar a viver com alguém/casar? Porquê?

#### 7. FILHOS – Vamos agora falar sobre os seus filhos... e a sua experiência como pai/mãe.

- Quantos filhos teve?
- Para cada filho perguntar:
  - E que idade tinha quando nasceram?
  - Qual o sexo da criança?
  - Nasceu em casa ou em contexto hospitalar?
  - Teve/ a mãe teve acompanhamento médico durante a gravidez?
  - Houve alguma complicação médica durante a gravidez e o parto?
  - Alguma vez sofreu um aborto? Fez algum?
  - Antes de ser pai/mãe, queria ter filhos?
  - Quer/queria ter mais filhos?
  - Qual é a principal responsabilidade de um pai e de uma mãe?
  - Acha que há diferenças entre ser mãe e ser pai?
  - Acha que ser pai/mãe de um rapaz ou de uma rapariga é diferente? Porquê?
  - A educação que lhe deram os seus pais é muito diferente daquela que procura (ou que procurou dar) dar aos seus filhos? Porquê?
  - Que lugar teve ou tem a escola na educação que tentou dar aos seus filhos? Porquê?
  - Que grau de escolaridade esperava/espera que atingissem? Porquê?
  - Como é a sua relação com os seus filhos? Quais as dificuldades que sente? E as maiores alegrias?

#### 8. CONFIGURAÇÃO RELACIONAL E APOIOS

- Quem são as pessoas que ao longo do último ano lhe deram apoio e ajudas (companhia, desabafar, emprestar dinheiro, ajuda com as crianças, dar coisas, levar ou buscar, etc.)? Gostaria que pensasse nessas pessoas e que indicasse todas as que considera importantes (sem ser o cônjuge). Diga-me, para cada pessoa, qual o nome, idade, laço entre si e a pessoa, que idade tinha quando conheceu essa pessoa, local de residência da pessoa, situação escolar/profissional actual ou última no caso de ser reformado.
  - Costuma ver as pessoas desta lista com que frequência? E falar, mesmo ao telefone? Explique por favor.
  - Que tipo de apoio/ajudas (desde ajudar no quotidiano, com dinheiro ou ajudas práticas, etc., a grandes ajudas como dar casas, heranças, etc.) lhe deram? Porquê?
  - E a quem deu apoio? Porquê?
  - Que tipo de apoios deu? Porquê?
  - Com quem manteve relações de sociabilidade (saídas, lazeres, etc.)? O que costumam fazer em conjunto?

- De quem se sente mais próximo/íntimo? Porquê?
- Configuração relacional ao longo da vida: Pensando agora ao longo de toda a sua vida, quem foram as pessoas que lhe deram apoio e ajudas?
- Que tipo de ajudas foram essas? Explique por favor.
- Em que momentos da sua vida?
- Recebe ou recebeu apoio dos seus pais? Que tipo de apoios? Com que frequência?
- E qual a importância desses apoios na sua vida? Porquê?
- Dá-lhes ou deu-lhes apoios? Que tipo de apoios? Em que circunstâncias?
- Recebe ou recebeu apoio dos seus avós? Quais avós, maternos ou paternos? Que tipo de apoios? Com que frequência?
- E qual a importância desses apoios na sua vida? Porquê?
- Dá-lhes ou deu-lhes apoios? A quais avós, maternos ou paternos? Que tipo de apoios? Em que circunstâncias?
- E aos seus filhos e/ou netos, que apoios lhes dá ou deu?
- Que apoios lhes dão ou deram eles, os seus filhos e/ou netos, a si?
- Esses apoios foram importantes na sua vida? Porquê?
- O que está ou estava disposto a sacrificar pelos seus filhos e/ou netos? Porquê?
- Acha que é importante deixar-lhes uma herança (em termos económicos)? Porquê?

9. AVALIAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO – vamos agora falar um pouco sobre as mudanças na vida das pessoas.

- Acha que hoje em dia a vida das mulheres é muito diferente do que era no tempo da sua mãe, quando ela era jovem? Porquê?
- E a dos homens? Acha que é diferente do que era no tempo do seu pai? Porquê?
- E comparando com a vida dos seus filhos e/ou filhas, acha que as coisas são diferentes do que era jovem? Porquê?
- Acha que as coisas mudaram para pior ou para melhor? Porquê?
- O que é que acha mais importante na vida de um homem, para ele se sentir realmente homem? Porquê?
- E para uma mulher? O que é mais importante para ela se sentir realmente mulher? Porquê?

10. RELAÇÃO COM O CORPO – O início da adolescência é um período da vida em que ocorrem várias mudanças no corpo: mudanças da forma do

corpo, borbulhas, pelos, menstruação, alteração na voz, barba, etc.

- Lembra-se como foi consigo? Houve alguma alteração que o tivesse marcado mais? Porquê?
- Como reagiu a essas mudanças?
- Sentiu alterações na sua vida? Quais foram? Porquê?
- Conversou sobre elas com alguém? Com quem (pai, mãe, irmãos ou irmãs, amigos ou amigas)? Por quê com essas pessoas? De que formas é que essas pessoas o ajudaram?
- Ao longo da vida, depois da adolescência, também há mudanças no corpo, coisas que não controlamos: maternidade, rugas, cabelos brancos, engordar, etc.
- Lembra-se como foi consigo? Houve alguma alteração que o tivesse marcado mais? Porquê?
- Como reagiu a essas mudanças?
- Sentiu alterações na sua vida? Quais foram? Porquê?
- Conversou sobre elas com alguém? Com quem? Por quê com essas pessoas? De que formas é que essas pessoas o ajudaram?
- Alguma vez se sentiu insatisfeito com o corpo que tem? Com o quê? Porquê?
- Alguma vez fez alguma coisa (dietas, tratamentos estéticos, cirurgia, piercings, tatuagens...) para mudar o seu corpo? O quê? Porquê?
- Há alguma coisa que gostasse de fazer ou mudar no seu corpo? O quê? Planeia fazê-lo? Quando? De que forma? Porque ainda não o fez?
- E actualmente, gosta do seu corpo? Está satisfeito com a sua condição / imagem corporal / aspecto físico?
- E actualmente, que cuidados é que tem com o seu corpo?
- Acha que os jovens de hoje têm uma relação com o corpo diferente dos jovens na sua época? Em que aspectos?
- Como é que vê essas mudanças? Na sua opinião, o que mudou para melhor? E para pior?

11. FALANDO SOBRE SEXUALIDADE – Falando agora sobre assuntos de intimidade mais sexual, gostaríamos de saber sua opinião sobre algumas questões.

Começando pelo início...

- MULHERES: Como foi a experiência da sua primeira menstruação? Já sabia o que isto era? Com quem falou e o que representou para si? Que idade tinha?
- HOMENS: Como foi a experiência da primeira ejaculação? Já sabia o que isto era? Falou com

- alguém sobre isto e o que representou para si? Que idade tinha?
- Conversa(va) com os seus pais sobre sexo? Com qual deles?
  - Tem(ve) dúvidas sobre sexo? Conversa(va) com outras pessoas? Com quem?
  - Como foi, quando (que idade tinha?) e com quem, a sua primeira relação sexual? Tinha algum receio ou dúvida? Qual?
  - Como correu?
  - Sentiu-se pressionado(a) para ter a sua primeira relação sexual? Por quê e por quem?
  - Utilizou algum método de prevenção (gravidez e doenças) na sua primeira relação sexual? Qual?
  - Comentou sobre a experiência da primeira relação sexual com alguém? Com quem?
  - E actualmente, como é a sua vida sexual? Porquê?
  - Ideais
  - Para si, a virgindade, antes de casar, é importante? Porquê?
  - Acha que a virgindade dos homens e das mulheres tem a mesma importância? Porquê?
  - Acha que a responsabilidade da contracepção deve ser mais da mulher ou do homem? Porquê?
  - E o que acha de se ter relações sexuais sem amor? Acha isso bem ou mal? Porquê?
  - E ter relações sexuais ocasionais (de uma noite só)? Acha isso bem ou mal? Porquê?
  - Acha que o prazer sexual é igual no homem e na mulher? Porquê?
  - E ter um grande número de parceiros sexuais? É diferente para homens e mulheres? Porquê?
  - O que acha de dois homens terem relações sexuais e amorosas? E duas mulheres?
  - Comparando o tempo em que era jovem com hoje em dia, acha que houve alterações na forma como os homens e as mulheres encaram a vida sexual? Em quê?
12. SAÚDE – Vamos agora falar da sua saúde, de como se sente actualmente e dos problemas que teve ao longo da vida... Ao longo da sua vida quais os problemas de saúde graves (hospitalizações e doenças crónicas) que teve, desde o seu nascimento. Estamos a falar de problemas de saúde físicos, psíquicos, traumáticos e/ou crónicos que tenham tido impacto na sua vida (GRAVES).
- Que problemas de saúde muito importantes teve ao longo da sua vida? Em que idades?
  - Em relação ao problema de saúde mais importante/marcante perguntar:
  - Que idade tinha quando teve esse problema pela primeira vez?
  - Como contraiu a doença? (pode ter sido resultado de um acidente, por exemplo)
  - Como é que a doença o afectou (física, psicológica, financeiramente, profissionalmente...)? Conte como foi.
  - E como afectou a sua vida familiar?
  - Como tratou ou trata a doença? A que cuidados de saúde recorreu/recorre (convencionais e não convencionais)? Acha que esses cuidados médicos foram/são eficazes? Acha que foi bem tratado ou teve algum episódio durante o processo que gostaria que tivesse sido de forma diferente?
  - Por quem se sentiu mais apoiado durante a situação de doença? Tanto nas ajudas mais práticas e financeiras como no apoio emocional?
  - E actualmente....
  - O que espera das pessoas da sua família quando for velho ou estiver doente? Com quem pensa que pode vir a contar para cuidar de si? De que maneira?

## ANEXO C. GUIÕES DAS ENTREVISTAS ‘GÉNERO E GERAÇÕES’ – FILHOS

Guiões para a terceira geração.

### 1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

- Que idade tem?
- Qual o seu estado civil? E a sua situação conjugal? (pode ser união de facto)
- E qual a sua escolaridade?
- O que fazia/faz o seu pai? Qual a última profissão que teve? (descrever detalhadamente)
- E a sua mãe?
- E que escolaridades tinham/têm?
- E onde nasceram (concelho)?
- Tem irmãos e/ou irmãs? Quantos? Que idades têm?
- Que idade tem o seu cônjuge?
- Onde é que ele/ela nasceu? (concelho)
- Qual a escolaridade da sua mulher/marido?
- Qual a profissão da sua mulher/marido? (descrever detalhadamente)
- E os pais dele/dela que escolaridade e que profissão tinham ou têm? (descrever detalhadamente)

- Onde nasceu o senhor/senhora (concelho)?
- E actualmente onde vive? (concelho)
- E ao longo da vida, onde viveu e em que alturas da sua vida?
- Quem são as pessoas com quem vive hoje em dia?
- Qual é a sua religião?
- Com que frequência participa no culto religioso?

2. INFÂNCIA E RELAÇÃO COM OS PAIS – Vamos então voltar uns anos atrás e falar um pouco da sua infância. Para começar, gostaria de ter uma ideia da sua vida e da sua família no passado. Vamos começar por falar da sua infância e juventude.

### 2.1. O DIA-A-DIA EM FAMÍLIA NA INFÂNCIA

- Lembrando os seus 10 anos de idade, gostava que falasse sobre a sua vida familiar....
- Quem vivia consigo nessa altura? (Qual o laço de parentesco que tinham consigo? Constituição da família)
- Onde vivia (concelho)?
- No dia-a-dia da sua casa, quem costumava estar mais consigo?
- Como passava o seu tempo em casa? O que fazia habitualmente?
- O que gostava mais de fazer?
- Como eram as refeições habitualmente? Eram feitas em família?
- E os serões, como eram passados habitualmente?
- O que faziam em família nos tempos livres?
- Quem é que fazia as tarefas domésticas na sua casa?
- Costumava fazer alguma tarefa em casa, por exemplo, cuidar de irmãos, fazer lavagens, arrumações, etc.?
- No dia a dia familiar, os rapazes e as raparigas faziam as mesmas coisas em casa (tarefas domésticas)?
- E os rapazes podiam sair mais que as raparigas, por exemplo, ou havia regras diferentes?

### 2.2. AS RELAÇÕES FAMILIARES

- Lembrando novamente os seus 10 anos de idade, fale-me de como eram as relações dentro da família....
- Quem eram as pessoas com quem passava mais tempo? Porquê?
- Costumava passar muito tempo com o seu pai e a sua mãe ou eles tinham pouco tempo?
- Costumava conversar muito com a sua mãe e/ou o seu pai?
- E os seus irmãos e irmãs, o que fazia com eles?
- E os seus avós, paternos e maternos? Costumava vê-los? O que fazia com eles?

- Naquela altura, havia alguém que fosse um exemplo para si? Alguém com quem gostasse de ser parecido quando crescesse? (dentro ou fora da família, conhecidos ou não) Porquê?
- Pensando na sua infância, há coisas que gostava que tivessem sido diferentes? Porquê?

### 2.3. A SUA EDUCAÇÃO AOS 14 ANOS

- Pedia-lhe que recordasse o início da sua adolescência (aos 14 anos). Gostava agora que falasse um pouco da forma como foi educado.
  - Existiam horários rígidos, por exemplo, para chegar a casa, para levantar ao fim-de-semana, para fazer os trabalhos de casa, para ver televisão, para ir para a cama? E actualmente?
  - Quem, na sua família, estabelecia esses horários/regras do dia-a-dia? E actualmente?
  - Costumava tentar convencer os seus pais a deixarem-no(na) fazer qualquer coisa que eles normalmente não deixassem (sair, chegar tarde, namorar...) ou normalmente não havia discussão? E actualmente?
  - Alguma vez teve dinheiro de bolso? Como é que o obtinha (trabalhos, pais)? Alguma vez chegou a ter uma mesada dos pais? E actualmente?
  - Os seus pais castigavam-no? Como? E quando? (Por que coisas era castigado?) E actualmente?
  - Quem costumava dar os castigos? E actualmente?
  - A partir de que idade é que começou a fazer as seguintes coisas? E os seus pais sabiam? Conte como foi.
  - Ficar em casa sozinho durante um período alargado de tempo (uma manhã, uma tarde...)
  - Sair à noite sem os pais
  - Fumar / beber álcool
  - Vestir-se a seu gosto
  - Era igual entre os irmãos e as irmãs? (relacionado com a pergunta anterior)
  - Os seus pais tinham alguns planos para si, para o seu futuro? Quais?
  - Era igual entre os irmãos e as irmãs? (relacionado com a pergunta anterior)
3. ESCOLARIZAÇÕES – Falemos da sua passagem pela escola. Vamos reconstruir o seu percurso.
- Com que idade entrou na escola, a contar da pré-primária/jardim-de-infância?
  - E, como foi o seu percurso escolar? Registrar frequência de creches e jardins-de-infância (etc.), a idade de entrada e saída da escola, as interrupções, os cursos feitos). Descrever detalhadamente as opções feitas.
  - Que idade tinha quando deixou de estudar? Quais foram as razões?

- E os seus irmãos? Que nível de ensino atingiram?
  - Gostava de ter continuado a estudar? Até que nível? Porquê?
  - Era igual a que os seus pais queriam que atingisse? Havia diferenças entre a sua mãe e o seu pai a este respeito?
  - Lembrando a sua vida na escola, gostava que falasse um pouco de que como foi a sua experiência (pode ser a escola primária, a escola secundária).
  - Como foi para si a experiência da escola? O que gostava e não gostava? Porquê?
  - Os seus pais acompanhavam o que fazia na escola (trabalhos escolares, controlavam os testes, iam à escola falar com os professores, etc.)? Conte como foi.
  - (Para quem fez um curso superior ou profissional...)
  - Porque escolheu o curso que tirou?
  - Os seus pais ajudaram-no ou não a tomar decisões e fazer escolhas (vocacionais, por exemplo)?
  - Quais eram as suas expectativas para o futuro?
  - E hoje, sente que conseguiu concretizá-las?
  - (Para quem NÃO fez um curso superior ou profissional...)
  - Se pudesse tirar um curso, o que escolheria?
  - Quando saiu da escola, quais eram as suas expectativas? E hoje, sente que conseguiu concretizá-las?
4. A SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA (se a pessoa não perceber as perguntas, não insistir)
- O que é para si uma pessoa independente e autónoma?
  - Com que idade é que começou a sentir-se independente e autónomo?
  - Acha que hoje em dia é muito diferente do que era no tempo dos seus pais e dos seus avós?
  - Se ainda vive com os pais:
  - Com que idade se vê a sair de casa dos seus pais? Como imagina essa experiência?
  - Se já não vive com os pais:
  - Que idade tinha quando saiu de casa dos seus pais? Como foi essa experiência? Com quem foi viver?
  - Para todos:
  - Como é que neste momento gostaria que a sua vida viesse a ser?
5. TRABALHO – Vamos agora falar da sua vida de trabalho...
- Já teve alguma experiência de trabalho profissional?
  - (se NÃO, saltar este módulo)
- Como foi a sua entrada no mundo do trabalho profissional?
  - Que idade tinha?
  - O que fazia? (descrever detalhadamente, indicando o tipo de actividade, a situação na actividade e se era a tempo inteiro ou parcial)
  - E que profissões teve ao longo da sua vida? (descrever detalhadamente, indicando o tipo de actividade, a situação na actividade e se era a tempo inteiro ou parcial)
  - Em que idades teve essas profissões?
  - Alguma vez esteve desempregado(a)? Quando/que idade tinha? Porquê? Quanto tempo foi?
  - E outras interrupções na sua vida profissional? Quando/que idade tinha? Porquê? Quanto tempo foi?
  - PARA TODOS(AS), mesmo quem nunca trabalhou – Como é que imagina a sua vida profissional? Que projectos/ideias tem? Até que ponto sente que as está a cumprir?
  - E no futuro, tem expectativas profissionais?
6. NAMOROS, CONJUGALIDADES E AFFECTOS Gostava agora que me falasse da sua vida em casal, dos namoros, das suas experiências...
- Que idade tinha quando começou a namorar?
  - Onde conheceu o namorado(a)?
  - Quanto tempo durou a relação? Conte como foi.
  - E a seguir, como foi a sua vida? Teve outros namorados(as)/relações? E casamentos? Casou pelo civil, pela Igreja? E separações, divórcios, viuvez? Em que idades? Conte como foi.
  - (estimular a pessoa a contar os acontecimentos da sua vida, as relações que teve: namoros, casamentos ou uniões de facto, viuvez, separações e divórcios, início de novas relações...)
- 6.1. MÓDULO DE QUESTÕES SOBRE NAMOROS (CONTABILIZE APENAS A ÚLTIMA MAIS DURADOURA). SÓ RESPONDE A ESTE MÓDULO QUEM NUNCA VIVEU EM CASAL E NUNCA ESTEVE CASADO
- Como e onde foi que conheceu a sua namorada/namorado?
  - Que idade tinha a sua namorada/namorado?
  - Que expectativas tinham/têm sobre o futuro da relação?
  - Quando começou a namorar, o que é que sentia pela sua namorada/namorado?
  - Acha que houve mudanças com o tempo? Quais?
  - Como foi a vossa adaptação um ao outro?
  - Sentiu alguma dificuldade no início?
  - Como é/foi a relação? Há/houve dificuldades?



- Como é/era o vosso dia-a-dia? Estavam/estão muito tempo juntos?
- Costumava/costuma fazer alguma coisa (ir ao café, missa, estar com amigos, etc.) sem o seu marido/mulher? E ele/ela?
- Se teve mais do que um namoro...
- Como compara as várias experiências de namoro que teve?

#### 6.2. ÚLTIMA CONJUGALIDADE (INCLUI COABITAÇÃO). SÓ RESPONDE A ESTE MÓDULO QUEM VIVEU EM CASAL OU ESTEVE CASADO

- Como e onde foi que conheceu a sua mulher/marido?
- Que idade tinha então a sua mulher/marido?
- Que escolaridade tinha a sua mulher/marido?
- O que fazia profissionalmente a sua mulher/marido quando se conheceram?
- Como foi a vossa adaptação à vida à dois, à mudança de hábitos, etc?
- Sentiu alguma dificuldade no início?
- E hoje, como é a relação? Há dificuldades?
- Como é/era o vosso dia-a-dia? Estavam/estão muito tempo juntos?
- Costumava/costuma fazer alguma coisa (ir ao café, missa, estar com amigos, etc.) sem o seu marido/mulher? E ele/ela?
- E quem fazia/faz as tarefas da casa? Conte como foi/é.
- Se teve mais do que uma conjugalidade...
- Como compara as várias experiências conjugais que teve?

#### 6.3. MÓDULO DE QUESTÕES SOBRE SEPARAÇÕES/DIVÓRCIOS

- Como foi o seu divórcio/ separação? Porque aconteceu?
- Quais foram as consequências do divórcio na sua vida?
- Como reagiram os seus filhos?

#### 6.4. MÓDULO DE QUESTÕES SOBRE VIUVEZ

- Quais foram as consequências da viuvez na sua vida?
- Como reagiram os seus filhos?

#### 7. FILHOS – Vamos agora falar sobre os seus filhos...e a sua experiência como pai/mãe.

- Quantos filhos teve?
- (se não teve passar saltar este módulo)
- Para cada filho perguntar:
- E que idade tinha quando nasceram?
- Qual o sexo da criança?
- Nasceu em casa ou em contexto hospitalar?
- Teve/ a mãe teve acompanhamento médico durante a gravidez?
- Houve alguma complicação médica durante a gravidez e o parto?

- Alguma vez sofreu um aborto? Fez algum?
- Antes de ser pai/mãe, queria ter filhos?
- Quer/queria ter mais filhos?
- Qual é a principal responsabilidade de um pai e de uma mãe?
- Acha que há diferenças entre ser mãe e ser pai?
- Acha que ser pai/mãe de um rapaz ou de uma rapariga é diferente? Porquê?
- A educação que lhe deram os seus pais é muito diferente daquela que procura (ou que procurou dar) dar aos seus filhos? Porquê?
- Que lugar teve ou tem a escola na educação que tentou dar aos seus filhos? Porquê?
- Que grau de escolaridade esperava/espera que atingissem? Porquê?
- Como é a sua relação com os seus filhos? Quais as dificuldades que sente? E as maiores alegrias?
- (Para quem não tem filhos)
- Quer ter filhos? Porquê?
- Com que idade se vê a ter filhos?

#### 8. CONFIGURAÇÃO RELACIONAL E APOIOS

- Quem são as pessoas que ao longo do último ano lhe deram apoio e ajudas (companhia, desabafar, emprestar dinheiro, ajuda com as crianças, dar coisas, levar ou buscar, etc.)? Gostaria que pensasse nessas pessoas e que indicasse todas as que considera importantes (sem ser o cônjuge). Diga-me, para cada pessoa, qual o nome, idade, laço entre si e a pessoa, que idade tinha quando conheceu essa pessoa, local de residência da pessoa, situação escolar/profissional actual ou última no caso de ser reformado.
- Costuma ver as pessoas desta lista com que frequência? E falar, mesmo ao telefone? Explique por favor.
- Que tipo de apoio/ajudas (desde ajudar no quotidiano, com dinheiro ou ajudas práticas, etc., a grandes ajudas como dar casas, heranças, etc.) lhe deram? Porquê?
- E a quem deu apoio? Porquê?
- Que tipo de apoios deu? Porquê?
- Com quem manteve relações de sociabilidade (saídas, lazeres, etc.)? O que costumam fazer em conjunto?
- De quem se sente mais próximo/íntimo? Porquê?
- Pensando agora ao longo de toda a sua vida, quem foram as pessoas que lhe deram apoio e ajudas?
- Que tipo de ajudas foram essas? Explique por favor.
- Em que momentos da sua vida?

## XII

- Recebe ou recebeu apoio dos seus pais? Que tipo de apoios? Com que frequência?
  - E qual a importância desses apoios na sua vida? Porquê?
  - Dá-lhes ou deu-lhes apoios? Que tipo de apoios? Em que circunstâncias?
  - Como se relaciona hoje em dia com os seus pais?
  - Recebe ou recebeu apoio dos seus avós (maternos ou paternos)? Que tipo de apoios? Com que frequência?
  - E qual a importância desses apoios na sua vida? Porquê?
  - Dá-lhes ou deu-lhes apoios? Que tipo de apoios? Em que circunstâncias?
  - Como se relaciona hoje em dia com os seus avós (maternos ou paternos)?
  - (só para quem tem filhos)
  - O que está ou estava disposto a sacrificar pelos seus filhos e/ou netos? Porquê?
  - Acha que é importante deixar-lhes uma herança (em termos económicos)? Porquê?
9. AVALIAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE GÉNERO – Vamos agora falar um pouco sobre as mudanças na vida das pessoas.
- Acha que hoje em dia a vida das mulheres é muito diferente do que era no tempo da sua mãe, quando ela era jovem? Porquê?
  - E a dos homens? Acha que é diferente do que era no tempo do seu pai? Porquê?
  - Acha que as coisas mudaram para pior ou para melhor? Porquê?
  - O que é que acha mais importante na vida de um homem, para ele se sentir realmente homem? Porquê?
  - E para uma mulher? O que é mais importante para ela se sentir realmente mulher? Porquê?
10. RELAÇÃO COM O CORPO
- O início da adolescência é um período da vida em que ocorrem várias mudanças no corpo: mudanças da forma do corpo, borbulhas, pelos, menstruação, alteração na voz, barba, etc.
  - Lembra-se como foi consigo? Houve alguma alteração que o tivesse marcado mais? Porquê?
  - Como reagiu a essas mudanças?
  - Sentiu alterações na sua vida? Quais foram? Porquê?
  - Conversou sobre elas com alguém? Com quem (pai, mãe, irmãos ou irmãs, amigos ou amigas)? Por quê com essas pessoas? De que formas é que essas pessoas o ajudaram?
  - Depois da puberdade, também vai havendo mudanças no corpo: engordar, maternidade, mudanças de forma, mudanças na pele, etc.
  - Houve alguma alteração que se tivesse passado consigo? O que é que o(a) marcou mais? Porquê?
  - Como reagiu a essas mudanças?
  - Sentiu alterações na sua vida? Quais foram? Porquê?
  - Conversou sobre elas com alguém? Com quem? Por quê com essas pessoas? De que formas é que essas pessoas o ajudaram?
  - Alguma vez se sentiu insatisfeito com o corpo que tem? Com o quê? Porquê?
  - Alguma vez fez alguma coisa (dietas, tratamentos estéticos, cirurgia, piercings, tatuagens...) para mudar o seu corpo? O quê? Porquê?
  - Há alguma coisa que gostasse de fazer ou mudar no seu corpo? O quê? Planeia fazê-lo? Quando? De que forma? Porque ainda não o fez?
  - E actualmente, gosta do seu corpo? Está satisfeito com a sua condição / imagem corporal / aspecto físico?
  - E actualmente, que cuidados é que tem com o seu corpo?
  - Acha que os jovens de hoje têm uma relação com o corpo diferente dos jovens da época dos seus pais? Em que aspectos?
  - Como é que vê essas mudanças? Na sua opinião, o que mudou para melhor? E para pior?
  - Costuma ler revistas ou matérias sobre cuidados a ter com o corpo? Sobre quê? O que mais o interessa, concretamente? Para quê?
  - Qual a sua opinião sobre:
    - A tatuagem e o piercing
    - A cirurgia estética (sem ser por razões de saúde)
    - As dietas e os cuidados com a alimentação
    - O desporto e actividade física
    - A musculação
    - Bronzeamento artificial da pele (solário, por exemplo)
  - Alguma vez pensou em recorrer a alguma destas formas de modificar o corpo?
11. FALANDO SOBRE SEXUALIDADE – Falando agora sobre assuntos de intimidade mais sexual, gostaríamos de saber sua opinião sobre algumas questões. Começando pelo início...
- MULHERES: Como foi a experiência da sua primeira menstruação? Já sabia o que isto era? Com quem falou e o que representou para si? Que idade tinha?
  - HOMENS: Como foi a experiência da primeira ejaculação? Já sabia o que isto era? Falou com

- alguém sobre isto e o que representou para si?  
Que idade tinha?
- Conversa(va) com os seus pais sobre sexo? Com qual deles?
  - Tem(ve) dúvidas sobre sexo? Conversa(va) com outras pessoas? Com quem?
  - Já teve relações sexuais?
  - (SE NÃO, saltar este módulo)
  - Como foi, quando (que idade tinha?) e com quem, a sua primeira relação sexual? Tinha algum receio ou dúvida? Qual?
  - Como correu?
  - Sentiu-se pressionado(a) para ter a sua primeira relação sexual? Porquê e por quem?
  - Utilizou algum método de prevenção (gravidez e doenças) na sua primeira relação sexual? Qual?
  - Comentou sobre a experiência da primeira relação sexual com alguém? Com quem?
  - E actualmente, como é a sua vida sexual? Porquê?
  - Ideais (PARA TODOS)
  - Para si, a virgindade, antes de casar, é importante? Porquê?
  - Acha que a virgindade dos homens e das mulheres tem a mesma importância? Porquê?
  - Acha que a responsabilidade da contracepção deve ser mais da mulher ou do homem? Porquê?
  - E o que acha de se ter relações sexuais sem amor? Acha isso bem ou mal? Porquê?
  - E ter relações sexuais ocasionais (de uma noite só)? Acha isso bem ou mal? Porquê?
  - Acha que o prazer sexual é igual no homem e na mulher? Porquê?
  - E ter um grande número de parceiros sexuais? É diferente para homens e mulheres? Porquê?
  - O que acha de dois homens terem relações sexuais e amorosas? E duas mulheres?
  - Comparando o tempo em que era jovem com hoje em dia, acha que houve alterações na forma como os homens e as mulheres encaram a vida sexual? Em quê?
10. SAÚDE – Vamos agora falar da sua saúde, de como se sente actualmente e dos problemas que teve ao longo da vida... Ao longo da sua vida quais os problemas de saúde graves (hospitalizações e doenças crónicas) que teve, desde o seu nascimento. Estamos a falar de problemas de saúde físicos, psíquicos, traumáticos e/ou crónicos que tenham tido impacto na sua vida (GRAVES).
- Que problemas de saúde muito importantes teve ao longo da sua vida? Em que idades?
  - Em relação ao problema de saúde mais importante/marcante perguntar:
  - Que idade tinha quando teve esse problema pela primeira vez?
  - Como contraiu a doença? (pode ter sido resultado de um acidente, por exemplo)
  - Como é que a doença o afectou (física, psicológica, financeiramente, profissionalmente...)? Conte como foi.
  - E como afectou a sua vida familiar?
  - Como tratou ou trata a doença? A que cuidados de saúde recorreu/recorre (convencionais e não convencionais)? Acha que esses cuidados médicos foram/são eficazes? Acha que foi bem tratado ou teve algum episódio durante o processo que gostaria que tivesse sido de forma diferente?
  - Por quem se sentiu mais apoiado durante a situação de doença? Tanto nas ajudas mais práticas e financeiras como no apoio emocional?
-

**ANEXO D. CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES E CLASSES SOCIAIS**

Classificação Nacional das Profissões (1994) e critérios de construção da variável classe social individual. Variáveis chave: profissão, situação na profissão, escolaridade (quando relevante). Esta operacionalização, realizada em conjunto com Sofia Aboim, está igualmente disponível em Vasconcelos (2002<sup>a</sup>) e Wall (2005). Mostram-se somente as situações verificadas na amostra extensiva.

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Escolaridade	Classe social
1. Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	1.1. Quadros superiores da administração pública	111	Ministros, deputados, vereadores...	Assalariados	Irrelevante	ED
		112	Quadros superiores da administração pública			
		114	Dirigentes e quadros superiores de organizações especializadas			
	1.2. Directores de empresa	121	Directores gerais	Assalariados	Irrelevante	ED
		122	Directores de produção, exploração e similares	Grandes patrões		
		123	<b>Outros directores de empresas</b>			
	1.3. Directores e gerentes de pequenas empresas	131	Directores e gerentes de pequenas empresas	Assalariados	Licenciados	PIC
					Não licenciados	PTEI
				Isolados Pequenos patrões	Irrelevante	IPP

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Escolaridade	Classe social	
2. Especialistas de profissões intelectuais e científicas	2.1. Especialistas de ciências físicas, matemáticas e engenharias	211	Físicos, químicos e similares	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
		212	Matemáticos, estatísticos e similares		Secundário	PTEI	
		213	Especialistas de informática				
		214	Arquitectos, engenheiros e similares	Assalariados	Licenciatura	PIC	
				Isolados		ED	
				Pequenos padrões		ED	
				Grandes padrões		ED	
		2.2. Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	221	Especialistas das ciências da vida	Assalariados	Pós-secundário	PIC
			222	Médicos e similares	Assalariados		PID
			Isolados	ED			
	223	Enfermeiros	Assalariados	PIC			
	2.3. Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	231	Professores universitários	Assalariados	Licenciatura	PIC	
		232	Professores do ensino básico e secundário	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
					Secundário	PTEI	
	235	Outros professores	Assalariados	Pós-secundário	PIC		
				Secundário	PTEI		
	2.4. Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	241	Especialistas das profissões administrativas e comerciais	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
					Secundário	PTEI	
				Isolados	Pós-secundário	ED	
					Secundário	IPP	
		242	Advogados e Juristas	Assalariados	Licenciatura	PIC	
				Isolados		ED	
		243	Arquivistas e bibliotecários	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
					Secundário	PTEI	
		244	Especialistas das ciências sociais e hum	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
					Secundário	PTEI	
				Isolados	Pós-secundário	ED	
				Secundário	IPP		
		245	Escritores, artistas e executantes	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
				Secundário	PTEI		
246	Ministros de culto não classificados em outra parte	-	-	-			
247	Outros técnicos da administração pública	Assalariados	Pós-secundário	PIC			
			Secundário	PTEI			

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Escolaridade	Classe social
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	3.1. ...das ciências físicas e químicas, engenharia e similares	311	Técnicos físicos e químicos	Assalariados	Pós-secundário	PIC
					Secundário ou menos	PTEI
				Isolados	Irrelevante	IPP
		312	Programadores e operadores informáticos	Assalariados	Pós-secundário	PIC
					Secundário ou menos	PTEI
				Pequenos patrões	Irrelevante	IPP
		313	Operadores de equipamentos ópticos e electrónicos	Assalariados	Pós-secundário	PIC
					Secundário ou menos	PTEI
				Isolados	Irrelevante	IPP
		314	Oficiais da marinha, pilotos de avião e técnicos dos transportes marítimos e aéreos	-	-	-
	315	Inspectores obras, saúde, trabalho e qualidade	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
				Secundário ou menos	PTEI	
	3.2. ...das ciências da vida e da saúde	321	Técnicos das ciências da vida e saúde		Secundário ou menos	PTEI
		322	Profissionais técnicos da medicina	Assalariados	Pós-secundário	PIC
					Secundário ou menos	PTEI
		323	Parteiras	-	-	-
	324	Especialistas das medicinas tradicionais	-	-	-	
	3.3. ...do ensino	331	Professores primários e pré	Assalariados	Pós-secundário	PIC
		332	Educador de infância		Secundário ou menos	PTEI
		333	Docentes de educação especial	-	-	-
		339	Outros profissionais do ensino	Assalariados	Pós-secundário	PIC
				Secundário ou menos	PTEI	
			Isolados	Secundário	IPP	
	3.4. não classificados em outra parte	341	Profissionais finanças e comércio	Assalariados	Pós-secundário	PIC
					Secundário ou menos	PTEI
				Isolados	Secundário ou menos	IPP
		342	Agentes comerciais e correctores	Assalariados	Pós-secundário	PIC
					Secundário ou menos	PTEI
				Isolados	Secundário ou menos	IPP
				Pequenos patrões	Irrelevante	IPP
		343	Profissionais gestão e administração	Assalariados	Pós-secundário	PIC
					Secundário ou menos	PTEI
				Isolados	Secundário ou menos	IPP
				Pequenos patrões	Irrelevante	IPP
		344	Profissionais da administração pública, alfândegas, impostos	Assalariados	Pós-secundário	PIC
		345	Inspectores da polícia judiciária e detectives		Secundário ou menos	PTEI
	347	Profissionais da criação artística, do espectáculo e desporto	Assalariados	Pós-secundário	PIC	
			Secundário ou menos	PTEI		
		Pequenos patrões	Irrelevante	IPP		

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Escolaridade	Classe social
4. Pessoal administrativo e similares	4.1. Empregados de escritório	411	Secretários e similares	Assalariados	Secundário ou menos	EE
		412	Empregados contabilidade financeiros	Assalariados	Licenciatura	PIC
					Bacharelato, licenciatura incompleta	PTEI
				Isolados	Irrelevante	PTEI
		413	Empregados de aprovisionamento, planeamento e transporte	Assalariados	Secundário ou menos	EE
	414	Empregados bibliotecários, carteiros e similares				
	4.2. Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares	421	Caixas, bilheteiros e similares	Assalariados	Licenciatura	PIC
					Bacharelato, licenciatura incompleta	PTEI
					Secundário	PTEI
					Menos que secundário	EE
	422	Recepcionistas, informações e telefonistas	Assalariados	Irrelevante	EE	
			Pequenos patrões		IPP	

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Classe social
5. Pessoal dos serviços e vendedores	5.1. ...serviços directos e particulares, de protecção e segurança	512	Ecónomos e pessoal restauração	Assalariados	EE
				Isolados	IPP
				Pequenos patrões	IPP
		513	Vigilantes de assistência a médicos	Assalariados	EE
				Isolados	IPP
				Pequenos patrões	IPP
		514	Outro pessoal dos serviços directos e particulares (cabeleiros, barbeiros, animador cultural...)	Assalariados	EE
				Isolados	IPP
				Pequenos patrões	IPP
		515	Astrólogos e similares	Assalariados	EE
				Isolados	IPP
				Pequenos patrões	IPP
	516	Pessoal dos serviços de protecção e segurança (policias, guarda fiscal...)	Assalariados	EE	
			Isolados	IPP	
			Pequenos patrões	IPP	
	5.2. Manequins, vendedores e demonstradores	522	Vendedores e demonstradores	Assalariados	EE
Isolados				IPP	
Pequenos patrões				IPP	
523		Vendedores quiosque e mercados	Assalariados	EE	
	Isolados		IPP		
	Pequenos patrões		OPP		

## XVIII

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)	Situação na profissão	Classe social	
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	6.1. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas	611	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	Assalariados	AA
				Isolados	C
				Pequenos patrões	C
		612	Criadores de animais e trabalhadores qualificados	Assalariados	AA
				Isolados	C
				Pequenos patrões	C
		613	Criadores de animais e trabalhadores qualificados	Assalariados	AA
				Isolados	C
				Pequenos patrões	C
		614	Trabalhadores florestais e similares	Assalariados	AA
				Isolados	C
				Pequenos patrões	C
	615	Trabalhadores da aquicultura e pescas	Assalariados	OI	
			Isolados	IPP	
			Pequenos patrões		
6.2. Agricultores e pescadores de subsistência	621	Agricultores e Pescadores de subsistência	Assalariados	AA	
			Isolados	C	
			Trabalhadores Familiares Não remunerados		



Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Classe social	
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	7.1. ...das indústrias extractivas e da construção civil	711	Mineiros, canteiros, carregadores de fogo e trabalhadores da pedreira	Assalariados	OI	
		712	Trabalhadores da construção civil e obras públicas	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		713	Trabalhadores da construção civil - acabamentos	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		714	Pintores, limpadores de fachadas e similares	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		7.2. ...da metalurgia, metalomecânica e similares	721	Soldadores e afins	Assalariados	OI
					Isolados	IPP
	Pequenos patrões					
	722		Serralheiros mecânicos e afins	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
	723		Mecânicos e ajustadores de máquinas	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
	724		Mecânicos e ajustadores. De equipamentos eléctricos e electrónicos	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
	7.3 Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, artes gráficas e similares	731	Mecânicos de precisão do metal	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		732	Oleiros e vidreiros	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		733	Artesão madeira, tecido, couro	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		734	Tipógrafos e similares	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
	7.4 Outros operários, artífices e similares	741	Trabalhadores da preparação e confecção de alimentos e bebidas	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		742	Trabalhadores de madeiras e similares	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
				Pequenos patrões		
		743	Trabalhadores têxteis e confecções	Assalariados	OI	
				Isolados	IPP	
Pequenos patrões						
744		Trabalhadores de peles, couro e calçado	Assalariados	OI		
			Isolados	IPP		
			Pequenos patrões			
745		Trabalhadores de artigos de pirotecnia	Assalariados	OI		
			Isolados	IPP		
			Pequenos patrões			

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Classe social
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	8.1. Operadores de instalações fixas e similares	811	Operadores e condutores de máquinas de extracção mineira	Assalariados	OI
		812	Operadores de instalações de transformação de metais		
		813	Operadores de vidro, cerâmica		
		814	Operadores de madeira, cortiça e papel		
		815	Operadores de tratamentos químicos		
		816	Operadores de instalações de produção de energias		
		817	Operadores de cadeias de montagem e robots industriais		
	8.2 Operadores de máquinas e trabalhadores de montagem	821	Operadores de máquinas de metais e minério	Assalariados	OI
				Pequenos patrões	IPP
		822	Operadores de máquinas de produtos químicos	Assalariados	OI
		823	Operadores de máquinas de borracha e plas		
		824	Operadores de máquinas de fabrico madeira		
		825	Operadores de máquinas de fabricação de produtos de papel		
		826	Operadores de máquinas de têxteis, pele, couro		
	827	Operadores de máquinas de de alimentos			
	828	Trabalhadores de montagem	Assalariados	OI	
			Pequenos patrões	IPP	
829	Outros operadores de máquinas	Assalariados	OI		
8.3 Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis	831	Maquinistas de locomotivas e similares	Assalariados	OI	
	832	Condutores veículos a motor	Assalariados	OI	
			Isolados	IPP	
	833	Operadores de maquinaria agrícola móvel e similares	Assalariados	AA	
			Isolados	C	
834	Mestres, marinheiros e similares	-	-		

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Classe social
9. Trabalhadores não qualificados	9.1 ...dos serviços e comércio	911	Vendedores ambulantes	Assalariados	EEÑQ
				Isolados	IPP
		912	Engraxadores e similares	Assalariados	EEÑQ
				Isolados	EEÑQ
				Outra situação	
		914	Porteiros, lavadores de vidros e similares	Assalariados	EEÑQ
	915	Estafetas e porteiros			
	916	Cantoneiros de limpeza			
	9.2 ...da agricultura e pescas	921	Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	Assalariados	AA
	9.3 minas, construção civil e transportes	931	Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil	Assalariados	OI
				Isolados	
		932	Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	Assalariados	OI
		Isolados			
933	Trabalhadores não qualificados dos transportes	Assalariados	OI		
		Isolados			

## ANEXO E. CURRICULUM VITÆ

## 1. Dados pessoais

Nome completo	Pedro e Vasconcelos Coito
Nome profissional de publicação	Pedro Vasconcelos
Data de nascimento	05-11-1971
País de nacionalidade	Portugal
Morada institucional	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa Avenida das Forças Armadas 1649-026 Lisboa
Correio electrónico	Pedro.Vasconcelos@iscte.pt

## 2. Habilitações académicas

2002	Mestrado em Ciências Sociais, especialização ‘Famílias: Olhares Interdisciplinares’ (Pré-Bolonha), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), com classificação final de <i>Muito Bom por unanimidade com distinção e louvor</i> , concluído em Janeiro de 2002. • Parte curricular concluída em Maio de 1998 com classificação final de <i>18 valores</i> .
1995	Licenciatura em Sociologia (Pré-Bolonha) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), com classificação final de <i>17 valores</i> , concluída em Dezembro de 1995.

## 3. Prémios e Distinções

1995	Prémio Teófilo Braga para a melhor dissertação final de licenciatura (5º ano curricular), do Departamento de Sociologia do ISCTE
1995	Prémio António José Saraiva para o aluno de licenciatura com a melhor classificação final, do Departamento de Sociologia do ISCTE

## 4. Actividades académicas

Desde 2003	Doutorando - ISCTE-IUL (Departamento de Sociologia)
Desde 2002	Assistente - ISCTE-IUL (Departamento de Sociologia)
1997-2002	Mestrando - ICS-UL
1996-2002	Assistente Estagiário - ISCTE (Departamento de Sociologia)
1994-1995	Estudante ERASMUS - Universidades Paris X & Paris V (França)
1990-1995	Estudante de Licenciatura - ISCTE (Departamento de Sociologia)
1989-1990	Estudante de Licenciatura - ISCSP-UTL

## 4.1. Orientações

2006	Carolina Neves, <i>Gravidez e maternidade na adolescência</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2006.
2006	Fátima Godinho, <i>Paternidade – entre o discurso e as práticas</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2006.
2006	Andreia Filipa Guardado Graça, <i>O reverso da medalha: classes sociais e representações acerca da violência conjugal</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2006.
2005	Tânia Vanessa Fung Cuan, “ <i>Quando a cegonha chega mais cedo...</i> ” <i>Um estudo sociológico do fenómeno da gravidez e maternidade na adolescência</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2005.
2005	Anabela Gomes, <i>Os estereótipos de género nos manuais escolares antes e depois do 25 de Abril de 1974</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2005.
2005	Bernardo Soares, <i>Corpo Adentro. Prostitutas acompanhantes em processo de invenção de si</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2005.
2005	Dulce Neves, <i>Identidades de género, corpo e identidade</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2005.
2005	Ana Catarina Lopes da Costa, <i>Metrosssexualidade: análise da evolução da representação do homem nas revistas masculinas portuguesas</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2005.
2004	Joana Henriques, <i>Espelho meu, há alguém mais bela do que? Projectos e experiências do corpo feminino – trabalho exploratório</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2004.

2004	Filomena Isabel Rodrigues, <i>Novos Pais: perfis de cuidar</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2004.
2004	Ruth Solange Cardoso Fernandes, <i>Entre a integração e a discriminação: os estudantes PALOP's em Portugal</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Julho de 2004.
2003	Elsa Garrido, <i>Medicina Popular. Modos de produção de saúde e modelos de racionalidade social</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2003.
2003	Tatiana Rita Ferreira de Lemos da Conceição Alves, <i>ABC do Sexo. A educação sexual em contexto escolar</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2003.
2003	Ana Filipa Prazeres, <i>Os jovens, a coabitação e o casamento</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2003.
2003	Andreia Oliveira, <i>Práticas de tempos livres dos jovens de Albufeira. Os efeitos da geração social e da classe social</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2003.
2003	Cristina Filipa dos Santos, <i>As Donas da Bola. Identidades, trajectórias e diferenças no interior de uma prática desportiva: o Futebol Feminino</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2003.
2003	Sara Carvalho, <i>Menores sob tutela. Desvio e delinquência juvenil</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2003.
2002	Ndalú de Almeida, <i>Dar Voz ao Silêncio. Aspectos sociológicos na obra 'Nós, os do Makusulu' de Luandino Vieira (uma hipótese interpretativa)</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Julho de 2002.
2001	Carla Henriques, <i>Transexualidade/Transgénero, fenómenos incompreendidos socialmente: Sim ou Não? Uma perspectiva sociológica</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2001.
2001	Leonel Neves, <i>Processos de (re)socialização em passagens pelo internato. O caso do Lar Luz Soriano – Colégio Dª Maria Pia em Lisboa</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Setembro de 2001.
2000	Bibiana Nunes Modesto, <i>Atitudes e sociabilidades dos jovens face à família na CEBI (Ser Jovem na CEBI)</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 2000.
1998	Alda Filomena de Jesus Marques Ribas, <i>Redes de parentesco e laços de solidariedade em contextos de realojamento</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular), Dezembro de 1998.

#### 4.2. Arguência em provas académicas

2006	Ângela Dias, <i>O poder local e a escola como agentes impulsionadores das práticas culturais estudantis</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Ana Salgueiro Baptista), Setembro de 2006.
2006	Paulo Jorge de Almeida Aguiar de Matos, <i>A Lei das Uniões de Facto. Dinâmicas políticas para o reconhecimento da conjugalidade homossexual</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Pierre Guibentif), Julho de 2006.
2006	Paulo Alexandre Campino Vitorino, <i>Bandas musicais juvenis: identidades e ambivalências</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Idalina Conde), Setembro de 2006.
2006	Raquel Sofia Ribeiro, <i>Anorexia como reflexo da modernidade</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Graça Carapinheiro), Setembro de 2006.
2005	Ana Lúcia Silva, <i>O Outro Corpo</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Graça Carapinheiro), Dezembro de 2005.
2005	Nuno Miguel Matos Luz, <i>Música e subculturas: retrato de um ponto de encontro</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Idalina Conde), Dezembro de 2005.
2005	Clara de Almeida Farracho, <i>A construção da tradição na Festa dos Tabuleiros: entre o rural e o urbano, o sagrado e o profano</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Ana Salgueiro Baptista), Dezembro de 2005.
2005	Sandra Santos Cardoso, <i>O Espiritismo em Portugal. Entre a religião e a ciência. Perspectivas para uma abordagem sociológica</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Pierre Guibentif), Dezembro de 2005.

2005	Pedro Leitão Castanheira, <i>Música di nos terra! O local e o global na música em Cabo Verde</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Idalina Conde), Setembro de 2005.
2005	Vanessa Franco Malheiro, <i>Dados Viciados</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Pierre Guibentif), Julho de 2005.
2004	Catarina Frade Moreira, <i>O 'verão indiano'. Uma abordagem sociológica da menopausa</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Pierre Guibentif), Novembro de 2004.
2002	Tânia Sofia Freitas, <i>Mães Adolescentes' – Estudo exploratório sobre trajetórias de mães cabo-verdianas</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Karin Wall), Dezembro de 2002.
2001	Joana Azevedo, <i>Os novos movimentos religiosos no mundo contemporâneo. O Movimento Sathya Sai Baba em Itália</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Ana Salgueiro Baptista), Dezembro de 2001.
1998	Maria da Encarnação Mansinho Mendes, <i>Representações sociais da situação sócio-legal do aborto em Portugal</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: José Machado Pais), Dezembro de 1998.
1998	Sara Vasconcelos, <i>A socialização das crianças no Bairro da Palmeira</i> , Lisboa, ISCTE, dissertação de licenciatura Pré-Bolonha (5º ano curricular; orientação: Karin Wall), Dezembro de 1998.

#### 5. Outras actividades

2012	Organizador, com Sofia Aboim, da sessão regular “Gender and modernity: rethinking power and identity in the global arena”, a realizar-se na 40 <sup>th</sup> Conference of the International Institute of Sociology, Nova Deli, Fevereiro de 2012 ( <i>proposta sob avaliação</i> ).
2009	Organizador, com Sofia Aboim e Lia Pappámikail, do Seminário Internacional “Gender and Generations: Continuity and Change in Family Narratives”, no ICS-UL, 25 de Setembro de 2009.
Desde 2008	Avaliador anónimo ( <i>blind referee</i> ) da revista Ex-Aqueo
Desde 2008	Avaliador anónimo ( <i>blind referee</i> ) da revista Análise Social
2004	Membro do comité organizador do 5º Congresso Português de Sociologia (Associação Portuguesa de Sociologia).
2003-2006	Vogal da Direcção da Associação Portuguesa de Sociologia.
2002	Membro do comité organizador do Colóquio Internacional ‘Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas’ (Associação Portuguesa de Sociologia).
2000-2006	Membro da comissão coordenadora da Secção de ‘Família, Género e Sexualidade’ da Associação Portuguesa de Sociologia.
Desde 1999	Membro da Associação Europeia de Sociologia (Research Stream 9 – Families and Intimate lives).
1996	Técnico Superior (Funcionalismo Público) do Instituto de Emprego e Formação Profissional.
1996	Participação no Programa Intensivo Europeu <i>Metrópoles e Emprego na Europa Comunitária</i> , organizado pelo Departamento de Sociologia do ISCTE no âmbito do Programa ERASMUS/SOCRATES da União Europeia.
Desde 1992	Sócio da Associação Portuguesa de Sociologia.

#### 6. Projectos de Investigação

2011	Investigador do Projecto ‘Casais em Mudança no século XXI: diversidade, dinâmicas e desigualdades’, coordenado por Karin Wall (ICS-UL), em avaliação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.
2010-2012	Investigador do Projecto ‘Homens nas Margens: idade, etnicidade, orientação sexual e trajetórias profissionais na construção de masculinidades não hegemónicas’, coordenado por Sofia Aboim (ICS-UL), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CS-SOC/098849/2008; financiamento - €95.000,00).
2007-2011	Investigador do Projecto ‘Trajetórias familiares e redes sociais: o percurso de vida numa perspectiva inter-geracional’, coordenado por Karin Wall (ICS-UL), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/SDE/65663/2006; financiamento - €197.865,00).
2007-2011	Investigador do Projecto ‘Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares’, coordenado por Sofia Aboim (ICS-UL), financiado pelo protocolo entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Comissão para a Igualdade de Género (PIHM/SOC/63508/2005; financiamento - €43.569,00).

2002-2004	Investigador do Projecto ‘Estruturas familiares e tendências demográficas em Portugal’, coordenado por Karin Wall (ICS-UL) e patrocinado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).
1997-2005	Investigador do Projecto ‘Famílias no Portugal Contemporâneo’, desenvolvido pelo ICS-UL e CIES-ISCTE, coordenado por Karin Wall (2/2.1/CSH/767/95; financiamento - €120.000)
1996-1998	Investigador do Projecto ‘Inquérito à Juventude Portuguesa – 1997’, do Observatório Permanente da Juventude (ICS-UL e Secretaria de Estado da Juventude), coordenado por Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais.
1996-1997	Investigador do Projecto ‘Gerações, Valores e Estilos de Vida’, coordenado por José Machado Pais (ICS-UL), financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
1996-1997	Investigador do Projecto ‘Políticas Sociais, cuidados às crianças e apoio aos idosos’, coordenado por Anália Torres (CIES-ISCTE), financiado através do protocolo entre o Ministério da Solidariedade Social e o Ministério da Ciência e Tecnologia e associado ao projecto internacional (11 países europeus) ‘Work and Families: the role of policies’ da ‘European Network on Policies and the Division of Paid and Unpaid Labour’, coordenado pelo ‘Work and Organization Research Centre’ (WORC) da Universidade de Tilburgo (Holanda) e financiado parcialmente pela Fundação Europeia de Ciência.
1995-1996	Investigador do Projecto ‘Do contrabando de raia à cooperação transfronteiriça - o Desenvolvimento no Nordeste Alentejano’, coordenado por Rogério Roque Amaro (Secção Autónoma de Economia – ISCTE), financiado pelo Programa Estímulo à Investigação no Domínio do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e da Direcção Geral de Ordenamento do Território.
1995	Responsável, com Sofia Aboim, pelo ‘Inquérito à População de Beirã (Norte Alentejo)’, desenvolvido pela Associação para o desenvolvimento e o Turismo no Norte Alentejo (ADT/NA).
1993-1994	Colaborador do Projecto ‘Categorização, Identidades e Funcionalidade das Representações Sociais’, coordenado por Jorge Vala (ICS-UL).
1992-1994	Assistente de investigação do Projecto ‘Desenvolvimento Local no Nordeste Alentejano’, coordenado por Rogério Roque Amaro (Departamento de Economia do ISCTE).

## 7. Publicações

### 7.1. Dissertações

2002	Vasconcelos, Pedro (2002), <i>Redes de Entreeajuda Familiar no Portugal Contemporâneo</i> , Lisboa, ICS-UL, dissertação de mestrado, entregue para provas em Setembro de 2001 e defendida em Janeiro de 2002 (Orientação: Karin Wall; Júri: António Firmino da Costa & João Pina Cabral), 255 pp.
1995	Vasconcelos, Pedro (1995), <i>Estratégias de Mobilidade Social, Projectos Familiares e Reprodução Familiar em contexto rural</i> , Lisboa, Departamento de Sociologia - ISCTE, dissertação de licenciatura (5º ano curricular), entregue para provas em Novembro de 1995 e defendida em Dezembro de 1995 (Orientação: Karin Wall; Júri: M <sup>a</sup> das Dores Guerreiro), 178 pp.

### 7.2. Livros

2012	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos, <i>Gerações e modernidade em Portugal: continuidades e mudanças nas narrativas de três gerações</i> , em desenvolvimento.
------	---

### 7.3. Capítulos de livros

2011	Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos & Dulce Neves (2011), “Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações”, in José Machado Pais & Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), <i>Jovens e Rumos</i> , Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, no prelo.
2005	Aboim, Sofia, Vanessa Cunha & Pedro Vasconcelos (2005), “Um primeiro retrato das famílias no Portugal contemporâneo”, in Karin Wall (coord.), <i>Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais</i> , Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 51-81.
2005	Vasconcelos, Pedro (2005), “Redes Sociais de Apoio”, in Karin Wall (coord.), <i>Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais</i> , Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 599-631.
2004	Vasconcelos, Pedro (2004), “Categorização, Identidade e Sexualidade: notas sobre a dominação”, in Ana Paula Marques <i>et al.</i> (coord.), <i>Formas Identitárias e Modernidade Tardia</i> , Braga: ICS-UM, 51-70.
1998	Vasconcelos, Pedro (1998), “Práticas e Discursos da Conjugalidade e de Sexualidade dos Jovens Portugueses”, in Manuel Villaverde Cabral & José Machado Pais (coord.), <i>Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do Inquérito de 1997</i> , Oeiras: Celta/SEJ, 215-305.

1998	Vasconcelos, Pedro (1998), “Vida Familiar”, in José Machado Pais (coord.) <i>et al.</i> , <i>Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea</i> , Lisboa: ICS-UL/SEJ, 319-404.
------	--

#### 7.4. Artigos em revistas de circulação internacional com arbitragem científica

?	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos, “From political to social generations: A critical reappraisal of Mannheim’s classical approach”, submetido à revista <i>Sociological Theory</i> (em avaliação desde Setembro de 2010).
2009	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos (2009), “Differential and cumulative effects of life course events in an intergenerational perspective: social trajectories of three-generation family lineages”, <i>Swiss Journal of Sociology</i> , 35 (2): 337-355.
2001	Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha & Pedro Vasconcelos (2001), “Families and Informal Support Networks in Portugal: the reproduction of inequality”, <i>Journal of European Social Policy</i> , 11 (13): 213-233.

#### 7.5. Artigos em revistas nacionais com arbitragem científica

2003	Vasconcelos, Pedro (2003), “Famílias Complexas: Tendências de Evolução”, <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 43: 83-96.
2002	Vasconcelos, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”, <i>Análise Social</i> , 163: 507-544.
1996	Torres, Anália, José Luís Castro, Francisco Silva, Sofia Aboim & Pedro Vasconcelos (1996), “Políticas Sociais e a Questão do Acolhimento das Crianças em Portugal”, <i>Cadernos de Políticas Sociais</i> , 1: 43-90.
1996	Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos & Mónica Trüniger (1996), “Notas sobre as Representações Sociais e o Habitus: esboço de uma análise comparada”, <i>Psicologia</i> , XI (2/3): 139-158.

#### 7.6. Publicações em actas de encontros científicos

2009	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos (2009), “Cumulative effects of life course events in an intergenerational perspective: social trajectories of three-generation family lineages”, <i>American Sociological Association Meeting Archives</i> , San Francisco, online: ( <a href="http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/0/6/4/7/pages306474/p306474-1.php">http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/0/6/4/7/pages306474/p306474-1.php</a> )
2004	Vasconcelos, Pedro (2004), “Entreajuda e convivialidade em Portugal Continental: a integração da família nuclear em redes de parentesco e amicais”, <i>Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção</i> , Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 119-124.
1996	Vasconcelos, Pedro (1996), “Estratégias e Projectos Familiares de Mobilidade Social em contexto rural”, <i>Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos da Mudança Social</i> , Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, CD-ROM.
1992	Vasconcelos, Pedro (1992), “O Contrabando Raiano: Estratégia Económica Subterrânea Transfronteiriça”, in AAVV, <i>Actas das II<sup>as</sup> Jornadas Alentejo/Extremadura</i> , Évora: Universidade de Évora, 52-72.

#### 7.7. Relatórios de Pesquisa e Working-Papers

2009	Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos & Dulce Neves (2009), <i>Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares</i> , Lisboa: ICS-UL, relatório de pesquisa.
2000	Wall, Karin (coord.), M <sup>a</sup> das Dores Guerreiro, Ana Nunes de Almeida, Piedade Lalanda, Isabel André, Pedro Vasconcelos, Sofia Aboim, Vanessa Cunha & Rodrigo Rosa (2000), <i>Famílias no Portugal Contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedade</i> , Lisboa: CIES-ISCTE & ICS-UL, relatório de pesquisa.
1997	Torres, Anália (coord.), José Castro, Sofia Aboim, Francisco Silva & Pedro Vasconcelos (1997), <i>Políticas Sociais, Soluções Sócio-educativas e de Guarda das Crianças</i> , Lisboa: CIES-ISCTE, relatório de pesquisa.
1999	Vasconcelos, Pedro & Sofia Aboim (1999), <i>Complexidade doméstica, sistema familiar e estruturas sócio-económicas</i> , Lisboa: ICS-UL, <i>working-paper</i> .
1998	Vasconcelos, Pedro (1998), <i>Redes Sociais Primárias e Trajectórias Familiares. Construção Preliminar de um Modelo Analítico</i> , Lisboa: ICS-UL, <i>working-paper</i> .
1997	Vasconcelos, Pedro (1997), <i>Redes de Parentesco e de Solidariedade Familiar nas Sociedades Contemporâneas: notas para sua compreensão</i> , Lisboa: ICS-UL, <i>working-paper</i> .

## 7.8. Outras publicações

2007	Vasconcelos, Pedro (2007), "Do coito como uma das belas-artes (subversiva?)", in Filipa Pires & Rita Brites (coord.), <i>Do proscénio de Plauto ao plateau da Playboy, de Ovídio ao Homevideo</i> , Caldas da Rainha: Projecto PiloCaldas (Escola Superior de Artes e Design - Instituto Politécnico de Leiria), 13-23.
2000	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos (2000), "População, Família, Sociedade", recensão do livro de Robert Rowland, 'População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX (Oeiras, Celta, 1997)', <i>Análise Social</i> , 151-152: 784-792.
1999	Vasconcelos, Pedro (1999), "Algumas questões sobre a sexualidade juvenil", <i>Sexualidade &amp; Planeamento Familiar</i> , 21/22, revista da Associação para o Planeamento da Família (APF).

## 8. Comunicações e conferências

## 8.1. Comunicações com arbitragem científica

2011	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos, "From political to social generations: A critical reappraisal of Mannheim's classical approach", <i>paper</i> aceite na 'Regular Session. Social Theory III: Counterpoint readings' (Discussant: Craig Calhoun) da '2011 American Sociological Association Conference', Las Vegas, EUA, Agosto de 2009.
2010	Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos & Lia Pappámikail. "Migration patterns and social capital: the impact of mobility in three-generational family lineages", Interim meeting of the European Sociological Association network on "Sociology of Family and Intimate Lives", Wiesbaden (Alemanha), 16-18 Setembro de 2010.
2009	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos (2009), "Of selection and affinity: rethinking family and family relations in an intergenerational perspective", <i>paper</i> , 2009 European Sociological Association Conference, Lisboa, ISCTE-IUL, Setembro de 2009.
2009	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos (2009), "Cumulative effects of life course events in an intergenerational perspective: social trajectories of three-generation family lineages", <i>paper</i> , 2009 American Sociological Association Conference, São Francisco, EUA, Agosto de 2009.
2009	Vasconcelos, Pedro (2009), "Gender across the Generations: family lineages and social change in Portugal", <i>paper</i> apresentado no 39th World Congress of the International Institute of Sociology, Yerevan/Armenia, Junho de 2009.
2005	Vasconcelos, Pedro (2005), "Support and Conviviality in Portugal – the external integration of nuclear families in kinship and friendship networks", comunicação apresentada na 7ª Conferência Europeia de Sociologia – "Rethinking Inequalities", organizada pela European Sociological Association na Universidade de Toruń, Polónia.
2004	Vasconcelos, Pedro (2004), "Entreajuda e Convivialidade em Portugal Continental – a integração da família nuclear em redes de parentesco e amicais", comunicação ao V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia, na Universidade do Minho, em Braga.
2003	Vasconcelos, Pedro (2003), "Kinship and Support Networks: Gender and Class Inequalities", comunicação apresentada na 6ª Conferência Europeia de Sociologia – "Ageing Societies. New Sociology", organizada pela European Sociological Association na Universidade de Múrcia.
2002	Vasconcelos, Pedro (2002), "Sexo e Género: uma discussão conceptual", <i>paper</i> apresentada ao Colóquio Internacional "Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas", organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS).
2001	Vasconcelos, Pedro (2001), "Réseaux de Solidarité Familiale au Portugal Contemporain", comunicação apresentada ao Congresso da Sociedade Suíça de Sociologia "Theories et Interventions/Theorien und Interventionen", realizado em Genebra.
2000	Vasconcelos, Pedro (2000), "Redes de solidariedade e entreajuda nas famílias portuguesas", comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, futuros Próximos, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia.
1999	Wall, Karin, A. N. Almeida, M. D. Guerreiro, P. Lalanda, I. André, Pedro Vasconcelos, V. Cunha, S. Aboim & R. Rosa (1999), "Support Networks in a Southern European Country: strong, weak or moderate?", comunicação apresentada na 4ª Conferência Europeia de Sociologia – Will Europe Work?, organizada pela European Sociological Association na Universidade Livre de Amsterdão.
1996	Vasconcelos, Pedro (1996), "Estratégias e Projectos Familiares de Mobilidade Social em contexto rural", comunicação ao III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos da Mudança Social, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia.



## 8.2. Comunicações científicas por convite

2009	Vasconcelos, Pedro (2009), "Life course dynamics, class mobility and social networks", comunicação apresentada ao Seminário Internacional "Gender and Generations: Continuity and Change in Family Narratives", ICS-UL, 25 de Setembro 2009.
2009	Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos & Dulce Neves (2009), "Que socializações? Biografias e contextos na construção do género numa perspectiva inter-geracional", comunicação apresentado do colóquio "Jovens e Rumos, Colóquio Internacional de Comemoração dos 20 anos do Observatório Permanente da Juventude", Lisboa, 27-28 Fevereiro 2009, ICS-UL/IPJ.
2005	Vasconcelos, Pedro (2005), "Workshop 2 – Family Interactions throughout the Life Course", comunicação-relatório apresentado na sessão de encerramento do Interim Meeting "Lisbon Workshop on Contemporary Families", organizado pelo Research Network 9 – Sociology of Families and Intimate Lives da European Sociological Association (ESA).
2004	Aboim, Sofia & Pedro Vasconcelos (2004), "As famílias nos Censos: tendências de evolução e transformações", comunicação apresentada a convite da Associação Portuguesa de Demografia, no II Congresso Português de Demografia (subordinado ao tema Demografia e População: os Novos Desafios), realizado em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, entre 27 e 29 de Setembro de 2004.
2003	Vasconcelos, Pedro (2003), "Categorização e Discriminação: o lugar do género e das identidades sexuais", comunicação apresentada ao Seminário "Intimidade e Cidadania", do ciclo de Seminários "Formas Identitárias e Modernidade Tardia", organizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, em Braga.
2002	Vasconcelos, Pedro (2002), "Os Agregados Doméstico Complexos (1991-2001)", comunicação apresentada ao Seminário Censos 2001 - Resultados Definitivos, organizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em Lisboa.
2000	Vasconcelos, Pedro (2000), "Uma visão sociológica da família", comunicação apresentada na sessão de discussão do "Simpósio – Aspectos culturais dos problemas da parentalização", do 3º Congresso Europeu de Psicopatologia da Criança e do Adolescente, organizado pela Associação Europeia de Psicopatologia da Criança e do Adolescente em Lisboa.
1997	Vasconcelos, Pedro (1997), "Família e Relações Inter-geracionais", comunicação apresentada no Colóquio "Família e Transgeracionalidade – o normal e o patológico", organizado pela Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e Adolescência (APPIA), no Hospital Júlio de Matos.
1992	Vasconcelos, Pedro (1992), "O Contrabando Raiano: Estratégia Económica Subterrânea Transfronteiriça", comunicação às Ilas Jornadas Alentejo/Extremadura sobre Cooperação Transfronteiriça, Universidade de Évora.

## 8.3. Outras comunicações

2006	Vasconcelos, Pedro (2006), "Algumas problematizações da igualdade de género", comunicação apresentada ao Seminário do projecto "Parceiros iguais - Repensar o papel dos homens na vida profissional e privada", organizado em Portugal pela Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e coordenado pelo KETHI (Centro de Investigação da Igualdade de Género) da Grécia.
2005	Vasconcelos, Pedro (2005), "Família e Género: o olhar da Sociologia", conferência apresentada no Seminário 'Homens e Mulheres em Portugal', organizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e com a colaboração da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, da Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego e da Universidade Aberta.
2005	Vasconcelos, Pedro (2005), "Um olhar sobre os jovens em Portugal", conferência apresentada ao "Seminário do Programa Nacional de Saúde dos Jovens – Enquadramento e Linhas de Acção", organizado pela Direcção-Geral de Saúde do Ministério da Saúde.
2004	Vasconcelos, Pedro (2004), "A Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas", conferência apresentada às "IV Jornadas de Saúde" do Centro de Saúde de Sacavém.
2004	Vasconcelos, Pedro (2004), "Sexualidade e Sociedade – tendências de transformação na Modernidade", conferência apresentada ao Módulo de formação "Sexualidade e Sociedade" do Ciclo de Estudos Aprofundados em Sexualidade, Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva, organizado pela Associação para o Planeamento da Família (APF).
2004	Vasconcelos, Pedro (2004), "A violência sexual sobre crianças", comunicação apresentada ao painel "Abusos Sexuais – uma perspectiva multidisciplinar" da acção de formação complementar dirigida aos Magistrados do Ministério Público do XIX Curso Normal de Formação, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CES).
2003	Vasconcelos, Pedro (2004), "Agenda Mediática e Relevância Pública: lógicas de funcionamento sistémico dos <i>mass media</i> ", conferência apresentada às 11 <sup>as</sup> Noites de Sociologia – 2003, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

2003	Vasconcelos, Pedro (2003), “Juventude, Valores Sociais e Sexualidade”, comunicação apresentada, como orador único, no workshop “Jovens e Sexualidade”, integrado no ciclo de workshops “Cidadania: Direitos Sexuais, Reprodutivos e familiares”, organizado pela Câmara Municipal do Montijo.
2003	Vasconcelos, Pedro (2003), “Algumas questões sobre a violência sexual e a pedofilia”, comunicação apresentada ao painel “O Abuso Sexual de Crianças – Uma Perspectiva Multidisciplinar” da acção de formação complementar dirigida aos Magistrados do Ministério Público do XVIII Curso Normal de Formação, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CES).
2001	Vasconcelos, Pedro (2001), “A Violência nas Escolas – uma abordagem sociológica”, conferência apresentada na acção de formação “Professor, Profissão de Risco (A Violência nas Escolas)”, organizado pela Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, no Funchal.
2000	Vasconcelos, Pedro (2000), “Apontamentos sobre a sexualidade juvenil em Portugal”, comunicação apresentada ao IX Encontro sobre a Adolescência, organizado pelo Núcleo de Estudos do Suicídio no Fórum Lisboa.
2000	Vasconcelos, Pedro (2000), “Gravidez na Adolescência e Desigualdade Social”, comunicação apresentada ao Seminário “Luas e Marés – Gravidez e Maternidade na Adolescência”, organizado pela Associação para o Planeamento da Família (APF) e pelo Núcleo de Estudos de Apoio à Adolescente Grávida da Maternidade Alfredo da Costa, realizado no Instituto Franco-Português.
2000	Vasconcelos, Pedro (2000), “Sexualidade Juvenil”, comunicação apresentada ao II Seminário de Sexualidade Juvenil, organizado pela Secretaria de Estado da Juventude na Torre do Tombo em Lisboa.
2000	Vasconcelos, Pedro (2000), “Desigualdade de Género e Sexualidade Juvenil”, comunicação apresentada no seminário “Jovens, Sexualidade e Riscos”, organizado pela Associação para o Planeamento da Família (APF) em Lisboa.
2000	Vasconcelos, Pedro (2000), “Sexualidade, Desigualdade e Emancipação”, comunicação apresentada no seminário “Educação Sexual e Sexualidade(s)”, organizado pela Associação para o Planeamento da Família (APF), na Universidade de Coimbra.